

RUMOS DO MUNDO



O nascimento
da EUROPA

Robert Lopez

EDIÇÕES COSMOS

NASCIMENTO DA EUROPA: agora, que se passou a página da sua supremacia no globo, como não nos debruçarmos sobre essa Idade Média, do século V ao XIV, de gênese e formação da Europa tal como a conhecemos, verdadeiro mosaico de culturas (como a empobrecem os que a reduzem a uma pretensa unicidade!). Quinhentos anos de incubação na obscuridade, seguidos de outros quinhentos de crescimento à luz do dia: dentro desta moldura cronológica, sobre o pano de fundo da história política e militar (não apenas os chamados «acontecimentos», mas também o encadeamento das instituições e maneiras de agir dos chefes e das massas), decorre o diálogo sempre recommençado da história económico-social e da história intelectual e da sensibilidade, que é então o diálogo da carne e do espírito. Robert Lopez evoca de entrada os «Bárbaros» do Norte que derrubam todas as barreiras, para em seguida pararem numa desordem de imaturidade que se combina com a desagregação romana: mal discernimos aí os germes da futura Europa. A Igreja, que nasceu antes dela, ampara os seus primeiros esforços; depois Carlos Magno esboça desajeitadamente uma ordem europeia embrionária.

Novas invasões, e tudo parece perdido. Então as forças locais, revitaminadas por um poderoso surto demográfico e económico, repelem, absorvem os invasores. De oravante, a Europa está em porto de abrigo. É a idade do feudalismo, da luta dramática entre os imperadores e os papas, mas ainda a época em que os escravos passam a servos, os servos se elevam a camponeses livres, e uma parte dos camponeses se transformam em burgueses, alguns burgueses ascendem a capitalistas.

A Europa medieval dispôs de quatro trunfos decisivos: uma população agrícola bem distribuída de acordo com os recursos do solo; um escol de fidalgos-mercadores; um espírito aberto às novas técnicas; por último, o sentido da iniciativa individual, bem como do trabalho de equipe. Promessas do século X, realizações dos séculos XI e XII.

Na era de Duzentos, a Europa medieval atinge o apogeu: é o século de S. Francisco de Assis e Roger Bacon, de Dante e São Luís, de Marco Polo e de Afonso X o Sábio... Mas a civilização europeia, que reabsorve o legado antigo e se confronta à islâmica, não consegue manter-se nesses cimos; terá de mudar de rumo: e as derradeiras páginas deste livro tocam o prelúdio do renascimento e da Europa moderna.

Ilustram esta obra 8 extra-textos a cores e 32 a dois tons, 83 gravuras a preto no texto (e entre as reproduções contam-se muitos inéditos) e 23 mapas. Acessível e cheia de vivacidade, esta obra contém, por outro lado, a necessária instrumentação científica: Bibliografia, Quadros cronológicos, um Glossário (atrescentado na edição portuguesa) e Índices remissivos.

NASCIMENTO DA EUROPA: agora, que se passou a página da sua supremacia no globo, como não nos debruçarmos sobre essa Idade Média, do século V ao XIV, de génese e formação da Europa tal como a conhecemos, verdadeiro mosaico de culturas (como a empobrecem os que a reduzem a uma pretensa unicidade!). Quinhentos anos de incubação na obscuridade, seguidos de outros quinhentos de crescimento à luz do dia: dentro desta moldura cronológica, sobre o pano de fundo da história política e militar (não apenas os chamados «acontecimentos», mas também o encadeamento das instituições e maneiras de agir dos chefes e das massas), decorre o diálogo sempre recommçado da história económico-social e da história intelectual e da sensibilidade, que é então o diálogo da carne e do espírito. Robert Lopez evoca de entrada os «Bárbaros» do Norte que derrubam todas as barreiras, para em seguida pararem numa desordem de imaturidade que se combina com a desagregação romana: mal discernimos aí os germes da futura Europa. A Igreja, que nasceu antes dela, ampara os seus primeiros esforços; depois Carlos Magno esboça desajeitadamente uma ordem europeia embrionária.

Novas invasões, e tudo parece perdido. Então as forças locais, revitaminadas por um poderoso surto demográfico e económico, repelem, absorvem os invasores. De oravante, a Europa está em porto de abrigo. É a idade do feudalismo, da luta dramática entre os imperadores e os papas, mas ainda a época em que os escravos passam a servos, os servos se elevam a camponeses livres, e uma parte dos camponeses se transformam em burgueses, alguns burgueses ascendem a capitalistas.

A Europa medieval dispôs de quatro trunfos decisivos: uma população agrícola bem distribuída de acordo com os recursos do solo; um escol de fidalgos-mercadores; um espírito aberto às novas técnicas; por último, o sentido da iniciativa individual, bem como do trabalho de equipe. Promessas do século X, realizações dos séculos XI e XII.

Na era de Duzentos, a Europa medieval atinge o apogeu: é o século de S. Francisco de Assis e Roger Bacon, de Dante e São Luís, de Marco Polo e de Afonso X o Sábio... Mas a civilização europeia, que reabsorve o legado antigo e se confronta à islâmica, não consegue manter-se nesses cimos; terá de mudar de rumo: e as derradeiras páginas deste livro tocam o prelúdio do renascimento e da Europa moderna.

Ilustram esta obra 8 extra-textos a cores e 32 a dois tons, 83 gravuras a preto no texto (e entre as reproduções contam-se muitos inéditos) e 23 mapas. Acessível e cheia de vivacidade, esta obra contém, por outro lado, a necessária instrumentação científica: Bibliografia, Quadros cronológicos, um Glossário (atrescentado na edição portuguesa) e Índices remissivos.

NASCIMENTO DA EUROPA: agora, que se passou a página da sua supremacia no globo, como não nos debruçarmos sobre essa Idade Média, do século V ao XIV, de génese e formação da Europa tal como a conhecemos, verdadeiro mosaico de culturas (como a empobrecem os que a reduzem a uma pretensa unicidade!). Quinhentos anos de incubação na obscuridade, seguidos de outros quinhentos de crescimento à luz do dia: dentro desta moldura cronológica, sobre o pano de fundo da história política e militar (não apenas os chamados «acontecimentos», mas também o encadeamento das instituições e maneiras de agir dos chefes e das massas), decorre o diálogo sempre recommençado da história económico-social e da história intelectual e da sensibilidade, que é então o diálogo da carne e do espírito. Robert Lopez evoca de entrada os «Bárbaros» do Norte que derrubam todas as barreiras, para em seguida pararem numa desordem de imaturidade que se combina com a desagregação romana: mal discernimos aí os germes da futura Europa. A Igreja, que nasceu antes dela, ampara os seus primeiros esforços; depois Carlos Magno esboça desajeitadamente uma ordem europeia embrionária.

Novas invasões, e tudo parece perdido. Então as forças locais, revitaminadas por um poderoso surto demográfico e económico, repelem, absorvem os invasores. De oravante, a Europa está em porto de abrigo. É a idade do feudalismo, da luta dramática entre os imperadores e os papas, mas ainda a época em que os escravos passam a servos, os servos se elevam a camponeses livres, e uma parte dos camponeses se transformam em burgueses, alguns burgueses ascendem a capitalistas.

A Europa medieval dispôs de quatro trunfos decisivos: uma população agrícola bem distribuída de acordo com os recursos do solo; um escol de fidalgos-mercadores; um espírito aberto às novas técnicas; por último, o sentido da iniciativa individual, bem como do trabalho de equipe. Promessas do século X, realizações dos séculos XI e XII.

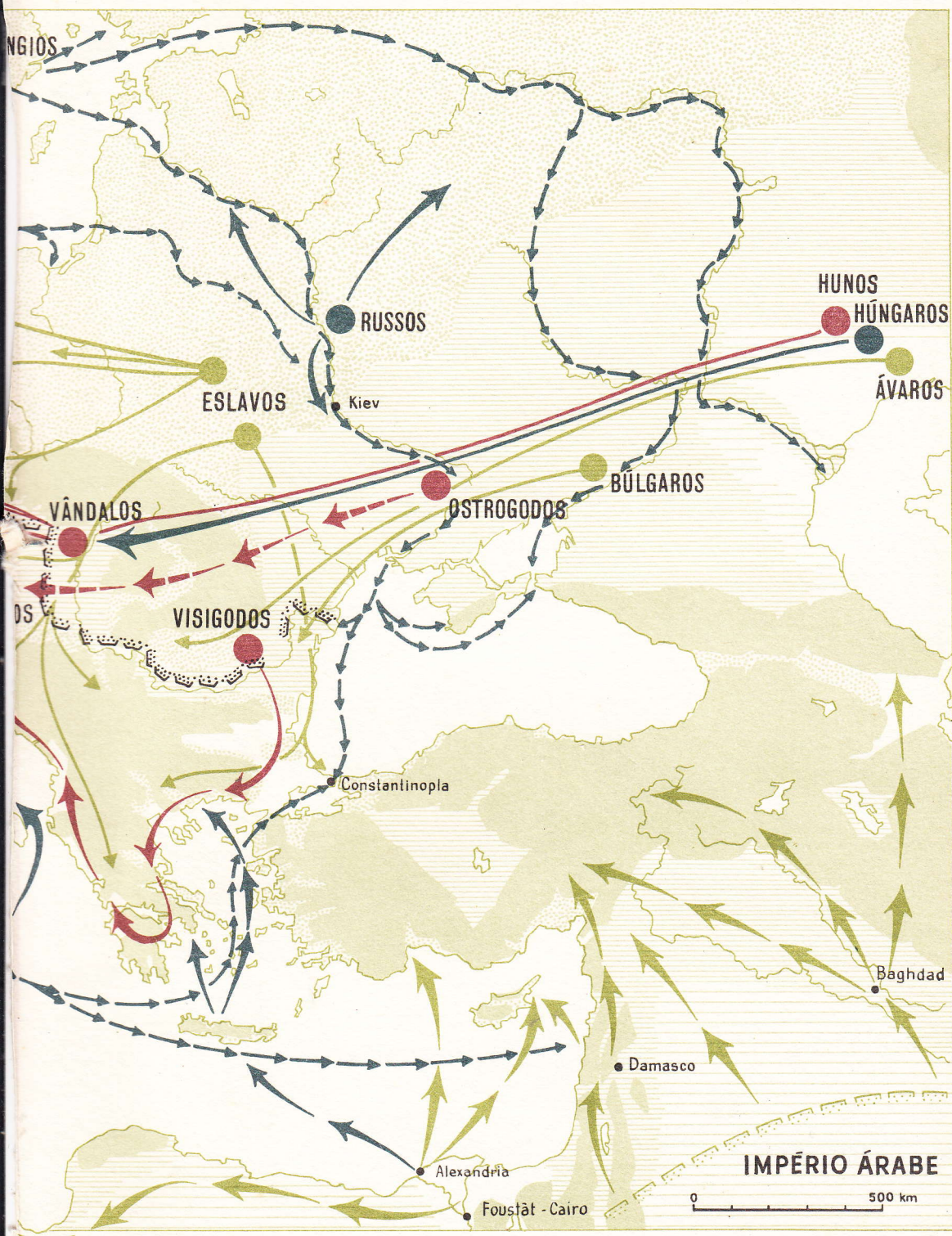
Na era de Duzentos, a Europa medieval atinge o apogeu: é o século de S. Francisco de Assis e Roger Bacon, de Dante e São Luís, de Marco Polo e de Afonso X o Sábio... Mas a civilização europeia, que reabsorve o legado antigo e se confronta à islâmica, não consegue manter-se nesses cimos; terá de mudar de rumo: e as derradeiras páginas deste livro tocam o prelúdio do renascimento e da Europa moderna.

Ilustram esta obra 8 extra-textos a cores e 32 a dois tons, 83 gravuras a preto no texto (e entre as reproduções contam-se muitos inéditos) e 23 mapas. Acessível e cheia de vivacidade, esta obra contém, por outro lado, a necessária instrumentação científica: Bibliografia, Quadros cronológicos, um Glossário (atrescentado na edição portuguesa) e Índices remissivos.



A EUROPA INVADIDA DO SÉCULO IV AO SÉCULO X

- | | | | |
|--|--|---|--------------------------------------|
|  | Montanhas |  | Foco de dispersão dos invasores |
|  | Zona de florestas |  | Invasões bárbaras dos séculos IV e V |
|  | Zona de estepes |  | Invasões do século VI ao século VIII |
|  | Limite meridional das migrações bárbaras em 376 |  | Invasões do século IX ao século XI |
|  | Limite setentrional da expansão muçulmana em 632 | | |



Nascimento da EUROPA

ROBERTO S. LOPEZ
Professor da Universidade de Yale

Tradução de
A. H. DE OLIVEIRA MARQUES
Doutor em História pela Faculdade de Letras de Lisboa

Cartografia de
SERGE BONIN

1965
EDIÇÕES COSMOS
Lisboa — Rio de Janeiro

A minha Mulher

SUMÁRIO ⁽¹⁾

PREFÁCIO

LIVRO 1 — Da dissolução à reencarnação do Império

- 1 — *Marcas da experiência romana*
- 2 — *Em direcção ao abismo*
- 3 — *O Oriente afasta-se do Ocidente*
- 4 — *O Império Carolíngio, gigante frágil*

LIVRO 2 — Reconstrução de cima a baixo

- 1 — *A aurora europeia*
- 2 — *A sociedade trinitária*
- 3 — *O erguer do pensamento*
- 4 — *As mutações dos reinos*

LIVRO 3 — O apogeu da Europa medieval no século XIII

- 1 — *Os horizontes abertos*
- 2 — *As nações adolescentes*
- 3 — *Do microcosmo ao macrocosmo*

CONCLUSÃO — Rumo a um novo equilíbrio

(1) O Índice pormenorizado vai no fim da obra

Nesta edição portuguesa inserem-se as adições e correcções da edição inglesa (em preparação), gentilmente cedidas pelo Autor, a quem testemunhamos o nosso agradecimento. Além disso, acrescentou-se um *Glossário*, da responsabilidade do Tradutor e do Director.

(V. M. G.)

O LEITOR encontrará aqui algumas indicações que se destinam a facilitar a leitura da presente obra:

Estampas a cor Os extra-texto a cores vão numerados de I a VIII.

Estampas a dois tons Os extra-textos vão numerados de 1 a 32.

M a p a s Os mapas insertos no texto vão numerados de 1 a 21. Os mapas gerais figuram nas páginas de guarda, a princípio e no fim do volume.

Quadros cronológicos Na parte final deste volume encontram-se, a seguir à «Conclusão» e antes da Bibliografia, quadros cronológicos que abarcam todo o período nele tratado.

Glossário A seguir à Bibliografia e antes dos Índices Remissivos insere-se um glossário explicativo de certos termos eruditos ou cujo sentido convém precisar.

F o n t e s das ilustrações As referências completas e as indicações das fontes dos extra-textos e das figuras no texto estão colocadas no final da obra, antes do Índice Geral.

TÍTULO ORIGINAL

«*Naissance de l'Europe*», Collection «*Destins du Monde*»

Librairie Armand Colin, Paris, Julho de 1962

PREFÁCIO

Não quis cometer pecado de orgulho ao dar este título — *Nascimento da Europa* — a um livro consagrado à Idade Média ocidental. Por grande que seja o papel desempenhado na história por esta estreita península da Ásia, nem por isso é lícito atribuir aos Europeus as qualidades de Povo Eleito. A entrada em cena de uma civilização europeia, à qual se irão ligar muito mais tarde as Europas do ultramar na América e nos outros continentes, não constitui o único facto importante da Idade Média. É, contudo, o único que a preenche sem extravasar de seus limites.

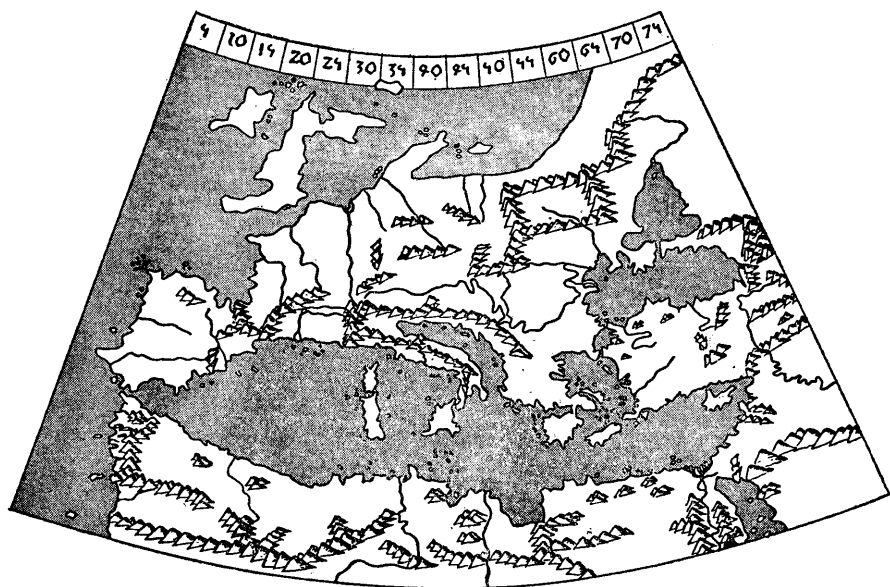
O termo «Idade Média» deve ser o mais desastrado de todos esses inúmeros rótulos que nós, historiadores, continuamos por hábito a apôr a cortes arbitrários do passado. Porque toda a época é, se quisermos, uma «idade média», uma transição entre passado e futuro. Aquela a que chamamos medieval — o milénio entre o IV e o XIV séculos — só foi transição verdadeira entre a agonia da civilização mediterrânea clássica e a gestação da civilização europeia moderna.

Este quadro cronológico, em vão o tentaríamos justificar por esta ou aquela unidade interna que as épocas posteriores, bem erradamente, julgaram descobrir na «meia idade». Talvez já não seja necessário determo-nos nesses caracteres negativos que aos homens do Renascimento, da Reforma, do século das Luzes ou da Revolução Francesa pareceram suficientes para condenar em bloco, e assim definir a Idade Média. Ignorância e particularismo, servidão e feudalismo (mesmo admitindo que cada um destes fenómenos marcou um passo atrás em relação à «idade de ouro» da Grécia e de Roma) não foram apanágio exclusivo da Idade Média e não a ocuparam na sua totalidade. O termo «idade da fé» ou «época cristã», que os romantismos do século XIX e de hoje adoptaram para a reabilitação dessa grande caluniada, também não é exacto. A fé não tem época; tanto pertence ao Egipto dos faraós como à Inglaterra dos puritanos. O cristianismo tem a idade de Cristo, o que significa que nasceu no tempo

NASCIMENTO DA EUROPA

de Augusto. Aos olhos desses crentes que, sem o saber, viviam na época «medieval», o período de transição desenrolara-se entre a Queda e a Redenção; a sua época, consideravam-na «moderna». Aliás, se é verdade que a religião desempenhou um papel de relevo na Idade Média, nem por isso constituiu o motor único do tempo.

Em contra-partida, foi na Idade Média que a civilização europeia criou a sua própria unidade. Não bastava que se alicerçasse na geografia



Mapa 1 — *A Europa de Ptolomeu, segundo os geógrafos do Renascimento. Incunábulo de 1490 (Biblioteca da Universidade de Yale).*

física e humana do território que a viu nascer. Se hoje temos por costume distinguir no mapa-do-mundo uma região natural que vai de Portugal até à Rússia e do Ártico ao Mediterrâneo, já os Antigos viam com igual clareza uma outra região natural cujo eixo era o Mediterrâneo e cujos limites eram traçados pelo Reno e pelo Danúbio a norte, e os grandes desertos a sul. Em ambos os casos, estamos em presença de populações diferentes, que uma cultura comum aproximou. A escolha feita, entre as diversas possibilidades que a geografia oferece, é antes de tudo um facto de cultura; facto que pouco deve às condições materiais que o acompanharam, ou pelo menos não resulta inteiramente delas.

Contudo, nada mais artificial, e portanto mais falso, do que esboçar o retrato da época desprezando as condições materiais. O que a Idade

Média via como um duelo entre o espírito e a carne, entre a alma e o corpo, é a nossos olhos o diálogo, sempre recomeçado, da história intelectual e da história económica. Felizmente, também a evolução da economia medieval possui a sua unidade interna. Compreende um duplo movimento de contracção e de expansão — contracção entre os séculos III e IX aproximadamente, expansão entre os séculos X e início do XIV — a partir do qual novo ciclo se anuncia.

Estes fluxo e refluxo económicos, ainda que não apareçam no título do meu livro, perpassam-no sempre como um tema fundamental, na mesma posição ou até ao mesmo nível da formação da Europa. Não menos importante do que a criação de nova e duradoura unidade cultural se mostra o facto de os povos europeus terem podido reencontrar, no fundo do declive que desceram durante os primeiros quinhentos anos da Idade Média, a energia necessária para construir uma sociedade nova, mais próspera e menos desigual do que a da Antiguidade.

*

Para além, ao lado destes dois temas, hão-de explorar-se, sempre que se inscreverem no nosso objectivo sem o sobrecarregar, as outras riquezas da história «medieval». Este livro não vai ser, com efeito, a história completa de dez séculos. Não é em trezentas ou quatrocentas páginas que se pode contar toda essa história, excepto — e mesmo assim... — à maneira de manual. Confesso-me incapaz de escrever um manual desse género. O que quis oferecer ao público foi um *ensaio*, no sentido etimológico do termo.

Como o plano geral da colecção «Rumos do Mundo» inclui volumes especiais sobre os Bizantinos, os Eslavos e os Árabes, este ensaio tem de circunscrever-se em limites geográficos precisos: o Elba, o Adriático, as margens setentrionais do Mediterrâneo. A Espanha e a própria Sicília saem deles quando se tornam províncias muçulmanas. Adentro destes limites, ser-me-á perdoado demorar-me mais de espaço nas margens soalheiras do Meio-Dia que as águas desse Mediterrâneo decisivo banham?

Sou genovês, embora viva e leccione nos Estados Unidos; e se Cristóvão Colombo não se tornou menos genovês por ter descoberto a América, porquê exigir do seu humílimo concidadão a neutralidade da indiferença? Apesar de Copérnico, a nossa visão continua centrada na terra a que cada um de nós pertence.

Por último, tenho de reconhecer que sacrifiquei o estudo das personagens e das batalhas, converti evoluções complexas em relações simples de causa e efeito ou em esquemas, e passei em silêncio as teorias, por vezes tão divergentes, dos que me precederam, sempre com o objectivo de des-cortinar o que se me afigura o fio condutor desta vasta história colectiva.

NASCIMENTO DA EUROPA

Não sem profunda pena, porque a realidade é feita, sem fim, de indivíduos e de combates; a evolução humana é o produto de inúmeras causas parciais e de múltiplas consequências, directas e indirectas; e imensa é a minha dívida para com os historiadores de hoje e de ontem e de outrora. De Tácito e dos dois Plínios a Fernand Braudel e aos meus colegas de Yale, a todos tenho de agradecer. No momento em que lanço estas páginas, talvez ambiciosas em demasia, sustenta a minha fraqueza uma imagem cara aos homens da Idade Média: até um anão pode ver longe, se estiver sentado aos ombros de gigantes que o precederam.

Livro 1

DA DISSOLUÇÃO
A REENCARNAÇÃO
DO IMPÉRIO

MARCAS DA EXPERIÊNCIA ROMANA

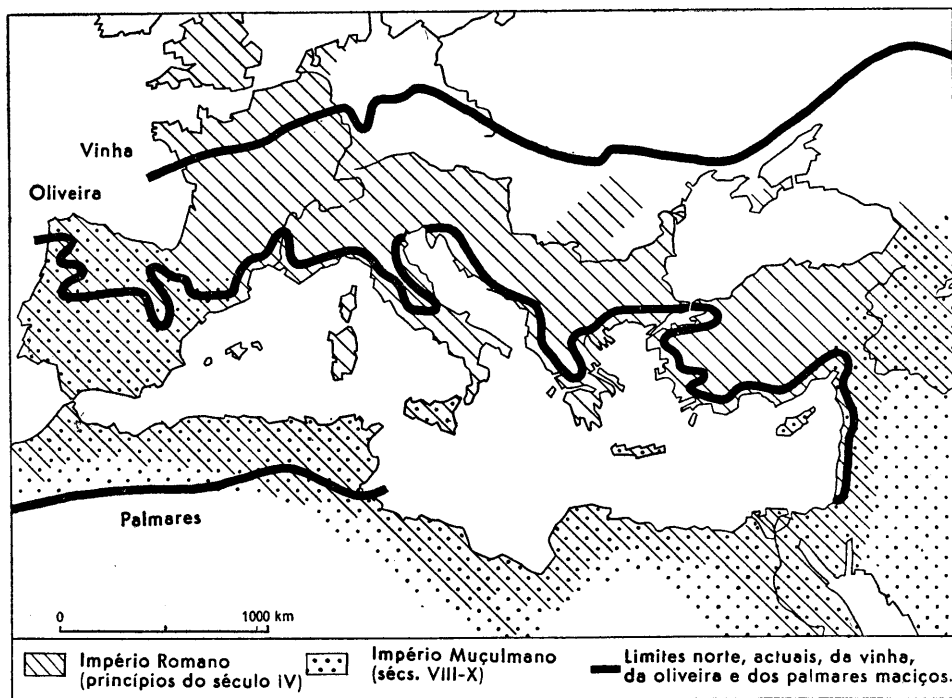
1. A COMUNIDADE MEDITERRÂNEA: LIMITES E VIZINHANÇAS

«**A**NTES DE MAIS, é preciso que se saiba que o Império Romano contém por toda a parte a fúria das nações que uivam à sua volta, e que a pérfida barbárie, protegida pela natureza dos lugares, cobiça de todos os lados as nossas fronteiras.» É nestes termos que um obscuro autor do século iv, pouco depois da conversão de Constantino ao cristianismo, descreve o campo entrincheirado em que se convertera a *Respublica Romana*, essa grande comunidade dos povos greco-romanos.

A luta fora muito menos árdua durante o período áureo de Augusto ou o período argênteo de Trajano. Transformara-se numa série de combates sem quartel durante o período férreo de Galieno, complicando-se com terríveis convulsões internas. Depois, mercê de um esforço quase sobre-humano, o Império reerguera-se. O Imperador recuperara autoridade sobre as tropas, o exército soubera uma vez mais conter os Bárbaros, e a *Respublica*, enfraquecida mas convalescente, conseguira um adiamento precioso. E embora a constituição do Império, as suas leis, a economia ou a arte já

DA DISSOLUÇÃO À REENCARNAÇÃO DO IMPÉRIO

não fossem as mesmas do tempo da juventude — seria acaso possível sobreviver quatro séculos sem transformações? — as fronteiras não se haviam alterado (mapa 2).



Mapa 2 — Actuais limites setentrionais da vinha, da oliveira e dos palmares maciços

Regiões civilizadas e mundo bárbaro

Na força da juventude, o poderio romano atingira os limites do mundo civilizado e ultrapassara-os até para anexar as mais férteis ou as menos atrasadas das regiões bárbaras. Na idade madura, imobilizara-se em longo corredor que as fortificações do *limes* protegiam contra os embates desordenados dos nómadas e dos semi-nómadas a norte ou a sul: bárbaros da planície ou da floresta onde a vinha jamais conseguia sol bastante para dar fruto, bárbaros do deserto arenoso ou pedregoso onde a oliveira ardia sem dar flor. A ocidente, era o oceano a abrir-se num abismo, onde seria loucura aventurar-se alguém. A oriente, a Pérsia oferecia o espectáculo de um

Império menos poderoso e menos requintado do que o Romano, mas governado, não obstante, de acordo com princípios assás semelhantes, um Império que se havia de tolerar provisoriamente, visto terem fracassado as tentativas para o subjugar. Mais distante, mal conhecida, a China — *Serica*, o império da seda — construía outras muralhas contra outros bárbaros. Estes três estados tão cheios de orgulho — Roma, a Pérsia, a China — formavam uma cadeia quase contínua do Atlântico ao Pacífico, alternando-se, sem o saberem, na tarefa de organizar os povos civilizados e de deter os selvagens.

É certo que nem todos os «selvagens» o eram da mesma maneira aos olhos dos Romanos. A Etiópia perdera quase por completo o contacto com o Egipto, depois de sucessivamente ter sido sua vassala e sua soberana, mas gozava no entanto de certo crédito, sobretudo porque se situava na origem do ouro, de especiarias variadas, e nas nascentes do Nilo, mais precioso ainda do que o ouro. Também a Índia havia deslumbrado os Gregos pelas suas riquezas e mantido ligações comerciais e culturais com as províncias levantinas do Império Romano. Os Árabes não se faziam notar pela riqueza nem pela força, mas algumas tribos suas visitavam com regularidade os postos fronteiriços romanos da Síria e da Mesopotâmia, últimos portos das caravanas antes do «mar sem água» do deserto, e aí haviam colhido elementos de civilização. Mesmo os Germanos, dizia-se, apesar da ferocidade natural, lá tinham as suas virtudes. Aos escritores forneciam por vezes modelos para o retrato ideal do selvagem nobre; aos exércitos, corpos auxiliares aguerridos; aos mercadores, clientes com poucas exigências e, se os deuses se mostravam propícios, escravas loiras.

É verdade que os deuses tinham demonstrado bem a sua cólera no século III, mas essa dura prova pertencia já ao passado. Reconstruído militar e administrativamente por uma série de grandes chefes, desde Cláudio II (268-270) até Diocleciano (284-305), reconciliado com a irresistível religião de Cristo por Licínio e Constantino (306-337), o Império considerava crise passageira essa tempestade, no decurso da qual um imperador fora capturado pelos Persas, um outro morto pelos Godos, enquanto as melhores províncias desertavam. Vistas bem as coisas, os Germanos, tal como os Berberes não submetidos, que em tantos aspectos lhes eram semelhantes, não pareciam tão de recear como o Estado civilizado dos Persas. Na época do texto que citámos ao abrir este capítulo, o imperador Juliano (360-363) — último campeão dos costumes antigos — daria uma imagem bem nítida deste ponto de vista, ao voltar as costas aos Germanos, derrotados mas não aniquilados, a fim de tentar uma vez mais concluir vitoriosamente o velho duelo com a Pérsia.

Assim, os limites do Império pouco se haviam deslocado no decurso dos séculos. A sul, eram os desfiladeiros do Atlas, uma catarata do Nilo e, nas outras partes, o deserto: alguns fortins puderam ser abandonados sem que a situação mudasse sensivelmente. A oriente, o deserto servia também de fronteira na Palestina e na Síria; daí até aos desfiladeiros do Cáucaso, estendia-se uma região montanhosa onde, sucessivamente, tanto Roma como a Pérsia se disputaram com dureza algumas faixas de terreno sem resultado duradouro. A norte, o Danúbio e o Reno, os grandes rios que cortam em dois aquilo a que chamamos Europa, marcavam a fronteira entre a România e a Barbária. Este limite prolongava-se, para lá do mar do Norte, até às montanhas entre a Inglaterra e a Escócia. Na Escócia, na Suábia, na Roménia e (se, em 180, Marco Aurélio não tivesse morrido cedo demais) na

Boémia, o Império concebera a ambição de proteger a sua fronteira com uma cortina de fortificações exteriores, mas fora obrigado a renunciar a tal. Aliás, mesmo sem essas fortificações, a barreira continuava a aguentar-se. Era por certo uma fronteira bem longa, mas que se justificava pelo facto de seguir, mais ou menos em linha paralela, as margens do Mediterrâneo, de maneira a resguardar uma faixa de profundidade quase constante, ao longo do mar.

O Império, dom do Mediterrâneo

Diz-se que o Egipto é um presente do Nilo. Com quase tanta razão se poderia afirmar que o Império Romano foi um presente do Mediterrâneo. Este carácter físico, orgânico, distingue-o com nitidez dos outros impérios da Antiguidade, que tinham por eixo um vale, e dos grandes reinos medievais, centrados numa planície ou num planalto. Assim se pode aplicar à comunidade greco-romana a encantadora imagem que Platão dava dos Gregos, seus concidadãos, debruçados de perto ou de longe sobre o mar «como rãs à volta de um charco». Na verdade, o Mediterrâneo mantinha unida a imensa *Respublica Romana*, assegurando-lhe um clima relativamente uniforme e comunicações relativamente fáceis. A própria Roma, ao comando no centro, transmitia ordens e recebia por barco o seu sustento graças a Óstia e ao Tibre.

A rede dos cursos de água e das estradas permitiu sem dúvida aos Romanos uma certa penetração no interior das terras. Com engenho e persistência os colonos conseguiram aclimatar plantas e métodos mediterrâneos a alguma distância dos seus locais de origem (como em relação à vinha, que propagaram em direcção ao norte). Contudo, quanto mais os Romanos se afastavam do mar quente e temperado, menos à vontade se sentiam. Tornavam-se mais complicados os problemas «logísticos» e administrativos, atenuava-se-lhes a faculdade de assimilação dos povos submetidos, afrouxava-se-lhes também a vontade de dominar os orgulhosos. Embora gostando de chamar ao seu império «universal», tiveram geralmente o bom senso de parar sempre que se lhes tornava difícil retemperar as forças mediante o contacto fácil com o Mediterrâneo revivificante.

Uniformidade de clima e facilidade de comunicações tornaram possível esse dilatado milagre do Mundo Antigo: a transformação de uma amálgama desconexa de povos em comunidade harmoniosa e homogénea. O imperador que celebrou o primeiro milénário da fundação de Roma, em 248, era de origem árabe; diziam mesmo que abraçara a doutrina subversiva e baixa dos cristãos. Que importa? Acostumados de há séculos a viver em conjunto sob um governo único, os habitantes do Império haviam adquirido uma maneira comum de observar e de agir. Um cidadão que se deslocasse de *Eburacum* (York) a Alexandria ou de Trebizonda a Cádiz

não se sentia mais estrangeiro do que um francês de hoje que viaje de Lille a Marselha, Genebra ou Liège. Todos os homens livres eram cidadãos, e se é verdade que nem todos os cidadãos gozavam dos mesmos direitos, também as desigualdades se revelavam quase constantes de uma ponta à outra do Império. Mesmo os escravos viram imperadores filósofos impor os primeiros limites às arbitrariedades dos seus senhores. Bem depressa a crise econômica e demográfica preencheria o abismo que os separava dos homens livres: a liberdade tornar-se-ia um fardo para os pobres enquanto a rarefação da mão-de-obra tornaria os escravos mais preciosos. Por todo o Império, exército, administração, escolas, teatros, salões eram os cadinhos onde, à chama do patriotismo romano, se fundiam resistências e particularismos.

É verdade que não houve patriotismo que chegasse para eliminar por completo as indiferenças e os descontentamentos. Contudo, a ausência de concorrência tornava quase impossíveis as traições.

O mais ardente dos nacionalistas de hoje tem de admitir que a sua própria nação faz parte de uma grande família onde as diferenças culturais são pouco profundas; aos olhos dos seus cidadãos, a Roma antiga era a única comunidade humana no meio desses seres meio-homens que eram os Persas, ou desses semi-lobos que eram os Bárbaros. Ponto de vista este pouco ampliado pelo universalismo de alguns escritores cristãos.

Unidade e diversidade

Não há dúvida de que subsistiam diferenças regionais de idioma, de leis, de instituições, de ritos, mas atenuadas, cobertas por uma superfície homogênea, brilhante, sólida. Duas línguas eram quase universalmente compreendidas, se não faladas com a mesma fluência: o latim no governo e na ação, o grego no pensamento e na elegância. Uma literatura bilingue, mas una nos temas e no espírito, conservava a forma primitiva dos idiomas dominantes, enquanto um latim e um grego populares iam a pouco e pouco suplantando os falares regionais. Artes e técnicas exprimiam-se igualmente num idioma uniforme, apesar das variações impostas pelas disparidades de talento e de instrução, de hábitos ou de clima. Elaborado por juristas de génio e enriquecido pela prática quotidiana, o direito civil enterrava cada vez mais os costumes particularistas. A pouco e pouco, os inúmeros cultos e deuses locais tinham-se fundido num sincretismo nivelador. Ao mesmo tempo, as «superstições» místicas do Oriente haviam feito recuar as «religiões» formalistas da tradição ocidental. Por último, o cristianismo levava a melhor sobre as outras crenças universalistas orientais. De resto, a duração e a violência da luta não podem esconder dos nossos olhos as influências recíprocas, as semelhanças profundas entre as deusas-mães e as trindades de todos os tempos, as afinidades entre um Celso e um Orígenes ou entre um Santo Agostinho e um Juliano.

DA DISSOLUÇÃO À REENCARNAÇÃO DO IMPÉRIO

Como é natural, a camada niveladora não se mostrava igualmente espessa em todas as classes ou em todas as províncias. Dentro daquilo a que chamamos a civilização greco-romana, o acento colocava-se sobre o termo «romano» na parte ocidental do Império, e sobre o termo «grego» na parte oriental. Por razões opostas, a Inglaterra e a Palestina estavam menos profundamente «romanizadas» do que a Hispânia e a Dalmácia. Os Judeus, orgulhosos de um passado ilustre, não queriam deixar-se despersonalizar por uma cultura estrangeira; a Grã-Bretanha não fora ocupada durante tempo suficiente ou colonizada com intensidade bastante para absorver a fundo a cultura superior dum povo mais evoluído. Da mesma forma, se as aristocracias urbanas não achavam extremamente difícil tomar por modelo a aristocracia da Cidade por excelência, já os camponeses — como sempre e em toda a parte — conservavam um culto pelo torrão natal mais ou menos marcado, consoante a distância a que se encontravam das cidades, do mar ou das vias de comunicação. No princípio do século v, um magistrado-bispo da Cirenaica terminava o seu elogio da vida rústica do interior com estas palavras mordazes: «Sem dúvida que sabemos continuar a existir um Imperador vivo, porque os exactores do fisco no-lo recordam todos os anos; mas quem ele seja, é coisa bem menos clara. Há entre nós alguns que julgam que o nosso rei é ainda Agamémnon, filho de Atreu». Persiste o facto de que Agamémnon fazia parte do património comum da cultura greco-romana e de que a ignorância ou o descontentamento dos rústicos só raramente causou à *Respublica Romana* revoltas organizadas.

2. FORÇAS TRADICIONAIS

A experiência dos tempos modernos habituou-nos a ver na centralização administrativa o cimento dos impérios, e no comércio um correctivo à acção dissolvente dos interesses agrícolas locais. Ora, a unidade política do mundo mediterrâneo clássico assentou pelo contrário na protecção aos governos locais, enquanto a sua unidade económica se construiu essencialmente sobre a uniformidade de pequenas comunidades agrícolas.

O Império, uma república

Por muito, muito tempo, este império romano, que nunca deixou de se querer chamar *Respublica*, prodigalizou esforços para sustentar os corpos, organismos e comunidades particularistas que o pudessem aliviar duma ou doutra função governamental. «Não existe paz sem exército, exército sem soldo, soldo sem tributo; o resto é comum entre nós»; nestas palavras, atribuídas por Tácito a um general romano que se dirigia aos Gauleses, estão resumidos os ideais, e até as realizações da política imperial. Mesmo os mais despóticos imperadores do século I, os Calígulas e os Neros, pouparam em geral aos pequenos senados das cidades provinciais as humilhações que gostavam de infligir ao grande Senado de Roma. À medida que as exigências da guerra e o peso da administração aumentavam, o governo central viu-se evidentemente forçado a alargar as suas atribuições e a multiplicar os seus cargos. Mas mesmo então, a repugnância em levar a cabo uma centralização que não estava de acordo nem com as tradições nem com as possibilidades económicas e militares, se manifestou por uma série de

medidas que conduziam ao fraccionamento. O alto comando (ou seja, o cargo de Imperador, não o Império, que era e continuou a ser indivisível) foi partilhado entre duas ou mesmo quatro pessoas. Cada um dos postos militares e administrativos provinciais estava em condições de se bastar a si próprio, tanto quanto o permitiam as situações particulares. Aos funcionários municipais, presidentes dos corpos de misteres, proprietários de grandes domínios, foram garantidos poderes bastantes para transmitir as crescentes necessidades do governo a quem dependesse deles.

De todas as colaborações que podia solicitar, o Império só deixou inexplorada a dos mercadores. Quando muito, foram estes convidados a ajudar as autoridades nas requisições, por meio das quais se tentava abastecer o exército e a burocracia sem recorrer ao mercado livre. Esta indiferença não deixava de ter vantagens, poupando aos comerciantes a intervenção nos negócios de um governo que por força não compreenderia os seus interesses. Em contra-partida, limitava os benefícios mútuos que a comunidade política e económica mediterrânea e a sua classe mercantil teriam podido obter. Tornaremos adiante ao papel do comércio na vida económica do Império; limitemo-nos por ora a verificar que na vida política ele desempenhou um papel insignificante. Por um paradoxo da história, o único Estado que controlou todo o Mediterrâneo e dele fez o seu centro de gravidade, viveu e morreu como nação de agricultores.

O exército camponês

Quem não conhece a história edificante de Cincinato voltando ao arado depois de cada vitória? Essa história nunca deixou de representar o ideal supremo de Roma, ainda que a realidade cada vez mais se distanciasse dele. Depois de a guerra ter enriquecido ou empobrecido quase todos os pequenos proprietários independentes do território latino, buscaram-se mais longe os Cincinatos, no resto da Itália, na Gália, nos Balcãs. As colónias propagaram a boa semente, os exércitos estabeleceram viveiros em todas as guarnições, e a árvore, sempre ameaçada mas sempre renascente, recebeu a protecção de leis especiais. No século III, foram camponeses ilírios que salvaram o Império da derrocada. No desmoronamento geral do século V, as derradeiras resistências aos Bárbaros vieram, não dos grandes, quantas vezes dispostos a colaborar com o vencedor, mas dos soldados camponeses, únicos ou quase únicos a conservar propriedades livres ao longo da fronteira. Os outros camponeses proprietários tinham sido absorvidos de há muito pelos grandes domínios, resignados e até felizes por trocar a independência pela segurança; porque os grandes senhores, a quem abandonavam a propriedade plena da sua parcela de terra, podiam melhor do que eles fazer face aos flagelos reiterados das invasões, às catástrofes mais frequentes das más colheitas, às sangrias regulares e crescentes do fisco.

Se os pequenos proprietários (e, na sua falta, os mercenários bárbaros) constituíam o núcleo do exército, eram os médios e os grandes proprietários quem preenchia os quadros militares e administrativos. Já muito anteriormente, durante as perturbações que precederam a extinção da República, o seu monopólio fora ameaçado por uma classe ascendente, a dos «cavaleiros». Por estranho que isso nos possa parecer, depois de séculos de cavalaria feudal, o termo designava então plebeus enriquecidos pelo comércio, pelos empréstimos e pelos fornecimentos de víveres. Pode perguntar-se qual seria o destino do Império se estes «cavalheiros de indústria» tivessem vencido: talvez resultasse mais vigoroso, mais empreendedor, certamente menos estável. Mas a prudência de Augusto e dos seus sucessores apoiou-se nas boas famílias dotadas de bens de raiz, e naturalmente de um espírito conservador e moderado.

Enquanto a média propriedade manteve o seu lugar ao lado do grande domínio, o Império possuiu uma base bastante larga de alicerces camponeses. Só começou a periclitar no momento em que a classe média foi por sua vez engolida pela crise económica e militar, deixando apenas lado a lado grandes senhores e trabalhadores esfomeados.

As células urbanas, células fundamentais

Enquanto subsistiu, foi esta classe média de proprietários que deu alma às células fundamentais que formavam o Império: as cidades-estados. Estas células eram anteriores ao próprio Império e mesmo à cultura greco-romana. Ligavam-se ao tipo mais simples de organização humana que pode resultar da fixação ao solo de uma comunidade anteriormente semi-nómada ou nómada: um núcleo fortificado, colocado no meio de uma região agrícola.

O território da cidade-estado mostrava-se de início pequeno bastante para poder reunir facilmente, no abrigo central, homens e produtos e protegê-los contra a inclemência da natureza, fazer frente aos inimigos comuns, partilhar as emoções da prece ou os prazeres do banquete. À princípio, a cerca podia limitar-se a incluir um único edifício para os deuses e os chefes, além de um grande espaço vazio para reuniões. A pouco e pouco foram-se multiplicando as casas e a aldeia passou muitas vezes a cidade, povoando-se de administradores, artífices e mercadores, como também de proprietários rurais. Mas estes continuaram a dominar a vida política e social da cidade, ao mesmo tempo que asseguravam a sua união material e moral com a zona abastecedora. O termo *civitas*, cidade, que hoje reservamos à capital industrial e mercantil de um vasto território agrícola, aplicava-se sem distinção ao território e ao seu núcleo (*urbs*). O carácter específico do núcleo não resultava da profissão dos seus habitantes, mas sim do facto de que eles viviam lado a lado, enquanto normalmente os outros «cidadãos» se achavam dispersos.

Era quase inevitável que a cidade-estado não fosse mais do que uma etape no caminho do império ou da nação. Cedo ou tarde, uma *civitas* mais desenvolvida do que as outras ou um chefe militar hábil e bem secundado haviam de impor a sua força a várias cidades-estados. Esboçaram-se unidades de maior âmbito, decalcadas muitas vezes sobre regiões naturais: foi assim que o vale do Nilo viu os seus «nomos» independentes apagarem-se sob o domínio dos reis-deuses que controlavam a distribuição das águas vivificantes.

Contudo, nem sempre a geografia era favorável à integração da cidade num império. Na maior parte da Grécia e da Península Itálica, erigia montanhas, cavava fossos em torno de cada cidade-estado, dando-lhe em troca uma nesga de mar como única saída para o mundo. Por isso se achou muitas vezes retardado o desenvolvimento do estado monocelular em organismo mais complexo. A célula teve assim tempo de amadurecer dois gérmes que, noutras partes, englobados cedo demais na pesada estrutura de um império, se atrofiaram: um individualismo mais tenaz, reforçado de solidariedade mais estreita. Os habitantes conheciam-se melhor: para se dedicarem a uma expressão colectiva, que reflectisse de perto gostos e interesses, não tinham necessidade de recalcar as suas personalidades. Na Grécia e na Itália, quando a cidade acabou por sucumbir, era já tarde para apagar o patriotismo local. Mais valia então utilizá-lo, transformar em colaboradoras as vencidas da véspera.

Roma, ela própria cidade-estado, foi mestra nesta arte que lhe valeu a duração do seu poderio. Mesmo que apoiada numa burocracia cada vez mais numerosa, o seu exército incomparável jamais teria bastado, sem o concurso das cidades, para manter a coesão de império tão vasto e, em última análise, mediocrementemente povoado: império que, além do mais, nunca conseguiu transformar-se em verdadeira monarquia hereditária. A sua estrutura celular, consolidada onde já existia e introduzida onde faltava, assegurou a continuidade e a uniformidade da civilização mediterrânea. O mapa do Império apresenta-se como um ponteadado denso de cidades-estados (500 no Norte de África apenas), com manchas indecisas aqui e além, onde tribos recentemente submetidas ou admitidas como «aliadas» faziam a sua aprendizagem de romanização e de vida municipal.

A crise das cidades

Graças às cidades, podia o imperador em tempo normal «governar todo o mundo por cartas, sem se deslocar», como o notava no fim do século II um romano da Grécia. Infelizmente, no século III esta rotina tornara-se a excepção. Os imperadores corriam de uma ponta à outra das fronteiras para afirmar por toda a parte a sua presença, para colmatar as brechas através das quais os Bárbaros se precipitavam sobre as *civitates*, já esgotadas pelas contribuições extraordinárias. Nestas condições, era inevitável que as cidades sofressem danos irreparáveis. Contudo, desastres desta ordem restituíram aos núcleos urbanos das cidades-estados a função originária que haviam perdido à medida que se desenvolviam e embelezavam com teatros e ginásios, com aquedutos e com mercados, ao abrigo da muralha contínua das fronteiras invioladas e distantes. Cada cidade rece-

DA DISSOLUÇÃO À REENCARNAÇÃO DO IMPÉRIO

beu guarnições e encerrou-se de novo nas suas muralhas privativas. Roma como as outras.

Os progressos do absolutismo e as necessidades económicas obrigaram os imperadores do iv século a contar muito mais com uma plethora de empregados do que com uma escolha de colaboradores. O peso da sua mão aumentou sobre a população dos núcleos urbanos, a tal ponto que ricos e pobres se esforçaram por fugir para o campo, onde o contrôle era mais difícil. Seria contudo menos exacto dizer que a política imperial foi deliberadamente destrutiva: nos limites em que o pôde, esforçou-se por manter vivas as células constitutivas do Império. Todavia, era-lhe necessário explorar sem piedade os cidadãos. Nos centros prósperos do Oriente, e mesmo em várias cidades da Gália Setentrional, da Inglaterra, da África ou da planície do Pó, a operação não impediu uma modesta recuperação económica. Se nas outras cidades, em que a retracção das cercas atesta a profunda decadência, a pele do paciente foi arrancada, não constituiu isso má vontade. É que o paciente nada mais tinha para dar!

3. TENSÕES NOVAS

Coube às cidades levar a bom termo a última grande tarefa que no seu crepúsculo o Império do século iv veio a cumprir: a definição da ortodoxia cristã e a sua propagação entre os «pagãos» (*pagani*: em bom latim, camponeses). Porque a Igreja decalara a sua organização sobre a própria estrutura do Império, escolhendo para os concílios as capitais de província e para as sés episcopais os núcleos de cidades-estados. Era daí que um clero bem disciplinado e isento de contribuições fiscais dirigia a evangelização do território. Aliás, o cristianismo apresentara-se desde o início como um movimento essencialmente urbano. Tanto os primeiros aderentes (proletários) como os prosélitos de combate (intelectuais) recrutaram-se sobretudo nos centros mais povoados e mais abertos a inovações. Reforçando os núcleos urbanos numa época em que a crise económica e militar os atingia, a Igreja actuava portanto como factor de equilíbrio.

Lei divina e lei humana

Os que acusam o cristianismo de ter acelerado a dissolução do Império Romano confundem o sintoma com a causa. Não há dúvida de que a ordem antiga havia de estar bem enfraquecida para que a nova religião se pudesse afirmar apesar da hostilidade geral das classes dirigentes. Mas o cristianismo ofereceu ao império cristão uma fonte de entusiasmo mais fresca do que os velhos cultos oficiais do politeísmo. De resto, o progresso da autocracia parecia exigir uma religião exclusivista: os Persas tinham-na encontrado no monoteísmo de Zoroastro; e os últimos imperadores romanos

do III século haviam-na procurado na mesma direcção com o culto do Sol. No século IV, os cristãos não passavam de uma minoria, mas o seu espírito de disciplina podia ser útil; em 314, após os primeiros editos de tolerância, o Concílio de Arles propunha já que fossem excomungados todos aqueles que se recusassem ao serviço militar. É verdade que para abraçar o cristianismo tinham os imperadores de renunciar à deificação póstuma que o paganismo lhes concedera. Compensaram-na, porém, tomando a direcção da Igreja. Não valeria mais reflectir os raios projectados pela luz única do que dar nascimento a estrelas medíocres, num embaciado firmamento de deuses? Através do cristianismo, o Império alargava até ao céu as fronteiras que tinha na Terra: a sua causa não era já apenas a dos civilizados contra os bárbaros; era também a dos crentes contra os infieis.

Toda a crença que se arroga o monopólio da verdade contém um germen de intolerância: se as perseguições não a sufocam, o que fazem é torná-la muitas vezes mais intransigente ainda. Não foi preciso um século para que o cristianismo se transformasse de perseguido em perseguidor. Em 311, o imperador Galério abriu-lhe a porta estreita da indulgência, «a fim de que a república goze de uma perfeita prosperidade»; em 341, Constâncio proibia os sacrifícios pagãos, excepto nos templos situados fora das cidades; em 392, Teodósio colocava fora da lei toda a manifestação desses cultos, aos quais, não obstante, permanecia ligada a maioria da população rural.

No próprio seio da Igreja, as querelas entre seitas rivais não esperaram pelos editos de tolerância para se manifestarem. Mais encarniçadas se tornaram quando os concílios passaram a contar com a ajuda do Estado para dar execução às suas ordens. Mas todos esses combates religiosos só vieram sublinhar os conflitos, inevitáveis já, entre os aspirantes ao Império, as velhas rivalidades das províncias. Por isso, enquanto os dissidentes tiveram esperança de converter o Estado ao seu ponto de vista, dirigiram os seus ataques, mais do que contra o governo, contra os governadores. «Na realidade», dizia Optatus, um bispo africano do século IV, «a República não está inclusa na Igreja, mas é, sim, a Igreja que está inclusa na República, isto é, no Império Romano, visto que acima do Imperador não há senão Deus.»

Mais tarde, a intransigência dos «ortodoxos» contra os «heréticos» viria fornecer uma nova base de patriotismo. Os Romanos viram nos Arianos bárbaros inimigos tanto da fé como da nação. É sem dúvida este sentimento que vibra na inscrição gravada por volta de 580 por um humilde soldado balcânico, num grego mal alinhavado e tocante: «Senhor Cristo, ajuda e protege a România!»

Porque tinha mais para oferecer do que os cultos pagãos, a Igreja cristã não mostrou a mesma docilidade. Teodósio «o Grande», que se diz ter sido condenado por Santo Ambrósio de Milão a uma penitência, depois do massacre da população de Salónica, inaugurou em 390 a série dos imperadores que compraram a salvação da alma com uma humilhação. Mas que

na vida quotidiana não repugnavam à Igreja os compromissos com o Estado, prová-lo-á a história milenária de Bizâncio. Já o Evangelho separara o domínio de César do de Deus; e o desprezo afectado por um Santo Agostinho pela Cidade terrestre sublinhava que era impossível governá-la segundo a estrita lei da Cidade celeste.

Por seu lado, o Império pagão nunca se preocupara com teologia. O seu politeísmo fora prático, concreto. Ideias abstractas e princípios morais cabiam antes no âmbito da filosofia (para os eleitos) e do direito (para todo o povo). Eram inevitáveis divergências entre a filosofia greco-romana e a religião judaico-cristã, ainda que a maioria dos pensadores não julgasse difícil reconciliá-las. Mas não havia antagonismo real entre o cristianismo e o direito que proclamava, pela voz de um Ulpiano: «As regras do direito consistem em viver honestamente, não lesar ninguém, dar a cada um o que lhe é devido».

Contudo, se os sacerdotes tivessem tomado à letra a recomendação de Jesus de não alterar um *iota* à Lei mosaica, ou se os juristas tivessem insistido demasiado na fórmula segundo a qual «a jurisprudência é o conhecimento das coisas divinas e humanas», conflitos de autoridade, senão de doutrina, teriam rebentado sem demora. Felizmente que sacerdotes e juristas se mostraram igualmente razoáveis durante os anos decisivos da adopção do cristianismo pelos imperadores. A colaboração do Estado e da Igreja começou com base na separação dos poderes.

Será necessário sublinhar a importância da mensagem espiritual que a Lei de Israel, interpretada pelos cristãos, transmite à Idade Média? No eclipse das leis e da filosofia antigas, frente aos adoradores da força e da violência, os seus arautos nem sempre se mostraram dignos dela. Todavia, a exaltação dos humildes, dos pobres, dos pacíficos não deixou de permanecer a voz da bondade clamando no deserto, uma voz que nada poderia já sufocar.

A responsabilidade dos imperadores

Os humildes necessitam da protecção do Estado, a Igreja enfileira ao lado da ordem imperial. Estando assim o cristianismo fora de causa, será o absolutismo dos imperadores do século IV que se deve acusar de ter sapado a *Romana Respublica*? Uma vez mais, convirá não confundir causas e sintomas. Depois das tempestades do século III, deixou de haver corpo legislativo ou administrativo que se fizesse respeitar pelos seus próprios meios; uma autocracia enérgica era o único freio possível contra a anarquia. Aliás, poderá dizer-se que Nero e Caracala, embora sem uma tão forte pressão das circunstâncias, se importaram mais com a liberdade do que Diocleciano e foram mais respeitadores da moral do que Constantino? Senadores e magistrados urbanos fugiam às responsabilidades, tornadas um peso excessivo; um número crescente de intelectuais desesperava da Cidade

dos homens e voltava-se inteiramente para Deus. Os soberanos despóticos e brutais, que, no século iv, se encarregaram da defesa da comunidade greco-romana, foram, apesar dos seus erros e dos seus crimes, os melhores sustentáculos da parte de liberdade que podia ser salva.

O que é que se podia salvar? Não por certo a realidade, ao menos porém o princípio. Praticamente, a liberdade política morrera muito antes do século iv. Apesar da sua preocupação pelas formas republicanas, Augusto transmitira aos sucessores um poder ilimitado. Se os Antoninos se obstinaram ainda em pedir conselhos ao Senado, já não teriam aceite ordens. Os imperadores dos últimos séculos vestiram-se de púrpura e exigiram que os súbditos se prostrassem em sua presença. Contudo, o direito romano, fiel às concepções originárias, persistia em ver neles magistrados exercendo o *imperium* (o poder de comandar e de se fazer obedecer) por delegação do povo. Era apenas um ideal, mas bastava para colocar o imperador num plano bem diferente do dos reis por direito de conquista ou por investidura divina, que lhe iam suceder na Idade Média.

4. O IMPÉRIO DE PÉS DE BARRO

De todas as medidas urgentes que os imperadores tomaram para ocorrer às necessidades extraordinárias do século iv, foram as ordenações económicas que pareceram na época, como ainda hoje parecem, as mais opressivas.

Seriam as alterações e as falsificações da moeda que causavam a subida dos preços? A lei pretendia estabilizá-los a um nível inferior e fixo, de ponta a ponta do Império. Havia cidadãos que se mostravam incapazes de pagar os impostos ou de prestar os serviços a que eram obrigados? A lei impunha aos vizinhos — burgueses da mesma cidade, camponeses da mesma aldeia, membros do mesmo corpo de ofícios ou da mesma família — que pagassem ou servissem em seu lugar. Mas acaso esses vizinhos tentavam subtrair-se ao fardo, mudando de residência ou de profissão? A lei proibia-lhes deixar o seu posto, a que acorrentava também os filhos. A única alternativa que subsistia era a de pagar em dinheiro ou em géneros.

Impostos sem piedade

Aplicada intermitentemente, uma legislação rigorosa como esta teria podido arrancar um esforço supremo a uma população sobrecarregada; mas mantida em vigor durante dois séculos, saldou-se por desastre quando não se mostrou impotente.

Os poderosos encontraram o furo para se esquivarem às ordens; os menos fortes foram devorados enquanto os mesquinhos desapareciam da

lista dos contribuintes. Mas o governo não largava a presa, até quando as circunstâncias o teriam permitido. Conquanto Constantino «Magno» tivesse eliminado os rivais, evitado as guerras com o exterior e confiscado os tesouros dos templos pagãos, nem por isso deixou de acorrentar como escravos os colonos fugitivos e de impor sobre as trocas um imposto, que os exactores fiscais tinham de extorquir à chicotada. Foi sobre estes alicerces que Constantinopla se construiu.

Todavia, que o agravamento do fisco no crepúsculo do Império não nos faça esquecer as próprias bases da economia mediterrânea antiga, não bastante robustas, equilibradas e elásticas para aguentarem o peso e os choques que tinham de sofrer. Não é sem custo que o apreendemos: essa *Respublica*, cujos monumentos sem cessar admiramos e que, durante séculos, assegurou às populações um nível de vida mais elevado, no seu conjunto, do que tudo aquilo que até então se conhecera ou se viria a conhecer por muito tempo ainda — essa *Respublica* era, não obstante, um colosso de pés de barro.

Agricultura sem excedentes

Com efeito, a agricultura romana — se é lícito falar em termos genéricos de uma actividade tão variável de região para região, ou até de aldeia para aldeia dentro dum mesmo termo — tendia a empregar o maior número de braços para obter do mínimo de terreno o máximo rendimento possível. Contudo, e exceptuadas algumas províncias mais férteis mas super-povoadas, como o Egipto, esse rendimento mantinha-se medíocre, mau grado o engenho e os esforços dos agrónomos. Na Itália, a colheita de trigo não excedia, em média, o quádruplo da sementeira.

Apesar de tudo a população atingira densidade considerável para a época, visto que os camponeses viviam frugalmente dos produtos da terra. Os animais contribuíam pouco para a alimentação e para os trabalhos dos campos. Para lhes exigir mais, haveria que abandonar-lhes também uma área mais extensa das terras de cultivo, o que seria um luxo absurdo para as velhas cidades-estados mediterrâneas! Os camponeses eram obrigados, se queriam estender as culturas, a transformar os montes em terraços, a irrigar os terrenos áridos, a enxugar os pântanos. Preferiam limitar-se, em matéria de animais, ao gado miúdo, facilmente alimentado com o que era inutilizável pelos homens, e arrancar do solo, com o suor do rosto, uma subsistência mínima. A saúde não se ressentia, visto que o clima do Mediterrâneo convida a uma nutrição ligeira; mas era-lhes de todo impossível acumular excedentes.

Nas províncias conquistadas havia menos tempo, como a Grã-Bretanha ou mesmo a Gália Cisalpina, os horizontes eram mais vastos, o gado mais numeroso e a população mais rarefeita. Substituindo os métodos primitivos

dos indígenas pelas técnicas mediterrâneas, os Romanos teriam podido criar aí uma agricultura de abundância a partir de um equilíbrio feliz entre campos, pastagens e reservas. Teriam podido aprender algumas técnicas do Norte adaptadas ao clima, ao terreno e à riqueza em gado, tais como a atrelagem em fila, cujo emprego na Gália Cisalpina nos é descrito por Plínio. Infelizmente os conquistadores, habituados à falta de espaço, não apreciaram no seu justo valor as vantagens dos sistemas de exploração célticos ou germânicos, à base de habitações rarefeitas e de vastas extensões de prados e de florestas. Pareciam-lhes o produto de uma cultura atrasada e dissipadora, mais do que de uma natureza generosa. Por isso os Romanos multiplicaram, comprimidas em xadrez regular, as suas habituais aldeias onde os camponeses laboriosos e parcimoniosos cultivavam à maneira de horta a maior parte do solo.

Todavia, se é verdade que os pequenos cultivadores, que formavam a maioria da população, não dispunham de excedentes apreciáveis, os grandes senhores estavam em condições de os acumular pelo trabalho dos escravos e dos camponeses dependentes. Se aplicassem os rendimentos no comércio, na indústria e na finança, teriam podido pôr em movimento toda a economia. Só raramente e contra vontade o fizeram. Uns, consumiam eles próprios tudo o que podiam, dispersando o resto em liberalidades; outros, só sonhavam em alargar os seus domínios em terras e em escravos. Alguns iam até ao ponto de organizar pequenas indústrias destinadas a abastecer os seus domínios sem recorrer aos mercados urbanos, mas nenhum ou quase nenhum queria arriscar a reputação na verdadeira manufactura, destinada à venda pública.

Comércio sem prestígio

A usura, conquanto mais desconsiderada ainda, tentava os aristocratas com a elevada taxa de juro; mas as aparências exigiam que se servissem de homens de palha, o que impedia a transformação dos usurários em banqueiros. Sucedia o mesmo com o comércio. Aliás, uma lei do século v, que se ligava às tradições e às leis da época republicana, proibia aos nobres, aos ricos e aos altos funcionários as operações mercantis, «a fim de que os plebeus e os negociantes possam vender e comprar mais facilmente».

Tais eram os obstáculos que limitavam as profissões a que chamamos urbanas, prejudicadas já pelo medíocre rendimento do trabalho e pelo fraco poder de compra da população agrícola. Poderosos e pequenos, capitalistas agrários e trabalhadores das cidades viviam em assás boa harmonia, porque não colaboravam uns com os outros. Diga-se em verdade que a aristocracia não era insensível aos serviços que mercadores, lojistas e artífices lhe prestavam, conseguindo-lhe o que faltava nos grandes domínios. Burocratas e militares eram os melhores clientes destes cidadãos que as autoridades tratavam com benevolência, até porque a sua prosperidade engrossava o rendimento líquido do fisco, enquanto a sua penúria poderia originar levantamentos de massas. Mas

DA DISSOLUÇÃO À REENCARNAÇÃO DO IMPÉRIO

uma benevolência tão desdenhosa não podia engendrar compreensão verdadeira. A administração e os benfeitores particulares, se não desprezaram por completo tudo o que era de interesse público, construíram mais teatros e aquedutos do que molhes ou moinhos. As soberbas estradas militares que sulcavam o Império quase não atendiam aos interesses da economia mercantil: eram estreitas, rígidas, de manutenção dispendiosa. E, embora o Estado, em princípio, não interviesse nos negócios privados, não se preocupava quando os tinha de subordinar a interesses políticos. O comércio com o exterior, suspeito de abrir a porta à espionagem e ao contrabando, era fiscalizado, limitado. Quanto ao comércio interno, não lhe davam acesso a operações tão frutuosas como o abastecimento maciço em cereais e em sal ou a exploração das minas; o próprio Estado as assegurava, graças aos tributos em géneros, ou reservava-as para monopólios. Os corpos de ofícios só eram tolerados ou sustentados pelas suas funções de assistência mútua e de utilidade pública.

Sem dúvida que entre a gente do comum havia quem amecalhasse dinheiro fora da agricultura. Conquanto exaltem esta última como a única profissão susceptível de dar bem-estar sem sacrificar a dignidade, os escritores do Império sublinham o carácter lucrativo do empréstimo a juro e do comércio a grande distância (sem contar a caça ao testamento, cuja importância na época imperial testemunha que não era fácil enriquecer nos empreendimentos produtivos). As ocasiões não podiam faltar aos usurários e aos mercadores, num império tão extenso e povoado. O requinte da civilização greco-romana, a moderação dos direitos aduaneiros internos, incitavam às actividades financeiras e comerciais. Mas aqueles que faziam fortuna por estes meios seguiam na maior parte dos casos o conselho de Cícero, ele próprio chegado à razão: «Se o mercador, saciado ou antes satisfeito com o seu ganho, se retira... para o campo e para os bens fundiários, parece-me merecer todos os elogios.» Para os usurários, este fim de carreira era quase imposto pela necessidade de tomar o lugar dos camponeses endividados, cujas terras haviam feito confiscar. E assim o dinheiro ganho com tanta fadiga ou com tantos perigos no comércio ou na usura enterrava-se finalmente no solo, em vez de fertilizar os empreendimentos que o tinham produzido.

Artesanato sem equipamento

Era praticamente impossível amecalar no artesanato, actividade que Cícero qualifica como sórdida e indigna de homem livre. Com efeito, o magro rendimento do trabalho manual, que só se servia dos instrumentos mais simples, limitava os benefícios, até porque a concorrência de numerosos escravos interdizia aos artifices livres o aumento de preços. Sem dúvida que a técnica greco-romana chegara a inventar máquinas assás aperfeiçoadas, mas os trabalhadores é que não eram suficientemente ricos para as comprar e os capitalistas nem de longe se preocupavam com fornecer-lhas.

Só para lembrar um exemplo, diga-se que o moinho de água surgiu no extremo oriental do Império já no século I antes de Cristo. Um epigrama grego, primeiro tributo da Musa ao progresso industrial, proclamara o alívio que assim era trazido às moedoras de grão. Mas este moinho não foi adoptado em Roma antes do século IV; e fora de Roma, só se viria a generalizar durante a Idade Média. De resto, que fazer dos braços tornados inúteis pela introdução de uma máquina? Só empreendedores sem coração sonhariam em engordar com a fome dos pobres... se é que não achavam mais simples fazer trabalhar multidões de escravos e de proletários mal alimentados. Conta-se que o imperador Vespasiano, por muito indiferente que fosse ao mau cheiro de certas fontes de receita ⁽¹⁾, declinou a oferta de uma máquina para levantar colunas com pouca despesa: «Deixai-me dar de comer ao povo miúdo», disse. Este povo miúdo, reduzido muitas vezes a viver das liberalidades dos grandes, formava o elemento mais numeroso da população das metrópoles antigas e contribuía, com os seus protectores ricos, para tornar as cidades parasitas do campo mais do que centros industriais e comerciais.

A mediocridade do ouro

A abastança discreta dos primeiros séculos do Império, essa *aurea mediocritas*, tão cara ao mundo mediterrâneo antigo, era portanto resultado de dois círculos viciosos. Vamos encontrá-los em quase todas as grandes civilizações agrárias da Antiguidade, especialmente na China onde se perpetuaram até aos tempos modernos. Em baixo, os trabalhadores manuais eram pobres porque tinham falta de animais e de máquinas, e tinham falta delas porque eram pobres; no cimo, o comércio e a finança não dispunham de capitais suficientes porque eram desprezados, e eram desprezados porque lhes faltavam os capitais.

Assim se nos mostra esta economia de saturação, sem reservas, sem possibilidade de progresso, mas que permitiu à aristocracia prosperar e ao povo multiplicar-se enquanto a ordem e a paz não foram perturbadas. Era impossível modificá-la sem a destruir, nem destruí-la sem impor a todos penosos sofrimentos. Era preciso que os trabalhadores fossem dizimados para que se poupassem as suas forças e se melhorasse a sua retribuição. Era preciso que mercadorias e crédito deixassem quase de se encontrar para que o seu valor fosse reconhecido; era preciso que os núcleos urbanos fossem cortados do seu território para que um novo casamento entre cidade e campo se organizasse sobre bases mais equitativas.

(1) Ao filho que lhe censurava o lançamento do imposto sobre as latrinas públicas, Vespasiano apresentou uma moeda proveniente da arrecadação a fim de verificar que «não cheirava».

Veremos dentro em pouco que os primeiros sintomas dessa transformação se manifestaram, dolorosamente, desde o crepúsculo do Império. Seria injusto criticar os imperadores do século iv por não terem compreendido as possibilidades do futuro e, agarrando-se desesperadamente ao passado que se desmoronava, tentarem amarrar cada obreiro ao seu mister, cada empregado ao seu cargo, cada soldado ao seu posto, e mesmo cada preço ao seu nível anterior. A enxurrada arrastaria decretos e imperadores, mas foram precisos vários séculos para que a Idade Média conseguisse varrer as ruínas e construir uma economia ao mesmo tempo mais flexível e melhor equilibrada — a economia que serviu de base à civilização europeia contemporânea.

5. EPÍLOGO

Os imperadores do século iv conseguiram, bem ou mal, resolver a maior parte dos problemas que pareciam antes condenar a civilização mediterrânea à destruição. Mas a longa crise e os remédios heróicos para a superar haviam de tal forma agravado as fraquezas constitucionais da sociedade romana que não restava já margem bastante para fazer face à guerra. Só com uma longa paz se teria podido reconstituir essa margem, mas tal prorrogação não foi concedida. O verão de São Martinho terminou em novas tempestades.

Antes de findo o século iv, os Hunos de Átila subjugaram os Germanos que eram seus vizinhos, e obrigaram outros a buscar a salvação numa «fuga para a frente» no interior do território romano. Nova série de invasões se abateu sobre o Império durante todo um século. Não seriam elas mais irresistíveis do que as do século iii, mas o Império é que já não podia despender esforços prolongados em todas as direcções ao mesmo tempo. O Ocidente foi perdendo província após província; o último acto representou-se em 476. Batera-se contudo tempo bastante para conseguir ao Oriente um prazo suplementar, que permitiu a Constantinopla seguir o seu caminho e viver, não sem glória, mais um milénio.

Os pormenores da agonia não poderiam reter a atenção do leitor que se apressa para a Idade Média. Todavia, para conhecer os materiais de que a Idade Média se serviu na construção do seu próprio edifício, temos de voltar atrás e de observar a crise mais grave e mais prolongada, de que a queda do Império Romano não é senão um episódio: a decadência de toda a Euro-ásia durante os primeiros séculos da nossa era.

EM DIRECÇÃO AO ABISMO

1. TODO UM HEMISFÉRIO EM CRISE

«**O** MUNDO ENVELHECIDO já não conserva o antigo vigor... o inverno já não tem chuva bastante para alimentar as sementes, nem o verão sol que chegue para alourar as searas... as montanhas desventradas oferecem menos mármore, as minas estão esgotadas, há menos prata e ouro... os campos carecem de agricultores, o mar, de marinheiros, os acampamentos, de soldados... já não há justiça nos julgamentos, competência nos ofícios, disciplina nos costumes... a epidemia dizima o género humano... o dia do Juízo aproxima-se.»

Redigida por volta de 250 por Cipriano, esta lista de desventuras (que nós resumimos) pretende oferecer a prova científica de que as profecias, tanto cristãs como pagãs, começavam, inexoravelmente, a realizar-se. O «fatal VI milénio depois da Creação» acerca-se do fim. A longa luta entre Deus e o Diabo precipita-se para a explosão final. Que importa se a sucessão dos acontecimentos desmentiu as previsões de Cipriano? O sentimento de que o «Dies Irae» está iminente persistirá durante séculos, exasperando-se a cada nova invasão, precisando-se a cada epidemia de fome, criando uma psicose do Anticristo que todo o homem mau parece encarnar.

O medo não se dissipará senão pouco a pouco e no curso da renovação da Baixa Idade Média, não se prestará ao ridículo senão no século XVIII, para renascer, sob outra forma, na nossa época — a da loucura racial e da ciência nuclear. Procuramos reconforto na esperança de que, a despeito

de tudo, a razão prevalecerá, o progresso permanecerá sobre a terra; os contemporâneos de Cipriano retomavam coragem espiando, nos sinais da Morte, o anúncio da Ressurreição (*extra-texto 1*, p. 34).

As trombetas do Juízo Final não se fizeram ouvir no fecho do «sexto milénio» mas o mundo antigo também não lhe sobreviveu. Não se abismou de súbito nas chamas dum Apocalipse: em 476, a deposição do último imperador romano no Ocidente, que nos habituámos a considerar como marco inicial da Idade Média, passou quase despercebida fora da Itália. Mas a mudança, conquanto gradual, nem por isso foi menos radical. Se Platão ou Alexandre Magno voltassem à terra sete ou oito séculos depois da morte, ao tempo de Juliano ou mesmo desse infeliz Rómulo destornado em 476, teriam encontrado sem dificuldade quem os escutasse e os admirasse; cento e cinquenta anos mais tarde, pareceriam estranhos e incompreensíveis aos contemporâneos dum Dagoberto ou dum Agilulfo.

De Roma à China

A revolução foi tão extensa quão profunda. Tudo leva a crer que os abalos se propagaram dum extremo ao outro do continente euro-asiático, onde quer que Estados organizados e civilizados faziam frente aos Bárbaros. Infelizmente, não temos da história persa o conhecimento bastante para estabelecer um paralelo frutífero entre as suas vicissitudes próprias, nos primeiros séculos da nossa era, e as do Império Romano na época do seu declínio. Aliás, as profundas diferenças entre as estruturas políticas, económicas e sociais dos dois impérios vizinhos não permitiriam uma comparação rigorosa. O caso mostra-se bem outro no que respeita à China, cujo passado conhecemos melhor e cuja estrutura fundamental, não obstante o enorme afastamento material e cultural, não era muito diversa da de Roma.

Ora, tanto na China como no mundo mediterrâneo, os sintomas de mal-estar tinham começado a revelar-se desde o século II da nossa era e a tornar-se alarmantes desde o III. As lutas civis, a divisão do Império, a efémera restauração da unidade, a conquista da capital e duma metade do Império pelos Bárbaros do Norte que nele se haviam infiltrado há já longo tempo — todo esse drama se desenrola no Extremo-Oriente com o mesmo andamento e quase os mesmos intervalos que no Extremo-Occidente, apenas com a diferença de que a «Bizâncio» da China não sobreviveu na metade oriental mas sim na metade meridional do Império. Na China, como no mundo mediterrâneo, a crise política e militar de superfície faz-se acompanhar por uma profunda crise económica e religiosa. O velho confucionismo, ressequido na repetição de fórmulas, cede o passo a um taoísmo indígena mas transformado pelas influências hindus, e sobretudo a um budismo a todos os títulos estrangeiro e místico, ascético, monacal. A população empobrece e rarefaz-se, especialmente nas províncias que sucumbem aos invasores; os cidadãos procuram subtrair-se

à opressão fiscal, quer emigrando quer acolhendo-se à protecção dos poderosos.

Será preciso sublinhar que as semelhanças entre as duas revoluções, a chinesa e a mediterrânea, perdem em nitidez logo que nos debrucemos sobre o pormenor? Todavia, tais semelhanças permanecem assás impressionantes para que nos perguntemos se não terá havido uma causa comum a evoluções tão paralelas. É a esta pergunta segue-se uma outra: as crises política e militar precederam as crises económica e religiosa ou sucederam-lhes? É talvez o problema da galinha e do ovo: se é verdade que as guerras civis e as invasões dilapidaram os recursos materiais e orientaram os espíritos para novas crenças, também o enfraquecimento económico e o tédio do século suscitaram as perturbações e entregaram o país aos invasores. Seja: mas entre as tensões concomitantes que conduziam à ruptura do equilíbrio, não existirão graus ou até mesmo uma progressão cronológica?

Exclui-se a morte violenta

A hipótese de uma morte violenta das civilizações antigas, na sequência de choques bélicos, não basta para explicar tudo. Excluem-se as guerras civis: tanto a história de Roma como a da China estão cheias delas do princípio ao fim. E então as invasões? A verdade é que os impérios romano e chinês não foram aniquilados, visto que mantiveram uma considerável parcela do seu território. Até mesmo nas províncias ocupadas, os invasores não desrespeitaram formalmente, não destruíram por sistema a autoridade do império (*extra-texto* 2, p. 35).

Torna-se aliás impossível explicar as vitórias dos Bárbaros a não ser por falhas da armadura romana e chinesa. Na verdade, a pressão dos povos nómadas e semi-nómadas ao longo das grandes muralhas agravou-se a partir dos meados do século II. E em breve se tornou inevitável abrir válvulas de escape, convidando algumas dessas tribos a emparceirarem com os defensores das muralhas: o que não impediu a pressão de tudo subverter. Talvez que investigações aturadas, nos sectores limítrofes da história, como a arqueologia e a linguística, permitam um dia que o problema seja visto com mais clareza: Mongóis, Turcos, Sármatas ou Germanos, as tribos das estepes formavam confederações em constante mudança cuja progressão se mantém como fio condutor da história das invasões. Além

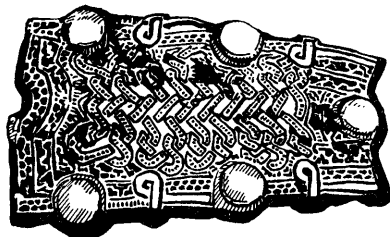


Fig. 1 — Aço merovíngio: contra-placa com trabalho de damasquinaria, meados do século VII. Escavações da Basílica de Saint-Denis (França), 1953

disso, julgamos entrever alguns elementos materiais do êxito dos Bárbaros: o progresso da metalurgia, oriundo de um centro de difusão na Ásia central, forneceu-lhes espadas mais fortes e mais flexíveis do que as dos Chineses e as dos Romanos (*fig. 1*); os aperfeiçoamentos representados pelo estribo, a ferradura, os jaezes, aumentaram a sua mobilidade.



Fig. 2 — Arte frisia: agrafe (Klamp), de ouro, fim do século VII. Fries. Museum, Leeuwarden (Holanda)

Frente a povos melhor organizados, mas enquistados nas suas posições defensivas, dispunha de bons trunfos um inimigo que atacava a matar em deslocações contínuas. E se bem que os Bárbaros raramente tivessem triunfado em batalhas campais ou tomado de assalto uma cidade, a verdade é que constituíam uma força de desgaste seriíssima com o decorrer do tempo.

Não que fossem muito poderosos nem muito encarniçados. Romanos e Chineses recrutaram tantos Bárbaros quantos quizeram e nunca os acharam menos fiéis do que os contingentes nacionais — pelo menos até ao momento em que, tendo quase desaparecido tais contingentes, os Bárbaros compreenderam que se podiam apropriar das províncias de que eram, afinal, os únicos defensores. Mas ainda então, bastaram muitas vezes para os reter presentes, honrarias, outorga de naturalização e até a sua própria convicção de que eram incapazes de tomar conta do governo. Aliás, eles próprios se dividiam em pequenos grupos mutuamente hostis, dilacerados por ódios implacáveis entre famílias e até entre irmãos. É facto que não deixaram literatura que testemunhe dos seus pen-

samentos; mas as lendas, reunidas muito mais tarde, concordam com as descrições dos historiadores romanos e chineses em mostrar que o monopólio dos vícios não era detido pelos povos civilizados nem os povos atrasados monopolizavam as virtudes.

E depois, os Bárbaros eram tão pouco numerosos! Sorrimo-nos hoje da historiografia romântica que pintou as invasões como uma avalanche de massas humanas mal contidas na «estreiteza» das vastas planícies do Norte, ao lermos que o povo ostrogodo, na sua totalidade, guiado por Teodorico à conquista da Itália, pôde encerrar-se durante alguns meses dentro dos muros de Pavia, sem mesmo de lá desalojar os habitantes. Os Vândalos, ao que parece, não ultrapassavam o número de 80 000, incluindo aliados, mulheres e crianças. Mesmo quadro na outra extremidade do hemisfério: os T'opa, que dominaram a China do Norte durante quase dois séculos, não contavam, segundo se afirma, mais do que 50 000 combatentes; toda a população de origem tátara da região em que se situava a sua capital, contava 14 700 pessoas (ou famílias?), incluindo o resto das invasões precedentes.

Os argumentos de São Cipriano

Reconsideremos os queixumes de São Cipriano. No meio de manifestos exageros, encontramos aí os dados essenciais da situação. Por um lado, as populações dos impérios tinham diminuído; por outro lado, haviam envelhecido moralmente, ou seja, perdido tanto a energia necessária para sustentar o antigo equilíbrio como a flexibilidade indispensável para o ajustar às novas exigências. A corrupção dos costumes, provavelmente menos grave e universal do que os moralistas de então e de hoje pretendem, há-de ter ocasionado menos estragos do que a resignação defendida pelo cristianismo e pelo budismo. Desviadas do poder efectivo, vergadas ao peso dos impostos, votadas à miséria, as massas deixavam andar, mesmo quando a sua vida estava em jogo. Quanto às elites, não só se encontravam desmoralizadas, a ponto de frequentemente pactuarem com os Bárbaros, como ainda tinham perdido até a faculdade de um pensamento original.

Esta demissão do espírito, que mais adiante retomaremos, seria apenas derivada do afrouxamento duma sociedade demasiado tempo amolecida pelo bem-estar? Ou prender-se-ia antes à decadência física directamente manifestada no declínio da população?

Desse declínio não nos é permitido duvidar, apesar das numerosas excepções locais e da dificuldade em lhe medirmos as proporções exactas. E ele não nos surpreenderá se considerarmos que a taxa de aumento das sociedades antigas, mesmo nas condições mais favoráveis, estava estreitamente limitada pela insuficiência da higiene, pelos defeitos da alimentação, pela dureza do trabalho, pela frequência dos casamentos precoces e pela exposição dos recém-nascidos. Bastava uma leve deslocação de qualquer destes factores para criar um déficit. As guerras eram mais mortíferas pela miséria que geravam do que pelos combates em si. Fontes impossíveis de verificar falam-nos de uma intensificação do contróle dos nascimentos nos meios laicos; o monaquismo diminuiu igualmente o número dos progenitores.

Uma explicação cíclica?

Mas os factores mais interessantes são talvez os de carácter cíclico. Se bem que a história médica da humanidade não tenha sido escrita, sabe-se que os grandes flagelos endémicos e epidémicos estão submetidos a flutuações de longa duração, que mais não fosse pelas altas e baixas das imunizações colectivas. Ora, parece que a mais terrível das moléstias contagiosas, a peste, entrara numa fase de extrema virulência a partir da grande epidemia de 180, que vitimou Marco Aurélio, o último dos «bons imperadores» romanos, e minou o poder dos imperadores Han em benefício dum médico-taumaturgo. Desde então, as assolações do flagelo repetiram-se

com intervalos cada vez mais próximos até cerca dos meados do século VI, conhecendo nova recrudescência no VIII, para depois passar a segundo plano até à Grande Peste de 1348. Da mesma maneira, durante os últimos séculos do Império e os primeiros da Idade Média, a malária (cuja evolução nos escapa fora do Ocidente) tornou inabitáveis vastas regiões que se repovoariam na Baixa Idade Média para se esvaziarem de novo a partir do século XIV. E uma vez que esta doença se relaciona com o escoamento das águas, somos levados a reler as afirmações de São Cipriano que tão ridículas pareceram: «O inverno já não tem chuva bastante...»

Os homens de ciência começam justamente a prestar atenção a certas flutuações do clima que se apresentam como periódicas: variações do limite meridional dos glaciares e dos gelos flutuantes, mudança de nível dos lagos, diferença nos anéis de engrossamento anual das árvores, avanços e recuos na área da vinha ou da oliveira. A estes dados, que se podem ler no livro objectivo da natureza, convém acrescentar os informes, quantas vezes suspeitos, dos cronistas acerca de inundações, secas e fomes. Nada disto foi ainda catalogado sistematicamente nem interpretado com a prudência e a subtilidade indispensáveis. Mas não reste dúvida de que o estudo do clima nos poderia ajudar a compreender a aparente simultaneidade das principais flutuações demográficas e económicas de longa duração, através da Euro-ásia.

Ficaria por determinar se tais fenómenos de decadência física e moral afectaram tanto bárbaros como civilizados: problema quase insolúvel, uma vez que nos falta todo e qualquer testemunho escrito. Todavia, alguns indícios arqueológicos e geológicos, o facto de o clima e a doença não conhecerem fronteiras, e, sobretudo o comportamento dos Bárbaros depois que entraram no círculo das grandes civilizações sedentárias, tudo nos leva a crer que a sua condição não foi radicalmente diversa.

Não se tome turbulência por vigor, nem imaturidade por juventude. É facto que a sua organização, bastante frouxa e rudimentar, se acomodava melhor à diminuição dos homens e ao delíquio do pensamento. Mas o seu triunfo não constituiu o dote de uma força fresca, capaz de provocar uma reacção salutar. Limitou-se, sim, a acelerar a decadência já decidida dos decrepitos povos dos impérios.

2. OS ESTADOS BÁRBAROS NO OCIDENTE

No Ocidente, a dissolução do Império no século V deu lugar à eclosão de numerosos Estados bárbaros de grandeza medíocre, talhados ao acaso das conquistas e dos mútuos empurrões, mas frequentemente decalcados sobre unidades geográficas (tal como o Vale do Ródano para os Burgúndios), económicas (as regiões ricas em trigo para os Vândalos),

ou administrativas (a prefeitura da Itália para os Ostrogodos). Alguns desses estados, notoriamente o dos Francos, cobriam a fronteira desaparecida. Outros, um tudo nada mais primitivos, organizaram-se no coração da Germânia, que a germanização do mundo mediterrâneo aproximava de certo modo deste. Da mesma maneira se esbatia a linha de demarcação entre os Celtas independentes da Irlanda e da Escócia e os seus primos romanizados, os Bretões, que as invasões a pouco e pouco comprimiam nos redutos da Grã-Bretanha ocidental e da Bretanha. Por seu lado, os Bascos mantinham a independência, embora, colocados num outro reduto, perdessem o verniz romano.

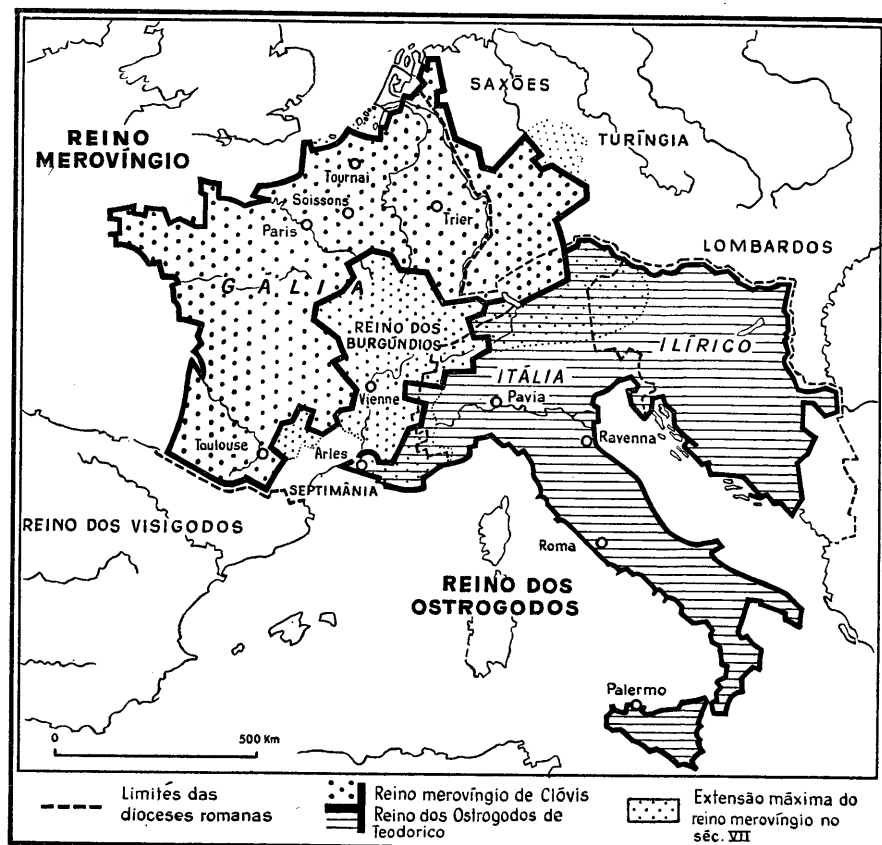
Difícil aproximação entre Bárbaros e Romanos

Amputação do Oriente, inclusão de uma parte do Norte, substituição da unidade pela pluralidade: eis os compassos iniciais da sinfonia europeia que havia de suceder à harmonia greco-romana. Mas faltava ainda muito para que os instrumentistas estivessem prontos. Por toda a parte, salvo na Grã-Bretanha, que os Anglo-Saxões arrancaram aos seus habitantes através de uma luta prolongada e sem quartel, de bom grado permitiram os Bárbaros aos seus súbditos romanos que os desembaraçassem dos cuidados de uma administração cujas leis e engrenagens se revelavam demasiado complexos para a sua mentalidade. Por toda a parte, menos em Itália onde os Ostrogodos se esforçaram um tanto por assimilar o direito e as instituições dos seus súbditos, os Bárbaros transportaram consigo o seu mundo, mantendo os costumes nacionais e uma estrutura política pouco mais evoluída do que a de um bando armado. Fora neste estádio que Roma os admitira no território, ao tempo do seu poderio, esperando que aprendessem as regras da vida civil e se incorporassem nas cidades. Mas agora as cidades-estados desmoronam-se e os aprendizes, tornados patrões, são incapazes de conceber uma organização que permita às duas sociedades justapostas harmonizar-se e fundir-se.

A harmonia não teria sido tão difícil de realizar com uma aproximação ao nível mais abaixo. Os Bárbaros, soldados por profissão ou por vocação, mas também camponeses nos intervalos das migrações, ter-se-iam podido entender com os simples aldeões do mundo mediterrâneo mais rapidamente do que com os senhores ou com os intelectuais que os serviam por interesse ou resignação. As massas estavam preparadas para acolher bem quem quer que aliviasse a opressão fiscal e senhorial que os tornara indiferentes à ruína do Império. Mas os Bárbaros não tinham conquistado o poder para se confundirem com os humildes. Foi precisa a invasão bizantina e a defeção maciça do clero e da aristocracia italiana para que Tótila (541-552), o mais generoso dos reis germânicos, emancipasse em grande número escravos e colonos e os convidasse a unirem-se a ele — tarde de mais, uma vez que ele próprio chegara ao último extremo. Contudo este caso mantém-se isolado. Em geral, a aproximação processou-se no escalão de cima, entre os antigos e novos senhores, reunidos pelo desejo de conservar tanto quanto

DA DISSOLUÇÃO À REENCARNAÇÃO DO IMPÉRIO

possível a organização fiscal e senhorial romana cujos frutos compartilhavam. Mas este acordo só podia fazer-se plenamente quando o lento progresso da elite bárbara se encontrasse com a rápida decadência da elite romana. E isso exigiu tempo.



Mapa 3 — Os estados bárbaros no início do século VI

Na primeira linha: Godos e Francos

Desde o princípio, à sinfonia europeia faltou também um chefe de orquestra. Os Godos dos dois nomes («Brilhantes» ou Ostrogodos e «Sabe-dores» ou Visigodos) eram os mais evoluídos dos Bárbaros, os únicos dotados duma concepção imperial, embora muito vaga. Destroçados pelo imperador Cláudio II em 269, reconstruíram com Ermanarico uma vasta confederação que os Hunos vieram a esmagar no século IV. No século V, o rei

dos «Godos Sabedores», Ataúlfo, acariciou por um instante a ideia de «transformar o Império Romano em Império Gótico» (se é que os seus propósitos não foram mal compreendidos pelo limitado historiador que no-los refere). Finalmente, o rei dos «Godos Brilhantes», Teodorico, senhor da Itália e das províncias circunvizinhas (493-526), esforçou-se por organizar sob os seus auspícios uma liga de reis bárbaros que se estenderia da Alemanha à África. Contudo estes reis não mostraram qualquer entusiasmo por essa primeira tentativa pacífica de concerto europeu, e os Godos, enfraquecidos já pelas suas antigas lutas, não se firmavam com muita solidez nos seus domínios. Paradoxalmente, era a sua conversão ao cristianismo, anterior à de todos os outros Germanos, que mais os prejudicava, visto terem aceite a nova religião numa época em que a doutrina ariana não havia perdido ainda as últimas batalhas no Império. Arianos e propagadores do arianismo junto dos seus vizinhos bárbaros, os Godos inspiravam aos seus súbditos católicos mais aversão do que se fossem pagãos.

Antagonismo religioso, desconfiança entre Romanos e Germanos encurtaram os dias da «renascença» prematura que se esboçou em Itália com Teodorico. Não bastava que a aristocracia italiana se tivesse habituado à dominação estrangeira no tempo do seu predecessor, Odoacro («homem de boa vontade», no dizer de um cronista condescendente), nem que Teodorico tivesse sido legitimado por uma espécie de investidura concedida pelo imperador de Constantinopla e que se tivesse desembaraçado de Odoacro pela guerra e pela traição. Não bastou igualmente que Cassiodoro, ministro romano do rei ostrogodo, organizasse a administração e redigisse a correspondência oficial segundo todas as formas usuais no defuncto Império, nem que ao povo se oferecessem novamente jogos de circo e que as vitórias do rei sobre outros Bárbaros trouxessem de novo à Itália alguns reflexos do antigo esplendor.

Não; fora preciso que Teodorico se romanizasse inteiramente, sem com isso perder o ascendente sobre os Ostrogodos; coisa impossível, ainda que a desejasse. Mas que pretendia ele afinal? As pomposas cartas de Cassiodoro, a história compilada pelo godo Jordanes, a lenda romana que nos pinta um Teodorico diabólico, engolido por um vulcão em castigo dos seus pecados, a lenda germânica que dele faz um herói sem mácula, devolvem-nos quatro imagens bem diferentes. Concordam apenas em sublinhar-lhe a grandeza. O seu reinado assinala-se à posteridade pelos mosaicos bizantinos e pelo túmulo bárbaro de Ravenna, e pelas obras filosóficas de Boécio, o último dos Romanos antigos, o primeiro dos escritores medievais. Mas Boécio, depois de longamente servir Teodorico, foi acusado de ter conspirado com o imperador de Constantinopla, e executado. O reino sobreviveu alguns anos a Teodorico mas a verdade é que os seus dias estavam contados.

Antes mesmo de se ter desmoronado o entendimento romano-gótico, já os votos da Igreja e a lei da selva se haviam encontrado para eleger um povo mais evoluído mas mais novo do que os Godos: os Francos de Clóvis.

Aos embustes que lhe permitiram anexar aos seus os outros pequenos reinos francos, por onde se espalhava um povo relativamente obscuro, às vitórias externas que lhe entregaram a maior parte da Gália e fragmentos da Germânia, ao faro que o levou a escolher Paris como capital, Clóvis (481-511) acrescentou a decisão que devia fazer dos Francos, pagãos havia pouco, os paladinos do catolicismo ameaçado pelos Arianos. Era armar-se de argumentos mais convincentes do que a devoção cristã mas herética dos Godos e do que os seus esforços para se entenderem com os Romanos.

Será preciso acrescentar um facto de ordem material? Dado que as fontes não mencionam uma distribuição geral de terras como foi feita aos outros povos bárbaros, pretendeu-se deduzir daí (talvez erradamente) que os Francos não perturbaram de modo algum a aristocracia local no gozo dos seus bens. Seja como for — e não obstante o facto de os usos codificados na lei sálica serem muito mais impermeáveis ao direito romano do que as outras leis bárbaras da época — a colaboração da elite franca com a elite galo-romana foi particularmente íntima. Ajudou os filhos e os netos de Clóvis a alargar as conquistas do fundador do Estado.

Senhores da mais vasta e fértil região do Ocidente, os Francos eram de longe os mais poderosos entre os povos bárbaros — demasiadamente poderosos para não comprometerem toda e qualquer possibilidade de confederação de Estados como a que Teodorico havia esboçado, demasiado belicosos para deixarem em paz por muito tempo os seus fracos vizinhos. Iriam eles reconstituir em seu proveito a unidade de um Ocidente alargado pela acessão da Alemanha? Se os seus reis se comprazião na guerra sobretudo como desporto e processo de enriquecimento, não faltavam todavia vozes a inspirarem-lhes ambições imperiais. Essas ambições, ostentavam-nas, desde antes da primeira metade do século VI, nas moedas de ouro com a efígie coroada de Teodeberto I (534-547), uma das quais atribui ao neto de Clóvis o título de Augusto.

3. ÚLTIMO REGRESSO DA ROMA LAICA, PRIMEIRO ÊXITO DA ROMA ECLESIASTICA

Se frequentemente os reis bárbaros se emplumaram com títulos romanos, como as dignidades concedidas pelos imperadores do Oriente ou a bizarra justaposição do atributo «Flavius» a um nome teutónico, quer isso significar que Roma e só Roma lhes oferecia a ideia dum Estado que ultrapassava a conglomeração de tribos e transcendia a força material.

Nada mais os poderia reunir além desta uniformidade de costumes — interdições e apetites (hesitamos em dizer «ideais») — que toda a socie-

dade proto-histórica adquire a um certo nível de vida, e o fundo comum de tradições, de artes e de técnicas que haviam assimilado na estepe asiática quando da alvorada das suas migrações.

Porque falavam, quase todos, dialectos germânicos sensivelmente aparentados, compreendiam-se uns aos outros, embora a raça estivesse longe de ser una. Até os povos mais ciosos de antepassados haviam acolhido no seu seio os salvados de todos os grupos nómadas ou semi-nómadas da Euro-ásia do Norte que, num momento ou noutro, ficaram colhidos nos seus redemoinhos: Báltico-Eslavos, Iranianos, Turcos, Mongóis. Alguns desses restos chegaram mesmo a conservar a sua identidade no momento da vaga final, como os Alanos (Iranianos) associados aos Vândalos, ou os Esciros e Turcilingos (Huno-Turcos?) de Odoacro, o obscuro protagonista de 476. Casamentos e ritos de iniciação acabaram por dissolver essas minorias: elas porém deixaram vestígios.

Modelo huno, modelo bizantino

A epopeia germânica e a poesia escandinava iam colocar em lugar de primeiro plano Átila, rei dos Hunos, embora marido duma germana (Íldico na história, Kriemhild na lenda)... Aliás, para bárbaros em movimento, a confederação de hordas controladas por um grande guerreiro, de que o Estado huno constituía o mais terrível, mas também o mais poderoso dos exemplos que os Germanos conheceriam, era indubitavelmente o modelo de organização política mais fácil de copiar.

Num meio sedentário e cultivado, este modelo tornava-se inutilizável. Por isso os Germanos ficaram fascinados pela ideia imperial romana, presente a todos os espíritos. Mas é claro que não podiam fazer do império sua propriedade absoluta enquanto um imperador dos Romanos reinasse em Constantinopla e se proclamasse igualmente soberano do Ocidente, com a aprovação unânime da Igreja católica. Longe de o discutir, a maior parte dos reis germânicos reconheceram de bom grado esse direito eminente, com a condição de lhes não serem exigidas nem tropas, nem dinheiro, nem obediência. Era-lhes indiferente que as suas próprias moedas fossem cunhadas com o nome e a efígie dos imperadores e os seus documentos datados segundo os cônsules nomeados em Constantinopla. Isso vinha mesmo escorar o seu crédito internacional, até maior afirmação de prestígio.

O novo rosto do Império

Constantinopla não o entendeu, porém, do mesmo modo. O que ela fazia era preparar em silêncio o momento em que pudesse reivindicar toda a herança romana do Ocidente. E em 533 — meio século antes de os

imperadores chineses do Sul expulsarem, por sua vez, os Bárbaros para lá da Grande Muralha — os exércitos do imperador Justiniano puseram-se em movimento. Em menos de um ano, Belisário conquistou o reino Vândalo mas já foram precisos dezoito anos de encarniçadas lutas para dominar o reino ostrogodo. Narsès, o eunuco, conseguiu-o em 553, conquanto prosseguissem resistências isoladas até 563. E ainda as tropas «romanas» (cujo grosso, aliás, consistia em mercenários bárbaros) tomaram a Andaluzia aos Visigodos e varreram para lá dos Alpes os Francos que, aproveitando-se da confusão, se tinham apossado da Itália do Norte. É certo que a Itália fora devastada de lés a lés, e que as praças fortes avançadas do reino vândalo em África foram submersas pelos Berberes; mas as cicatrizes teriam desaparecido se uma paz duradoura tivesse sucedido à guerra prolongada.

Num quarto de século, a quase metade do antigo Ocidente será recuperada e quase todo o Mediterrâneo voltará a ser um lago romano: «Nunca Deus permitiu aos Romanos tais conquistas, salvo no nosso reinado», exclama Justiniano na sua primeira *Novela*.

Contudo, e se bem que uma outra das suas leis exprimisse «a esperança de que o Senhor nos concederá o restante deste império que os Romanos... perderam por indolência», Justiniano não tentou consumir o projecto perseguindo até ao fim Francos e Visigodos. Extenuado pelo esforço, o Império tinha necessidade de quanto lhe restava em exército e em dinheiro para conter os Persas, que cobiçavam um corredor até ao mar Negro, e os Bárbaros (antigos e novos) que, na sua totalidade, ameaçavam os Balcãs.

Conseguiu vencer tais dificuldades mas não mais encontrou a tranquilidade precisa para completar as conquistas de Justiniano.

Precárias conquistas, tem-se dito: de facto, em 568 os Lombardos invadiram a Itália; entre 571 e 624 os Visigodos retomaram a Andaluzia; a partir de 670 os Árabes darão assalto à África do Norte. Seja. A verdade porém é que já não era pouco ter readquirido a África por século e meio; quanto à Itália, o que não soçobrou nos primeiros desastres foi defendido palmo a palmo. Ravenna, só a abandonaram em 751, Siracusa em 876, Bari em 1071 e ninguém poderá dizer em que momento Veneza se desligou de Bizâncio. Sobretudo, pelo facto do seu regresso belicoso ao coração do Ocidente, o Império surgia aos olhos dos Bárbaros com um rosto totalmente diverso do que mostrara a sua aparente agonia no século v. Sobreposta à Roma defunta, Constantinopla viva oferecia-lhes um modelo menos majestoso mas mais atraente e melhor adaptado à época.

É claro que a sua influência foi mais incisiva sobre os Lombardos, rudes sucessores dos Ostrogodos num território reduzido e que os domínios bizantinos cortavam ou bordejavam a todo comprimento. Mas exerceu-se sobre os Visigodos e mesmo sobre os Anglo-Saxões que, de tempos a tempos, nele hauriram regras de cerimonial, princípios de administração e elementos de cultura. Quanto aos Francos, viram a sua carreira imperial retar-

dada de dois séculos pela contra-ofensiva do único império legítimo: será pois de espantar que, geralmente, se mostrassem hostis, não obstante várias tentativas de aliança em que a boa fé faltava a ambas as partes?

O papa, soberano contra vontade

A velha Roma do Tibre, destronada pelos Bárbaros, desvalorizada pelos Bizantinos, abandonada pelos burgueses e pelos nobres, encontrou na sua miséria uma nova razão de grandeza. As bases da sua carreira medieval vieram-lhe do passado antigo. A doutrina da supremacia do Bispo de Roma sobre os colegas tinha-se desenvolvido lentamente, no tempo em que a cidade era a capital dum imperador pagão; mais rápidos foram os seus progressos com os imperadores cristãos ali não residentes. Em 445, um dos últimos Augustos do Ocidente, Valentiniano III, ordena ao episcopado das suas províncias que aceite como lei «tudo quanto for sancionado pela autoridade da Sé apostólica». Todavia, esta autoridade choca ainda com tenazes resistências interiores e exteriores.

Por um lado, o clero africano e oriental, incitado pelos patriarcas das grandes metrópoles como Constantinopla e Alexandria, teimava em favor da doutrina da igualdade básica de todos os bispos. Por outro lado, o imperador, chefe laico da Igreja, reservava-se o direito de convocar os concílios, vigiar-lhes as deliberações, fazer cumprir as decisões e, devido a isso, exercer um contróle discreto mas efectivo sobre toda a matéria de fé.

Estas pressões diminuíram desde que o Ocidente foi arrancado ao Império por Bárbaros indiferentes (porque arianos) ou deferentes (porque recém-católicos). O papa não tinha concorrentes sérios entre os bispos da Europa ocidental e encontrava-se desobrigado do poder político do imperador. Foi assim que em 494 Gelásio I, retomando com mais ousadia as teses enunciadas pelos seus predecessores e por Ambrósio de Milão, pôde escrever ao imperador residente em Constantinopla que «o império do mundo se reparte principalmente por dois poderes: a autoridade sagrada dos pontífices e o poder real; o encargo dos sacerdotes é tanto mais pesado quanto no juízo divino deverão prestar contas pelos próprios reis». Não era ainda a teoria, mas já o prelúdio da subordinação de César a Pedro: como chefe da Igreja, o papa afirmava o seu direito de julgar o imperador no tribunal da penitência.

Programa quimérico, visto que o clero era indócil, o rei, ariano, e o imperador, frequentemente heterodoxo! O sucessor de Gelásio, acusado por uma parte do clero, teve de se remeter ao julgamento dum concílio de bispos italianos, convocado por Teodorico. A reconquista imperial da Itália permitiu a Justiniano extorquir à força a dois papas concessões às ideias teológicas do clero oriental.

O que libertou o papado e lhe permitiu estabelecer definitivamente a supremacia sobre todo o Ocidente foi a invasão lombarda. Sustida durante dois séculos às portas de Roma, fez do território romano zona de fronteira nominalmente bizantina, mas obrigada a contar com os seus próprios meios. Assim o bispo de Roma torna-se a pouco e pouco num soberano temporal, independente contra vontade.



Fig. 3 — Arte bárbara: terra-cota de Grésin (Puy-de-Dôme, França). O Cristo, vestido de general romano, vencedor das serpentes — áspide e basilisco. Musée des Antiquités Nationales, Saint-Germain-en-Laye (França)

Não é de admirar que o papa, absorvido pelos problemas imediatos deste equilíbrio precário, não tivesse compreendido logo as suas vantagens a longo prazo. Mas Gregório I procede já como mediador entre Bizantinos e Lombardos, reúne as províncias destituídas de governo eficiente e organiza a primeira dessas grandes missões que, partidas de Roma, hão-de converter todo um povo bárbaro ao cristianismo e, do mesmo passo, à autoridade romana: a missão do monge Agostinho — Santo Agostinho de Canterbury — junto dos Anglo-Saxões. Os progressos da evangelização foram, evidentemente, lentos e sofreram numerosos recuos temporários antes de toda a Inglaterra estar cristianizada, pelo menos superficialmente, por fins do século VII. Enquanto se afadigavam com os pagãos, os missionários de obediência romana tinham de enfrentar a onda co-beligerante, e não necessariamente aliada, dos missionários celtas, cuja organização e observância se tinham

desenvolvido no isolamento e não se conformavam por completo com a norma romana. Mas aqueles triunfaram no Sínodo de Whitby (664), e a Inglaterra tornou-se a ovelha mais conformista do redil de Roma.

As Igrejas fundadas até então aceitavam, é facto, a preeminência papal, mas estavam organizadas no quadro dos diferentes Estados. Até mesmo no Estado ostrogodo, aliás, a jurisdição de Milão assumia atitudes de autonomia para com Roma. Mas as Igrejas instituídas por Gregório e seus sucessores — Igrejas anglo-saxónicas a partir de 597, lombarda e frísia

1 — Duas visões do fim do mundo, a ocidental e a bizantina. A Ressurreição dos Mortos (pormenor). Princípios do século XI. Livro de Pericopes de Henrique II, Staatsbibliothek, München (Alemanha) — O Juízo final, marfim bizantino do século XI, Victoria and Albert Museum (Londres).





no decurso do século VII, alemã no século seguinte — submetem-se já a uma disciplina mais «católica», isto é, «universal» ou supranacional... Esse exemplo havia de incitar as Igrejas do Ocidente mais antigas a cerrar fileiras em volta do papa e a lançar as bases dessa união de católicos romanos que, à falta de unidade política, antecipará, sob o aspecto religioso, a formação da comunidade europeia (*fig. 3*).

4. A POBREZA DO ESPÍRITO

Os progressos incessantes da organização da Igreja católica romana, na época em que os reinos e o Império estavam por assim dizer atolados, não se explicam com certeza pela sua força material, quase insignificante, nem mesmo pelas riquezas temporais, consideráveis já, se bem que inferiores àquelas que haveria de acumular mais tarde.

Como sempre, os seus verdadeiros tesouros estavam no céu. Mais do que nunca a sua intimidade com a Cidade de Deus impunha-a aos grandes e tocava os vencidos, os insatisfeitos, os desesperados da Cidade dos homens.

Em nada amesquinhamos a glória dos que escolheram Deus se observarmos todavia que, em dadas circunstâncias, pode ser mais difícil permanecer no século do que dele desertar.

A vida eclesiástica podia responder a todas as vocações. Alguns mergulhavam nas querelas teológicas, tanto mais animadas quanto iam constituir daí em diante a principal manifestação do que subsistia em matéria de actividade intelectual. Outros votavam-se aos labores quotidianos da administração, aumentados pelo desfalecimento do Estado ou pela confiança dos governos que transferiam para o clero algumas responsabilidades do abastecimento, da justiça e até mesmo da defesa, asseguradas até então pela administração laica. Consagravam-se outros ainda à conversão dos heréticos e dos pagãos, sabendo além disso que frequentemente se tornaria necessário ensinar aos convertidos os rudimentos da vida civil. Por último, e eram estes os mais numerosos talvez, havia os que entregavam na paz do claustro o único meio de resolver individualmente os problemas que, numa sociedade corrompida e ensanguentada, lhes pareciam sem saída.

Os mosteiros: um êxito

Os mosteiros constituíram o maior êxito da Alta Idade Média. Que exemplo o de um Cassiodoro, ministro romano de quatro reis ostrogodos, escritor adestrado em todas as subtilezas da retórica e da erudição, que, uma vez dissipados os seus sonhos terrestres, acaba os dias ditando as regras da instituição monástica que ele próprio fundara!

2—Os guerreiros das invasões, sob a forma de deuses: o deus Kuan Ti (Kuan Yü, general chinês divinizado; século III), estampagem de uma estela do Pei-Lin, Si-nhan-fu, província de Chensi—o deus Wotan, cavaleiro germânico, século VII, Museu de Halle (Alemanha).

No entanto, não é ele, mas sim um homem mais modesto, Bento de Núrcia, quem transmite às gerações futuras a fórmula em que a longa experiência do monaquismo oriental, destilada, se adapta às aspirações do Ocidente. É verdade que, recentemente, se pôs em questão a originalidade da regra que leva o seu nome: ela derivaria em grande parte de um modelo anterior. Como quer que seja, foi o seu texto que se afirmou e assegurou nos conventos beneditinos o triunfo do bom senso, do equilíbrio entre os rigores do ascetismo e os imperativos da saúde mental e física. «Escuta, meu filho, os preceitos do mestre... Quem quer que tu sejas, renuncia ao teu querer para cingires as armas poderosas e esplêndidas da obediência e militares sob as ordens do verdadeiro rei, Cristo Senhor.»

Em breve o apelo ressoou do Monte Cassino a Roma, à Inglaterra, à Espanha, à Gália, à Alemanha. E, a pouco e pouco, suplantou as regras que outros venerados homens, como Cesário de Arles e Columbano de Irlanda, haviam difundido. Votadas ao trabalho manual ou intelectual, do mesmo modo que à oração, as comunidades monásticas constituíram durante longo tempo os únicos herdeiros do espírito de ordem e de organização latino, as únicas aglomerações capazes de aumentarem e de se multiplicarem no seio da dispersão e da desorientação geral.

Estas comunidades reassumiram em parte as funções de focos culturais e de centros económicos que os núcleos urbanos deixavam escapar. Nas regiões que ainda não possuíam cidades, como a Irlanda, desempenharam esse papel na medida das suas possibilidades. Não obstante isso, foi na Irlanda que o individualismo sem compromisso, o desejo de se subtrair completamente à convivência dos homens para se entregar ao diálogo frente a frente com Deus, se mantiveram durante mais tempo. Em 891, a *Crónica Anglo-Saxónia* relata-nos a história de três monges «que se evadiram da Irlanda num barco sem remos porque aspiravam a viver como peregrinos pelo amor de Deus». Com mais utilidade para a salvação de seus irmãos, outros monges, em busca de isolamento, aventuraram-se junto dos pagãos para lhes conquistar a alma. Outros ainda encerravam-se nas celas a fim de estudar e transcrever os textos clássicos que a sociedade caída na barbárie deixara de compreender.

A Igreja: uma potência

Já não é preciso fazer o elogio da Igreja da Alta Idade Média: os escritores da época, quase todos eclesiásticos, dele se encarregaram. Sem o propósito de os criticar, notemos contudo que esses altos feitos constituíram o rédito dum enorme investimento. E, muito embora não exista nenhum recenseamento digno de fé, não há, sem dúvida, exagero na avaliação de que pelo menos uma pessoa em cada vinte pertencia ao clero e que a proporção era ainda mais forte entre os homens de talento e de boa vontade.

Tais homens não tinham o direito de prestar à Terra um cuidado que não fosse subordinado aos seus deveres para com o Céu (*fig. 4*). Era-lhes interdito combater e ter filhos. Deviam consagrar ao serviço divino uma parte considerável dos recursos que acumulavam pelo próprio trabalho e pelo dos fiéis. Numa época em que o rendimento do trabalho e o excedente dos

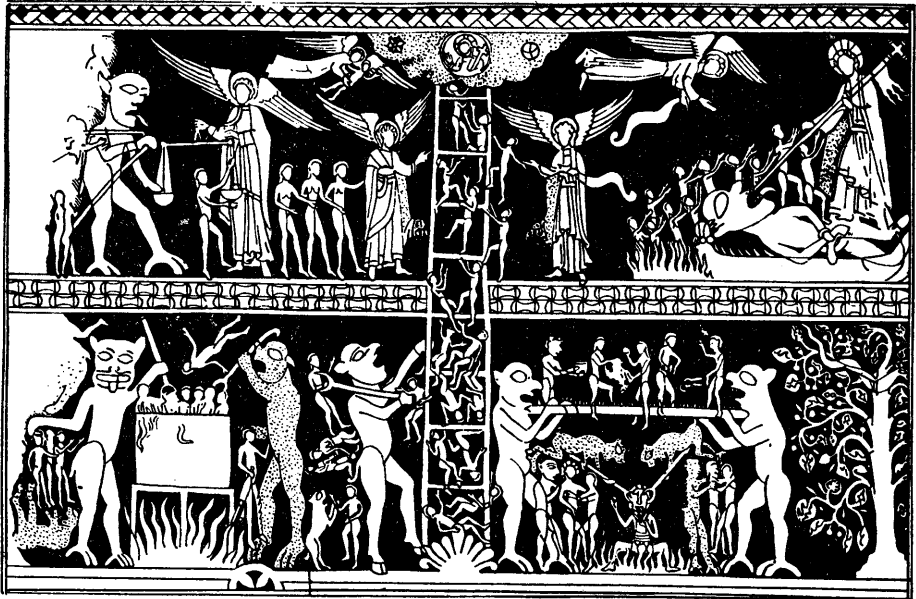


Fig. 4 — *A escada da Salvação. Pintura mural da igreja de Chaldon (Surrey), Grã-Bretanha, cerca de 1200*

nascimentos sobre os óbitos dificilmente ultrapassavam o mínimo indispensável à sobrevivência da sociedade, a Igreja recebia pois do mundo laico muito mais do que o supérfluo. A despeito das aparências, os Estados bárbaros eram demasiado fracos para se medirem com ela. A sua hostilidade acabou por quebrar o reino lombardo, os seus amplexos por atrofiar o reino visigodo, a sua prosperidade por enfraquecer os reinos anglo-saxões. E foi necessário todo o prestígio dos Carolíngios para restabelecer um certo equilíbrio em benefício dos Francos (*extra--texto 7, p. 98*).

No seu conjunto, e não obstante as inevitáveis irregularidades numa comunidade tão numerosa, a Igreja da Alta Idade Média era mais culta e benéfica do que a média dos fiéis. Embora não estivesse de todo isenta do abatimento geral.

DA DISSOLUÇÃO À REENCARNAÇÃO DO IMPÉRIO

Não esqueçamos que, desde o seu começo, o cristianismo se depa-
rava aos melhores representantes da civilização clássica como «uma super-
stição insensata e excessiva» na medida em que apelava para a sensibilidade
e para a fé mais do que para o senso comum e para a razão. Contudo, antes
do eclipse da cultura greco-latina, uma plêiade houve de pensadores origi-
nais que consorciou a nova religião e a filosofia. Os grandes heterodoxos
do princípio do século III racionalizaram, através duma interpretação ale-
górica, os mistérios das Escrituras (Orígenes) ou celebraram com ousadia
até mesmo os seus aparentes absurdos (Tertuliano). Os concílios do século IV
e da primeira metade do V definiram a profissão de fé, não sem dilacera-
ções, contudo, dado que o triunfo da cristologia grata aos Ocidentais
provocou no Oriente revolta atrás de revolta: arianos, nestorianos, mono-
fisitas.

O pensamento cristão atingiu a sua cumeada com os padres que assis-
tiram à agonia da Roma Imperial: Ambrósio, Jerónimo, Agostinho de
Hipone. Depois, e súbitamente, houve um retrocesso. As disputas teoló-
gicas que antes haviam conduzido à subtil definição dum problema tão
capital, como era a inserção de Cristo na Trindade e sua encarnação
(«consustancial ao Pai segundo a divindade e a nós segundo a humani-
dade (...) em duas naturezas sem mistura, sem transformação, sem divisão
e sem separação» (Concílio de Calcedónia, 451), girarão daqui em diante,
no Ocidente, à volta de questões tão modestas como a forma da tonsura
e a data da festa da Páscoa. Entre os três doutores anteriores a 476 e o quarto,
Gregório Magno, que a tradição coloca no mesmo plano, existe um abismo.
Este último condena o estudo da literatura clássica, interpreta as Escrituras
como um ramo de moralidades que é preciso descobrir sob o véu da
alegoria e demonstra a doutrina através duma florescência de milagres
em que Deus e o Diabo, igualmente humanizados, se afrontam. O ciclo
fechou-se: razão e senso comum parecem ceder o passo à sensibilidade
e à fé.

Mas teremos o direito de nos escandalizar? Homem de Estado, admi-
nistrador, propagandista, Gregório I dirige-se às massas, deixando aos seus
predecessores mais eruditos o cuidado de satisfazer os raros espíritos que
os compreendem. Recomenda aos missionários que prestem atenção aos
ritos e aos sentimentos dos pagãos, de modo a conduzi-los gradualmente
à verdade; é o primeiro a chamar aos Lombardos «inomináveis» e o pri-
meiro a estender-lhes os braços; resigna-se a que um imperador de talento
lhe chame néscio e adula o seu ignóbil sucessor. E sempre e sem esforço,
coloca-se ao nível das suas ovelhas mais ingênuas porque, a par de ser
o herdeiro da Antiguidade como governador de Estado, é um homem do
seu tempo no que respeita ao ensino da palavra de Deus. Tal a razão do seu
imenso sucesso.

5. IMATURIDADE GERMÂNICA

Os círculos dirigentes laicos dos tempos bárbaros, entre os séculos vi e ix, eram, tanto quanto os círculos religiosos, ingénuos e dominados pelas emoções. Mas o que pode ser considerado, sob certos aspectos, como uma virtude para os homens da Igreja, raramente o é para os homens de Estado. O cognome de «pio» ou «clemente», atribuído pelas crónicas da Idade Média a alguns soberanos, designa geralmente um néscio ou um fraco. A natureza essencialmente militar da autoridade exigia que os chefes se inspirassem, não no cordeiro, mas no lobo ou na raposa.

O soberano

Com efeito, o ideal clássico do imperador magistrado, exercendo o *imperium* exclusivamente por delegação do povo e para satisfazer aspirações, expressas ou tácitas, da comunidade, era demasiado abstracto para uma época grosseiramente realista e destituída de massas populares actuantes. A ideia do soberano detentor do mandato divino, familiar entre os povos orientais e já enxertada na tradição da Cidade-Estado pelos últimos imperadores romanos, mostrava-se mais acessível aos Germanos. As suas lendas ligavam por vezes as famílias reais aos deuses ou aos feiticeiros, a Igreja Católica prégava a estes bárbaros a missão sagrada da monarquia, Bizâncio sugeria-lhes o exemplo dum imperador coroado pelo patriarca (desde 457) e que se proclamava «igual aos Apóstolos». Mas a coloração religiosa permanecia superficial. No fundo, o rei mantinha-se o que havia sido na época das migrações: o general do exército, o juiz das partilhas e da fruição das conquistas (fig. 5). Isto torna-lhe mais difícil preservar o poder se cessou a sua acção conquistadora e aumentar as suas riquezas a fim de as redistribuir entre os que o seguem.

Em princípio, o rei detinha a autoridade por delegação, da mesma maneira que o magistrado e o vigário celeste. Tal como o magistrado corrupto e o vigário ímpio, o general incapaz perdia a coroa. Um intervalo de paz permitia, por vezes, às tribos confederadas que retomassem a sua autonomia: os Lombardos passaram sem rei durante dez anos; os

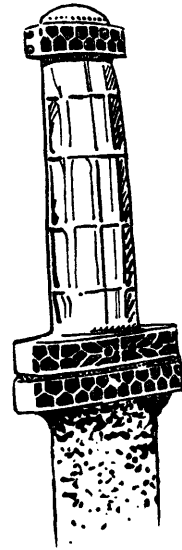


Fig. 5 — Arte merovíngia: espada real, com punho de ouro e granales, século VII, proveniente de Paisy (Seine-et-Marne). Col. G. Lefèvre (França)

Anglo-Saxões, se de onde em onde reconheceram um rei federal (*Bretwalda*), a maior parte do tempo contentaram-se com «reinos» tão pequenos como um ducado lombardo ou um condado franco, dado que os seus inimigos, os Celtas, estavam ainda mais parcelados. Por outro lado, o extraordinário êxito militar dos primeiros Merovíngios permitiu a Clóvis fundar uma dinastia, e aos seus sucessores repartir o reino como se se tratasse duma herança privada. A partir do século VII, as disputas e a incapacidade dos reis permitiram à aristocracia franca cercear o património real, fazendo-se comprar por distribuições de terras em plena propriedade. Mas mais de um século decorreu até que prefeitos do palácio, aristocratas e intendentess da Coroa se atrevessem a ocupar o trono à sombra do qual tinham feito fortuna.

Em contra-partida, a aristocracia visigoda e lombarda resistiu com êxito aos esforços de vários reis enérgicos no sentido de estabelecerem dinastias próprias. Foi em vão que alguns deles tentaram consolidar o poder com arremedos do cerimonial bizantino: só à força havia respeito e ela embotava-se à menor subtilidade. Nenhum dos reis relativamente civilizados da baixa época lombarda igualou o prestígio do primeiro conquistador, Alboino. Este, depois de ter esmagado os Gépidas na região danubiana, assassinado o rei e desposado a sua filha, viu-se forçado a abandonar aos Ávaros o seu reino transalpino para conseguir um maior na Itália (568-572). Teria talvez chegado a ser um outro Clóvis se não tivesse cometido o erro de, num momento de embriaguez, oferecer à mulher de beber pelo crânio do pai transformado em taça. Ela não apreciou a brincadeira e mandou-o assassinar. Tal é a história que nos é contada, duzentos anos mais tarde, por Paulo Diácono, historiador piedoso mas patriota: sem uma palavra de censura a respeito de Alboino, infamou a «leviana» que imolara o herói a rancores pessoais.

Fraqueza das instituições

Das capacidades do rei dependia a solidez do reino, porque as instituições estavam apodrecidas ou eram rudimentares. Não bastava ter conservado as peças do maquinismo e o pessoal romano; fora preciso reformá-los para travar a sua dissolução. Bizâncio oferecia o exemplo de reforma moderada, mas as influências bizantinas mostraram-se demasiado tardias e demasiado superficiais para se implantarem vigorosamente, salvo em alguns sectores da administração lombarda (casas da moeda, polícia e alfândegas) e, num grau menor, em outras administrações bárbaras.

Quanto às instituições germânicas, adaptadas a pequenos grupos em constante deambulação e ao combate, enfraqueceram com as tarefas mais pesadas que lhes impunha a fixação num território extenso. A assembleia popular foi-se reunindo cada vez mais raramente e perdeu a autoridade

política, salvo em Espanha onde se achou reforçada pela estranha fusão com os concílios da Igreja. Os bandos de «companheiros» e de «fiéis» que rodeavam os chefes nas batalhas e nos banquetes mostraram mais perseverança à mesa do que no campo da honra. As organizações de tribo, de aldeia e de família perderam coesão, e os seus vínculos com o governo central debilitaram-se.

No entanto, as instituições germânicas sobreviveram melhor do que as romanas, porque melhor adaptadas à contracção do Estado. A pouco e pouco este renunciou ao imposto directo, com grande alívio da população. Reconstruiu-se sobre o rendimento dum património público, cada vez mais estreito, e criou inúmeras peagens nas estradas quase desertadas pelo tráfego ou arruinadas por falta de conservação. Em contra-partida, o Estado deixava de prestar serviços, mesmo aqueles que poderiam ser rendáveis. A guerra, só a fazia com intermitência, e só muito irregularmente prestava uma justiça assente em multas.

Haveria, é claro, que matizar este quadro. Os reis lombardos souberam aumentar as terras da Coroa e os régulos ingleses estabelecer cadastros vigorosos. Em contra-partida, na França — e só aí — houve bispos que persuadiam os reis a queimar os registos do fisco para salvarem a alma. Impostos sem a compensação de serviços pareciam-lhes puras extorsões. Mas a desordem e a regressão, se bem que não fossem uniformes, não deixaram de ser menos gerais.

Ruína da cultura

A cultura não escapou a esta decadência. A fonte artística da Ásia Central, tinham os Germanos ido buscar alguns motivos: entrelaçados geométricos, animais estilizados, predilecção pelos vidrilhos, pelos esmaltes compartimentados e as pedras preciosas coloridas. Esta expressão de um espírito pouco inclinado a observar o real e o humano chegou a marcar as artes dos povos orientais muito civilizados (Chineses, Persas, Bizantinos) e conjugou-se facilmente com a arte dos Celtas, igualmente bárbara e ainda mais próxima do zoomorfismo. Se bem que pudesse atingir a beleza, nomeadamente na ourivesaria, faltavam-lhe contudo as possibilidades infinitas de renovação, de aprofundamento e de requinte que oferecem os estilos mais intelectualizados (*figs. 2 e 3; extra-textos I e II*).

As raras obras-primas germânicas são quase todas dos primeiros séculos ou devidas aos povos mais primitivos; o resto não passa de repetição dum pequeno número de fórmulas, que uma ornamentação excessiva ou uma simplificação exagerada desfiguraram finalmente. Passemos em silêncio as raras tentativas de representar a figura humana (*fig. 6*). Houve acaso uma arquitectura germânica em madeira, digna desse nome? Nada

chegou até nós e aquilo que conhecemos de séculos mais recentes não leva de modo algum a supor que ela se tenha desenvolvido paralelamente à arquitectura de pedra ou de tijolos que continuou sendo a especialidade dos vencidos (*extra-texto* 17, em baixo, à direita).

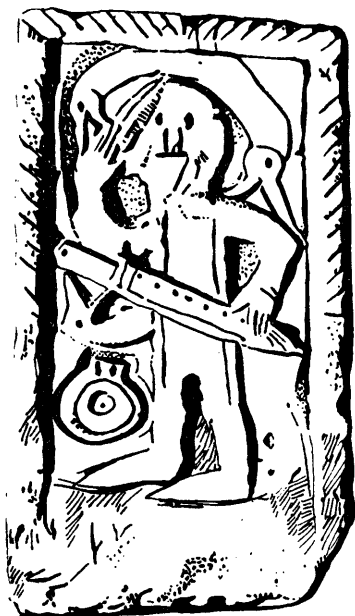


Fig. 6 — Cipo funerário franco, de calcário, século VI, proveniente de Niederdollendorf (Rheinland-Westfalen). Rheinisches Landesmuseum, Bonn (Alemanha)

É igualmente difícil pronunciarmos sobre as lendas épicas cujo eco nos foi transmitido pela tradição oral. Nos poemas da idade feudal que mais tarde as utilizaram, só a estrutura tem antiguidade garantida, e ela compõe-se em regra duma série bastante curta de façanhas atribuídas a um grande número de guerreiros de copadas genealogias. Só os Anglo-Saxões escreveram as suas lendas desde a época bárbara, misturando com as narrativas sobre os seus próprios tempos, as recordações da sua pré-história no continente europeu. Em tão vasta literatura há uma obra de valor: *Beowulf*. O verso não deleita o ouvido acostumado às harmonias clássicas; as aliterações formam um desenho que lembra os entrelaçados dos iluminadores, mas a luta do herói contra as vagas, os monstros marinhos e a cobardia dos homens reveste-se de sombria grandeza. Esta é interrompida no final do poema por uma nota de bondade desencorajada onde os críticos viram a mão de um homem da Igreja guiando a do bardo,

como na *Chanson de Roland*. Ao lado desta poesia, os exercícios em latim de alguns reis e dignitários bárbaros fazem uma triste figura.

Pobreza do direito

De gustibus non est disputandum. É plenamente legítimo que alguns estas contemporâneos se extasiem perante a arte dos Bárbaros, com a condição de não lhe concederem profundidade de pensamento ou de inspiração, que lhe foi estranha. O mito do «bom selvagem» mostra-se difícil de morrer! Todavia, já não se confunde, como outrora, a anarquia ou a impotência do Estado bárbaro com o espírito de liberdade. Sucederá o mesmo quanto às suas formas jurídicas?

Nos numerosos textos que chegaram até nós, quase não se encontram esforço de síntese, definições teóricas, separação nítida entre direito dos particulares e direito da comunidade ou do Estado. O direito de obrigações por assim dizer não existe: troca-se objecto por objecto, ou então, se o escambo não se pode fazer *in loco*, o devedor entrega ao credor um penhor, real ou simbólico. Os processos não se julgam em função dos factos ou das provas sobre as quais o julgamento há-de ser proferido, mas segundo a credibilidade geral do acusado, que se defende graças ao juramento e ao de seus íntimos, quando não apela para o juízo de Deus através do duelo ou dos ordálios. A pena raramente castiga a pessoa do culpado como violador da segurança pública; consiste normalmente em multas, fixadas segundo uma tabela — tanto por um braço cortado, tanto por um dente partido — e que devem ser pagas ao ofendido ou ao Estado, em geral sem atender às circunstâncias ou à vontade daquele que ofendeu.

É claro que se notam diferenças de código para código, sobretudo por influência do direito romano e da religião, factores de ordem, de piedade e de clarividência. Mas uma tal influência nunca foi constante nem progressiva. Já no século v Godos e Burgúndios acolhiam o direito romano do tempo no seu direito nacional. Os Bárbaros dos dois séculos seguintes nada aproveitaram do monumento jurídico de Justiniano. Foi com dificuldade que a Igreja lhes ensinou alguns princípios do seu próprio direito e, a partir dele, do direito romano. Em última análise, a imaturidade dos Germanos mostrou-se menos nociva quando do choque inicial do que durante a longa inacção que se seguiu. Os frutos estragaram-se antes de terem amadurecido.

6. DECREPITUDE ROMANA

«A Grécia conquistada conquistou o seu orgulhoso vencedor»: tantas vezes verificado, o adágio não se aplica muito bem aos primeiros séculos da Idade Média. É verdade que os Bárbaros adoptaram a religião dos Romanos vencidos, exactamente como os Romanos tinham adoptado a da Palestina submetida. Serviram-se em regra do latim como língua escrita. Apropriaram-se de não poucas instituições e ideias greco-romanas, não sem transmitirem por sua vez algumas das suas às populações dominadas; e se não substituíram a manteiga pelo azeite, não tardaram a apreciar os méritos do vinho. Não obstante, a romanização da cultura germânica atrasou-se até à assimilação física das minorias conquistadoras pela massa romana, geradora do primeiro renascimento neo-latino. Foram precisos aos Francos pelo menos quatrocentos anos para se tornarem franceses; mais tarde cem anos haviam de bastar aos Normandos, cuja origem não era menos germânica. Isto levar-nos-ia a pensar que a Alta Idade Média se estio-

lou numa dupla inércia: se os alunos eram refractários, aos professores faltava zelo.

Um historiador da economia e da sociedade hesita em dar opinião sobre problemas que historiadores da arte, da literatura e das ideias dominam com a sua erudição e as suas preferências — estas últimas, naturalmente, influenciadas pelas flutuações do gosto contemporâneo. Não será melhor consultá-los a eles? Dir-nos-ão, sem dúvida, que as ideias da época bárbara, mesmo entre os «Romanos», foram desprovidas de originalidade; que a literatura latina, depois de ter produzido até meados do século vi certas obras de mérito, algumas mesmo notáveis, se afundou por muito tempo; que a arte, em contra-partida, conseguiu vencer uma grande crise para atingir novas alturas, muito afastadas dos cumes da arte clássica, mas de singular beleza, pelo menos nas regiões acessíveis às influências bizantinas. Nomes de autores que hoje só eruditos lêem, mas que durante muito tempo foram célebres — Orósio, Boécio, Fortunato — ocorrem-nos à memória. Mais familiares, as imagens dos mosaicos de Ravenna e de Roma, dos frescos de Castelseprio, da ourivesaria, das miniaturas e dos esmaltes (*extra-textos 4 e 5, fig. 9*), reunidas em centenas de colecções, enchem-nos de encanto as recordações. Sem nos determos nos pormenores, assinalemos alguns dados essenciais que os monumentos artísticos e as obras literárias oferecem para interpretar a sociedade que os produziu.

Arte rígida, arte anónima

O que nos impressiona em primeiro lugar é a dissolução gradual da personalidade. A figura humana não se elimina como na arte bárbara, mas a atenção desvia-se cada vez mais dela para se consagrar ao vestuário e às insígnias do poder e do officio. O retrato individualizado e realista converte-se numa effigie estereotipada, de olhos esbugalhados para o vazio, de traços simplificados, de gestos contidos, sempre vista de frente. O mesmo sucede nas letras, onde a biografia não é abandonada mas se confina sobretudo às vidas estereotipadas de santos, verdadeiras máquinas de fazer milagres, desprovidos das dúvidas, das imperfeições e das tonalidades que caracterizam qualquer criatura de carne e osso. No século v já, a história não procurava outra explicação para os reveses do Império Romano para além da cólera dos deuses abandonados ou do descontentamento do Deus novo. Com Gregório de Tours, converte-se numa amálgama de anedotas comuns, de pecados e de intervenções divinas anunciadas por aparições de meteoros, tudo justaposto com a mesma despreocupação de perspectiva que vemos nos monumentos figurados do tempo.

A história desce mais baixo ainda na colecção de crónicas conhecida pelo nome erróneo de «Fredegário»; os seus próprios compiladores, aliás,

deram-se conta desta mediocridade. Quando um deles se queixa de que «o mundo envelhece, o gume da sabedoria embota-se, ninguém é igual aos oradores do passado nem ousa pretender sê-lo», só lhe podemos é dar razão. Regressão da cultura e da técnica? Sem dúvida alguma: já no século IV, quando Constantino «o Grande» quis decorar o seu arco de triunfo com a delicadeza da arte que lhe parecia ser a época da perfeição, mandou arrancar medalhões ao arco de Adriano. Quanto ao resto, teve de se contentar com uma decoração mais rude, que aliás nos agrada da mesma forma. Mais irremediável ainda do que a crise técnica (que podia resolver-se com uma mudança de fórmula) é a crise do homem: o abaixamento da força e da dignidade individuais.

Como é que a personalidade humana teria podido inspirar aos artistas da Alta Idade Média o interesse ou a confiança de que gozava nas antigas cidades romanas? Os cidadãos tinham-se visto privados de iniciativa própria pelo poder imperial; depois, quando este se desmoronou, caíram na insegurança. Os Bárbaros calcaram-nos aos pés, enquanto por seu lado o cristianismo os exortava à humildade e lhes lembrava a iminência do Juízo Final. Róidos pela miséria, dizimavam-nos as epidemias. Para sobreviver, a arte tornou-se anónima e colectiva.

O seu triunfo mais esplendoroso encontra-se no canto litúrgico. Tal como o cristianismo, fora importado do Oriente para o Ocidente muito antes de findo o Império. Mas foi somente na obscuridade da era bárbara que tomaram em definitivo forma as salmodias severas e solenes, os diálogos entre o narrador e o coro, o canto alternado dos grupos corais que se respondem na antífona, os hinos em que as inflexões e o ritmo populares substituem a prosódia quantitativa da Antiguidade. Passando em silêncio os nomes dos compositores, a tradição exalta dois organizadores: Ambrósio, amigo e antagonista de Teodósio «o Grande», no canto que ressoa ainda nas igrejas da diocese de Milão, e Gregório I, Magno, no canto que domina todo o resto do mundo católico. É provável que os respectivos méritos estejam engrandecidos pela ignorância de inúmeros colaboradores e continuadores; porém, quanto ao fundo, a tradição parece incontestável.

Arte envolta em símbolos

Não é possível exagerar o poder sugestivo da linguagem, ao mesmo tempo abstracta e directa, da música sobre os corações simples: Ário, no dizer dos inimigos, arrastou para a heresia almas ingénuas ensinando-lhes melodias tiradas dos cantos de soldados e de marinheiros. Mas a música representou bem o domínio único da abstracção. No geral, a era bárbara viu as ideias abstractas concretizarem-se em símbolos materiais e as explicações teóricas enrouparam-se nos véus da alegoria.

Por certo que não há aqui novidade. Se a arte clássica glorificava os seus ideais sob os traços humanos dos deuses, a arte orientalizante do Baixo Império envolvia-os já num simbolismo animal, vegetal ou inanimado, cada vez mais vicejante e emaranhado. A alegoria ocupara sempre um lugar

DA DISSOLUÇÃO À REENCARNAÇÃO DO IMPÉRIO

importante no arsenal da literatura, tanto greco-romana como hebraica; mas a era bárbara distingue-se pela exaltação da alegoria e pela preponderância do símbolo. Não basta que o culto hebreu, sem imagens, ceda lugar ao antropomorfismo tradicional; é preciso ainda que o Filho do Homem seja representado como pavão, peixe, cordeiro ou monograma. Não basta que a alegoria escore e complete o raciocínio; sufoca-o também.

Podemos ainda sorrir quando um Africano do v século, Marciano Capella, imagina um *Casamento da Filologia e de Mercúrio*, à guisa de título e prelúdio dum tratado sobre as sete disciplinas que formarão a base do ensino medieval. Mas já nos alarmamos quando um francês do século vii, que pretende chamar-se Vergílio Maron, decompõe o latim numa série de línguas herméticas e aconselha a escrevê-lo em forma de enigmas figurados, para afastar os profanos. De igual modo, na Filosofia personificada que consola Boécio na prisão, nos princípios do século vi, ainda ecoa algo do pensamento antigo; mas já cem anos mais tarde, Isidoro de Sevilha irá buscar sobretudo os seus erros aos autores antigos que guarnecem as quinze secções da sua biblioteca. A sua enciclopédia, cuja fama duradoura contribuiu poderosamente para baixar o nível intelectual da Idade Média, esforça-se por explicar «tudo o que é preciso conhecer», a partir da etimologia: declara que formiga (*formica*) vem de «devar migalhas» (*feret micas*), e que noite (*nox*) vem de «tornar nocivo» (*a nocendo*), porque faz mal aos olhos...

Contudo, note-se uma diferença importante entre estes dois escritores do século vii, Isidoro e Vergílio. O último agarra-se ao latim como a um título de nobreza. Era um desses romanos cultos que afectavam o mesmo desprezo, fosse pelos bárbaros mal-cheirosos e vestidos de peles, fosse pelos rústicos atolados na ignorância, na superstição e no servilismo. Abrigados atrás das defesas duma retórica caduca, de temas frustes e de linguagem arcaica — linguagem que se tornava cada vez mais incompreensível, não só para os ocupantes, mas também para a maioria dos vencidos — estes romanos eram destroços condenados a desaparecer. Dentro do mesmo espírito, no século vi, o historiador da Reconquista bizantina, Procópio, insistia em chamar *Italianos* apenas aos grandes proprietários e em ignorar os autóctones mais pobres e os seus patrões ostrogodos. Isto ajuda-nos a compreender os motivos por que não persistiram na Itália as vitórias de Justiniano.

Não sejamos todavia excessivamente severos para com estes teimosos defensores do passado: apesar de tudo, o latim era a única língua que o escol de todo o Ocidente ainda compreendia. Mesmo um Gregório I, que se gabava de ter «desprezado a arte do discurso inculcada pelas regras do ensino mundano», via-se forçado a empregar o latim para se fazer entender pelos quadros eclesiásticos. Recomendava, é certo, que a religião falasse aos iletrados na língua das imagens — o que prova não ter muita confiança na instrução latina que, por ordem dos concílios, os padres deviam ministrar às crianças das paróquias.

Isidoro e o princípio da nova Espanha

Isidoro (aprox. 560-637) escrevia também em latim, língua dos seus antepassados, mas nem por isso deixou de celebrar a rendição das derradeiras fortalezas bizantinas ao seu rei: «Finalmente, a raça valente dos Godos... arrancou-te, Espanha, aos Romanos... hoje o soldado romano é servidor dos Godos». Melhor poderia dizer que era já Espanhol? A erudição que ostenta nem sempre é mais segura do que a de Vergílio, o gramático, embora seja menos caduca; muitas vezes, pertence ao domínio eterno do folclore — o mundo de Esopo e do *Romance da Raposa*. O *processus* de involução aproximava-se do fim: no fundo do abismo a decadência romana iria em breve juntar-se à imaturidade germânica. À medida que as ideias se embrumavam na alegoria, que a arte se imobilizava no símbolo, que a língua se maculava de vulgarismo e que a clareza do direito romano se perdia nos usos do direito popular, mais compatível com os costumes bárbaros, aproximava-se o dia em que vencedores e vencidos, poderosos e pobres, mutuamente se haviam de compreender.

Uns cinquenta anos depois da morte de Isidoro, era a Espanha que parecia preceder os outros Estados bárbaros no caminho dessa metamorfose. As suas leis abastardadas aplicavam-se tanto aos Visigodos como aos Romanos. A sua assembleia de nobres e de prelados funcionava como um parlamento embrionário. Certas instituições feudais parece terem aí encontrado o berço. Um dos seus reis, Vamba, julgou mesmo possível estabelecer o recenseamento militar universal — pedra de toque da unificação nacional — e submeter-lhe até os eclesiásticos e parte dos escravos. É certo que fracassou.

A Espanha achava-se dilacerada, tanto pelo desacordo profundo entre o rei e os grandes senhores, como pelo seu acordo específico em dois pontos: perseguir os Judeus (isto é, o núcleo da burguesia) e opor-se à libertação das classes servis. Quando os Árabes a invadiram, em 711, bastou uma batalha para que o reino se desmoronasse. Outros reinos tomaram então a dianteira, mas a Europa nova não tinha possibilidade de se edificar enquanto os próprios fundamentos da sociedade não fossem renovados e consolidados.

7. AS INCÓGNITAS

É sempre difícil ao historiador compreender o que se passa por baixo das camadas superiores da população e fora dos centros urbanos; porque os camponeses são uma gente lenta e silenciosa, e o seu sulco, tão profundo quão obscuro, só à escala de séculos é que modifica sensivelmente

a paisagem. Os raros escritores da era bárbara não se debruçam sobre a vida quotidiana. É a custo que às vezes nos informam das bruscas calamidades que vêm transformar em desespero a miséria apática das multidões anónimas.

Vejam-se três exemplos tomados ao acaso: «Quando Chilperico encontrou a morte... os de Orléans e os de Blèse, reunidos, caíram sobre as gentes de Châteaudun e massacraram-nas de improviso; incendiaram as casas, as provisões e tudo o que lhes era difícil transportar; apoderaram-se dos rebanhos e pilharam tudo o que puderam levar. Mas durante a retirada, os habitantes de Châteaudun e de Chartres... fizeram-lhes sofrer o mesmo tratamento que tinham recebido» (Gregório de Tours). «A Córsega está tão oprimida pela tirania dos exactores e pelo peso das exacções que os habitantes só a custo lhes podem prover, vendendo os seus próprios filhos. É por isso que são obrigados a deixar a república [o território bizantino] e a fugir para junto dos inomináveis Lombardos. Que teriam eles a recear de mais grave ou de mais cruel por parte dos Bárbaros?» (Gregório I). Depois de três anos de seca, «uma terrível fome espalhou-se pelo povo e destruiu-o... Diz-se que era frequente grupos de quarenta e cinquenta pessoas, esgotadas pela fome, encaminharem-se para o abismo ou para o mar, e aí se precipitarem todas ao mesmo tempo, de mãos dadas» (Beda).

Nível de vida miserável

É claro que não devemos imaginar as condições normais da vida a partir destas catástrofes. Aliás, as desordens locais reduziam as possibilidades de guerras generalizadas. A enormidade do sacrifício exigido pelos impostos resultava numa fuga regular perante os encargos mais pesados. A mortalidade suscitada por uma fome eliminava os excedentes de população e tornava menos vulneráveis os sobreviventes. Mas se é verdade que cada mal traz consigo o seu próprio remédio, esse remédio, durante a era bárbara, traduz-se sempre por uma amputação.

Documentos legislativos, arqueológicos ou linguísticos, tudo enfim que nos ajuda a descobrir qualquer coisa na neblina dessa época nos leva a concluir que as grandes personagens temporais e espirituais só vestígios conservam do antigo luxo e que a massa foi obrigada pouco a pouco a renunciar a todo o conforto material. É preciso que a Itália lombarda esteja bem pobre para que o furto de quatro cachos de uvas retenha a atenção do legislador; é preciso que o trem de vida dos Anglo-Saxões tenha baixado muito para que a palavra *lord* (originariamente «guarda do pão») se imponha como a mais usada entre os trinta e seis sinónimos que exprimem, no *Beowulf*, a ideia de «chefe» ou de «senhor»; é preciso que as compras dos pobres tenham diminuído muito para que a moeda de bronze, instrumento habitual das transacções miúdas durante o Império, cesse de ser cunhada no Ocidente. Em contra-partida, a moeda de ouro continua a circular para as trocas internacionais e o entesouramento dos ricos; conquista mesmo regiões que a não tinham conhecido antes da era bárbara,

como a Escandinávia ou a Irlanda. É, sem dúvida, um sintoma de progresso dessas regiões, mas sobretudo do nivelamento gradual da Europa inteira numa economia que faz da moeda o depósito da riqueza mais do que o instrumento quotidiano do consumo.

População rarefeita

Como vimos, profunda e prolongada crise demográfica acompanhou esta contracção económica. Essa crise, se não apagou o contraste entre o mundo mediterrâneo, sedentário e relativamente compacto, e o mundo nórdico, de população dispersa e flutuante, tornou-o contudo menos nítido.

É verdade que, em vastas extensões da Europa setentrional e oriental, a emigração dos Germanos e seus aliados agravou a regressão demográfica. No entanto, o vazio atraía novas tribos nómadas: Eslavos, Baltas, Ávaros, Búlgaros... Eram porventura menos numerosos e mais primitivos do que os antigos ocupantes? Talvez, mas a sua intervenção não conseguiu alterar sensivelmente uma paisagem que nunca os homens tinham remodelado à sua semelhança.

Finalmente, foi o antigo território romano que sofreu a transformação mais profunda, ainda que as suas vicissitudes não sejam mais do que a conclusão de tendências já pronunciadas muito antes da queda do Império. Havia muito que os grandes latifundiários desertavam os centros urbanos para se instalarem nos seus solares rústicos (*villae*, os futuros «castelos»). Por seu turno, os camponeses abandonavam as aldeias devassadas, buscando o abrigo dos grandes domínios. Florestas, pântanos e charnecas invadiam as terras abandonadas. Esta evolução, que tendia a destruir o quadriculado uniforme das culturas mediterrâneas, foi acelerada pela influência dos hábitos rurais dos Bárbaros e da regressão demográfica. Quase por toda a parte se foi desfazendo a rede das cidades e baralhando o xadrez dos campos cultivados; e entre as aglomerações alastravam grandes espaços desabitados.

Presenças romanas na geografia agrária e urbana

Todavia, o cunho da romanidade clássica era tão profundo que seria preciso um esforço muito decidido para o aniquilar. Ninguém o desejava. É certo que os Bárbaros não se inclinavam para a civilização das cidades: a tendência que tinham para a agricultura e para a caça, a antipatia que professavam pelo acanhado da rua e do campo fechado são disso testemunho. Mas alguns tomaram gosto pela vida urbana, sobretudo entre os

Lombardos. Outros fundaram aldeias de pequenos proprietários, à imagem das do Norte primitivo. Por outro lado, a inércia das tradições agrícolas mediterrâneas demorou o progresso inevitável do grande domínio e impediu muitas vezes os camponeses de aproveitarem o despovoamento para arredondar os seus campos.

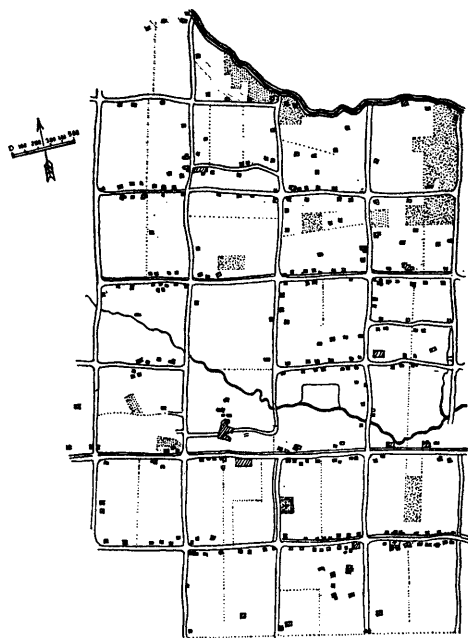


Fig. 7 — *Persistência da centuriatio romana em Itália: divisão dos campos em quadriculado, perto de Pádua (segundo Meitzen)*

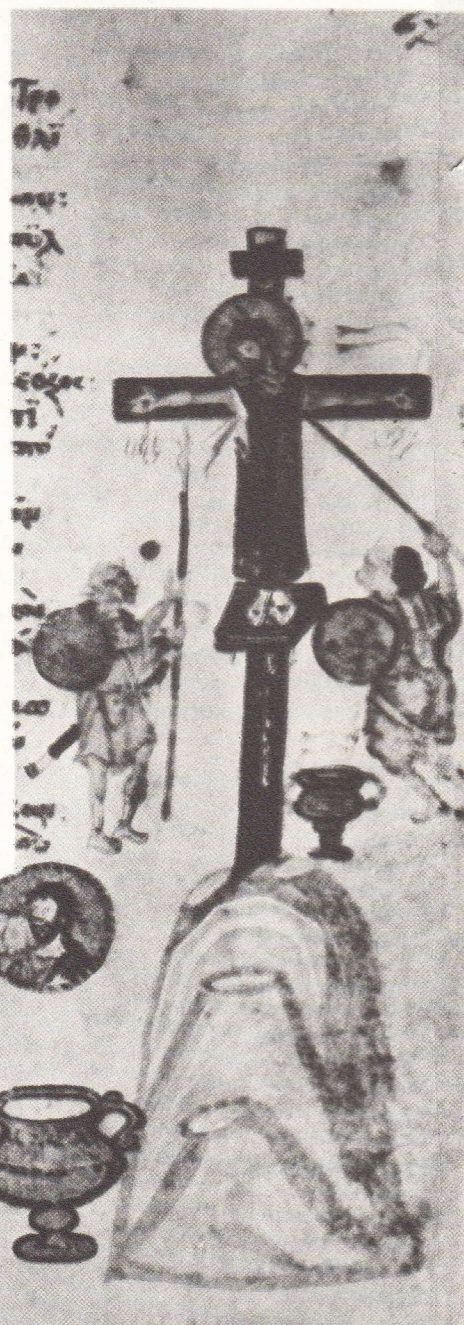
Ainda hoje se encontra, aqui e além, o quadriculado regular dos agrónomos romanos, desenhando os limites imutáveis que contiveram inúmeras gerações de camponeses. E é com espanto que se reconhece também, no coração de várias cidades modernas, que a Idade Média despovoou e reconstruiu alternadamente, o quadriculado mais cerrado dos urbanistas romanos (figs. 7 e 8). As cidades são sempre menos conservadoras do que o campo e foram atingidas mais duramente. Mas a Igreja não se podia desinteressar delas, porque nas cidades colocara o eixo das dioceses episcopais. Fez mais: exactamente como a colonização romana quando se apoiara sobre os municípios, a propagação da fé implicou a fundação de novas dioceses, cuja sede central se tornou a origem de

uma cidade localizada em territórios que nunca as haviam conhecido. Também o comércio, embora enfraquecido, aguentou vários núcleos urbanos e criou muitas vezes outros novos. Apesar da sua decadência física e moral, as cidades da era bárbara continuaram portanto a desempenhar um papel não de desprezar.

Revolução sem abalos: chegada da servidão

Tenhamos cuidado em não menosprezar estas sobrevivências que transmitiram à Europa medieval fagulhas da grande luz clássica. Mas a época bárbara conta mais por aquilo que transformou do que por aquilo





que conservou. Se nenhuma das transformações veio embelezar a face do mundo, mais do que uma preparou o terreno para dias melhores. Aquela que toca de perto o maior número — o desenvolvimento da servidão — realizou-se quase sem abalos, por uma miríade de fraquezas ou de iniciativas privadas, sancionadas de tempos a tempos por uma medida legislativa. Como

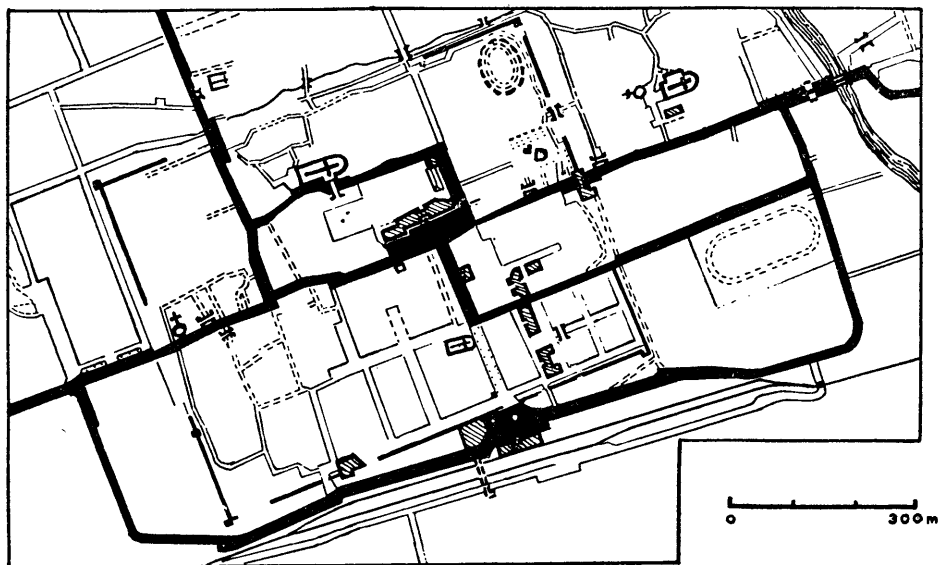


Fig. 8 — *Planta actual de Aosta (Itália), em xadrez*

a maior parte das revoluções da Alta Idade Média, esboçou-se muito antes do fim do Império e só atingiu o termo na época dos Carolíngios; no entanto o seu progresso, quase ignorado pelas fontes, preenche a história das multidões desconhecidas do período bárbaro. Pouco a pouco, os homens livres das classes inferiores e a maioria dos escravos fundiram-se numa classe nova: os servos.

Se só ao de leve mencionámos os escravos da Roma antiga é que a historiografia quase não se ocupa dos animais domésticos. Ora, leis e costumes da Antiguidade classificavam os escravos com o gado. Este princípio não era invalidado nem sequer minorado pelo facto de algumas almas meigas se afeiçoarem por um «bicho» favorito ou de almas nobres se devotarem a proteger os animais falantes contra a crueldade dos donos. A natureza oferecia contudo aos escravos um remédio inacessível ao cão de luxo ou ao cavalo de corrida: podiam ser libertos e reivindicar a qualidade de homens, de cidadãos, «porque, segundo o direito natural, todos os homens

4 — Fresco de Santa Maria de Castelseprio (Lombardia), século VIII: a Natividade; — Iconoclastas profanando as imagens e simulando dar vinagre a beber a Cristo, como antes da sua morte. Miniatura bizantina do século X. Saltério de Chludov (Moscovo)

são iguais». O direito civil clássico, com o seu espírito lúcido, não admite quaisquer condições intermédias entre escravidão e liberdade, nem tonalidades no seio destas categorias. Mas já o direito da Roma decadente distingue vários subgrupos, tais como os «poderosos» e os «humildes» entre os cidadãos, os «idóneos» e os «rústicos» entre os escravos. O direito dos Bárbaros e o da Igreja viriam multiplicar estes escalões; só o mais alto assegurava a totalidade dos privilégios; o mais baixo impunha a servidão total, enquanto os outros percorriam todos os graus imagináveis de semi-liberdade e de semi-servidão. Por último, destes limbos do pensamento jurídico saía a figura do servo, adscrito ao solo ou ligado ao seu senhor por obrigações indignas de um homem livre, mas livre (ou quase) nas relações com terceiros.

Esta evolução legal não deve talvez muito às transformações do pensamento religioso e político com as quais se tem querido muitas vezes ligá-la. Não há dúvida de que a Igreja veio insistir nas afirmações dos filósofos pagãos quanto à igualdade natural de todos os homens, mas não sonhou, mais do que eles, em deitar por terra a instituição imperfeita que parecia indispensável neste mundo imperfeito. Por um lado, recomenda que não se maltratam os escravos e louva os fiéis que, levados por uma caridade excepcional ou pelo desprezo das riquezas, vão ao ponto de os libertar. Mas, por outro lado, opôs-se muitas vezes a que eclesiásticos utópicos ou pródigos comprometessem a estabilidade económica de uma casa religiosa, emancipando os seus escravos. Aliás, à defesa, por razões religiosas, da igualdade humana contra o sistema medieval de escravidão e servidão não poderíamos pedir eficácia maior do que viriam a ter os protestos contra o racismo moderno, quaisquer que fossem a sinceridade e o poder de convencer dos seus paladinos. Quanto aos Bárbaros, se julgaram vantajoso deixar uma vaga semi-liberdade, compatível com a imprecisão dos seus costumes, às nações vencidas que seria pouco prático reduzir à escravidão colectiva, não foi certamente por respeito da igualdade natural dos homens. Todos os povos bárbaros possuíam já escravos antes das migrações. Continuaram a recrutá-los depois da conquista e pelos mesmos meios que Roma: nascimento, guerra, tráfico, condenações penais, dívidas, compra de filhos aos pais e, às vezes, consenso voluntário.

Avanço dos escravos, recuo dos homens livres

Sòmente — e aí reside a explicação fundamental da evolução jurídica — a crise demográfica atingiu os não-livres ainda mais duramente do que os outros. Como já se observou, o rebanho humano é o mais delicado, o que se reproduz mais dificilmente. Desde o primeiro século do Império que se levantavam queixas quanto à sua insuficiência; apesar de subidas temporárias, o declínio numérico dos escravos tornou-se cada vez mais grave durante a decadência romana e a era bárbara. Um rebanho que diminui deve ser poupado. Foi preciso melhorar o tratamento do escravo, conceder-lhe uma quase capacidade jurídica, encorajá-lo a constituir família fornecendo-lhe uma casa rústica (*casa*) e assegurando-lhe a perpetuidade da gleba que cultivava. Se era artífice, fixava-se-lhe o salário e conferia-se-lhe

protecção legal bem definida. Eram apenas expedientes de criadores de gado ameaçados nos seus bens, mas as «bestas» aproveitaram-nos, com grande vantagem para aquilo a que chamamos civilização.

Se os ganhos dos escravos poderiam levar a crer num certo progresso dos sentimentos humanitários, para nos desenganar bastaria que nos debruçássemos sobre a sorte dos homens livres. Com excepção da classe dominante e de uma classe média cada vez mais exígua, foram escorregando, de degrau em degrau, até ao ponto em que o camponês (*colonus*) se tornou igual ao escravo provido de casa (*servus casatus*), e o nascimento livre nada acrescentou às vantagens do artífice.

Na raiz destes males, como na da fortuna dos escravos, encontramos a crise demográfica. Vimos que, quando o Império teve de exigir sacrifícios crescentes em impostos e em corveias a uma população decrescente, aplicou aos corpos de ofícios, às comunidades aldeãs e a outros agrupamentos, o princípio da responsabilidade solidária. Os vivos e os que podiam pagar ficaram com o fardo de se desobrigar em vez dos que desapareciam e dos insolventes. O trabalho deixou de ser uma profissão livremente escolhida para se converter em *officium*, em cargo público irrevogável. Quem não queria carregar com o fardo tinha a possibilidade de se «encomendar» a um poderoso, isto é, de lhe subordinar a liberdade (a plena propriedade dos bens e o direito de trabalhar para outros além dele) a troco da transferência das responsabilidades.

Mas seria esta verdadeiramente uma salvação? O poderoso, premido pelo fisco e ainda mais pela falta de mão-de-obra, só restituía aos encomendados bens e iniciativa em troca de obrigações pouco menos pesadas do que aquelas a que fugiam.

A era bárbara prosseguiu nesta evolução. Vimos que o Estado se tornou menos exigente mas mais fraco, em proveito exclusivo dos poderosos. Já não bastava ser rico para permanecer independente; era preciso estar bem armado. A maioria dos homens livres que não se tinham ainda «encomendado» viram-se entregues à arbitrariedade de um senhor. A pouco e pouco, mesmo a recordação da antiga liberdade se perdeu: os corpos de ofícios e as comunidades aldeãs converteram-se em simples equipes servas, e as leis puniram como «sediciosas» as raras tentativas dos desclassificados livres para forçar a mão aos senhores. Seja dito que esses entes semi-livres, à maneira dos semi-escravos, encontraram certa protecção no facto de a raridade da mão-de-obra obrigar todo o administrador cuidadoso a tratá-los bem.

Falência ou promessa?

Seguramente que a era bárbara não foi no todo e em toda a parte o império das trevas. Basta que nos situemos no ponto de vista da Alemanha, em vez de conservar os olhos fixos no mundo greco-romano, para que a relação entre Antiguidade e Alta Idade Média se ponha ao contrário.

Para os Germanos, os primeiros séculos da Idade Média marcaram a ruptura das barreiras que, durante a Antiguidade, os tinham mantido à margem dos grandes focos da civilização mediterrânea e da religião cristã, e haviam retardado os seus primeiros passos para uma vida política estável e organizada. Os Romanos, esses, só aprenderam dos Germanos técnicas secundárias como o uso dos esquís e o fabrico do feltro. Contudo, entraram em contacto com uma sociedade que, vivendo sob outro clima e noutra nível intelectual, tinha encontrado soluções diferentes para certos problemas comuns. Algumas dessas soluções continham gérmes que, embora não pudessem produzir grande coisa na Europa estéril da era bárbara, haviam de frutificar na aurora europeia da Baixa Idade Média. Disso falaremos a seu tempo.

Em suma, as invasões deram o golpe de misericórdia a uma cultura que se petrificara depois de haver atingido o apogeu, e que parecia condenada a morrer. Pensa-se nesses cruéis bombardeamentos da nossa época que, destruindo velhos e abalados edifícios, tornaram possível a reconstrução de um bairro segundo critérios mais modernos. Mas se nos lembrarmos de que a reconstrução, depois da avalanche dos Bárbaros, se fez esperar quatro ou cinco séculos, hesitaremos em conceder a honra aos responsáveis pela destruição.

A voz de Pangloss ⁽¹⁾ sopra-nos ao ouvido que, se a civilização antiga não tivesse sido expulsa do seu belo castelo a grandes pontapés, a civilização moderna não teria podido florescer. Que se teria passado, na verdade, se o castelo não tivesse sido abandonado? Para esboçar uma resposta, volte-mo-nos para a ala que não mudou de proprietário — o Império Bizantino.

(1) O preceptor de Candide, no romance de Voltaire, ensina que «as coisas não podem ser diferentes do que são: como tudo é feito para um fim, tudo existe necessariamente para o melhor fim.» Através do seu optimismo que nenhum desastre desmente (tudo vai pelo melhor no melhor dos mundos possíveis) é a filosofia de Leibniz que o pensador francês pretende atingir. (V. M. G.)

O ORIENTE AFASTA-SE DO OCIDENTE

1. «IMPERATOR ROMANORUM, VASILEVS ROMEON»

«**O** PAPA É UM HOMEM RUDE; ignora que o santo imperador Constantino transferiu para aqui [Constantinopla] o ceptro, todo o Senado e a milícia romana, deixando em Roma apenas servos vis...» — «Sabemos perfeitamente que o imperador Constantino veio para cá; mas como mudastes de língua, costumes e vestuário, o santíssimo Papa julgou que o nome de Romanos vos desagradasse também...»

Este diálogo, relatado com azedume pelo embaixador do imperador alemão Otão I na corte do imperador grego Nicéforo II, em 968, não nos deixa ilusões sobre os sentimentos recíprocos das duas civilizações gémeas, cinco séculos após se haverem desprendido da matriz greco-romana. Cinco séculos mais, e Constantinopla tornar-se-á Istambul, talvez com menos pena do que se ficasse na situação de «satélite» dos Latinos.

Preconceitos antigos e modernos

A par dos incontestáveis êxitos de que a Idade Média ocidental se pode vangloriar, o afastamento gradual de povos que durante largos anos partilharam a tripla herança de Atenas, Roma e Jerusalém constitui um trágico fracasso, fracasso esse não completamente estranho ao antagonismo entre Oriente e Ocidente que ainda hoje subsiste. Mas, como ninguém gosta de se confessar responsável por *oportunidades perdidas*, alguns historiadores ocidentais culpam Bizâncio, acusando-a de haver abastardado a cultura antiga. Outros, por seu turno, consolam-se da ruptura, afirmando que se anunciava inevitável desde o princípio, ou entendem que foi necessária a fim de que o Ocidente se pudesse voltar para o Norte.

Parece, contudo, que a história da Alta Idade Média desmente tais argumentos. O Império Bizantino difundiu para o Norte a sua cultura e a sua religião com tanto sucesso como os Latinos do Ocidente. A Europa ortodoxa por ele criada confrontava com a Europa católica, do Mediterrâneo ao Báltico; entre esses prolongamentos paralelos da raiz greco-romana, nenhuma barreira intransponível se ergueu enquanto reinou entendimento entre os centros de difusão, Constantinopla e Roma. Verdade seja que as mútuas relações nunca se processaram num plano de cordialidade, mas as diferenças entre Latinos e Gregos eram, originariamente, menores do que entre Latinos e Germanos ou entre Gregos e Eslavos.

Aquele mesmo embaixador que nos relata o debate das duas capitais, nascido ele próprio em Itália e bispo de obediência romana, reserva para os cidadãos da sua metrópole as palavras mais duras: «Nós outros Lombardos, Saxões, Francos, Lotaríngios, Bávaros, Suevos, Burgúndios, desprezamos a tal ponto os Romanos que, quando queremos ofender os nossos inimigos, lhes chamamos Romanos... porque esta denominação recobre... todos os vícios que existem.» Por seu lado, esse imperador Nicéforo tão ativo em relação ao Papa e que lança contra os Saxões um epíteto ainda mais mordaz (*pellicei*, cobertos de peles, o que aos olhos de um bizantino vestido de seda significa: semelhantes a feras), aproveitará o primeiro conflito diplomático com os Búlgaros para chamar ao seu tsar «um príncipe vestido de peles de animais, reinando sobre sórdidos mendigos». Em contrapartida, os Germanos consideravam os fatos bizantinos muito efeminados!

O problema da língua

Não façamos nossos, à nossa maneira, estes preconceitos, estes falsos patriotismos.

Se, realmente, o hábito não faz o monge nem a pele de animal o selvagem, é, todavia, certo que Bizâncio se afastou menos do que o Ocidente das

tradições da cultura antiga. E é também verdade que o Ocidente acabou por se sobrepôr a Bizâncio depois de ter sido longos anos apenas o seu parente pobre, não como consequência de uma maior fidelidade aos costumes antigos, mas, pelo contrário, graças a um abastardamento mais fecundo.

Das três acusações proferidas pelo embaixador de Otão I contra a legitimidade romana do Império Bizantino (mudança de língua, costumes e trajes) só uma merece reter-se. Desde a época de Justiniano que o latim fora substituído pelo grego como língua oficial do Império. Já em tempo de Heráclio se traduzira para grego o título do imperador dos Romanos em Constantinopla: *Vasilévs Romeôn*. Mais tarde, no século ix, houve mesmo um imperador que declarou ser o latim «uma língua bárbara e escítica.»

Ora, não se pode negar que o grego desempenhara o papel de língua quase oficial no antigo Império, que a romanidade decadente do século iv assimilara o helenismo a ponto de perder o seu carácter primitivo e que o conhecimento do grego permitiu à elite bizantina haurir nas fontes originais do pensamento clássico.

Não obstante, o eclipse total do latim privou os «Romanos» do Oriente do principal veículo que, durante a Idade Média e mesmo mais tarde, possibilitou todo o intercâmbio de ideias aos intelectuais do Ocidente. E, como Bizâncio tão-pouco tentou, a princípio, impor o grego na liturgia dos povos eslavos que convertera, o seu particularismo linguístico obstu à formação de uma língua comum capaz de assegurar compreensão mútua no império universal com que sonhava.

O problema religioso

No entanto, as crenças e os ritos, mais divulgados e plenos de emoção que qualquer «esperanto», teriam bastado para unir os diversos povos cristãos, se o espírito do tempo fosse tão tolerante quanto religioso. Mas, pelo contrário, foi em nome de Cristo que surgiram as maiores querelas entre Oriente e Ocidente. Não retomemos os antigos lugares-comuns, como a subtileza teológica bizantina, o indestrutível paganismo latino ou o cego fanatismo medieval. Reconheçamos antes que, em toda a parte e sempre, a delicada planta da tolerância não floresce no centro dos nossos prados espirituais; ela só vive, e uma vida frágil, em domínios que não consideramos absolutamente essenciais.

O nosso século já pecou demais por intolerância política e nacional para se permitir censurar a outros tempos a recusa do compromisso ou da diversidade sobre pontos em que se julgava estar em causa a salvação eterna.

Desde o início da Idade Média, as controvérsias sobre a natureza do Filho e o seu lugar na Trindade constituíram fontes inesgotáveis de discórdia. A condenação de Ário, que negara a consubstancialidade do Filho

e do Pai, quase cortou da república cristã a maioria dos Germanos e, se os seus súbditos os houvessem seguido, quase todo o Ocidente. A luta continuou até à extinção da «heresia». No século VII, os esforços dos imperadores bizantinos para encontrarem uma solução sobre as duas naturezas do Filho, aceitável por católicos do Ocidente, monofisitas e nestorianos do Egipto e da Síria, lançaram estes últimos nos braços dos conquistadores persas e árabes. Os católicos só se contentaram com a capitulação total dos imperadores ao seu ponto de vista. Porém, no século VIII, as medidas imperiais tomadas contra as imagens inflamaram o Oriente e atiraram os católicos para os braços do rei dos Francos. Uma vez mais as soluções de compromisso mostraram-se inúteis e a paz apenas se restabeleceu mediante a rendição incondicional dos imperadores.

Outra controvérsia se levantou ainda: procederia o Espírito Santo unicamente do Pai, segundo a fórmula do *Credo* primitivo, ou do Pai e do Filho, como queriam os católicos? Este problema provocou um cisma sem fim.

Embora os conflitos desta natureza se atestassem normalmente, ou pelo menos se aticassem, nos meios eclesiásticos, rapidamente se propagavam a todas as classes, não poupando sequer os mais obscuros lugares. Quer se tratasse do problema da presença de Deus na imagem física ou da igualdade entre o Filho incarnado e o Pai distante nos céus, não era necessário a ninguém compreender os argumentos dos doutores para tomar partido apaixonado quanto às consequências que respeitavam a uma alma em busca de auxílio. Quase sempre, quando se impunha escolher entre duas teorias, os Ocidentais preferiam a que mais aproximava Deus dos homens, enquanto aos Orientais repugnava qualquer compromisso que pusesse em risco a espiritualidade divina. Todavia, outros contrastes — mormente entre intelectuais e massas, entre racionalistas e místicos, presentes quer no Ocidente quer no Oriente — sobrepunham-se às diferenças entre as duas Romas, tornando menos vinculada a oposição.

Apesar das querelas religiosas, os vínculos políticos e culturais entre Constantinopla e Roma resistiram longo espaço de tempo a todos os abalos. A reconquista de Justiniano, a invasão dos Lombardos, assim como o progresso paralelo das influências gregas e latinas junto dos Esclavos, tinham derrubado a fraca mas bem marcada barreira entre os impérios do Oriente e Ocidente. A linha divisória era agora móvel e intermitente. Como exemplos da solidariedade, constantemente renovada, das duas civilizações aparentadas, basta citar Veneza, católica mas bizantina, ou a Morávia, convertida por missionários de Bizâncio e mais tarde ganha pelo catolicismo.

Europa cristã ou Europa católica?

Constantinopla foi, durante toda a Alta Idade Média, a cidade «das luzes» da Europa.

Embora se condenassem as suas doutrinas, se detestassem os seus costumes, se desprezassem os seus exércitos, ninguém se podia furtar ao seu encanto, ou recusar as riquezas culturais e materiais que oferecia aos amigos. É verdade que estes amigos se foram dispersando a pouco e pouco, até que o Ocidente, já então mais forte, veio a atacar Bizâncio com a insolên-

cia da juventude. Mas, mesmo então, a indivisibilidade moral da comunidade cristã continuou a ser implicitamente proclamada até pelas pretensões que alimentavam a rivalidade. Imperadores do Ocidente e do Oriente, Papas de Roma e patriarcas «ecuménicos» de Constantinopla, todos eles reivindicavam a herança total da universalidade romana.

Verdade seja que este antagonismo de pretensões malogrou todos os esforços no sentido de se constituir uma frente religiosa unida face aos Muçulmanos. Isso não obsta a que as tentativas de união, sucessivamente repetidas até ao fim da Idade Média e mesmo depois, nos mostrem sem dúvida o mundo bizantino separado do mundo ocidental, embora não mais estranhos um ao outro do que a Europa protestante e a Europa Católica da Idade Moderna. E, se nesta obra apenas de fugida referimos a Europa ortodoxa, não quer isso dizer que a reneguemos. Contudo, um trabalho que, como o nosso, se cinge deliberadamente a um plano bem delimitado só pode oferecer um único ponto de vista: o dos Ocidentais, visto que escrevemos no Ocidente. Permita-se-nos, no entanto, tranquilizar a consciência histórica, adoptando doravante, para designar esse mundo ocidental em gestação, a que a nossa presunção costuma chamar «Europa cristã», a designação mais exacta de «Europa católica».

2. OS TRUNFOS DO ORIENTE

Nada mais tentador do que explicar o curso dos acontecimentos por causas irrevogáveis bem determinadas. Como o Império do Oriente sobreviveu, melhor ou pior, à tempestade que tragou o Império do Ocidente, os historiadores acentuaram as vantagens económicas, estratégicas e intelectuais que o teriam tornado mais forte ou menos vulnerável. Melhor dotado de terras férteis, era mais povoado e mais comercial. A sua fronteira, menos extensa, não estava tão exposta aos ataques dos Germanos, sobretudo depois de as mais aguerridas tribos terem saciado a sua ambição em detrimento dos territórios do Ocidente. Constantinopla, sobretudo, situada no vértice de um triângulo terrestre, rodeada por mar de dois lados, apresentava-se incomparavelmente mais forte do que Roma, Ravenna ou qualquer outro centro de resistência a Ocidente. Por último, as metrópoles do Oriente heleenístico jamais haviam perdido a superioridade que tinham sobre as cidades ocidentais, enquanto centros de cultura literária, artística, religiosa e jurídica.

Embora as razões alegadas correspondam à verdade, não correspondem, porém, a toda a verdade. Também o Ocidente possuía os seus celeiros e vinhedos e ao Oriente não faltavam desertos e ravinas. Se o peso dos Germanos se fazia sentir sobretudo no Ocidente, os Esclavos ameaçavam o Oriente. Os Persas exerciam pressão exclusivamente sobre a fronteira oriental e o Oriente foi sempre o primeiro, se não o único, a apurar o cho-

que dos nómadas asiáticos, Hunos, Ávaros, Búlgaros, Húngaros, Petchenegues e Turcos. Que má vizinhança!

Ainda que o desenvolvimento económico e intelectual da metade oriental do Império tivesse, em conjunto, ultrapassado o da metade ocidental, incorreríamos em falta se esquecêssemos as indústrias de Milão ou Colónia, ou em injustiça se negássemos as influências culturais da África de Santo Agostinho, da Gália de Ausónio ou da Itália de Santo Ambrósio e, mais tarde, de Boécio.

O facto é que o Oriente estava na posse de maior número de trunfos sem que, contudo, a sua superioridade fosse esmagadora; a diferença do seu destino cifra-se, essencialmente, no facto de o jogo nunca ter mudado de mão. A doença da civilização greco-romana não era incurável, a menos que os Bárbaros a destruíssem. No Oriente, onde lhes escapou por um triz, pôde reerguer-se para sobreviver dez séculos, ou seja durante toda a «Idade Média» ocidental (*mapa 4*).

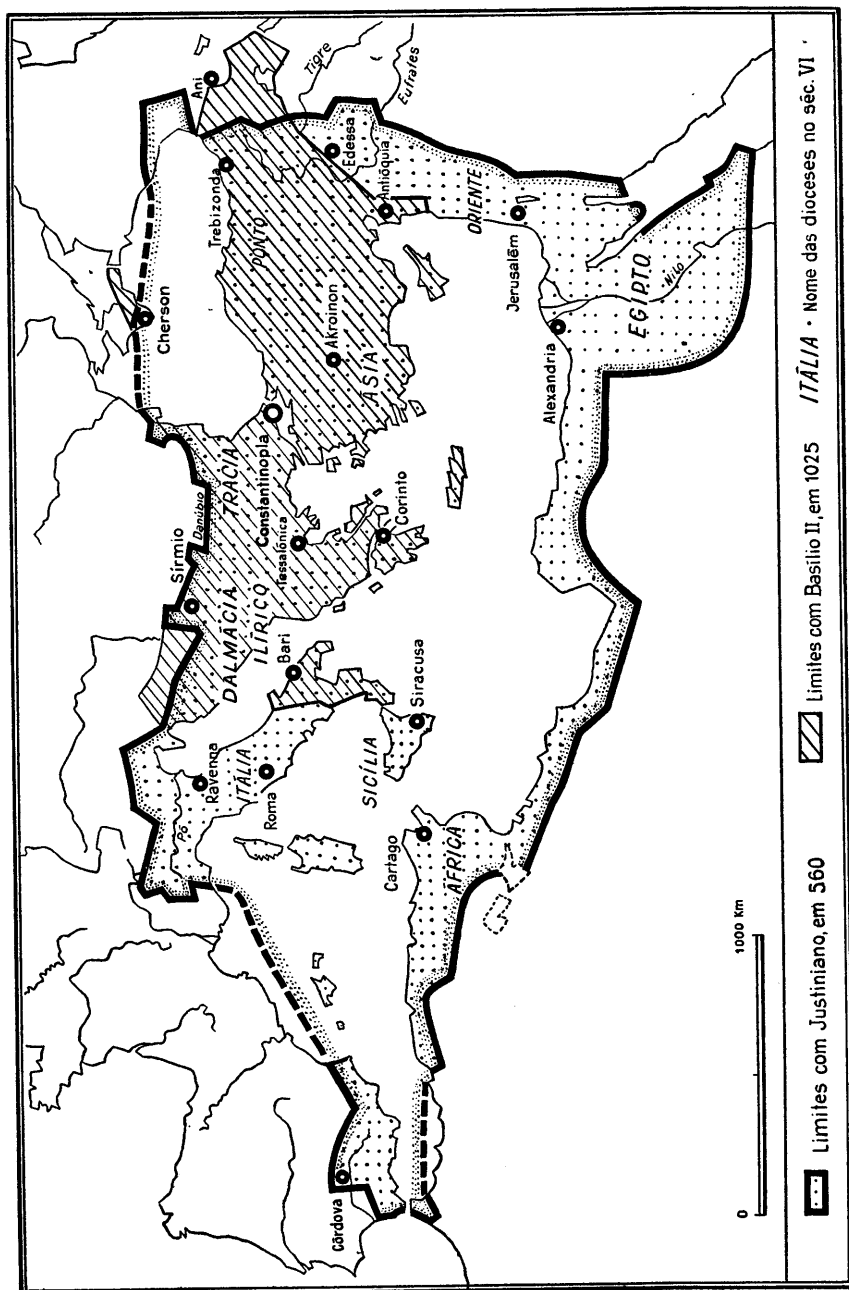
Bizâncio sobrevive adaptando-se

Claro que só perdurou à custa de numerosas modificações: é condição da vida uma adaptação constante. De todas estas alterações, só umas quantas, escassas, representaram retorno ao regime anterior à crise. Pouco a pouco a pressão que mantinha trabalhadores, camponeses, empregados ou funcionários ligados a seus ofícios e cargos aliviou-se; alguns dos mais pesados impostos foram abolidos ou minorados desde fins do século v, que parece ter marcado um modesto ressurgimento económico para todo o mundo mediterrâneo. Em Itália e em França os historiadores atribuíram a Teodorico e mesmo a Clóvis o mérito de tal surto. Mas não devemos esquecer que o imperador Anastácio, seu contemporâneo, melhorou também as condições dos súbditos da nova Roma deixando, quando morreu, um tesouro bem provido, sem em nada baixar o nível próprio a tal império, mesmo reduzido ao Oriente.

Foi por muito ter ambicionado — reapoderar-se do império do Mundo — que Justiniano (527-565) esgotou o tesouro e de novo ultrapassou os limites que uma fiscalidade, por muito impiedosa que fosse, não ousaria exceder impunemente se a preocupasse o futuro.

Os seus sucessores, entre fins do século vi e princípios do século x, viram-se obrigados a adoptar uma atitude de defesa, contentando-se com a reconquista de uma ou outra das províncias que, pouco antes, lhes tinham sido subtraídas; contudo, quer as guerras, quer as catástrofes naturais impediram-nos de reduzir substancialmente os encargos do fisco.

Mesmo sem tomar à letra as inúmeras invectivas das fontes bizantinas contra a rapacidade dos governos (alguma vez o recebedor de impostos encontrou amigos na imprensa?), o certo é que impostos de todos os géneros desempenharam em Bizâncio um papel muito mais importante do que nos Estados bárbaros. Certo é também que os



Mapa 4 — O Império Bizantino em 1025 (morte de Basílio II)

DA DISSOLUÇÃO À REENCARNAÇÃO DO IMPÉRIO

imperadores jamais esqueceram a diferença entre fisco e património privado e que o governo bizantino se esforçou por compensar com serviços reais os sacrifícios que impunha aos súbditos. Sacrifícios pesados, na verdade, mas toleráveis, como a longa duração do Império basta para provar.

Idade média, sim; idade bárbara, não

As outras modificações registadas no decurso da Alta Idade Média foram, na maioria, da mesma natureza que no Ocidente, mas retardadas e moderadas pela resistência das instituições e tradições antigas. Bizâncio adaptou-se sem sobressaltos ou viragens súbitas. Conheceu também a formação gradual de uma classe de servos: escravos parcialmente libertos e homens livres apanhados na armadilha da protecção de poderosos. Mas nunca viu os escravos propriamente ditos e os homens livres não poderosos reduzidos uma posição sem importância na vida económica, social e política. Pode mesmo afirmar-se que, pelo menos até ao século x, a liberdade foi a condição da maioria, permitindo à massa plebeia livre contrabalançar o poder dos aristocratas. Como na Europa católica, a cultura declinou e o que dela ficou refugiou-se nas igrejas e mosteiros; a língua clássica (em Bizâncio, o grego em vez do latim) abastardou-se, e rareou o uso da língua escrita; o direito perdeu subtilidade e clareza; a arte tornou-se progressivamente mais simbólica e pueril.

Contudo, a esta degradação juntaram-se tantos outros elementos de grandeza que seria injusto falar, pura e simplesmente, de decadência. Não se verificou uma súbita queda para o fundo de um abismo, mas, sim, uma descida para um estádio que embora menos brilhante do que o da Antiguidade, não se mostrava completamente desprovido de originalidade. Uma elite de teólogos, cronistas, architectos, ourives e mercadores produziu, ainda, algumas obras-primas. As massas permaneceram francamente abaixo desse nível, mas a sua vida espiritual e material manteve-se melhor do que a dos povos de Ocidente. Assim, Digénis, o «Marquês», correspondente aos Rolandos e Lançarotes na epopeia bizantina, acrescenta aos traços habituais a este género de heróis, uma fina sensibilidade e uma esmerada educação.

Bizâncio, cadinho de povos

Até que ponto se deveram estes êxitos ao povo que deu ao Império a sua língua prestigiosa, o grego? Alguns dos melhores imperadores bizantinos foram arménios, os melhores juristas, sírios; os Esclavos influíram marcadamente, segundo parece, na economia agrária e nas suas instituições; Escandinavos e Italianos, ao que se julga, forneceram modelos de barcos;

o Irão e o Egipto contribuíram com os mais belos desenhos que os artífices bizantinos teceram com o fio do bicho-da-seda, importado da China.

Seja como for, à semelhança da antiga Roma, e ainda que em proporções reduzidas, a nova Roma deve a sua grandeza ao facto de ter sabido caldear todos os povos, e a sua originalidade, a ter assimilado, liberalmente, as ideias dos outros, sem perder a consciência de si própria. Enquanto no Ocidente «Bárbaros» e «Romanos» levaram séculos a amalgamar-se — e só o conseguiram, agrupando-se em nações separadas — Bizâncio esforçou-se por ser a pátria comum de todos os que aceitavam as suas leis civis e religiosas e queriam ajudá-la na missão de sentinela contra os «Bárbaros» do exterior. Isto constituiu, com as vantagens económicas, estratégicas e intelectuais já referidas, o seu melhor trunfo.

3. A CIVILIZAÇÃO BIZANTINA DA ALTA IDADE MÉDIA

Descrever em algumas páginas as características originais da civilização bizantina parece-nos tarefa impossível de realizar. Ser-lhes-á consagrado um volume completo. Mas tracemos pelo menos duas ou três linhas-mestras que ajudarão a compreender o significado de Bizâncio em relação à Europa católica da Alta Idade Média, ou seja, na época em que o Ocidente atingira o máximo do atraso.

O único Estado digno desse nome

Provavelmente, o que mais admiração causava aos vizinhos de Bizâncio era o espectáculo de um Estado centralizado, com exército permanente, numerosa burocracia especializada, escolas, hospitais subvencionados, em suma do único Estado digno desse nome que restava na Cristandade. O seu soberano devia, em princípio, respeitar as próprias leis e as de seus antecessores, atender aos desejos do povo (expressos pelos diferentes órgãos centrais e locais), observar e fazer observar os mandamentos da Igreja.

Contudo, se estas regras gerais bastavam para o distinguir dos reis bárbaros — chefes de exército e proprietários de reinos mais do que soberanos de direito público — só em fraca medida limitavam os poderes de um imperador que em breve a si próprio se veio a chamar *autokrátor* e *isapóstolos*, quer dizer, igual aos Apóstolos. O povo fora vergado muito tempo

antes de Justiniano. É verdade que no decurso da Querela das Imagens iria retomar certa importância, mas, normalmente, só em raras revoltas contra este ou aquele tirano, mais fraco do que os outros, expandia a sua cólera.

Rival mais séria, a Igreja não ousava, contudo, no Oriente, contestar a César o que tradicionalmente lhe pertencia. O Papa estava demasiado longe da capital bizantina e frequentemente se viu obrigado a desagradar aos Gregos para aparecer como paladino das ideias dos Latinos. Pelo contrário, o patriarca de Constantinopla, ao alcance do imperador e de suas tropas, necessitava demasiado do seu apoio para se manter independente frente a Roma.

Monges e iconoclastas

Se um perigoso dualismo se registou, não foi, porém, entre os dirigentes da Igreja e os imperadores, mas sim, entre estes últimos e os monges que pululavam nos conventos ou se empoleiravam em colunas nas praças das cidades, quando não levavam vida errante, um quanto picaresca. Omnipresentes, irreprimíveis, fazedores de milagres, profetas de calamidades, brandiam as suas armas, essas inúmeras relíquias e ícones, a que um crente dificilmente podia resistir.

Contudo, a reacção desencadeou-se no momento em que o seu triunfo parecia garantido. Havia ainda certos fiéis que se sentiam mal quando pensavam na proibição bíblica do culto das imagens; de resto, se a esquecessem, lá estavam para lhe lembrar os polemistas judeus e muçulmanos. As riquezas acumuladas pelo clero suscitavam censuras e cobiças. A difusão do monaquismo tornava mais pesado o fardo dos laicos que, em consequência, tinham de fornecer ao Estado maior número de soldados e de dias de trabalho. Eram virtualmente outros tantos aliados do imperador que ousasse fazer frente aos únicos concorrentes temíveis do seu poder.

Vencedor dos Árabes no cerco de Constantinopla, Leão III sentiu-se suficientemente forte para abrir as hostilidades na frente interna, antes de prosseguir uma campanha que exigiria a mobilização total dos recursos materiais e humanos do Império. Em 726, mandou destruir a imagem de Cristo colocada sobre a porta do seu palácio. Foi a origem da Querela que ameaçou destruir o Império.

Iconoclastas e iconódulos (quer dizer, destruidores e adoradores de imagens) combateram-se de todas as maneiras, durante mais de um século. À semelhança da Querela das Investiduras, que bastante mais tarde teria lugar no Ocidente, a Igreja acabou por triunfar quanto aos princípios básicos: a veneração, senão o culto, das imagens restabeleceu-se, definitivamente, em 843, e a memória dos iconoclastas foi amaldiçoada (*extra-texto 4*, p. 51). No intervalo, porém, quebrara-se o surto do monaquismo; e se os monges, de novo, se tornaram poderosos, nunca em Bizâncio houve teocracia.

Províncias e autonomias locais

O imperador alcançou outra semi-vitória na frente das autonomias locais. No Oriente, como no Ocidente, teria sido impossível ao governo central conservar a plenitude do poder e a direcção pessoal dos negócios em toda a extensão do Império, mesmo depois de Germanos, Eslavos, Búlgaros e Árabes lhe haverem amputado as províncias periféricas.

O imperador entregou, progressivamente, a delegados seus (exarcas, duques, estrategos, ou, por vezes, colégios municipais) o governo e a defesa regionais, com o auxílio de pessoal de cada região e sem poderem contar com as instruções e os reforços que o governo central lhes enviava quando podia.

Vários destes postos de comando, rodeados pelo inimigo durante anos ou séculos, acabaram por se tornar independentes (por exemplo, a Sardenha, Nápoles, a costa dálmata) ou por se deixar absorver (Cartago, Ravenna, Cherson). Outros, porém, resistiram até que alguma viragem da sorte os reintegrasse no seio do Império — pois, se a história de Bizâncio, vista de longe, parece apenas uma longa retirada, ela foi, na realidade, uma alternância de recuos e avanços. Por seu turno, as regiões vitais do centro do Império (a Ásia Menor ocidental, a Trácia, a costa europeia do Egeu) raramente se cindiram, apesar da amplitude de poderes dos seus estrategos e das invasões que, por vezes, as devastaram brutalmente.

O imperador aproveitou esse revolver de fundo para substituir os mais intratáveis dos nobres e dos grandes proprietários por outros, mais fiéis, ou por comunidades de camponeses transplantadas de longe, e prontas a verter o seu sangue em defesa de suas terras, segundo a tradição romana do soldado-lavrador. Sem dúvida que existiram governadores desleais, latifundiários incorrigíveis e comunidades dissidentes. Contudo, nunca o soberano se tornou, como no Ocidente, um rei de fachada ou um marechal da nobreza ou do clero. A lei do Império não teve de se vergar à vontade dos particulares ou aos costumes locais. Ninguém jamais pôs em dúvida o direito do imperador de recrutar tropas ou de lançar impostos, onde quer que entendesse.

Marinheiros e agricultores

O elo que ligava Constantinopla às províncias não se quebrou sequer nos princípios do século VII, quando Persas e Ávaros quase lograram envolvê-la como tenazes, nem mesmo mais tarde, quando Árabes e Búlgaros renovaram a ameaça mortal. Apesar de todos os trunfos já mencionados, este restabelecimento seria inexplicável sem a marinha bizantina, a que um fidalgo de província do século XI chamou «a especialidade da România».

DA DISSOLUÇÃO A REENCARNAÇÃO DO IMPÉRIO

Não se trata, apenas, do fogo grego lançado *in extremis* pelos «sifões» dos navios, mas sobretudo daquele gosto pelo mar que os descendentes de Ulisses jamais perderam. Foi a marinha que assegurou a Bizâncio não só relações contínuas com os países estrangeiros mas também um mínimo de comunicações internas, na época em que a maior parte do mundo se fragmentava em compartimentos estanques cada vez mais minúsculos.

O mar insinuava-se até ao centro do Império e envolvia várias das suas províncias. Ainda que a crise demográfica e a penúria económica obrigassem Bizâncio a deixar arruinar a maioria das estradas que Roma conseguira manter à custa de grandes despesas; ainda que comércio e indústria, os estimulantes da vida urbana, possam ter enfraquecido, subsistiram sempre em grau bastante para conferir às cidades bizantinas uma animação que poucas urbes do Ocidente conheciam. Graças ao mar Bizâncio respirou.

Não é necessário imaginar multidões de mercadores nem pilhas e pilhas de mercadorias. Se, ainda em nossos dias, uma região tão marítima e industrial como é a Bretanha conta 70% de agricultores, podemos bem atribuir a Bizâncio mais de 90% sem assim apagarmos a diferença que a distingue de nações que, sem dúvida, contavam até 99%.

Infelizmente, as classes não agrícolas nunca foram suficientemente numerosas para superar o antigo preconceito que, desde a Antiguidade, reservava à agricultura o monopólio do prestígio social e da autoridade política. Salva da ruína e da rusticidade pelos seus marinheiros, Bizâncio permitiu-lhes que se governassem de acordo com os seus costumes — o *Nómos Nautikós* é a única compilação de direito privado que, no século IX, teve a honra de ser inserto no grande código imperial, as *Basílicas*; mas foi aos grandes proprietários rurais, ou quando muito aos camponeses, que concedeu os seus favores. Sublinhámos já que esse beco sem saída condenou à mediocridade a economia antiga.

Por falta de espírito capitalista, por falta de mecanização, a economia bizantina da Alta Idade Média mostrou-se, também, incapaz de acumular reservas para os anos de guerra e de fome, ou de mobilizar os seus excedentes para fazer de um bom ano o ponto de partida para uma grande expansão. Não atingiu sequer os resultados da economia greco-romana da Antiguidade, pois, além de possuir bases territoriais mais restritas, raramente conheceu os benefícios da paz. Os progressos apesar de tudo registados em certos sectores — técnica de navegação e da indústria da seda, emprego de servos em vez de escravos — desenrolaram-se com tal lentidão que na Baixa Idade Média o Ocidente, sem custo, os pôde superar.

Mas, de que serve comparar resultados de três épocas diferentes? Na depressão económica geral da Alta Idade Média, Bizâncio reagiu mais vigorosamente do que a Europa católica: no reino dos cegos, quem tem um olho é rei.



As letras e as artes

Estas reflexões podem considerar-se igualmente válidas no que respeita ao desenvolvimento das ideias. Com excepção de alguns escritores de génio, cada vez mais raros, a literatura bizantina da Alta Idade Média oferece um quadro bastante deprimente. Sem dúvida que se encontram nas crónicas informações úteis; instantâneos engraçados da vida quotidiana inse-

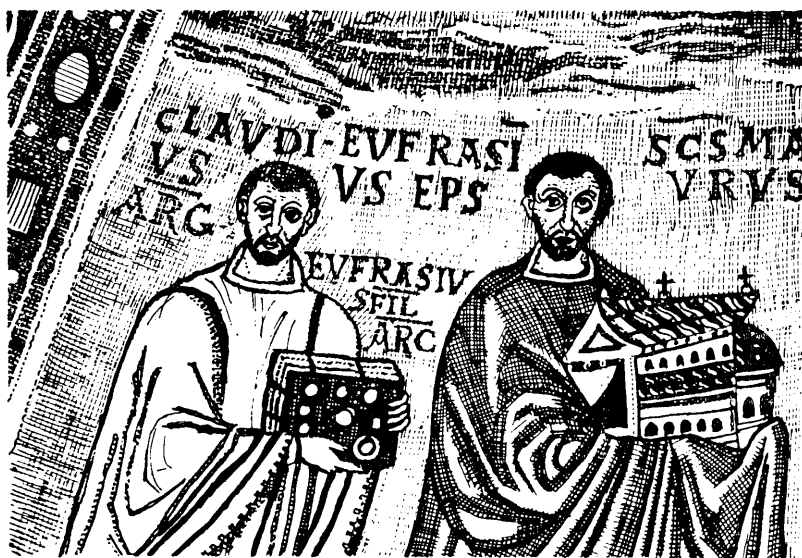


Fig. 9 — Parenzo (Iugoslávia): o bispo Eufrásios, fundador da basílica.
Mosaico da abside, século VI

rem-se em vidas de santos. Mas, em geral, à mais ingénua credulidade alia-se um vergonhoso desprezo pela originalidade, pois não parece lícito aplicar este qualificativo ao facto de cada narrador acrescentar um ponto — ou vários — aos contos de milagres e aparições relatados pelo que o precedeu. O leitor advertido consolar-se-á, repetindo o que um venerável higúmeno respondeu, em *O Prado Espiritual* de João Moschos, ao jovem monge que se aborrecia no convento: «Já não te aborrecias se pensasses no Inferno.» E ainda há que sublinhar que as emoções do povo bizantino, como as do Ocidente, se exprimiram mais vigorosamente no canto litúrgico e em

canções épicas cuja traça se encontra, sobretudo, nas obras que depois do século IX as incorporaram. Para mais, a reacção posterior a 843 cavou um imenso vazio na documentação literária, ao suprimir quase tudo o que os iconoclastas haviam escrito.

É certo que compensou a posteridade, assegurando a continuidade de uma arte figurativa que a falta de aptidão dos Ocidentais e os escrúpulos religiosos dos muçulmanos ameaçavam extinguir. Os mosaicos, glória suprema de Bizâncio, não voltaram ao realismo da época romana (além das aptidões técnicas necessárias para o reproduzir, perdera-se o próprio gosto pelo real), mas atravessaram diversas fases de abstracção, tão arrebatadoras umas como as outras. Antes do final do século VII (*fig. 9*), as composições teatrais da época de Justiniano, plenas de personagens estilizadas mas pesadas e sobrecarregadas de ornamentos, deram lugar a grandes superfícies monocromáticas onde se evidenciava uma imagem central, símbolo da presença divina. Ao mesmo tempo, as representações alegóricas da divindade, proibidas pelo Concílio de 692 (que, de resto, o Ocidente nunca aceitou), desapareceram. Mais tarde, quando o fogo da Querela das Imagens se extinguiu, esta arte austera e distante suavizou-se. Sem perder solenidade, madonas e cristos ornaram-se de uma beleza um tanto rígida ainda mas profundamente humana (*extra-texto 5*, p. 82).

Como nos mosaicos e na pintura, Bizâncio, nas artes indevidamente chamadas «menores», ostentou uma paixão pela riqueza das cores e dos materiais que parece acentuar-se em épocas pobres de dinheiro e de equipamento intelectual. Não cobriam os próprios Bárbaros as suas cruzes, coroas e jóias, de pedras reluzentes e de esmaltes multicolores? Porém, Bizâncio possuía recursos económicos e experiência artística suficientes para eclipsar o ourives e o entalhador franco ou lombardo, e até o ferreiro, caro aos deuses e aos santos teutónicos. Ouro, prata, marfim, pedras preciosas, mármore, vidros, esmaltes cloasonados, tecidos de seda e linho, tudo o que brilhava, tudo o que era susceptível de se colorir de tons cintilantes se empregou com uma profusão que nada tem a invejar às obras-primas dos impérios árabe e chinês, um e outro infinitamente mais vastos e povoados do que o estado bizantino. Outras civilizações transmitiram à posteridade testemunhos de força, equilíbrio ou graça; pelo luxo, Constantinopla impôs-se à fantasia popular e à imaginação dos poetas.

Santa Sofia, obra-prima dos arquitectos de Justiniano, e tantas outras igrejas de mais modestas dimensões, mas rutilantes de cor e sobrecarregadas de cúpulas; palácios percorridos por procissões de dignitários vestidos de púrpura e brocados; mercados regorgitando de especiarias, de perfumes e de virtualhas; a moeda de ouro, sobretudo, esse besante, defensor de um *record* da história pela imutabilidade de seu título e peso durante vários séculos — eis os mais relevantes símbolos da nova Roma.

A política económica

Contudo, Constantinopla não foi um Eldorado. No interior das suas muralhas que rodeavam uma superfície um pouco superior à da Roma de Aureliano (um terço de Paris no perímetro das fortificações, ou um quinto da capital chinesa no século VIII, Ch'ang An) existiam numerosos indigentes. Vários imperadores se esforçaram por reduzir o seu número, ordenando à polícia o arrolamento de todos os ociosos nas corporações dos padeiros e dos jardineiros, onde seriam encarregados dos trabalhos mais pesados. Mais caritativamente, Romano II (959-963) mandou tapar com tabiques os pórticos das ruas principais, para abrigar dos ventos glaciais do Bósforo os mendigos que aí passavam a noite. Até nos ofícios mais activos e melhor remunerados o trabalho manual se mostrava duro (*fig. 10*); a concorrência dos escravos e servos fazia baixar os salários dos artífices livres. As distribuições de pão à população, que a antiga Roma concedia aos seus proletários à custa das províncias, não sobreviveram à perda do Egipto, no século VII. Por muito que o governo

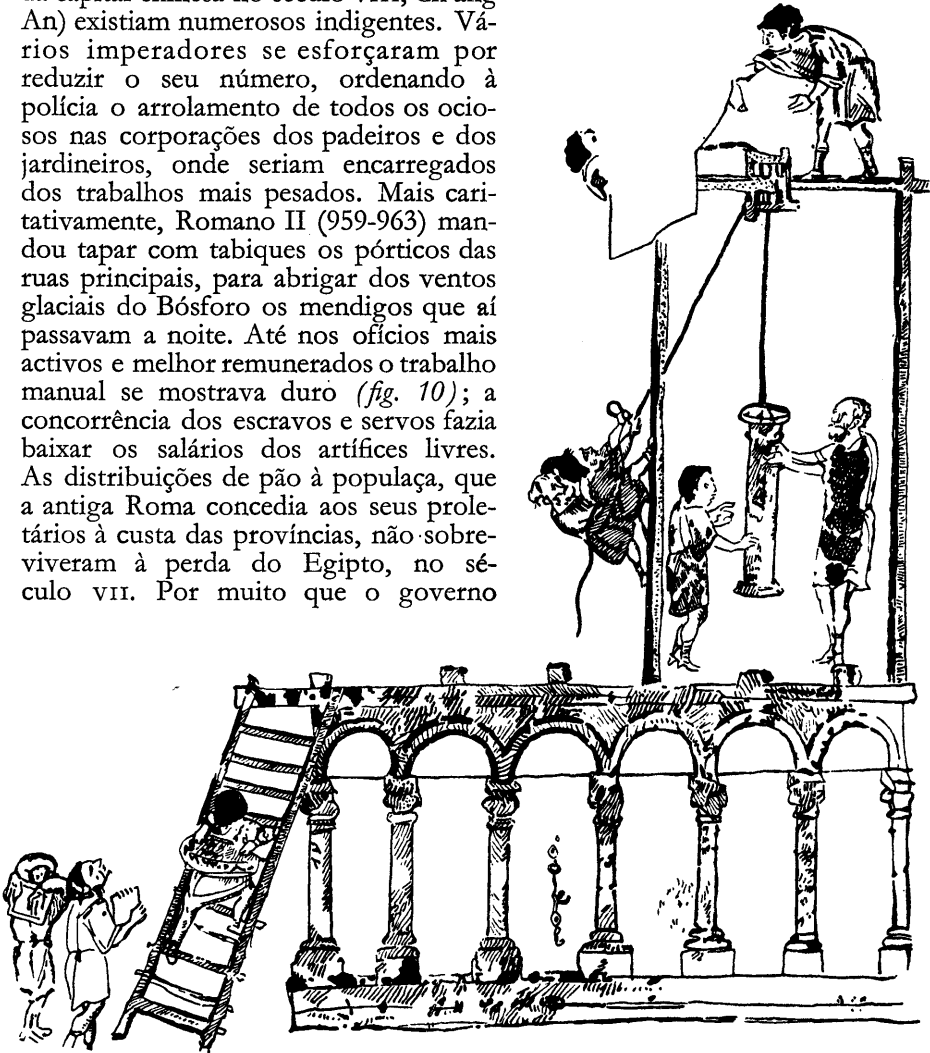


Fig. 10 — Operários de construção erguendo uma coluna.
Segundo uma miniatura bizantina, Bibliothèque Nationale, Paris, Ms. Grec 20, fl. 4

se preocupasse com aquietar as massas metropolitanas, desejava poupar os camponeses da Ásia Menor e da Trácia, cuja prosperidade era o sustentáculo do tesouro e do exército. Mas fez tudo o que pôde, de acordo com as corporações urbanas, para impedir que uma minoria enriquecesse à custa de todos e para assegurar pão, carne e peixe a preços módicos. Daí, essa pletora de medidas, por vezes contraditórias, apanágio de todas as economias dirigidas.

Nenhum Estado da Alta Idade Média e, talvez, nenhum Estado da Antiguidade teve uma política económica dotada de tanta continuidade e tão consciente dos seus fins como o bizantino. Infelizmente, esses fins mostravam-se difíceis de atingir e conciliavam-se mal. Bizâncio pretendia uma corte faustosa, um tesouro trasbordante, uma população saciada. Não foi apenas por culpa sua que raramente realizou o terceiro ponto do programa; mesmo forçando os ricos a partilhar com os pobres os seus excedentes, não seria com eles que poderia satisfazer, em todos os instantes, todas as necessidades. É já de louvar que se preocupasse com isso numa época em que aos poderosos pouco importava o bem-estar das massas. Para encher o tesouro sem aumentar os impostos, de si já perigosamente pesados, tentou quase todos os meios que os peritos da idade do mercantilismo iriam empregar, sem dúvida com mais coerência e rigor, desde medidas visando o aumento da produção agrícola e industrial até à limitação da exportação dos metais preciosos, dos materiais estratégicos e dos víveres de primeira necessidade. Após um intervalo de euforia liberal, os nossos governos voltaram a adoptar uma política semelhante sem que conseguissem, nem eliminar os seus inconvenientes, nem garantir o seu êxito. Bizâncio foi melhor sucedida na obtenção de uma corte faustosa. Antes de lamentarmos o facto inegável do seu elevadíssimo custo, acentuemos que essa pompa a impôs aos estrangeiros e encantou os cidadãos. Sobrevive ainda nas obras de arte que são o nosso deleite.

4. APARECIMENTO DOS ÁRABES

Notámos (pág. 32) que a «reconquista» de Justiniano precedeu de pouco a reofensiva do Império Chinês; contudo, a China alcançou triunfo pleno no seu intento, enquanto Bizâncio se viu constrangida a parar a meio caminho. Sem querer levar longe de mais uma comparação entre dois impérios tão diferentes, assinalemos, porém, que os Chineses apenas tinham de combater bárbaros, ao passo que Bizâncio devia fazer a guerra simultaneamente a bárbaros e a civilizados: primeiro os Persas, depois os Muçulmanos.

Com razão ou sem ela, os Romanos quase sempre consideraram a luta contra os seus inferiores menos urgente do que a travada contra os seus iguais. Os Bárbaros não levavam a termo as suas conquistas e, num dia ou

noutro, largavam-nas. Era possível também contê-los por meio de cidades fortificadas, incitá-los a mutuamente se combaterem e, por vezes mesmo, transformá-los em bons cidadãos. Fiéis às tradições, os primeiros sucessores de Justiniano contemporizaram com os Lombardos e Visigodos, com os Eslavos e com os Ávaros, a fim de melhor reprimirem os Persas. De repente, as fulminantes vitórias do «rei dos reis», Chosroês II, por pouco que resolveram o duelo a favor da Pérsia; quase em seguida, porém, uma dramática viragem da sorte permitiu ao imperador Heráclio, entre 614 e 630, reduzir a Pérsia ao último extremo. Reconquistado o Egipto, recobrada Jerusalém numa expedição que originou entusiasmos religiosos precursores das Cruzadas, Chosroês foi deposto pelo filho, que aceitou uma paz humilhante. O sonho cuja realização Crasso, César, António, Trajano, os Severos e Juliano em vão tinham tentado parecia prestes a efectivar-se.

Mas, nesse momento preciso, um povo até então obscuro, pouco mais evoluído do que os Germanos e numéricamente muito inferior, transformou o sonho em pesadelo. Como podiam o Vasilévs de Constantinopla e o Rei dos Reis de Ctésifon, absortos na sua épica luta, reparar na fuga de Meca para Medina, em 622, de um pastor e mercador de espírito profético, com um punhado de partidários? Episódio mais insignificante ainda do que a crucificação de um pobre-diabo no Gólgota, no reinado de Tibério! Mas dez anos mais tarde, quando Mohammed morreu, a mais recente das grandes religiões da Terra estava perfeitamente organizada e os seus fiéis aptos para a guerra santa que daria aos Muçulmanos, em menos de um século, um império mais vasto do que o Império Romano no seu apogeu.

A partir de 638, os Árabes assenhorearam-se de toda a Pérsia e arrancaram a Bizâncio a Palestina e a Síria; tomaram o Egipto em 642; muito antes de 732, apoderaram-se da Ásia Central até ao Tecto do Mundo, da África setentrional até próximo dos trópicos, da Península Ibérica até aos desfiladeiros e passagens dos Pirenéus. As suas guardas avançadas tinham já ultrapassado ou preparavam-se para ultrapassar estes limites numa série de ofensivas contra Chineses, Hindus, Bizantinos e Francos que, em conjunto, se poderia designar como primeira «guerra hemisférica» (senão mundial) que a Terra conheceu.

Originalidade da síntese árabe

Apesar de certas características que a princípio partilhavam com os outros Bárbaros e que o tempo e o êxito não apagaram completamente — tendência para o nomadismo e aventura, impaciência em relação a todo o governo que excedesse o quadro familiar ou a tribo —, logo de entrada os Árabes deram provas de qualidades de assimiladores e organizadores que antes deles nenhum povo bárbaro mostrara. Sublinhemos que à validade da experiência aliavam a maleabilidade da juventude. Mais rápidos do que

os Germanos em aproveitar o que de viável a tradição greco-romana conservava, mais livres do que os Bizantinos para escolherem entre essa tradição e a herança, quase tão rica, da Pérsia, mais próximos da língua e da ambiência do Antigo Testamento do que nenhum outro povo que no pensamento judeu se tenha inspirado, os Árabes elaboraram uma síntese poderosa e original. Porque adoptaram, sem hesitação, o que faltava à sua cultura adolescente, puderam desenvolvê-la e propagá-la a seu modo, sem renunciarem a nenhum dos traços essenciais que os caracterizavam.

Esses traços remontavam, em parte, à Idade pré-islâmica (a poesia, por exemplo, florescera antes de Mohammed) mas a nova religião remodelou-os totalmente. Estabeleceu não só as bases da consciência espiritual e do patriotismo agressivo dos Árabes, como também o sistema de governo, as regras de direito e mesmo os padrões linguísticos, pois o Corão, lido e aprendido de cor em cada comunidade, permanece até nossos dias como modelo inalterável do árabe literário. O Antigo Testamento exercera o mesmo papel em relação aos Judeus, mas estes tinham permanecido uma pequeníssima nação. O Evangelho conquistara um mundo, mas lutara tempo demais contra as autoridades políticas para ditar a lei em tão extenso domínio. Influenciara sem dúvida a língua, o direito e as doutrinas políticas dos povos que o aceitaram: mas não submergira as tradições pré-existentes.

A nova religião frente à antiga

Em contra-partida, na maioria das terras conquistadas pelos Árabes, a estrutura governamental e administrativa, as instituições jurídicas, o próprio espírito da lei e até a língua e a escrita do país se apagaram para se adaptarem aos ensinamentos deixados pelo Profeta, quer no Corão, quer numa tradição oral mais ou menos autêntica. Triunfo da religião, acentuemo-lo, e não da teocracia, pois o Islamismo não possuía clero consagrado nem chefe espiritual da Igreja. Os seus califas só no governo temporal eram os sucessores do Profeta. Entre as regiões em que o triunfo foi absoluto mencionem-se a Palestina, a Síria, o Egipto e a África Setentrional, ou seja um bom terço da antiga *Respublica Romana*, e, frisemos, o terço que primeiro fora evangelizado.

Em que residia o atractivo da religião muçulmana? O historiador não deve pronunciar-se com respeito a problemas de fé, mas é-lhe permitido observar que o Islamismo, filho da Alta Idade Média, se adaptava tão bem ao seu tempo como o Cristianismo se adaptara à Antiguidade moribunda, que o vira nascer. Era a religião simples de uma época descarnada. Os seus princípios básicos mostravam-se suficientemente abstractos para satisfazer os intelectuais, as suas promessas suficientemente concretas para encantar as multidões. O seu monoteísmo sem compromisso eliminava os problemas que dividiam os cristãos — mistérios da Trindade ou valor das imagens. Jesus, venerado como o maior dos profetas depois de Abraão e antes de Mohammed, era, no entanto, apenas um homem; Allah, como o Elohim do Antigo Testamento, de quem retomava os atri-

butos, tornava-se inacessível à antropomorfização da imagem. Em compensação, o paraíso aberto àqueles que vissem ou morressem pela fé tinha todas as características humanas que a severidade do culto recusava ao seu Criador; estava cheio de alegrias materiais, palpáveis. (Os Ocidentais nunca perdoaram a Mohammed as suas huris, virgens eternas prometidas aos bem-aventurados; mas, pondo de parte as huris, os paraísos que os escritores ingênuos da Cristandade da Alta Idade Média descreviam aos fiéis em nada se mostravam mais idealizados). A estes atractivos, necessário se torna acrescentar o prestígio que naturalmente se liga à religião de um povo conquistador e as vantagens materiais que a conversão ao Islamismo trazia aos povos subjugados. Com efeito, se os muçulmanos trataram cristãos, judeus e zoroastrianos com uma tolerância digna de nota para a época, impuseram-lhes, a princípio, uma taxa especial não extensiva aos crentes, fossem de data antiga ou recente.

Duvidamos que os Bizantinos tenham compreendido a importância revolucionária da religião muçulmana — os seus teólogos teimaram em considerá-la unicamente como uma heresia cristã inventada por um louco ou impostor, e os teólogos católicos fizeram o mesmo (fig. 11) — mas o facto de que os Árabes não eram «Bárbaros» vulgares não lhes passou despercebido. O lugar outrora ocupado pela Pérsia, contrapeso tradicional da comunidade greco-romana, passava de direito aos seus conquistadores. É verdade que a chancelaria imperial jamais renunciou às reivindicações quanto ao Ocidente; é verdade também que a pressão deste ou daquele invasor dos Balcãs ou de outras possessões europeias obrigou frequentemente os imperadores a desviar tropas da «frente» principal, mas a atenção do Estado e do povo bizantino concentra-se doravante nos Árabes. O mais importante historiador grego da época, Teófono, confunde um papa com outro, mas conhece perfeitamente a sucessão dos califas. Em princípios do século x, o patriarca de Constantinopla dirige-se ao emir de Creta nos seguintes termos: «As duas potências do Universo, Sarracenos e Romanos, brilham como duas grandes luminárias do firmamento. Por isso devemos viver em conjunto como irmãos, ainda que diferamos quanto a vestuário, costumes e religião.»

Tais gentilezas diplomáticas eram evidentemente ditadas mais pelo temor recíproco do que pela cordialidade. Cada uma das «duas potências»



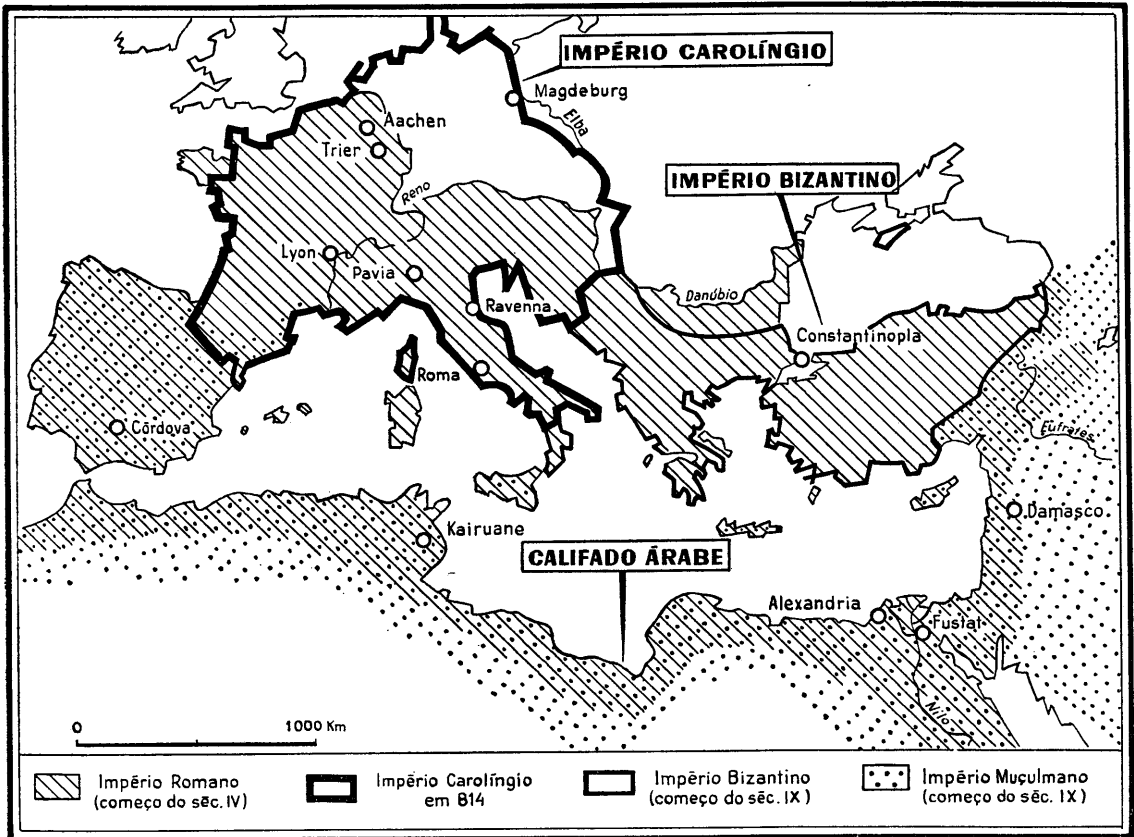
Fig. 11—Caricatura de Mabumeth (Mohammed), na margem de uma tradução latina no Corão. Manuscrito da Bibliothèque de l'Arsenal, 1162, Paris

espreitava a ocasião de se dilatar à custa da outra; cada uma delas, com base na sua fé, esperava a condenação, ou a conversão dos adeptos da outra, mais tarde ou mais cedo, antes do Juízo Final. Mas não há dúvida de que, desde meados do século VIII, as duas rivais se resignaram a coexistir em pé de igualdade, aguardando que a «cortina de ferro» que as separava fosse derrubada pelo triunfo da Verdade.

A «guerra hemisférica» e o novo equilíbrio

Este equilíbrio resultara de uma luta encarniçada, de que a «guerra hemisférica» foi a última fase. A vaga árabe refluíu, após quatro batalhas, duas no centro e duas nas extremidades opostas do imenso leque islâmico. Os nossos manuais, referidos a Paris ou ao meridiano de Greenwich, apenas mencionam uma delas, a derrota que, em 732, Carlos Martel infligiu, entre Poitiers e Tours, a uma guarda avançada muçulmana, acrescida de contingentes da Aquitânia; mas a repercussão desta batalha no Ocidente cristão foi incomparavelmente mais vasta do que a sua importância militar; na realidade, o impulso dos Árabes já não bastava para os manter, muito tempo, numa região tão afastada do seu ponto de partida. Esta conclusão impõe-se ao comparar os resultados de Poitiers com os de uma outra batalha que os Árabes, reforçados com contingentes turcos, ganharam aos Chineses, nas margens do Talas, no Turquestão, em 751. Aí, esmagaram o melhor general do Império T'ang e fizeram milhares de prisioneiros. Quebrou-se a expansão chinesa na Ásia Central, para alegria dos poetas que, como Li T'ai-Po, a acusavam de provocar um massacre interminável e inútil. No entanto, os Árabes não foram mais longe; no Extremo Oriente como no Extremo Ocidente do seu império, a sua força expansiva quebrara-se.

Era no centro do seu Estado, diante das capitais sucessivas de Damasco e Bagdad, que os Árabes podiam afirmar a plena medida da sua força. Contudo, aí deparava-se-lhes o Império Bizantino, indomável mesmo através dos desastres. Repelidos várias vezes nos arredores de Constantinopla, sofreram uma grave derrota às mãos do imperador Leão III — inimigo das imagens — em Akroinon, na Ásia Menor (739). Em 747, os Bizantinos triunfaram pela segunda vez, numa batalha naval. Então a fronteira entre o mundo islâmico e o mundo cristão imobilizou-se — ou pouco faltou — a meio caminho entre as capitais bizantina e árabe. Os Árabes ficaram na posse de três quartos do território já conquistado a Bizâncio, mas Bizâncio ficara o baluarte de defesa de um espaço assás vasto para que a Europa nele pudesse nascer (*mapa 5*).



Mapa 5 — Os impérios romano, muçulmano, carolíngio e bizantino (séculos IV-IX)

5. OS ÁRABES E A EUROPA

Se os Germanos tornaram possível a formação da Europa, os Árabes impuseram-na. Sem Mohammed, uma Bizâncio libertada do perigo persa teria podido retomar os planos de reconquista de Justiniano. A falta mesmo de reunificação política, poderia ter re florido no velho tronco da *Respublica Romana* uma comunidade espiritual e económica alargada para Norte, mas sempre centrada no Mediterrâneo. Tal possibilidade desapareceu logo que Bizâncio se viu obrigada a entrincheirar-se, militar e comercialmente, entre os restos do seu império, e que as margens africanas e asiáticas do Medi-

terrâneo se ligaram pela religião, língua, direito, instituições e modo de vida a um complexo cultural diferente: a comunidade islâmica. Abandonada a si própria, a Europa Ocidental achou-se sem coluna vertebral. O prestígio da Sé Apostólica, o poder das recordações imperiais, os recursos materiais dos fragmentos costeiros que restavam no Mediterrâneo — Languedoc, Provença, Itália até às proximidades de Nápoles e de Bari — continuavam a atraí-la para o Sul. Mas um novo Mediterrâneo compreendendo o mar do Norte e o Báltico, rodeado de terras germânicas e eslavas, saíra das brumas da pré-história, contrapondo-se ao Velho Mediterrâneo esgotado e desconjuntado. A meio caminho entre os dois mares, no interior rural do continente, encontravam-se os mais aguerridos povos e os mais férteis campos. Aí iria a Europa medieval descobrir o seu novo centro de gravidade após algumas hesitações: Aachen com os carolíngios, Goslar no tempo dos imperadores Sálios, e por fim — e para durar — Paris.

Três níveis, três culturas

Contudo, evitemos atribuir às conquistas árabes a característica de súbita catástrofe que já recusámos às conquistas germânicas. Os velhos laços não se cortam: afrouxam-se lentamente no decurso dos séculos. Para mais, a Europa foi a princípio demasiado pobre e, em seguida, demasiado exuberante para constituir um mundo em si como o fora o mundo greco-romano. Mesmo quando o comércio internacional, em consequência da decadência económica do Ocidente, se reduziu ao mínimo, continuou a ligar entre si as margens do Mediterrâneo e fê-las comunicar com os mares do Norte. Roma, capital religiosa, canalizou as contribuições nórdicas e assegurou a continuidade das tradições latinas e meridionais da cristandade ocidental. Bizâncio foi-se afastando, mas gradualmente; a sua força no século x, a sua fraqueza no século xii, a sua queda no século xv constituíram outras tantas ocasiões de encontros, senão de aproximações. Paradoxo da história: foi o mundo muçulmano que forneceu à Europa ocidental, depois do ano mil, importantes textos gregos que a tradição romana e o renascimento carolíngio não tinham sabido conservar-lhe.

De começo, o contraste entre o mundo cristão e o mundo islâmico não se registou de igual modo em todos os lugares em que se encontraram. Bizâncio vestia a sua civilização com as mesmas vestes do Ocidente católico, mas empregava um tecido bastante mais rico. Em certos aspectos, foi-lhe mais fácil o entendimento com Bagdad (que, para talhar outro traje, usava o mesmo tecido), do que com os seus parentes pobres e camponeses. Quando se lêem os relatos de inúmeros viajantes bizantinos e árabes que atravessaram a «cortina de ferro», encontram-se neles, sem dúvida, numerosos sinais de incompreensão e reprovação recíprocas, mas, também, a admissão bem clara de uma paridade absoluta na maior parte dos domí-

nios: instituições políticas, estruturas sociais, vida urbana, desenvolvimento intelectual e comercial.

Pelo contrário, que distância entre a Espanha muçulmana e a França católica! Para se fazer uma ideia, forçosamente imprecisa pois não possuímos números fundamentados nem descrições gerais, basta pensar na disparidade existente, há uma centena de anos, entre uma nação europeia e as suas colónias. Na Alta Idade Média, a escrita era uma ciência rara a norte dos Pirenéus; a sul, era quase que universal na alta sociedade e estava muito divulgada entre a população urbana, se não nos campos. A França só exportava matérias primas; a Espanha, produtos acabados.

A civilização da Espanha muçulmana (al-Andalus) constitui essencialmente uma página de história islâmica e por isso não tentaremos inseri-la num livro consagrado à história da Europa. Bastará lembrar que, após um princípio difícil, sob a égide de governadores enviados por um califado longínquo, inaugurou-se, em 750, um período de desenvolvimento e de reconstrução, com a constituição de um Estado muçulmano independente, com a capital em Córdoba. Os recém-chegados — Árabes, Berberes, escravos e libertos de todas as origens — e os antigos ocupantes — Ibero-Romanos, Judeus, Germanos — colaboraram em atmosfera de tolerância. Cada um dos grupos pôde conservar a sua fé, os seus costumes e mesmo relações contínuas com os correligionários que viviam no estrangeiro. O prestígio islâmico ganhou, não obstante, numerosos sectários e o árabe tornou-se a língua principal, senão única. *Al-Andalus* brilhou como uma estrela de primeira grandeza na constelação dos estados que, conquanto desenvolvendo ao mesmo tempo as suas características locais, hauriam no Corão uma inspiração comum. No século x, alcançado o zénite, quase igualava o poderio político, a riqueza económica e o esplendor intelectual do Império Bizantino, que irradiava sobre a Europa no extremo oposto do Mediterrâneo.

Não estava longe o dia em que a Europa católica, elevando-se à custa dos seus próprios esforços, estaria em condições de tirar vantagem das relações com os vizinhos muçulmanos. Mas na Alta Idade Média estava duplamente afastada deles. O modelo da sua civilização era-lhe tão estranho quanto os seus tecidos. Mesmo os pequenos Estados cristãos nascidos a sul dos Pirenéus de um núcleo visigodo imprudentemente esquecido pelos conquistadores nas montanhas das Astúrias, julgaram em geral mais fácil inspirar-se na França carolíngia e capetíngia do que no califado de Córdoba. Nos séculos xi e xii, a Itália tornou-se, a vários títulos, melhor condutor de influências islâmicas do que os «cinco reinos» (Astúrias, Leão, Castela, Navarra, Aragão) da Espanha católica.

Os fossos e as pontes

É verdade que as guerras obstaram às comunicações entre o mundo cristão e o mundo islâmico. A luta pela reconquista da Península Ibérica, embora interrompida por longas tréguas, preenche a Idade Média espanhola. Em certos momentos, Bizâncio impôs efficientíssimos bloqueios contra o mundo islâmico, quer por terra, quer por mar. Contudo, não há razão para crer que estas guerras tenham cavado fossos mais profundos do que os conflitos que opuseram povos da mesma religião. Para mais, os muçulmanos encontraram aliados, declarados ou secretos, em vários pontos da Europa católica; eles próprios deixaram de formar uma frente comum logo

DA DISSOLUÇÃO À REENCARNAÇÃO DO IMPÉRIO

que o califado, em 750, começou a dividir-se. Meio século volvido, Carlos Magno e Harun-ar-Rachid associaram-se contra Bizâncio e Córdova aliadas. Um século mais tarde, o papa João VIII (872-882) esforçou-se em vão por desligar da aliança muçulmana o bispo-duque de Nápoles. Diga-se de passagem que o papiro no qual aquele pontífice escrevia as suas cartas oficiais se fabricava no Egipto e trazia, em forma de cabeçalho, uma inscrição árabe em honra de Allah, inscrição que, evidentemente, a seus olhos «era chinês».

No próprio domínio religioso, levantaram-se menos conflitos entre muçulmanos e cristãos do que entre «ortodoxos» e «heréticos» no seio de cada uma das religiões. Tanto de um lado como do outro, os doutores sentiam-se demasiado seguros do monopólio da verdade para que, seriamente, temessem a propaganda contrária: limitavam-se a desaconselhar aos seus correligionários, ignorantes em teologia, a travarem, com um sábio da fé oposta, discussões em que se arriscariam a ficar em situação de inferioridade. Para mais, múltiplas convenções previam a manutenção de igrejas em território islâmico e de mesquitas em território cristão, para uso das minorias étnicas e dos mercadores estrangeiros. No que se referia às ciências laicas, como a medicina, as matemáticas ou a astrologia, não havia preocupações quanto às crenças dos seus raros adeptos. Embora a suspeita de bruxaria pesasse sobre os que muito sabiam nestes domínios, preferia-se utilizar os seus préstimos a desafiar a sua hostilidade. Apesar da sua erudição, aliás bem modesta, no campo da astronomia e matemática árabes, Gerbert d'Aurillac pôde, no fim do século x, ascender a papa; pouco importa que a lenda o tenha transformado num mágico herético.

Em suma, a diferença de religião foi menos nociva do que a diferença de língua para a troca de ideias. Latim e árabe, direito canónico e direito sunita, imagens e arabescos tinham muito poucos pontos em comum para poderem sustentar um diálogo inteligente. Só no século xi é que se encontram intérpretes em número suficiente, não apenas para ler os originais árabes, mas também para retroverter do árabe originais gregos, esquecidos ou perdidos. Quanto aos Árabes, não perderam tempo a traduzir textos da Idade Média ocidental. Este desprezo, compreensível a princípio, iria mais tarde custar-lhes caro.

As trocas comerciais

De igual modo, no que diz respeito às trocas comerciais, o novo obstáculo não se cifrou tanto na diferença de religião quanto na amplitude das conquistas árabes. Desde o princípio, a religião muçulmana distinguiu-se pela sua atitude de favor relativamente aos mercadores, e o Califado mostrou-se mais condescendente do que o Império Bizantino para com os mercadores estrangeiros. Contudo, era inevitável que a for-

mação de uma unidade política e alfandegária desde o golfo da Gasconha até ao delta do Indo desenvolvesse correntes económicas internas em detrimento das relações com as margens cristãs do Mediterrâneo.

Verdade seja que um complexo territorial tão vasto como o mundo islâmico podia exportar para a Europa cristã maior variedade de mercadorias do que a África e a Ásia romanas haviam enviado para a Europa romana, e que, conseqüentemente, lhe era possível, de igual modo, importar mais. Parece mesmo provável que as compras dos muçulmanos na Europa católica lhe tenham fornecido o ouro e a prata amoeitados necessários às suas próprias compras no Império Bizantino, deixando-lhe uma margem activa, utilizável para o ulterior desenvolvimento do seu comércio.

Evitemos, porém, imaginar, no decurso da Alta Idade Média, um comércio maciço. As mercadorias que o mundo islâmico pedia à Europa faziam parte, na sua maioria, daqueles produtos que nenhum governo gosta de fornecer a inimigos eventuais: materiais estratégicos, armas, barcos, escravos. Mas, negócios são negócios; o tráfico dos escravos, embora proibido por todos os governos e amaldiçoado pelos porta-vozes de todas as religiões, não deixou de se tornar um dos ramos mais importantes do comércio internacional da Alta Idade Média. Não bastando os prisioneiros de guerra para o manter, roubavam-se crianças, ou, com mais frequência, compravam-se aos pais, endurecidos pela miséria ou pela avaréza. Este tráfico registava-se por toda a parte, — em Inglaterra, na Lorena, na Toscana, na Bulgária, na Síria, no Egipto...

A crise demográfica continua

Ora, o facto de os homens terem sido um dos mais procurados «artigos», mostra-nos que a crise demográfica, da qual já vimos os efeitos devastadores na época em que os antigos impérios se desmoronavam, estava longe do seu termo no tempo em que o império árabe se expandiu. Talvez o acontecimento «hemisférico» capital do século VIII não houvesse sido a guerra das quatro batalhas mas sim a peste de 742-743, que se propagou do extremo da China ao centro da Europa, assolando indistintamente lares muçulmanos e cristãos. Infelizmente, a história demográfica e económica da Ásia na Alta Idade Média não se aprofundou ainda. A da Europa apresenta-se como um emaranhado de problemas insolúveis, pois afigura-se impossível alcançar precisão estatística com base nas raras e imprecisas fontes da época. Contudo, sabemos o suficiente para crermos que, se flutuações periódicas originaram a alternancia de modestos surtos com depressões mais profundas, a tendência fundamental permaneceu idêntica sempre e em toda a parte: insuficiência de homens e de meios, contracção da produção, dificuldades na distribuição, mediocridade do consumo.

DA DISSOLUÇÃO À REENCARNAÇÃO DO IMPÉRIO

A tudo nos habituamos: esta atmosfera de abatimento não impediu a formação de impérios que viveram horas de glória, mas limitou o seu triunfo e duração. Cada um por sua vez, a China dos T'ang, a Roma bizantina de Justiniano e Heráclio, o califado dos Omáyyadas e mesmo o Império Carolíngio, conheceram renascimentos militares e culturais mais ou menos definidos. Porém, cada um deles não foi mais que um frágil gigante votado a um fim prematuro devido à fraqueza das suas bases materiais, da sua natureza biológica. Não é tarefa do nosso âmbito descrever as vicissitudes dos impérios do Oriente; mas debruçemo-nos sobre o destino do Império do Ocidente, renovado por Carlos Magno.

O IMPÉRIO CAROLÍNGIO, GIGANTE FRÁGIL

1. DE PREFEITO DO PALÁCIO A SENHOR DA EUROPA

«CARLOS, sábio, modesto... senhor do mundo, bem amado do povo... cume da Europa... herói, augusto... piedoso... está a construir as muralhas da Roma do futuro».

Eis como um poeta desconhecido descreve Carlos Magno e a sua capital (Aachen, não Roma) alguns meses antes daquele Natal de 800, em que a coroa imperial foi posta pelo papa na cabeça do monarca (em Roma, não em Aachen).

Em 801, uma vez desaparecidos os efeitos do choque consequente da coroação, Carlos Magno — ou a sua chancelaria — adoptou para si próprio uma nova série de títulos, meio germânicos, meio romanos: «Sereníssimo Augusto, coroado por Deus, grande imperador pacífico, governador do império romano e, igualmente, pela misericórdia de Deus, rei dos Francos e dos Lombardos». Os seus letrados chamaram-lhe, ainda, «Rei David», que se adaptava bem ao Ungido do Senhor, ou «pastor Palemon», que pelo contrário se ligava mal com os gostos daquele grande caçador. Contudo, a história não diz se recebeu outros títulos da esposa que repudiou, dos sobrinhos que despojou, ou dos Saxões que perseguiu, massacrrou, baptizou à força, ou deportou se tiveram a «perfídia» de se revoltar. O império que erguera pelas armas começava a desagregar-se antes mesmo de sua morte, mas a ideia imperial que nele houvera seu berço, deveria dominar a Europa até fins da Idade Média e mesmo depois.

A imagem de Carlos Magno

A imagem de Carlos Magno, embelezada mas ainda humana na biografia de Eginhardo, que o conhecera, foi transfigurada pela lenda. Um

monge do século XI ouviu garantir a uma testemunha ocular que no ano mil, quando Otão III abriu o túmulo do fundador do império, encontrou Carlos Magno «sentado numa cadeira como se revivesse... sem nenhum membro corrompido». A epopeia — quem não o sabe? — atribuiu-lhe, embelezando-as, as façanhas de toda a sua dinastia, duzentos anos de vida e a barba florida que parece nunca ter usado (*extra-texto 7 e fig. 12*). Desde 1165 que a Igreja se inclinou perante a tradição (e a vontade de Frederico Barbarruiva) admitindo Carlos Magno entre os seus santos. Tal facto bastou para abafar a voz discordante de alguns poetas que o representavam como um velho ávido e tonto.

Um homem que tantos ideais encarnou através das eras não se deixa facilmente analisar.

Sabemos (*fig. 12*) que foi enérgico, activo, corajoso; que acreditou firmemente no cristianismo segundo a fórmula romana e na sua missão de o sustentar e propagar, pela espada e pelo livro; que aceitou e solicitou a colaboração de guerreiros e sábios de todas as nações, considerando-se a si próprio Germano da nação franca (o

que significa nem Alemão, nem Francês) nas ocasiões e manifestações mais importantes da sua vida. Os outros traços do seu carácter escapam-nos. As fontes, bastante copiosas para uma época em que não abundam excepcionalmente, prestam-se a interpretações diversas.

Mas, fosse qual fosse a contribuição da sua personalidade, êxitos e malogros explicam-se, sobretudo, pelo facto de ter surgido no momento em que as elites do Ocidente desejavam com impaciência uma restauração imperial, ainda que os instrumentos políticos e económicos para manter tal Império não estivessem com certeza em forma.



Fig. 12 — Carlos Magno. Pormenor do mosaico do Triclinio de Leão III em S. João de Latrão, Roma. Note-se a ausência da «barba florida»





Os trunfos dos Francos

O exército franco estava quase pronto. Desde o tempo de Clóvis, como vimos, que o povo franco parecia designado para a hegemonia do Ocidente. Controlava um domínio mais vasto e uma população mais numerosa do que os outros reinos bárbaros. Resolvera de uma só vez o problema das relações com a igreja católica e com a massa galo-romana, abrangendo, também, bastantes territórios germânicos para que não perdesse a coesão no meio das multidões romanas, nem a fisionomia especial do seu clero. Justiniano detivera, é certo, a expansão dos Francos, mas nada os impediria de retomar a ofensiva, após a sua morte, se a monarquia soubesse conservar autoridade sobre a nobreza.

Tal não sucedeu. Anárquica, ávida de prazer, indiferente às ideias, a aristocracia merovíngia aproveitou a discórdia ou a incapacidade do soberano, depois as rivalidades dos prefeitos do palácio, para se engrandecer à custa do Estado, da Igreja e do povo. Conservou, pelo menos, o treino militar, graças aos conflitos internos entre Austrasianos, Neustrianos, Borguinhões e Aquitânios e, se sofreu dos Ávaros, Eslavos, Lombardos e Bretões algumas derrotas, não deixou cercear o território propriamente franco.

Aliás, a unidade territorial da nação franca definiu-se no mundo das ideias na própria época em que, na realidade, se desconjuntava: é no século VII que toma forma a lenda de uma origem troiana para os Francos, como para Romanos e Macedónios. Um pouco mais tarde o prólogo da lei sálica será um hino à *gens Francorum inclita*, destemida na guerra, inflexível na paz, não contaminada pela heresia. Encontram-se sem dúvida idênticas expressões patrióticas na mesma época entre os Anglo-Saxões, os Lombardos e os Visigodos. Mas estes últimos, os únicos à altura de rivalizar com os Francos, sucumbiram face aos Árabes. Quanto aos Anglo-Saxões e aos Lombardos, não tinham sequer terminado a conquista das regiões onde se haviam instalado — a Grã-Bretanha e a Itália — e eram pouco numerosos demais para visarem mais longe. Os horizontes dos outros povos bárbaros apresentavam-se ainda mais limitados.

Ascensão dos Carolíngios

Para se tornarem senhores do Ocidente, os Francos necessitavam apenas de encontrar um chefe e de aprender de novo a obedecer-lhe. Desde princípios do século VII, enquanto a estirpe real se entre-devorava na famosa querela de Fredegunda e Brunehaut, uma família de grandes proprietários austrasianos apresentou a sua candidatura, os Arnulfinos, antepassados

6 — Evolução da arcaria. Da esquerda para a direita: Santa Sabina (Roma), século V; Grande Mesquita dos Omáyyyadas (Damasco, Síria), século VIII; San Pietro (Toscana, Itália), interior do século VIII; Santa Maria La Blanca, antiga sinagoga (Toledo, Espanha), século XIII.

dos Carolíngios e protótipos talvez dos Nibelungos da epopeia, onde aparecem na companhia de Átila, de Teodorico e de outros heróis de tempos mais longínquos. Em 656, Grimaldo, filho de Pepino o Velho, e onnipotente prefeito do palácio no reinado de Sigeberto, ousou colocar no trono austrasiano o seu próprio filho, que fizera antes adoptar pelo rei. A hora não chegara ainda; pai e filho foram mandados matar, mas a família em breve regressou ao poder com novos prefeitos do palácio. Pepino II triunfou sobre os seus adversários neustrianos, levantou o prestígio franco na Alemanha e mandou o clero missionário prosseguir a obra dos soldados. Novo eclipse após a morte de Pepino II, novo surto com seu bastardo, Carlos Martel. Vencedor dos Árabes muçulmanos e de seus aliados cristãos a norte dos Pirenéus, dos Frísios, dos Saxões e de outros Germanos ainda pagãos, Carlos serviu-se lautamente dos bens da Igreja para recompensar os seus cavaleiros, sem deixar de ser o benjamim do clero missionário, que dele precisava. O próprio papa ofereceu obediência em retribuição do auxílio contra o rei lombardo Liutprand; mas Carlos Martel preferiu Liutprand, seu aliado contra os Árabes, que se tornou padrinho de armas de seu filho (Pepino «o Breve») graças a uma cerimónia germânica que «enxertava» o adolescente na linhagem real lombarda. Os próprios Francos não tinham rei de momento, pois em 737 morrera o figurante merovíngio. Bastava um passo para ocupar o trono vago.

Esse passo deu-o Pepino o Breve, de um modo que transformou radicalmente a realeza franca, revestindo as suas bases militares germânicas com um verniz sacerdotal e romano. Outros reinos bárbaros tinham passado pelo mesmo: os Visigodos chegaram até a adoptar o rito hebraico da consagração do rei com os santos óleos sem, contudo, renunciarem ao direito de o depor. Em Inglaterra, o fervor místico de alguns reis nem sempre foi bem visto: conta-se que Sigeberto de Essex foi morto «porque tinha o hábito de poupar os inimigos e de lhes perdoar os males que lhe haviam feito». Não obsta a que um simbolismo religioso cada vez mais acentuado se afigurasse como único correctivo para a ferocidade política.

Tal simbolismo pareceu necessário em substituição da sombra do rei merovíngio, *fainéant* ⁽¹⁾, mas legítimo e quase sagrado. Quando Pepino o Breve arriscou a usurpação que tantos outros tinham executado nos reinos vizinhos, quis purificá-la pela mais inatacável consagração. Primeiro, levou o papa a declarar que o título real devia caber a quem detivesse o verdadeiro poder. Depois, eleito rei pela assembleia dos grandes, fez-se ungir por S. Bonifácio, o mais ilustre dos missionários, na presença dos bispos francos. Por fim, em 754, ajoelhou-se diante do papa que viera a França, conduziu a sua montada pela rédea e prometeu-lhe protecção militar. Em retribuição, obteve nova sagração pelo chefe da Igreja cató-

(1) O que detém um cargo de autoridade de maneira meramente nominal, sem qualquer acção — sem fazer nada (de *faire néant*) [V. M. G.]

lica em pessoa, e o título de «patrício dos Romanos», que provavelmente não pedira.

Doravante, o caminho dos Carolíngios estava traçado: tanto o seu progresso triunfal durante a segunda metade do século VIII, como as suas dificuldades no século IX, estreitaram os laços com o papado. Patrícios, conquistadores da Itália e da Alemanha, imperadores, competidores no Império, lançaram os proventos obtidos quer pelas armas, quer pela administração, no fundo comum de uma sociedade onde o papa ocupou, primeiro, o lugar de sócio menor, depois, de igual, pretendendo, por fim, a direcção suprema.

2. DA ADMINISTRAÇÃO DE ROMA À TUTELA DO OCIDENTE

Com efeito, a protecção que Pepino o Breve prometera ao papa Estêvão II, em 754, implicava a aceitação dos princípios contidos num documento que os peritos pontifícios haviam então forjado, segundo parece, para as necessidades da causa: a Doação de Constantino. Ela atribuía ao primeiro imperador cristão, fundador de Constantinopla, estas surpreendentes palavras: «Julgamos oportuno transferir o nosso império... pois no local onde o principado sacerdotal e a capital da religião cristã foram instalados pelo Imperador dos Céus, não é justo que o imperador terrestre exerça o seu poder... Concedemos e abandonamos [ao papa]... a cidade de Roma, assim como todas as províncias, localidades e cidades da Itália e das regiões ocidentais, para serem mantidas por ele e por seus sucessores sob o seu poder e tutela».

Resistimos à tentação de chamar *falsa* a esta «doação», cuja própria linguagem, muito anacrónica, trai a rudeza da cultura romana no século VIII, mas cuja autenticidade não foi seriamente posta em dúvida antes do Renascimento. A falsidade pressupõe a intenção de enganar; ora, os clérigos que redigiram a Doação para preencher o que lhes parecia uma lacuna dos arquivos, estavam sem dúvida convencidos de que os factos se tinham passado mais ou menos como os descreviam. Como Deus quisesa que o papa houvesse o Ocidente sob a sua tutela e Pepino a monarquia franca em seu poder, conceder-lhe uma base legal incontestável era um acto de fé. Contudo, a garantia mútua que os dois protagonistas de 754 se outorgavam contra toda a reivindicação por parte de terceiros transformou uma amizade antiga, mas longínqua, em verdadeira cumplicidade, primeiro contra os Lombardos, depois contra o Império Bizantino.

O destino político do papado transformou-se, por ela, tão radicalmente como o do Estado franco, com o qual se casava a fim de assegurar como dote Roma e Ravenna e o Ocidente como comunidade de bens. Casa-

mento precipitado, em suma, e sobrecarregado de consequências, que provavelmente os papas não previram nem desejaram: irreparável afastamento do Oriente e partilha definitiva da Itália (*mapa 6*).

Os papas entre Romanos e Lombardos

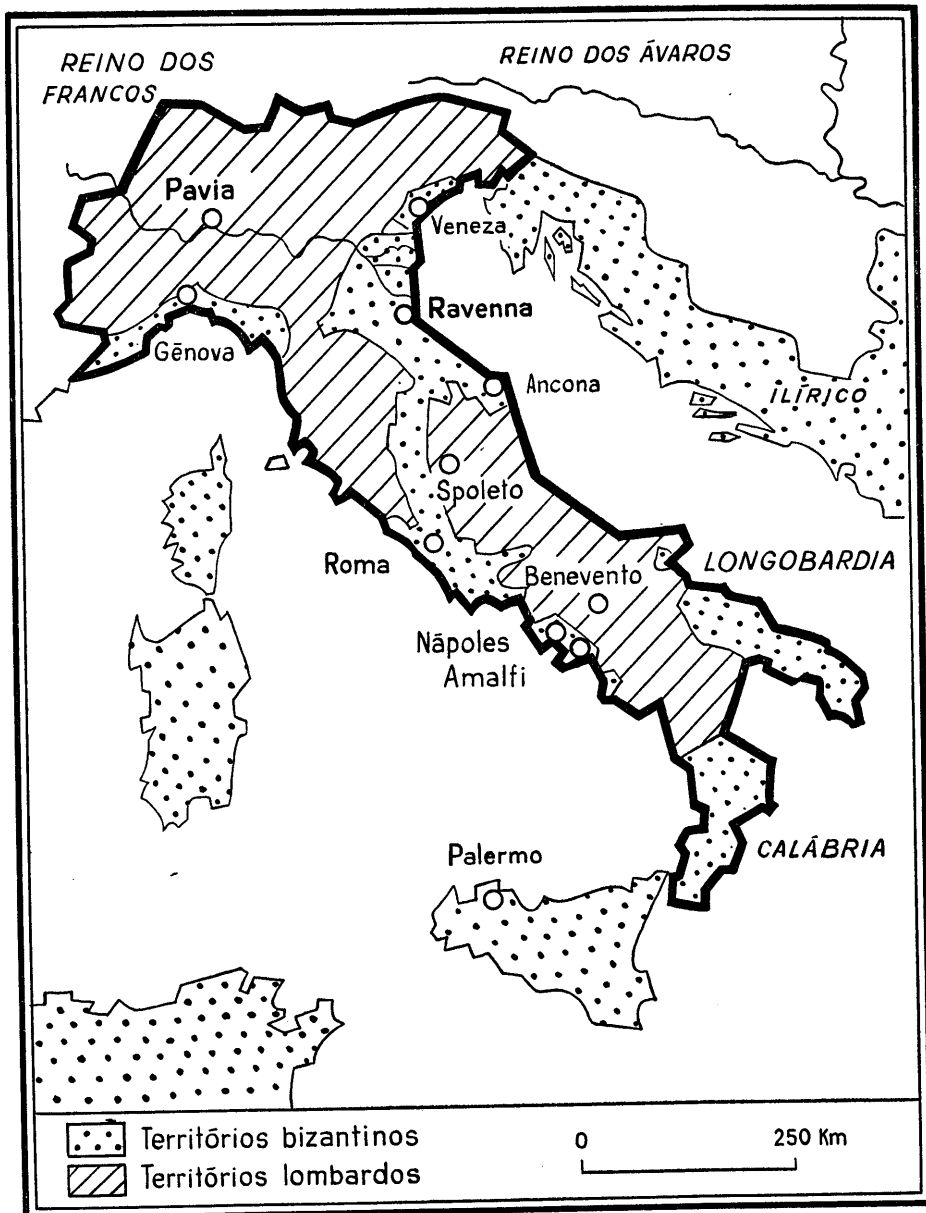
Na realidade, Gregório I era já administrador de Roma, o que não dava origem a nenhum conflito com o imperador pois uma lei de Justiniano conferia a todos os bispos extensos poderes sobre as autoridades civis. Se o papado lançava cada vez mais os seus olhares para o Ocidente bárbaro, o seu recrutamento assegurara por muito tempo a unidade espiritual das duas Romas. Entre 606 e 752, houve treze papas nascidos no Oriente ou na Itália Bizantina. Gregório III, inimigo dos imperadores iconoclastas, era sírio.

Contudo, revelava-se difícil manter a unidade política das duas Romas. A antiga estava demasiado distante de Constantinopla, e perto demais da fronteira lombarda; como era inevitável, a Itália bizantina e a Itália bárbara atraíram-se reciprocamente.

No decurso do século VII, as dificuldades crescentes do Império no Oriente deixaram os seus delegados de Itália entregues quase por completo aos seus próprios meios. Exarcas de Ravena, duques de Veneza e Nápoles, arcontes da Sardenha, «mestres de soldados», e «tribunos» das diversas circunscrições — uns enviados por Constantinopla, outros escolhidos na aristocracia local com o consentimento expresso ou tácito do imperador — apoiaram-se cada vez mais na população indígena, num caos que em pouco diferia da anarquia do reino merovíngio. O papa, embora não dispusesse de tantas forças militares, graças à consagração do seu ofício eclesiástico e às vastas possessões territoriais em toda a Itália, consolidou o seu domínio romano e alargou a sua influência sobre o resto da *pars romana* ou *Respublica Romanorum* (Itália Bizantina), da qual se tornou pouco a pouco como que o presidente. As frequentes desavenças com os imperadores, em terreno religioso ou prático, causaram-lhe, sem dúvida, graves aborrecimentos, mas a sua perseverança e a solidariedade dos Italianos permitiram-lhe vencer sempre. Em princípios do século VIII a própria Ravena, sede do principal lugar-tenente bizantino e de um bispo cuja autonomia Bizâncio decretara, procurava a protecção do papa contra os funcionários gregos e contra os Lombardos que de perto a oprimiam. Por seu lado, alguns duques lombardos recorreram ao Papa contra os seus reis centralizadores.

Eram outras tantas boas ocasiões para desenvolver aquela função de medianoiro entre «Romanos» e «Lombardos» que Gregório I inaugurara com tanto êxito.

Apesar das lutas e da confusão que reinavam à superfície, esboçava-se em Itália uma aproximação entre os povos. Os Lombardos que, em grande parte, a dominavam, eram originariamente um dos grupos germânicos mais atrasados. O cunho que imprimiram à região diferia brutalmente do que sobrevivia da cultura tradicional italiana. Aquela estava, por isso mesmo, mais exposta a enfraquecer sob a acção da civilização ambiente. Entre fins do século VI e princípios do século VIII, os Lombardos abandonaram, com efeito, a confissão ariana, a sua língua teutónica, o seu modo de trajar. O direito resistiu mais, mas misturou-se com as outras correntes jurídicas



Mapa 6 — A Itália nos princípios do século VII

presentes em Itália — direito romano, direito canónico, costumes nascidos da experiência quotidiana. O rei Liutprand julgou necessário precisar que o processo lombardo era tão válido como o processo romano. Para proibir o casamento de uma viúva com o primo do defunto marido invocou a autoridade do papa «venerado no mundo inteiro como chefe da Igreja».

Isto não significa que os Lombardos houvessem perdido a consciência de si próprios, mas sim que a *pars longobarda* se identificava, doravante, com o conjunto do reino, onde todos os habitantes se classificavam antes segundo a posição social do que de acordo com a origem étnica. A própria posição social deixara de contar para o rei Aistulf, filho de um duque e de uma camponesa, que em 750 mobilizará, lado a lado, proprietários rurais e mercadores.

A tragédia dos Lombardos

Através da península italiana, uma estranha e recortada fronteira marcava os lugares em que a conquista lombarda se detivera, por morte do último rei ariano, em 652. Tal fronteira não constituía uma barreira eficaz contra as penetrações económicas, culturais e religiosas. De um lado, Ravenna diluía a sua coloração bizantina para se tornar quase bárbara. Do outro, Pavia, a capital lombarda, abria-se progressivamente às influências bizantinas. Em 725-726, quando a *pars romana* se revoltou, primeiro contra um imposto destinado à guerra contra os Árabes, em seguida contra as medidas iconoclastas de Leão III, os Lombardos, partidários das imagens, tiveram a oportunidade de se apresentar aos rebeldes como o menor dos males.

Foi então que Liutprand invadiu os territórios de Ravenna e de Roma; mas estava hesitante, mal secundado pelos seus duques, intimidado pelos papas que lançavam as vistas sobre a região inteira, empregando todas as armas possíveis para o deter perto do alvo. A ocasião perdida jamais voltaria a apresentar-se. Quando Aistulf num movimento único se apoderou de Ravenna e pretendeu fazer reconhecer a sua soberania em Roma (sob reserva, sem dúvida, dos direitos adquiridos pelo papa), o acordo de 754 desencadeou contra ele a força superior dos Francos. Esmagados os Lombardos, Pepino o Breve doará ao papa Estêvão II Ravenna, que, juntamente com Roma, formará o primeiro núcleo do Estado pontifício. Vinte anos mais tarde, o rei Desidério perderá a coroa ao tentar retomar os planos de Aistulf; Carlos Magno, rei dos Francos, tornar-se-á igualmente rei dos Lombardos por conquista, e patrício dos Romanos por designação pontifícia. Porque, se os papas não queriam um soberano tão próximo como Desidério, precisavam de um soberano distante, mais respeitador do que o antigo, à altura de os defender contra os pequenos senhores que pululavam então nas ruínas do Estado lombardo e do antigo domínio bizantino. Por isso cumularam Carlos Magno de dignidades, num crescendo que levará à «restauração imperial» do Natal de 800.

A coroação de Carlos Magno: encontro de vontades

O acto final vai desenrolar-se segundo todas as regras bizantinas: coroação pelo bispo metropolitano, aclamação pelo povo, adoração do imperador por todos os assistentes. É verdade que se poderia objectar não serem profissionais os actores nem o teatro; mas nesse momento Constantinopla tem apenas uma imperatriz que, muito embora respeitadora das imagens, só subiu ao trono de Constantino depondo e cegando o próprio filho. Para se desembaraçar dela, ao que se diz, Carlos Magno dispõe de três meios à escolha: depô-la, casar com ela ou persuadi-la a que o reconheça como colega (na realidade, ela virá a ser destituída pelos seus antes de ser feita a escolha, e será precisa uma guerra para extorquir a um dos sucessores a aceitação provisória do terceiro meio).

Se os actos oficiais foram todos celebrados por papas — nenhum dos quais, aliás, parece de estatura intelectual ou moral notável —, a restauração é o produto do encontro de várias vontades. Antes de tudo, há os construtores do Império, Carlos Magno e seus magnates, que talvez não estivessem interessados na coroação sob a forma precisa que ela tomou, mas que sem dúvida acolheram de bom grado toda e qualquer fórmula que exprimisse a superioridade do monarca conquistador sobre os outros reis, presentes e passados. Lombardos, Bávaros, Saxões, Frísios, todos os velhos adversários dos Francos, dominados por fim; os Ávaros da planície do Danúbio, outrora temíveis ainda que enfraquecidos pelas lutas contra Bizâncio, reduzidos à mercê ao mesmo tempo que os Eslavos, seus súbditos; os Árabes repelidos, apesar de Roncesvales, para sul dos Pirenéus e para lá da faixa da Marca hispânica: tais eram os títulos tangíveis que colocavam Carlos Magno em posição ímpar. Todavia, aos olhos do clero nórdico, a sua piedade era um título ainda mais importante. Pela protecção concedida à Igreja na terra dos seus avós, nas províncias arrancadas aos pagãos e até à Jerusalém dominada pelos infiéis, Carlos Magno realizava o ideal de Santo Agostinho, esse «Império cristão» onde a Cidade dos Homens prefigurava a Cidade de Deus. Por último, todos aqueles que não se resignavam com a morte do Império Romano ou com o seu exílio para oriente, aqueles que idealizavam a Roma antiga como modelo de justiça ou de paz, de poder ou de inteligência, viram nesse germano «vestido de peles de animais» o homem destinado a dar novo corpo ao fantasma imperial.

Fantasmas certamente, porque a história não arrepia caminho e aliás Roma nunca foi tão bela como em sonho; mas ilusão todo-poderosa, visto que, apesar da ignorância em que estava o resto da Europa, e até da desconfiança que sentia pela cidade meio-bizantina dos papas, foi ela que realizou o milagre da ressurreição.

3. ESBOÇO DE EUROPA OU FALSA PARTIDA?

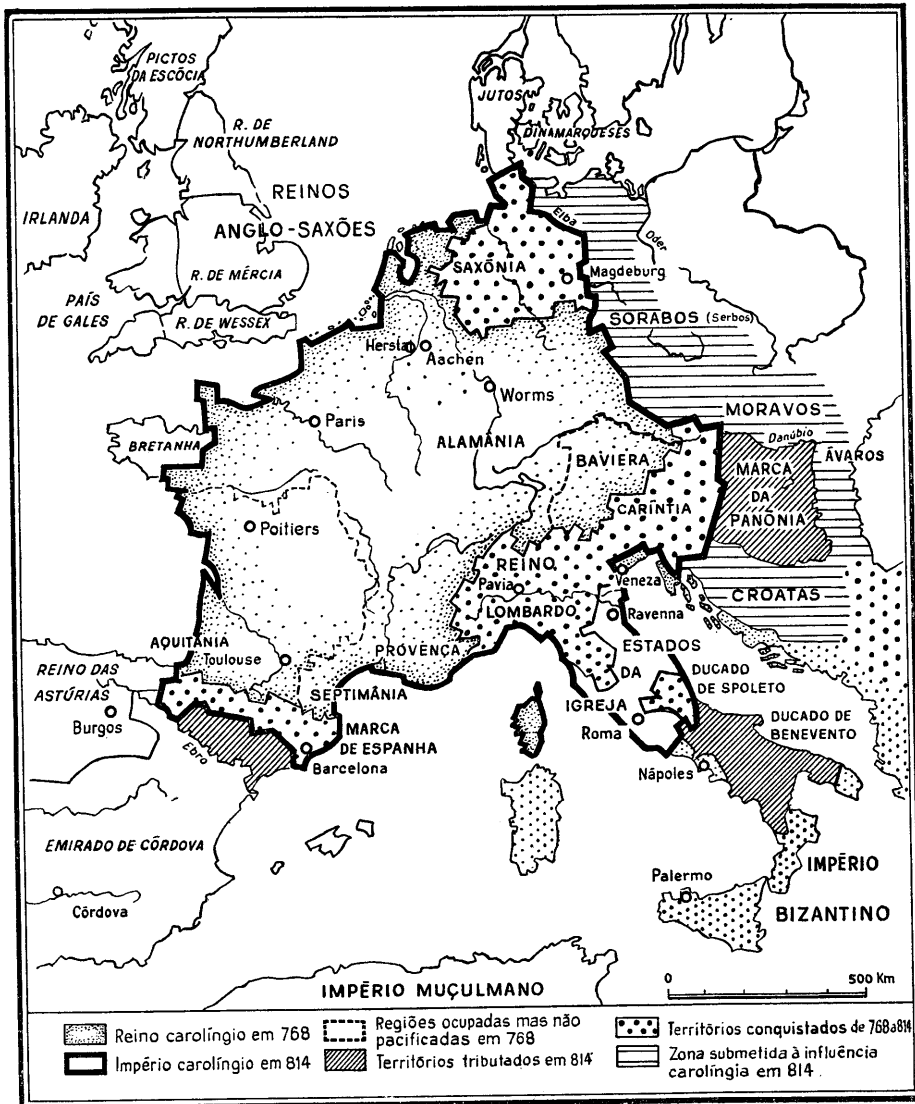
Tivemos de moderar um pouco o andamento da nossa narrativa para compreender melhor a génese do acontecimento que vários historiadores consideram a maior viragem da Idade Média ocidental, ou até a data do nascimento da Europa.

Sob certos pontos de vista (sobretudo o geográfico), este juízo é sustentável. Mesmo se o Império Carolíngio não exerceu poder efectivo sobre toda a Europa católica — para não falar já da outra Europa, a dos ortodoxos — esteve, no entanto, bem menos longe disso do que qualquer outro estado dos séculos seguintes, com a possível excepção do Império Napoleónico (*mapa 7*). É verdade que a Europa Católica, no tempo de Carlos Magno, não compreendia ainda os países escandinavos nem a Península Ibérica (excepto a Marca hispânica e o pequeno reino visigótico das Astúrias, cujo soberano reconheceu a superioridade do rei dos Francos). Os Eslavos só nela estavam representados por algumas tribos «iugoslavas», precariamente ligadas às possessões carolíngias da Baviera e da Itália. Carlos Magno, não obstante, exerceu sobre estes povos uma impressão tão profunda que o seu nome (*Karl*) se converteu em denominação da realeza em geral, como tinha sido o de César. Embora mais pequena do que hoje, a família das nações católicas alinhou quase por completo sob a sua autoridade, directa ou indirecta.

A única excepção importante foi a Inglaterra, onde o poderoso rei da Mércia pretendia tratar em pé de igualdade com Aachen. Houve contudo um rei de Northumberland que recuperou o trono graças à pressão diplomática do imperador e do papa. A Irlanda, mais distante, foi deixada à anarquia, dificilmente moderada pela presidência do *ard-ri* (rei federal) sobre os seus duzentos régulos. Forneceu, não obstante, estrelas de primeira grandeza ao firmamento intelectual que embelezava a corte carolíngia e que compreendia também, ao lado dos súbditos do Império, bom número de ingleses e de hispanos.

Regresso à universalidade

É neste quadro europeu que foi lançada a ideia da unidade política imperial, a par da unidade religiosa pontifícia. Pouco importa que o nome de *Europa* não haja sido mencionado então na terminologia oficial. Conhecido na Antiguidade mas raro mencionado na era bárbara, reaparece dramaticamente num dos primeiros relatos da batalha de Poitiers: um cronista hispânico descreve-a como uma vitória dos «Europeenses» sobre



Mapa 7 — O Império Carolíngio em 814

os Árabes. Nos séculos ix e x tornam-se mais frequentes as referências literárias a «Europa», depois desaparecem. A desconfiança mútua entre Roma e Bizâncio, entre os Impérios Ocidental e Oriental, ambos aspirando ao domínio universal, impossibilitam qualquer repercussão prática dessa ideia.

Tal como o Império Romano que pretendia renovar, o Império Carolíngio foi ao mesmo tempo universal em doutrina e limitado na prática. A doutrina insistia sobre o facto de que o império é o guardião da paz universal, essa paz que deve ganhar-se quotidianamente, na vida dos povos e no coração dos indivíduos, a fim de que a ordem terrestre reflita a ordem celeste. Um tal universalismo doutrinário podia conciliar-se com a existência de povos bárbaros não submetidos e mesmo com a de outros impérios, em Bizâncio e em Bagdad; mas exigia que, no território onde directamente se applicava, os patriotismos locais lhe estivessem subordinados. Sem perder a direcção dos negócios, o povo conquistador tinha de absorver, em medida suficiente, as tradições culturais das nações submetidas. O próprio imperador devia reconhecer-se responsável pelo bem-estar material e moral das populações.

Sob este último aspecto, o Império nasceu adulto: nos limites e nas formas da sua própria cultura, Carlos Magno preocupou-se tanto com as obrigações públicas como os mais conscienciosos imperadores bizantinos. Esforçou-se por regulamentar tudo e tudo melhorar, desde os costumes do clero até à liga do dinheiro (moeda de prata), desde as colecções de textos jurídicos até às canções épicas populares. Em troca, tendeu até à morte a governar o Estado como uma simples «dilação do reino», em que cada povo conservava o seu direito privado, mas onde os parentes próximos do rei executavam as suas ordens com o apoio das colónias militares francas e à maneira austrasiana. Mas já Luís o Piedoso, seu filho, punha de parte os títulos de Rei dos Francos e dos Lombardos para só conservar o nome de Imperador. Carlos o Calvo, seu neto, adoptou largamente o vestuário e o cerimonial do Império Bizantino, com grande desgosto dos tradicionalistas francos (*extra-texto* 8, p. 99).

Os dias do estado unitário carolíngio estavam contados: iria desmoronar-se na quarta geração de imperadores. Contudo, quando da deposição de Carlos o Gordo, em 888, a ideia imperial desenvolvera-se bastante para sobreviver, independentemente da hegemonia franca, da pessoa do imperador e da integridade do Império, como o símbolo político da unidade espiritual dos povos cristãos do Ocidente.

A república cristã da Europa

Se entrarmos no jogo dos homens do século ix — o que é incontestavelmente o melhor meio para os compreendermos — temos de reconhecer que uma comunidade europeia funcionava já na época carolíngia, com uma harmonia que raramente voltaria a encontrar, sob a forma da *Respublica*

Christiana. Estado e Igreja confundiam-se a tal ponto que as iniciativas podiam partir de um ou da outra, segundo as necessidades de momento ou os talentos e a energia dos seus respectivos chefes, sem provocar conflitos ou desvios sérios. A colaboração foi particularmente fecunda nos países conquistados de fresco aos pagãos. Aí, o clero constituiu uma espécie de corpo de ocupação e administração, mais numeroso e melhor organizado do que os soldados e os funcionários laicos. Exactamente como a aparição do ponteadado das cidades anunciava outrora que a Roma antiga domesticara este ou aquele povo bárbaro, é agora a rede das paróquias e dos mosteiros a assinalar que novos súbditos do Império Carolíngio fizeram a aprendizagem da civilização das velhas províncias. Certos usos condenados pelo cristianismo, como os sacrifícios humanos e a poliginia, foram proibidos; os métodos elementares da agricultura franca ou lombarda foram importados pela colonização directa ou pelo ensino; formavam-se com relativa facilidade quadros eclesiásticos indígenas, sabendo ler e falar, melhor ou pior, o latim.

Porque esta civilização era mais modesta do que a civilização romana clássica, assimilava-se também mais rapidamente. Havião sido precisos vários séculos para que os provinciais se mostrassem capazes de governar a *Respublica Romana*; século e meio bastaria para transmitir aos Saxões recém-convertidos o leme da *Respublica Christiana* quando os Francos o deixaram escapar das mãos.

Estado e Igreja colaboraram também nas províncias evangelizadas havia séculos, mas aí a sua obra realizou-se com menos entusiasmo e não conduziu a uma transformação tão radical. Era preciso contar com as susceptibilidades das duas capitais, Roma e Aachen, cujas heranças, métodos e fins nem sempre permitiam um terreno de encontro. A esta divergência juntavam-se resistências provinciais. Elas iam da turbulência aquitânica às rebeliões da Bretanha e do principado lombardo de Benevento, escapado à catástrofe do reino. Aliás, tanto Benevento como a Bretanha acabaram por recuperar a independência. Todavia, a única oposição que podia constituir verdadeira ameaça, a do corpo principal do antigo reino lombardo, desorganizou-se logo a seguir à conquista por Carlos Magno.

Era preciso também lutar contra a desmoralização e a ignorância, comuns à maioria do clero e à quase totalidade das ovelhas. Mas era possível crer sem compreender todos os dogmas nem observar todos os mandamentos. As heresias parecem ter recrutado poucos aderentes no povo, ainda que o problema da predestinação haja provocado querelas entre os eruditos. As superstições de origem pagã estavam mais difundidas mas nem por isso constituíam ameaça maior para a fé do que as que ainda hoje sobrevivem.

Um fundo religioso uniforme sustentava toda a população da Europa carolíngia, desde os humildes e obscuros até aos poderosos e ilustres. Se não havia base nacional uniforme, pelo menos a semelhança profunda dos costumes possibilitava o gradual desenvolvimento de um patriotismo comum.

Todavia, seria imprudente chamar esboço de Europa aquilo que, com mais exactidão, pode ser definido como uma falsa partida. Se a história não quiser ser apenas uma variedade da paleontologia, deve não somente compreender o passado sem anacronismo mas também determinar o ponto

na carta à luz da trajectória ulterior. Quem diz Europa, hoje, não pensa tanto numa confissão unitária ou num estado universal como num conjunto de instituições políticas, de conhecimentos seculares, de tradições artísticas e literárias, de interesses económicos e sociais, aliados ou solidários. É segundo estes pontos de vista que o Império Carolíngio nos parecerá um esforço notável mas, em suma, falhado.

4. PRINCÍPIOS DO FEUDALISMO, VISLUMBRE DE NACIONALIDADES

Para levar a cabo as pesadas tarefas que lhe impunha o papel de chefe da *Respublica Christiana*, dispunha o soberano carolíngio, ao todo e para tudo, do madeiramento político que tão mal servira os Merovíngios: órgãos colectivos, agentes locais, assistentes e servidores pessoais. Ora, os órgãos colectivos de carácter «democrático» (isto é, constituídos pelos adultos varões do povo dominante) não eram utilizáveis para funções que ultrapassassem a justiça local. Aliás, a assembleia geral dos homens livres transformara-se em conselho dos notáveis militares e religiosos, os únicos que gozavam ainda da plena liberdade. Quanto aos agentes locais, como condes e seus subordinados, teriam tido grande dificuldade em levar a cabo as suas funções, se as tentassem desempenhar com algum zelo. Mas tornavam-se quase todos proprietários independentes, ingovernáveis, inamovíveis, porque, na falta de impostos regulares, o domínio real da sua circunscrição é que representava o seu salário e o preço da fidelidade. Se a fidelidade do servidor vacilasse, como é que o rei reaveria o salário entregue? O peso das tarefas recaía portanto sobre os íntimos e sobre os servidores pessoais do rei, que formavam um grupo flutuante, de fileiras díspares e de funções mal determinadas. Ora, um bom servidor não se contentava com ser «sustentado» no palácio do rei. Queria também ser «casado», isto é, que o comprassem com a dádiva de terras onde se conduziria como senhor mais do que como servidor. Foi assim que, a pouco e pouco, os Merovíngios se despojaram de um imenso património fundiário, arruinando-se na esperança vã de governarem.

Como governar?

Sem dúvida que os primeiros Carolíngios levavam vantagem aos seus predecessores imediatos. Chefes reconhecidos de um clero competente e devotado, impunham-se aos leigos pelos êxitos militares e pela energia sem par. Dispunham de novos recursos fundiários, terras adquiridas ao serviço dos Merovíngios, bens da Igreja confiscados por Carlos Martel, con-

quistas de Pepino o Breve e de Carlos Magno. Sob o seu vigoroso impulso as velhas engrenagens voltaram a rodar, ainda que rangendo: a assembleia deliberava, os condes (e, mais tarde, os duques e marqueses) executavam as ordens, os familiares do palácio não se poupavam a esforços em todas as direcções. Mais tarde, olaram-se essas rodas: tudo foi posto em jogo para instruir o pessoal, explicar-lhe claramente os deveres (por ordem escrita, se o destinatário sabia ler) e preparar-lhe pousada se tinha de viajar. Apesar desta actividade febril e bem dirigida, não se punha a questão de conseguir de um único sendeiro manhoso o equivalente do trabalho de vários cavalos bem tratados. Fora necessária uma reforma radical da administração para assegurar os serviços que Constantinopla obtinha sem esforços demasiados; era, pelo menos, preciso evitar uma recaída da doença que já conduzira à perda os sucessores de Clóvis.

Sim, sem dúvida: mas para reinar como os seus rivais bizantinos, os Carolíngios teriam tido que restabelecer o sistema de impostos e servir-se dele para pagar em dinheiro grande número de empregados, cuja remuneração se suspenderia ao primeiro sinal de insubordinação. Nunca pensaram nisso. Mesmo que as condições económicas do Império tivessem permitido uma revolução deste género — do que cabe duvidar — ela chocaria por certo uma sociedade acostumada a desprezar o que não tinha raízes na terra e a prover à maior parte das necessidades sem o recurso ao dinheiro.

Os Carolíngios deram-se porém conta da necessidade de apertar os laços de fidelidade. Os métodos não seriam em absoluto novos mas, aplicados com certa coerência, formaram o primeiro núcleo daquilo a que os historiadores modernos chamam o sistema feudal. Esforçaram-se por impor obediência conservando a propriedade das terras concedidas aos dependentes; esforçaram-se também por santificar essa obediência revestindo-a de simbolismo religioso, por a estabilizar pondo-a em jogo contra obediências rivais, por a controlar, enfim, sujeitando-a a inspecções periódicas.

Esboço do regime feudal

Limitemo-nos, por ora, a assinalar os traços principais que assim se riscaram antes dos meados do século ix. As dádivas de terras em plena propriedade (em renda vitalícia, se assim se pode dizer) foram substituídas pela outorga de «benefícios» em posse simples. O benefício implicou obrigações perpétuas de obediência e de serviço. Fizeram-se reconhecer esses deveres numa promessa de fidelidade, feita com encenação impressionante e a prestação de um juramento sobre as relíquias. Os eclesiásticos fiéis receberam privilégios que os colocaram em condições, apesar da sua inferioridade militar, de servirem de contrapeso aos fiéis leigos. Funcionários itinerantes de alto nível, os *missi dominici*, munidos de plenos poderes, foram encarregados de velar pela transmissão e pela execução das ordens do sobe-

DA DISSOLUÇÃO À REENCARNAÇÃO DO IMPÉRIO

rano. Estes ensaios de organização não bastaram, como não bastaram as primeiras afirmações da ideia imperial, para revestir de carne a ossatura de um governo agrilhado ainda à concepção depredadora e patrimonial da era bárbara. As qualidades pessoais do soberano, a ajuda que recebia da família, mantinham-se como sustentáculo indispensável do poder. Mas os Carolíngios, como os Merovíngios, chamavam à sucessão todos os filhos do rei. Se o acaso (secundado pela falta de escrúpulos) permitira a Pepino, Carlos Magno e Luís o Piedoso reinarem sem partilhas, os herdeiros deste último começaram a lutar entre si, e a atacá-lo ainda em sua vida. Novos bárbaros caíram sobre o Império, dilacerado pelas guerras intestinas, apressando o seu desmoronamento. Seguiu-se um acelerado desenvolvimento do feudalismo.

Até então, só os deveres dos «fiéis» tinham sido claramente definidos; doravante, o acento colocou-se sobre os direitos. Os fiéis ou «vassalos» (podemos daqui em diante empregar este termo técnico) venderam em leilão a obediência a um ou a outro pretendente ao trono, apoderaram-se das terras, e acabaram por recusar todo o serviço ao soberano. Era um excesso, sem dúvida, mas impedia o outro excesso possível: um feudalismo inerte, controlado por um governo absoluto. Só a reciprocidade das obrigações podia tornar o Estado feudal mais equilibrado do que o Estado despótico, conservando-o porém mais eficiente do que o Estado bárbaro puro e simples. O suzerano era obrigado a assegurar o gozo do benefício ao vassalo e este estava na razão ao chamar a si a própria defesa quando o suzerano se mostrava incapaz. Fazendo isto, reconstituía uma das células de governo local, cuja atrofia tanto enfraquecera os Estados da Alta Idade Média. Veremos dentro em breve que este regresso ao localismo era indispensável para que a falsa partida carolíngia se mudasse num verdadeiro princípio da Europa.

«Nação» vem de «nascimento»

Diga-se porém que a Europa moderna não assenta directamente sobre os governos locais, como assentava a antiga România. As nacionalidades desempenham nela o papel mais marcante. É nessa direcção que o progresso mais lento se mostrou.

Os Bárbaros, como vimos, sentiam certa solidariedade de tribo ou de povo, mas de início não a associavam a um território determinado e àquilo que nele havia, habitantes e património. Uma tal associação, que, apesar de tudo, se começava a esboçar devido à longa residência dos Lombardos na Lombardia, dos Bávaros na Baviera, dos Neustrianos na Nêustria, não podia concordar com o programa imperial dos Carolíngios. Sem dúvida que a sua tradição bárbara admitia que cada indivíduo cultivasse os costumes ancestrais. Sob o seu governo aparecem em grande número, nos documentos legais, curiosas fórmulas em que cada um dos interessados declara «viver segundo o direito franco» — ou lombardo, alamanos, visigodo, romano, consoante os casos — «devido ao nascimento» (*ex natione*). Mas *nação*, nestes textos, tinha um significado completamente diferente do

nosso: rejeitava o quadro geográfico e passava à margem das divisões administrativas, para só atender ao sangue.

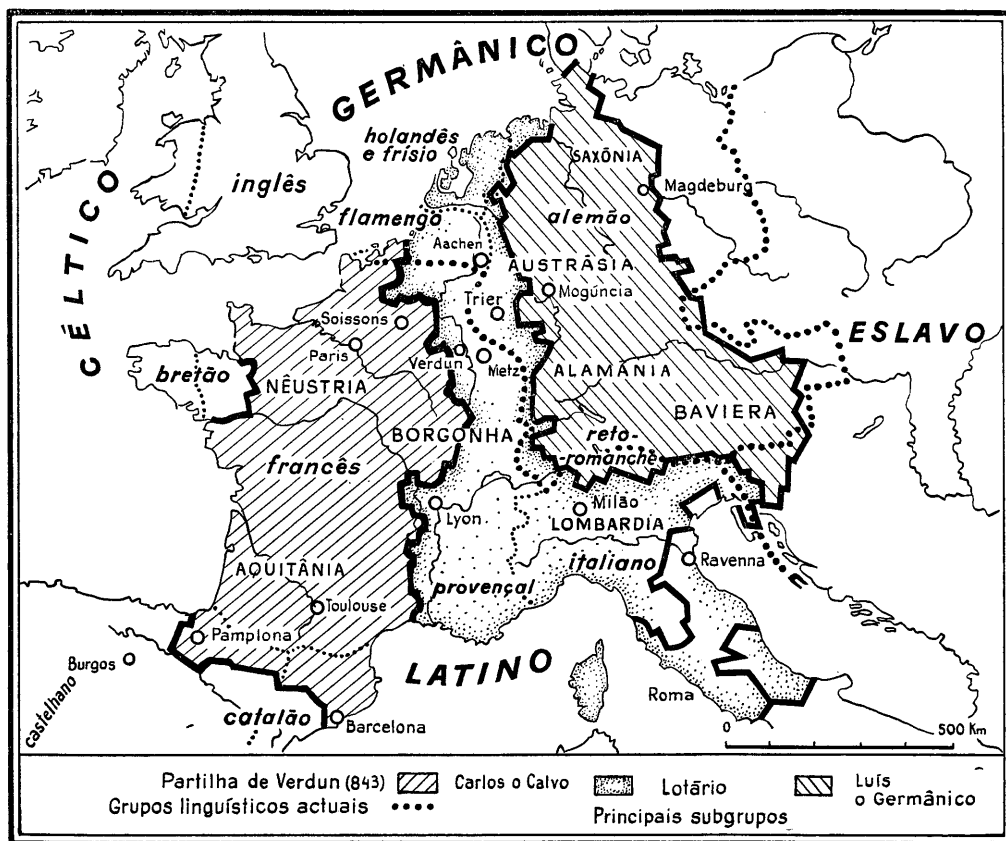
Este último critério, aliás, sofria também excepções. Encontram-se indivíduos que professam um direito diferente do de seus pais. Automaticamente, a entrada no clero implicava a adopção do direito «romano», o que mostra até que ponto a Igreja católica era desfavorável a fosse qual fosse a manifestação de nacionalismo no seu seio. A insistência sobre o latim da liturgia, em contraste com a atitude mais acomodatória da igreja ortodoxa, é outra prova disso. Sem ir tão longe como os papas, os primeiros imperadores carolíngios envidaram alguns esforços na mesma direcção universalista. Promulgaram capitulares válidos para todo o Império e, embora codificando os direitos «nacionais», deixaram que se tornassem caducos por falta de novas ordenações. Luís o Piedoso, segundo se diz, sonhou mesmo em impor o direito «nacional» sálico como lei geral do Império, embora nunca levasse o projecto a execução.

Do concílio de Tours à partilha de Verdun: a separação das línguas

Vários séculos teriam de passar ainda até que um verdadeiro nacionalismo viesse à luz do dia; cedo, porém se apresentaram as condições preliminares para a transformação do Império numa triade de estados nacionais confederados, por causa das lutas da sucessão. As repetidas partilhas do Estado carolíngio pelos herdeiros de Luís o Piedoso seguiram linhas familiares ao mapa das nacionalidades modernas, com uma insistência que parece difícil atribuir exclusivamente ao acaso. Tanto mais que elas correspondem *grosso modo* às fronteiras linguísticas de que a era carolíngia nos transmitiu os primeiros testemunhos seguros. Em 813, o concílio de Tours recomendou ao clero que traduzisse os sermões para língua românica ou para língua tudesca, a fim de que o povo os pudesse compreender. Vinte e nove anos mais tarde, os dois filhos mais novos de Luís o Piedoso e seus exércitos comprometeram-se, por juramento, a ajudar-se mutuamente contra o filho primogénito, o imperador Lotário: os soldados de Carlos o Calvo juraram em românico, os de Luís o Germânico em tudesco. No ano seguinte, o tratado de Verdun parece traduzir em partilha política os juramentos de Strassburg: as províncias completamente francesas a Carlos o Calvo, as províncias unicamente alemãs a Luís o Germânico. Lotário guardou para si, além das províncias italianas e provençais de carácter românico particularmente acentuado, uma longa faixa de territórios medianos onde, até nossos dias, os idiomas se enredam: Países Baixos neerlandeses e valões, Lorena e Alsácia sempre disputadas, Suíça poliglota (*mapa 8*).

DA DISSOLUÇÃO À REENCARNAÇÃO DO IMPÉRIO

É certo, todavia, que os critérios de nacionalidade não desempenharam nenhum papel *consciente* na partilha de Verdun, e que esta se realizou por razões passageiras, acidentais. Tratava-se de formar três partes aproximadamente equivalentes do ponto de vista dos recursos económicos e



Mapa 8 — A partilha de Verdun, em 843, e os grupos linguísticos

militares, juntando às regiões já controladas por cada um dos irmãos as regiões contíguas necessárias para que os lotes se igualassem. Os irmãos mais novos, verdadeiros vencedores, reservavam-se as fatias mais compactas, embora deixando ao mais velho as duas capitais, Roma e Aachen, que lhe pertenciam com a dignidade imperial. De resto, aqueles que foram encarregados de contar as abadias e os condados atribuídos aos três irmãos

SCS
PE
TR
VS

+ SCISSIMVS

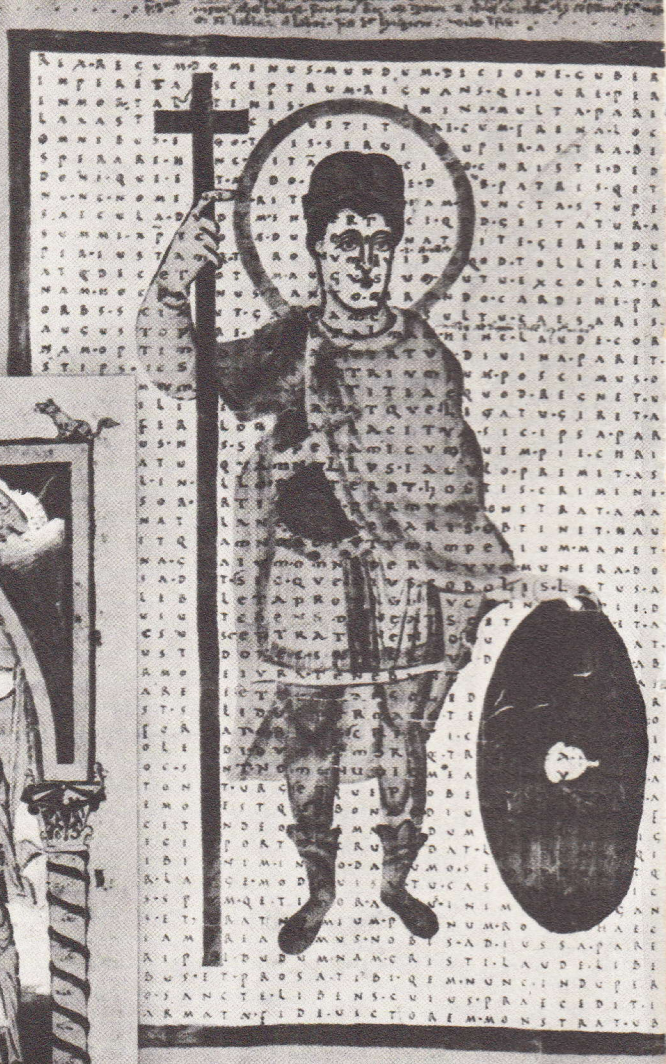
PN
LE
O
PP

PN
+ CARVLO

R
EX

DONAS
RICT





não tinham quaisquer preocupações de linguística nem estavam mesmo em condições, por falta de um atlas, de fazerem uma ideia clara da massa dos estados assim repartidos.

Subsiste o facto de dois dos reinos de 843 deverem resistir a todos os remoinhos do futuro para formar o quadro da França e da Alemanha modernas. Pelo contrário, o terceiro, cortado em dois pelos Alpes e povoado por gentes que não se compreendiam, fragmentou-se quase imediatamente. França e Alemanha atraíram a pouco e pouco as províncias limítrofes. O pedaço transalpino, cujo nome de Itália começava a prevalecer sobre o de reino lombardo, bem poderia ocupar um lugar que não desmerecesse na triade, se conseguisse engrandecer-se para o sul de Roma, onde as conquistas lombardas e carolíngias se haviam detido. Mas os esforços militares e diplomáticos do imperador Luís II, sucessor de Lotário, para chamar sob a sua autoridade a outra «Itália» (destroços lombardos de Benevento, cidades bizantinas autónomas mas ameaçadas pelos Árabes) fracassaram por completo. Pequeno demais sem o seu Meio-Dia, o «jardim do Império» (para empregar uma expressão de Dante) estava prometido para os passeios de outrem; com efeito, cem anos depois da partilha de Verdun, iria tornar-se uma dependência da Alemanha, num Império coxo onde a França já não estava compreendida. A partir do século x, a desigualdade do parceiro italiano comprometeu a segunda solução política que se oferecera aos Carolíngios: na falta de unidade europeia, o equilíbrio de três reinos nacionais.

5. BALANÇO DA CIVILIZAÇÃO CAROLÍNGIA

A cultura carolíngia, cultura de transição, só encontrou fórmula duradoura no campo limitado da escrita, da gramática latina e dos textos clássicos indispensáveis.

A reforma da escrita foi o seu êxito mais retumbante. Formada nos *scriptoria* (centros de cópia) da França, a minúscula «carolina» desapossou, uma após outra, as escritas «nacionais», frutos espinhosos da degenerescência das escritas romanas não-epigráficas (uncial, semi-uncial, cursiva). Acabou por triunfar, muito tempo depois da extinção dos Carolíngios, até em Espanha, na Inglaterra e no Meio-Dia italiano. É possível que a minúscula carolina não tivesse todas as virtudes que o seu triunfo lhe fez atribuir: as escritas nacionais eram mais imaginativas, a capital das inscrições e dos manuscritos de luxo clássicos era mais harmoniosa e poderia ter sido igualmente económica em espaço se lhe fosse reduzido o formato. É no entanto clara e não fatiga os olhos: podemos empregar o presente, porque este livro está impresso com minúsculas carolinas pouco modificadas, com a adição das

8 — Dois imperadores carolíngios. *Em cima, à direita*: Luís o Piedoso (ou o Bom) em traje semi-germânico e semi-bizantino. Österreichische Nationalbibliothek, Viena (Áustria); *Em baixo, à esquerda*: Carlos o Calvo, em traje bizantino, recebendo a Bíblia. Bibliothèque Nationale (Paris)

maiúsculas que os humanistas iriam encontrar nas inscrições dos monumentos romanos (figs. 13 a 20). Constitui um dos primeiros exemplos

IP·CAESM·AVRELLI
ADVENTO COS·A·P·

Fig. 13 — *Escrita capital romana, século III*

dessa série de padrões que simplificam a vida internacional: calendário gregoriano, sistema métrico, união postal universal.

Renascimento literário: seus limites

debeas & ceteris oponebam
sue oridebeas. gregem
cebas. quod in primis

Fig. 14 — *Escrita merovingia, século VII*

progs art ille art euob
homines onaub; q: ponti
aro nontatgrs sonqi

Fig. 15 — *Escrita chamada semi-uncial insular (anglo-saxónia), século VIII*

Sip precurum. ptatum.
rus. lau ualle quifus cepetu
reformata. lau condicione

Fig. 16 — *Escrita visigótica, século IX*

Na mesma ordem de ideias se coloca a obra dos círculos oficiais carolíngios para estabelecer as regras elementares do latim clássico e os modelos de língua e de estilo contidos nos grandes livros cristãos ou pagãos. Não havia tempo a perder: os idiomas nacionais despontavam já sob a gíria imperfeita dos escritores continentais, ainda que não tivessem obtido, como em Inglaterra, a categoria de línguas literárias. O verdadeiro latim estava morto e era preciso embalsamá-lo para que servisse à inteligência dos textos escritos, às conversações dos doutos e a actos oficiais válidos para uma comunidade que falava idiomas diferentes. Do mesmo modo, era necessário preservar os autores profanos menos fúteis, antes que os seus últimos manuscritos se perdessem ou que um monge industrioso os raspasse para cobrir o pergaminho caro com

um desses textos sagrados cujo número de exemplares nunca era excessivo.

Podemos medir ao mesmo tempo a nossa grande dívida para com o «renascimento carolíngio» e os limites da sua cultura, arrolando a lista

dos clássicos latinos que chegaram até nós (a tradição manuscrita remonta quase invariavelmente a um arquétipo carolíngio) e comparando-a com a massa das obras perdidas. Sintoma revelador do espírito da época: os poetas pagãos encontraram favor mais frequentemente do que os homens de ciência, apesar da dificuldade de neutralizar, pela interpretação alegórica, o veneno das suas atitudes sensuais ou mundanas. A Verdade, dizia-se, não fora revelada aos Antigos, mas estes possuíam o segredo do estilo.

Empregámos com conhecimento de causa o termo «renascimento» que outros desejariam reservar para a época dos humanistas. Claro que o renascimento carolíngio só iluminou um círio de altar, e em plena escuridão, enquanto o outro Renascimento tomou do céu um pouco de luz para a dar aos homens. Mas as elites intelectuais das duas épocas tiveram em comum o sentimento da discontinuidade do passado e o desejo de lhe suprimir as fases mais recentes para ressuscitar o ideal de uma época anterior. Certos poemas, certos desenhos do século IX são como páginas destacadas dum livro do II ou do III — mas livro de valor bem modesto, porque, se o renascimento carolíngio recrutou vários homens de talento, só produziu um único pensador de primeira ordem, o filósofo irlandês João Escoto Eriúgena. É verdade que Eriúgena conhecia bem o grego. Pôde, por consequência, beber mais directamente do que a maior parte dos contemporâneos nessa fonte de inspiração clássica, helenística e oriental que era a civilização bizantina.

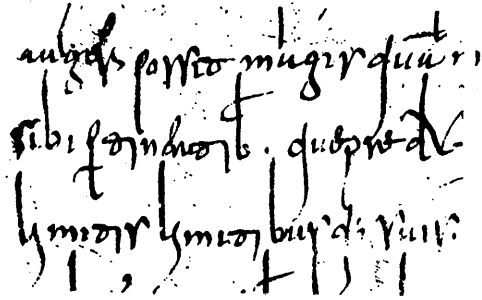


Fig. 17 — Escrita lombarda, século X

Inquit agnas accipiet de manu mea. utrim
nium mihi qm ego fodi puteum istum
uocatur. e locu illebertabee. quia ibi u

Fig. 18 — Escrita carolíngia minúscula, século IX

R eges alba tuos. & regum facta tu
Tantum operis. necuis habere possi
P anuq. tam magnis admora font

Fig. 19 — Escrita humanista do século XV, derivada da precedente (carolíngia minúscula) e da capital romana (maiúscula).

Misisti nuper ad me suauissimas G
rini pergamentis epistolae, nō a te
diligent emēdatas. sed a tuis quocq

Fig. 20 — Caracteres de imprensa (1470), derivados da escrita humanista supra

Renascimento artístico: sua complexidade

No campo das artes, que não necessitavam de tradução, Bizâncio forneceu liberalmente ao renascimento carolíngio artifícios, motivos e técnicas. Não pensamos somente em Roma, saída havia pouco da órbita do Oriente e onde o século ix produziu alguns dos mais belos mosaicos bizantinos; mesmo no coração da França, a igreja de Teodulfo em Germigny-les-Prés parece ligar-se a um modelo arménio, o da catedral de Echmiadzin. Contudo, a nossos olhos, a arte carolíngia afigura-se mais original e fecunda do que a sua literatura. Aceita todas as influências estrangeiras e utiliza todos os temas indígenas (desde os entrelaçados nórdicos até às palmeiras mediterrâneas); a figura humana torna-se centro de interesse, o que é todo um primeiro passo no longo caminho do humanismo. Em projecção, todavia, mostra-se tão limitada como a literatura (*extra-textos* 8, 9, 10 e fig. 21).

Um traço comum reúne as várias manifestações do renascimento carolíngio; foram flores de estufa, cultivadas por um punhado de intelectuais que, por seu turno, eram encorajados e mantidos por um punhado de mecenas: os soberanos, a corte, um número muito pequeno de instituições eclesiásticas. Fora destes recintos, o terreno era quase impermeável à cultura. Mesmo a reforma da escrita, a princípio, importou no máximo a alguns milhares de pessoas; os outros não sabiam escrever.

O comércio: pequeno volume, mas influência sensível

Quantas pessoas foram tocadas por essoutro estimulante da vida local, o comércio internacional? Na falta de dados estatísticos, aventuremos, para os clientes, o número máximo de algumas dezenas de milhar: todos os que eram assás requintados para desejar adornos, armas, medicamentos, temperos exóticos, e sobretudo assás ricos para os pagar, ou seja, essencialmente parte da nobreza e do alto clero. Quanto aos fornecedores, não devem ter ultrapassado alguns milhares, mesmo tendo em conta os traficantes de escravos, de madeira, de metais e de outros produtos do Ocidente (matérias-primas na sua maioria) susceptíveis de interessar os mercados bizantinos e árabes. É impossível avaliar o número dos mercadores que se consagravam ao comércio interno, até porque uma parte considerável deste comércio estava nas mãos de pessoas empregadas noutras profissões: proprietários, rendeiros, usurários, pescadores.

Não somente na Europa católica, mas de uma ponta à outra do Velho Mundo, eram os Judeus os maiores mercadores. Recordemos em especial aqueles que as fontes árabes do século ix nos dizem falarem sete línguas

e andarem em constantes idas e vindas desde a Espanha até à China por três itinerários paralelos, um dos quais atravessava o Império Carolíngio em toda a sua extensão. Fornecedores dos reis merovíngios e, depois, dos carolíngios, organizadores do tráfico de escravos, negociantes por grosso de vinho e de sal, os Judeus deviam o seu êxito sobretudo ao equipamento intelectual que possuíam: instrução divulgada, trocas de ideias e de técnicas entre as comunidades de todos os países e respeito pelas actividades comerciais, numa época em que o Ocidente só apreciava o soldado e o padre. Mas foram também servidos por esse tratamento de excepção que, sob tantos outros pontos de vista, constituía a sua desgraça: porque não eram cidadãos de direito pleno em nenhum Estado, escapavam às restrições que cada país impunha, sobretudo em tempo de guerra, às deslocações dos estrangeiros (*extra-texto 10*).

Menos importantes do que os Judeus, mas destinados a uma carreira mais brilhante nos séculos seguintes, os cidadãos dos portos bizantinos autónomos da Itália — Veneza, Amalfi, Nápoles, Gaeta, outros ainda — começavam a gozar de vantagens análogas sem sofrer os mesmos inconvenientes. O seu estatuto político ambíguo permitia-lhes apresentar-se em todas as fronteiras mais como amigos do que como estrangeiros; as suas relações com o mundo bizantino e árabe abriam-lhes janelas sobre culturas mais avançadas do que a da Europa católica, cuja muralha exterior costeavam. Por sua vez, o Império Carolíngio detinha uma cultura mais avançada em relação aos vizinhos do Norte, ao longo de um semicírculo que ia da Irlanda à Boémia. O comércio rendoso, mas intermitente, que era feito nessas paragens, permitia aos Frísios arredondar as magras receitas da agricultura praticada no seu país pantanoso. Finalmente, os Escandinavos dignaram-se muitas vezes comprar produtos que teriam podido obter pela violência ou vender produtos que previamente haviam roubado durante uma ou outra das suas incursões.

É claro que não se podem medir correntes económicas pelo seu volume, adoptando a escala da nossa época para lhe traçar o quadro. Esses alguns



Fig. 21 — Um carpinteiro. Segundo uma miniatura do Evangelário de Ebbon, século IX, Bibliothèque d'Epernay, n.º 1722, (França)

milhares de pessoas que vendiam pequenos rebanhos de escravos e delgados rolos de tecidos (ou, a distâncias mais curtas, sal bastante para encher algumas barcas) mantinham aberto um respiradouro precioso na cave obscura a que, sem eles, a economia carolíngia estaria confinada. Da mesma forma, os raros «negociantes» indígenas que viviam ainda nas cidades decadentes do interior, extraíndo os seus recursos tanto dos bens de raiz como do comércio local e da usura, não eram de maneira nenhuma quantidade desprezível. Socialmente, inseriam a sombra de uma classe média entre os grandes e os mesquinhos (*fig. 21*), uns e outros cravados na terra. Economicamente, impediam que o dinheiro desaparecesse por completo da circulação e que cada aldeia se tornasse numa ilhota inteiramente abandonada aos próprios recursos. Nas províncias setentrionais do Império, onde a vida urbana se extinguiu ou nunca existira, os mercadores juntaram a sua acção à dos missionários e soldados de modo a fazerem surgir pequenas cidades, por exemplo Quentovic e Dorestad, que floresceram antes de desaparecerem por completo no torvelinho dos séculos seguintes. Com grande probabilidade, esses mercadores, estrangeiros ou indígenas, de que não sabemos quase nada (porque não acalentavam aspirações literárias e nenhum documento comercial do século ix chegou até nós), desempenharam papel tão importante como os Eriúgenas e os Eginhardos. Como eles, asseguraram à vida do seu tempo a sobrevivência de actividades marginais, com possibilidades para um futuro próximo.

O verdadeiro alcance da recuperação carolíngia

Marginal: eis uma palavra que acode ao espírito quando nos afastamos dos três pilares da civilização carolíngia: a religião, a guerra, a agricultura. Mesmo nestes três sectores, as ordens e os conselhos das minorias actuaes são abafadas pela inércia da maioria.

Sobre um clero sem zelo e uma população sem fervor, a ciência religiosa de um Alcuino e a santidade de um Bento de Aniana só restrita influência podem alcançar. Os castigos mais severos ou as recompensas mais extravagantes dificilmente bastam para mobilizar vassallos recalcitrantes e ávidos contra os inimigos mais perigosos. Seria aparentemente mais fácil prover aos trabalhos agrícolas: os servos não podem recusar o seu concurso e, de resto, é preciso trabalhar a terra se se quer comer. Mas os braços faltam, as pequenas propriedades, cultivadas com amor por camponeses independentes, desapareceram quase todas, e os grandes domínios não formam mais do que oásis no meio dos campos desertos. Para deles extrair qualquer coisa, é preciso que os agentes do senhor exerçam vigilância contínua. Nestes domínios, tenta-se produzir tudo para que nada se tenha de comprar; e porque não se quer comprar, não se ambiciona obter excedentes para os tornar a vender. Consegue-se, e com dificuldade, acumular as reservas necessárias

para evitar as fomes dos anos maus. O próprio Carlos Magno, quando não tem a sorte duma guerra rendosa, vai retomar a vigilância das suas hortas, das suas capoeiras e das suas servas que fiam e tecem a lã. Num Império de proprietários rurais, figura como proprietário-modelo. Melhor elogio não se lhe poderia fazer.

Contudo, há terras novas que são desbravadas, sob as suas ordens, ao longo das fronteiras, nesse mesmo espírito que empurrava Roma e Bizâncio, sua herdeira, a garantir de soldados-agricultores as regiões expostas aos ataques. Mas os progressos da agricultura carolíngia assemelham-se com excessiva frequência às deslocações dos nómadas: atrás dos trabalhadores que abrem uma clareira, volta a fechar-se a floresta sobre os campos que acabam de deixar. Da mesma forma, as estradas que os Carolíngios se esforçam por repor em condições, exactamente como fazem restaurar a gramática latina, recobrem-se depressa de silvas. Não há caravanas bastantes para as conservar pela simples passagem, calcando as ervas bravias. Para manter a coesão do Império e sustentar uma burocracia que a custo chega para o governar, é a cavalo que, sem cessar, se fazem as deslocações.

É, com efeito, a era da cavalaria que começa; mas se os cavaleiros conquistaram às vezes imensas extensões com rapidez do relâmpago, jamais puderam perpetuar o seu domínio sem o auxílio das humildes carroças. E no entanto a nova Europa está quase ao alcance da mão. Será construída a partir de baixo mais do que de cima, graças antes a carroças melhores do que a cavalos mais fogosos. No século ix, o Império Carolíngio, gigante débil, esmorece, sucumbe prematuramente; no século x, estruturas mais viáveis, porque mais pequenas e melhor fornecidas de homens, surgirão em seu lugar, utilizando ao mesmo tempo as experiências e os ideais que elles terá legado.

Livro 2

RECONSTRUÇÃO
DE BAIXO A CIMA

A ALVORADA EUROPEIA

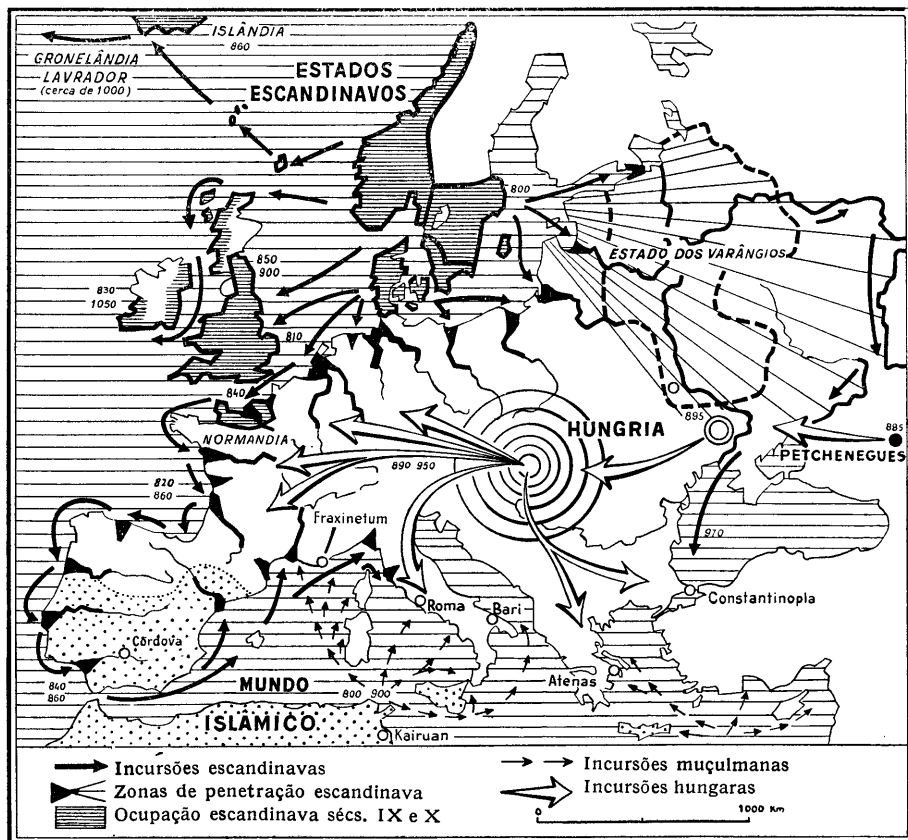
1. NO SÉCULO DÉCIMO: «AS TREVAS ILUMINAM-SE»

«**L**'ALBA part umet mar atra sol — Poy pasa bigil, mira clar tenebras» (A aurora sobre o mar obscuro traz o sol — Depois passa a colina: olha, as trevas iluminam-se). Este dístico, escrito no século x, numa língua que deixou já de ser latina mas que não se poderia ainda identificar com qualquer das línguas românicas modernas, não se conta entre os mais harmoniosos que a aproximação do amanhecer tem inspirado. Todavia, o historiador das origens europeias acha-o tão tocante como o primeiro grito dum recém-nascido. Aos profetas da desgraça, que não se cansam de agitar espantalhos, aos diplomatas que à data do ano corrente fazem seguir a fórmula «na aproximação do fim do mundo», estes pobres versos parecem replicar que uma era nova acaba de nascer. Não são os únicos; mil vozes proclamam a boa nova, mas mal são escutadas no meio dos gritos de dor que acompanham o nascimento da Europa.

Com efeito, desde a queda do Império Romano do Ocidente jamais a Cristandade enfrentara inimigos tão numerosos e brutais como os que a devastam de lés a lés entre os meados do século ix e os do século x

RECONSTRUÇÃO DE BAIXO A CIMA

(*mapa 9*). Os seus sofrimentos foram ainda mais cruéis pelo facto de esses inimigos não terem nem os meios nem a intenção de empreender efectivamente a conquista e de lhe dar, pelo menos, a paz da escravidão.



Mapa 9 — As últimas invasões (séculos IX e X)

A Europa devastada

Os Muçulmanos multiplicaram os ninhos de salteadores e de pirataria nas ilhas do Egeu, às portas de Roma, na actual Côte d'Azur, de onde penetraram até os desfiladeiros da Suíça alpina, matando, pilhando, destruindo, exigindo resgate por tudo quanto lhes caía na mão. Eram míseros represen-

tantes da grande civilização árabe, de que não passavam de dejectos. Na verdade, o Califado central de Bagdad despedaçara-se ao mesmo tempo que o Império Carolíngio. Os estados que lhe partilharam a herança estavam absorvidos por querelas, por problemas internos. Para prosseguir a «guerra santa» contra os infiéis, não havia senão aventureiros indisciplinados e cobiçosos.

Os Escandinavos foram percorrendo e pilhando o Atlântico e o Mediterrâneo, atingiram por terra o coração da França, por mar os limites da Toscana (onde saquearam Luni, julgando que se tratava de Roma) e, pelos rios da Rússia, o mar Negro e os arredores de Constantinopla. Desde a Idade do Bronze que haviam criado uma civilização original e brilhante, embora não a fizessem progredir nos séculos seguintes. Apesar de contactos frequentes com os povos mais evoluídos do Oriente e do Ocidente, mantinham costumes pré-históricos. Nem sequer respeitavam os próprios chefes e pais. Às divindades chegavam a oferecer vítimas humanas, se bem que outras vezes lhes recusassem todo e qualquer sacrifício: como esses dois heróis do poema histórico islandês *Landnamabok*, «só acreditavam na própria força». Esta força, aliás, fazia apelo não somente à violência como também à astúcia (*extra-texto* 12, p. 147).

Quanto aos Húngaros, que Bizâncio chamara das estepes para os opor aos Búlgaros, evocavam os cavaleiros do Apocalipse (*figs.* 23 e 49). A planície do Danúbio, recentemente evacuada pelos Ávaros, atraía-os para ocidente. Daí, penetraram até à Aquitânia e às vizinhanças de Roma. Menos terríveis, sem dúvida, do que os Hunos de Átila ou os Mongóis de Gengis Khan, foram-no ainda bastante para dar o nome aos «ogres» da imaginação popular.

Organiza-se a resistência

Como o exigia a trama assás frouxa da Europa — a resistência organizou-se lentamente. Só nas duas extremidades — Império Bizantino e Emirado (mais tarde Califado) de Córdova — é que existiam exércitos e frotas regulares e fronteiras guardadas em toda a sua extensão por contingentes de elite. As marcas-fronteiras dos estados que sucederam ao Império Carolíngio não eram suficientemente sólidas para desempenhar a função de tampões contra os primeiros choques do inimigo. No interior, os vassalos mostravam pouco zelo em deixar os seus domínios para responder aos apelos dos reis. Nas Ilhas Britânicas e na Itália Meridional não havia sequer chefe reconhecido capaz de coordenar os esforços defensivos.

Mas se era impossível deter os invasores — e comprar-lhes a retirada só vinha convidar a novas chantagens — a prudência aconselhava a pôr a salvo os haveres mais preciosos e a espreitar a ocasião para saltar sobre colunas sobrecarregadas pelo saque. Cidades e mosteiros, a princípio saquea-

dos de surpresa, começaram a rodear-se de fortificações robustas. Surgiram castelos em todas as colinas e nas margens de cada rio. Reis, papas, coligações de nobres ou de cidadãos organizaram uma resistência local mais importante de dia para dia e bem depressa vitoriosa. Mas; na realidade, foi sobretudo devido à sua desorganização e à sua pobreza de raiz que a Europa «invertebrada» do século x pôde resistir melhor às invasões do que o Império Romano do século v: em parte nenhuma havia centros vitais, artérias principais ou núcleos económicos cuja perda pudesse levar ao desmoronamento de toda uma província. Para destruir uma a uma tantas células minúsculas, fora preciso um plano de acção e uma continuidade de desígnio que os agressores por certo não possuíam.



Fig. 22 — Cabeça humana esculpida em madeira, de Novgorod, século XII

Os invasores enraizam-se

Gastos pelo próprio esforço, suavizados, além disso, pelos contactos com povos sedentários, os invasores acabaram por se fixar à terra, tanto nos países de origem como nos territórios que tinham arrancado às velhas comunidades cristãs da Europa. Das conquistas europeias, e com excepção das suas antigas possessões da Península Ibérica, os Muçulmanos apenas conservaram a Sicília. Esta ilha, conquistada ao Império Bizantino desde o século ix pelas forças regulares dos emires africanos, transformou-se bem depressa num brilhante emirado independente. Bizâncio, aliás, desforrou-se amplamente no século x fazendo recuar a fronteira asiática do mundo islâmico até às portas da Palestina. Quanto aos Escandinavos, mantiveram vastas possessões nas Ilhas Britânicas e na Normandia, mas constituíram-se em governos assás ordenados e formaram comunidades cristãs por toda

a parte onde viviam, incluindo os três países de origem. Os Húngaros fizeram outro tanto na região que passou a tomar o seu nome: exemplo singular de um povo estranho à família indo-europeia, que conseguiu instalar-se em plena Europa sem perder a individualidade.

Da mesma forma, a evangelização dos Eslavos e a sua educação política, que já tinham dado fruto nos Balcãs e na Morávia, no século ix,

quase se concluíram no decurso do x, por influência de missões religiosas e diplomáticas rivais, enviadas por Bizâncio e pelo Ocidente. Ao longo da fronteira entre a Europa ortodoxa e a Europa católica, os grandes blocos de tribos eslavas coagularam-se em reinos: Polónia, Rússia, Boémia, Croácia, aos quais é preciso acrescentar a Bulgária, sua irmã mais velha, fundada por um povo único mas profundamente eslavizado no decurso dos séculos. A estrutura económica e as instituições ainda rudimentares destes reinos lembravam um pouco as dos estados germânicos no princípio da Idade Média. Depois de longas hesitações, Bulgária e Rússia entraram na família política e religiosa de Bizâncio. Em contrapartida, os outros estados eslavos, embora esforçando-se por se esquivar à suzerania dos imperadores do Ocidente, juntaram-se à Hungria e aos reinos escandinavos na constelação das igrejas de obediência pontifícia.



Fig. 23 — Taça para beber, com uma cabeça de bovídeo, arte proto-búlgara, século IX, proveniente do Tesouro de Nagyszentmiklós. Kunsthistorisches Museum, Viena (Austria)

A Europa engrandecida: encontro de duas juventudes

Assim se duplicou finalmente a superfície do mundo cristão que Carlos Magno conhecera, e se completou a família dos povos europeus como hoje a conhecemos (*mapa 10*). Basta assinalar o alcance imenso das vitórias (embora pouco retumbantes) que os povos sedentários da Europa católica alcançaram há mil anos: vitórias militares, que puseram a coberto os velhos domínios da *Respublica Christiana*; vitórias religiosas, que os engrandeceram num ritmo acelerado, desconhecido desde os tempos de Constantino e Teodósio. Antes mesmo de conhecer o desenlace feliz da luta, o autor do poema *Waltharius* (Ekkehard de S. Gallen, monge suíço do século x?) entrevê, por detrás da República Cristã, o alargamento dos horizontes europeus: «Um terço da Terra, chamado Europa — escreve — encerra povos diferentes pelos costumes, pelas línguas, pelos nomes, pelos ritos e pela religião. Um desses povos, a que chamamos Hunos, reside na Panónia...»

Nos primeiros capítulos deste livro, sublinhámos que as derrotas dos povos sedentários da *Respublica Romana* se explicavam mais pelas quebras da armadura greco-romana do que pelos golpes dos invasores. Decrepitude romana e imaturidade germânica, encontrando-se, tinham destruído as velhas estruturas antes de estarem prontas as novas.

Agora, no momento em que a *Respublica Christiana*, laboriosamente construída, se reergue e deixa enfim entrever a sua forma definitiva, o mesmo raciocínio se pode aplicar, mas ao invés. Os povos sedentários ganharam a partida, não porque fossem fortes, mas porque os inimigos estavam dispostos a fixar-se à terra e a viver como eles. Duas juventudes se encontravam: a das nações que se tinham aliviado de grande parte da sua herança histórica, e a das nações que acabavam de entrar na história. Em todo o território onde Eslavos, Escandinavos e Húngaros se iam fixar no século x, as pesquisas arqueológicas puseram em evidência o progresso anterior da agricultura, do artesanato e do comércio e a lenta maturação de aldeias e de núcleos pré-urbanos. Por todo o território ocupado pelos povos romanos e germânicos de civilização antiga, se viam também borbulhar aldeias e núcleos pré-urbanos do mesmo tipo, ainda que mais evoluídos.

A sua aristocracia guerreira, móvel, indisciplinada parecia feita para se entender com a aristocracia dos invasores. Nas outras camadas da sociedade, as semelhanças eram quase igualmente notáveis. A Europa nascera.

A Europa resguardada; triunfo do particularismo

A ordem estabelecida no século x parecia precária; no entanto durou porque deu à Europa católica uma fortificação oriental e setentrional onde se iam amortecer as invasões dos séculos sucessivos. A *Respublica Romana* pudera ser descrita como imensa fortaleza cercada pelos povos bárbaros que uivavam às suas fronteiras; a *Respublica Christiana*, de confissão católica, abrigada ao sul pela potência inimiga mas civilizada do mundo islâmico, protegida a sueste pela vizinhança incómoda mas familiar do Império Bizantino, deixou de ter contacto directo com «bárbaros» quando acabou de reagrupar sob a sua bandeira os povos que podiam ameaçá-la a norte e a leste. Mais afortunada do que a Ásia, a África ou mesmo a Europa ortodoxa, exposta até ao fim da Idade Média aos choques dos nómadas, a Europa católica dispôs portanto de um milénio inteiro sem grandes abalos, para desenvolver a civilização de que somos os beneficiários.

Se a viragem decisiva se tivesse apresentado um pouco mais cedo, é possível que essa civilização assentasse sobre uma unidade política com parável à *Respublica Romana*. No século x, porém, a última esperança de unidade para a *Respublica Christiana* desaparecera: o particularismo tor-



nara-se o traço dominante da sua história. Não evidentemente que esse fenómeno fosse desconhecido na Alta Idade Média, mas mostrava-se então como uma manifestação de astenia, um factor essencialmente negativo que qualquer soberano enérgico e hábil podia dominar. O século X transformou essa força de inércia em manifestação de exuberância, em factor positivo apesar das suas miopias e violências. Sob o chicote das invasões, e ainda mais sob o impulso benéfico de um grande surto demográfico e económico, cada célula do tecido europeu acordou do seu torpor.

O Império Carolíngio, por si, em nada participou deste acordar. Desaparecida a sua força material, sobrevivia apenas em forma de sonho, de ideal. É verdade que os homens precisam de ideais. Mas é-lhes necessário enfrentar os problemas quotidianos, e esses problemas não foram resolvidos a não ser pelas forças locais de curto raio de acção. O particularismo vem assim a tornar-se, e por muito tempo, o maior dinamismo real da Europa. Não mais se deixará relegar para plano inferior até ao momento em que os estados nacionais serão assás fortes para recolher a herança. Então, mas só então, a Europa poderá dispensar, como supérfluo, o sonho unitário que dominou e enquadrou a sua realidade particularista, e revelar-se tal qual a conhecemos e amamos: não uma civilização uniforme, pesadamente marcada por um império autoritário, mas um mosaico de culturas independentes e aliadas, sem outro cimento do que a afinidade do progresso e do espírito.

2. REINOS E IMPÉRIOS

Antes de passar ao estudo dos fenómenos que constituem a revolução profunda do século X — surto demográfico e económico, particularismo colectivo e individual — convém dar uma olhadela rápida aos protagonistas oficiais da história: Império, papado, reinos.

A sua impotência era um espectáculo desolador para todo aquele que permanecesse fiel ao sonho carolíngio. Como reencontrar, na verdade, a unidade harmoniosa do Estado e da Igreja nesses castelos perdidos, nesses mosteiros isolados, nesses restos de cidades, nessa nobreza tão brutal como o foram os pagãos, nesse clero tacanho e materialista, nesses camponeses ignorantes e miseráveis, nessas fracções de organização sobre as quais o governo central tinha tão pouco poder?

Papas enérgicos para uma idade de ferro

É verdade que durante a segunda metade do século IX, dois papas corajosos e inteligentes, Nicolau I e João VIII, tinham tentado, na medida das suas forças, substituir, na direcção temporal da *Respublica Christiana*,

o Império que se decompunha. Ao mesmo tempo, esforçaram-se por reafirmar a autoridade da Santa Sé sobre o episcopado e por tomar posição contra as reivindicações da Igreja bizantina. Havia de chegar o dia em que as suas afirmações de princípio seriam citadas como precedentes significativos na evolução do poder pontifício; na época, porém, perderam-se entre os desastres que quebraram o Império e reduziram Roma ao estado de cidade sitiada.

Houve então uma série de pastores de ferro para uma idade de ferro: homens como João X (914-928), cujas relações com Teodora, patriciã romana, as más línguas denunciaram, mas que combateu em pessoa contra os Muçulmanos, operou uma reconciliação com Bizâncio, lutou pelo latim junto do clero eslavo e morreu, sufocado, na prisão, depois de catorze anos de luta. Sem terem sempre o mesmo valor, os papas desta época mantiveram-se únicos porta-vozes da unidade teórica dessa Europa católica que, apesar de derrotas e de crises materiais, não cessava de ganhar novas províncias. Ainda que dominados muitas vezes pelos grandes leigos que rodeavam Roma, nem por isso deixavam de ser os únicos que podiam conferir a dignidade imperial, depois de interrompida a sucessão regular da dinastia carolíngia.

Sob o signo da imitação: a segunda «renovação» do Império

Todavia, pouco depois dos meados do século x, Otão I «o Grande» (936-973) conduziu a bom termo uma segunda «renovação do Império Romano». Outros, antes dele, tinham-no tentado em vão, mas só ele, entre os reis que partilhavam entre si os restos do estado carolíngio, detinha os trunfos necessários para triunfar. Duque dos Saxões por direito de nascimento, podia contar com a devoção ancestral desse povo aguerrido que finalmente se abria à civilização. Eleito rei dos «Francos orientais» (bem depressa se iria dizer, dos «Alemães»), porque seu pai o fora e realçara o prestígio da coroa, aumentou esse prestígio com vitórias retumbantes sobre os Húngaros e sobre os Eslavos. O rei dos «Francos ocidentais» (os Franceses do futuro) teve de lhe abandonar a Lotaríngia. Na Itália, os grandes leigos e eclesiásticos estavam sempre prontos a receber um novo soberano para melhor desobedecer ao antigo. Foi, portanto, com relativa facilidade que Otão anexou o reino italiano à Alemanha. Fez-se coroar imperador por um papa sem princípios e, mais tarde, achando-o pouco seguro, não hesitou em nomear outro (simples leigo na véspera) que os seus partidários logo proclamaram o melhor.

O Império assim restaurado conformou-se, tanto quanto possível, com o modelo carolíngio. Dele retomou os desígnios políticos, a organiza-

ção religiosa, as instituições administrativas, as preocupações intelectuais, o estilo arquitectónico, os métodos de colonização e até as capitais, Aachen e Roma, raramente visitadas por um imperador sempre em movimento.

A imitação, em última análise, era inferior ao modelo. O estreitamento da base territorial do Império — Alemanha e Itália, sem a França — acentuava a desproporção entre o ideal de universalidade e os limites da realização. A deposição do papa designado pelos Romanos sublinhava o velho contraste entre a doutrina de uma colaboração harmoniosa da Igreja com o Estado e a prática da incompreensão mútua, exasperada pela oposição dos particularismos, senão das nacionalidades. Contudo, o Império ottoniano estava destinado a durar, porque era menos fraco e mais coerente do que os outros estados da época, e porque dava corpo ao sonho político que ajudava tantos homens a suportar uma realidade enfadonha.

Através do Ocidente: grandeza decrescente, solidez crescente

Foi um outro sonho unitário, menos ambicioso mas ainda mais nebuloso, que susteve a monarquia em França, onde a autoridade do soberano sobre o reino se tornara quase nula muito antes de findar o século x. Cem anos de rivalidade entre os descendentes de Carlos Magno e os chefes da família aristocrática mais poderosa — os marqueses ou duques «de França», senhores da região parisiense — levaram, em 987, à eleição de Hugo Capeto, um destes últimos. Hugo, filho do duque Hugo «o Grande» (nunca se empregou tanto este epíteto como nesse século infeliz), controlava as antigas capitais neustrianas de Paris, Soissons e Laon; era bem preciso que alguém usasse o título de rei. Mas os seus domínios directos, diminuídos por um século de competições para a compra de fidelidades, em nada se mostravam mais extensos do que os dos grandes vassalos.

Deixemos os reis da Borgonha ou de Arles, cujo papel foi ainda mais apagado do que o dos primeiros Capetos, apesar da extensão modesta deste fragmento do Império Carolíngio. Uma tal mediocridade deveria jogar antes a seu favor e facilitar o papel dos governos, mas as forças locais aproveitaram-se do facto para melhor se emanciparem de um soberano que a ninguém metia medo.

Os únicos estados ocidentais em que a monarquia não perdeu contacto com a realidade, o Wessex e as Astúrias, eram dois reinos bem pequenos, periféricos aliás, e que nunca tinham feito parte do Império Carolíngio. Nas Astúrias, Afonso III «o Grande» (866-910) tomou ousadamente a ofensiva contra o colosso que o empurrava para as montanhas, o emirado de Córdoba. Triunfos e reveses alternaram-se com os seus sucessores, mas a monarquia asturiense manteve o controle de uma sociedade onde

os homens livres permaneciam numerosos e onde só as influências estrangeiras atenuavam a rusticidade da ambiência. Na Inglaterra, Alfredo «o Grande» de Wessex, contemporâneo de Afonso III, foi primeiro obrigado a reconhecer aos invasores dinamarqueses a posse pacífica da maior parte do país, mas obteve em troca uma moratória para as regiões do Sul, onde a causa do Wessex se tornou doravante a dos Anglo-Saxões. Aproveitou-se disso para favorecer um renascimento religioso e cultural, comparável àquele que a era carolíngia oferecera ao continente. Os sucessores retomaram a ofensiva e, gradualmente, conseguiram estender a suzerania do Wessex às províncias outrora ocupadas pelos Dinamarqueses.

A ideia imperial ronda sempre nos espíritos

O extraordinário é ver persistir, neste triunfo do particularismo e dos pequenos estados, a ideia imperial. Tal era o prestígio das palavras sobre o espírito da época, que os intelectuais destes pequenos reinos do Ocidente reivindicaram por sua vez títulos imperiais para os seus senhores: é assim que os soberanos espanhóis ou ingleses se vêem por vezes arrebicados com o nome de *imperator* ou de *basilêus* nesta carta ou naquela crônica. A febre chegou mesmo à Bulgária: os últimos representantes de uma dinastia que atingira o poder e a glória sem se preocupar com etiquetas, quiseram que lhes fosse reconhecida a dignidade de *basilêus* pelo orgulhoso *vasilêus romeôn*, o imperador bizantino. Afronta imperdoável para Bizâncio: levou o seu tempo, mas antes de findo o século x, estava travada essa luta sem quartel que devia acabar pela destruição da independência búlgara.

Numa época em que as forças locais eram as únicas capazes de conduzir o jogo, a perseguição destas quimeras mostrava-se tão perigosa quão atraente. O perigo existia tanto fora da Eúropa como dentro dela. O califado fatimida da África Ocidental, o Estado mais vigoroso nascido da queda do califado de Bagdad, perdeu a força impulsora que quis transferir o centro para o Egipto a fim de reivindicar a totalidade da herança islâmica.

Por sua vez, o califado omáyyada de Córdova esgotou-se no esforço vão de reconquistar as províncias que os cristãos lhe haviam arrebatado anteriormente ao século x. Mesmo o Império Bizantino, que alcançou neste século os seus maiores triunfos desde a era de Justiniano e os embelezou com um esplêndido renascimento intelectual e artístico, mesmo Bizâncio teve de pagar caro as conquistas na Ásia e na Europa. A subida dos impostos enfraqueceu a massa dos agricultores e dos marinheiros livres, que tinham sustentado o Império nas provas terríveis dos três séculos precedentes. Foi em vão que os imperadores multiplicaram esforços para os proteger. Os pequenos proprietários caíram na dependência da aristocracia militar, os pequenos comerciantes sucumbiram à concorrência dos mercadores estrangeiros, e esta dupla queda, lenta mas inexorável, arrastou a pouco e pouco o governo e a nação para a ruína.

Os excessivamente pesados encargos otonianos

Quanto ao Império otoniano, os seus altos desígnios ofereceram sem dúvida à nobreza alemã objectivos de guerra mais respeitáveis e remuneradores do que as questiúnculas da nobreza francesa. Na Alemanha, a causa da ordem achou-se com isso servida. Porém, amarrando-se à tarefa esgotante e impossível de domar a Itália, o Império otoniano colocou-se em perigo. E ainda Otão I se detivera em Roma.

O seu sucessor, Otão II (973-983), fez-se bater em França e na Calábria, por ter querido aumentar um estado que era já demasiado extenso para as molas internas. Eslavos e Húngaros, vencidos e obrigados a reconhecer uma vaga suzerania alemã, tinham aprendido muito com as derrotas. Aos primeiros sinais de afrouxamento da vigilância imperial, estavam prontos a voltar contra o Império a sua organização e os seus exércitos melhorados.

Finalmente, quando um jovem imperador saxão (Otão III, 983-1002) e um velho papa aquitânio quiseram interpretar à letra a «renovação do Império Romano» e fazer de Roma o centro verdadeiro de um governo que se imporia ao mundo, menos pelos exércitos do que pela autoridade moral, o insucesso foi total. E no entanto, não faltava energia a Otão III nem habilidade ao seu papa, Silvestre II (o grande Gerbert d'Aurillac). O primeiro recebera conselhos úteis de sua mãe, princesa bizantina, enquanto Gerbert adquirira em Espanha, França e Itália uma cultura extraordinária para o tempo. Mas o sonho de ambos não tinha em conta as realidades insistentes da vida: os Romanos preferiam os seus próprios pequenos senhores aos grandes estrangeiros, os Alemães desejariam antes prosseguir nas conquistas em território eslavo, os Eslavos não aceitavam a suzerania nominal do papa ou do imperador senão para se precaverem contra o domínio efectivo dos Alemães. Só um regresso à brutalidade permitiu a Otão III retomar pé no momento em que os acontecimentos o iam submergir.

3. O SURTO DEMOGRÁFICO E O PROGRESSO DA EUROPA

Nunca se repetirá bastante: os acontecimentos significativos do século x não se encontram nas crónicas e só por excepção respeitam aos homens célebres. Esta aurora da Europa, que começa então a brilhar, somos obrigados a contemplá-la abandonando as altas esferas da história política e descendo às próprias fontes da vida.

Tudo leva a crer que a decadência demográfica geral da Alta Idade Média se deteve pouco depois dessa «peste hemisférica» de 742-743, cujas

devastações assinalámos. É mesmo possível que uma recuperação muito modesta se tenha manifestado a partir do século ix: as tentativas carolín-gias de colonização, os começos da organização social entre os Eslavos, o desenvolvimento do comércio bizantino e árabe, o progresso da Indo-china e do Japão, e mesmo as reconquistas do império T'ang depois dos desastres que o atingiram no século viii poderiam acomodar-se a seme-lhante hipótese. Mas os indícios são excessivamente ténues e sobretudo estão muito mal estudados para permitirem conclusões seguras sobre uma viragem demográfica cujos efeitos, a princípio, só poderiam incidir sobre populações reduzidas ao mínimo.

No século x, pelo contrário, a dúvida deixa de ser possível: na Espa-nha como na China, na Suécia como no Egipto, a humanidade recomeça a multiplicar-se. Este crescimento contínuo, que prosseguirá sem dimi-nuir até aos últimos anos do século xiii e só parará inteiramente nos me-ados do xiv, surge como motor primeiro de tudo o que se passa na Baixa Idade Média. Não foi talvez o fenómeno de maior importância — as uni-versidades e as catedrais, os parlamentos e as cidades contam mais do que o número dos nascimentos e dos óbitos — mas foi seguramente o fenó-meno inicial que tornou possíveis todos os outros.

Causas do surto

O surto demográfico explica-se com maior facilidade do que a deca-dência que o precedeu. Cada espécie tem tendência natural a multiplicar-se, se causas exteriores não o entravam, até aos limites impostos pelos recur-sos alimentares que pode conseguir. Ora, nenhuma das grandes ceifadoras de homens, salvo talvez a lepra, parece ter grassado com intensidade entre os séculos x e xiii. Deixa, em especial, de se ouvir falar de graves epide-mias de peste, e a malária assume forma mais benigna. Não havia, portanto, obstáculo biológico ao crescimento natural da população.

A guerra, esse outro freio, desempenhou um papel mínimo na histó-ria demográfica da Baixa Idade Média. Apesar da sua má reputação, a época do feudalismo serviu-se apenas de exércitos muito pequenos, e se lhe agradaram inúmeras escaramuças, travou pouquíssimas batalhas. O prestígio dos cavaleiros assentava no facto de não serem combatentes anónimos perdidos na massa, mas guerreiros de elite, que sabiam aguentar golpes rijos sem se deixarem matar.

Alguns milhares de combatentes, algumas centenas de mortos: é nestes termos que temos de avaliar os recontros mais sangrentos, aqueles que os cronistas descrevem com os traços mais dramáticos. As vítimas eram, por vezes, mais numerosas entre os civis: assim, quando da tomada de Jerusalém por Godofredo de Bouillon, «cavalgava-se com sangue até aos joelhos dos cavaleiros»; ao que se diz, nenhum judeu escapou. Con-tudo uma carta, descoberta recentemente na sinagoga do velho Cairo, pede socorros

para os sobreviventes do massacre de Jerusalém. E enfim, mesmo quando não se imiscuía ódio, os exércitos feudais queimavam com prazer searas e cabanas para reduzir à fome um senhor inimigo. Não eram todavia assás numerosos, não permaneciam muito tempo em campanha, e não possuíam máquinas suficientemente aperfeiçoadas para causar a desolação que a guerra de hoje em dia provoca.

Quanto aos recursos disponíveis, é certo que nos princípios do século x as terras inexploradas ultrapassavam em muito a área total das terras cultivadas, e que mesmo as terras mais facilmente cultiváveis e melhor povoadas tinham falta de braços: não havia um pântano às portas de Paris e um bosque no interior de Milão? Não faltava, portanto, espaço para alimentar uma população mais numerosa.

Para mais, os horizontes da agricultura foram-se então alargando graças a uma lenta suavização do clima. Temos provas disso no recuo dos gelos nos mares e nas montanhas do Norte, na extensão da viticultura em regiões como a Inglaterra onde hoje não é praticável, e na abundância de água nos territórios saarianos que o deserto mais tarde reconquistou. Por último, uma série de aperfeiçoamentos técnicos permitiu aos agricultores arrancar do solo, com menos esforço do que dantes, meses mais frequentes e generosas, e transportá-las com maior facilidade para mercados distantes.

A oportunidade da Europa

Seria interessante comparar as repercussões imediatas e longínquas do crescimento demográfico em todas as regiões que o conheceram. Na China, segundo parece, trouxe consigo um surto económico, cultural e político com a dinastia Song, sem contudo modificar intensamente o carácter agrário e quase inerte da sua civilização. Na África muçulmana, parece ter provocado um florescimento rápido e exuberante, bem depressa seguido por decadência profunda. Mas estes espectáculos estão à margem do nosso livro: limitemo-nos a observar o que se passou na Europa católica.

Aqui, o surto demográfico do século x foi o ponto de partida duma reacção em cadeia que ainda não parou, mil anos passados. Muito antes do século xiv, à medida que a revolução demográfica se transforma em revolução agrícola e esta em revolução comercial, a Europa católica passará da retaguarda para a frente do desenvolvimento económico mundial. A crise que atravessa nos fins da Idade Média e princípios da era moderna demorará o seu progresso, mas as bases lançadas pela revolução comercial medieva mostrar-se-ão suficientemente sólidas para servir de trampolim ao prodigioso vôo da revolução industrial do século xviii ao século xx.

Evolução tão prolongada e complexa não se explica sòmente por causas económicas e não deriva todo o seu impulso de um ponto de partida favorável. Acabámos de sublinhar esse factor essencialmente polí-

tico e militar, que jogou a favor da Europa católica durante todo um milénio: a ausência de grandes invasões. Para compreender até que ponto o Ocidente foi privilegiado, basta pensar nos desastres que representaram as invasões turcas para o território bizantino, as incursões dos nómadas camaleiros para a África do Norte, a conquista mongol para a maior parte da Ásia e para a própria Rússia.

Mais difíceis de avaliar se mostram os factores intelectuais que entraram em jogo. Qualquer que tenha sido a influência dos caracteres originais da cultura europeia, vale mais passá-los em silêncio do que entregarmo-nos a um «chauvinismo» de má liga, ou perdermo-nos em explicações vagas. E mesmo se considerarmos somente as causas económicas, seria absurdo buscar no século x os gérmes específicos de cada uma das plantas que iriam florescer durante os dez séculos seguintes.

Mal aplicamos a nossa ferramenta precisa a um lugar e a um momento determinados, revela-se uma quantidade de causas imediatas e prova-se a inexactidão de qualquer explicação geral. Mas não há síntese sem algum sacrifício da precisão. É portanto útil buscar quais os traços originais que puderam fornecer à Europa católica, desde o século x, razões de triunfo que não foram dadas às outras grandes regiões do Mundo.

As tendências de fundo

Parece-nos que a vantagem essencial dos povos ocidentais consiste no aparecimento simultâneo de quatro tendências de fundo, que, não sendo exclusivamente europeias nem medievais, só se apresentam em conjunto na Europa e a partir do século x. Resumamo-las em fórmulas simplificadas, antes de as analisarmos uma por uma dando a volta aos aspectos da vida económica.

— Deslocações da população agrícola tendem a apagar os efeitos opostos, mas igualmente nocivos, do despovoamento ou do super-povoamento.

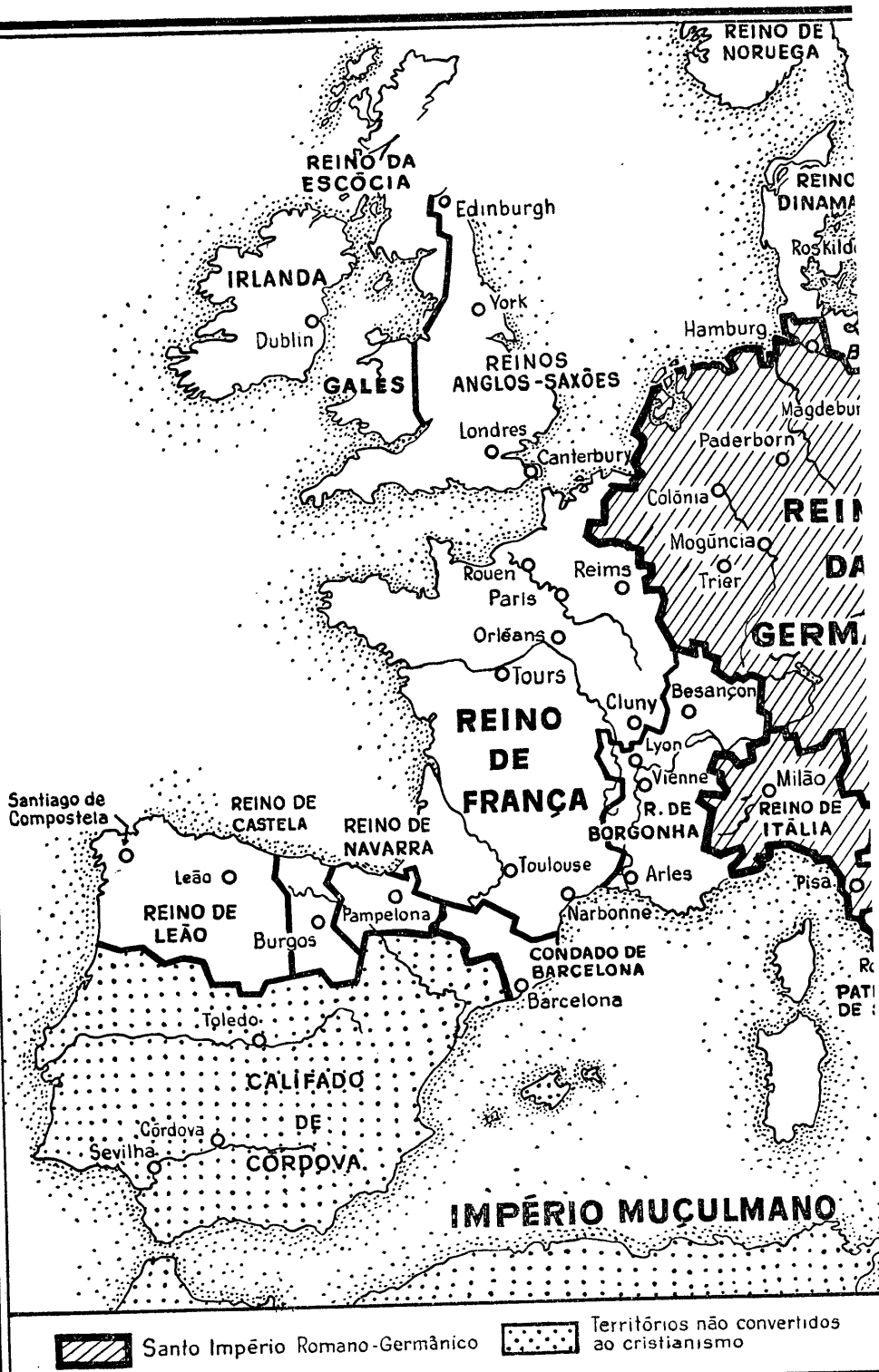
— Um juízo mais equitativo do lugar que o mercador ocupa na sociedade permite-lhe exercer o papel de direcção que lhe convém.

— A importância e a utilidade das máquinas e das técnicas começam a ser reconhecidas, em prática se não em teoria.

— A extrema fragmentação política e a fraqueza dos governos favorecem as iniciativas locais e as associações privadas.

4. AS NOVAS TENDÊNCIAS DA AGRICULTURA

Se apenas tivermos em conta o número das pessoas empregadas e o volume absoluto da produção, a agricultura, com a criação de gado, as forjas rústicas e as outras indústrias elementares que não dispensa, é a única actividade económica que conta no século x. As elites dependem dela no



Mapa 10 — A Europa no século X



mesmo grau que as massas, porque nobreza e clero vivem apenas do produto da terra.

Infelizmente para o historiador, os problemas da agricultura são os mais difíceis de captar. As fontes estão dispersas, as mudanças são lentas, graduais, e a história de cada aldeia mostra-se particular em excesso para que dela se possa deduzir a da aldeia vizinha. No século x, como sempre, a paisagem agrária, tão rígida e monótona aos olhos que a contemplam de longe, decompõe-se numa quantidade de unidades diversas e mutáveis. Parece todavia que uma nova tendência vem à luz a partir do século x e que ela é a feliz confluência de duas correntes infelizes que, pouco a pouco, se corrigiram mutuamente.

Feliz encontro de dois sistemas opostos

Por um lado, houvera regressão da agricultura clássica, essa agricultura parcimoniosa que, nos seus bons dias, apesar dos defeitos que assinalámos no primeiro capítulo, bastara para alimentar uma população muito numerosa e para assegurar o desenvolvimento de uma grande civilização. À mingua de trabalhadores e de técnicos, à mingua também da liberdade e da segurança que impelem o rendeiro a consagrar ao seu campo o máximo de trabalho para dele retirar o máximo de rendimento, as aldeias compactas da comunidade greco-romana tinham-se atrofiado e a superfície cultivada contraíra-se.

Mas, por outro lado, houvera expansão da agricultura bárbara, com os seus métodos rudimentares e pródigos, relíquia de nomadismo. Contra o esgotamento da terra cultivável, esta agricultura primitiva não conhecia outro remédio senão deixá-la repousar com frequência. Não produzindo cereais que bastassem, tinha necessidade de grandes manadas e rebanhos fornecedores de leite, de carne, e também de animais de sela para a caça e para a guerra; mas consagrando espaço de mais à pecuária, não chegava a produzir cereais que bastassem. Contudo, a agricultura bárbara — cujos defeitos sublinhámos de propósito para melhor fazer ressaltar o contraste com a agricultura clássica — oferecia vantagens em relação às mais avançadas economias agrárias. Punha de parte reservas para os sucessivos acréscimos populacionais; punha à disposição do camponês mais animais para o ajudar no trabalho e para romper a monotonia dum regime estritamente e excessivamente vegetariano.

Durante a Alta Idade Média, os dois sistemas aproximam-se; a partir do século x, vão encontrar-se num justo meio entre desperdício e saturação.

Guardemo-nos de imaginar um desenvolvimento linear uniforme. Falta de braços e densidades excessivas persistem muitas vezes, e lado a lado. O «justo meio» é sobretudo uma média ideal entre aldeias ainda isoladas no meio de florestas infestadas de lobos e de bandidos, e outras aldeias que encetaram até os bosques indispensáveis

para o combustível, a construção, a manutenção dos porcos e dos cordeiros. Em período de crescimento demográfico rápido, o super-povoamento mostra-se ameaça constante nas velhas explorações. É assim que na Île-de-France, na Lombardia e noutras regiões onde a população fora sempre relativamente densa, se vêem muitas vezes duas ou várias famílias aglomerando-se num único «mansus» (célula elementar da sociedade agrícola, conjunto de terras cultivadas por uma família de camponeses). Apesar das inovações técnicas que aumentam o rendimento da terra e de que falaremos mais adiante, é certo que o parcelamento das propriedades e das tenências se mostra por vezes excessivo e que a emigração nem sempre vai conseguir restabelecer o equilíbrio.

Em contra-partida, os povos que estão habituados a horizontes muito vastos procuram às vezes outros campos vazios, mesmo antes de preencherem totalmente aqueles que ocupam e onde crêem achar-se acanhados. O caso mais impressionante é o dos Noruegueses.

O caso extremo: a expansão dos Escandinavos

Não contentes em se espalhar pelas terras ainda virgens que abundam na sua pátria, e em talhar pela força das armas encaves em todas as costas do Noroeste da Europa, os Noruegueses levaram a bom termo uma das mais vastas migrações pacíficas que a história regista. Entre 874 e 930, fundaram uma república de agricultores e de pescadores na Islândia, a ilha outrora conhecida como «o deserto do oceano»; meio século mais tarde, tinham estabelecido perto de 300 herdades nessa Gronelândia que nós renunciámos a cultivar; cerca do ano 1000, punham pé na América. Foi uma admirável epopeia, marítima e camponesa, que iria também dar frutos literários. Mas a dispersão dos esforços realizados em climas hostis e muitas vezes sobre terras ingratas, limitou-lhes o proveito. A Noruega da Baixa Idade Média só desempenhou um papel modesto, e a América teve de ser redescoberta muito mais tarde.

Aliás, a Suécia aproveitou ainda menos as brilhantes explorações dos seus guerreiros e mercadores (os Varângios) que, nos séculos ix e x, se colocaram à cabeça do Estado russo primitivo, estendendo-se do mar Báltico ao mar Negro, para além dos limites do presente relato. Não havia cultivadores entre esses Varângios, e os quadros escandinavos depressa foram absorvidos pela maioria eslava. A custo se mantiveram relações comerciais e diplomáticas até ao ocaso do século xi entre uma Suécia ainda semi-bárbara e uma Rússia afinada pelo contacto com Bizâncio, com o mundo islâmico e com o singular estado judaico-khazar.

O transbordar para fora das fronteiras

À parte este caso extremo, a marcha em frente dos agricultores europeus foi bastante regular e equilibrada. Primeiro, intensificaram a exploração das terras de origem. Transformaram em terrenos de rendimento parte

dos baldios que rodeavam os campos cultivados, abriram clareiras nas florestas, secaram pântanos, irrigaram charnecas. Depois, e à medida que a pressão se tornava excessiva, foram-se deslocando cada vez para mais longe, para as províncias da vizinhança e para uma fronteira que com eles avançou.

Este movimento de massas, anónimo mas poderoso, inicia-se pelos meados do século x, converte-se em bola de neve até ao final do século xii, mantém-se ainda no decurso do xiii, e detém-se por completo no xiv, ao mesmo tempo que o crescimento da população. Os camponeses participam nele sob todas as formas e em todas as condições possíveis: isolados, por grupos pequenos, ou em blocos compactos; quer discretamente, escondendo-se, ou por invasão armada das terras que os senhores procuram reservar para rebanhos ou para caçadas; quer ainda atraídos pela protecção e pelos privilégios que oferecem mosteiros e príncipes desejosos de conseguir defensores para as suas propriedades e de aumentar os rendimentos; no engodo, por fim, da esperança de uma vida melhor em regiões desconhecidas cujos recursos são gabados por «agentes de publicidade» (*locatores*). Não tentemos resumir em poucas linhas uma história rica de pormenores, nem recortar numa série de instantâneos sucessivos uma expansão cujo carácter mais saliente foi a continuidade. Para lhe captar a importância, mais vale adiantarmo-nos ao nosso relato e deitar um olhar de conjunto sobre os resultados finais.

A expansão dos Alemães para lá do Elba e do Oder, a golpes de machado e de espada, nas florestas e nas charnecas escassamente ocupadas por tribos eslavas e baltas, foi a mais maciça. No auge da maré, no século xiv, ela engolira mais províncias do que as que havia no núcleo originário da Alemanha de Otão I. Veio a perder, com o tempo, as que ficavam mais afastadas, mas pôde germanizar duradouramente uma superfície tão grande como a da Inglaterra. É verdade que se tratava em parte de uma reocupação, dum regresso, porque os Germanos tinham dominado algumas dessas regiões antes de se empenharem na conquista do Império Romano. Mas foi só a partir do século x que aprenderam a criar raízes mediante a colonização agrícola metódica, empregando por seu turno, em terra estrangeira, essa colaboração de soldados, de missionários e de camponeses cujo exemplo lhes fora dado, na Saxónia e na Frísia, pelos Carolíngios.

Semelhantermente, na Península Ibérica, o lento progresso da *Reconquista* cristã foi acompanhado e consolidado por um borbulhar de novos centros de colonização agrária, estabelecidos a maior parte das vezes pelos próprios monarcas. Estes centros reanimaram os campos desolados pela guerra e pela fuga de uma parte dos habitantes muçulmanos; e foram dando a pouco e pouco à paisagem um aspecto ocidental. Em proporções mais modestas, houve também uma colonização anglo-saxónia em direcção às fronteiras célticas e escandinavas do País de Gales, da Escócia e da Irlanda.

A colonização interna e a saturação das regiões já ocupadas

Conquanto as expansões que acompanharam a conquista nos impressionem ao primeiro contacto porque deixaram a marca de modificações de fronteiras no mapa das nacionalidades, é evidente que a colonização interna

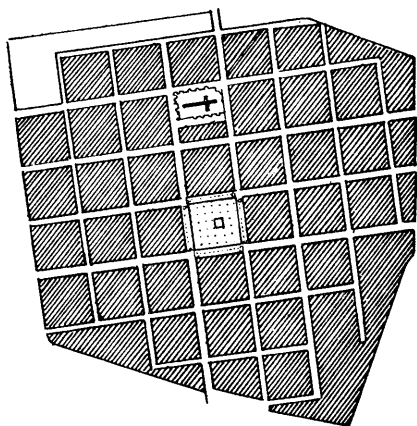


Fig. 24 — *Planta em xadrez de Mirande (Gers, França), cidade fundada em 1285 (P. Lavedan Histoire de l'Urbanisme)*

fez ainda muito mais. Multiplicou cidades e aldeias na Europa, sem nela deixar solidões inexploradas como as da África tropical, nem criar aglomerações sufocantes como na China (figs. 24 e 25).

A França oferece-nos o exemplo mais notável sob este ponto de vista. Embora os seus habitantes não se importassem de emigrar de província em província e tivessem fornecido recrutas e oficiais a todos os empreendimentos colonizadores nos outros países, da Espanha à Síria, não afrancesaram todavia nenhum território para lá das suas fronteiras do século x. Em contra-partida, cobriram de habitações e de culturas todos os grandes espaços vazios onde outrora vinham morrer as iniciativas gerais, esses espaços que recortavam em mil

senhorias mal cimentadas entre si, um reino cuja configuração geográfica se prestava à maravilha para a unificação. A história política, tendo em conta só esforços conscientes, celebra os reis, os cavaleiros e, até, os grandes burgueses que se atrelaram a essa tarefa. Esquece os camponeses que, sem nunca disso terem consciência, prepararam a França para vir a ser o maior estado nacional da Europa. E o que é mais, asseguraram prosperidade modesta, mas bem distribuída, a uma população agrícola muito densa (num dos raros casos conhecidos, o do condado normando de Beaumont-le-Roger, atingia, nos fins do século XIII, os mesmos números que hoje). Assim contribuíram materialmente para esse equilíbrio que parece ser característica durável da civilização francesa.

Numa área menos extensa, o desenvolvimento da Inglaterra agrícola assemelha-se ao da França. A população subiu em flecha (em 1086, parece, 1 100 000 habitantes aproximadamente; em 1348, 3 700 000). O bem-estar aumentou. A terra era fértil e bem cultivada sempre que as florestas reais e as pastagens não impunham limites à utilização do solo.

Em contra-partida, na Alemanha e na Península Ibérica, a existência de uma fronteira em movimento manteve uma estrutura muito mais frouxa do povoamento interno, salvo em algumas regiões favorecidas como os vales do Reno e do Ebro.

Por último, na Itália setentrional e central, e naquilo que hoje forma a Bélgica com as províncias circundantes, houve que explorar todas as terras utilizáveis até à última jeira.

Foi assim que os Flamengos, depois de secarem os pântanos de uma costa que o recuo gradual do mar do Norte, a partir do século IX, tinha felizmente alongado, encetaram mesmo as pradarias onde se apascentavam manadas e rebanhos preciosos para a sua indústria nascente. Da mesma forma, a Toscana, depois de duplicar a sua área cultivável pelo enxugo de vales pantanosos que tinham desafiado Etruscos e Romanos, despojou as colinas do revestimento arborizado que impedia a erosão.

É portanto desde a Baixa Idade Média que a Itália a norte do Tibre e a Bélgica com os seus arredores se destacam no mapa da Europa como as regiões mais povoadas. Mas o seu desenvolvimento e riqueza explicam-se menos pelo progresso da agricultura medieval do que pelos do comércio e do artesanato.

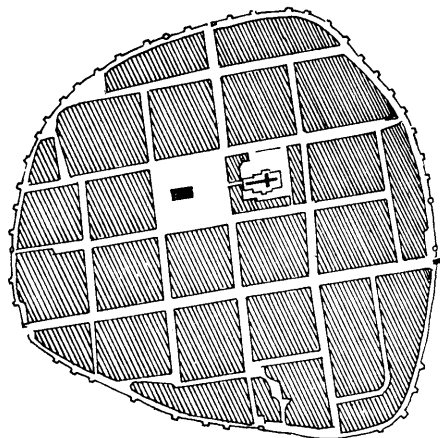


Fig. 25 — *Planta de Soldin (Marca de Brandenburg, Alemanha), cidade criada entre 1262 e 1280. Comparar com a de Mirande, supra (P. Lavedan, obra cit.)*

5. O INÍCIO DA REVOLUÇÃO COMERCIAL

Embora o comércio nunca tenha ocupado directamente mais do que uma pequena minoria da população europeia medieval, o seu prodigioso desenvolvimento durante a Baixa Idade Média teve consequências mais revolucionárias ainda do que as conquistas da agricultura. A mudança incidiu sobretudo na qualidade, e não tanto na quantidade.

Se é verdade que no princípio do século X a Europa católica não estava com certeza desprovida de mercadores, dirigia-se no entanto a eles

muito mais para prover às suas extravagâncias e às suas necessidades de excepção, do que para organizar compras quotidianas. É facto que o comércio tanto trazia especiarias para a mesa sumptuosa do arcebispo como sal para a sacola pobre do pastor. Mas mesa e sacola quase nunca provinham de uma loja e raramente de uma banca de mercado, porque cada qual se esforçava por bastar às necessidades pelo próprio trabalho ou o dos seus dependentes. Entre os séculos x e xiv, porém, o comércio passou progressivamente da periferia para o próprio centro da vida ordinária; tornou-se o principal motor do progresso económico e acabou por exercer sobre a Europa medieval influência quase tão decisiva como a da revolução industrial sobre o mundo contemporâneo.

É por isso com toda a razão que se pode falar, por analogia, de uma «revolução comercial» na Baixa Idade Média. Semelhantemente, conviria adoptar o neologismo «comercialização» para designar a metamorfose lenta, mas radical, que foi o paralelo comercial da «industrialização» moderna.

Aparecimento do mercador-fidalgo

A revolução comercial esteve intimamente ligada com o surto das cidades, às quais consagraremos adiante um capítulo. Limitemo-nos aqui a analisar os sucessos iniciais, aqueles que permitiram aos mercadores europeus apoderar-se das rédeas da vida urbana: fenómeno sem precedentes na história da Europa antiga, sem paralelo na história medieval dos outros continentes. É preciso todavia notar que os ganhos morais dos mercadores foram geralmente mais lentos e limitados do que os lucros materiais. A sua riqueza era bem menos considerada do que a dos proprietários de terras: o cheiro do arenque no barril parecia dissipar-se com mais dificuldade do que o da esturmeira em redor do castelo. A tal ponto que vários mercadores, obcecados pelo seu próprio sentimento de inferioridade em relação a velhas famílias de origem camponesa, tentaram ultrapassá-lo comprando terras.

Para mais, os haveres dos mercadores excluíam-nos da protecção teórica que a religião concedia aos humildes e aos pobres contra os grandes da terra. Assim, no século x, Rathier de Liège, o irascível bispo de Verona, não duvidava um momento de que o mercador fosse «um escravo do vício... um amante do dinheiro». Mesmo Elfrico, o evangélico abade de Eynsham, embora reconhecendo sem dificuldade que o mercador tinha todo o direito de tirar lucro da sua actividade («útil ao rei, aos magistrados, aos ricos e ao povo inteiro»), concedia a palma, entre as ocupações seculares, à «agricultura, porque nos alimenta a todos». Estas atitudes atenuaram-se a pouco e pouco, mas persistiram até ao fim da Idade Média e mesmo muito para lá. Os eclesiásticos censuraram sempre aos comerciantes a usura e o regatear; os grandes senhores, a baixa das origens, ou, pelo contrário, a presunção. Os mercadores vingaram-se como puderam, achincalhando o nobre de estúpido ou de mesquinho e o eclesiástico de ignorante ou de hipócrita. Só num pequeno número de cidades é que o seu triunfo foi total.

Não obstante, a entrada dos mercadores na sociedade dos homens plenamente honrados, seja pela porta grande seja pela das traseiras, foi para a Europa católica um facto novo, pesado de consequências. Os comerciantes escapavam por fim ao círculo vicioso que descrevemos no primeiro capítulo desta obra: para eles, não há capitais suficientes visto serem desprezados, e são desprezados por não disporem de capitais suficientes.

Neste círculo vicioso, tinham-se perdido as brilhantes ocasiões oferecidas pelo génio grego e pela paz romana. É verdade que a sociedade islâmica testemunhou desde o início uma certa simpatia pelos mercadores, a simpatia do nómada pelo viajante. Mas foi o Ocidente que levou mais longe a reabilitação. Ora, esta mudança produziu-se no meio de circunstâncias muito desfavoráveis, numa Europa originariamente mais rude, mais pobre e mais devastada do que a antiga comunidade greco-romana ou do que as comunidades orientais do século x: e eis o que requer explicações.

Como no caso da agricultura, encontraremos sobretudo explicações numa série de *handicaps*, a pouco e pouco transformados em vantagens. O desaparecimento dos seus elementos mais humildes, se reduziu a classe mercadora, aliviou-a também. Doravante, os seus representantes mais conhecidos deixavam de ser os lojistas ou os pequenos comerciantes, para serem os especialistas do grande comércio internacional, fornecedores da corte como Abraão de Saragoça, protegido de Luís o Piedoso, ou como o «opulento» Liutfred de Mogúncia, embaixador de Otão I em Constantinopla. A decadência das cidades privou os mercadores do seu lugar normal na camada inferior da sociedade urbana, mas ofereceu-lhes a possibilidade de regressarem a ela em condições mais favoráveis, na qualidade de estrangeiros dotados de estatuto autónomo. Isolados no meio de uma sociedade agrícola, militar e feudal, adaptaram mais facilmente os seus costumes aos da nobreza: compraram terras, cingiram a espada, organizaram-se em caravanas e em associações armadas. Parte da nobreza, por seu turno, foi atraída pelo comércio porque era doravante uma aventura, uma ocasião de combater. O aparecimento do fidalgo mercador preparou a vinda do mercador fidalgo.

Na Itália: recomeço do comércio marítimo

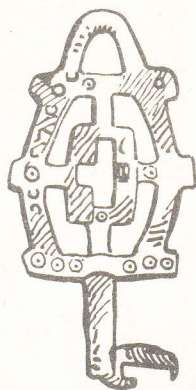
Não podemos seguir esta metamorfose em cada país da Europa. Os documentos só relativamente à Itália são assás numerosos. Mas por fortuna a Itália revela-se, sob este aspecto, o país que mais nos interessa. Com efeito, desempenhou no início da revolução comercial da Baixa Idade Média um papel tão dominante como a Inglaterra nos primeiros dias da revolução industrial moderna. Conservou aliás essa superioridade comercial durante pelo menos quatro séculos, enquanto a Inglaterra moderna só iria manter

o seu avanço sobre as outras nações industriais durante uma centena de anos. ⁽¹⁾

Veneza, Amalfi, Nápoles e os outros portos italo-bizantinos que a invasão lombarda separara dos respectivos interiores agrícolas foram os berços do negócio da nova burguesia. Os habitantes, com efeito, viram-se forçados a buscar no comércio os recursos que os restos das suas propriedades já não podiam fornecer-lhes. A pouco e pouco, bordejando entre o Império Bizantino (seu senhor e fornecedor), o reino lombardo e franco da Itália (seu vizinho e cliente), e, um pouco mais tarde, os encraves muçulmanos em território italiano, foram-se tornando politicamente independentes. Ao mesmo tempo, asseguraram-se, entre esses três blocos rivais, o papel de intermediários. Sem dúvida que não eram os únicos: vimos que os Judeus exerciam esta mesma função. Mas os Italo-Bizantinos tinham outros trunfos: cristãos, não encontravam obstáculos de ordem religiosa, a não ser em território muçulmano, onde esses obstáculos eram menos graves do que algures; senhores de sua casa, puseram a força militar ao serviço dos interesses privados.

Como cada um era quase sempre combatente e comerciante, as distinções de classe fundaram-se bem cedo na riqueza mais do que no nascimento. Já em 829, propriedades fundiárias e dinheiro líquido colocado no comércio marítimo são mencionados lado a lado no testamento de Justiniano Partecipazio, doge de Veneza. No princípio do século XI, um escritor lombardo anotará o facto espantoso de os Venezianos «não lavrarem, não semearem, não vindimarem», e por consequência, deverem abastecer-se de cereais e de vinho em Pavia. Em troca, trazem para aí produtos orientais

(1) R. Lopez coloca-se aqui numa posição metodológica e faz uma afirmação histórica que não podem passar, nem uma nem outra, sem embargos. Posição metodológica: em dada época basta, ou pelo menos é o mais importante e até decisivo, conhecer a fundo a economia dominante. Equivaleria a dizer que, para o nosso tempo, o que importa é o estudo da economia norte-americana, desprezando a economia chinesa ou as economias do Terceiro Mundo. Não parece, todavia, que seja possível apreender o próprio mecanismo de uma economia dominante, mesmo quando entendida a expressão no sentido próprio (o que foi lançado por F. Perroux) de economia a que estão subordinadas por laços específicos outras economias, sem desfibrar estas outras, pois é a relação de dominação que a define. Além disso, por várias vezes na história as grandes transformações foram obra de economias até aí atrasadas e que enveredaram por caminhos diferentes daqueles a que as economias então adiantadas deviam a sua fortuna. Assim, os descobrimentos, com a correlativa formação do mercado mundial, devem-se aos Portugueses, a Revolução Industrial deu-se, não na Holanda, mas em Inglaterra. A própria desigualdade, o próprio desequilíbrio ou desnível de situações e as diferenças estruturais em dado momento histórico é que estão na base da dinâmica de transformação das estruturas. Quanto à afirmação histórica, da dominância da economia italiana durante quatro séculos sobre o conjunto das economias europeias, esquece, por um lado, a Flandres e o seu desenvolvimento industrial, não as situa, por outro, face ao Islame, e por último, mas não é o aspecto de menor importância, erra porquanto os Italianos não dominam, como Lopez supõe, as restantes economias, embora se infiltrem em muitas delas. (V. M. G.)





e a sua única colheita: o sal das lagunas. Veneza revelava-se, portanto, o primeiro Estado a viver exclusivamente do comércio. Atenas fora mais rica outrora, mas boa parte dos seus cidadãos eram agricultores.

O caso de Veneza é, evidentemente, excepcional, porque no século XI continuava a semear-se e até a lavar-se no interior das cidades mais avançadas (nas cidades mais atrasadas continuou a proceder-se assim até ao fim da Idade Média). As actividades comerciais, todavia, davam o tom à vida económica e social, não somente nos portos italo-bizantinos, mas também em dois portos lombardos, Pisa e Génova. Pisanos e Genoveses haviam descoberto a sua vocação no decorrer do século X, depois de as algaras muçulmanas terem devastado os campos e os forçarem a equipar para a guerra os barcos de pesca e de cabotagem. Passando à contra-ofensiva, amontoaram capitais pela pilhagem; desembarcando nas praias estrangeiras, aprenderam o que se poderia exportar para aí; vencendo, pediram privilégios aos antigos inimigos para fazer frutificar capitais e experiência no comércio. Nobres e vilãos tinham partilhado os perigos da aventura. Prosseguiram conjuntamente na exploração dos primeiros sucessos e conjuntamente organizaram o governo autónomo das suas cidades.

O surto conquista o interior

O desenvolvimento das cidades no interior do reino da Itália (ao norte de Roma, porque as do Sul não foram da mesma extensão) mostrou-se mais lento, mas decisivo. Este surto transformou em «revolução comercial» de todo um país a simples «comercialização» da costa, fenómeno de superfície que se produzira já em torno do Mediterrâneo no período greco-romano e reaparecia no século X na fachada marítima da Europa. A Itália, tem-se dito, representa uma ponte natural entre a Europa e o Levante. Assim é, mas tal vocação não fora explorada no período greco-romano. No século X, a semente começou a frutificar porque o terreno estava preparado para a receber.

Por um lado, as cidades do interior tinham conservado uma certa vitalidade, mesmo durante a era bárbara. Pequena nobreza e alta burguesia viviam aí com frequência lado a lado, sentados nos mesmos tribunais, aliavam-se às vezes por casamento. A circulação do dinheiro e das mercadorias, a cultura dos leigos, o emprego dos contratos comerciais e de algumas técnicas novas mostravam-se nelas mais divulgados do que algures. Por outro lado, a Itália não tinha muitas terras disponíveis para fazer face à grande expansão demográfica da Baixa Idade Média. Nunca se despovoara no mesmo grau que as outras regiões; o mar e os Alpes separavam-na das regiões limítrofes para onde uma emigração maciça teria sido possível. Eis a razão por que o urbanismo, tendência geral da Europa a partir do século X, se

10 — Santo Ambrósio alimentado por abelhas. Baixo relevo de um altar de ouro batido, basílica de S.^{to} Ambrósio, em Milão, século IX; — escravos e mercador de escravos, apresentados por S.^{to} Adalberto ao rei Boleslav «o Valente»; pormenor da porta de bronze da catedral de Gniezno (Polónia), século XII.

RECONSTRUÇÃO DE BAIXO A CIMA

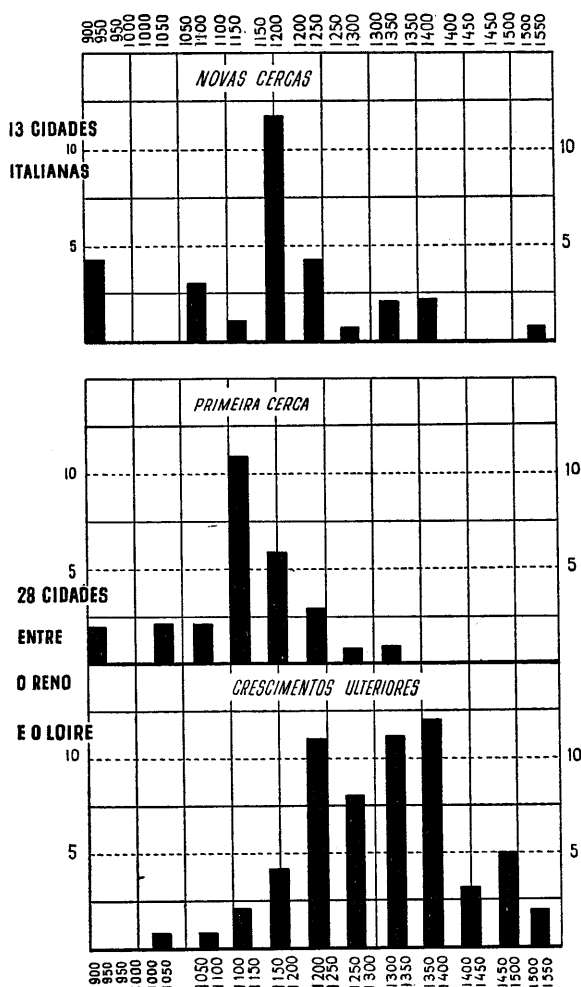


Fig. 26 — Expansão urbana a partir do século X: extensão de 13 cidades italianas e de 28 cidades do Norte, de 900 a 1550 (segundo Harry Miskimin). Treze cidades italianas: Bolonha, Bréscia, Florença, Lucca, Mântua, Parma, Pavia, Placência, Pisa, Pistoia, Siena, Génova, Milão.

Vinte e oito cidades do Norte: Colónia, Namur, Liège, Tournai, Bruges, Gand, Douai, Ypres, Basileia, Trier, Utrecht, Metz, Strassburg, Aachen, Bruxelas, Lovaina, Antuérpia, Malines, Amiens, Paris, Rouen, Troyes, Étampes, Le Mans, Orléans, Middelburg, Nijmegen, Maastricht.

manifestou aí com uma intensidade particular (fig. 26). Fez-se notar que nos séculos XII e XIII dois terços dos habitantes de certas cidades italianas usavam nomes de família traindo origem camponesa. Não tendo escoadouro no campo, a pequena nobreza voltou-se sem pejo para o comércio e para as profissões urbanas.

Portanto, a partir do século X, as cidades italianas atingem proporções desconhecidas ou excepcionais nos outros países da Europa, ainda que muito inferiores às dos grandes centros urbanos do Oriente. Enquanto as muralhas de Constantinopla encerram uma área de 1 420 ha (de que só uma parte, é verdade, corresponde a construções), Paris mede 8 ha e Tournai 12. Entre estes extremos, Milão começa a ultrapassar a cerca que lhe bastara quando era a capital do Império do Ocidente e que compreendia 113 ha. O terreno, muito mais caro do que no campo, aumenta rapidamente de preço; a cidade possui já ruas pavimentadas, banhos públicos, um hospício para as crianças abandonadas... Talvez haja um grão de verdade na lenda segundo a qual um magarefe da época teria recusado um título de nobreza, a fim de não ter de prestar homenagem a ninguém. Desde 1035, os nobres milaneses põem-se à testa das milícias burguesas contra o arcebispo e contra o imperador, para conquistar à viva força a autonomia da cidade.

Ao mesmo tempo, a colonização comercial substitui a colonização agrícola. E são ainda as cidades italo-bizantinas que vão à frente: em 996, a damos crédito a um cronista oriental, mais de cem Amalfitanos são vítimas de um assalto no Velho Cairo. Isso não impede Amalfi e Veneza de estabelecerem feitorias permanentes no Levante antes de findo o século XI. Os Italianos do interior põem-se em marcha mais tarde e por pequenos grupos, mas os seus negócios são bastante importantes para decidirem o papa Gregório VII, em 1076, a pedir ao rei de França a restituição das «sommas infinitas» extorquidas aos mercadores italianos que visitavam as suas feiras.

O surto nos outros países

Os progressos da burguesia mercantil dos outros países europeus foram mais modestos e circunscritos, mas deles se encontram numerosos traços entre os meados do século X e os do XI: as lojas multiplicam-se nas cidades castelhanas; os usurários tornam-se poderosos em Arras; os «negociantes» de Magdeburg obtêm privilégios imperiais; feiras e expedições comerciais são organizadas por soberanos escandinavos; multidões urbanas reclamam a autonomia em Cambrai e em Mans... Testemunhas imparciais, os viajantes árabes sublinham a importância comercial de Praga e observam, de passagem, que «a Inglaterra é o mercado dos Romanos e dos Hispanos.» Por sua vez, um texto legal anglo-saxão de começos do século XI, afirma: «Se um mercador prosperou bastante para viajar três vezes no alto mar pelos seus próprios meios, ei-lo habilitado a gozar dos privilégios de *thegn*.» [categoria entre a nobreza de linhagem e os simples livres].

Contudo, não era amalgamando-se com a velha nobreza que a burguesia mercantil se devia afirmar, nos séculos XII e XIII, mas pelo contrário opondo-se a ela para formar um novo grupo privilegiado e autónomo. Porque a cidade da Baixa Idade Média é filha do particularismo, como o castelo e como o feudo. Ao invés da cidade greco-romana, aberta aos grandes proprietários e dominada por eles, a cidade medieval é a inimiga mortal da grande nobreza e nem sequer compreende, na sua jurisdição, os eclesiásticos que vivem no interior das muralhas. Aqueles que, entre a pequena nobreza, se tinham aliado aos mercadores, acabaram por ser absorvidos por eles.

Foi na qualidade de burgueses e de comerciantes que os cidadãos inscreveram, no livro de ouro da história política, literária e artística da Europa, as vitórias que de que falaremos nos capítulos seguintes. Porque a revolução comercial da Baixa Idade Média não foi somente uma epopeia anónima, ao nível do solo, como o fora a colonização agrícola. Não se limitou a aumentar o volume dos negócios e a melhorar-lhes os métodos, nem mesmo a dobrar agricultores e artífices aos desígnios dos mercadores. Na ordem fechada da Idade Média, abriu a porta a infinitas possibilidades.

6. AS NOVAS TÉCNICAS

Apesar do que dizem os romances históricos, a Idade Média não demonstrou repugnância em modificar rotinas e foi até muito fértil em matéria de invenções. Mesmo os Bárbaros trouxeram consigo um bom número de

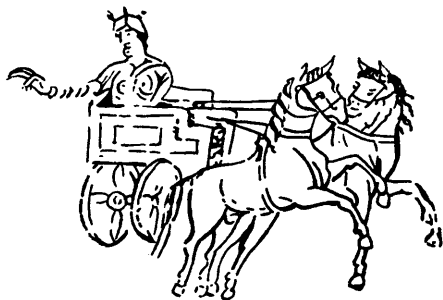


Fig. 27 — Atrelagem «antiga», século IX. Bibliothèque Nationale, Paris, Ms. lat. 8318



Fig. 28 — Atrelagem «moderna», primeira metade do século X. Bibliothèque Nationale, Paris, Ms. lat. 8085

pequenas descobertas práticas, que foram do botão à cerveja e de certos tipos de sabão a certos gêneros de espadas. Não há dúvida de que a miséria material e moral da Alta Idade Média exerceu um efeito deprimente sobre a produção industrial; mas, indirectamente, preparou o terreno para uma reconstrução sobre bases melhores do que as da Antiguidade.

Pobreza demografica: fonte de investigações práticas

Vimos, no capítulo II, como os grandes rebanhos de escravos, a quem os Antigos confiavam as tarefas mais pesadas, se transformaram em grupos muito menos numerosos de servos. O fenómeno não foi exclusivamente europeu, mas a Europa católica conheceu-o sob a forma mais intensa porque a decadência demográfica se mostrou nela muito profunda. Para mais, Muçulmanos e Bizantinos foram lá buscar, pela guerra ou

pelo comércio, novos escravos que a sua economia, mais rica, não podia dispensar. Quando, no século X, a Europa, plena de seiva, teve por sua vez necessidade de acelerar a produção, o seu *stock* de escravos estava quase inteiramente esgotado. Foi preciso procurar meios de economizar a mão-de-obra, utilizando melhor os animais e as máquinas.

É verdade que esta necessidade se tornou menos premente quando o surto demográfico veio preencher de novo as fileiras dos trabalhadores. Mas enquanto o conjunto da economia progredisse, inevitavelmente cada inovação iria arrastar outras; toda a aceleração num sector cria uma dis-cronia em relação aos outros sectores cujo atraso tem de ser corrigido por outras acelerações.

A lista dos novos processos e utensílios adoptados pela Europa, durante a Baixa Idade Média, encheria várias páginas. Limitemo-nos a alguns exemplos precedidos de uma nota de conjunto: todas as inovações — ou quase todas — foram antes o produto do engenho manual e mental do que a aplicação consciente de princípios científicos (*figs. 27 e 28*). Daí as suas virtudes, e também as suas limitações. Perfeitamente adaptadas a necessidades específicas, não abriram os horizontes mais vastos onde só o pensamento puro é capaz de caminhar.

Na Idade Média, nenhuma ciência aplicada liga a ciência pura à técnica; filósofos e engenheiros ignoram-se mutuamente. Esta falta de colaboração, cujos efeitos veremos mais longe no ensino e na cultura, impediu a Baixa Idade Média de quebrar o outro círculo vicioso da economia greco-romana, que indicámos no capítulo I: os trabalhadores manuais eram pobres porque estavam mal providos de animais e de máquinas, e estavam mal providos delas porque eram pobres. Contudo, seria injusto censurar à revolução comercial não ter resolvido um problema que sucessivamente revolução industrial, liberalismo e socialismo iriam atacar sem o conseguirem eliminar por completo. Será antes para admirar que tenha dado tantos passos em frente.

Técnicas agrícolas

No que respeita à agricultura, a Baixa Idade Média alcançou os êxitos de base na utilização dos animais. Pouco importa que grande parte das modificações não representem contribuições originais da Europa católica, mas sim adaptações felizes daquilo que a Antiguidade Clássica, os nómadas da Ásia ou as grandes civilizações do Oriente tinham já descoberto sem o explorar a fundo. Melhor alimentação e hibridações judiciosas resultaram em cavalos mais robustos, mulas menos dispendiosas, ovelhas de mais lã, vacas mais produtivas. A substituição da madeira pelo ferro e o aperfeiçoamento dos modelos criaram charruas mais potentes, às quais se juntaram grades, enxadas e gadanhas mais sólidas. Atrelagem em fila, coleira de espáduas rígidas para o cavalo, ferragem dos cascos, carroças mais racionais operaram, no sistema dos transportes, a maior metamorfose que sofreu entre a idade dos carros babilónicos e a era do vapor.

Ao mesmo tempo, o número dos animais utilizados aumentou. Para lhes reservar pastagens bastante vastas sem que diminuíssem as colheitas, era necessário aumentar o rendimento dos terrenos cultivados. Alcançou-se

esse fim, em parte por meios já familiares à agricultura clássica — adubos, irrigação, amanhos repetidos — e pela aclimação de diversas variedades de legumes e de cereais de alto valor alimentar.

Mais lenta, mas mais revolucionária, foi a transformação dos ciclos de cultura. Não somente o método primitivo das culturas itinerantes desapareceu quase por toda a parte, mas houve o esforço de substituir o afolhamento bienal por uma rotação trienal: seara de Primavera, seara de Outono, pou-

sio. Os primeiros informes sobre este ciclo acelerado, que extraía uma colheita do mesmo terreno cada dois anos em três, provêm-nos da Gália Setentrional, no século ix. O clima pluvioso do Norte, o seu solo mais espesso e pesado, e também a ausência de uma forte tradição que se lhe opusesse, facilitaram a difusão do afolhamento trienal, da charrua de ferro e da tracção pelo cavalo na Europa Setentrional.

O Sul, no seu conjunto, permaneceu fiel ao afolhamento bienal, ao arado de madeira e à tracção pelo boi. Nesta oposição, que lentamente se foi acentuando à medida que as inovações se divulgavam, quis-se ver uma das razões principais da deslocação gradual, para norte, do centro de gravidade material e moral da Europa no decurso da Baixa Idade Média: hipótese unilateral e exagerada, mas que nem por isso deixa de conter uma parcela de verdade.

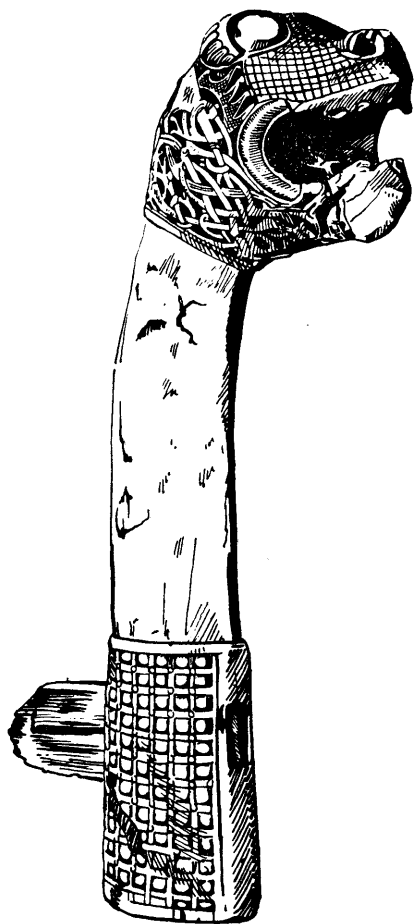


Fig. 29 — *Arte Viking: cabeça de animal fantástico, esculpida em madeira, ornamento de um trenó encontrado no barco de Oseberg, Noruega (fig. 30)*

Técnicas navais

Outras hipóteses engenhosas, mas igualmente unilaterais, explicam a alternância dos povos atlânticos e mediterrâneos na vanguarda do comércio e da navegação consoante os tipos de barcos de que se serviram — bosquejo explicativo, por força simplificado em excesso.

Já no século x, o equipamento dos dois povos ocidentais que detêm a preeminência marítima — Escandinavos e Italianos — leva a marca de duas tradições radicalmente diferentes. Os carpinteiros escandinavos partiam de um protótipo pré-histórico, utilizado por grande número de nações bárbaras (nelas compreendidos os eslavos balcânicos que o empregaram no Mediterrâneo): o «monóxilo», ou tronco de árvore cavado. Na sua forma mais simples, este barco prestava-se a passar do mar para os rios menos profundos e ao transporte a braços em caso de necessidade. Qualidades preciosas numa época em que, na falta de boas estradas, se exploravam ao máximo as vias fluviais. Realçado

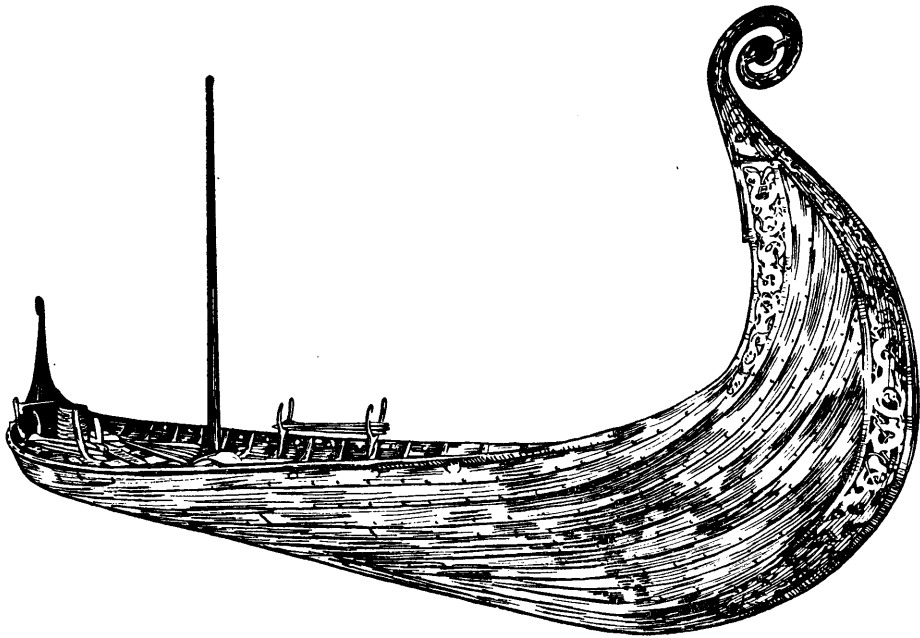


Fig. 30 — Barco Viking, do século IX, encontrado em Oseberg (Noruega)

por pranchas, o barco escandinavo tornava-se mais espaçoso sem perder a agilidade da manobra, graças ao ângulo agudo formado pelas tábuas sobrepostas ao tronco (o qual desempenhava então o papel de quilha). Mas não era possível aumentá-lo muito sem o enfraquecer; adaptava-se assim melhor aos produtos de qualidade das primeiras épocas do comércio do que aos transportes mais volumosos das fases tardias da revolução comercial. Apesar da sua ousadia — não hesitavam em enfrentar o oceano nestas frágeis embarcações, desprovidas de qualquer instrumento de navegação — os Escandinavos perderam depressa o avanço que as primeiras gestas lhes tinham dado (figs. 29 e 30).

Em contra-partida, os carpinteiros italianos construíam no quadro da tradição greco-romana, modificada na escola de Bizâncio. Essa tradição exigia barcos maiores e mais complexos, mas geralmente mais lentos. Todavia, as trirremes e certos colossos de pontes sobrepostas, cujas pontes inferiores tinham falta de ar e de luz, desapareceram ao mesmo tempo que a escravatura. Deixaria de haver «galerianos» até ao século xiv,

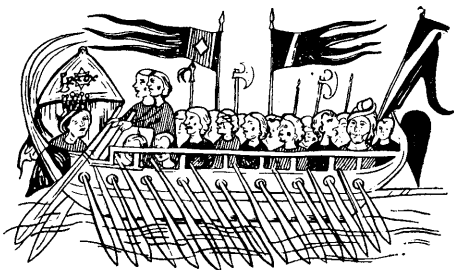


Fig. 31 — *Galé mediterrânea do século XII.* (segundo uma miniatura de Pietro da Eboli, Liber ad honorem Augusti, Stadt- und Universitätsbibliothek Bern, Cod. 120, fl. 119)

dada não lhe teria permitido (*extra-texto* 24). Por fim, a adopção posterior de astrolábios aperfeiçoados (século XI), e depois, da bússola (século XII), consolidou a superioridade dos Italianos e dos outros povos mediterrâneos sobre os povos atlânticos, mais lentos em modificarem a rotina (*fig. 33*).

Contudo, a última palavra não fora dita. Melhorando a pouco e pouco os seus modelos, os povos atlânticos — Hanseáticos, Holandeses, Ingleses, Portugueses — conseguiram por fim extrair deles todas as vantagens que a sua estrutura peculiar autorizava. O ocaso da Idade Média iria ver o triunfo das cocas nórdicas e das caravelas portuguesas, as primeiras a serem munidas de leme central que, fixado a codaste da quilha, substituiu vantajosamente, segundo se diz, os lemes laterais da marinha mediterrânea (*figs. 32 e 56*). ⁽¹⁾

(1) Não existe qualquer prova documental de que antes de meados do século XV se empregassem astrolábios a bordo. O único caso algum tempo controverso foi o dos documentos catalães (para Itália o silêncio é absoluto); mas veio-se a ver que a palavra «astrolábio» tinha então sentido muito mais lato, e designava, sendo precisamente esta a interpretação no processo em julgamento, também a roda das horas da noite. Se por excepção apareceu um autêntico astrolábio a bordo de navios mediterrâneos no ocaso da Idade Média, destinava-se a tirar horóscopos para a astrologia, em relação com certas ceri-

mas a «galera» de ponte única fez a sua aparição no século X (*fig. 31*). Só utilizava remadores livres. Muito comprida, munida de um esporão que lembrava o espadão cujo nome tinha (*galaiá*), foi a unidade mais rápida da frota bizantina antes de os Italianos a adaptarem ao comércio.

A galé italiana era muito mais sólida do que o monóxilo e quase tão esbelta, ainda que incapaz de subir os rios pouco profundos. A amurada podia ser aumentada em altura sem inconveniente; mas utilizava mais o remo do que a vela, o que a tornava dispendiosa para o transporte de mercadorias pesadas e de pouco valor. Felizmente, a vela latina (invenção grega ou síria, apesar do nome) veio dar aos veleiros, mesmo os mais bojudos, uma facilidade de evolução que a sua quilha arredon-

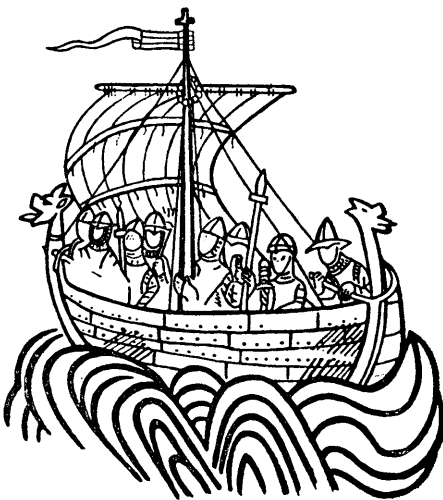


Fig. 32 — *Barco escandinavo do século XIV.* Fresco da igreja de Skamstrun (Dinamarca), de cerca de 1375. National Historiske Museum Frederiksborg (Dinamarca)



Fig. 33 — *Galé Veneziana do século XV, segundo um baixo relevo do Túmulo Contarini, em Pádua (Itália)*

mónias ou decisões importantes. Quanto ao emprego da bússola na navegação, para dar todos os seus frutos implica a elaboração de roteiros — o primeiro portulano, italiano, deve datar de meio de Duzentos —, e até cartas de marear por rumos e distâncias estimadas — a primeira conhecida, a Carta Pisana, não é anterior a 1270. Não é possível reduzir a construção naval a duas tradições — a da galé e a do monóxilo. É no meio cantábrico que, no século XI ou no XII, se cria a coca biscainha, tipo de navio nitidamente oceânico e que se vai impor no meio mediterrâneo. O leme de charneira teria sido também criado nesse ambiente de pescadores e marujos do alto mar? A hipótese, que nada tem de inverosímil, seduz e explicaria muita coisa. Seja como for, surge assim uma tradição de construção naval atlântica em que nenhuma influência exerceram os Italianos (estes apenas vieram ensinar, ao Ocidente da Península Ibérica, a arte da guerra naval com galés). A segunda grande etapa (de menor importância aliás que aquela outra) será a criação da caravela nos meios náuticos portugueses, por alturas de 1440. Depois é que as melhorias virão «pouco a pouco» e não por surtos, como nessas etapas. E a ordem por que haveria que enumerar os povos atlânticos é: Biscainhos, Hanseáticos, Portugueses, Holandeses, Ingleses. Sobre os principais pontos focados nesta nota permitimo-nos remeter para a nossa *mise-au-point* «Navegação oceânica e origens da náutica astronómica», em apêndice a Duarte Leite, *História dos Descobrimentos*, vol. II, Lisboa, 1962, pp. 455-511. (V. M. G.)

Lento e obscuro caminhar das invenções

Uma vez mais, como no quadro que traçámos da expansão agrícola, tivemos de nos antecipar na narrativa, para salientar as linhas gerais de um desenvolvimento que durará pelo menos quatro séculos e cujas etapas não foram marcadas por qualquer acontecimento sensacional. O progresso técnico da Idade Média, como dissemos, não consistiu numa série de descobertas datadas, feitas por sábios, anunciadas em livros, recomendadas por ordenações oficiais, mas numa cintilação de pequenos achados sem brilho. Propagaram-se como um fogo de mato, e só foram reveladas por testemunhos acidentais, geralmente muito em atraso.

Aliás, qual será a data a reter? O momento em que uma inovação é concebida ou aquele em que ela vem à luz do dia num ambiente de vanguarda? Aquele em que os seus princípios fundamentais são geralmente aceites? Aquele em que todas as suas aplicações acabam por ser encontradas e adoptadas? Há muitas vezes séculos e continentes entre um e outro desses momentos. O bicho-da-seda, primeira contribuição directa da China para o apetrechamento industrial da Europa, foi importado no Império Bizantino por monges-espiões no tempo de Justiniano, apareceu na Itália Setentrional no século x, e aí se generalizou na época do Renascimento; mas só passou os Alpes na Idade Moderna. O papel, outro contributo chinês, foi importado nas províncias orientais do Califado, no século viii, por prisioneiros de guerra, mas a Espanha muçulmana não parece ter tido manufacturas de papel anteriormente ao século xii, pouco tempo antes da Itália.

Ao lado das raras inovações cujas origens, itinerário e resultados nos são relativamente bem conhecidos, quantas outras de que nada ou quase nada sabemos! Lembremos o exemplo do tear de pedal, tão simples, mas tão eficaz para o desenvolvimento da única indústria medieval, que, sem atingir os números a que a revolução industrial nos habituou, merece todavia a qualificação de grande indústria. Quando foi inventado e por quem? Por um marceneiro, talvez. A aplicação de um pedal ao tear manual era, *avant la lettre*, um ovo de Colombo em que os Antigos não tinham pensado, provavelmente porque o tempo e a fadiga dos tecelões nenhum valor assumiam para eles. Mas de repente, no século xii, o novo tear é assinalado em locais tão afastados um do outro como a Flandres e o Império Bizantino... Por seu turno a aceleração do ritmo da tecelagem levou a acelerar a produção de fio. Esta foi tornada possível por outra invenção que se deu aproximadamente pela mesma altura da do tear de pedal: a roda de fiar. Assim, o progresso da indústria de lanifícios na Idade Média assemelha-se, embora em menor escala, ao da indústria algodoeira nas primeiras fases da Revolução Industrial, quando os aperfeiçoamentos nos teares são acompanhados por aperfeiçoamentos da fição.

Um exemplo: o moinho de água

Estamos um pouco melhor informados sobre as vicissitudes do moinho de água, invenção helenística que os Antigos não exploraram a fundo. Com efeito, para que fosse proveitosa a instalação de um moinho deste género, era preciso, por um lado, que o custo dos escravos ou dos animais empregados a girar as mós se elevasse e, por outro lado, que o proprietário de um moinho de água pudesse contar com um abastecimento em cereais abundante e contínuo. Estas duas condições acham-se reunidas no Ocidente logo que os escravos se tornam servos e que a maior parte dos homens livres são do mesmo modo constrangidos a enviar o seu trigo ao moinho do senhor. Desde 1086 que se recensiam em Inglaterra cerca de 5 000 moinhos, quase todos de água, ou seja 1 para 400 habitantes. Depois do fogo, domado e captado na Idade da Pedra, a água tornou-se a segunda grande fonte natural de energia canalizada para as necessidades industriais das massas (*fig. 34*).

A medida que a «comercialização» estimula os diferentes ramos da indústria, o princípio do moinho de água encontra novas aplicações. Desde antes do século XIV que ele intervém no apisoamento dos panos, na trituração dos ingredientes de tinturaria e de curtimento; acciona o martelo e os foles da forja, as serrarias mecânicas e as torcedoras de seda.

Ter-se-ia podido empregar a energia hidráulica para mecanizar os teares e imprimir assim à única grande indústria da Idade Média aceleração comparável à que o vapor viria trazer à indústria do século XIX? Talvez. Mas, mesmo depois do desaparecimento da escravatura, o tempo e a fadiga de um tecelão não valiam, nos cálculos dos mercadores que controlavam a indústria, mais do que a compra de um simples tear de pedal. E assim a revolução comercial deteve-se no limiar da revolução industrial.

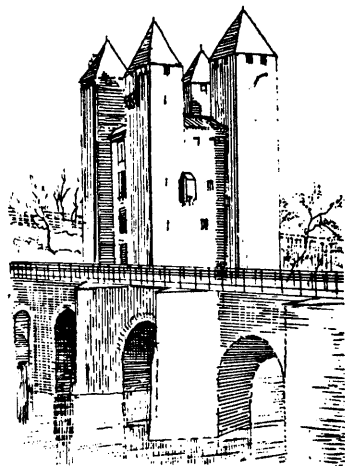


Fig. 34—Moinho fortificado de Barbaste (Lot-et-Garonne, França), século XIV

7. INICIATIVAS E ASSOCIAÇÕES PRIVADAS

As máquinas não merecem o desprezo que, mesmo em nossos dias, lhes votam certos intelectuais: não são elas criações da inteligência humana exactamente como as obras de arte? Todavia, é preciso também não lhes exagerar a importância. Nenhuma máquina pode, por si só, representar o ponto de partida para uma revolução económica: é antes, segundo cremos, a revolução que traz à luz a máquina ou lhe confere utilidade. O instrumento só vale pela mão que o emprega, pelo cérebro que o dirige.

Ora, se nos voltarmos para o lado da utensilagem mental e das iniciativas, aumenta em nós a impressão de que o século x e os anos que se lhe imediatamente seguiram marcam uma nova aurora. Dealba uma reacção colectiva, reacção contra essa inércia do espírito e da vontade que, durante cinco ou seis séculos, condenara o conjunto da Europa à ignorância e à miséria, ao isolamento e à servidão. Não que a inércia tivesse sido total, mesmo nos séculos mais obscuros. Homens de talento isolados, às vezes pequenos grupos reunidos numa comunidade eclesiástica ou congregados por um soberano inteligente, tinham irradiado luzes mais ou menos brilhantes. Contudo, para imprimir movimento a uma civilização e para a orientar em direcção nova, era necessária a cumplicidade do meio, um combustível pronto a atear-se com a faísca.

Aspectos originais da iniciativa europeia

A partir do século x, a iniciativa privada regista novo surto em todos os domínios: económico, político, religioso, intelectual. O particularismo reage assim contra a fraqueza das autoridades centrais que tinham promovido o modesto renascimento cultural e o débil levantamento material do século ix. Uns, assás fortes para dispensarem ajuda, fazem como bem entendem. Outros — a grande maioria dos particulares — agrupam-se como podem, por contrato ou por juramento, segundo laços de parentesco, de vizinhança, segundo a comunidade das aspirações e dos interesses. É assim que entre os séculos x e xii se desenham, ao mesmo tempo, duas tendências aparentemente opostas: por um lado, o individualismo anárquico; pelo outro, as fraternidades e as associações privadas voluntárias.

Individualismo, espírito de associação, ausência de freios governamentais: até ao advento dos Estados planificadores contemporâneos, eis os traços característicos e indispensáveis de todas as economias em via de expansão rápida. Durante os séculos do grande surto demográfico medie-

val, encontramos um ou outro destes traços nos Estados muçulmanos, como também nos impérios bizantino e chinês. Mas nestes impérios, a iniciativa privada sente-se enervada pelos governos que julgam seu dever estabilizar a economia. No mundo islâmico, pelo contrário, ela é enfraquecida por uma sociedade refractária à organização e à colaboração voluntárias. É somente na Europa que as três condições se acham reunidas, uma primeira vez no início da revolução comercial da Idade Média do ocidente, uma segunda nas origens da revolução industrial dos tempos modernos. E, tanto num como no outro caso, esta combinação parece ter ajudado a Europa a tomar a dianteira sobre o resto do mundo.

Os contratos comerciais

Nos contratos de comércio marítimo, o individualismo apenas concede ao espírito de associação o mínimo indispensável para reunir temporariamente os capitais e dividir assim os riscos. O acordo mais típico é certamente a *commenda*: desconhecida da Antiguidade clássica, começa a esboçar-se no Próximo-Oriente, no século VII, é mencionada pela primeira vez num documento veneziano do século X, está divulgada em todos os portos do Mediterrâneo, cristãos e muçulmanos, nos séculos XII e XIII. O contrato liga, para uma única aventura comercial — viagem de ida e volta — o capitalista e o viajante. O primeiro recebe três quartos do ganho em caso de êxito, mas fica a seu encargo toda a perda eventual. O viajante arrisca o seu trabalho para receber um quarto do ganho eventual. A partilha dos riscos e dos lucros introduz um elemento social num acordo que se vai ligar ao empréstimo puro e simples: o capitalista não corre quaisquer riscos para além do capital que adiantou, nem toma parte directa na gestão.

«Aventura» comercial, dissemos: com efeito, nos contratos mais antigos, a viagem é denominada *taxedion* (do grego: «expedição militar»), a actividade do viajante, *pro-certari* (do latim: «entrar numa luta») e a acção de adiantar os fundos, *iactare* («deitá-los» à sorte). É verdade que esta sorte, geralmente, se calcula bem. Conhecemos um caso no século XII, em que um capitalista genovês triplicou em dois anos a primeira aplicação graças a três contratos sucessivos de *commenda*, enquanto o viajante acumulava uma soma quase igual à que o capitalista lhe confiara à partida. Neste caso particular, o viajante parece ter sido um jovem, sem outra bagagem além da iniciativa e da inteligência próprias. Mas muitas vezes os papéis invertiam-se: as pessoas mais humildes confiavam o seu óbulo em *commenda* a um mercador capitalista na esperança de se associarem assim à sua fortuna. Muitas vezes também, dois mercadores alternavam nos papéis de capitalista e de viajante.

Sob forma mais rudimentar, encontram-se a partir do século XIII, no comércio do mar do Norte e do Báltico, acordos análogos à *commenda* mediterrânea. Derivação ou semelhança fortuita? É possível que a origem remonte aos acordos ainda mais informes, mencionados nas *sagas* escandinavas, e, através deles, aos costumes marítimos bizantinos do século X. A influência do direito judaico e do direito italiano pode também

invocar-se. Mas, bem vistas as coisas, parece mais razoável acreditar que as exigências paralelas do comércio marítimo sugeriram espontaneamente aos homens do Norte soluções comparáveis às que encontraram os marinheiros do Sul.

No comércio terrestre, o contrato que desempenhou papel mais importante — a sociedade fraterna ou companhia (literalmente, «partilha do pão») — baseou-se nos princípios que governavam a administração comum das heranças indivisas. Não acontecia tantas vezes que os que tinham direito à sucessão de um feudo, de um bem de raiz ou de uma renda fiscal, formassem um *consortium*, para conservar intacta a propriedade? Da mesma, forma, os parceiros de uma companhia são muitas vezes irmãos, primos ou cunhados que se põem de acordo para reunir os capitais e o trabalho durante um certo número de anos. Partilham riscos e lucros, proporcionalmente às quotas-partes (quilates) no capital social, e assumem uma responsabilidade solidária, ilimitada, para com todas as obrigações contratadas por um deles.

Esta união era tão estreita e rígida quanto a *commenda* era maleável e transitória. A companhia prestava-se melhor aos projectos de fôlego, às construções pacientes, poderosas. Mas mostrava-se mais vulnerável; o erro de um único sócio podia anular os ganhos de vários anos e arrastar os outros sócios para a ruína comum.

As associações profissionais

Ao lado dos contratos individuais e familiares (os dois exemplos dados só imperfeitamente demonstram a sua variedade e maleabilidade), é preciso mencionar as associações profissionais. Até nas cidades de vanguarda, com efeito, os grandes mercadores e os capitalistas internacionais formavam apenas a elite. A massa englobava retalhistas, tendeiros, bufarinheiros, artífices, aprendizes. Ora, os «grandes» não gostavam de se confundir com os «pequenos» nem de se submeter a uma disciplina de grupo. Quando muito, faziam frente comum quando se deslocavam ao estrangeiro, na promiscuidade segura das caravanas e dos comboios, ou nos carteis, hansas e guildes que formavam geralmente para tratar com as potências estrangeiras. De resto, desembaraçaram-se destes organismos colectivos logo que puderam transformar as cidades em potências políticas autónomas e utilizá-las para protecção dos seus interesses particulares. Pelo contrário, a guilda ou corporação persistiu geralmente como organização característica dos pequenos mercadores e foi, por excelência, a organização dos artífices.

Qual é a origem destas associações de mesteres que borbulharam de repente, no século x, em várias cidades da Europa, e se tornaram tão depressa elemento essencial da vida urbana? É provável que algumas descendessem das corporações profissionais romanas e bizantinas, controladas pelo Estado, ou das equipes obreiras servis da Alta

Idade Média. Outras talvez se ligassem às confrarias religiosas ou às guildes germânicas primitivas que não tinham carácter profissional: os seus membros reuniam-se para rezar ou antes para beber, mas também para se ajudarem mutuamente em caso de necessidade. Que houvesse ou não tradição preexistente, o facto é que as associações de mesteres se formavam por toda a parte onde existisse um núcleo de artífices desejosos de proteger os seus interesses colectivos. O fenómeno não se limitou à Europa católica: a partir do século x, na China, no mundo islâmico, em Bizâncio, viram-se florescer também corpos de mesteres, conquanto menos livres geralmente do que as corporações ocidentais.

Os objectivos das associações de mesteres têm sido muitas vezes mal compreendidos por historiadores preocupados com os problemas da sua própria época. Uns tomaram demasiado à letra os preceitos morais que embelezam os estatutos corporativos. Diga-se o que se disser, a aspiração principal dum fabricante não estaria tanto em servir Deus ou a humanidade, mas antes em vender a sua mercadoria com lucro. As medidas adoptadas para garantir a qualidade e limitar os preços respondem menos a uma preocupação de honestidade do que à necessidade de evitar surpresas desagradáveis a compradores difíceis; porque na Idade Média, mesmo no auge da revolução comercial, «o cliente» (como se diz hoje) «tem sempre razão». Por outro lado, os detractores modernos das guildes medievais fundamentam o seu raciocínio nas restrições adoptadas a partir do século xiv, numa atmosfera de depressão que engendrava desconfiança e mau-humor dos mesteres para com todo o recém-chegado. Em geral, as guildes medievais da Europa católica, *na época da juventude*, acolheram nas suas fileiras tantos novos recrutas quantos o progresso económico lhes permitia absorver. Acolheram-nos num pé de igualdade, visto que o aprendiz se destinava por seu turno a tornar-se mestre.

Para bem apreciarmos o papel das guildes, é preciso nunca esquecer que, se o mercador podia aumentar indefinidamente o volume de negócios, já o artífice era limitado pelo rendimento medíocre do trabalho manual. Este rendimento, não podia aumentá-lo, nem pela exploração de uma mão-de-obra barata que desde o desaparecimento da escravatura deixara de existir, nem pela utilização em larga escala de máquinas que se achavam ainda no estágio de embrião. Assim, até numa economia em plena expansão, o artífice se arriscava a só raramente enriquecer ou a só amontoar pequeníssimo pecúlio e a ser explorado pelo mercador capitalista. A guildes esforçou-se por protegê-lo, unificando a profissão sem suprimir a autonomia da oficina. Só em parte o conseguiu, a preço de limitações das quais várias entravavam o desenvolvimento da indústria. Mas na medida em que triunfou, veio evitar que a revolução comercial infligisse aos trabalhadores os sofrimentos que acompanharam os começos da revolução industrial.

A guildes, de resto, desempenhou por acréscimo um papel positivo. Agiu muitas vezes como um partido político, para influenciar, a favor dos seus membros, a própria cidade ou os governos estrangeiros; funcionou também como um cartel, para comprar matérias-primas ou fazer uma espécie de publicidade. Estandardizando a produção

das tendas, facilitou a difusão internacional. Seria preciso ser de Ypres para conhecer o nome dos seus tecelões, mas o «pano de Ypres», garantido pelo selo da guilda, era conhecido e procurado tanto em Novgorod como em Creta.

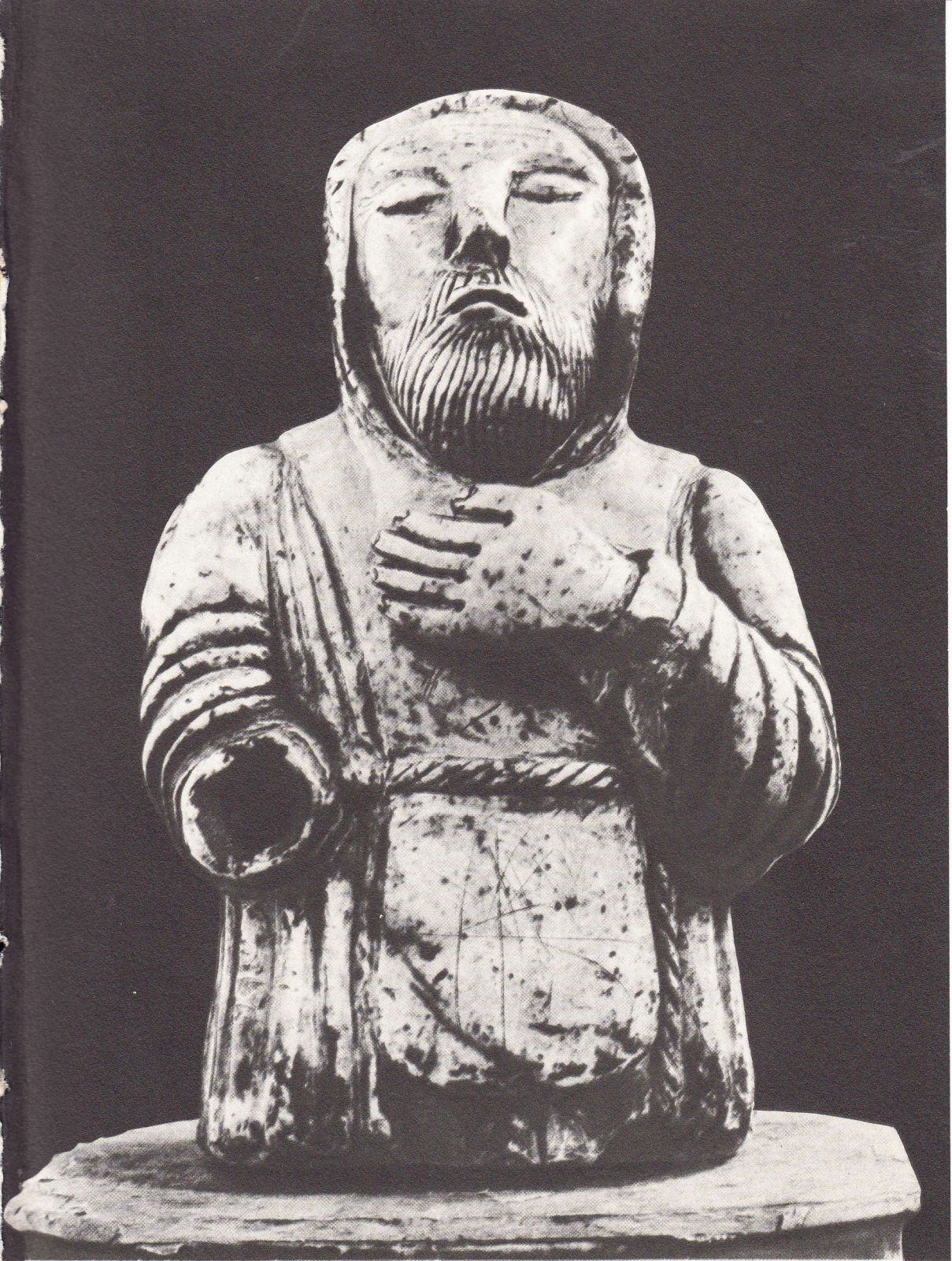
Muito embora! O sucesso dos panos de Ypres consumou a decadência daqueles que os fabricavam. De facto, a guilda não podia manter o seu controle senão num regime de *aurea mediocritas*. Mais cedo ou mais tarde, toda a indústria que se afirmava nos mercados internacionais havia de cair sob o golpe dos grandes mercadores. No caso da Bélgica, rainha da indústria medieval, eram os mercadores que compravam a lã em Inglaterra e escoavam os tecidos nas feiras de Champagne, quem decidia de facto, pelas encomendas, da prosperidade ou do desemprego dos mestres-artífices, que se mantinham pequenos-burgueses, e dos aprendizes e criados, tornados proletários.

Mesmo a descoberta sensacional, no século x, das jazidas de cobre, chumbo e prata de Rammelsberg, no centro da Alemanha, não esteve na origem de um capitalismo industrial. É verdade que uma descoberta dessa ordem provocou verdadeira «febre da prata»: a Europa estava ávida de metais para o seu desenvolvimento monetário e industrial. Outras descobertas e outras febres estabeleceram para toda a Idade Média o primado das minas e dos mineiros alemães. Mas o ouro e a prata, em si mesmos, não constituem riqueza; além disso, a expansão económica da Baixa Idade Média baseou-se sobretudo no crédito. Não foram os fabricantes de dinheiro, mas os comerciantes de dinheiro — usurários e banqueiros italianos, cahorsinos, arrasenses e judeus — que amassaram fortunas. Quanto aos mineiros, reunidos em companhias onde empresários e obreiros partilhavam, assás equitativamente, receitas modestas, contentavam-se com ganhar a vida sem serem servos de ninguém. Vida de horizontes limitados, sem dúvida, mas seguramente bem melhor do que a dos escravos e forçados que tinham assegurado a exploração das minas da Antiguidade.

Escravidão e servidão

Convirá talvez concluir o nosso breve resumo do surto de iniciativas na Baixa Idade Média com aqueles que não tinham o direito de as manifestar: os escravos. No século x, um facto linguístico — a adopção gradual do termo *sclavus* em lugar de *servus* para designar o homem sem direitos — assinala-nos o fim de um longo *processus* que vem redimir parcialmente, a nossos olhos, os inúmeros pecados da Alta Idade Média. A escravatura tornara-se finalmente condição anormal, para os naturais da Europa católica. Já não se admitia que fosse reduzido ao estado de gado um cristão de velha cepa, mas tão somente um Eslavo (*sclavus*) ou outro infiel. (É verdade que não se dava a liberdade a um *sclavus*, mesmo que baptizado, e que em pleno século xi o bispo de Chur recebia um imposto sobre os escravos de qualquer nação, vendidos no seu mercado).

Outro facto linguístico: o desaparecimento do termo «colono» (originariamente «camponês») do vocabulário do século x, sublinha essa outra





mudança de massas que se processara ao mesmo tempo que a emancipação limitada dos escravos. Doravante, os pequenos detentores de terra alheia, livres mas degradados, deixavam de se distinguir dos escravos transformados em servos. Tanto uns como os outros ficavam livres em relação a todos, excepto ao seu senhor, mas adscritos a ele (e, através dele, ao solo que cultivavam). Uns e outros eram obrigados a prestações, cuja natureza não iria muitas vezes depender do nascimento do camponês, mas da classificação da herdade (manso servil, manso ingénuo ou livre). Estes laços, mais elásticos mas mais tenazes do que as grilhetas dos escravos — porque é mais difícil modificar a rotina de uma propriedade do que emancipar um homem — tinham-se formado numa idade de estagnação. A mobilidade, característica da era de expansão, não pôde suprimi-los de chofre, mas alargou-os em alguns casos e quebrou-os noutros.

É para os fins do século x que a desobediência se generaliza e a luta se torna dramática: Otão III legisla contra os «servos que aspiram à liberdade», que renegam os seus senhores; o duque e a nobreza normanda sufocam em sangue a revolta dos camponeses conjurados. (É, notemos, a época das revoluções camponesas de Kharidjitas e de Qarmats, no mundo muçulmano, e das batalhas travadas e perdidas pelos imperadores bizantinos em defesa dos pequenos cultivadores. Os desenlaces serão diferentes, mas o surto demográfico geral levanta por toda a parte altas vagas). Depois, o conflito entre servos e senhores, entre número e poder, divide-se de novo em mil episódios ambíguos, na trama dos quais se intercalam aliás centenas de casos de colaboração feudal. É uma longa história que veremos mais longe desenrolar-se, ao mesmo tempo que o desenvolvimento das cidades, centros por excelência da iniciativa e da liberdade.

Não há liberdade sem perigo, nem crescimento sem conflito. O século x arrancou a Europa católica à mísera segurança que ela acabara por encontrar cerca de cem anos antes. Forneceu-lhe, em troca, a ocasião, mas só uma minoria conseguiu agarrá-la. Uma minoria que compreendia homens de todas as classes, desde Hugo Capeto, descendente provável de um aventureiro saxão do século ix, que obteve uma coroa, até Jacques Bonhomme (os documentos não nos permitem identificá-lo com mais precisão) que, apesar da sua origem servil, se tornou um proprietário livre e respeitado, numa das novas aldeias próximas da fronteira castelhana. Tudo isso se traduziu pela luta de grupos sociais contra outros grupos sociais. Mesmo passados os cinquenta primeiros anos do século x, os mais ferozes, esta luta assemelha-se ainda muito à de feras para que se possam fechar os olhos sobre a queda dos vencidos. Mas o facto essencial está em que a Europa se pôs em marcha e que uma nova sociedade, mais robusta e esclarecida, se vai formar no meio da tormenta.

mudança de massas que se processara ao mesmo tempo que a emancipação limitada dos escravos. Doravante, os pequenos detentores de terra alheia, livres mas degradados, deixavam de se distinguir dos escravos transformados em servos. Tanto uns como os outros ficavam livres em relação a todos, excepto ao seu senhor, mas adscritos a ele (e, através dele, ao solo que cultivavam). Uns e outros eram obrigados a prestações, cuja natureza não iria muitas vezes depender do nascimento do camponês, mas da classificação da herdade (manso servil, manso ingénuo ou livre). Estes laços, mais elásticos mas mais tenazes do que as grilhetas dos escravos — porque é mais difícil modificar a rotina de uma propriedade do que emancipar um homem — tinham-se formado numa idade de estagnação. A mobilidade, característica da era de expansão, não pôde suprimi-los de chofre, mas alargou-os em alguns casos e quebrou-os noutros.

É para os fins do século x que a desobediência se generaliza e a luta se torna dramática: Otão III legisla contra os «servos que aspiram à liberdade», que renegam os seus senhores; o duque e a nobreza normanda sufocam em sangue a revolta dos camponeses conjurados. (É, notemos, a época das revoluções camponesas de Kharidjitas e de Qarmats, no mundo muçulmano, e das batalhas travadas e perdidas pelos imperadores bizantinos em defesa dos pequenos cultivadores. Os desenlaces serão diferentes, mas o surto demográfico geral levanta por toda a parte altas vagas). Depois, o conflito entre servos e senhores, entre número e poder, divide-se de novo em mil episódios ambíguos, na trama dos quais se intercalam aliás centenas de casos de colaboração feudal. É uma longa história que veremos mais longe desenrolar-se, ao mesmo tempo que o desenvolvimento das cidades, centros por excelência da iniciativa e da liberdade.

Não há liberdade sem perigo, nem crescimento sem conflito. O século x arrancou a Europa católica à mísera segurança que ela acabara por encontrar cerca de cem anos antes. Forneceu-lhe, em troca, a ocasião, mas só uma minoria conseguiu agarrá-la. Uma minoria que compreendia homens de todas as classes, desde Hugo Capeto, descendente provável de um aventureiro saxão do século ix, que obteve uma coroa, até Jacques Bonhomme (os documentos não nos permitem identificá-lo com mais precisão) que, apesar da sua origem servil, se tornou um proprietário livre e respeitado, numa das novas aldeias próximas da fronteira castelhana. Tudo isso se traduziu pela luta de grupos sociais contra outros grupos sociais. Mesmo passados os cinquenta primeiros anos do século x, os mais ferozes, esta luta assemelha-se ainda muito à de feras para que se possam fechar os olhos sobre a queda dos vencidos. Mas o facto essencial está em que a Europa se pôs em marcha e que uma nova sociedade, mais robusta e esclarecida, se vai formar no meio da tormenta.

12 — Cristo gravado numa pedra rúnica de Jelling (Dinamarca), séculos VIII-IX. Moldagem no Museu Nacional de Copenhague; — guerreiro Viking, em madeira, ornamento do carro encontrado no barco Oseberg (Noruega), séculos VIII-IX

Capítulo II

A SOCIEDADE TRINITÁRIA

1. A CRISTALIZAÇÃO DAS ORDENS

«**L**E PUEBLE, pour mieulx eschiver les maulx, qu'il veoit arriver, si fist de soy treble partie. L'une si fut pour Dieu ouurer; pour marchander et labourer firent la partie seconde; et après, pour ces II parties garder de griefs et villenies, furent chevaliers mis au monde.» (1) É assim que Filipe de Vitry, secretário de Filipe VI, se representava, em 1335, o *processus* de formação de que saíra a harmoniosa sociedade trinitária, da qual a França constituía o mais belo exemplo e a flor de lis de três pontas o símbolo mais apropriado. Com formas menos coloridas de patriotismo, estas ideias eram geralmente aceites em toda a Europa católica, pelo menos desde o século XII. Satisfaziam o desejo geral de ver o acordo entre a ordem terrestre e a ordem celeste, selado (por assim dizer) pelo cunho da Trindade. Ao fim e ao cabo, correspondiam assás bem à organização política efectiva das principais monarquias do Ocidente.

(1) «O povo, para melhor se esquivar aos males, que via chegarem, fez de si três partes. Uma fez-se para orar a Deus; para comerciar e lavrar, fizeram a parte segunda; e depois, para estas duas partes guardar de agravos e vilanias, foram os cavaleiros postos no mundo.»

O tema, claro está, era susceptível de variações. Havia escritores que afectavam não ver a diferença profunda entre mercadores e camponeses no interior do Terceiro Estado, ou que escamoteavam o aparecimento tardio dos cavaleiros. Outros preferiam comparar a sociedade do tempo ao corpo humano, onde os camponeses apenas representariam os pés. Outros ainda punham de parte os homens, assinalando antes uma trindade de instituições: o Sacerdócio, a Monarquia, a Universidade. Nas cidades italianas mais avançadas, a impertinência consistia antes no desprezo pela nobreza de sangue, embora se respeitasse a ordem sacerdotal, ou, pelo menos, os membros do clero considerados individualmente.

Será ainda preciso lembrar que o ideal de uma sociedade tripartida e hierarquizada continuará a inspirar filósofos, homens de Estado e grupos privilegiados até à época das grandes Declarações de Direitos? Aos olhos de um público modestamente informado, esse ideal identifica-se também com a Idade Média, exactamente como a ideia imperial se identifica com a Roma antiga. ⁽¹⁾

Flutuação das classes, das instituições, do direito

Contudo, o Império Romano não fora mais do que a última fase de uma civilização originariamente republicana. Assim também, a sociedade trinitária foi a sistematização longamente diferida de um mundo particularista e em mutação. Nos séculos x e xi, falava-se já de três estados, embora deles só existissem elementos, ainda muito misturados e indecisos. Igreja e Estado, ordem sacerdotal e ordem militar tingiam-se mutuamente, sem

⁽¹⁾ Em Portugal, as *Ordenações Afonsinas* (Liv. 1, título 63) registam que Deus quis que o mundo se mantivesse por três estados: Oradores — os que rogam pelo povo; Defensores — os que hão-de defender; e Mantenedores — os que lavram a terra por que os homens hão-de viver e se mantêm. Ainda no *Cancioneiro Geral* (1516) Álvaro de Brito se queixa de que «Por trajos demasiados/em que todos sam igoaes/sam confusos/os três estados...» Mas já D. Duarte (*Leal Conselheiro*, cap. iv) admite, além dos Oradores (clérigos, frades, ermitães), dos Defensores, e dos Lavradores e Pescadores, que são assim como pés em que toda a cousa pública se mantêm, mais dois estados (o total é pois de 5): os Oficiais — diríamos hoje, o funcionalismo público e magistraturas —, e «os que usam de algumas artes aprovadas e mesteres, como físicos, celorgiães, mareantes, tangedores, armeiros, ourives», etc. E nas Cortes de 1385 as petições dos povos falam de quatro estados do reino: prelados, fidalgos, letrados e cidadãos. A divisão tripartida da sociedade remonta ao 11 milénio a. C. e é comum, como mostrou G. Dumézil, a todos os Indo-Europeus, incluindo a Grécia e a Roma arcaicas. Assim, os Árias, ao invadirem a Índia cerca de 1500 a. C., estavam divididos socialmente em: brâhmanes, saídos da boca da divindade, sacerdotes e letrados, tendo como cor emblemática o branco; kshatriyas, saídos dos braços do deus, guerreiros e governantes, cuja cor era o vermelho; e vaishyas, saídos das coxas do deus, que eram os que cultivavam a terra e criavam o gado, com a cor amarela. (V. M. G.)

que nenhuma regra teórica ou prática separasse com nitidez os seus domínios respectivos e distinguísse os papéis que tinham de desempenhar. Atributos de nobreza e marcas de servidão estavam tão mal definidos que se podia falar oficialmente na Alemanha de «servos cavaleiros», ou em Castela de «cavaleiros vilãos», sem entrar em conflito com a lógica de ninguém. Aliás nenhuma das ordens se assemelhava a casta. A maior parte dos membros entrava e saía por um acto de vontade ou por um acaso da fortuna, mais do que por direito (ou deficiência) de nascimento.

O século x, em especial, presenciou uma transformação radical da classe nobre, tanto quanto se pode falar de classe. As grandes linhagens anteriores a esta época quebraram-se na luta ou extinguíram-se sem herdeiros. O seu lugar foi então tomado por recém-chegados, que não se atinham à lembrança dos antepassados. Nos nossos dias, não existe nenhuma família que possua árvore genealógica autêntica remontando além dos últimos anos do século ix.

Se a mobilidade e o particularismo do século x retardaram a cristalização das hierarquias, não foram contudo as causas únicas de uma tal flutuação. Para organizar, é preciso saber exactamente onde se quer chegar. Doutrinas políticas complicadas são menos úteis do que uma visão nítida dos problemas gerais do presente, reforçada por suficiente cultura jurídica para definir claramente as soluções. Ora, a atenção das raras personalidades que possuíam esta visão e esta cultura estava nebulada pela doutrina ultrapassada da *Respublica Christiana* carolíngia: simbolismo completamente desligado das realidades quotidianas, concepção de Estado baseada no ajustamento necessário de uma monarquia sacerdotal e de um sacerdócio monárquico, definições sedições das hierarquias políticas e sociais.

Sem dúvida que estas posições intelectuais nada tinham de anormal: as doutrinas políticas estão quase sempre em atraso relativamente à prática. Mas em geral os doutrinários esforçam-se por adaptar o ideal à realidade; ou, se não o fazem, sabem que outros homens, intelectualmente mais modestos, funcionários ou administradores, o farão por eles. A desgraça é que no século x esta camada inferior da cultura não existia. Não havia ninguém para resolver as dúvidas daquele monge francês que, ao transcrever o cartulário do seu mosteiro pelos fins do século xi, notava que nenhuma das formas e definições legais empregadas nos diplomas do século x parecia convir ao presente.

Nenhum texto legislativo o poderia esclarecer. Depois da actividade febril dos Carolíngios, grandes promotores de leis novas, e das numerosas compilações de costumes bárbaros e de direito canónico, decorrera um longo período durante o qual os reis de França quase não redigiram ordenações, enquanto os reis-imperadores alemães se contentavam com algumas leis de restrito alcance. Só a Inglaterra, que não fora compreendida no Império Carolíngio, continuara a produzir de tempos a tempos colecções de legislação régia. Tratava-se de pequenos códigos assás sumários, em grande

parte consagrados a regras elementares de administração e de direito penal. Não obstante, no século XII, o autor do primeiro tratado geral de direito inglês, Glanvill, declara que era «impossível escrever leis».

A elaboração de um direito consuetudinário

Na ausência de direito escrito oficial, a sociedade organizou-se à sua maneira segundo costumes próprios. Já na Alta Idade Média se orientara nessa direcção. Tudo lhe servira: as sobrevivências das superstições e usos pré-históricos e as tradições ancestrais das tribos germânicas, assim como os princípios vulgarizados do direito romano e os preceitos fundamentais da Igreja. As proporções da mistura variaram segundo o local e cada ano lhe ia acrescentando algo de novo. Todavia, compilações oficiais, à maneira da *Lei Sálica* ou do *Edicto de Rothari*, haviam codificado e imobilizado alguns aspectos da vida jurídica. Mas no século X, até essas compilações se mostravam envelhecidas e sem que ninguém pudesse ou quisesse publicar nova edição, tendo em conta as realidades do direito consuetudinário.

Assim se viu o triunfo do uso privado e autónomo, do costume derivado das tradições nacionais, do particularismo jurídico sem outra lei a não ser o precedente local. Noutros termos, o argumento decisivo para a legalidade de uma instituição, de uma acção, de uma propriedade, de um laço de dependência, era doravante a simples constatação de que a sua prática existia de há muito e remontava a época imemorial.

E como a memória dos homens é curta e influenciada pelo interesse, quem quer que se apoderasse do direito de outrem — pela força, a artimanha ou a perseverança — tinha uma séria probabilidade de não ser inquietado. Mas, por outra parte, a quem quisesse defender um direito antigo contra as reivindicações de um recém-chegado, era absolutamente indispensável impedir que a sua memória se perdesse. Daí a tendência para multiplicar os documentos escritos que registassem um uso desde tempo imemorial... e, se os testemunhos deste género faltavam, havia que os fabricar, com datas falsas.

A caminho da nova organização

Assim, a paragem da actividade legislativa do Estado coincidiu com uma retomada de actividade jurídica dos particulares. Esta assumiu de início as formas modestas de redacção de actos privados e de pesquisas para verificar os precedentes, de acordo com os testemunhos dos mais antigos membros de uma comunidade. Provocou em seguida estudos cada vez mais aprofundados que iriam levar a esse exuberante renascimento do direito, sem o qual fora impossível organizar harmoniosamente a sociedade medieval.

No meio deste «deixar-andar», tentaremos reconstituir os pilares dessa sociedade, não no momento em que a cristalização se concluiu, mas durante o período de formação, entre o fim do século x e o do xii. Contudo, não deixaremos de ir buscar à centúria seguinte alguns pormenores de que as fontes anteriores são avaras. Na verdade, sejam quais forem os séculos escolhidos, esboçar numa trintena de páginas o retrato colectivo da sociedade europeia, durante duzentos anos que foram ricos em mutações, é empreendimento impossível. Quando muito, conseguiremos apresentar algumas impressões.

2. A UBIQUIDADE DA IGREJA

Se não é certo que a sociedade medieval, entre os fins do século x e os princípios do xiii, tenha ultrapassado todas as outras no ardor da fé, é incontestável que a Igreja e a religião tiveram nela um lugar maior do que jamais ocuparam depois. Primeiro, materialmente: pequenas aldeias chegaram a edificar dez igrejas; cidades de 5 a 10 000 habitantes contaram várias dezenas; mosteiros como S. Riquier ou S. Gallen superaram, tanto em área como em população, muitos centros urbanos; ordens monásticas, como os cistercienses e os franciscanos, tiveram muitas vezes mais súbditos do que certos reinos. Depois, politicamente: até ao século xii, fossem austeros ou dados aos prazeres, devotados ao Papa ou apanhados na engrenagem do século, os membros do clero constituíram, em maioria absoluta, o pessoal administrativo da maior parte dos grandes Estados; à frente de pelo menos 1/4 dos governos locais, nem sequer se proibiram a tarefa de lhes comandar os exércitos. Por último, e sobretudo, culturalmente: ainda que a identificação do homem culto com o membro do clero — que deu origem à palavra *clerc* — tenha a pouco e pouco perdido em exactidão, o facto é que os homens da Igreja nem por isso deixaram de continuar, até ao século xiii, a ser os mais numerosos na massa e nos quadros do mundo intelectual.

É verdade que um cronista alemão faz notar, já no século xi, que «na Itália todas as crianças vão à escola» e que aí não se julga «inútil ou que fique mal educar uma criança que não se destine à carreira eclesiástica». Mas tratava-se de uma das numerosas extravagâncias desse país contaminado pelos Bizantinos. Em França, o pai de Abelardo, cavaleiro com algumas leituras e que quis que os filhos o imitassem nesse ponto, pareceu sem dúvida tão excêntrico como o seu célebre filho o havia de parecer no princípio do século xii. Posteriormente, a cultura dos leigos fez rápidos progressos, mas não impediu os eclesiásticos de dominar as artes — teatro, música, arquitectura, pintura — a ponto de lhes descobrirmos a mão até em obras anti-clericais ou mundanas, como as canções dos Goliardos e as epopeias. Note-se ainda que foram quase exclusivamente os eclesiásticos que escreveram a história do tempo (na Itália até ao século xii, em França até ao xiii), tornando assim para nós mais difícil apreciar, no seu justo valor, o papel desempenhado pelos leigos.

Clérigos e leigos: um mundo impregnado de Deus

Não será contudo anacronismo distinguir entre «leigo» e «eclesiástico» numa época em que essa distinção se tornara quase inapercebível? Embora papas e imperadores, bispos e príncipes tenham travado mil batalhas de preeminência e de jurisdição, embora as suas disputas a propósito deste território ou daquele tributo tenham sido encarniçadas, nenhum deles jamais sonhou em desatar, de uma vez para sempre, os nós que lhes era preciso tantas e tantas vezes cortar. A seus olhos, separar a Igreja do Estado, instituir um compartimento para a religião e outro para a vida civil, fora o divórcio do Céu e da Terra: acto não sòmente ímpio, mas, na realidade, impossível. Se minorias sectárias viam a garra do Diabo em todas as instituições humanas, a imensa maioria dos homens tinha a certeza de que o mundo inteiro formava uma única hierarquia da Igreja onde, por toda a parte, Deus estava presente. No cimo, a Igreja triunfante dos bem-aventurados; à margem dela, a Igreja sofredora das almas do Purgatório; cá em baixo, a Igreja militante de todos os fiéis, igualmente obrigados a servir e a glorificar o Senhor consoante as suas possibilidades diferentes. Como diz Dante: «*La gloria di Colui che tutto move — Per l'universo penetra, e risplende — In una parte più, e meno altrove!*» (A glória d'Aquele que tudo move — Penetra o Universo e resplandece — Numa parte mais, e menos noutra!)

O que Dante exprimiu estava presente, com mais ou menos clareza, em todos os espíritos. Achava-se natural que os leigos prestassem a cada instante o concurso de braços e o apoio de conselhos para assegurar o funcionamento da vida eclesiástica, e que os eclesiásticos interviessem em todas as operações da vida laica. Claro que se discutiam os pormenores, a extensão, a forma das prestações que um ramo da Igreja militante devia ao outro. Mas os religiosos não podiam recusar os seus serviços a nenhum dos fiéis — a excomunhão, em princípio, era apenas uma punição temporária — nem os leigos objectavam a que os especialistas da oração, os peritos da doutrina, os canais da graça, deles cobrassem a dízima, e os julgassem, antes de os absolver.

A descrença mostra-se impossível

Este ideal não é exclusivamente medieval; parte da Igreja militante contemporânea ainda o deseja. Mas foi na Idade Média, entre os séculos x e XIII, que esteve mais perto de ser universalmente aceite na Europa, e que mais fielmente se reflectiu na vida social e no pensamento colectivo. Toma-

va-se Deus por testemunha de qualquer compromisso; pedia-se a bênção para todo o empreendimento; procurava-se um pretexto piedoso para toda a distração; media-se o tempo pelas horas canónicas. Havia um exorcismo para todas as doenças, uma fórmula para esconjurar os insectos que devoravam as searas. Deus era chamado a estabelecer a verdade nos processos, pelo duelo em relação aos nobres, pelas provas da água a ferver, do ferro em brasa e do fogo em relação aos servos; ou, se estes métodos eram afastados a fim de «não tentar Deus», pelo «sacramento» ou juramento dos interessados sobre os Evangelhos ou as relíquias.

Por volta do ano 1000, o animismo instintivo, o gosto do maravilhoso, a tendência das massas para a magia encontravam, a meio caminho, o misticismo dos homens cultos, o seu sentimento do sobrenatural, o seu amor pela liturgia. Uns e outros viam na observância escrupulosa do ritual, e até na acumulação das práticas religiosas, um meio indispensável para conciliar, em todas as ocasiões banais ou solenes da vida, uma divindade mais temida ainda do que amada.

Duzentos anos após, este encontro iria fazer-se a um nível mais elevado, visto que as massas se tinham desembrutecido um pouco e os intelectuais ganho ao mesmo tempo em número e em subtilidade. Mas realizava-se sempre. Por um lado, a ciência teológica explicava as leis da física e a ordem imutável das coisas pelo amor divino, fonte de toda a energia; pelo outro, o sentimento popular pedia a este amor todo-poderoso o deferimento dos seus desejos, mesmo a despeito das leis da física, e saciava-se com milagres renovados sem cessar.

O que caracteriza, acima de tudo, toda a Baixa Idade Média é o facto de a descrença não existir ou, existindo, ser tão rara, tão dissimulada, que as fontes não acusam qualquer vestígio. Encontramos os derradeiros ateus na literatura pagã da Escandinávia. Depois, a Europa católica conheceu os infieis (judeus, muçulmanos) e os hereges de todas as cores, com a inclusão dos que negavam a imortalidade da alma individual, mas parece não ter conhecido nem agnósticos nem ateus. É que toda a Europa saíra já da Pré-História, que não se preocupa com a explicação de tudo, mas não acumulara ainda suficientes conhecimentos científicos para neles encontrar explicações capazes de serem opostas às que a cosmologia religiosa estava sempre em medida de fornecer. Há mil anos, a cólera de Deus servia de causa mais claramente identificada para uma catástrofe e a assistência divina de recurso mais seguro. Era sempre possível não ficar satisfeito e buscar causas e remédios temporais, mas seria loucura confiar apenas nestes últimos. Lamentaremos acaso o homem da Idade Média pela sua inferioridade científica, que o tornava tão vulnerável às calamidades naturais? Felicitá-lo-emos antes pela sua visão limitada, que o colocava no centro físico de um universo movido pelo amor divino? Questões insolúveis, mas fascinantes, que nos demorarão ainda subsequentemente (Livro 3.º, cap. 3.º).

O diabo espreita por toda a parte

É certo, porém, que o horizonte espiritual dos nossos antepassados estava obscurecido por uma nuvem espessa: se era possível não provocar a cólera de Deus, já se mostrava impossível escapar a todas as armadilhas do Diabo. Banido para sempre do Céu, o Inimigo perseguia os fiéis sobre a Terra, como a sombra segue a luz. Era a fonte do Mal, oposta à fonte do Bem, neste mundo em que o conhecimento não descortinava forças naturais indiferentes ou cegas. O antagonismo revelava-se assás nítido para dar ao Demónio um prestígio que hoje já não tem. Uma corrente francamente dualista atravessa toda a Idade Média.

Maniqueus de origem zoroastriana ou de inspiração ocidental, paulicianos bizantinos, bogomilos ou «bugros» eslavos, «neomaniqueus» e cátaros ocidentais, ao lado de outros ainda, isolados ou reunidos em seitas e em Igrejas dissidentes, levam o derrotismo ao ponto de crer que o Diabo está em vias de triunfar cá na terra e que é preciso recusar e recusar-se quase tudo, nesta vida, se se quer triunfar com Deus na outra. Durante os séculos bárbaros, o dualismo parece ter-se atenuado, à maneira das outras expressões do pensamento ocidental. Mas reaparece por momentos nas fontes da era carolíngia e participa no surto geral dos séculos seguintes. Logo após o ano 1000, iremos descobrir múltiplos focos seus na França, na Itália e na Alemanha. Sempre combatido pela Igreja oficial, que se compraz por vezes em chamar adoradores do Diabo a esses servidores de Deus dotados de excesso de zelo, não deixa porém de conquistar adeptos.

Os elementos moderados não diferiam dos dualistas a não ser por graduações. Rei do Inferno, e por conseguinte associado ao Senhor na função suprema da justiça, Satanás ocupa o trono em todas as representações, escritas ou figuradas, do Juízo Final (*fig. 35*). Pouco antes do Dia da Ira, cuja proximidade se temia, ser-lhe-ia dado alcançar quase a vitória sob o atraente aspecto de Anticristo. Na vida quotidiana, seduzia homens e mulheres e até gerava crianças; mesmo o prudente S. Tomás de Aquino estará



Fig. 35 — *As garras do Diabo.*
Timpano da catedral de Autun
(Saône-et-Loire, França), século XII

convencido disso. Note-se, contudo, que na Idade Média pròpriamente dita os processos de feitiçaria mostravam-se longe do paroxismo que iriam atingir durante o Renascimento e os primeiros séculos da Idade Moderna. O Diabo repelia os seus possíveis adoradores pela fealdade ou pela grosseria: testemunhas graves viram-no cobrir de excrementos uma santa da Renânia que lhe resistira. Este episódio passava-se aliás no século XIII, quando Satanás perdera já um pouco da sinistra dignidade que o rodeava ainda nas lendas piedosas dos séculos X e XI, onde enfrentava os santos em heróicos combates, para os desviar da vocação, os impedir de salvar uma alma⁽¹⁾, de consagrar um local, de curar um possesso... Contudo, assistido como era por miríades de demónios capazes de se transformarem e de se deslocarem à vontade, conservou sempre a sua ubiquidade. Cesário de Heisterbach, monge e escritor célebre, falecido por volta de 1240, assinava-lhe a presença no trovão, no granizo, nas inundações, nas doenças, nos ruídos inesperados, no uivar do vento e no sussurrar das folhas.

Os intercessores

Felizmente, havia tantos anjos para ajudar o fiel como diabos para o perder: muitas vezes, a sorte de uma alma, à hora da morte, era decidida por um duelo ou um combate entre essas criaturas imortais, igualmente ardentes em conseguir novos súbditos para o respectivo patrão, celeste ou infernal (*fig. 36*). Havia os santos, legião que crescia sem cessar, graças à iniciativa da piedade popular, estimulada pelas instituições eclesiásticas que dela tiravam benefício. Até 933, nem mesmo era necessário um decreto pontifício de canonização. As relíquias dos santos prolongavam de maneira tangível a sua permanência na Terra e efectuavam milagres que parecia difícil obter de um puro espírito.

A Virgem Santíssima viu o seu papel, ainda apagado na teologia e no culto da Alta Idade Média, ampliar-se com grande rapidez entre os séculos IX e XII, até conseguir lugar de primeira plana no coração dos fiéis. É que trazia à religião, severa e radicalmente anti-feminista, de uma era de violência, a doçura inefável do amor materno e feminino.

Ainda um pouco distante na iconografia e no sentimento do século X, absorvido pela glória dos Céus, Cristo estava porém destinado a aproximar-se dos homens, à medida que a devoção fosse acentuando a sua natureza humana em detrimento da natureza divina e transcendental. E a partir do século XII, o próprio Espírito Santo, que a piedade ocidental sempre considerara excessivamente abstracto para se lhe ligar, começou a despertar as esperanças daqueles que impacientemente aguardavam o triunfo final da justiça. Inacessível, só permanecia Deus Pai; parecia findo o seu reinado com a

(1) Em luta com os Anjos em volta da salvação da alma o vemos ainda no *Auto da Alma* (1508) de Gil Vicente, por exemplo. (V. M. G.)

chegada do Filho e era essencialmente através de Cristo que as orações se lhe dirigiam. Porque Jesus era advogado ao mesmo tempo que juiz. Sem cessar se renovava o sacrifício na Eucaristia, por intermédio da Igreja, e até o mais humilde dos leigos podia esforçar-se por imitá-lo e directamente atingi-lo.

A corrente mística jamais estancara desde as origens do cristianismo e iria ainda reforçar-se no decurso da Baixa Idade Média. Contudo, quase



Fig. 36 — *A Pesagem das Almas. Pormenor de um retábulo do Mestre de Soriguerola (época românica). Museu de Arte da Catalunha (Barcelona — Espanha)*

todos os fiéis contavam com a assistência do clero, elo primeiro na corrente dos intercessores junto de Deus. Apesar das dúvidas que se levantaram de vários lados acerca da validade dos sacramentos conferidos por padres indignos, ou da presença real de Cristo no pão e no vinho, a doutrina ortodoxa tranquilizava os espíritos: não é indispensável que os eclesiásticos sejam todos modelos de virtude ou poços de ciência; basta que a ordenação os tenha qualificado para celebrar o ritual e administrar os sacramentos que levam à salvação eterna.

3. OS PROBLEMAS DA ORDEM ECLESIÁSTICA

Ressoam ainda na consciência dos historiadores da Igreja as invectivas dos grandes reformadores do tempo de Gregório VII. Por isso mesmo, dentro deste espírito, muitos deles encaram o período que vai da dissolução do Império Carolíngio aos princípios da Querela das Investiduras como um desvio monstruoso, explicável pela ingerência anormal dos leigos na administração da Igreja. Dominado, contaminado pelas paixões baixas e vulgares da nobreza secular, o clero teria esquecido os seus ideais, cedido às tentações da luxúria e da avareza. Impotente por muito tempo para trazer ao bom caminho uma maioria corrompida, a minoria sã só teria conseguido afirmar-se depois de ter quebrado o poder dos leigos e desafiado o imperador. Tal é o quadro que figura na maior parte dos manuais.

Convém todavia esbater este quadro. Se a ingerência dos leigos nos séculos x e xi foi de facto excessiva, nem por isso a consideraríamos anormal: o próprio Carlos Magno, filho respeitador da Igreja, puxara as rédeas aos eclesiásticos indisciplinados. Se clero e nobreza partilharam os rudes costumes de uma sociedade rude nem por isso deixaram de produzir santos e homens virtuosos. E quando estes homens de boa vontade se tornaram em número bastante para tentar uma reforma geral do clero, não lhes faltaram aliados na sociedade laica.

Santos e pecadores

O ideal religioso nunca mudou na sua quinta-essência. Embora nas fontes dos séculos x e xi abundem as maldições e as excomunhões, as fórmulas de orgulho e de violência, também nelas se encontra a linguagem do Sermão da Montanha, dos Padres da Igreja e da Regra beneditina. A bondade quotidiana jamais atraía a atenção dos cronistas mas sem dúvida que os santos não eram os únicos a praticar virtudes cardiais.

Um sermão, uma doença ou um prodígio chamavam temporariamente ao dever os pecadores mais empedernidos. Assinalemos apenas o exemplo desses três membros leigos da ilustre família de bandidos que foram os condes de Anjou: Foulques II que, ao que se diz, envergava trajes de clérigo para cantar os ofícios; Foulques III, que se fez arrastar perante o Santo Sepulcro de Jerusalém, de barão ao pescoço, por dois criados que o chicoteavam clamando: «Senhor, tende piedade do traidor e do perjuro!»; Geoffroy Martel que, ao ver um aerólito cair-lhe no jardim, se apressou a fazer construir *in loco* uma abadia à sua custa. É verdade que uma vida vir-

tuosa fora mais meritória do que estas manifestações teatrais. Mas elas mostram, de qualquer forma, que os grandes estavam convencidos de que a porta estreita do Céu só se abre a quem se faz pequeno.

Aplicado à vida eclesiástica, este princípio podia conduzir bem longe. Uma doença converteu ao mais rigoroso ascetismo o monge Nilo que, nascido por volta de 910 na Calábria bizantina, no seio de uma grande família, se fizera eclesiástico mas sem muito zelo. Depois da conversão, só quebrava o jejum com magras refeições vegetarianas; por vestuário, só queria uma pele de cabra que se ia cobrindo de bichos, visto que apenas a mudava uma vez por ano. Todavia, amava o canto, a bela escrita, os passeios, a leitura. Otão III em pessoa veio prestar-lhe homenagem e teria querido levá-lo para Roma, de onde a sua luz irradiaria com mais facilidade. Nilo, quando muito, sonhou em visitar Monte Cassino, muito perto do seu mosteiro, mas arrepiou caminho, escandalizado, quando soube que o abade e os monges tinham tomado banho e ouviu o som de uma viola vindo do refeitório. Contudo, Monte Cassino fora há pouco reformado por inspiração directa do santo abade Odon de Cluny. Abade músico, autor do primeiro manual a empregar notação moderna, Odon confessava: «Se eu tiver de ser condenado, que o seja antes pela minha misericórdia do que pela minha severidade.»

A inflexível virtude e o saber notável de Nilo suscitaram um pequeno número de imitadores. Foi todavia o espírito de compromisso cluniacense, tão próximo da moderação de Bento de Núrcia, que conseguiu o maior número de adeptos. Aos sábios que censuravam a Cluny a tendência para multiplicar as preces em detrimento do trabalho intelectual e manual, Cluny tinha o direito de responder que o essencial consistia em levar os religiosos até Deus pelo caminho que melhor compreendessem, em dar à reforma o exército de que necessitava.

Nicolaísmo e simonia

Embora o catolicismo sempre tenha louvado a continência, a verdade é que o celibato eclesiástico só foi imposto no século iv. As Igrejas orientais admitem ainda excepções; no Ocidente, a observância variou. No século xi, quase todos os padres eram «nicolaístas», isto é, casados ou amancebados, justificando-se pela explicação de que os seus magros proventos seriam insuficientes sem o concurso de uma dona de casa. A reforma gregoriana iria proibir-lhes a prática, não o conseguindo aliás senão em parte.

A literatura popular continuou por muito tempo a falar de «sacerdotizas», num tom mais sarcástico do que indignado. As promiscuidades em certos mosteiros, os amores múltiplos de alguns bispos, as perversões sexuais (de que os mais ardentes reformadores, como S. Pedro Damião e outros, exageraram provavelmente a difusão) devem ter chocado mais a opinião pública, apesar da rudeza da época. Mas o historiador objectivo não pode adoptar sem matizes a afirmação de que todos os clérigos casados faziam passar os interesses dos filhos à frente dos da Igreja. Houve dinastias honradas de bispos em Quimper, em Nantes e algures. O Papa João XI (931-936), filho do Papa Sérgio III no dizer das fontes mais bem informadas e mais oficiais, ligou o nome ao privilégio decisivo que pôs Cluny em condições de espalhar a sua obra de purificação. Isto no momento em que —

nas palavras do papa — «quase todos os mosteiros foram desviados do seu objectivo.»

A simonia, ou seja a venda e compra das dignidades eclesiásticas e dos actos que delas derivavam, punha um problema muito mais grave do que o «nicolaísmo». No sentido mais lato, englobava toda a retribuição exigida para a execução de um rito. Em 1301, por exemplo, o Papa Bonifácio VIII — que Dante porém colocará no círculo do Inferno onde são condenados os simoníacos — proibiu ao clero da Bretanha, sob pena de excomunhão, que recebesse a título de direito pelos funerais «fosse o que fosse, fora o que se lhe pudesse dar por pura generosidade» (exigia-se por vezes, diz, até um terço dos bens móveis do defunto). Mas as exacções para os actos do culto, que nunca se puderam eliminar por completo, não se revestem da mesma gravidade que a compra e a venda de cargos da Igreja.

É verdade que aqueles que se entregavam a estas práticas invocavam a distinção entre as Ordens e a consagração, por um lado (conferidas por Deus através dos seus ministros), e o cargo e emolumentos pelo outro (conferido por todo aquele que possuía disposição para tal). Uma vez que os titulares dos cargos de arcebispo, sacerdote ou abade gozavam de certos bens e proveitos, parecia normal que uma nova nomeação desse lugar às transacções onerosas que ocasionava toda a transferência deste género. A maioria dos fiéis só via nisso abuso quando a avidez ou o favoritismo dos contraentes fazia cair o cargo nas mãos de um homem incapaz ou indigno. Um visconde de Narbonne relata, sem nenhum pejo, a venda do arcebispado de Narbonne (vago pela morte de um tio) ao tio de sua mulher, e o facto de que este último dera o cargo ao próprio filho, de dez anos de idade: «Não é disso que me queixo — prossegue — mas da conduta dele depois de se tornar arcebispo.» Em contra-partida, em 1045, quando um eclesiástico de grande virtude comprou, contra a outorga de uma pensão, a demissão de um papa deplorável, para ser eleito em seu lugar com o nome de Gregório VI, os adversários da simonia não hesitaram em o aplaudir. É verdade que no ano seguinte, o imperador Henrique III, vexado por uma irregularidade de que não tirava proveito nenhum, fez depor Gregório e impôs o seu próprio candidato, igualmente virtuoso. Este último foi aclamado por seu turno, e pelas mesmas pessoas.

Os leigos reformadores

Ao punir um acto de simonia bem intencionado, estava Henrique III a exercer o direito de intervenção reconhecido desde havia séculos ao imperador, ou pelo contrário infringia o princípio de que só Deus pode julgar um soberano pontífice, como lhe escreveu com todas as letras Wazon, o corajoso bispo de Liège? Problema administrativo e não teológico, visto

que nenhuma doutrina entrava em jogo. Enquanto os imperadores bizantinos, geralmente bem informados dos problemas teológicos, tomavam partido muitas vezes nas discussões dos clérigos, nenhum imperador do Ocidente, apesar do carácter religioso do seu cargo, se julgaria com competência para exprimir uma opinião teológica independente.

A ingerência do poder temporal limitava-se ao recrutamento e à disciplina do pessoal. Fundamentava-se em três bases legais: a responsabilidade do Estado na manutenção da ordem e no funcionamento dos serviços públicos, dos quais o mais importante era o culto; o papel do Estado como porta-voz dos leigos, cujo concurso se mostrava indispensável nas eleições eclesiásticas; finalmente, o direito do Estado, de escolher os funcionários, direito que podia ser invocado por todos os clérigos exercendo poderes civis.

A primeira destas justificações remontava ao direito romano e ao império de Constantino, mas fora renovada e consagrada pela restauração carolíngia. Rejeitá-la seria condenar toda a obra de Carlos Magno.

A segunda justificação estava ligada aos costumes persistentes mas indefinidos, imprecisos, do direito eleitoral canónico. A participação dos leigos era uma herança da Igreja primitiva, no mesmo título que a do clero, mas a escolha dos representantes e o alcance do seu concurso é que variavam segundo as épocas, os países ou os cargos. Uma vez que as assembleias políticas de homens livres se reduziam doravante a conselhos de notáveis, raramente consultados, não parecia extraordinário que a massa popular se limitasse a ratificar as eleições por aclamação. Geralmente, porém, aqueles a que se chamava «elementos principais» do povo participavam mais activamente na eleição. Ou ainda, podia o elemento laico concentrar-se na pessoa do suzerano⁽¹⁾ ou do descendente do fundador-proprietário da igreja ou do mosteiro. Essa pessoa designava directamente o seu candidato aos representantes do clero.

Por seu turno, os eleitores eclesiásticos variavam de local para local. Só a pouco e pouco é que prevaleceu a tendência de fazer nomear os bispos (incluindo o papa, bispo de Roma) pelos principais clérigos («cardeais», «cónegos») da diocese, e os eclesiásticos de níveis inferiores pelo bispo.

Quanto à terceira causa de intervenção da autoridade laica — ou seja o facto de a maioria dos eclesiásticos exercerem funções de governo — dava lugar, segundo o direito feudal, à investidura por parte do suzerano e ao juramento de fidelidade por parte do clérigo. Em princípio, fidelidade ao suzerano e obediência ao superior eclesiástico não eram de forma alguma incompatíveis. É o que Wazon, apesar de tão ligado à independência papal, afirma numa carta a Henrique III: «Somos responsáveis perante vós pela nossa administração secular e perante ele por aquilo que respeita ao culto divino.»

Não havia, portanto, no início da reacção contra a corrupção do clero, conflito profundo entre Estado e Igreja. Príncipes clarividentes e prelados conscienciosos partilhavam o desejo de reconstituir um clero digno de confiança, tanto para o governo dos homens como para o serviço de Deus. Os príncipes foram os primeiros a poder agir, porque tinham do

⁽¹⁾ Em todo este capítulo, Roberto Lopez emprega o termo «suzerano», no sentido deformado em que o vieram a empregar os doutrinários do Antigo Regime, de simples senhor de um vassalo. Na Idade Média, todavia, por «suzerano» designava-se o senhor do senhor de dado vassalo. Veja-se o Glossário. (V. M. G.)

seu lado a força e também porque lhes era mais fácil cauterizar uma ferida que não lhes pertencia. Foi assim que o duque Guilherme da Aquitânia fundou em 910 a abadia de Cluny por exortação do beato Bernon, e a isolou dos miasmas do ambiente colocando-a sob a jurisdição directa do papa. Outros centros de reforma foram surgindo na Lotaríngia, na Inglaterra e na Itália, propagando-se o seu exemplo, de mosteiro em mosteiro, durante os cento e cinquenta anos seguintes. Por último, o imperador Henrique III impôs até a Roma, a partir de 1045, uma série de papas saídos do clero alemão e lorenense, cuja disciplina se preservara melhor. A obra de saneamento acelerou-se com esses pastores, ajudados por um pequeno exército de monges que não reconheciam outros superiores além do papa.

Os papas retomam as rédeas

Foi então que a luta começou a mudar de natureza e a inserir-se na contra-ofensiva geral dos monarcas contra os particularismos. O papado quis reafirmar o primado absoluto sobre a ordem eclesiástica e libertá-la de toda e qualquer dependência em relação à ordem militar.

A França, com o seu feudalismo turbulento e o seu rei desacreditado e simoníaco — Henrique I (1031-1060) — parecia terreno mais acessível do que o Império. Com efeito, o papa Leão IX (1048-1054) não teve dificuldade em provar a simonia de dezenas de bispos e em depor vários deles. A submissão parcial da França depressa arrastou a da Inglaterra, onde a influência normanda, já acentuada com Eduardo o Confessor, iria conduzir à conquista em 1066. Pelo contrário, as intransigências e os erros dos legados pontifícios e do patriarca de Constantinopla (uns decididos a impor claramente a autoridade suprema de Roma, o outro claramente a rejeitá-la) quebraram em 1054 os derradeiros fios que ligavam a Igreja bizantina ao Ocidente. Derrota tanto mais grave quanto é certo que, no momento em que se produziu, as partes interessadas não se deram conta da sua gravidade.

No Império do Ocidente, os papas tiveram de esperar que a menoridade de Henrique IV criasse uma ocasião favorável. Em 1059, Nicolau II cortou o nó da subordinação papal, decretando que os papas seriam doravante eleitos pelos cardeais romanos e aclamados depois pelo clero e pelo povo da diocese, sem nenhuma pressão por parte dos leigos ou do clero estranho à região. Ao mesmo tempo, proibiu a qualquer eclesiástico fazer-se investir numa igreja por um leigo. O primeiro decreto impôs-se bastante depressa; ainda nos nossos dias é ele que regula as eleições pontifícias. O segundo, pelo contrário, só conheceu execução parcial até ao momento em que Henrique IV, atingindo a maioridade, se lhe opôs abertamente. Esta oposição desencadeou a Querela das Investiduras.



4. O FEUDALISMO: SISTEMA DE GOVERNO E MODO DE VIDA

Pouco falta para que na opinião popular o regime feudal seja classificado, ao lado da simonia, entre os grandes pecados da Idade Média. A própria expressão nasceu sob uma má estrela, no decreto da Assembleia Nacional que, em 11 de Agosto de 1789, «destruiu inteiramente o regime *feudal*» em França. Mais tarde, o «regime feudal» iria partilhar com o «regime capitalista» do desprezo do marxismo. O próprio adjectivo «feudal» que, esse sim, remonta à Idade Média e designa relações jurídicas determinadas, parece dotado nos nossos manuais de afinidade desagradável com o substantivo «anarquia».

Na realidade, o feudalismo foi um sistema de governo, como a democracia liberal ou o socialismo, aos quais deixou muitas ruínas a desobstruir, mas também material a recuperar. Hoje, é tão fácil criticá-lo como provar a superioridade do telefone sobre o pombo-correio; o que não impede que, antes da electricidade, o pombo tenha prestado serviços.

Comparações, antecedentes, génese

Se renunciarmos a uma definição rigorosa, poderemos dizer que o feudalismo da Europa medieval se inclui numa família numerosa e cosmopolita. Os sociólogos encontraram-lhe paralelos, escalonados do Egipto de há cinco milénios à Etiópia de há trinta anos, passando pela China de Confúcio e pela Rússia de Pedro o Grande. Tais comparações são sempre instrutivas: corrigem a tendência do especialista para só ver o cunho das tradições e das circunstâncias locais onde seria preciso invocar causas gerais. Sublinhemos todavia que o feudalismo da Europa católica se assemelha menos ainda aos outros «feudalismos» do que o Império Britânico ao Império Romano, ou a democracia de 1789 à democracia ateniense. Democracias e impérios modernos gostam de se comparar a antepassados; o feudalismo medieval nem sequer suspeitou que os tinha. Quando muito, os romances de cavalaria mascararam Alexandre e César de cavaleiros medievais.

Os historiadores do direito, mais preocupados com a precisão, acharam antecedentes directos das instituições feudais entre os Germanos primitivos, os Romanos da decadência, os Celtas e até os Muçulmanos da Espanha. É verdade que os elementos constitutivos do feudalismo — vassalagem, benefício, imunidade — existiam em germen

RECONSTRUÇÃO DE BAIXO A CIMA

por toda a Europa bárbara. Talvez até amadurecessem no reino visigodo se os Árabes não tivessem encurtado os seus dias. Seja; são as realizações, todavia, que contam.

Os Carolíngios foram os primeiros a transformar sistematicamente os funcionários em vassalos, e a França do século x a primeira a adoptar o feudalismo como técnica exclusiva de governo. A Alemanha adoptou-o com algum atraso e a região romana resistiu-lhe até ao fim. Parece assim ocioso ligar o feudalismo ao espírito teutónico ou à tradição latina, como se faz tantas vezes. Se for absolutamente preciso atribuir-lhe uma pátria, só poderá então ser a francesa.

Filho da prática mais do que de princípios abstractos (como a maioria das invenções medievais), o feudalismo reconstruiu o Estado sobre a base de solidariedades voluntárias e privadas. Era tempo. A experiência mostrara que os soberanos não tinham autoridade bastante sobre o conjunto dos súbditos e que as outras instituições políticas, excedidas pelas tarefas administrativas mais vulgares, deixavam de funcionar ao primeiro embate. Grandes reis e pequenos senhores só podiam contar com alguns fiéis que pessoalmente conheciam. Na origem, esses fiéis tanto incluíam gente pobre, servos e aventureiros, como ricos, poderosos e «bem nascidos». Tinham-se «encomendado» ao chefe, prometido a sua «fidelidade», declarado seus «vassalos» (do céltico *gwas*, homem). Por seu turno, o chefe prometera-lhes protecção e apoio: iam partilhar com ele os despojos de uma expedição guerreira, sentar-se à sua mesa e abrigar-se sob o seu tecto, ou receber um bem fundiário provido de alfaías, animais e pessoas indispensáveis para dele tirar proveito («benefício» ou, mais tarde, «feudo»). Até lá, vassalagem e benefício, separados uma do outro, tinham sido essencialmente relações contratuais privadas. Tornaram-se sistema de governo quando ficaram indissolúvelmente ligadas e quando o vassalo foi encarregado, ou ele próprio se encarregou, da administração e da defesa do feudo, enquanto o superior («suzerano») delas se desinteressava cada vez mais.

De início, os poderes do vassalo em nada diferiam dos que todo o governo delegaria em funcionários assalariados. Desempenhava funções públicas como representante do senhor, onde quer que este o enviasse, e acolhia no próprio feudo os outros representantes que o senhor aí enviasse em missão. Mas as comunicações eram difíceis. Seria mais cómodo que cada vassalo, no seu próprio benefício, prestasse todos os serviços e dele tirasse quase todas as vantagens. O senhor ganharia com isso, desde que o vassalo não esquecesse por completo que era um subordinado e não exercesse os poderes públicos exclusivamente em seu proveito. Até que ponto devia o senhor deixar pulso livre ao vassalo? O doseamento das «imunidades» foi um dos problemas cruciais do feudalismo. Se eram demasiado escassas, o vassalo sentia-se peado nas suas funções e insuficientemente compensado nos seus serviços. Se eram excessivas, o feudo tornava-se entidade independente.

Foi sobretudo o segundo destes perigos que impressionou os críticos do feudalismo. Mas o feudalismo, por natureza, não se prestava mais à anarquia do que à tirania. Repousava num equilíbrio teórico de obriga-

ções recíprocas, equilíbrio sempre perturbado, claro está, pela atracção do mais forte. O mais forte, na França do século x e na Alemanha do xiii, era o vassalo; mas na Inglaterra do século xii e na França do xiv, era o rei.

Uma aristocracia de especialistas

No termo desta evolução, que tivemos de reduzir às suas linhas de cumeeada, o feudalismo convertera-se numa aristocracia de especialistas. Nobre, o vassalo só se ocupava, pelo menos em princípio, de tarefas nobres: guerra, culto, justiça, administração. O benefício identificava-se quase sempre com um bem fundiário ou feudo, a mais cómoda e mais estimada fonte de receitas numa época em que a agricultura era a rainha das ocupações. Assegurada com grande margem a manutenção, pôde o vassalo laico melhorar o equipamento e o treino militares. O cavalo, a espada, a armadura, a esgrima tornaram-no invencível frente a exércitos não profissionais; o castelo pô-lo ao abrigo de surpresas (*fig. 37*). Alguns houve que tomaram gosto pelo direito e pela administração, sobretudo em Inglaterra, embora a maioria se contentasse com saber o bastante para reger um feudo.

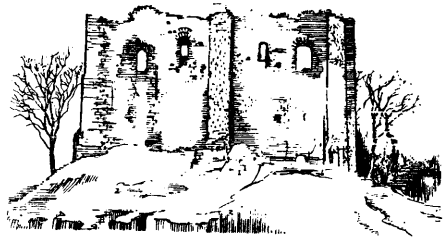


Fig. 37 — Ruínas da fortificação de Foulques III de Anjou, em Langeais (Indre-et-Loire, França), 992

A fraqueza intelectual foi compensada pela orientação oposta dos vassalos eclesiásticos, raramente grandes guerreiros, mas que cultivaram os conhecimentos e os talentos de administradores, tanto nos feudos como ao serviço do governo central. Houve até alguns que, sem desprezarem os deveres de vassalos, consagraram ao culto a maioria dos lares e dos rendimentos feudais; visto que a riqueza, sendo tanto um instrumento como uma tentação, alimentou a construção das igrejas, a difusão dos estudos teológicos e a luta contra a simonia. Por isso os prelados mais conscienciosos foram muitas vezes os mais ávidos coleccionadores de feudos, à maneira dos abades de Cluny, para citar apenas um exemplo.

Conhecemos demasiado mal as relações entre os grandes e as massas, durante a era bárbara, para podermos decidir se a aristocracia feudal foi menos opressora do que a nobreza bárbara. Mas é certo que combateu e administrou, e que orou igualmente com mais competência (*extra-texto III*).

Uma civilização, o feudalismo?

Mas o feudalismo foi mais do que um sistema de governo. Como a democracia ou o socialismo, tornou-se uma maneira de viver, uma atitude mental, cujo cunho marcou todas as relações sociais. Ainda hoje marca algumas das nossas. Só para citar um exemplo, superficial mas quotidiano: o socialismo exorta-nos a chamar «companheira» à mulher que trabalha connosco; a democracia ensina-nos a tratá-la como igual; mas é por causa das tradições feudais que a chamamos «minha senhora» e que devemos caminhar à sua direita — para o caso de a termos de defender «com a nossa espada». Daqui seria ingénuo deduzir, como às vezes se faz, que a idade feudal, exaltando a força física e o ascetismo religioso, revelou também aos homens o respeito pela mulher. Mas não seria menos injusto esquecer que essa época é já menos grosseira do que a era bárbara e que se foi apurando pelo caminho.

É verdade que os nobres da Baixa Idade Média tiveram muitas vezes todos os defeitos que se lhes atribuiu. Eram belicosos, fraticidas, dissolutos, egoístas, ignorantes, dissimulados, caprichosos; e se se lavavam menos raramente do que se crê, deixavam por vezes às raparigas o cuidado de os esfregar, como conta um romance de cavalaria. Mas as faltas dos indivíduos não podem testemunhar da atitude mental de toda uma sociedade. Como a democracia ou o socialismo, o feudalismo só poderá ser plenamente compreendido se tivermos também em conta os seus ideais políticos e religiosos.

É certo que as regras de conduta do feudalismo foram expressas e codificadas muito tempo depois do seu nascimento; a prática precedeu de longe a teoria. Mas os gérmes existiam desde o início, na própria concepção da vassalidade, na coloração religiosa que os Carolíngios lhe impuseram. As relações entre senhor e vassalo eram essencialmente as de pai e filho adoptivo. Nasciam com a «colocação das mãos», cerimónia arcaica que deve simbolizar a mistura dos sangues, antes de concretizar a tomada a cargo de um protegido por um protector: o senhor fechava as mãos sobre as mãos juntas do vassalo ajoelhado e, em geral, beijava-o na boca. Assim, ao símbolo da autoridade seguia-se o símbolo da igualdade. Vinha depois o juramento do vassalo: como diz uma fórmula assás típica de 1034, este comprometia-se a ser «fiel... como todo o homem o deve ser para com o mais velho» (*senior*, de onde senhor). Prestada a homenagem, vinha a investidura: recebia do suzerano um objecto que simbolizava o benefício, segundo os usos de um direito que, como vimos, representava alegoricamente qualquer transmissão de bens, pela passagem de um penhor material de uma a outra mão.

O laço de dependência: família ou contrato?

Ora, «tornar-se homem» de alguém, prestar-lhe homenagem, era muito mais do que ser seu súbdito ou seu empregado. Em teoria, significava dedicar-lhe toda a existência. Na prática, naturalmente, foi necessário pre-

cisar. Primeiro, sugeriram-se os campos de acção negativos (não ser nocivo ao senhor, não o trair), depois os positivos (obediência, respeito, ajuda e conselho). Mais tarde, as obrigações foram tarifadas e especificadas cada vez com mais nitidez: tantos dias de serviço militar, tanto de prestações em géneros ou em moeda, tantas presenças no tribunal do suzerano, tal dádiva pela entrada do filho mais velho na cavalaria ou para o casamento da filha primogénita, tal contribuição pelo resgate, em caso de ser feito prisioneiro... Por seu lado, o suzerano não se limitava a investir o vassalo num benefício determinado, mas devia-lhe uma solicitude constante pelo seu bem-estar temporal e espiritual e, sendo necessário, uma assistência pronta. Se o vassalo morria, o senhor ficava guardião dos filhos menores, a menos que desse à viúva um novo marido. Em princípio, a posição assemelhava-se mais à de um parente do que à de um patrão ou um soberano.

Todavia, as relações entre senhor e vassalos tinham pouco de comum com a familiaridade que aproximou certos reis do Antigo Regime e os seus nobres. O contrato feudal bem podia rodear-se de um aparato hierático: permanecia, em princípio, um acto voluntário, pessoal, revogável. Assim, foi porque se aplicava às concessões feudais que a palavra «precário» («concedido depois de uma prece») adquiriu o significado moderno de «instável». De feito, toda a violação séria por parte do vassalo dava ao senhor o direito de retomar o feudo; o vassalo, por seu turno, ficava desligado do juramento se o soberano faltava às promessas. A morte de uma das partes, igualmente, libertava a outra do contrato. É verdade que a pressão da opinião pública, mais sensível aos laços da família do que aos do contrato, e sobretudo o interesse dos contraentes em perpetuar relações vantajosas, fizeram prevalecer o costume de que «o morto agarra o vivo», isto é, que homenagem e investidura se tornam hereditárias. Mas, mesmo quando esse costume foi ratificado por leis, o carácter pessoal do laço feudal foi preservado pela obrigação de renovar formalmente as promessas, a cada mudança de senhor ou de vassalo (*extra-texto 13*, p. 178).

A cerimónia podia ser levada a efeito por um herdeiro presuntivo e em vida de seu pai, ou adiada até ao momento em que as partes pudessem encontrar-se sem excessivo incómodo, ou até substituída por reconhecimento de suzerania ou de vassalagem por procuração ou por carta. Isso não impede que o direito de hereditariedade absoluto e automático jamais fosse admitido. As dinastias de facto que se estabeleceram nos tronos da Europa foram constituídas por séries de reis, eleitos um a um pelos vassalos, muitas vezes depois de promessas assás explícitas. Da mesma forma, os filhos de um vassalo falecido só tinham a certeza de ser investidos no feudo se fossem capazes de cumprir as obrigações. O senhor que os afastava, considerando-os incapazes, cometia talvez um acto de dureza mas não uma violação de contrato.

A caminho da Cavalaria

Quanto ao aspecto religioso do sistema feudal, a sua principal virtude, a princípio, esteve em assegurar as obrigações familiares e contratuais pela ameaça de castigo divino àquele que se lhes subtraísse. Porém, à medida que o espírito religioso evoluiu do receio ante um Deus de vingança para a imitação de um Deus de amor, sobrepôs aos ideais tradicionais da cavalaria (corpo de soldados a cavalo) — força, franqueza, prodigalidade, coragem, lealdade — os ideais da Cavalaria (instituição).

Este progresso, que a custo se vislumbra antes da alvorada do século x, acelera-se durante os séculos xi e xii. Bem depressa não bastará já que o membro da família feudal, seja rei ou simples cavaleiro, faça benzer as armas no começo da carreira, hábito de sempre entre todos os povos ansiosos de reforçar por um socorro sobrenatural, religioso ou mágico, a ténpera da espada; esperar-se-á do cavaleiro que frequente a Igreja e ponha a espada ao serviço da religião. Com mais lentidão as obrigações para com o senhor se virão a completar por obrigações para com a sociedade inteira. O cavaleiro terá mesmo de recusar cumprir as obrigações feudais se estas servirem causa injusta. Por último, apanhado na mobilidade da época, far-se-á, se para tal houver lugar, o protector itinerante do pobre, do órfão e da viúva.

Esta evolução não se limitou aliás aos países cristãos: o mundo islâmico, em especial, conheceu instituições tão próximas da Cavalaria como o podiam ser onde o feudalismo jamais se desenvolvera. Não foi por acaso que a Cavalaria, nascida na França céltica e românica, teve os seus últimos heróis na Península Ibérica, terra de encontro da cristandade com o mundo islâmico: o rei D. Sebastião de Portugal e o próprio D. Quixote.

Que, por outra parte, vários cavaleiros se tenham convertido em aventureiros ou em salteadores de estrada, que tenham protegido, de preferência, as viúvas bonitas e não desprovidas de heranças, que tenham confundido de bom grado a defesa da fraqueza com o adultério, tudo isso, em última análise, é apenas humano. Em que época foram desinteressados todos os paladinos profissionais do fraco? O essencial é que a consciência colectiva tenha imposto, àqueles que detinham o poder, a responsabilidade de se servir dele para o bem de outrem. A filosofia grega, o direito romano, a religião cristã fizeram muito por modelar a consciência da Europa. O feudalismo veio também trazer-lhe uma importante contribuição, sublinhando o princípio de que os laços de dependência são urdidos de obrigações recíprocas, de que a cada direito deve corresponder um dever.

5. OS PROBLEMAS DA ORDEM FEUDAL

Diz-se muitas vezes que o feudalismo nasceu da economia natural. A moeda não circulava com facilidade e era preciso remunerar os dependentes distribuindo-lhes terras. Estas atribuições mantinham-se precárias bastante para assumirem quase as características de salário, visto que, se o empregado que recebia o seu pagamento desta forma, se mostrava infiel ou incapaz, expunha-se a perder as terras, exactamente como o assalariado que não satisfaz o patrão pode perder o salário. Se, pelo contrário, o dependente merecia promoção, podia esperar um engrandecimento do feudo ou imunidades mais extensas (privilégios, entenda-se) nos bens fundiários de que já gozava. Todavia, o sistema tinha falta de elasticidade, porque não se desaloja tão facilmente um possuidor de terras como se suprime o salário de um assalariado. Para mais, sendo limitada a superfície das terras disponíveis, como contratar empregados extraordinários para tarefas ocasionais, em certos momentos de crise? O único meio consistia em apelar então para a boa vontade dos já empregados a fim de que despendessem um esforço maior.

Da economia da terra à economia do dinheiro

O feudalismo, acrescenta-se, perdeu os seus atractivos logo que a economia se tornou mais fluida. Todo aquele que dispunha de rendimentos em dinheiro — fosse príncipe, prelado ou burguês — apressou-se a recrutar dependentes por meio de salário. Nas cidades comerciais, o feudalismo desapareceu completamente. Nos Estados territoriais, onde a agricultura conservava o primado económico e moral, pôde sobreviver, mas tendendo a converter-se numa hierarquia mais decorativa do que útil, num exército de parasitas ao lado dos vilãos que se entregavam às tarefas mais importantes.

No geral, este quadro clássico corresponde, sem dúvida, à verdade, mas a uma verdade sem matizes que se arrisca a enganar-nos sobre a natureza real do feudalismo e dos seus problemas. É indubitável que numerosos laços ligam as instituições políticas feudais à ambiência de economia estagnada na qual se desenvolveram, mas seria exagerado falar de relação directa de causa e efeito. Mesmo na época em que a circulação monetária foi mais restrita, as classes dirigentes jamais estiveram inteiramente desprovidas de dinheiro nem se mostraram indiferentes às ocasiões de o adquirir. Em moeda ou congelados em forma de barras ou de objectos artísticos, os metais preciosos serviam para embelezar uma mansão principesca, para comprar vestes de cerimónia, para guarnecer uma sepultura, para adquirir víveres em caso de má colheita, para comprar

RECONSTRUÇÃO DE BAIXO A CIMA

terras a fim de alargar o domínio já possuído. Não seria portanto completamente impossível assoldar dependentes. Se se preferiu em geral investi-los num benefício, não foi unicamente porque as condições económicas impusessem tal solução, mas também porque o feudalismo concordava com o espírito do tempo.

Aliás, entre evolução económica e evolução política houve um intervalo que convém sublinhar. O ponto mais baixo da economia monetária coloca-se antes do século x, isto é, na era embrionária das instituições feudais. Por outra parte, as primeiras manifestações de um surto económico coincidem com o triunfo mais completo do feudalismo em França, no século x. Veremos que, mais tarde, na Itália, o desenvolvimento das cidades comerciais, nos séculos xii e xiii, soará o dobre de finados pelo sistema feudal. Mas o desenlace teria sido o mesmo se o imperador conseguisse vergar às suas vontades os burgueses e seus réditos monetários? Pela mesma época, na Inglaterra, o rei concedia cartas às cidades em troca de um tributo anual; exigia dos vassalos contribuições em dinheiro que lhe serviam para recrutar auxiliares não-feudais. Foi contudo em Inglaterra que o governo feudal atingiu a sua maior perfeição. Longe de constituir ameaça às instituições engendradas pela economia agrária, o progresso da economia monetária permitiu que essas instituições se consolidassem. Adaptaram-se assás bem para que se pudessem recrutar «vassalos» mediante um salário. Assim, nos fins da Idade Média, a palavra *fee* (feudo) em inglês, como a palavra *honoraire* (honra, benefício) em francês, passaram a pouco e pouco do vocabulário da terra para o do dinheiro.

Conflitos de obrigações

De facto, nos séculos x e xi, quando o feudalismo desabrochava no vigor da juventude, os seus mais sérios problemas não provinham das condições económicas gerais, mas das próprias dificuldades internas. Mencionámos os conflitos sempre renascentes entre suzeranos e vassalos. Conflitos inevitáveis, visto que se tratava de interpretar um contrato muitas vezes implícito, raramente escrito, e ainda mais raramente definido em todos os seus pormenores. Mesmo quando as duas partes se mostravam desejosas de respeitar o contrato com toda a boa-fé (o que constituía excepção mais do que regra), cada qual era levada a revelar-se inflexível na defesa dos seus direitos e negligente no cumprimento dos seus deveres. E, uma vez que a idade feudal foi também a do costume que serve de lei, bastava muitas vezes que uma cláusula não fosse observada durante alguns anos para que novo costume pudesse ser invocado contra o antigo, teòricamente ainda válido. Recorria-se por vezes a inquirições ou ao julgamento por árbitros, mas, na maior parte dos casos, o direito do mais forte é que ganhava.

É verdade que, mais tarde, a situação foi melhorando: os usos foram codificados, os reis ou os grandes vassalos impuseram o respeito desses

usos. Contudo, até em Inglaterra e pelos fins do século XIII — ou seja, na monarquia feudal melhor estabelecida e mais amadurecida — quando o rei Eduardo I enviou comissários seus para controlar o mandato em virtude do qual o *earl* Warrene exercia uma certa jurisdição, este desembainhou a espada e respondeu: «Eis o meu mandato. Os meus antepassados conquistaram as suas terras pela espada; é pela espada que eu as defenderei contra todos os usurpadores.» E os comissários inclinaram-se.

O outro problema congénito do feudalismo estava no emaranhado das obrigações. Com efeito, embora a homenagem fosse, em princípio, uma promessa de devoção ilimitada e total, quase todos os vassallos eram, na prática, «homens» de vários senhores. Por pouco que um deles se elevasse acima do medíocre, já não se contentava com um benefício único, mas colecionava vários, dependendo assim muitas vezes de suzeranos diferentes. À série de obrigações paralelas que daí derivavam, vinham juntar-se quase tantas séries verticais quantos feudos existiam; porque, com excepção dos benefícios que dependiam imediatamente do rei, todo o feudo constituía parcela de um feudo maior e o suzerano directo de cada vassallo era, por seu turno, vassallo de um outro suzerano. Por último, a cadeia das fidelidades laicas duplicava-se com uma cadeia de fidelidades eclesiásticas e essas cadeias eram independentes uma da outra, muitas vezes concorrendo no mesmo feudo (*extra-texto 13*, à direita).

O vassallo que tivesse querido cumprir pontualmente todos os deveres para com todos os senhores de que era «homem», encontrar-se-ia na posição da pessoa que quer conciliar deveres para com a mulher, os pais, os irmãos e uma família das mais numerosas. Tarefa sempre difícil, absolutamente irrealizável se todos os que têm direitos não vivem em boa harmonia, o que geralmente era o caso na família feudal. Na prática, o vassallo alinhava na maioria das vezes com o mais forte, o mais generoso ou o mais próximo dos senhores, quando não se aproveitava da multiplicidade de laços para os iludir a todos. É neste sentido limitado que podemos empregar o termo «anarquia feudal», sem esquecer contudo que a má vontade não necessita de pretextos para recorrer à desobediência e que a boa vontade acha muitas vezes o meio de satisfazer, ao menos em parte, todas as obrigações ao mesmo tempo.

A frágil pirâmide feudal

Os juristas logo meteram mãos à obra de buscar remédio para os conflitos de obrigações. Julgaram primeiro cortar o nó mediante a «homenagem lígia», juramento de fidelidade absoluta que, prestado por um vassallo a um dos seus senhores, tinha precedência sobre as homenagens simples prestadas aos outros. Mas cada senhor passou a exigir a homenagem lígia, o que trouxe o problema ao ponto de partida.

A doutrina segundo a qual o sistema feudal, no seu conjunto, constituía uma só hierarquia, uma pirâmide de dignidades em que cada escalão estava subordinado ao escalão superior, teve influência mais profunda. Desenvolveu-se lentamente, quase espontaneamente, no molde das velhas circunscrições regionais, dioceses, reinos, Império, onde quer que outrora

RECONSTRUÇÃO DE BAIXO A CIMA

as mais frequentes assembleias bárbaras e carolíngias tivessem reunido a nobreza acima das divisões locais.

Numerosos factores contribuíram para a doutrina da pirâmide feudal: particularmente a memória das unidades mais vastas que precederam o esfrelamento feudal e sobreviviam nos títulos reais; os interesses comuns (por exemplo, de feudos situados no mesmo vale ou ameaçados pelo mesmo inimigo); o desejo crescente de ordem e de paz no meio da confusão e da violência gerais; as ambições dos suzeranos mais poderosos, esforçando-se por organizar sob as suas ordens a confusão dos vassalos. Mas a doutrina não se podia aplicar sem esbarrar com sérias dificuldades. Assim, como harmonizar as duas pirâmides, a laica e a eclesiástica, que culminavam respectivamente nas pessoas do imperador e do papa? Como conciliar o princípio do Império Romano universal com a existência de pirâmides independentes em cada um dos grandes reinos? Onde colocar, no edifício geral, aquele que era vassalo de um homem num feudo, mas senhor do mesmo homem noutro feudo? A era feudal está eivada de diatribes sobre estes problemas, sem solução válida.

A pirâmide feudal ocupa lugar honroso na longa série de tentativas de compromisso entre particularismo e unidade, de que a Sociedade das Nações, as Nações Unidas ou o Conselho da Europa são os exemplos mais recentes, num quadro mais vasto.

Nos séculos x e xi, a tentativa era quase desesperada. A energia borbulhante dos feudos, já reanimados pelo surto de cada núcleo de povoamento, contrastava com a fraqueza dos reinos, ainda retalhados por grandes espaços vazios que separavam esses núcleos. Também as monarquias mais fortes não foram, a princípio, as que mais tinham avançado no caminho da feudalização, como a França e o reino de Arles, mas aquelas onde uma sociedade menos numerosa e mais arcaica preservara os laços imediatos da tribo e do bando armado em torno do chefe: a Alemanha, a Hungria ou a Polónia. Contudo, a longo prazo, as monarquias feudais iriam afirmar-se como as mais fortes, porque se apoiavam sobre homens habituados a governar o seu próprio domínio e ligados uns aos outros por uma solidariedade de ordem moral.

Cada vassalo podia entender-se como um rei que exercia, no seu domínio directo, os mesmos poderes que ele. Porque os Capetos eram, antes de tudo, os duques de França, ou seja da região parisiense; os reis da Alemanha, duques da Saxónia, da Francónia ou da Suábia; os reis de Inglaterra, os senhores imediatos de várias baronias espalhadas por toda a ilha. Da mesma forma, cada duque era suzerano de vários condes mas exercia em pessoa o poder condal numa parte do seu território. Ora, «é verdade que o rei é soberano acima de todos», mas é igualmente verdade que «cada barão é soberano na sua baronia». Esta contradição, que Beaumanoir, bailio de dois reis de França, assinalava em 1283, sem com isso se mostrar chocado, só estava completamente resolvida quando o rei era também o seu próprio barão.

Roma, Cidade-Estado, cimentara o seu Império em forma de confederação de Cidades-Estados; os reis da Idade Média reconstruíram os seus reinos em forma de pirâmide de feudos. Sem esquecer o papel desempe-

nhado pelas cidades medievais, sublinhemos que foram as monarquias mais feudalizadas que deram à Europa os primeiros grandes Estados nacionais: a Inglaterra e a França. Acrescentemos contudo que tanto uma como a outra só conseguiram construir uma pirâmide estável a partir do momento em que o domínio directo dos reis se mostrou suficientemente vasto. Quanto aos Estados nacionais mais pequenos—pensamos no caso de Portugal—não necessitaram de intensa experiência feudal antes de se organizarem: o rei podia estender o seu poder directamente a qualquer recanto do reino.

6. LIBERDADE E LIBERDADES

Se, nos séculos x e xi, os poderes de um rei e de um senhor feudal se mostram muito fracos e mal definidos fora do seu domínio directo, são pelo contrário muito extensos no interior desse domínio. A essência da idade do particularismo reside neste contraste, válido para o imperador como para o mais ínfimo dos vassallos. O senhor encontra, em cada castelo e burgo fortificado (com os campos que se avistam do alto das torres), um oásis de segurança e de domínio quase absoluto, no meio de um mundo onde toda a expedição representa verdadeira aventura. É verdade que no seu domínio o senhor deve ter em conta o costume, a opinião pública, os direitos concorrentes de outros senhores. Mas estas restrições incomodam-no muito menos do que a separação dos poderes, nos dias de hoje, limita a autoridade de qualquer chefe de governo democrático. Só um ditador poderia atribuir-se pela violência o conjunto dos direitos que o senhor exercia sem oposição graças às tradições romanas e bárbaras. À maneira dos antigos imperadores, o ínfimo dos senhores exige dos habitantes do seu domínio pesadas corveias; à maneira dos conquistadores germanos e eslavos, comporta-se, quer como proprietário, quer como governador do território que directamente controla. Frente a tal plenitude de poder, não tem qualquer probabilidade de êxito um apelo a outras autoridades. Sejam originariamente livres, semi-livres ou servos, os súbditos do senhor confundem-se a seus olhos numa massa de cabeças curvadas.

Recuo e fragmentação da liberdade absoluta

A liberdade não morreu, mas perdeu aquela inflexibilidade de deusa helénica e romana. A Igreja exalta a submissão à vontade divina e reclama, para o seu chefe, o título de servo dos servos de Deus. O Estado, por seu turno, é concebido como uma cadeia de dependências, cujo próprio cimo não pode pretender a independência total, visto governar na qualidade de vassallo imediato do Senhor. Vassalagem e servidão, de início, não se distinguem uma da outra: a palavra inglesa *knight*, cavaleiro, tem a mesma origem que o alemão *knecht*, servo. Ainda que os homens mais ousados reencontrassem, desde a aurora do século x, a esperança de melhorar a sua

sorte, para a grande maioria o ideal a atingir não está no progresso mas no equilíbrio, na certeza de gozar sem desfalecimento os direitos ligados a uma condição social determinada.

Por isso as fontes falam raramente de liberdade, no singular, para acentuarem antes as «liberdades» específicas, que não são direitos naturais, mas privilégios, imunidades, excepções à regra. Um indivíduo, ou mais frequentemente uma comunidade, está livre deste imposto, daquela jurisdição, de tal corveia. Quanto mais liberdades se tem, tanto mais alto se está colocado [na escala social. Mas ninguém sonha então com liberdade absoluta (considerá-la-iam sequer possível neste mundo?) e a diferença entre o homem livre e o servo não marca um contraste nítido entre a luz e as trevas. É antes uma sucessão de matizes enquadrando uma vasta zona de penumbra, de quase-liberdades ou de quase-servidões.

Fariamos mal em introduzir, nesta penumbra, classificações jurídicas prematuras. Mesmo nas cidades, no século x, distinguem-se dificilmente os artífices livres (que continuam a dever prestações ao senhor) dos artífices servos que lhe devem todo o trabalho mas aceitam igualmente encomendas de outrem. No círculo dos negócios, nem sempre se sabe onde colocar esses «negociantes», que se dedicam sem dúvida ao comércio em seu próprio nome, mas que muitas vezes parecem agir como administradores e testas de ferro dos mosteiros e dos grandes. No campo, onde o dinheiro, esse poderoso criador de classes, desempenha papel limitado, a confusão é ainda maior. Em regra, um camponês recenseado como servo tem de dar, nas terras do senhor, mais dias de trabalho do que o seu vizinho livre, mas tanto um como o outro são corveáveis, e nem um nem outro, embora o afirme uma fórmula do Antigo Regime, são de facto corveáveis a belprazer. Os documentos não cessam de nos mostrar personagens de todas as categorias, que consignam simbolicamente pessoas e terras a uma instituição eclesiástica ou a um grande leigo, para as receberem, em troca, com o encargo de uma prestação. Tornavam-se acaso mais servis porque menos independentes, ou mais livres porque mais protegidos? Não o sabiam talvez melhor do que nós.

Nos séculos x e xi, a liberdade inteira, a liberdade absoluta, como a concebemos hoje, era por vezes, — sirva de exemplo a Itália — uma sobrevivência da tradição clássica, mas com mais frequência marca de arcaísmo ou manifestação de inferioridade política e de indisciplina. Encontramo-la, por exemplo, entre os Judeus e outros mercadores internacionais, simplesmente por não serem membros de pleno direito de nenhum Estado territorial; entre os desenraizados, os mendigos, os monges vagabundos, porque nenhuma classe social lhes dá asilo. Encontramo-la, aqui e além, nos montes, nos pântanos, nas florestas; entre os Saxões, os Frísios ou os Escandinavos incultos; nas terras de fronteira recém-arrebatadas aos Muçulmanos ou aos Pagãos...

Castela oferece-nos um exemplo vivo daquilo a que se poderia chamar o amadurecimento de uma sociedade igualitária pouco desenvolvida em sociedade hierárquica bem diferenciada. Por volta do ano 1000, os seus nobres e vilãos, os seus burgueses e todos os camponeses livres parecem viver ainda lado a lado. Duzentos anos mais tarde, todos os níveis, desde a grande nobreza até à ínfima servidão, se encontram já nitidamente distinguidos.

O ar da cidade

Fora destes casos excepcionais, todavia, a marcha da história social durante a Baixa Idade Média não conduz da liberdade primitiva à escravidão, mas da servidão às liberdades. São sobretudo as cidades que caminham na dianteira; mais do que os agricultores, os burgueses sentem a necessidade de se deslocar, de se expandir, de trocar bens e serviços sem entraves. Têm dinheiro para comprar as liberdades quando não as podem conquistar pela força armada ou obtê-las pacificamente em troca do seu apoio. A partir do século x, tornam-se numerosos os privilégios colectivos outorgados aos mercadores ou aos cidadãos de uma cidade. Rebentam em vários locais «conspirações» e tumultos urbanos contra o senhor local ou contra o rei. Desde 998 que se fala de uma câmara municipal em Cremona. É verdade que será preciso ainda um bom século para que as autonomias municipais floresçam na Itália setentrional, que precede de longe todo o resto da Europa. Mas muito antes de lá chegar, o progresso das cidades vai traduzir-se por um recuo da servidão, primeiro no interior das muralhas onde não deixa rasto, depois num círculo cada vez mais largo em redor do núcleo urbano.

Muitas vezes, a libertação realiza-se por etapas, onde a realidade das liberdades precede ou substitui a constatação jurídica da liberdade. Assim, em várias cidades escalonadas de Arras a Worms, os servos da Igreja começam a transformar-se em aristocracia urbana muito antes de terem cortado os laços de dependência. Em Huy, a carta de 1066, onde o bispo de Liège reconhece a autonomia da comunidade burguesa, prevê ainda que os servos estabelecidos dentro da cerca de muralhas permaneçam ao serviço do seu senhor. Mais cedo ou mais tarde, contudo, afirma-se o costume de que todo aquele que tiver residido numa cidade durante um ano e um dia deve ser considerado cidadão livre. «O ar da cidade torna livre», diz um provérbio medieval bem conhecido. Os seus efeitos são contagiosos. Espalham-se pela emancipação que os camponeses obtêm automaticamente quando se estabelecem na cidade, pelas concessões que os senhores lhes fazem para os persuadirem a ficar nos campos e pela extensão do direito urbano ao campo, onde quer que a cidade invade o território senhorial. Porque o direito urbano, com poucas excepções, não conhece a servidão, mas apenas graus diferentes de liberdade, aos quais se acede tanto pelos próprios esforços quanto pelos acasos do nascimento.

A sociedade urbana nem sempre se mostrou tão irreconciliável com a sociedade feudal como os seus inimigos o afirmaram, mas diferiu dela o bastante para exigir um lugar à parte na nossa narrativa. Consagrar-lhe-emos um capítulo especial. Aqui, vamos-nos limitar a alguns reparos essenciais.

Nas grandes cidades italianas, a expansão da burguesia fez estalar rapidamente todos os velhos quadros sociais e afrouxou os laços de dependência. Muito antes do fim do

século XII, já nelas se não falava de nobres e de vilãos, mas de grandes e de pequenos, ou de Guelfos e de Ghibelinos. A fortuna nos negócios e o jogo dos partidos eram a verdadeira base de privilégios de classes e de indivíduos, privilégios a que já não se chamava «liberdades», porque a liberdade sem limites das Cidades-Estados greco-romanas renascera nas cidades novas.

No polo oposto do desenvolvimento urbano, encontramos uma plêiade de cidades inglesas, francesas, alemãs e eslavas, que gozavam de liberdades subordinadas à estrutura monárquica e feudal em que estavam encastradas. As hierarquias tradicionais ainda aí se reconheciam. Mas cada uma destas cidades era um microcosmo resumindo a escala social inteira. Nobres, clérigos, homens livres de todas as fileiras e de todas as profissões (com inclusão dos lavradores, visto que havia muitas vezes campos cultivados no interior dos recintos e nas vizinhanças imediatas) gozavam de «liberdades» particulares, ligadas à própria condição e protegidas pelas associações de classe e de ofício.

Entre estes dois polos situam-se outras cidades que tinham transbordado dos antigos quadros sem os quebrar por completo: era o caso das cidades mercantis da Provença e do Languedoc, da Flandres e da região mosana, da Renânia e da Catalunha.

As peripécias da liberdade relativa

Até aos fins do século XII, e para além, a influência do castelo e da senhoria continuou porém a levar a melhor sobre a da cidade na maior parte da Europa católica. A evolução social seguiu por vezes um curso tão caprichoso como o fluxo e o refluxo das ondas, com as mesmas causas a poderem aliás produzir efeitos opostos. Vimos que a mobilidade aumentada da população, consequência directa da expansão demográfica, engendrou numerosas comunidades camponesas livres. Todavia, desenraizou também homens livres e forçou-os a aceitar os laços hereditários da servidão a fim de obterem uma terra em tenência («tenure»). Da mesma forma, a difusão crescente dos pagamentos em dinheiro permitiu a mais de um agricultor libertar-se de um ou de outro encargo servil. Mas estes pagamentos a título pessoal, chamados *chevage* (*de cabeça*), foram muitas vezes utilizados como prova de servidão contra homens originariamente francos.

A grande corrente em direcção à liberdade chocou portanto com contra-correntes de importância variável consoante as regiões. Em várias províncias francesas produziu-se assim uma fusão gradual de todos os camponeses das senhorias rurais numa classe única. Porém a fusão levou, ora a uma promoção dos servos a uma condição próxima da liberdade, ora a uma degradação das sub-classes mais elevadas dos semi-livres (vilãos, «colibertos», colonos).

Em sentido inverso, os juristas ingleses estabeleceram distinções cada vez mais precisas entre os diferentes tipos de «tenentes» («tenanciers»). Isso fez salientar as liberdades inerentes a cada classe, incluindo a mais humilde, mas demorou as osmose e progressos colectivos.

Por último, na Alemanha, a lentidão da evolução social deu lugar a verdadeiros passos de dança cruzados. Enquanto grande número de servos *ministeriales*, encarregados de missões de confiança pelos senhores, se introduziam na classe inferior da nobreza, a maioria dos *censuales*, que os documentos do século XI chamavam «eternamente livres», voltavam a cair na servidão no decurso do século seguinte. A palavra alemã *diener*, servidor, convertida em *tium* ou *tiwum* em russo e em lituano, acabou por designar um alto funcionário!

Não concluíamos que nos fins do século XII as categorias legais se haviam esvaziado do seu conteúdo. Cada qual tinha as suas vantagens e desvantagens específicas, o que explica em parte as flutuações entre uma e outra classes, sobretudo numa época de grande mobilidade. Mesmo na Itália das cidades, a liberdade pura e simples, sem a propriedade das terras, nem sempre representou grande ganho para os camponeses libertos. O proprietário burguês foi muitas vezes mais exigente do que o tinha sido o senhor e humilhou os rústicos com desprezo igual. De resto, se cada liberdade aproximava o camponês das possibilidades de ganho, cada servidão diminuía-lhe as responsabilidades em caso da perda. E, em última análise, o género de tenência contava menos do que a quantidade ou a qualidade da terra explorada. *Primum vivere*: na Idade Média, como hoje, a boa tenência era aquela que permitia à família rústica matar a fome.

7. OS PROBLEMAS DO MUNDO CAMPONÊS

No século X, o problema da alimentação sentiu-se provavelmente com muita intensidade. Por norma, cada aldeia da Europa esforçava-se por produzir aquilo de que carecia, com mão-de-obra pouco abundante e técnicas mediocres. A Igreja ficava com um décimo de todos os produtos animais e vegetais, muitas vezes para o voltar a devolver ao senhor que se apoderara dos rendimentos eclesiásticos. A classe militar não era exigente no que dizia respeito ao abrigo e ao vestuário, mas tinha pelo contrário um apetite formidável, que as canções de gesta tornaram célebre. É verdade que o satisfazia em parte com os produtos da caça, que lhe servia ao mesmo tempo de distração favorita e de treino para a guerra, e lhe dava os víveres que nada deviam ao labor dos camponeses. Contudo, perdiam-se desta forma terras que poderiam consagrar-se ao cultivo. E por último, era ainda o senhor que requisitava para a sua mesa as poucas cabeças de gado que a pecuária podia subtrair aos trabalhos campestres. Tratando-se de um homem importante, com séquito numeroso, a sua passagem bastava para consumir em algumas semanas as reservas alimentares acumuladas durante um ano; depois do que, precisava de se deslocar para explorar outra aldeia. As viagens contínuas dos reis eram a maneira mais prática de receber, comendo-os, os impostos.

Que ficava assim para alimentação dos camponeses? A maioria dos campos que o afolhamento bienal ou trienal concedia ao cultivo era consagrada aos cereais. Porém a colheita, muito variável consoante a natureza do solo e as técnicas utilizadas, não excedia, em terrenos mediocres, três ou quatro vezes a semente. Era assim necessário pôr de lado até um terço, para a sementeira do ano seguinte. No Norte, onde a vinha não crescia,

tinha-se ainda de utilizar parte para a produção de cerveja, visto que os camponeses experimentavam em relação à água uma desconfiança que as condições sanitárias da época não podiam deixar de justificar. E se o Sul se mostrava favorecido pelos recursos dos vinhedos e dos olivais, sofria desvantagem no solo menos fértil e na insuficiência das chuvas que exigiam pousios menos intervalados. Quanto à carne, raros eram os camponeses que podiam permitir-se vaca, fora do São Martinho, data em que tradicionalmente se abatiam os animais que não havia meios de alimentar no inverno. O porco aparecia mais amiúde nas mesas. O seu vulto arredondado surge em primeiro plano em três ou quatro dos doze «trabalhos dos meses», que tantas vezes figuram nos baixos-relevos e nos manuscritos do tempo.

A exploração senhorial «modelo»

Sem nos determos nos pormenores de um regime alimentar que variava de resto consoante os lugares e os meios do cultivador, vejamos os traços essenciais daquilo a que se poderia chamar a exploração agrícola típica da senhoria medieval; típica, entenda-se, como é típica a catedral de Reims ou ainda *A Divina Comédia* ou uma sessão plenária do Parlamento. É por isso que não iremos estudar a mais frequente, mas sim a mais harmoniosa, equilibrada e característica estrutura da época. Embora haja extraído alguns elementos da *villa* do Baixo Império Romano e do grande domínio da primeira era bárbara, difere contudo deles como a catedral gótica difere da basílica romana ou bizantina.

O primeiro traço que impressiona é a divisão das terras de cultivo em duas partes desiguais: uma — geralmente a menor — explorada directamente pelo senhor, a outra distribuída pelos rendeiros e foreiros. Se bem que ditada por considerações económicas, esta partição assemelha-se à divisão política dos reinos em ducados e condados, em que um ou dois são administrados directamente pelo rei enquanto os outros se confiam a vassallos, em troca de contribuições específicas. Chamar a si toda a senhoria, fazê-la cultivar por homens escolhidos e mantidos por ele, seria uma responsabilidade e uma tarefa excessivas para um nobre, mesmo que dispusesse de bons agentes para o ajudar!

Torna-se muito mais cómodo guardar apenas uma reserva pessoal, onde, ao lado dos servidores indispensáveis, resida unicamente um núcleo de camponeses para assegurar a continuidade do trabalho. No resto da senhoria, os «tenentes» mandam em sua casa; com a condição, claro está, de que paguem contribuições em dinheiro ou em géneros e de que se revezem na reserva do senhor, para ajudar durante certo número de dias por semana ou por ano os camponeses aí residentes.

Na realidade, «senhores de sua casa», «mandar em sua casa», não serão as expressões exactas para nenhum dos habitantes da senhoria. O ver-





dadeiro senhor é a comunidade aldeã inteira, ligada desde as origens pré-históricas às tarefas elementares e essenciais que consistem em alimentar, bem ou mal, todos os seus habitantes, em poupar excedentes modestos para os dirigentes e em acumular provisões para a futura e irremediável escassez. O senhor, embora fosse o membro mais poderoso desta comunidade, tinha de lhe respeitar os costumes imemoriais se não queria que o equilíbrio da exploração fosse imediatamente posto em perigo. Concedia a protecção das suas armas, oferecia a experiência técnica dos seus agentes e as instalações permanentes (moinho, lagar de prensa, celeiro) enquanto os camponeses forneciam a mão-de-obra, os animais e as carroças.

Claro que era difícil aos camponeses regatear serviços, abusar dos direitos de pasto ou caçar sem licença na floresta do senhor. Mas também era difícil ao senhor aumentar os «foros», apropriar-se das pastagens comuns ou contestar aos camponeses o acesso aos espaços arborizados onde se forneciam de lenha e de madeira para as lareiras e para as ferramentas. Tudo isto não impedia naturalmente disputas e usurpações de uma parte e doutra; mas sempre a consciência colectiva da aldeia marcava a cada um a terra, a tarefa e os direitos tradicionais que lhe assistiam. Limitava a liberdade individual mas assegurava a cada membro da comunidade aquilo a que chamaríamos hoje «o pleno emprego».

Norte e Sul: a solidariedade da aldeia

Numa grande parte da Europa setentrional e em algumas regiões do Sul, a solidariedade da aldeia era reforçada pela repartição da terra em lotes (*fig. 38*). Reserva e terras aforadas não constituíam aí em geral blocos compactos, consistindo antes num grande número de estreitas aguilhadas dispersas por toda a senhoria. Nenhuma vedação permanente separava essas faixas de terra das faixas contíguas. Disposições deste género, cujos traços sobrevivem aqui e além, principalmente em Inglaterra mas também noutras partes, parecem-nos hoje bizarras; na Idade-Média, ao que parece, constituíam o sistema mais racional. Essas faixas eram abertas a fim de que o gado pudesse entrar depois de terminada a colheita, roer o que encontrasse e enriquecer os campos com o esterco. Eram dispersas para que cada membro da comunidade tivesse parte igual em boas e más terras. Eram longas e estreitas para que os cultivadores não tivessem que voltar com frequência a pesada charrua, indispensável para um solo pesado. Esta charrua acabava a sua tarefa rapidamente, mas exigia até oito animais de tracção. Portanto, era normal que a lavra se fizesse em comum atrelando juntamente os animais de vários rendeiros e foreiros.

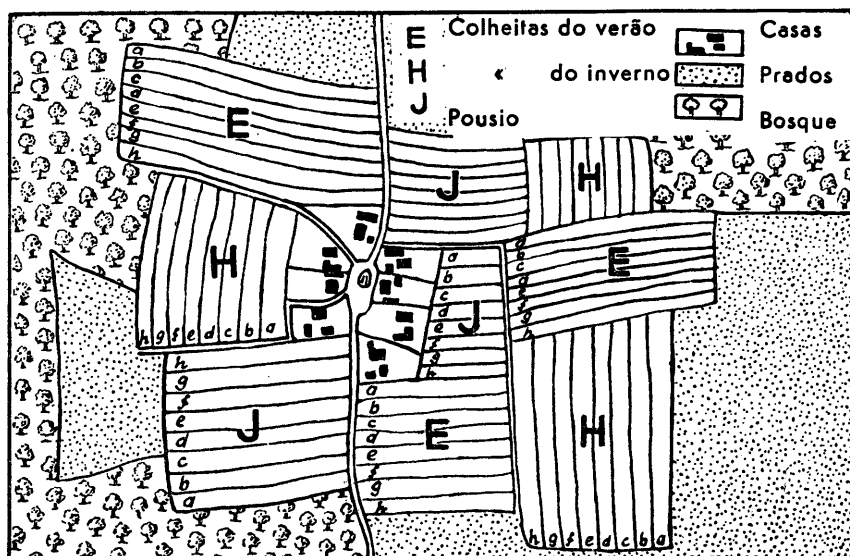
Infelizmente, a ausência de sebes e o desmembramento das terras aforadas desencorajavam os esforços de melhoria, as mudanças de hábitos

14 — Profetas discutindo, baixo relevo da catedral de Bamberg (Alemanha), 1237; — Universidade de Paris, Faculdade das Artes: selos das Quatro Nações, 1398 (*da esquerda para a direita*): nação da Normandia, nação da Picardia, nação da França, nação de Inglaterra. Archives Nationales, Cabinet des Sceaux (Paris)

RECONSTRUÇÃO DE BAIXO A CIMA

e as iniciativas individuais. Contudo, se uma inovação conseguia vencer a inércia colectiva, depressa os retardatários eram obrigados a acertar o passo pelo grupo.

Nem todas estas características se confinavam à agricultura setentrional: em forma mais ou menos atenuada, podem rastrear-se até nas



Colheita de Verão = Folha utilizada, aqui, para as sementeiras da Primavera
Colheita de Inverno = Folha utilizada, aqui, para as sementeiras de Inverno

Fig. 38 — Exploração típica do senborio medieval: planta de uma aldeia rodeada de campos abertos (open fields). As letras a, b, c, d, etc., indicam os proprietários possuidores de uma courela em cada um dos campos (Segundo Gordon East). Comparar com a fig. 7, pág. 50.

vizinhanças das maiores cidades da Itália romana. Todavia, iniciativas e resistências individuais deparavam com menos obstáculos onde as terras aforadas eram menos compactas, o terreno mais leve ou mais pedregoso, como, por exemplo, na maior parte da Europa meridional e em algumas regiões do Norte, como o País de Gales. Conhecemos os condicionalismos que viram nascer a agricultura clássica mediterrânea; dissemos as razões que lhe preservaram os caracteres fundamentais apesar da influência das novas técnicas. Dado que o solo e o clima exigiam uma maior percentagem de trabalho pessoal, era em certa medida possível que

cada agricultor se especializasse e se encerrasse na tenência como num cerrado particular. Aqui, a solidariedade da aldeia era antes de tudo fiscal: muitas vezes, a comunidade inteira respondia pelos pagamentos de cada indivíduo. Em empreendimentos comuns também uma certa unidade económica de aldeia se podia afirmar: era preciso cooperação para fazer a vindima, para manter canais de rega ou para partilhar nascentes de água. É verdade que a agricultura colectivista jamais alcançou vitórias completas para sul do Garonne e dos Alpes. Mas esta persistência de métodos ainda mais antigos do que a Idade Média não seria sinal de que no Sul, como no Norte, a agricultura tendia a seguir sempre pelos mesmos trilhos, abertos pela natureza e mantidos pela tradição? (*Extra-texto 15*, p. 194).

A força da tradição

A tradição mostra-se lenta em morrer e a natureza nunca morre. Apesar das mutações revolucionárias da sociedade e da economia, uma linha quase imperceptível mas constante estabelece ligação entre o «*kolkhoz*» soviético e a aldeia nórdica medieval. Outra linha, também constante, reúne as comunidades mais recentes da «bonifica» italiana com a aldeia romana meridional.

Foi por isso que preferimos descrever a «exploração agrária típica», não antes, mas depois dessa alvorada demográfica e económica da Europa que iria causar-lhe a decadência. Sejam grandes senhores ou humildes trabalhadores, os homens do campo mostram-se quase sempre conservadores. O equilíbrio, a autarquia, o pleno emprego que acabámos de sublinhar davam-lhes uma impressão de segurança que toda a modificação, para melhor que se destinasse, vinha perturbar. Sempre que se viram forçados a modificar hábitos, fizeram o que puderam por criar um equilíbrio semelhante, a um nível mais elevado. Encontramos senhores do século XII, ou até burgueses do XIII, a reconstituir as reservas depauperadas cem ou duzentos anos mais cedo pelas partilhas sucessórias ou pelos gastos excessivos de um mau administrador. Da mesma forma, camponeses entregues aos seus próprios meios nas terras de colonização formaram muitas vezes aldeias «cooperativas» em redor de um senhor, logo que se enraizaram no novo ambiente. A exploração podia tornar-se mais racional, contratos e salários podiam substituir laços de dependência e prestações em géneros, patrões e trabalhadores podiam mudar sem que a organização do trabalho fosse forçada a abandonar as características cravadas no espaço, à margem do tempo (ver acima, pp. 49-50 e 123-124).

Progresso para uma economia de troca

Espírito conservador não significa porém imobilismo. Assinalámos já as deslocções de pessoas, as mudanças técnicas, as modificações de estatutos jurídicos que foram transformando, lenta mas profundamente, a sociedade rural. Neste ponto, como não acentuar o progresso realizado em relação ao problema elementar do mundo rural: alimentar-se e alimentar o resto da sociedade? Infelizmente, só indícios indirectos e dispersos nos ficaram desse progresso: a população aumenta, a duração média da vida torna-se maior, as fomes diminuem de frequência, nobres e burgueses ficam escandalizados à vista de camponeses bem nutridos e razoavelmente trajados.

O indício mais significativo e inegável é talvez ainda a diversidade e a especialização crescente das culturas. Marca a entrada da agricultura na esfera das actividades especulativas e comerciais.

Nos fins do século XII, o aumento da produtividade da terra e do trabalho tirara a razão de ser económica à divisão das aldeias em reservas senhoriais e tenências, umas e outras principalmente destinadas a saciar os diferentes apetites dos seus ocupantes. O futuro pertencia às culturas intensivas, aos agricultores que produziam para o mercado e para esse efeito escolhiam as plantas que melhor se adaptassem à terra de sua exploração, fosse qual fosse a área. Enquanto certas regiões, como a Sicília e a Alemanha para lá do Elba, se encarregavam de fornecer cereais às regiões deficitárias, enquanto a Gasconha fazia outro tanto com o vinho, uma parte da Inglaterra e de Castela consagrava-se à produção da lã e certos vales italianos e catalães dedicavam-se à monocultura das plantas medicinais e tintoriais. Por toda a parte, hortas suburbanas completavam os rendimentos de agricultores que trabalhavam de enxada. Estava-se só num começo, mas abria-se o caminho para a fusão dos particularismos económicos em unidades cada vez mais vastas.

Lembremos por fim que a especialização e a comercialização não constituíam fenómenos novos. Conheceram-as a Antiguidade greco-romana e a Alta Idade Média conservava traços delas. A Baixa Idade Média distingue-se todavia pela organização deste trabalho agrícola destinado a produzir excedentes. A Antiguidade obtivera-os sobretudo pela exploração dos escravos e pelo aumento da fadiga dos camponeses livres; a Baixa Idade Média pôde diminuir essa fadiga graças a técnicas melhores e repartir os ganhos um pouco mais equitativamente entre todas as camadas da população.

É claro que isso não bastava para eliminar o camponês pobre, inteiramente absorvido pelo problema da própria subsistência, mas foram assim criados ócios em número bastante para permitir que a maioria da sociedade requintasse o modo de viver e de pensar.

O ERGUER DO PENSAMENTO

1. A VERDADE PROVADA PELA RAZÃO

«**N**ÃO EXISTE outra autoridade senão a verdade provada pela razão...»; «Hoje um clérigo iletrado é como um nobre inábil na guerra...» As novas direcções do pensamento na Europa católica do século XII ficam esclarecidas por estas tiradas de Honório de Autun e de Giraud de Cambrai: um, alemão ou inglês, o outro galês, mas pertencendo ambos ao meio intelectual cosmopolita da Île-de-France.

Claro está que a opinião corrente não ia tão longe como estes escritores de vanguarda. Os clérigos iletrados, ao contrário dos nobres ineptos, conservavam os cargos sem dificuldades; a autoridade suprema, a da Revelação, era invulnerável aos ataques da razão. Todavia, não faltavam clérigos cultos, como S. Bernardo de Clairvaux (1091-1153), para denunciar o orgulho e a temeridade das inteligências demasiado subtis, para as quais não bastava a frase de Santo Agostinho, retomada no século XI por Santo Anselmo de Aosta: «Creio a fim de compreender.» Contra Satanás, todos os meios são bons; sem recuar ante o emprego da astúcia, Bernardo conseguiu ainda fazer condenar — temporariamente — o mais presunçoso dos novos sábios — Abelardo.

Abelardo o presunçoso e o desenvolvimento da dialéctica

Abelardo veio contudo a triunfar depois de morto (1142). Elevou Paris a capital filosófica da cristandade, na época em que ela não era ainda o centro de gravidade político da França. Pouco importa que este homem sedutor e insuportável não tenha sido o pensador mais profundo do seu tempo; cada livro seu enriqueceu-se com os progressos alcançados pelo pensamento em dois séculos revolucionários, e preparou as conquistas dos séculos seguintes.

No seu *Conhece-te a ti próprio*, a insistência sobre a intenção do pecador de preferência à natureza do pecado desloca o acento tónico, da repressão para a terapêutica do espírito. Não se deve impor aos penitentes uma série de punições, uma tabela tão rígida como as tarifas das multas dos códigos bárbaros, mas antes submetê-los a um exame de consciência capaz de suscitar contrição.

Na sua *Lógica para principiantes*, o debate entre «nominalistas» e «realistas», que fazia correr o risco de deter toda e qualquer investigação no seu ponto de partida, encaminha-se para uma solução de compromisso: «os universais», isto é, os conceitos ou ideias, são inerentes aos objectos que vemos e aos pensamentos que concebemos. Que sejam, com efeito, simples palavras inventadas pela nossa faculdade de abstracção (como pretendiam Aristóteles e os nominalistas medievais), ou que, pelo contrário, sejam os pálidos reflexos dum modelo real, perfeito e divino (como pretendiam Platão, os neo-platónicos e os realistas), a via a seguir para compreender e conhecer não muda. É preciso observar os objectos e sobre eles exercer o pensamento.

Em *Sim e Não*, o desacordo aparente entre os melhores observadores e os pensadores mais autorizados, mesmo quanto aos problemas essenciais da fé, é posto em evidência pela justaposição das declarações contraditórias acerca de cento e cinquenta e oito desses problemas. O objectivo, naturalmente, não consiste em engendrar o cepticismo, mas sim em estimular a discussão: só ela permitirá conclusões seguras. Um simples passo em frente bastará agora para resolver os conflitos.

E esse passo será dado, pela primeira vez, não em Paris e na esfera sublime da teologia, mas sim em Bolonha, no terreno prático do direito canónico. Pouco antes ou pouco depois da morte de Abelardo, o monge Graciano, na sua *Concórdia dos Cânones Discordantes*, colocará a seguir à lista das autoridades e seus contraditores a respectiva resolução dos conflitos. Em breve, em Paris, será a vez de Pedro Lombardo que, pelo mesmo método, resolverá as controvérsias teológicas.

O pensamento medieval terá aperfeiçoado, deste modo, a dialéctica, que doravante dominará as escolas e colocará as suas conquistas ao alcance de inúmeros alunos. Por volta de 1170, Pedro Comestor (o «devorador» de livros) compilará uma *História Ecclesiástica*, verdadeira enciclopédia da Bíblia para uso dos estudantes. Antes do fim do século, um abade de Paris

exclamará com horror nem sequer disfarçado: «Discutem-se públicamente, violando as sagradas constituições, os mistérios da divindade... A indivisível Trindade é cortada e feita em bocados a cada esquina. São tantos os erros quanto os doutores; tantos os escândalos quantos os auditórios; e tantas as blasfêmias quantas as praças públicas.» Estas palavras evocam estranhamente as queixas de Gregório de Nyssa acerca dos debates públicos de Constantinopla, no século IV: «Esta cidade está cheia de artífices e escravos que são todos eles profundos teólogos e que pregam nas lojas e nas ruas... Se perguntais o preço dum pão, respondem-vos que o Filho é inferior ao Pai...» Após um sono de oitocentos anos, Paris revelara-se semelhante a Constantinopla? Não — mas o espírito retomará aí a sua antiga actividade (*extra-texto* 14, p. 179).

A difusão do saber e a formação de um público

O desenvolvimento do pensamento ocidental, entre o século x e o século xii, tem as suas razões e a sua dinâmica interiores, que pertencem ao domínio da história das ideias e não podem ser examinadas com exauro de pormenor num livro de história geral. Na medida, todavia, em que este progresso intelectual se manifesta sob a forma duma maior difusão do saber, inscreve-se no quadro da expansão demográfica, económica e social que já desenhámos. Arrepiemos caminho para contemplar os seus principais estádios.

No século x e durante parte do xi, só encontramos um pequeno número de mosteiros esclarecidos, tais como S. Gallen e Monte Cassino, algumas famílias intelectuais, como os discípulos de Gerbert e os discípulos desses discípulos, e alguns centros de estudos seculares — medicina na região de Salerno, direito e administração nos centros de Ravenna, Pavia e talvez Provença. Não se exagerará muito chamando a esses centros oásis no deserto das Letras. Os intelectuais estavam estreitamente ligados uns aos outros porque não dispunham de público algum; eram enciclopédicos porque só tinham acesso a informações muito limitadas; e estavam sempre prontos a deslocar-se, apesar das dificuldades das viagens, porque manuscritos e sábios só existiam em algumas localidades célebres. Não é longo o caminho entre Reims e Chartres, mas Richer, que o empreendeu em 991 para melhor estudar medicina, deixou-nos dele um relato cheio de angústia. Gerbert, seu mestre, era provavelmente duma resistência excepcional para não ter hesitado em reunir os seus notáveis conhecimentos viajando por todo o Ocidente católico, Catalunha inclusivè, às portas do mundo muçulmano. Richer e Gerbert foram ambos conselheiros de reis. Gerbert ascendeu a Papa, mas resta provar até que ponto o saber de ambos os ajudou a melhor governarem uma sociedade quase iletrada.

RECONSTRUÇÃO DE BAIXO A CIMA

Ao longo do século XI e sobretudo do século XII, os clérigos vagabundos tornam-se legião, os centros de cultura multiplicam-se, as comunicações tornam-se mais fáceis, a sociedade abre-se mais dócilmente às influências intelectuais. É a idade de ouro dos Goliardos e das suas canções, a idade da voga súbita, mas fugaz, desta ou daquela escola, em que brilha um mestre mais eloquente ou mais subtil do que os outros. É também a época do segundo humanismo, mais original e mais ardente do que o humanismo carolíngio, quase tão fecundo como o Humanismo por excelência, o Humanismo do Renascimento. A tal ponto que se pôde falar dum «Renascimento do século XII», cuja característica é a imitação cuidadosa, mas não servil, dos melhores clássicos latinos, e a viragem decisiva a redescoberta de Aristóteles e de Ptolomeu [e de Euclides (V. M. G.)].

Novos textos, muitos dos quais reproduzidos do árabe para latim, vêm juntar-se aos destroços da cultura greco-romana, salvos pelos eruditos carolíngios. Por seu turno, traduções de obras originais árabes e judaico-árabes, sobretudo nos campos da medicina e das ciências matemáticas e naturais, onde os Árabes ultrapassam os Gregos, trazem materiais novos. Na Itália, onde os conflitos com o mundo muçulmano jamais impediram as trocas comerciais e culturais, existem centros de tradução desde meados do século XI. A Espanha, onde os contactos com os Muçulmanos são ainda mais intensos, se bem que com excessiva frequência belicosos, desempenha também um papel muito importante. Pelo contrário, a Terra Santa, onde as relações entre as duas culturas serão sempre tensas, quase em nada contribuirá.

Entretanto, o essencial não está na importância ou na abundância daquilo que a Europa católica então recebeu, mas sim no facto de, uma vez mais, sentir o desejo e se mostrar capaz de aprender e assimilar. Citam-se e saqueiam-se sem escrúpulos as «autoridades» a propósito de tudo, mas está-se convencido de que a posse da Verdade Revelada assegura ao mais humilde cristão uma vantagem sobre todos aqueles génios que a não conheceram. Para ir além destes últimos, bastará que trabalhemos. A produção de livros novos ultrapassa, pela quantidade e pela qualidade, tudo o que se escreveu na Europa católica depois do desmoronamento da cultura greco-romana. As obras de teologia retomam a precedência sobre as simples vidas de santos; o direito, as ciências políticas e as ciências naturais disputam a primazia aos estudos religiosos; o número de exemplares manuscritos que nos restam dos livros mais lidos testemunha o número crescente dos seus leitores ou, pelo menos, auditores.

Com efeito, há doravante um público. O clero já não é mais do que a sua elite. A burguesia constitui a massa desse público, e a nobreza, uma clientela de ocasião, muitas vezes distraída, mas susceptível de se apaixonar se os temas a seduzem. Desde meados do século XI, apercebemo-nos mesmo da existência duma opinião popular, que escuta mais do que lê, e sobre a qual os argumentos racionais têm mais poder do que os apelos à emoção. A Querela das Investiduras produz, não uma série de milagres, mas sim uma floração de panfletos em que os partidos opostos desenvolvem erudição histórica, filosófica, literária e jurídica. Se a grande maioria da população

não sabe ler (salvo em algumas cidades italianas, onde a instrução dos laicos nunca desapareceu inteiramente), aqueles que sabem encarregam-se de explicar àqueles que gostariam de saber. E visto que, para isso mesmo, lhes é necessário traduzir textos latinos em «língua vulgar», parece duplamente aconselhável falar a este respeito de «vulgarização».

Tenhamos cuidado em não diminuir a força revolucionária da cultura vulgarizada. Hoje em dia, as promessas do comunismo são muitas vezes mais sedutoras para aqueles que não leram Karl Marx do que para aqueles que o estudaram. Da mesma forma, nos fins do século xi, a propaganda papal, traduzida ao povo por prégadores de bairro, arrastou as multidões de muitas paróquias a expulsar os padres simoníacos. Os papas necessitavam excessivamente de adeptos para se inquietarem com interpretações pouco menos que ortodoxas que ataçavam a chama: umas negavam a eficácia dos sacramentos conferidos por religiosos indignos, outras pediam que a Igreja voltasse à pobreza evangélica, outras ainda pendiam para o dualismo. É verdade que antes de findo o século xii já os papas triunfantes puderam permitir-se apertar as rédeas: foi assim que o nome de *Patarino* (mendigo, algibebe), que designava dantes os aliados do papado nas cidades lombardas, se tornou o dos partidários de uma heresia condenada.

A luta pelos espíritos: heréticos, escolares, tradicionalistas

De qualquer maneira, a vulgarização cultural favorecia a crítica e esta multiplicava os não-conformistas. Graças às comunicações mais fáceis, as suas ideias difundiam-se igualmente mais depressa, permitindo aos grupos de isolados heréticos coagularem-se em organizações rivais da Igreja romana.

A mais importante destas organizações, a Igreja cátara («pura»), ligada provavelmente a velhas heresias dualistas do Oriente (bogomilos, paulicianos, maniqueus), quase substituiu o catolicismo em vários centros do Sul da França e em algumas cidades da Itália do Norte. Apesar da extrema severidade dos seus dogmas, não cessou de conquistar terreno até 1209, quando a «Cruzada contra os Albigenses» veio sufocá-la em sangue, no próprio centro em que mais sólidamente se estabelecera.

Uma outra heresia mais suave, a dos «Pobres de Lyon», foi conquistar muitos adeptos aos dois lados dos Alpes. Só contra vontade abandonara a obediência a Roma, tendo o Papa recusado ao seu fundador, o mercador Pedro Valdo ou Valdez, a aprovação que solicitava. O que tornou Valdo suspeito foi, principalmente, a sua insistência em exigir a pregação em língua vulgar e a estrita adesão à Bíblia. À parte isso, o programa original dos Valdenses não se afastava radicalmente das regras adoptadas um pouco antes pelos cistercienses e por outras ordens monásticas reformadas, visando a restaurar a severidade primitiva da regra beneditina.

Tal como os reformadores ortodoxos, os heréticos recrutavam boa parte dos seus fiéis entre os humildes, menos sensíveis às especulações teológicas do que às denúncias da riqueza e corrupção nas ordens privilegiadas. Os chefes, todavia, pertenciam quase sempre às classes superiores e entre eles nunca faltavam intelectuais idealistas.

Se a Igreja católica acabou por ganhar a batalha contra os vulgarizadores não-conformistas, deveu-o em parte a essas escolas e a essa educação de que os tradicionalistas tanto receio tinham. Foi lá que os seus teólogos aprenderam a responder às objecções dos intérpretes não-autorizados, a colmatar as lacunas da doutrina onde se perdiam as vias ortodoxas, a descobrir o erro inconsciente e a heresia escondida.

Na segunda metade do século XII, escolas de toda a espécie adquiriram grande desenvolvimento, e a cidade substituiu quase inteiramente o claustro como sede principal do ensino. A Universidade de Paris instalou-se como rainha. O seu primeiro colégio, em que dezoito estudantes eram albergados a expensas do capítulo, foi fundado em 1180; a corporação dos mestres recebeu do Papa os seus primeiros privilégios em 1194; em 1200, Filipe Augusto isentou os universitários da jurisdição laica. E se, um pouco mais tarde, se julgou ainda necessário confiar aos soldados a repressão do catarismo, as escolas obtiveram a desforra em 1229. Nesse ano, terminada a Cruzada, o Papa fundou em Toulouse a segunda universidade francesa, a fim de que, aos espíritos que persistiam na dúvida, ela provasse a verdade através da razão (*extra-texto* IV).

2. O AMOR DA LEI

Paralelamente ao «renascimento» da filosofia, um «renascimento» do Direito percorreu quase as mesmas fases e com o mesmo fervor. Se a Idade Média não brilhou pela constante observância das leis, distinguiu-se, todavia, pelo amor e veneração que dedicou à Lei (*fig. 39*).

«Toma cautela em não subverter de modo algum a lei do nosso muito santo predecessor Justiniano», diz uma fórmula que foi usada, por volta do ano 1000, por Otão III, ao investir nos seus cargos os juizes romanos. Os candidatos deviam responder: «Se eu o fizer, caia sobre mim a maldição eterna!» Duzentos anos mais tarde, segundo uma tradição verosímil e provavelmente verdadeira, o célebre jurista Jacopo di Baldovino, não logrando resolver um conflito aparente entre duas passagens do *Digesto*, rezou toda a noite e, de madrugada, recebeu a solução por inspiração divina.

O sentimento popular e o ensino da Igreja estavam de acordo para lembrar aos soberanos que a administração da justiça era a mais importante e a mais nobre das suas funções. Se ela lhes oferecia menos distrações do que a guerra, assegurava-lhes ocupação contínua e — graças às multas — lucrativa. Por isso, todos aqueles que se achavam providos de qualquer espécie de autoridade empenhavam-se em estabelecer a justiça e em alargar a sua esfera de acção, mesmo à custa de usurpações da jurisdição de outrem.

Do direito romano ao direito românico

No século X, o que entravava a justiça era, não tanto a ausência de juizes e de regras, mas, pelo contrário, a sua multiplicidade. Direitos bárbaro e romano, eclesiástico e secular, escrito e consuetudinário, entrelaça-

vam-se como numa selva, que a ignorância dos juízes e a impotência das autoridades enchiam de armadilhas. A época carolíngia, cujos serviços à cultura literária assinalámos, em nada melhorara as condições do direito. Tinha, ao mesmo tempo, colecionado os códigos bárbaros e proclamado o seu respeito pela «lei romana» onde quer que ela sobrevivesse («nada foi estatuído, nem por nós nem pelos nossos predecessores, contra esta lei», diz uma capitular de Carlos o Calvo), mas permitira que cada qual governasse a sua vida de acordo com o direito que escolhesse. Todavia, lançara as primeiras pedras sobre as quais as gerações futuras teriam a possibilidade de construir dois sistemas jurídicos diferentes: feudal, germânico e particularista, ou então civil e canónico, românico e universalista.

Foi este último, mais atraente para os espíritos cultivados e mais adaptado a uma época de progresso económico, que geralmente prevaleceu nas escolas, senão mesmo nos tribunais. Faltava, evidentemente, um acto de fé para aplicar à legislação contemporânea um sistema jurídico velho de seis a nove séculos; mas não tinha já a fé empurrado na mesma direcção os homens que «renovaram» o Império Romano em favor de Carlos Magno e dos seus sucessores?

Era inevitável que o desejo de reconstituir a universalidade imperial romana se propagasse do domínio da política ao do Direito. «Pela lei dos Romanos, foi estatuído para o mundo inteiro...», diz, por exemplo, uma carta francesa de 903. No entanto, o conteúdo real das leis romanas era tão mal conhecido que uma carta dalmata da mesma época citava como *romana lex* um capítulo do edito do rei lombardo Rothari! Na realidade, a maior parte dos homens não conhecia mais do que os costumes locais, conforme os relatava a tradição oral.

Era necessário, portanto, voltar a trabalhar sobre os livros. Numa primeira fase, estudaram-se as partes sobreviventes do *Corpus Juris* e compilações de direito romano anterior a Justiniano. Retomaram-se igualmente os textos e as colecções de direito canónico antigo e recente, onde a influência romana marcara as fontes eclesiásticas. Os principais centros para o estudo destas últimas encontravam-se na Lotaríngia, entre o Reno e o Mosa, e na França do Norte; as fontes laicas eram consultadas mais frequentemente na França do Sul e na Itália.



Fig. 39 — A Justiça: capitel de Strzelno (Polónia), século XII

Depois, entre os fins do século XI e os princípios do século seguinte — isto é, na época em que a redescoberta de Aristóteles anunciava um «renascimento filosófico» — a redescoberta gradual do *Digesto* e da redacção completa das *Novelas* tornou possível um «renascimento jurídico» igualmente brilhante. No domínio do Direito, como no da filosofia, as obras-primas reencontradas forneceram à Europa católica as ideias gerais, as abstrações, o método científico de que a sociedade nova tinha necessidade (*extra-texto 16*, p. 195).

Embora admirando o génio dos antigos, os homens de leis não perderam de vista as realidades do presente. Não abandonaram, nem as conquistas da moral cristã, nem as inovações do direito comercial, nem mesmo uma parte considerável dos costumes bárbaros e feudais. Todavia, foi-lhes mais fácil adaptar o *Digesto* latino ao espírito neo-latino do que a outros, harmonizar a filosofia grega com a teologia judaico-cristã. Não se tratava de traduzir uma língua estrangeira, mas tão-sòmente de compreender uma forma mais antiga da linguagem jurídica ainda familiar. É por isso que a renovação do direito romano, sobretudo nos territórios em que as tradições legais da Antiguidade se tinham transformado sem morrerem completamente, pode ser comparada à eclosão das línguas românicas e da arte românica.

Entre estes territórios, a Romagna proclamava, até pelo próprio nome, a sua adesão tenaz à herança romana e bizantina. Ravenna, a antiga capital, era um dos centros onde o estudo do direito não se extinguiu. Por fins do século XI, um grande mestre, Irnério, fez por uma outra das suas cidades, Bolonha, o que Abelardo iria fazer por Paris um pouco mais tarde: fundou uma escola que eclipsou todas as outras. Em 1158, quando o imperador Frederico Barbarruiva concedeu aos estudantes e aos mestres da cidade os seus primeiros privilégios, a fama internacional de Bolonha estava já feita. Todos se submetiam aos seus Glosadores («explicadores») em matéria de direito civil, como a Graciano em matéria de direito canónico.

Antes de findo o século XII, a escola enviava «missionários» ao estrangeiro. Placentino introduziu os métodos dos Glosadores em Montpellier, onde se desenvolveu a segunda grande Faculdade de Direito. Vacário escreveu em Oxford um resumo do Código de Justiniano «pensando nos estudantes pobres», a fim de que pudessem comprá-lo sem grandes gastos e aprendê-lo em pouco tempo. A Alemanha, a Espanha e a França do Norte, que não tinham ainda centros autónomos, forneceram a Bolonha numerosos estudantes. Começava-se, doravante, a chamar «direito comum a todos os homens» àquele direito romano adaptado às necessidades da Idade Média, a que nós preferimos chamar «românico».

A difusão do direito românico: atração e resistências

A vaga de popularidade do direito românico não se explica apenas pelas suas grandes virtudes de clareza, ductilidade, inteligência, mas também pelo facto de a enciclopédia jurídica de Justiniano oferecer argumentos para todas as causas. Os partidários de Gregório VII e da reforma eclesiástica encontraram aí a justificação do universalismo papal. Por maioria de razão, os adeptos do Império viram nela a consagração do absolutismo do imperador, «lei viva sobre a terra» por delegação perpétua do povo. Os cidadãos das comunas livres, por sua vez, colocaram o acento tónico, não sobre o delegado mas sobre o mandante, isto é, sobre o princípio da soberania popular. Senhores e terra-tenentes feudais procuraram, nesse mesmo direito, meios para transformar a posse precária em propriedade absoluta e individualista; os homens de negócios foram beber nele uma teoria das obrigações atenuada e elástica; os moralistas procuraram a exaltação do direito natural e dos grandes princípios éticos; os cínicos, uma distinção muito nítida entre o que é honesto e o que é legal.

Finalmente, em Itália, onde não existia dinastia autóctone a que o povo se pudesse afeiçoar, Justiniano e o seu direito tornaram-se símbolos patrióticos e quase nacionais. É assim que, no século XII, o obscuro autor dum pequeno livro sobre as «subtilezas do direito» deixa explodir o seu ressentimento contra os «reis transalpinos» que permitiram a vigência das leis bárbaras, reabrindo desse modo «a ferida da antiga dor». Os descendentes dos Romanos desejavam o direito românico.

Foi por razões análogas que o direito românico encontrou, em fins do século XII, as primeiras resistências. Não junto dos especialistas italianos do direito germânico, que se resignaram em geral a considerar as leis lombardas como simples complemento do «direito comum» romano, mas onde quer que uma dinastia enérgica se esforçasse por unir todos os súbditos à própria causa, impondo as suas leis a toda a comunidade.

Filipe Augusto, receando que a recepção do direito romano viesse alimentar as pretensões do imperador, seu inimigo, à hegemonia universal, proibiu o seu ensino na Universidade de Paris em 1219. As escolas de direito romano continuaram, todavia, a florescer, não só no Sul ainda autónomo, mas até na própria cidade real de Orléans, antigo centro do humanismo literário francês, que em breve obteve a autorização recusada à capital. Em Espanha o conflito foi menos agudo. Se bem que os soberanos tenham insistido sempre na superioridade hierárquica das ordenações reais sobre qualquer outro texto legislativo, dum modo geral permitiram que os juristas citassem preferencialmente o direito romano em reforço dos seus pareceres. Ao contrário, a Inglaterra reagiu com grande violência antes de findo o século XII. Vacário foi «reduzido ao silêncio», os manuscritos do direito romano confiscados e o seu ensino proibido em todas as escolas. Se os juristas queriam construir uma doutrina válida para todo o reino, que recolhessem e

RECONSTRUÇÃO DE BAIXO A CIMA

estudassem o conjunto dos costumes locais, os usos feudais e os estatutos reais. E foi assim que a expressão «direito comum», criada no continente pelos intérpretes do direito românico, acabou por designar em Inglaterra (e ainda hoje o designa em todos os países anglo-saxónicos) o direito nacional, por oposição ao direito romano.

Todavia, mesmo onde lhe punham obstáculos, a obra dos Glosadores deu aos estudos jurídicos impulso novo. Para resistir à concorrência do direito «românico», o direito consuetudinário do Norte, feudal e nacional, teve de desbastar-se e afinar-se. Foi necessário fixá-lo por escrito, sistematizá-lo segundo a lógica dos canonistas e romanistas, extrair dele princípios abstractos e ideias gerais. Quando Rainulfo de Glanvill compilou, por volta de 1187, o primeiro tratado geral «das leis e dos costumes do reino de Inglaterra», utilizou os conhecimentos de direito romano que acumulara a despeito das proibições régias. No século XIII, os tratados e as colecções de direito local e nacional multiplicaram-se por toda a Europa. E qualquer que fosse o seu conteúdo, as traves-mestras revelavam quase sempre a influência das construções jurídicas românicas.

As outras tradições jurídicas

O conteúdo das leis evoluiu mais lentamente do que as suas formas. Excepção feita de algumas cidades de vanguarda, a sociedade do século XII era excessivamente diferente da sociedade romana para adaptar as regras fundamentais desta às suas próprias necessidades. A concepção antiga da propriedade absoluta, exclusiva e perpétua, mostrava-se incompatível com a organização feudal do «domínio», decomposto em vários estratos confiados a vários detentores temporários. As antigas categorias de homens livres e escravos não se aplicavam à massa dos servos medievais. O poder de agir que os Antigos concediam à mulher livre contrastava com o regime de menoridade perpétua a que a Alta Idade Média a submetera. Nestes sectores, e noutros ainda, o direito românico não conseguira expulsar o costume germânico a não ser aproximando-se dele, ou deixando-o sobreviver a seu lado.

Será exacto, de resto, falar de «costume germânico» em oposição ao direito românico? Vingança de sangue, duelo judiciário, responsabilidade penal colectiva, purificação através do juramento dos parentes, direito de o senhor, e depois o soberano, se apropriar dos bens dos estrangeiros que morriam no seu território, apropriação também pelo senhor ou pelo soberano, dos salvados dos bens dos naufragos: todas estas instituições, que frequentemente se atribuem à contribuição germânica, não se acham mencionadas nos códigos visigóticos da Espanha. Vão, no entanto, manifestar-se após a invasão árabe, nos Estados cristãos. É caso para perguntar se não serão simplesmente sobrevivências duma mentalidade primitiva.

Na maior parte da Europa, assim que o progresso social tornava intoleráveis os costumes mais frustes, as instituições já amadurecidas do direito românico iam ocupando o primeiro lugar. A Inglaterra, todavia, logrou quase sempre actualizar os seus costumes modificando-os radicalmente sem os abolir. A purificação através do juramento dos parentes, por exemplo, transformou-se pouco a pouco no processo do júri. A experiência inglesa prova-nos que nenhuma tradição legal tem o monopólio do sentimento da justiça, e que era possível construir um sistema jurídico válido, mesmo sem recorrer aos materiais do direito romano.

No entanto, não é à Inglaterra que cabe a honra de ter produzido o primeiro código nacional da Baixa Idade Média (continua sem o possuir!), mas sim à Noruega. Aqui, sob a égide do rei Magno (fig. 40), «o Reformador das leis» (1263-1280), a legislação das assembleias provinciais e o direito urbano foram actualizados e codificados. Quanto à Alemanha, o juiz Eike von Repgow compilou, entre 1221 e 1224, uma recolha privada de direito consuetudinário (*Sachsenspiegel*, Espelho dos Saxões) que parecia destinada a cristalizar a tradição jurídica indígena de modo mais eficiente do que o código imperial de Frederico II, promulgado na mesma época na Sicília e impregnado de direito romano. Poder-se-ia julgar que a desintegração do «Império Romano da Nação Alemã» após a morte de Frederico II viria jogar a favor do direito consuetudinário local; pelo contrário — o direito romano e o direito canónico deviam exercer uma influência ainda mais profunda numa outra colectânea privada, datando de 1274 (*Schwabenspiegel*, Espelho dos Suábios). No final da Idade Média, o direito de Roma tornara-se praticamente o direito nacional da Alemanha. Justiniano, morto havia mil anos, conquistava assim a sua mais bela vitória.

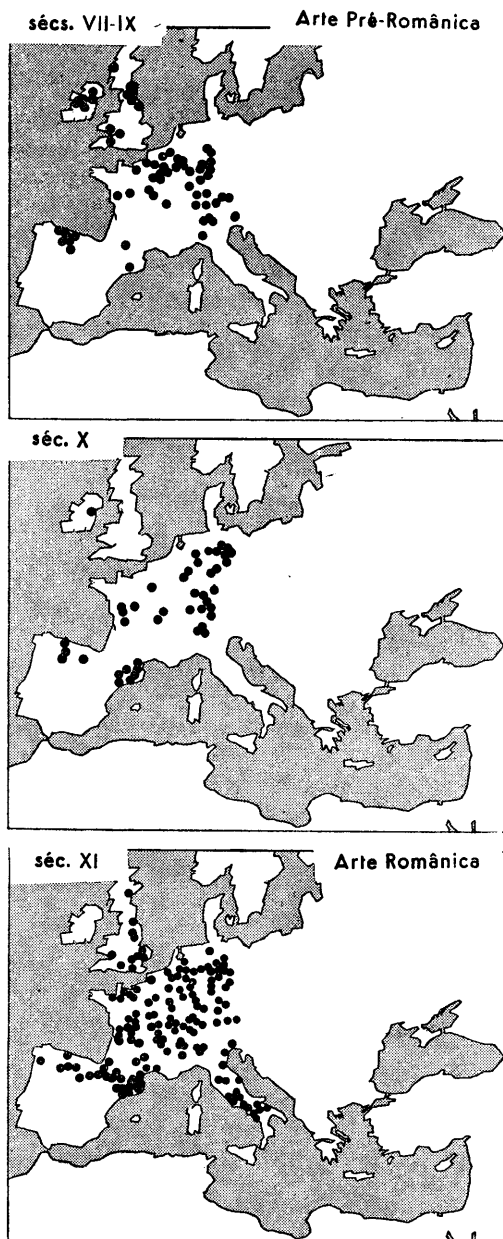


Fig. 40 — O rei Magno IV, legislador da Noruega. Escultura da catedral de Stavanger (Noruega)

3. A PAIXÃO DE CONSTRUIR

Se ainda hoje admiramos as construções harmoniosas e sábias dos filósofos e dos juristas do século XII, não as amamos, no entanto, como amamos as obras dos arquitectos, seus contemporâneos. É que o saber ali-

RECONSTRUÇÃO DE BAIXO A CIMA



Mapa 11 — A expansão da arte na Europa católica do século VII ao século XIII

menta o progresso e, por isso mesmo, condena-se a ser superado. A arte permanece e rejuvenesce através das interpretações que sucessivamente lhe vão dando as diversas idades, segundo as tendências do seu espírito peculiar.

Entre as interpretações modernas dos estilos românico e gótico, a mais popular é a que vê neles um contraste de atitudes religiosas. A horizontalidade maciça da arquitectura românica exprimiria a submissão a Deus de uma sociedade acabada de sair de longo torpor; a verticalidade alada da arquitectura gótica reflectiria o impulso para Deus de uma sociedade mais segura de si própria. E todavia, este contraste entre «arquitectura de humildade» e «arquitectura do impulso» foi totalmente desconhecido dos escritores do tempo. O que eles de melhor grado louvavam resume-se em três termos: grandeza, harmonia, esplendor. Ora, estes valores intuitivos pertencem à estética de todos os tempos. Não são exclusivamente religiosos.

O papel do simbolismo

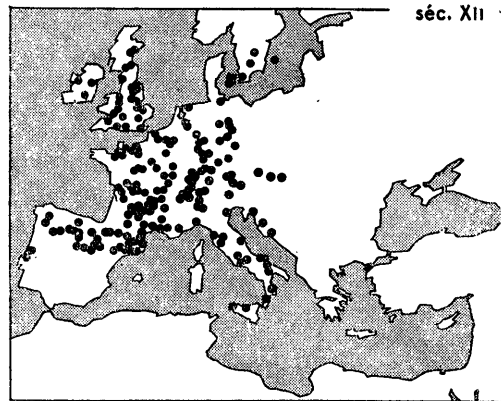
É um facto que as igrejas foram a glória e o supremo esforço dos construtores medievais. Esforço enorme que



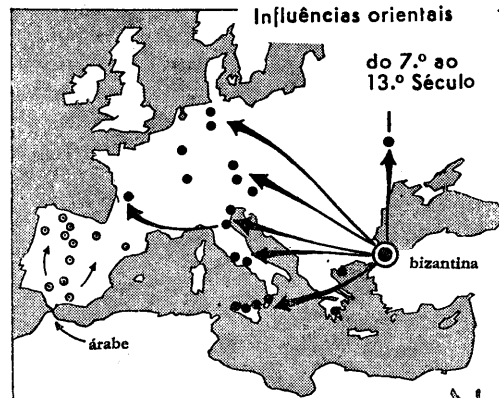
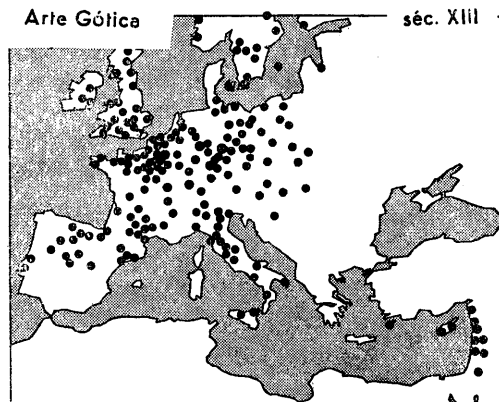
suscitou numerosas críticas. Um Raúl Glaber no século x, um Bernardo de Clairvaux no século xii, um Rutebeuf no xiii, scandalizaram-se com a construção de igrejas cada vez maiores e mais ricamente ornamentadas quando existiam ainda igrejas velhas em bom estado. Mas Suger, abade e ministro do rei (c. 1081-1151), não hesitou em cobrir de ouro o altar de Saint-Denis. «Os próprios santos mártires — explica ele —, nos dizem por sua boca: *Queremos o que há de melhor.*» O fausto e a beleza poder-se-iam justificar envolvendo-se em símbolos?

Assim se acreditou. A grandeza de uma igreja dava um antegosto da imensidade dos céus. A harmonia das proporções repousava sobre medidas e números consagrados pela hierarquia celeste (o três da Trindade e o doze dos Apóstolos), sobre intervalos sugeridos por esse eco da harmonia das esferas que é a música humana ($1/2$, $2/3$, $3/4$, etc.). O fausto imitava o esplendor da Natureza, filha de Deus e do seu Criador, quer pela vivacidade das cores quer pela profusão da luz.

Urbanismo, planimetria, decoração, tudo servia para anunciar, para dramatizar mesmo a mensagem divina. Campanários gigantescos surgiam de súbito ao virar a esquina de uma ruela e pro-



Arte Gótica



Mapa 11-bis — Expansão da arte na Europa católica do século VII ao século XIII

16 — A Lei: o mais antigo manuscrito das leis municipais de Pisa (Constitutum Usus), século XII. Col. Thomas E. Marston, Univ. de Yale (Estados Unidos); — à esquerda: dois capitéis da catedral de Módena: «O homem oprimido» pela injustiça, e o «Juiz íntegro» mostrando o texto do Digesto; século XII

clamavam às casas minúsculas o poder do Senhor. Planos cruciformes de três naves transformavam as basílicas em alegorias estruturais. Mosaicos, pinturas e vitrais convertiam em oiro, púrpura ou safira deslumbrante o azul excessivamente pálido e desigual do céu real. Por sua vez a escultura, essa autêntica Bíblia dos iletrados, servia de comentário popular e de ilustração histórica às abstracções teológicas incorporadas nas formas estruturais. Fazia-se assim perdoar a devoção um pouco idólatra que inspirava às almas ingénuas, a diversão um tanto mundana que proporcionava aos olhos atraídos pela beleza.

Teologia e simbolismo, só explicam todavia certos aspectos da arte religiosa e só em parte esclarecem a evolução dos estilos. Não puderam exercer qualquer influência directa sobre a arquitectura militar e civil, nem sobre a construção das casas vulgares. Quando um nobre romano do século x e um vassalo flamengo do século xii mandaram construir «torres arranha-céus» (*inter coelos, coelo contigua*), não foi para se aproximarem de Deus, nem para deslumbrarem os homens, mas sim para ultrapassarem os seus rivais e dominarem os respectivos súbditos. Edificaram-se mais castelos do que catedrais: entre 1135 e 1154, no dizer de um cronista, os barões ingleses teriam aproveitado a fraqueza do rei Estêvão para erigir 1 115 «castelos não autorizados», num reino já erigido de fortalezas permitidas. Este número parece exagerado — um estudioso moderno calcula que nunca houve mais de 500 castelos em Inglaterra — mas é preciso contar igualmente com as casas fortificadas, as torres dos burgueses e as muralhas das cidades. Também a arquitectura civil tem de entrar em linha de conta. Mais tarde ou mais cedo, todas as cidades e vários burgos quiseram ter os seus paços do concelho, o seu hospital, fontes, pontes. Pensemos por último nas habitações particulares, urbanas e rústicas. As mais pobres não passavam de abrigos, mas houve-as em número crescente que se inspiraram em concepções artísticas e influenciaram indubitavelmente a evolução dos estilos.

O papel dos materiais

Ao fim e ao cabo, a antítese entre românico e gótico é menos antiga e menos importante do que a dos materiais: de um lado, arquitectura de pedra e tijolos; do outro, arquitectura de madeira, colmo, taipa e, mais tarde, de vidro.

Originariamente, uma opposição deste género brota das condições do solo e do clima. Tende a partilhar a Europa em duas zonas separadas, *grosso modo*, por uma linha que vai do estuário do Loire ao delta do Danúbio. Ao sul desta linha, a pedra e a argila são abundantes. Edificam-se paredes espessas para resistir aos ardores do sol. No Norte, facilmente se encontra madeira para construir e lenha para aquecimento e, em caso de necessidade, para fundir o vidro; mas a iluminação é difícil entre os nevoeiros e as

chuvas do Inverno. Existem, naturalmente, encraves: a madeira retoma os seus direitos onde as florestas aparecem, mas a Bélgica não renuncia à utilização das suas pedreiras e da sua terra boa para tijolos. A comodidade e o hábito engendram o gosto, a tradição local transforma-se pouco a pouco em costume nacional. Acompanha os povos nas suas migrações, até mesmo onde o ambiente a não justifica, dificulta a adopção de técnicas estrangeiras e reaparece, por vezes, após um longo eclipse.

Não é, pois, sem razão que um texto lombardo do século VII ou do princípio do VIII chama aos dois tipos de construções *opus romanense* e *opus gallicum*. O primeiro destes termos recorda-nos que a pedra e o tijolo tinham constituído o postulado técnico e estético da Roma antiga e mantinham o prestígio desta nas duas Romas da Alta Idade Média (a Roma oriental dos imperadores bizantinos e a Roma ocidental dos papas). Pedra e tijolo deviam impor-se ao longo da renascença artística que os historiadores modernos chamam também «românica». O termo *opus gallicum* sublinha que Celtas e Francos por muito tempo permaneceram fiéis à madeira e aos outros materiais leves. Acabaram por renunciar a eles, mas a desforra surgiu sob a forma dessa arquitectura de vidro enquadrada por um mínimo de pedra, que os Alemães iriam importar no século XIII sob o nome de *opus francigenum*. Chamamos-lhe, sem razão, «gótica».

Técnicas e materiais também não explicam tudo, mas, ao contrário do que se passa com o simbolismo, afectam todas as construções, públicas e privadas. Na arquitectura religiosa, forneceram os dados essenciais do problema de que dependeu a evolução dos estilos românico e gótico: fazer com que o cheio suportasse o vazio. A solução tornava-se mais difícil à medida que salas e janelas cresciam e que a pedra se substituíra aos materiais mais leves, não apenas nas paredes mas também por cima das janelas e nos tectos. Para a alcançar, os construtores da Europa católica entregaram-se a uma série de experiências, umas originais, outras sugeridas pelo exemplo dos antepassados ou dos vizinhos orientais (figs. 41, 42, 43).

Multiplicaram os arcos semicirculares e, mais tarde, os arcos quebrados. Cruzaram-nos por debaixo das abóbadas e reforçaram-nos com arestas e ogivas. Justapuseram-nos de modo a que se prestassem mútuo apoio. Ancoraram-nos a contrafortes. Sustentaram-nos por arcos-botantes. Coroaram-nos de agulhas para neutralizar a força da

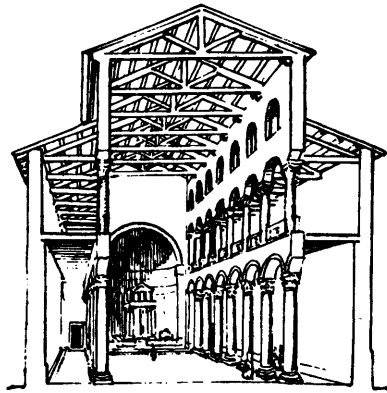


Fig. 41 — Arquitectura pré-românica: *basílica de Santa Inês extra-muros, em Roma (corte transversal), século VII*

gravidade do impulso lateral. Dividiram os edifícios em compartimentos, possuindo cada um o seu equilíbrio próprio e contribuindo, assim, para o do conjunto.

Quase todos estes artificios se importaram ou inventaram durante a idade românica, ou mais cedo ainda. A arte gótica floresceu logo que eles foram sistematicamente coordenados e levados até às suas consequências extremas. É por isso que, tècnicamente, essa arte não foi uma reacção contra o românico, mas antes uma fase posterior na mesma via. Daí, o sermos livres para a considerar de acordo com as nossas preferências, quer como um exagero quer como a pedra de fecho da arte românica.

Difusão e evolução da arquitectura românica

Ao princípio houve a pedra. Daí o interesse que, para os historiadores da arte, preocupados em remontar até às origens, têm os raros testemunhos architectónicos em pedra ou em tijolo, anteriores ao renovo do século x. No século ix, o rei das Astúrias mandou edificar de pedra a sala grande do seu palácio de Oviedo (*extra-texto 17*). Transformada em igreja, escapou à destruição que se abateu sobre os palácios e os outros edificios civis carolíngios. A França, a Alemanha, a Itália transmitiram-nos documentos e plantas; mais raramente, igrejas inteiras. Se a tradição românico-bizantina em regra desempenha aí o papel principal, julga-se possível descobrir também influências orientais novas. Mais: inovações originais na planimetria e na ordenação das torres parecem anunciar o despertar da paixão de construir.

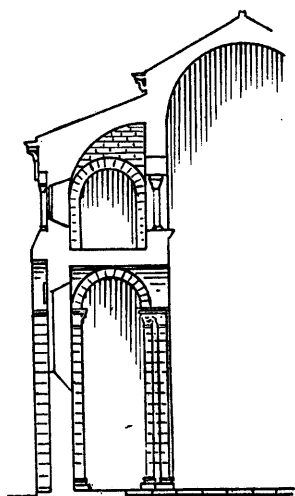


Fig. 42 — *Architectura Românica: corte de Saint-Austremoine d'Issoire (Puy-de-Dôme, França), princípio do século XII*

No século x e nos princípios do século xi, o movimento acelera-se. Tudo leva a crer que se produziu uma eclosão comparável à do pensamento filosófico e científico, muitas vezes nos mesmos centros e com os mesmos patronos. Sem dúvida que esses principais centros foram relativamente pouco numerosos e dispersos nas regiões em que a arquitectura não era uma arte mas sim uma técnica. Dispersos — mas não isolados. Os patronos eram geralmente grandes senhores, comunidades monásticas, prelados cuja fama e influência se estendiam até longe, e que por vezes iam ao ponto de desenhar os planos dos edificios.

Os pedreiros, e, às vezes, os materiais, vinham de longe e deslocavam-se a pedido dos clientes. Utilizavam-se caboucos, colunas, fragmentos antigos quando estes existiam à mão, e ornamentos, modelos, especialistas gregos ou italianos, quando lhes podiam pagar. Pedras e artistas locais, todavia, permaneceram em primeiro plano, sobretudo nos

edifícios de dimensões modestas que parecem ter sido a maioria. As igrejas maiores, talvez as mais belas, pertencem à Alemanha imperial, que então se estendia até à região do Mosa e aos Estados vassalos da Polónia e da Boémia. Todavia, esta «arte otónica» que continuou, não sem originalidade, a tradição carolíngia, atingiu a esclerose por volta dos finais do século XI. Foram o Sul e o Ocidente europeus que desempenharam o principal papel na evolução da arquitectura românica propriamente dita. Acentuemos ainda que nos restam muito poucos monumentos que, com certeza, possam ser atribuídos a esta alvorada da arte românica, porque as sucessivas gerações foram suficientemente ricas para reconstruir as igrejas e assás belicosas para reconstruir os castelos segundo critérios «modernos». Quanto às simples casas, tudo ignoramos acerca delas (*extra-texto 9*).

Entre meados do século XI e meados do XII, as novas energias que criaram aldeias no centro das clareiras e transformaram aldeias em cidades, encheram também de edifícios monumentais os espaços outrora vazios. É de notar que o progresso da vinha no Bordelais segue a mesma curva que as fundações de igrejas românicas rurais.

Ainda se distinguiam certas províncias artísticas — Catalunha, Lombardia, Toscana, várias regiões francesas do Meio-Dia e do Centro, a região do Mosa, a Renânia — mas as diferenças foram-se gradualmente esbatendo, e tendências comuns afirmaram-se por toda a Europa católica. Novas influências clássicas e orientais enriqueceram-nas sem as desviar. Reconhecemos, por vezes, o cunho pessoal dum arquitecto, nem sempre anónimo, e a contribuição do público itinerante: peregrinos de Roma e de Compostela, mercadores italianos, cavaleiros cruzados.

Construía-se em escala cada vez maior, quer para poder abrigar as multidões que o crescimento demográfico e as comunicações mais fáceis levavam a reunirem-se num só local, quer porque a isso se fosse incitado por um desejo de grandeza, de harmonia e de esplendor. O equilíbrio entre estes dois motivos (o prático e o estético) traduzia-se por uma expansão simultânea em todos os planos: «largura, comprimento e altura caminham de acordo» proclama um escritor do século XII. No seu apogeu, a igreja românica é mais poderosa e mais audaz do que a basílica primitiva, mas dela conserva ainda o ritmo calmo e solene. Os edifícios militares e civis, tais como o palácio imperial de Goslar, o castelo dos Condes em Gand, a casa de Crescenzo em Roma, mostram-se quase atarracados.

Triunfo do gótico: racionalismo ou decoração?

Por fim, a tendência para a altura levou a melhor. Em 1144, exactamente cinquenta anos após o gótico embrionário da catedral de Durham, consagrava-se o coro de St. Denis, primeira obra-prima do gótico plenamente desenvolvido. Nem meio século precisou a arquitectura a que chamamos «racional» ou «moderna» para eliminar as banalidades do neo-gótico e do neo-românico.

Recentemente, quis-se ver na vitória do gótico o triunfo de um racionalismo medieval. De dedução em dedução, o primeiro cruzar de ogivas iria levar à montanha de vitrais tão fatalmente como o primeiro silogismo conduziu à síntese da filosofia escolástica. E acentua-se que na época do

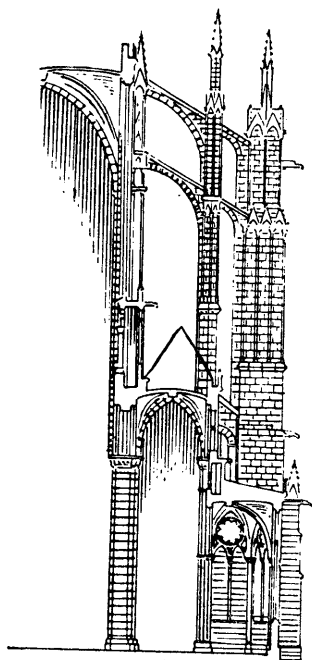


Fig. 43 — *Arquitetura gótica: catedral de Beauvais (Oise, França); século XIII*

gótico o arquitecto-engenheiro é, doravante, o protagonista, eclipsando o fundador. Os bispos e os príncipes acarinhavam-no, os cronistas extasiavam-se perante os seus talentos mecânicos, a população inteira de uma cidade ou diocese oferece-lhe dinheiro e, por vezes (se bem que mais raramente do que se disse), mão-de-obra. Pouco importa que o arquitecto se engane frequentemente quanto à eficácia dos seus meios, que esta ou aquela ogiva não aguente na realidade, que alguns arcos-botantes sejam apenas decoração e não escora. O essencial é que ele acredite na sua lógica como o teólogo acredita na sua dialéctica, e que o acordo entre um e outra seja perfeito. «Deus é luz», afirma o teólogo, e o arquitecto transforma a parede cega em superfície transparente. Não é, de resto, por acaso, que a iniciativa em arquitectura, vinda do Sul como o direito românico, culmina no Norte como a filosofia parisiense (*extra-texto 17*).

No entanto, é necessário lembrar uma vez mais que os arquitectos medievais não se limitam a construir catedrais. Castelos e fortificações, que em nada precisam do simbolismo, exigem paredes e muralhas sólidas. O estilo românico já lhas oferecia. O gótico recomenda-se, no entanto, por certas vantagens práticas: elevação das torres, resistência aos choques, economia de materiais. A moda, que sabe penetrar dentro das muralhas mais bem guardadas, contribui para fazer aceitar o estilo novo, não como uma revolução, mas sim como uma atilada reforma.

Quanto às casas comuns, a mudança não vai mais longe do que a introdução da ogiva e de alguns elementos decorativos. Aqui, a novidade mais importante é a supressão da madeira pela pedra, o tijolo ou a taipa. É ainda o movimento inicial do renascimento românico, infiltrando-se por fim até ao nível mais baixo, mas com extrema lentidão. Os historiadores da arte bem pouca atenção lhe têm concedido, o que é lamentável. Se os reis e os bispos não bastam para preencher, por si sós, a cena política, também os castelos e as catedrais não são senão uma das partes da paisagem arquitectónica.

4. O PRAZER DE ESCREVER

Deixemos o espectáculo deslumbrante da arte dos três primeiros séculos da Baixa Idade Média — só as obras especializadas podem prestar-lhe justiça — para nos voltarmos um pouco para os tesouros da literatura. Não dispomos aqui do fio condutor que a evolução contínua do românico e do gótico nos forneceu para a arquitectura. Todavia, a variedade dos estilos, dos géneros e das linguagens só em parte esconde a persistência de certos temas.

História e hagiografia

Historiador que somos, comecemos o nosso circuito pelos historiadores. Contam-se entre os primeiros a recomençar. Se a Alta Idade Média produziu apenas um historiador digno desse nome — Beda — já o século ix contou com dois — Eginhardo e Nithard. O século x teve vários, muito desiguais em talento e temperamento, mas todos eles providos de qualidades próprias. Nos dois séculos seguintes, o embaraço está antes na escolha: historiadores-filósofos como Otto von Freising, redactores de anais municipais como Caffaro de Génova, monges eruditos como Orderico Vitalis, prelados batalhadores como Guibert de Nogent, nacionalistas como Hugo Falcando, observadores da vida dos nobres como o cronista dos condes de Guines, e tantos outros.

Confessemos-lo, porém: nenhuma destas testemunhas da vida medieval, às quais devemos o melhor dos nossos conhecimentos, pode considerar-se um grande historiador. Alguns foram bons literatos, se bem que entravados pelo facto de escreverem geralmente em latim. Vários de entre eles foram testemunhas honestas, observadores penetrantes, espíritos despartos e originais. Mas faltava-lhes o espírito de síntese, que representa a marca do verdadeiro historiador. Entre Tácito e Maquiavel, o único historiador de génio que encontramos é Ibn Khaldun, nascido em Tunes em 1332.

O gosto pela história enriqueceu outros campos mais propriamente literários. Na Alta Idade Média, esse gosto saciara-se sobretudo na hagiografia: vinte e cinco mil vidas de santos, escritas entre os séculos vi e x, acham-se reunidas nos tomos latinos dos Padres Bollandistas. Entre os fins do século ix e os meados do xi as primeiras páginas conhecidas da literatura francesa pertencem ainda a este género: *Seqüência de Santa Eulália*, *Vida de S. Leger*, *Vida de S.^{to} Aleixo*... Esta última inicia-se com uma descrição nostálgica do passado: «Bom foi o século no tempo dos antigos — Porque havia fé, justiça e amor... — Tudo mudou e perdeu a cor!»

Com efeito, a hagiografia entrava em decadência. Só manteve uma certa vitalidade sublimando-se em forma de hino poético ou, pelo contrário,

descendo para o tablado do teatro popular. Encontra-se muita vida nas peças religiosas à maneira de Terêncio que a freira Hrotswitha, sobrinha de Otão I, escreveu em latim no século x. Desgraçadamente, nenhuma influência tiveram para além dos muros do convento para o qual foram redigidas. Mas os esboços de liturgia dramatizada concebidos na mesma época viriam a desenvolver-se largamente nas representações sacras dos fins do século xii. Na realidade, a primeira obra-prima do teatro religioso — o *Jeu d'Adam*, em francês — atrai-nos sobretudo pela cena muito profana na qual a Serpente utiliza para com Eva a linguagem de todos os sedutores e quase parece prefigurar o triângulo da comédia burguesa.

O herói épico

O herói literário da Alta Idade Média terá sido realmente o santo taumaturgo, como a documentação exclusivamente eclesiástica da época tende a fazer-nos crer? É o guerreiro que em todo o caso ocupa o primeiro lugar na imaginação popular desde o século xi e, sem dúvida, mais cedo também. Chama-se Hildebrand num poema alemão dos fins do século viii, e Walter da Aquitânia num poema latino do século x; chamar-se-á Sigurd ou Siegfried, Roland, Cid o Campeador, Cuchulainn nas sagas e canções de gesta escandinavas e germânicas, francesas, espanholas e irlandesas da época seguinte.

Infelizmente, é muitas vezes impossível descobrir até que ponto esta ou aquela reencarnação literária do ideal retratado por Sansão e Aquiles deriva de uma tradição oral anterior, até que ponto foi cristianizada e expurgada por clérigos, e até que ponto se baseia em factos históricos reais. Todas as obras-primas — *Chanson de Roland*, *Cantar del Cid*, *Nibelungenlied* — estão marcadas pela personalidade do redactor, se bem que as fontes sejam múltiplas e de diferentes épocas.

Nas versões épicas mais frustes, o herói é sempre um guerreiro dotado de poderes sobrenaturais. A sua pessoa é invulnerável, a sua espada invencível. Os seus exorcismos fazem frustrar todos os encantamentos. A sua estatura, o seu vigor, até mesmo o seu apetite, são fabulosos. Um tal super-homem devia facilmente vencer todos os adversários, mas para quebrar a monotonia que uma sucessão de triunfos viria engendrar, o herói torna-se vítima de uma traição. O seu drama pessoal enquadra-se geralmente num drama histórico colectivo. Assim, não se celebram as numerosas vitórias de Carlos Magno, mas sim a sua única derrota em Roncesvales; nem as grandes conquistas dos Germanos sobre os Romanos, mas sim as derrotas frente aos Hunos; nem o avanço metódico dos reis de Leão na fronteira espanhola, mas sim os altos e baixos da carreira de um seu vassalo.

As circunstâncias históricas, por sua vez, projectaram sobre o herói uma luz vagamente religiosa, patriótica, monárquica ou feudal. O seu coração requinta-se e a sua inteligência apura-se. Nenhum deles igualou

a cultura literária de Digénis, o super-homem bizantino; mas ao lado de Roland o Bravo está o seu reverso, Olivier o Prudente, o Cid utilizou tanto a astúcia como a audácia e Raoul de Cambrai, insultado pelo seu senhor como o Cid pelo seu rei, matou-o mas foi torturado pelos remorsos durante o resto dos seus dias. Ao choque das espadas sucede o conflito das almas; a epopeia desliza para a poesia lírica e o romance.

A heroína lírica

Doravante, a heroína disputará ao herói o fulcro da acção. A mulher ideal, igual ou superior ao homem ideal, constituirá a grande novidade da literatura europeia da Baixa Idade Média. Em oposição ao direito romano, que respeitara a personalidade da mulher, a literatura clássica cantara-a sobretudo como instrumento de prazer e de amor carnal. Entre os séculos IX e XII, os poetas líricos do renascimento latino retomaram este tema erótico. Quanto aos hagiógrafos e aos poetas épicos, não esconderam o seu desprezo por um sexo que se mostrava fraco em todas as batalhas, tanto espirituais como militares. Quando muito, toleraram algumas mulheres assexuadas, virgens ascéticas ou valquírias musculosas.

De onde veio então a revolução poética que, nas novas literaturas românicas, germânicas e célticas, colocou a mulher num pedestal? Não o sabemos. Alguns vêem nisso a influência que a devoção pela Virgem teria exercido na poesia; mas este culto filial assemelha-se pouco ao género de amor, sensual mesmo quando platónico, que inspira os primeiros poetas provençais. Outros falam, e justamente, nas contribuições arábico-espanhola e céltica na poesia provençal e nos romances do ciclo bretão; mas nem os Árabes da Espanha nem os Celtas parecem ter votado às mulheres particular adoração. Recentemente, fez-se apelo à psicologia e à psicanálise para penetrar até às fontes subconscientes do amor cortês; faltaria ainda dizer por que razão o subconsciente despertou subitamente no século XI, entre o Loire e o Garonne. Talvez a explicação mais plausível seja a de que, a partir do século XI, se formou um público feminino nas regiões em que os homens sérios não tinham o hábito da leitura. É para este público que trovadores e romancistas compuseram as suas obras, acompanhando-se frequentemente com esses instrumentos primitivos de cordas, cujo uso se estendia, na época, à sociedade nobre e elegante.

A heroína da literatura cortês — quem o não sabe? — era nobre, rica, bela, boa e quase sempre casada. Os seus cantores louvavam a sua piedade, a sua sagesa e até mesmo aquele frio desdém que se propunham quebrar. O seu retrato moral e físico, em pinceladas vagas e impessoais, em breve perdeu, à força de estilização, todo o contacto com o real. Esta imagem de convenção, criada pelos primeiros poetas de língua de *oc* (ao mesmo tempo que as métricas da nova poesia) passou sem grandes modificações para as outras literaturas. Bastava para caracterizar uma mulher cuja função principal era servir de espelho aos sentimentos dos homens. São as emoções masculinas, não as das mulheres, que animam os mais belos poemas.

Se a imagem da mulher ideal não variava, o amor de que era objecto evoluía consoante os tempos e os artistas (*fig. 44*). No meio das contradições que este sentimento sempre inspirou, na arte como na vida, uma tendência prevaleceu sobre as outras: o amor tornou-se imaterial. Apesar dos protestos de sentimentos platónicos, os primeiros poetas provençais tinham muitas vezes deixado escapar a confissão de um desejo tão sensual



Fig. 44 — *Eva colhendo o fruto proibido. Baixo-relevo românico da catedral de St. Lazare de Autun (Saône-et-Loire, França), século XII. Musée Rolin, Autun (França)*

como o dos autores pagãos. Os seus sucessores, na Provença e noutros pontos, contiveram-se. O pedestal da heroína tornou-se um trono, até mesmo um altar.

Uma vez que o fim se tornara inacessível, os poetas deslocaram o interesse para os meios: discutiram as regras do serviço quase feudal e do culto quase religioso a que a devoção amorosa os submetia. Deixaram de escrever para os seus ídolos; passaram a escrever para iniciados, e muitas vezes numa forma hermética (*cantar clos*). A partir de então, a sua arte perdeu toda a espontaneidade; mas, no início do século XIII, a cruzada contra os Albigenses dispersou os iniciados, muitos dos quais foram assim postos em contacto com um ambiente diferente, o da Itália burguesa. Aqui, a poesia lírica iria reencontrar o seu público, e sair do impasse em que se colocara.

Romance e poesia pastoril

A sublimação do amor cortês deixava um vazio que foi parcialmente preenchido pelo romance francês e pela poesia pastoril. Sem rebaixar a heroína, o romance edifica os degraus cada vez mais perigosos pelos quais o amante poderá subir até ela. Esta fórmula conhece o seu maior êxito depois de meados do século XII, no *Conte de la Charrette* de Chrétien de Troyes. Depois de, por amor da rainha Genevra, ter passado por extraordinárias aventuras, que deixam o público suspenso, Lançarote é digno de recolher a recompensa da sua devoção. Literatura perigosa: Dante, mais de cem anos após a composição desta hábil dosagem de *suspense* e de doutrina cavalheiresca, iria acusar «o livro e o seu autor» de terem levado Francesca da Rimini ao adultério. Num outro romance, mais moral, o *Perceval*, Chrétien de Troyes exalta a união mística da cavalaria e do amor divino; mas até o caminho do Graal não está ao abrigo dos desejos culposos do amor carnal.

O tema do amor inocente, triunfando de todas as provas e até mesmo das diferenças de classe, desenvolve-se um pouco mais tarde. Nos princípios do século XIII, o autor desconhecido do *Aucassin (al-Kasim) et Nicolette* mistura as notas eróticas greco-latinas e muçulmanas com as notas patéticas de um feudalismo desencadeado, e faz recear o escândalo de uma união livre entre um nobre do Languedoc e uma escrava sarracena. De passagem, lança um motejo irreverente a propósito do Paraíso e descreve uma batalha travada a golpes de queijos. No fim, tudo regressa à ordem quando se descobre que a escrava, na realidade, é uma princesa africana baptizada em criança.

Citemos ainda, pelo contraste do seu tom lúgubre com o tom um pouco adocicado de *Aucassin*, o romane alemão de Hartmann von Aue: *O Pobre Henrique*. Um médico, ou antes, um mágico de Salerno promete ao cavaleiro Henrique curar-lhe a lepra com a condição de que uma rapariga consinta em morrer por ele. Henrique prepara-se para aceitar o sacrifício da filha do seu rendeiro, perdidamente apaixonada pelo senhor. No derradeiro minuto é tomado de remorsos e a graça divina salva-os a ambos.

A poesia pastoril não necessitava de tantas emoções e estratégias. Uma pastora não tinha direito às atenções devidas a uma mulher bem nascida. Se não tinha o bom senso de preferir um apaixonado da sua própria classe ao cavaleiro que a seduzia com lindas palavras, tornava-se para este último presa bem legítima. E uma vez que os poetas, como os cavaleiros, não se inclinavam sobre a sua alma, o retrato desta filha do povo foi, desde logo, mais convencional ainda do que o da mulher ideal. Quando muito, os escritores esforçavam-se por colorir delicadamente a paisagem que a cercava, embora aí também a imagem fosse estereotipada. Não é geralmente na Arcádia que se encontram as paisagens mais bem desenhadas. Na Idade Média encontramos-las muitas vezes nos poemas latinos dos Goliardos e, por vezes, num simples verso de evocadora pincelada da *Chanson de Roland*. Desde o século X que a alvorada, a Primavera, as flores, faziam parte do pano de fundo obrigatório dos convites ao amor. As descrições do Inverno, da noite, das paisagens severas mostravam-se mais raras mas talvez mais sugestivas.

Realismo e «anti-epopeia»

Costuma dizer-se que o naturalismo medieval se teria manifestado principalmente nos *fabliaux* («fabulários»), breves contos franceses em verso, derivados tanto da observação da vida quotidiana como das fontes greco-romanas, orientais ou folclóricas. Os «fabulários» visam seguramente o realismo mas, antes do século XIV, e salvo raras excepções, os caracteres são pouco perscrutados, a acção é desajeitada, falta leveza à caricatura. Maridos abandonados, padres hipócritas, camponeses estúpidos e mesqui-



Fig. 45 — Caricatura inglesa: raposa disfarçada de bispo prègando aos gansos (segundo G. M. Trevelyan)

nhos, mulheres avarentas e beatas, tais são os protagonistas da maior parte das fábulas. É certo que, em todas as sociedades, os palhaços são mais numerosos do que os heróis. Mas a realidade, que sobretudo nos apresenta homens e mulheres normais, transparece melhor em certas canções de taberna (*chansons à boire*) dos Goliardos, em certos medalhões das crónicas latinas e até em certas cançõezitas populares ingenuamente sentimentais. A grande época do conto realista virá mais tarde, quando Boccaccio, Chaucer e Rabelais animarem com o seu génio o humilde material dos *fabliaux*.

No domínio da sátira, devemos conceder lugar à parte ao que de boa vontade chamaríamos a anti-epopeia medieval, a história de Renart, a raposa, e de Ysengrin, o lobo. Dela possuímos um esboço latino bastante mau, do século X, *Ecbasis captivi*, e várias refundições e aperfeiçoamentos sucessivos em francês, em flamengo e em inglês, sem contar com as adaptações da tradição oral e as representações das artes figurativas (fig. 45). Os velhos temas da fábula de Esopo são aqui retomados e enriquecidos de modo a formar uma descrição irónica e amarga de toda a humanidade medieval. A hipocrisia, a violência e o ódio reinam sobre a terra. Para sobreviver, quando se não nasceu nobre, forte e rico, é preciso lisonjear os parvos,

engodar os poderosos, enganar os mal-intencionados. Tal é a maneira de viver do herói, ou melhor, do anti-herói, a raposa Renart, que sai triunfante de todas as provas após ter feito deliberadamente o contrário do que fariam um Roland ou um Lançarote.

Que o nome próprio de Renart tenha acabado por substituir em francês moderno a palavra comum do antigo francês *goupil* é uma prova do extraordinário sucesso da sua história. Paladinos e cavaleiros da Távola Redonda gozaram também de uma popularidade que nunca se extinguiu; nos nossos dias, as carrocinhas sicilianas e o teatro de fantoches aproveitam ainda para algumas das suas cenas as lendas dos ciclos carolíngio e bre-tão. As métricas, as convenções, os próprios sentimentos da nossa poesia lírica derivam mais ou menos directamente das composições poéticas da escola provençal e dos imitadores que ela suscitou em toda a Europa. Se bem que os autores pertençam a um círculo restrito de clérigos, de aristocratas e de ricos burgueses, não é, pois, legítimo considerar a literatura da Baixa Idade Média unicamente como o prazer de uma pequena minoria.

Época nenhuma, todavia, se contém inteira nas suas obras literárias. Para descer até às raízes da consciência colectiva, nada melhor do que inclinarmos-nos sobre a criação directa de toda a população: a língua.

5. A TORRE DE BABEL

Para o historiador da sociedade, poucos fenómenos são tão fascinantes como as vicissitudes de certas palavras. Uma palavra irlandesa, *cisel*, resume, por si só, toda a massa de testemunhos narrativos, jurídicos, económicos e arqueológicos de que dispomos acerca do descalabro fiscal dos últimos tempos do Império Romano. Esta palavra, derivada do latim *cen-salis*, cobrador de impostos, designa em irlandês o Diabo. Duas palavras românicas exprimem de modo frisante a aversão daqueles que as pronunciam pelos «Bárbaros» do Norte: é do latim *bibere* que vem o francês *boire* e o italiano *bere* mas, quando se trata de beber imoderadamente ou com grosseria, recorre-se então ao germânico *drinken*, que dá, respectivamente, *trinquer* e *trincare*. E que comentário melhor poderia ilustrar a depressão intelectual e o isolamento social da Alta Idade Média do que o desaparecimento da palavra latina *loqui*, que significa falar? Somos quase tentados a concluir que em francês e em italiano se não conversava já senão por alegoria (*parler*, *parlare*, do grego *parabolé*, comparação ou alegoria) e que em castelhano e em português apenas se falava para contar fábulas (*hablar*, *falar*, do latim *fabulari*) (1).

(1) De *loqui* ainda temos em português «loquaz» e «loquacidade» (em italiano há «loquace»); mas de uso, na realidade, predominantemente erudito. Do grego *parabolé*, pelo latim *parabola*, veio-nos «palavra» (o que dá logo a medida da importância também deste grupo na nossa língua), «parolar», «parlar» (ainda numa cantiga de D. Dinis, por exem-

É claro que seria imprudência grande aceitar cegamente o testemunho etimológico de palavras isoladas. Encontramo-nos em terreno mais seguro quando um grupo de importações linguísticas reflecte importações maciças de cultura e vida social. Em todas as línguas da Europa católica o vocabulário eclesiástico é o latim, excepção feita de algumas palavras gregas e hebraicas mais antigas. Pelo contrário, o árabe, o grego e, mais tarde, o italiano modelaram uma parte considerável do vocabulário comercial e náutico internacional. Eis aqui dois casos em que História e Linguística mutuamente se apoiam.

Infiltrações germânicas e resistência do fundo latino

A comparação das duas disciplinas dá resultados mais interessantes naqueles pontos em que a variedade das origens indica um cruzamento de influências. Walter Scott notou a justo título que em inglês os nomes dos principais animais domésticos são anglo-saxónicos (*ox*, *swine*, *lamb*), mas que se tornam franceses (*beef*, *pork*, *mutton*) assim que o animal passa do estábulo do servo indígena para a mesa do senhor franco-normando. As línguas germânicas transmitiram às línguas românicas a maior parte dos termos militares fundamentais; entretanto, o latim continuou a dar os títulos dos cargos administrativos e o francês forneceu os neologismos da cavalaria e dos torneios.

Na verdade, as marcas da conquista germânica no território linguístico românico não se limitam ao domínio militar. Compreendem palavras tão essenciais como as que designam certas cores — branco, gris, *brun* (castanho), *blond* (loiro) — e outros termos de utilização quotidiana — rico, *échine*, (espinha dorsal), sala, balcão. Algumas destas transmissões parece remontarem à época anterior à conquista; o Império Romano abriu as suas portas aos Germanos antes que estes últimos as forçassem. Outras importações são relativamente tardias. No seu conjunto, provar-nos-iam, se necessário fosse, que as relações entre o punhado de vencedores e a massa dos vencidos foram íntimas e a todos os níveis.

O que mais nos surpreende, todavia, não é a penetração linguística alemã: é a resistência do fundo latino. Os Árabes não seriam mais nume-

plo), «palrar», «palratório». Quanto ao grupo derivado de *fabulari*, no italiano poético continua a empregar-se *favellare*. O caso deste étimo suscita todavia algumas hesitações. R. Lopez apoiou-se nos estudos do filólogo alemão-americano Auerbach. Não parece porém absolutamente certo que na época de Vergílio *fabula* significasse já apenas «fábula» e tivesse perdido por completo o sentido de «conversa», nem que *fabulari* se empregasse unicamente para os oráculos, e não também simplesmente no sentido de «conversar», «contar»: ainda há exemplos em Suetónio, Tito Lívio, Horácio, Plínio (ver, por exemplo, Gaffiot, *Dictionnaire illustré Latin-Français*, Paris, 1934). V. M. G.)

rosos do que os Germanos, mas fizeram desaparecer da África as línguas românicas. Os Eslavos não eram mais cultos, mas expulsaram o grego de três quartas partes da Europa bizantina. Contudo os Germanos apenas fizeram recuar o latim numa faixa relativamente estreita a sul e a oeste da fronteira romana do Reno: Áustria de hoje, Suíça do Norte, região neerlandesa. Em Inglaterra conseguiram triunfar graças a outros meios, não transmitindo aos indígenas a sua língua, mas expulsando-os. E ainda é preciso notar que o francês, importado mais tarde para a ilha por duas dinastias estrangeiras, iria levar-lhe de novo uma parte do tesouro linguístico românico. Eis a razão por que, se pela sua gramática o inglês moderno se coloca de direito dentro da família germânica, apresenta no entanto uma mistura singular no que toca a vocabulário. Quase todas as palavras essenciais vêm do anglo-saxão, mas, em última análise, as derivações latinas são mais numerosas do que as germânicas (*mapa 8*).

O exemplo inglês não tem paralelo na família românica. As três línguas ibéricas devem centenas de palavras ao árabe, mas menos de 150 ao visigodo. Ao ostrogodo e sobretudo ao lombardo, deve o italiano perto de 350. O francês, originariamente localizado numa península linguística cercada pelas correntes germânicas da Alemanha, da Inglaterra, e dos Países Baixos, sofreu infiltrações mais importantes. As palavras vindas do idioma franco, todavia, mal ultrapassam o meio milhar. Não é muito, para a única língua românica que adoptou o nome do povo teutónico conquistador!

É possível também que a pronúncia germânica do latim, afogando as sílabas não acentuadas nas sonoridades do acento tónico principal, tenha levado ao extremo certas contracções do francês (*oculum, oeil; asinus, âne*). O fenómeno da contracção, todavia, foi geral no latim popular e suas criações românicas; ter-se-ia produzido mesmo sem os Germanos. Quanto à morfologia e à sintaxe (flexão das palavras, composição das frases), tanto em francês como nas outras línguas românicas, não acusam influência germânica alguma.

A vitalidade do latim literário

Não podendo o insucesso do alemão nos países latinos explicar-se apenas pela fraqueza material e cultural dos invasores, necessário se torna procurar outra causa que não tenha funcionado no caso dos Eslavos e dos Árabes. Esta causa, cremos nós, foi o apoio dado aos dialectos românicos pela sobrevivência e o prestígio do latim como língua religiosa, administrativa e literária. E espantamo-nos com a força desta cultura na própria época em que se achava menos difundida. Sem o testemunho linguístico, quem acreditaria que preces mal compreendidas, fórmulas legais, proclamações officiosas frequentemente transgredidas, e até talvez textos piedosos ou fantásticos explicados às massas por um letrado de passagem, tenham podido opor uma intransponível barreira à penetração das línguas germânicas entre os humildes?

Mesmo após o seu divórcio final do latim popular e dos dialectos proto-românicos, depois da sua estilização pelos gramáticos de Carlos

Magno, o latim literário da Igreja, do Estado, das escolas, conservou a sua vitalidade. Língua artificial, se se quizer, porque não era aprendida no berço; língua convencional, porque os seus melhores modelos pertenciam a uma sociedade desaparecida; mas língua petrificada — não. Muitos eruditos houve, sobretudo durante a Alta Idade Média, que se esforçaram por arrancar frases inteiras a Vergílio e a Santo Agostinho para com elas construírem mosaicos sem originalidade. Mas os escritores de relevo, como os funcionários hábeis, enriqueceram o vocabulário clássico com todos os neologismos úteis, e fizeram dançar a velha e solene língua aos ritmos nervosos da prosa e da poesia medievais.

Na Baixa Idade Média, a posição do latim literário parece-se um pouco com a do italiano moderno nas regiões em que o povo só fala o dialecto local, ou com a do francês e a do alemão de antanho nos pontos em que a língua de *oc* e o baixo-alemão prevaleciam. Apenas a elite o empregava com uma facilidade relativa, mas não havia homens tão obtusos que não conhecessem, pelo menos, algumas palavras dele. O latim era do domínio comum porque não pertencia a nenhuma nação em especial. Mais tarde, quando o snobismo internacional quis substituí-lo por uma ou outra das línguas contemporâneas, quando o patriotismo integral impôs à elite o exclusivo emprego da língua nacional, cavou-se um vazio que nunca soubermos preencher.

Que todos aqueles que amam a Europa abençoem o latim medieval! Aceite pelos Germanos, pelos Húngaros e pela maior parte dos Eslavos occidentais, revelou-se o instrumento mais manuseável da comunidade europeia; e não foi sem dano que os Bizantinos e os Eslavos orientais se privaram dele. No interior da Europa católica medieval, alguns poderiam recusar obediência aos imperadores, outros contestar a legitimidade dum papa, mas o latim literário aproximava todos os homens instruídos, de todos os partidos e de todos os países.

Simplicidade, flexibilidade: evolução paralela das línguas medievais

Enquanto o latim literário evoluía lentamente, as línguas românicas transformavam-se bastante mais depressa, nas direcções já indicadas pelo latim popular do Império Romano. Palavras humildes tomavam o lugar das palavras elegantes: termos de afeição como *bellus* (bonito) por *formosus* (belo); termos de irrisão como *testa* (caco) por *caput* (cabeça); termos de cozinha tais como *ficatum* (recheado de figos) por *iecur* (fígado)... A fonética reflectia cada vez mais os defeitos de pronúncia das classes inferiores. Morfologia e sintaxe deslocavam-se da síntese para a análise, do abstracto para o concreto: fenómenos que observámos mais acima, a propósito da feição

1100
 1101
 1102
 1103
 1104
 1105
 1106
 1107
 1108
 1109
 1110
 1111
 1112
 1113
 1114
 1115
 1116
 1117
 1118
 1119
 1120
 1121
 1122
 1123
 1124
 1125
 1126
 1127
 1128
 1129
 1130
 1131
 1132
 1133
 1134
 1135
 1136
 1137
 1138
 1139
 1140
 1141
 1142
 1143
 1144
 1145
 1146
 1147
 1148
 1149
 1150
 1151
 1152
 1153
 1154
 1155
 1156
 1157
 1158
 1159
 1160
 1161
 1162
 1163
 1164
 1165
 1166
 1167
 1168
 1169
 1170
 1171
 1172
 1173
 1174
 1175
 1176
 1177
 1178
 1179
 1180
 1181
 1182
 1183
 1184
 1185
 1186
 1187
 1188
 1189
 1190
 1191
 1192
 1193
 1194
 1195
 1196
 1197
 1198
 1199
 1200
 1201
 1202
 1203
 1204
 1205
 1206
 1207
 1208
 1209
 1210
 1211
 1212
 1213
 1214
 1215
 1216
 1217
 1218
 1219
 1220
 1221
 1222
 1223
 1224
 1225
 1226
 1227
 1228
 1229
 1230
 1231
 1232
 1233
 1234
 1235
 1236
 1237
 1238
 1239
 1240
 1241
 1242
 1243
 1244
 1245
 1246
 1247
 1248
 1249
 1250
 1251
 1252
 1253
 1254
 1255
 1256
 1257
 1258
 1259
 1260
 1261
 1262
 1263
 1264
 1265
 1266
 1267
 1268
 1269
 1270
 1271
 1272
 1273
 1274
 1275
 1276
 1277
 1278
 1279
 1280
 1281
 1282
 1283
 1284
 1285
 1286
 1287
 1288
 1289
 1290
 1291
 1292
 1293
 1294
 1295
 1296
 1297
 1298
 1299
 1300
 1301
 1302
 1303
 1304
 1305
 1306
 1307
 1308
 1309
 1310
 1311
 1312
 1313
 1314
 1315
 1316
 1317
 1318
 1319
 1320
 1321
 1322
 1323
 1324
 1325
 1326
 1327
 1328
 1329
 1330
 1331
 1332
 1333
 1334
 1335
 1336
 1337
 1338
 1339
 1340
 1341
 1342
 1343
 1344
 1345
 1346
 1347
 1348
 1349
 1350
 1351
 1352
 1353
 1354
 1355
 1356
 1357
 1358
 1359
 1360
 1361
 1362
 1363
 1364
 1365
 1366
 1367
 1368
 1369
 1370
 1371
 1372
 1373
 1374
 1375
 1376
 1377
 1378
 1379
 1380
 1381
 1382
 1383
 1384
 1385
 1386
 1387
 1388
 1389
 1390
 1391
 1392
 1393
 1394
 1395
 1396
 1397
 1398
 1399
 1400
 1401
 1402
 1403
 1404
 1405
 1406
 1407
 1408
 1409
 1410
 1411
 1412
 1413
 1414
 1415
 1416
 1417
 1418
 1419
 1420
 1421
 1422
 1423
 1424
 1425
 1426
 1427
 1428
 1429
 1430
 1431
 1432
 1433
 1434
 1435
 1436
 1437
 1438
 1439
 1440
 1441
 1442
 1443
 1444
 1445
 1446
 1447
 1448
 1449
 1450
 1451
 1452
 1453
 1454
 1455
 1456
 1457
 1458
 1459
 1460
 1461
 1462
 1463
 1464
 1465
 1466
 1467
 1468
 1469
 1470
 1471
 1472
 1473
 1474
 1475
 1476
 1477
 1478
 1479
 1480
 1481
 1482
 1483
 1484
 1485
 1486
 1487
 1488
 1489
 1490
 1491
 1492
 1493
 1494
 1495
 1496
 1497
 1498
 1499
 1500
 1501
 1502
 1503
 1504
 1505
 1506
 1507
 1508
 1509
 1510
 1511
 1512
 1513
 1514
 1515
 1516
 1517
 1518
 1519
 1520
 1521
 1522
 1523
 1524
 1525
 1526
 1527
 1528
 1529
 1530
 1531
 1532
 1533
 1534
 1535
 1536
 1537
 1538
 1539
 1540
 1541
 1542
 1543
 1544
 1545
 1546
 1547
 1548
 1549
 1550
 1551
 1552
 1553
 1554



Dand
 Dand

Tel. Tebaen p... esneles. A poras q. Tebaenue
esnele. tres piezas. A pain.



le chaci. an. a la fuste de son fust. une perche de
pouces neny: setens fustice. l. une fustice. que il nulle



mon. eua
 mas. 181
 + l'af. e.
 Sone
 amequed
 + se lor fi
 entey. u
 se pue
 f. u. + y
 ude. m
 m. f. ude
 d. u. m
 d. u. m
 d. u. m
 d. u. m
 d. u. m
 d. u. m

da Alta Idade Média que estão de acordo com a imagem duma sociedade terra a terra.

Na Alta Idade Média, uma vez mais o afirmamos, o encontro do declínio romano e da imaturidade germânica fez baixar o nível da civilização, embora desbravasse o terreno para a civilização flexível e progressiva que viria a florescer na Baixa Idade Média. O mesmo se verifica na morfologia e na sintaxe: as línguas novas, aliviadas da disciplina, útil apesar de tudo, que lhes impunha a gramática antiga, conquistaram uma agilidade até então desconhecida. Para mais, o desenvolvimento das línguas românicas, conquanto siga leis próprias, assemelha-se, em muitos aspectos, ao das línguas germânicas.

Primeira transformação que qualquer estudante conhece: as declinações desaparecem nas línguas românicas, reduzem-se ao genitivo de emprego facultativo em inglês, simplificam-se e nivelam-se em alemão. São substituídas por preposições, muito mais adaptáveis e de maior gama de cambiantes. Singular e plural sobrevivem, mas o dual, já morto no latim clássico, eclipsa-se também na família alemã.

Segunda transformação: as conjugações empobrecem-se de formas «simples» (na realidade, complicadas) obtidas através da flexão e enriquecem-se de formas «compostas» (mais fáceis de aprender) apoiadas nos verbos auxiliares. O fenómeno é talvez mais significativo ainda nas línguas germânicas do que nas línguas românicas. Vejamos o caso do futuro, tempo verdadeiramente novo para o alemão e o inglês, porque o *Urgermanisch* (língua originária hipotética de todos os povos germânicos), em curiosa imprevidência, contentava-se com o presente e desconhecia o futuro. Durante muito tempo, no antigo inglês e no antigo alemão, pôde-se escolher entre vários auxiliares significando «tornar-se», «dever», «poder» ou «querer». O alemão acabará por dar preferência a «tornar-se» (*werden*); o inglês ainda hoje hesita entre «dever» e «querer» (*shall* e *will*). Processou-se a mesma evolução nas línguas românicas, se bem que o latim, esse, tivesse uma forma «simples» do futuro. Na periferia da romanidade — Roménia, Suíça, Reto-românia — experimenta-se «querer» e «vir». No centro prefere-se o auxiliar mais comum — «ter». Colocado antes do participio dum outro verbo, este auxiliar complacente indica uma forma do passado; após o infinito do mesmo verbo, equivale a «dever», «ser obrigado», e indica o futuro (*amare habeo*, amarei, correspondente de resto ao inglês *I have to love*, *I am to love*, ou *I shall love*). Não passa, contudo, de uma fase de transição. Em breve o auxiliar que sofreu a contracção se soldará ao verbo principal, e uma nova forma «simples» surgirá no lugar da antiga: em francês, *j'aimerai*, em português, *amarei*, em vez do latim clássico *amabo*.

Terceira transformação: tanto na família românica como na família germânica, os artigos definido e indefinido, vindos respectivamente do demonstrativo «aquele» e do número cardinal «um», tomam o seu lugar junto do substantivo. Servem para o concretizar visualmente, para sublinhar o que o distingue dos inúmeros homónimos. A falar com propriedade, «a mulher» (*illa foemina*) significa «aquela mulher»; «uma mulher» (*una foemina*) significa «uma só mulher» ou «uma certa mulher».

Quarta transformação: a hierarquia das frases principais e subordinadas enfraquece. Já não é necessário preparar de antemão as proposições secundárias para as encaixar na principal; a narração tende a desarticular-se numa série de orações coordenadas, livres portanto de qualquer constrangimento sintáctico.

Do caos à pluralidade

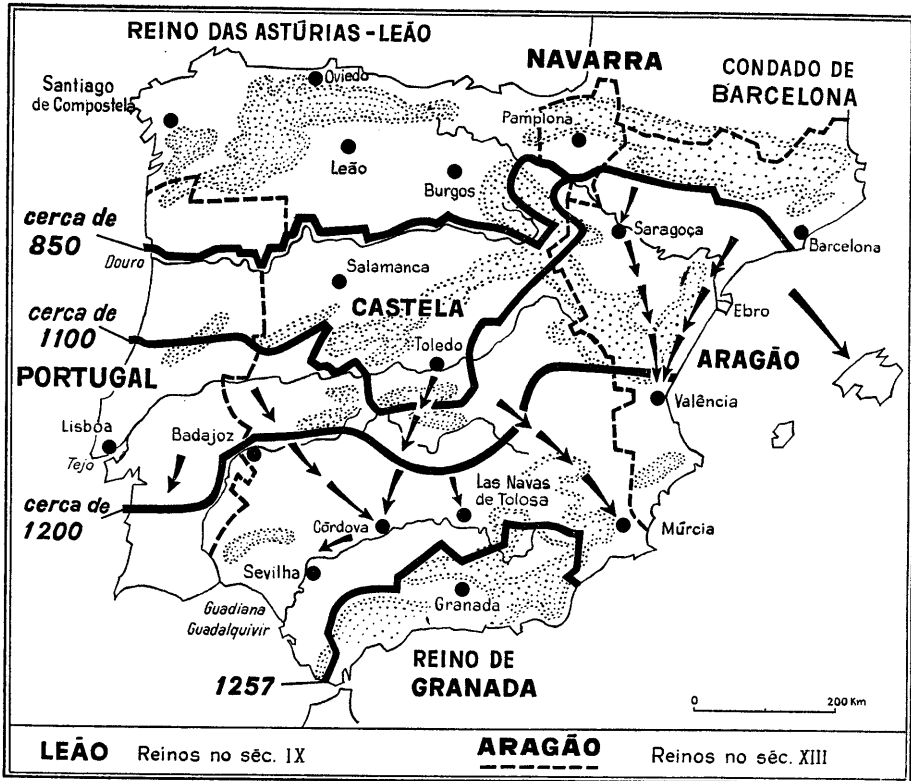
A liberdade paga-se. Subtraídas à autoridade de uma escola unitária, as línguas faladas da Europa católica multiplicam-se e divergem cada vez mais. O particularismo verbal acompanha e ultrapassa o particularismo político e económico. No final do século XIII, Dante notará que em Itália, não somente se encontram tantas variedades linguísticas quantas as regiões e as cidades, mas, diz ainda, os Bolonheses do bairro de S. Félix não falam do mesmo modo que os Bolonheses da Rua Larga. Sem o latim literário, essa «gramática» por excelência, de que todas as boas escolas fazem a base obrigatória do ensino, como se compreenderiam entre si os filhos da Europa, por pouco que se afastassem da sua província natal?

A Europa medieval é uma Torre de Babel. Isto dá um valor de actualidade aos inúmeros desenhos, aos textos que descrevem e deploram as consequências do louco acto de orgulho de Nemrod (*extra-texto VI*). O declínio do hebraico, língua universal antes de Babilónia, parece querer prefigurar a decadência do latim na Babilónia da Idade Média.

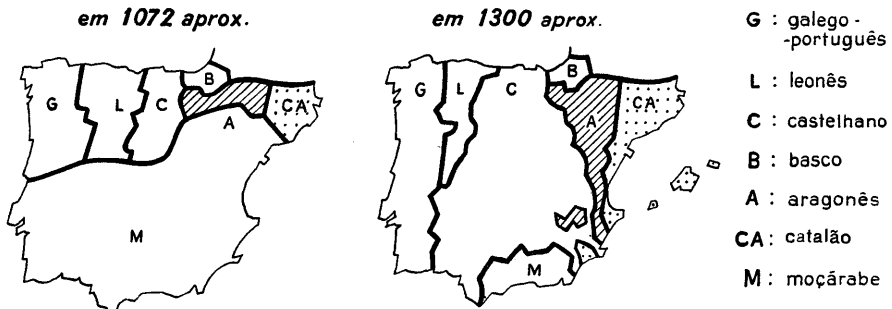
Todavia, será possível pôr uma certa ordem neste caos, combatendo não a pluralidade mas sim o particularismo excessivo. Os dialectos da mesma região assemelham-se; um deles, por vezes, está mais difundido do que os outros. Será o ponto de partida para uma nova língua literária, mais espontânea do que o latim, mais fácil de aprender, digamos — mais democrática. O orgulho nacional sentir-se-á lisonjeado; por sua vez, a língua nacional alimentar-se-á deste orgulho. Mas, aí!, será preciso impor regras à recém-chegada, ensiná-la nas escolas, isolá-la, como o latim, das transformações excessivamente rápidas dos dialectos locais. Demos, uma vez mais, a palavra a Dante: «A língua vulgar... que aprendemos sem regras imitando nossas amas» é mais natural, portanto mais nobre do que a «gramática... artificial» do latim de escola. Onde encontrar bom «latim vulgar» senão em Itália? Mas não devemos procurá-lo no dialecto duma cidade específica — nem mesmo em Florença — porque só o «vulgar ilustre», falado uniformemente pelas elites administrativas e literárias da Itália inteira, é capaz de exprimir as concepções mais elevadas da filosofia e da arte. Protejamo-lo contra «as palavras rústicas, as construções erróneas».

Rumo a um nacionalismo linguístico.

Línguas nacionais, sentimento nacional: correntes aliadas, sem dúvida, mas por vezes divergentes, na Idade Média como hoje. As fontes possíveis são as mesmas: crenças e obediências comuns, comunicações económicas e intelectuais fáceis, uniformidade do meio geográfico, recordações históricas e literárias, ou ainda um fim a atingir, um inimigo a reear ou a desprezar... Mas, ao invés, aquilo que se vai buscar a essas mesmas fontes varia.



Mapa 12 — A «Reconquista»



Mapa 12-A — A expansão das línguas ibéricas em 1072 e 1300 aprox.
(segundo F. Yndurain)

Pretende-se erradamente que as línguas nacionais representaram sempre uma reacção, um protesto contra o latim. Desde o século ix, na corte de Alfredo o Grande, que se viram reflorir, lado a lado, os estudos anglo-saxónicos e os latinos. No século xii, a renascença latina estimulou a produção literária em francês, confiando-a muitas vezes aos mesmos autores. É só no século xiii que o florescimento exuberante da literatura de língua vulgar ameaça sufocar a irmã mais velha. Não nos esqueçamos de que ainda Dante redigiu em latim o elogio da «eloquência vulgar», atrás referido.

A difusão da cultura nos meios laicos, nobres ou burgueses, nem sempre agiu, como em França, a favor da língua literária nacional. Na Itália, a facilidade com que cavaleiros e mercadores instruídos se serviam do latim causou à literatura nacional um atraso de dois ou três séculos. O italiano só começa a utilizar-se no século xiii, depois de experiências com as línguas de *oc* e de *oïl*. E embora o latim seja muito difícil para um alemão, houve até ao século xv mercadores do Báltico que empregavam a língua de Augusto nos seus livros de contas pessoais.

Já dissemos que a sorte do latim literário esteve ligada à da Igreja, do Estado e das escolas. O primeiro destes apoios foi recusado às línguas nacionais: os vulgarizadores eram suspeitos de indisciplina ou até de hereesia pela Igreja latina. Só no século xiii esta afrouxa o freio e, mesmo então, a medo. As escolas, ou pelo menos certas escolas, mostram-se menos rígidas. Os mercadores, sobretudo, não se importavam tanto com isso, uma vez que o estudo da aritmética, das técnicas profissionais e das línguas estrangeiras trazia mais lucros do que a *Eneida* aprendida de cor. É verdade que para o direito comercial, como para outros ramos, o latim se mostrava essencial.

O Estado teria ganho em favorecer a supremacia duma língua nacional, mas não tinha consciência do facto. Os reis de Inglaterra, por norma tão prontos a apoderarem-se de tudo aquilo que pudesse reforçar o seu poderio sobre o reino, contrariam o desenvolvimento já avançado do inglês a favor não só do latim, mas também do francês. O castelhano propaga-se duma ponta à outra da Espanha, levado pelo galope dos cavaleiros que repelem os Árabes (*mapa 12*), mas em pleno século xiii Afonso X, rei de Castela, escreverá os seus poemas em galego. Prodigalizará, todavia, os seus esforços para purificar o «castelhano correcto» de Toledo, a capital. Quanto ao francês de Paris, são, sem dúvida, o rei Artur e o paladino Roland que lhe aplanam o caminho, visto que empreende a conquista da França bem antes de Filipe Augusto. Pelo contrário, o italiano dará os seus primeiros passos literários com o apoio de Frederico II, mas atingirá o apogeu na época em que as últimas esperanças da monarquia se desvanecem. Finalmente, o provençal, promovido à glória literária pelos príncipes-poetas, será colhido nos redemoinhos das catástrofes políticas do Sul.

Se os escritores são os construtores, os soberanos da língua e da literatura, também os reis coroados trabalharam pela construção da Europa, mas sobretudo em domínios diferentes: guerra, diplomacia, administração. É aí que temos de os observar.

AS TRANSFORMAÇÕES DOS REINOS

1. MAJESTADE E FRAQUEZAS DO IMPÉRIO GERMÂNICO

«**Q**UE FRUTOS produzem as mudanças e as destruições dos reinos, eis um problema que devemos deixar a Deus, de quem nada pode vir inútilmente. No entanto, não faltam gentes para dizer que Deus quis humilhar o Reino a fim de exaltar a Igreja. Ninguém põe em dúvida, na verdade, que a Igreja, exaltada e enriquecida pela força do Reino e a benfeitoria dos reis... pôde humilhar o Reino a tal ponto... que ele se acha destruído não só pela espada espiritual mas também pela sua própria espada material.»

Tais eram, pelos meados do século XII, as melancólicas reflexões do autor de uma crônica das «Duas Cidades», a Cidade dos Homens e a Cidade de Deus entrelaçadas uma na outra.

Este autor, Otão (Otto), era monge cisterciense, futuro bispo de Freising, mas ao mesmo tempo meio-irmão do imperador Conrado III e, por consequência, interessado na causa do império. É certo que um pouco mais tarde os sucessos iniciais do reinado de seu sobrinho, Frederico Barbarruiva, iriam inspirar-lhe páginas plenas de esperança: a grande partida travada desde havia cem anos não estava ainda encerrada, e o Império tinha ainda

diante de si novos dias de glória. Todavia, o primeiro diagnóstico de Otto von Freising era bem fundado. De todas as resistências que frustraram os imperadores dos frutos dos esforços feitos para dominar os seus Estados e afirmar a hegemonia sobre a Europa católica, a dos papas foi a mais forte.

À superfície, grandeza e calma

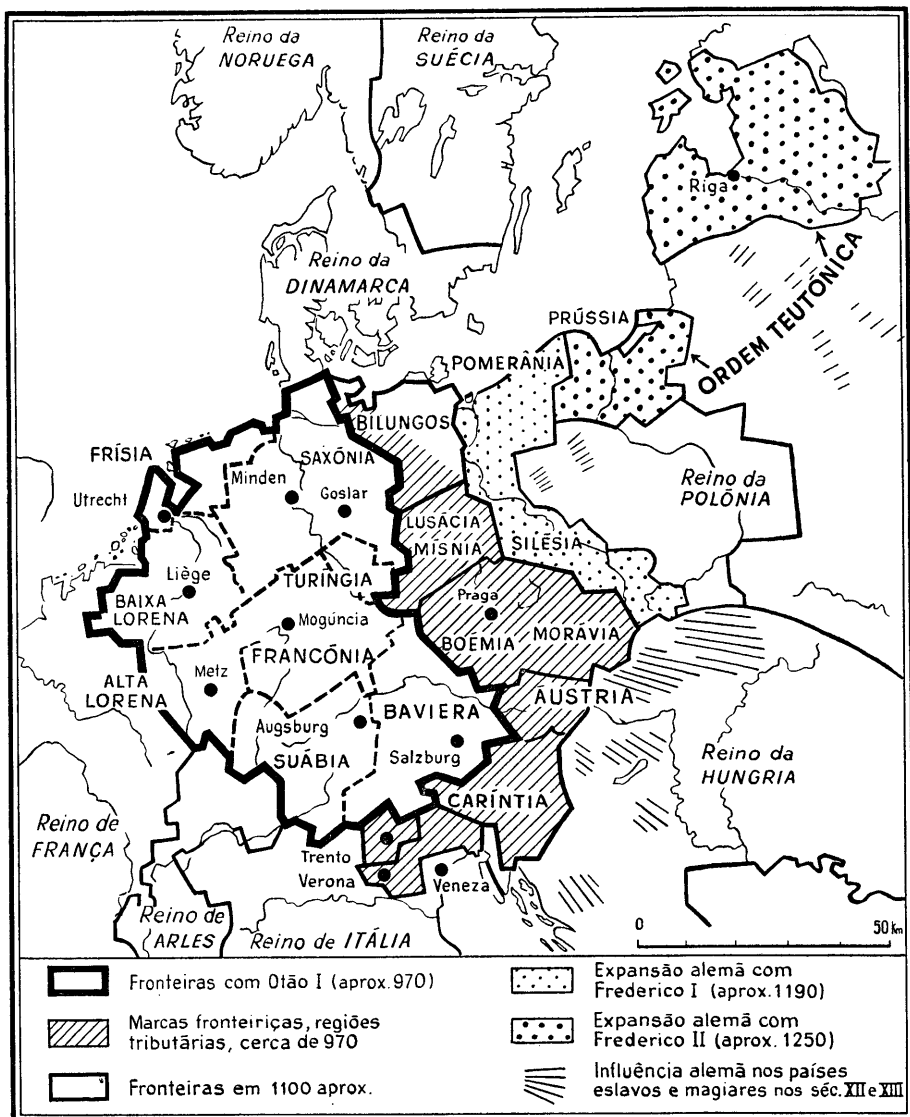
Entretanto, entre o evento que os contemporâneos designaram por «transmissão do Império Romano aos Teutões» (a coroação imperial de Otão I em 962) e a carta ameaçadora de Gregório VII a Henrique IV que abriu, em 1075, a Querela das Investiduras, houve um intervalo de mais de um século, no qual convém que fixemos primeiro a nossa atenção. Era a época do particularismo, cuja acção dissolvente sobre todas as monarquias, papado inclusive apontámos já. Melhor do que os outros soberanos, os imperadores puderam defender-se dele porque deram sem regatear o pouco que se pedia a um monarca do século x e da primeira metade do século xi: vitórias no exterior, julgamentos equitativos no interior. Se a administração imperial de forma alguma se achava mais desenvolvida que a dos Carolíngios, já o exército imperial era incontestavelmente o mais poderoso da Europa católica. Louvava-se o seu chefe por alargar os limites do Império, reprimir as violações demasiado flagrantes das leis humanas e divinas e sustentar a Igreja (por vezes contra os desejos desta) depondo certos papas e prelados desacreditados para escolher outros «melhores». Que, por outro lado, o imperador não fosse escrupulosamente obedecido quando se não encontrava presente, era coisa que não surpreendia ninguém e não afectava muito o seu prestígio. Poder-se-ia mesmo afirmar que a irregularidade das suas intervenções as tornava mais eficazes: os vassallos mais ciosos das suas prerrogativas resignavam-se a curvar a cabeça com a condição de o imperador lho não exigir muitas vezes.

Com o tempo, porém, os estados que se afirmaram não foram aqueles que possuíam exércitos mais numerosos, mas sim aqueles que criaram uma administração bem equilibrada e eficiente. Ora, deste ponto de vista, o Império encontrava-se em desvantagem. Era quase tão vasto como o Império Carolíngio e integrava povos e civilizações em igual grau díspares (*mapa 13*). Sendo difícil em extremo fazê-los colaborar harmoniosamente, os imperadores tiveram de jogar nas discórdias e tirar a sua força das fraquezas dos outros.

A Itália, dividida no interior pelo particularismo mais tenaz e separada da Alemanha pelo seu nível cultural e económico muito mais avançado, era o elo mais fraco da cadeia. O imperador não dispunha aí de outro apoio senão o de uma das suas facções e esta, por sua vez, contava com as incursões da hoste imperial para levar a melhor sobre a facção rival. Incurções muito, muito raras: calculou-se que, entre a coroação de Otão I e o

final do século XII, o imperador apareceu em Itália apenas um ano em cada cinco, em média, com uma ausência máxima de vinte e seis anos.

Logo que a hoste, enfraquecida pelo clima italiano e chamada pelos problemas da Alemanha, reatransitava os Alpes, estalavam insurreições



Mapa 13 — O reino da Alemanha, do século X ao século XIII

na Itália, que se propagavam de região para região. As vinganças do imperador, sempre que voltava, envenenavam o conflito sem o resolver. Vimos que Roma, orgulhosa até na sua miséria e incuravelmente bizantina apesar da longa rivalidade com Constantinopla, foi o centro da oposição sob os três Otões. Mas a oposição deslocou-se e reforçou-se quando a Itália do Norte desabrochou. A morte de Otão III, os nobres laicos da Lombardia escolheram um rei independente que governou durante vários anos. Em 1024 a população de Pavia, capital administrativa da Itália, queimou o palácio do imperador. Um pouco mais tarde, os Milaneses sublevaram-se contra Conrado II e o arcebispo seu aliado. Muito antes da Querela das Investiduras, certas cidades italianas conduziam-se como Estados independentes, não se preocupando com o imperador mais do que os grandes vassallos franceses se preocupavam com o seu rei.

É preciso, portanto, não nos deixarmos iludir pela extensão do território teoricamente submetido aos imperadores. A Itália, mesmo quando lhes obedecia parcialmente, não era para eles mais que um jardim de recreio, mantido por razões de prestígio à custa de grande dispersão de energia. A Borgonha, antigo reino de Arles, que o seu derradeiro rei legou em 1032 ao imperador, revelava-se um ninho de turbulência feudal. O suzerano não extraía dela proveito algum; já lhe bastava que não lhe desse aborrecimentos. A Lotaríngia (Lorena) não passava dum posto avançado insuficientemente controlado. É verdade que os imperadores aproveitaram as suas riquezas agrícolas, comerciais e industriais, só inferiores às da Itália, e que o seu clero esclarecido deu ao Império administradores de elite. Mas os interesses locais e as relações internacionais aproximavam a Lotaríngia imperial da Flandres, feudo francês que em breve iria constituir com ela uma entidade cultural e económica nova.

O reduto alemão e o avanço para Leste

Originariamente, o poder imperial tinha por suporte os quatro ducados que correspondiam aos quatro principais sub-grupos do povo dominante: Saxónios, Francónios, Suábios e Bávaros. Neste reduto alemão, sociedade e instituições evoluíram mais lentamente do que noutras regiões. Uma feliz mistura de sobrevivências bárbaras, tradições carolíngias e prudentes inovações feudais permitiu ao monarca fazer-se obedecer, respectivamente como general em chefe, como moderador da Igreja e como suzerano provido dum domínio directo extenso. A Alemanha ducal forneceu aos Otões aqueles milhares de cavaleiros que asseguraram a sua superioridade na época em que a hecatombe de 1500 cavaleiros em Fiorenzuola (923) acabava de cavar nas fileiras militares italianas um vazio que, segundo se diz, um meio século não bastou para preencher. Não regateou aos Hen-

riques e aos Conrados os contingentes mais numerosos que a renovação demográfica tornava indispensáveis.

Na realidade, as resistências contra o poder central nunca faltaram, mesmo no coração da Alemanha. Mas os imperadores semearam a divisão entre os vassallos a fim de assegurarem a própria autoridade.

Para enfraquecer os duques, aumentaram o número e o poder dos condes: remédio pouco eficaz, visto que estes aproveitaram o ensejo para engrandecer os seus domínios e emancipar-se por sua vez. Para conter os condes, os imperadores retiraram-lhes a administração das cidades que se tornaram condados sob a autoridade já bem assente dos bispos: solução vantajosa desta vez, pois que os bispos não podiam transmitir o poder aos descendentes. Era portanto o imperador quem, na maior parte dos casos, lhes escolhia um sucessor. Para rebaixar ainda mais a grande nobreza hereditária, Conrado II tornou hereditários os feudos menores (1027), proibiu os grandes vassallos de privarem um subvassallo do seu benefício sem o consentimento dos pares, e mandou submeter os casos controversos ao tribunal imperial. Finalmente, Conrado empregou servos (*ministeriales*) em serviços geralmente reservados aos nobres. Esta usança, erigida em sistema pelos seus sucessores, iria assegurar-lhes colaboradores dedicados que contrabalançariam a classe feudal sem nela poderem entrar.

É assim que o progresso do particularismo, em vez de conduzir à pulverização da monarquia como em França, tendeu a reforçar a autoridade do soberano, sob condição, todavia, de que este soubesse reconstituir em torno da sua pessoa a união destruída nos escalões inferiores.

A união, muito frágil no interior e nas expedições italianas, fazia-se mais facilmente na luta contra os Eslavos e os outros povos do Oriente. Os imperadores eram os chefes naturais deste avanço para Leste, deste *Drang nach Osten* que missionários, nobres e camponeses prosseguiram desde os tempos dos Carolíngios, com os métodos e os contrastes que se encontram em todas as colonizações. As fontes registam tocantes apelos a uma fé mais humana, esforços sinceros para elevar o nível de vida dos indígenas, trabalho obstinado para desbravar e melhorar as terras incultas. Mas desvendam também uma avidez, uma violência, uma crueldade que provocaram muitas vezes levantamentos em massa. De resto, o avanço da colonização chocava doravante com os primeiros Estados eslavos cristãos, cuja resistência se afirmava onde quer que montanhas ou quaisquer outros obstáculos naturais ou artificiais quebravam o choque da cavalaria feudal. Os reinos wêndico e obodrita (na Alemanha báltica de hoje) acabaram todavia por ser triturados e absorvidos pelas novas marcas que prolongavam os ducados alemães, mas a Polónia e a Boémia defenderam com êxito a sua identidade política e cultural, senão mesmo a sua independência absoluta.

Progressos da hegemonia imperial

Pouco antes da Querela das Investiduras, o imperador Henrique III (1039-1056) parecia o monarca mais poderoso do mundo cristão. A morte em 1035 de Canuto o Grande, soberano da Inglaterra e da Dinamarca e suzerano de outros territórios, arrastara consigo a dissolução do único estado católico que podia contrabalançar o poder do Império. Dez anos



Fig. 46—*Pias baptismais de Canossa (Itália), século XI. Museu de Canossa*

antes, a morte de Basílio II, «o Matador de Búlgaros», fechara a série dos imperadores guerreiros sob os quais Bizâncio, «essa mulher velha» (para usar a imagem de um cronista), «parecia uma rapariga adornada de ouro e pedras preciosas». A Polónia e a Boémia reconheciam a suzerania de Henrique III. Pela primeira vez depois de Carlos Magno e de Luís o Piedoso, César dera-se a si próprio uma capital exclusiva: sinal eloquente da renovação económica que permitia ao soberano esperar em local fixo pela chegada dos rendimentos e pelo regresso dos exércitos. Sinal ainda mais eloquente: essa capital era Goslar, fronteira às minas de Rammelsberg, cuja importância para as

oficinas de amoeção e para as fundições da época assinalámos já. Vimos que Henrique III impôs à sua outra capital, Roma, uma série de papas reformadores. Para um monarca tão sobrecarregado de trabalho, não havia ainda melhor sustentáculo do que eclesiásticos de costumes puros.

O seu herdeiro, Henrique IV, era ainda uma criança em 1056, mas assim que saíu da tutela aperreou o império para o fazer avançar mais depressa. A substituir o castelo de Goslar ergueu-se um palácio, cercado de solares rurais de onde partiam os seus servos-cavaleiros (*ministeriales*) levando ordens para os grandes. O jovem imperador reivindicou todos os direitos caídos em desuso durante a sua menoridade ou até mesmo antes: monopólio da justiça suprema e das florestas, patronato das abadias, posse de domínios recentemente perdidos ou ganhos havia pouco aos Eslavos, tributos e rendas que já ninguém pagava. Enfurecidos por esse despota do Sul (Henrique era um francónio), os camponeses e a nobreza saxónia sublevaram-se em massa: Henrique dominou-os.

Entretanto, as crescentes tarefas do governo exigiam burocracia mais numerosa, e isto na época em que Guilherme «o Conquistador» mal principiara a dedicar-se à tarefa da modernização administrativa do seu reino inglês, enquanto os Capetíngios nem sequer conseguiam governar bem o próprio domínio directo. Acaso seria Henrique IV a poder aumentar sem limites o número e os poderes dos servos-cavaleiros? Iria pedir quadros, pela primeira vez, aos núcleos burgueses da Itália e da Lotaríngia, regiões que em grande parte escapavam ao seu controle? Jamais o saberemos, visto que a Querela das Investiduras estalou em 1075. Subitamente, Henrique IV viu-se abandonado pelos homens que, vinte anos antes, eram o sustentáculo de seu pai.

Trava-se o grande duelo

Os altos e baixos dramáticos da Querela são familiares a qualquer aluno de liceu: seria impossível resumi-los em algumas linhas apenas. Começou por um conflito limitado, mas delicado, entre direito feudal e direito canónico: a quem incumbia conceder a investidura a eclesiásticos cujo cargo espiritual fosse acompanhado de um benefício? Mas antes que a questão se tivesse resolvido mediante um compromisso (a Concordata de Worms, em 1122) a luta transformara-se em rivalidade pela supremacia política universal.

A princípio o duelo parecia bastante desigual. Contra um Império poderoso, rico, seguido pela maior parte do seu clero, que podia fazer um papado desarmado, relativamente pobre e criticado pelos numerosos eclesiásticos que a reforma dos costumes e o absolutismo papal inquietavam ainda mais do que as intervenções laicas? Por várias vezes a causa dos reformadores pareceu perdida. Em 1122, todavia, Roma recuperara o seu domínio mais ou menos efectivo sobre a Ordem eclesiástica e preparava-se para



Fig. 47 — O imperador Henrique IV e a condessa Matilde. Segundo um manuscrito da Biblioteca Vaticana, Lat. 4922 (Roma)

RECONSTRUÇÃO DE BAIXO A CIMA

abalado o Império no plano político. Reviravolta quase prodigiosa, que não se pode explicar sem o desenvolvimento do sentimento religioso. O papado reerguera-se após cada derrota porque as perseguições reforçavam a fé. E para mais, acaso o reino de S. Pedro não participa também de um outro mundo, o Mundo em que os imperadores só entram de joelhos?

O pior é que, se procurarmos por que meios específicos o sentimento religioso teria assegurado a vitória do papado, ficamos perplexos. O espírito da época só de mau grado se afastava do concreto: podia deplorar-se, por exemplo, que em tal igreja as esmolas destinadas aos pobres servissem para alimentar os cães de um senhor, sem por isso deduzir que a Igreja não devia reconhecer *nenhum* senhor. Para resolver todas as questões espinhosas, o clero deveria ter renunciado aos bens temporais; mas Pascoal II, que pensou nisso, foi quase universalmente desaprovado. Os bens temporais pareciam indispensáveis ao bem-estar e ao prestígio do clero.

Mesmo a autoridade transcendente do pontífice mostrava-se uma arma de dois gumes. Permitia-lhe excomungar o pecador mas compelia-o a perdoar ao penitente. Foi o que se viu em Canossa, em 1077: um único acto de contrição, dramático mas passageiro, devolveu a Henrique IV tudo o que a sua luta contra Gregório VII lhe custara até então (*figs. 46, 47, 48*). De resto, cem anos mais tarde, Henrique II de Inglaterra iria submeter-se a uma penitência tão retumbante como esta (por ocasião do assassinio de Thomas Becket, em 1171), sem que por isso o seu reino se desagregasse (*extra-texto 18*).

Não basta que uma causa seja justa, é preciso igualmente que seja bem pleiteada. Se os advogados notáveis foram numerosos de ambos os lados, Gregório VII (1073-1085) superou-os a todos pela sua eloquência, actividade e energia. Inflexível e abrupto nas questões de princípio, mas acomodatório e cheio de tacto desde que as suas convicções profundas não entravam em jogo, permanece para nós o maior papa da Idade Média, grande tanto nos seus erros como nas suas virtudes. Junto dele entrevemos uma figura feminina, mal iluminada pelas fontes, mas talvez tão notável como ele pelo seu meio e pela sua cultura: a condessa Matilde da Toscana.

Foi voltando contra o Império os próprios métodos de governo dos imperadores que os papas vibraram os golpes decisivos. Estabelecendo o seu poder sobre a rivalidade das facções e dos níveis feudais, os imperadores tinham dado um exemplo perigoso; deram outro intervindo nas querelas e nomeações eclesiásticas. Por sua vez, os papas adoptaram a tática de dividir para reinar. Foi-lhes fácil convidar à desobediência, explorar os descontentamentos e os rancores que fervilhavam em todos os escalões da Ordem Feudal. Nomearam anti-reis, tal como os imperadores nomeavam antipapas, e depuseram vassallos para investir outros. Os imperadores, obrigados a colmatar a todo o momento as deserções que por toda a parte se produziam onde quer que um vassallo tivesse interesse em se revoltar, tiveram de distribuir favores por todos os lados. Esta tarefa de Sísifo forçou-os a abandonar a direcção da única empresa que dava ganhos duradouros: a guerra na fronteira oriental. A guerra e a paz, no interior como no exterior, tornaram-se negócio privado dos senhores alemães e das cidades italianas.

O império em leilão

A Concordata de Worms, como todos os compromissos, não contentou nenhum dos dois adversários, mas ofereceu a ambos uma oportunidade de tratar as feridas recebidas na contenda. Desgraçadamente, o imperador que a tinha assinado, Henrique V, morreu três anos mais tarde sem herdeiros directos. A coroa tornou-se então objecto de leilão, sustentado pelos dois partidos da nobreza («Guelfos» e «Ghibelinos») e alimentado pelo papado. Este último aproveitou-se do facto para apressar as suas reivindicações. A Alemanha, valha a verdade, não pareceu sofrer



Fig. 48 — A expulsão do papa Gregório VII. À esquerda, o imperador Henrique IV e o antipapa Guiberto. Segundo uma miniatura de um manuscrito de Otto von Freising, conservado em Jena, Alemanha (pormenor)

com isso. O nível de vida continuava a elevar-se, os camponeses mais ricos infiltravam-se na nobreza, e a nobreza, livre de se expandir para além do Elba, considerou o imperador Lotário II como um soberano modelo, apesar da sua mediocridade, ou talvez mesmo em razão dela. Lotário era o candidato dos Guelfos; o seu sucessor, Conrado III, foi o candidato dos Ghibelinos.

Em 1152 as facções puseram-se de acordo temporariamente para fazer recair a escolha em Frederico I «Barbarruiva», aliado aos Ghibelinos pelo lado do pai e aos Guelfos pela mãe. O acaso quis que esse jovem enérgico e hábil, ambicioso e realista, tivesse o estofo de um grande monarca. Mas, na Alemanha, já só existia um domínio muito restrito e rendimentos fiscais insuficientes. Para mais, tendo sido eleito por senhores muitas vezes mais poderosos do que ele próprio, não podia de modo algum contar com a sua obediência. Procurou, portanto, novas bases de poder, fazendo valer

os direitos, há tanto tempo desprezados mas imprescritíveis, da autoridade imperial em Itália.

Para ter as mãos livres, Frederico só pediu aos seus vassallos serviços feudais moderados e deixou o primo, Henrique o Leão, exercer, nos antigos ducados alemães e nas marcas do Leste, funções que equivaliam mais ou menos às de lugar-tenente. A expansão em território eslavo redobrou de vigor com este novo chefe, cujo domínio directo formava um forte bloco no centro da Alemanha. Quanto a Frederico, embrenhou-se em novo conflito com o papado e as outras autoridades que, tendo-se afirmado na Itália, não queriam aceitar, por preço algum, um soberano estrangeiro.

O primeiro passo arrastou outros: em três gerações os imperadores iriam transformar-se de Alemães em Italianos e transferir a capital de Goslar para Palermo, enquanto a Alemanha se transformava em confederação de feudos quase independentes.

2. FORÇA E FRAQUEZA DO PAPADO ITALIANO

Teriam os papas podido substituir-se aos imperadores no duplo papel de monarcas edificadores de um Estado feudal e nacional, e de moderadores da comunidade internacional dos Estados católicos?

A primeira resposta que acode ao espírito é que os papas se achavam melhor preparados do que os imperadores para desempenharem um papel internacional. A jurisdição da Igreja não se detinha ante nenhuma fronteira política e derivava do único Senhor ante o qual todo o senhor terrestre se inclinava sem vergonha. Em contra-partida, os papas não pareciam bem apetrechados para uma missão feudal e nacional. Princípio dinástico, solidariedade de raça, prestígio militar — nenhuma destas grandes alavancas do patriotismo e do nacionalismo podia ser por eles utilizada. Todavia, a história dos papas nos séculos XI e XII mostra-nos, por um lado, êxitos mais brilhantes do que sólidos no domínio internacional e, por outro lado, progressos modestos mas contínuos na construção de um Estado pontifício na Itália. Como sempre, a realidade é demasiado matizada para caber numa definição sumária. Para a cingirmos mais de perto ser-nos-á preciso voltar atrás e examinar sucintamente os principais trunfos do papado.

Os trunfos do papado

O principal trunfo era a sua supremacia sobre a Ordem eclesiástica. «Só o Papa merece ser chamado universal; o seu legado num concílio é superior aos bispos; nenhum sínodo é geral sem ordem sua; só ele legisla na

Igreja... pode depor e absolver os bispos; pode transferi-los... não deve ser julgado por ninguém... ninguém pode reformar as suas sentenças.» Estas afirmações do *Dictatus Papae* de Gregório VII não puderam, evidentemente, impor-se sem flutuações e sem excepções. Por um lado, foi necessário transigir com os particularismos das Igrejas nacionais e locais. Por outro lado, foi preciso chegar a acordo com os poderes laicos. Pelas concordatas do século XII, reis e imperadores reconheceram ao papa o que nenhum pontífice teria podido abandonar: o direito de dar aos altos prelados a investidura religiosa formal. O papa, por seu lado, reconheceu aos soberanos o que nenhum rei se teria resignado a abandonar-lhe: um direito de ingerência, variável consoante os países e as circunstâncias, nas nomeações dos altos prelados. No que respeita à escolha do baixo clero, a influência pontifical permaneceu geralmente fraca.

Se o papado tivesse podido monopolizar os serviços do clero para os seus fins políticos, teria muito provavelmente dominado a Europa. Mas só conseguiu ter sob as suas ordens directas o pequeno número de eclesiásticos empregados na cúria romana e no Estado pontifício. Foi graças a eles que a administração papal se tornou na mais competente do mundo ocidental. Os outros eclesiásticos, mesmo quando se submetiam à disciplina espiritual de Roma, conservavam a sua iniciativa nos negócios temporais: Suger e Lanfranc de Pavia (ou de Bec) foram servidores, respectivamente, dos reis de França e de Inglaterra, e não do papa.

Contudo, os laços muito estreitos entre religião e negócios seculares, por um lado, e por outro o estatuto especial do clero ofereceram ao papa numerosas ocasiões de afirmar a sua influência e de obter rendimentos em certos sectores da vida pública e privada. Tribunais eclesiásticos, imunidades do clero, jurisdições sobre os casamentos e os divórcios, constituíram outras tantas frentes comuns em que papa e eclesiásticos muitas vezes se uniram contra os poderes laicos. Estas intervenções entravavam seriamente os soberanos em domínios limitados, mas não atingiam a sua independência política.

Quanto à doutrina da subordinação da espada temporal à espada espiritual, isto é, da primazia do papado sobre todas as monarquias seculares, só no campo das ideias desempenhou um papel assás importante. Na prática forneceu uma justificação aos aliados do

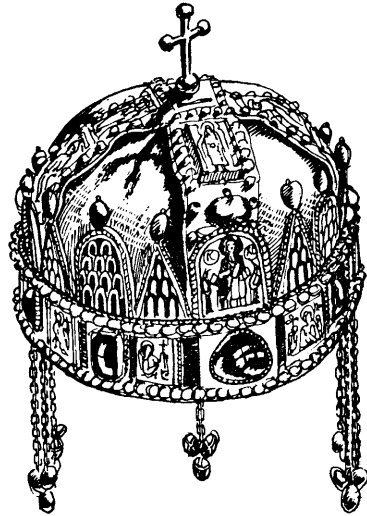


Fig. 49 — Coroa dos séculos XI e XII, chamada de Santo Estêvão. Tesouro do Palácio Real de Budapeste (Hungria)

papa contra o imperador, mas é duvidoso que tenha trazido ao papa adeptos ou recursos que não encontraria sem ela. De resto, a doutrina oposta, que subordinava a espada espiritual à temporal, também não parece ter trazido defensores à causa imperial. O debate era tão abstracto que em Paris e em Londres podia haver defensores apaixonados destas ideias, os quais nem por isso pensavam ceder uma polegada que fosse da soberania dos reis de França ou de Inglaterra.

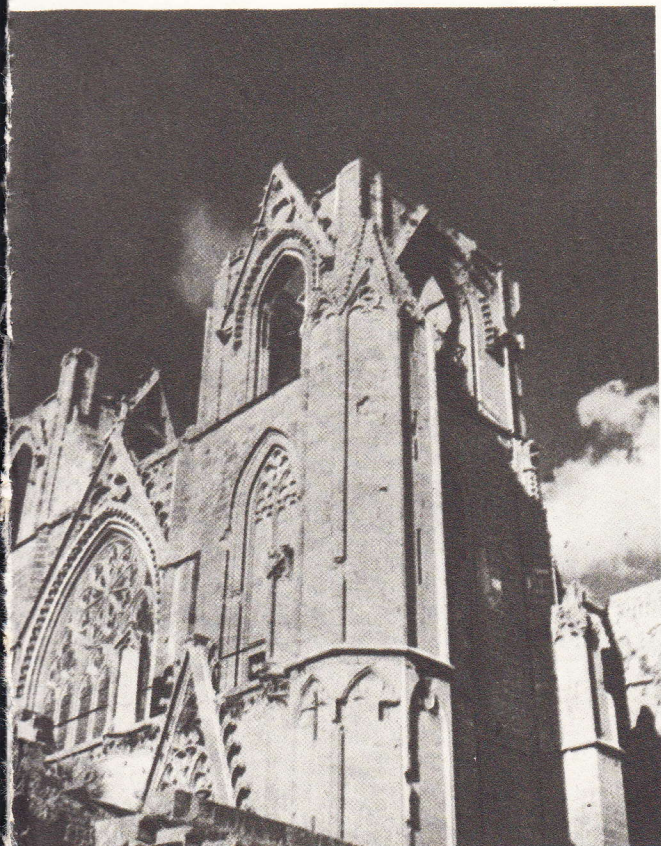
Todavia, o direito de legitimar e consagrar os soberanos, reivindicado desde Pepino o Breve, por mais de uma vez serviu ao papado para estabelecer com eles relações mais estreitas. Por volta do ano 1000, Silvestre II enviara uma coroa ao futuro Santo Estêvão, o chefe húngaro que acabara de baptizar o seu povo (*fig. 49*). Desde então a Hungria mostrara-se duma devoção inalterável para com a Santa Sé. Em 1059, ano dos decretos reformadores de Nicolau II, o papado fez valer a sua autoridade nessa parte do Meio-Dia italiano que os imperadores do Ocidente jamais haviam conseguido submeter. Deu a investidura a Roberto Guiscard, chefe dos bandos normandos que acabavam de talhar ali um Estado a expensas dos governadores bizantinos e dos príncipes lombardos. Este Estado iria permanecer sob a suzerania da Igreja até ao seu desaparecimento em 1860; suzerania puramente nominal quando o rei era forte, mas pretexto para intervenção quando fraco.

Os papas dirigem a guerra santa

Num sector em que, até então, se tinham limitado a secundar as monarquias laicas — quer dizer, na propagação da fé pela força armada — os papas marcaram um primeiro ponto com a investidura dada ao chefe normando em 1059. Verdade seja que as conquistas de Roberto Guiscard não representavam ganhos para a fé senão na medida em que favoreciam o rito latino em território outrora bizantino. Mas quando Rogério, irmão de Roberto Guiscard, arrancou a Sicília aos Muçulmanos e por sua vez recebeu a investidura papal, a aliança do trono e do altar tornou-se mais evidente. Foi estreita nas Espanhas, outra região estranha ao Império: obrigado por uma ofensiva muçulmana, o rei de Aragão deu em 1086 os seus Estados em feudo «a Deus e a S. Pedro», e obteve o apoio da Santa Sé para recrutar reforços em França e na Itália.

A aliança, inversamente, mal se descortinou na expedição que Pisanos e Genoveses levaram a bom termo em 1081 contra a capital de um Estado africano. Massacraram os «padres de Mohammed», saquearam a cidade e só a abandonaram após terem obtido privilégios comerciais. A braços com as dificuldades que lhe suscitava a Querela das Investiduras, o papa Vítor III limitou-se a abençoar os marinheiros italianos. Foi o desejo destes, de santificarem as armas, que conferiu a este *raid* de piratas uma vaga aparência de cruzada antecipada.

Todavia, a ideia da Cruzada andava doravante no ar. Já Gregório VII havia projectado uma expedição contra os Turcos Seldjúcidas que acabavam de forçar a fronteira asiática da cristandade, durante tão longo tempo defendida pelo Império Bizantino. Finalmente, em 1095, Urbano II julgou chegado o momento de realizar este plano numa base mais ambiciosa, e deu o sinal para a primeira Cruzada. Desde então, e durante dois séculos, o papado





viu-se à testa de um empreendimento militar internacional, o único em que toda a Europa medieval, católica e bizantina, participou (*extra-texto 19*).

É certo que a condução directa da guerra não era de sua alçada; por isso mesmo os legados pontifícios viram-se impotentes perante os chefes militares, alguns dos quais eram príncipes, reis ou imperadores. Todavia, as Cruzadas propriamente ditas não passaram de curtas conflagrações. Durante os longos intervalos que as separavam, veio a caber à Santa Sé a tarefa de manter os contactos, preparar os socorros, organizar as campanhas futuras. Roma distribuiu as indulgências, centralizou as contribuições em dinheiro e exerceu uma vaga autoridade sobre os Estados cristãos da Terra Santa, aos quais se iria juntar, em 1204, o Império Latino de Constantinopla.

Ora por interesse, ora por devoção, outros governos europeus solicitaram também a investidura ou, pelo menos, o protectorado moral da Santa Sé. A pouco e pouco, Roma agrupou uma constelação de Estados que gravitavam em seu torno, lhe enviavam dinheiro (ou, conforme o caso, lhe pediam subsídios), submetiam certos problemas ao seu juízo, e se conduziam para com ela como vassalos em relação a um suzerano pouco exigente. ⁽¹⁾

O papado, potência italiana

Todavia, na época feudal, o poder do suzerano dependia menos do número dos seus vassallos do que da extensão do seu domínio directo. O domínio dos imperadores tinha como eixo os ducados alemães; o dos papas tinha de centrar-se em Roma e na Itália.

Recordemos, com efeito, que a «Doação de Constantino» atribuía aos papas a maior parte da península, e que as doações menos generosas mas mais autênticas de Pepino e de Carlos Magno lhes destinavam somente uma parte da Itália Central. Mas, mesmo assim reduzido, este território revelara-se ainda demasiado vasto para o poder dos papas. No século x, fora-lhes necessário conciliar as boas graças dos imperadores e dos nobres rurais do Lácio para só manter em Roma um domínio no fim de contas bastante precário. Pelos meados do século xi, três papas, estranhos à Itália e desconfiados em relação aos Romanos, pareciam anunciar a época em que o bispo de Roma romperia todas as relações com a sua diocese para dela conservar apenas o Vaticano e seus arredores. Isolaram-nos do resto da cidade graças a um nova muralha, a que marca hoje os limites do Estado do Vaticano.

Depois, em 1059, os ventos mudaram. Pela lei que reservava aos cardeais romanos o direito de elegerem o papa, de novo o papado ligou os seus destinos aos do clero local.

(1) Assim também Portugal. Em 1143, perante o cardeal Guido, Afonso Henriques prestou juramento de vassalagem ao Papa (Inocência II) e encomendou o território do seu reino a S. Pedro e à Santa Sé. No mesmo ano, mas em data posterior, comprometeu-se a pagar anualmente um tributo de 4 onças de ouro. Só a partir de 1179, todavia, é que este tributo começou a ser pago, e multiplicado por 4 (2 marcos em ouro), preço por que a Cúria Romana aceitou finalmente as condições do monarca português e o reconheceu como rei. O censo foi pago por duas vezes: em 1199, por Sancho I, na soma correspondente aos vinte anos em atraso; e em 1213, por Afonso II, em quantidade muito superior à devida. Mas já em 1179 Afonso Henriques oferecera liberalmente à Cúria uma soma de 1 000 morabitanos de ouro, a título de presente.

A partir de 1213, não restam mais notícias do pagamento do censo, nem de a Santa Sé o exigir. (N. do T.)

18 = Martírio de S. Tomás Becket, mitra de bispo, do claustro de Seligenstadt. Bayerisches Nationalmuseum, München (Alemanha); = regresso dos Milanenses após a sua vitória em Legnano sobre Frederico Barbaruiva. Museo del Castello Sforzesco, Milão (Itália)

Pela investidura de Roberto Guiscard, assegurou os limites meridionais do seu domínio. Um pouco mais tarde, o apoio que recebeu das cidades lombardas e da condessa Matilde da Toscana apertou os seus laços com o Norte e o Centro da Itália, que se tornaram os viveiros da maior parte dos papas e da maioria dos seus assistentes políticos ou financeiros.

A concordata de Worms, em 1122, vincou a orientação italiana do papado. Do ponto de vista da investidura, dividiu o território imperial em três zonas: a Alemanha, onde a escolha dos bispos era praticamente abandonada ao imperador; a Itália e a Borgonha, onde era deixada ao capítulo e ao papa; o domínio pontifício directo, onde todas as investiduras, tanto eclesiásticas como laicas, eram da competência do papa. Este domínio expandia-se: Roma e o «Património de S. Pedro» no Lácio tinham sido já recuperados, e a condessa Matilde em breve iria legar aos pontífices as suas vastas possessões dos dois lados dos Apeninos. No entanto, mesmo assentes neste território que compreendia uma boa parte do centro da Itália, como teriam podido os papas reunir sob a sua hegemonia os outros pedaços da península e transformar em realidade a «Doação de Constantino»?

Pelos meados do século XII, uma tal tarefa apresentava-se muito difícil, mas não impossível. No Sul, Rogério II reunira todas as possessões normandas num só reino de inquietante exuberância. Insistir na sua condição de vassalo teria sido imprudente. Mas os seus inimigos — imperadores teutónicos, imperadores bizantinos, potências muçulmanas de África — eram também inimigos do papado, para quem o reino da Sicília se tornava *ipso facto* um aliado natural.

Ao Norte, o antigo reino da Itália voltara a ser o mosaico de Cidades-Estados que fora na Antiguidade. Com efeito, os condes-bispos simoníacos que governavam a maior parte das cidades antes da Querela tinham sido expulsos pela população, instigados pelos papas reformadores. Os seus sucessores tiveram de ceder o poder efectivo aos laicos. Depois, os cidadãos tinham-se voltado contra os vassallos e representantes imperiais que dominavam o campo. Estes, abandonados pelo imperador, viram-se obrigados a retirar para algum castelo rural ou para os altos vales dos Alpes e dos Apeninos. Mas o triunfo das comunas urbanas deixara o campo livre às lutas da burguesia. Em cada comuna, famílias, facções, classes sociais e grupos de interesses afrontavam-se sem tréguas. Cada comuna, por seu turno, esforçava-se por ganhar espaço a expensas do vizinho. Milão, principalmente, tornara-se o espantalho das pequenas comunas lombardas: destruíra Lodi e ameaçava de perto Como e Cremona. Este estado de coisas dava ao clero e ao papa inúmeras ocasiões de oferecer os seus bons ofícios. É certo que era necessário muito tacto para lisonjear o amor-próprio dos cidadãos; mas o papa tinha bom jogo nas mãos e a parada era alta. A revolução demográfica e económica avançara consideravelmente. As riquezas comerciais e industriais da Itália do Norte, o seu território pouco extenso mas fértil e bem cultivado, prometiam a quem os dominasse um poderio sem igual na Europa.

Frederico Barbarruiva e a liga lombarda

Infelizmente para os papas, Frederico Barbarruiva veio transtornar uma partida que mal começara. Pela sua educação e preferências pertencia à sociedade feudal, mas foi o primeiro soberano europeu a tomar plenamente consciência da importância adquirida pelas cidades e a pensar em explorá-la (*fig. 50*). Na Alemanha, o apoio financeiro que conseguiu por parte das cidades do Reno, compensou-o parcialmente das concessões que fez aos grandes vassallos para os arrastar nas suas campanhas italianas. Na Itália, juntou em torno ao seu estandarte o que restava da classe feudal, a fim de forçar as cidades a restituírem ao Império os tributos e a obediência que já não lhe prestavam havia um século. Mas arvorou-se também em campeão das pequenas cidades lombardas contra Milão e pediu à jovem escola bolonhesa de direito romano argumentos para escorar a autoridade suprema do sucessor de César. Para captar o papa, mandou queimar Arnaldo da Brescia, herético que assumira a chefia de uma revolução comunal em Roma. Milão, por duas vezes forçada a capitular (1158, 1162) — da segunda vez após um cerco memorável — foi alegremente destruída pelos habitantes das comunas inimigas.

Então, Frederico revelou-se: como Henrique IV antes de Canossa, mas com a eficiência que lhe permitia uma sociedade mais rica, mais culta e mais complexa, quis assumir pessoalmente a administração directa dos seus Estados. Todas as cidades italianas, inclusive as aliadas de Frederico, tiveram de receber representantes do imperador. Estes, cercados de cavaleiros alemães, extorquiram aos burgueses tributos enormes para a época. Frederico apropriou-se também dos domínios que Matilde legara ao papa. Todas as resistências foram implacavelmente esmagadas. Nunca o Império parecera tão triunfante.

Triunfo ilusório, pois que não fora acompanhado pela moderação. A maior parte das cidades lombardas, chocadas com os excessos dos vencedores, coligaram-se contra o imperador, reconstruíram Milão e edificaram uma nova cidade-fortaleza para barrar o caminho a Frederico. Chamaram-lhe



Fig. 50 — *Frederico I Barbarruiva, imperador do Ocidente, baixo relevo de um pórtico da catedral de Freising (Alemanha)*

Alexandria, em homenagem ao novo papa, Alexandre III, que com elas se aliara. Veneza, desde há muito independente, e os Normandos da Sicília uniram-se à liga. Frederico, impotente contra tantos inimigos e contra a peste que lhe dizimava as tropas, regressara à Alemanha. Consagrou seis anos às tarefas sempre interrompidas de reconstituir o domínio imperial, reavivar a obediência e restabelecer a harmonia entre os seus vassallos e de reafirmar o protectorado alemão sobre os Estados eslavos limítrofes. Quando enfim estava em condições de regressar a Itália — era demasiado tarde. Alexandria sustentou vitoriosamente um longo cerco. Finalmente, em 1176, produziu-se o facto inédito, inacreditável: as milícias da Liga Lombarda afrontaram em Legnano o exército feudal de Frederico e infligiram-lhe uma terrível derrota (*extra-texto 18*). Foi o baptismo de glória da burguesia combatente.

Legnano foi também, se se quizer, a primeira página de história italiana, pois que os vencedores pronunciaram bem alto as palavras «liberdade e honra da Itália». A independência das cidades lombardas foi reconhecida em 1183 pela paz de Constança, com algumas reservas, das quais, de resto, o imperador não pôde tirar vantagem.

Enfim, indirectamente, Legnano provocou a destruição do único conglomerado de feudos assás extenso para constituir o núcleo dum novo Estado alemão susceptível de se substituir ao domínio imperial que se esboroava. Tendo Henrique o Leão recusado ao primo o seu concurso na fatal expedição contra a Liga Lombarda, Frederico castigou-o com o confisco das suas possessões. Nada ganhou com isso para o domínio imperial, porque os costumes alemães obrigavam-no a redistribuir os despojos pelos outros vassallos que o tinham ajudado contra o rebelde. Todavia, conseguiu ainda juntar número suficiente de nobres e servos-cavaleiros para procurar outros caminhos para o Mediterrâneo: na Itália Central, no reino de Arles, no Oriente, onde iria morrer no princípio duma cruzada (1190).

Sempre vencedor (excepto em Legnano), sempre chamado algures, o imperador da barba ruiva acumulara um vasto capital de prestígio mas pouco poder real. Em última análise, o êxito mais sólido deste lutador infatigável foi um acto de diplomacia, o casamento de seu filho (o futuro Henrique VI) com a herdeira do reino normando da Sicília. Mas este casamento, por sua vez, acabaria por tornar o império mais fraco e mais ameaçador ao mesmo tempo: mais fraco, porque fazia dele um corpo heterogéneo, imenso e invertebrado; mais ameaçador, porque privava o papa e os Lombardos do seu melhor aliado e parecia apertá-los num torno.

Após Legnano: o conflito entra num beco sem saída

Henrique VI herdava de seu pai uma aposta. O facto extraordinário foi conseguir quase ganhá-la. Batendo-se sem cessar e sem piedade, arrastou os seus vassallos alemães à conquista da Sicília, reprimiu um levantamento em massa dos Sicilianos, obrigou o papa a reconhecer este facto consumado, reconstituiu um partido imperial na Lombardia e fez dobrar a cerviz aos partidários de Henrique o Leão que haviam recobrado forças. Como se uma tal dispersão de energias não bastasse, quis ser o imperador universal no pleno significado do termo. O rei de Inglaterra, aprisionado em detrimento do direito e da opinião quando regressava duma cruzada, teve de lhe prestar homenagem e de pagar enorme resgate. O imperador bizantino foi intimado a ceder os seus domínios europeus. A França, a Espanha, a África foram inscritas na lista das suas futuras reivindicações.

Estes planos, mais grandiosos do que os de Carlos Magno e os de Otão III, reflectiam o progresso da Europa: no século XII um rei tinha recursos que eram desconhecidos nos séculos VIII e X. O que reforçava Henrique VI, todavia, jogava também a favor dos seus rivais. Aos trinta e dois anos, em 1197, Henrique era mais poderoso do que o pai mas igualmente mais temido e odiado do que ele. A morte levou-o antes que os seus inimigos tivessem tido tempo de se refazerem e de se lançarem unidos contra ele.

Foi então a vez do papa — um grande papa, Inocêncio III — de empregar os recursos aumentados da Igreja ao serviço da política mais ambiciosa que esta jamais concebeu: dominação directa da Itália Central, protectorado sobre a Sicília, contróle do Império, suzerania efectiva sobre os outros Estados cristãos, da Bulgária à Inglaterra. Tal como Henrique VI, Inocêncio pareceu prestes a atingir os seus fins: tal como ele, morreu antes de ver o inevitável desmoronar do seu castelo de cartas.

Se bem que a luta continuasse após a sua morte, os dados essenciais estavam lançados desde Legnano. Enquanto os dois protagonistas se coarctavam mutuamente, uma terceira força, saída do antigo particularismo, transformara-se em árbitro da situação. Na maior parte da Alemanha, esta força derivava do feudalismo e tendia para o Estado regional. Na Itália das cidades, assumira uma dignidade e consciência novas. Chamavam-lhe liberdade.

Itália e Alemanha perderam assim toda e qualquer oportunidade de formarem Estados nacionais. Se compararmos as suas decepções e os seus insucessos com os triunfos da França e da Inglaterra durante os primeiros séculos da Idade Moderna, somos tentados a deplorar, por um lado, a megalomania e a rivalidade dos papas e dos imperadores, por outro a miopia e a discórdia das cidades italianas e dos nobres alemães. Mas é necessário repelir esta tentação. Em primeiro lugar, porque os ideais da Idade Média

não eram os nossos: Italianos e Alemães aspiravam menos à unidade do que à paz, e uma monarquia nacional não é necessariamente uma garantia de paz. Depois, porque o universalismo e o autonomismo medievais, levados até ao seu limite extremo na Itália e na Alemanha, legaram à civilização europeia preciosos remédios contra a estreiteza e a tirania do nacionalismo integral.

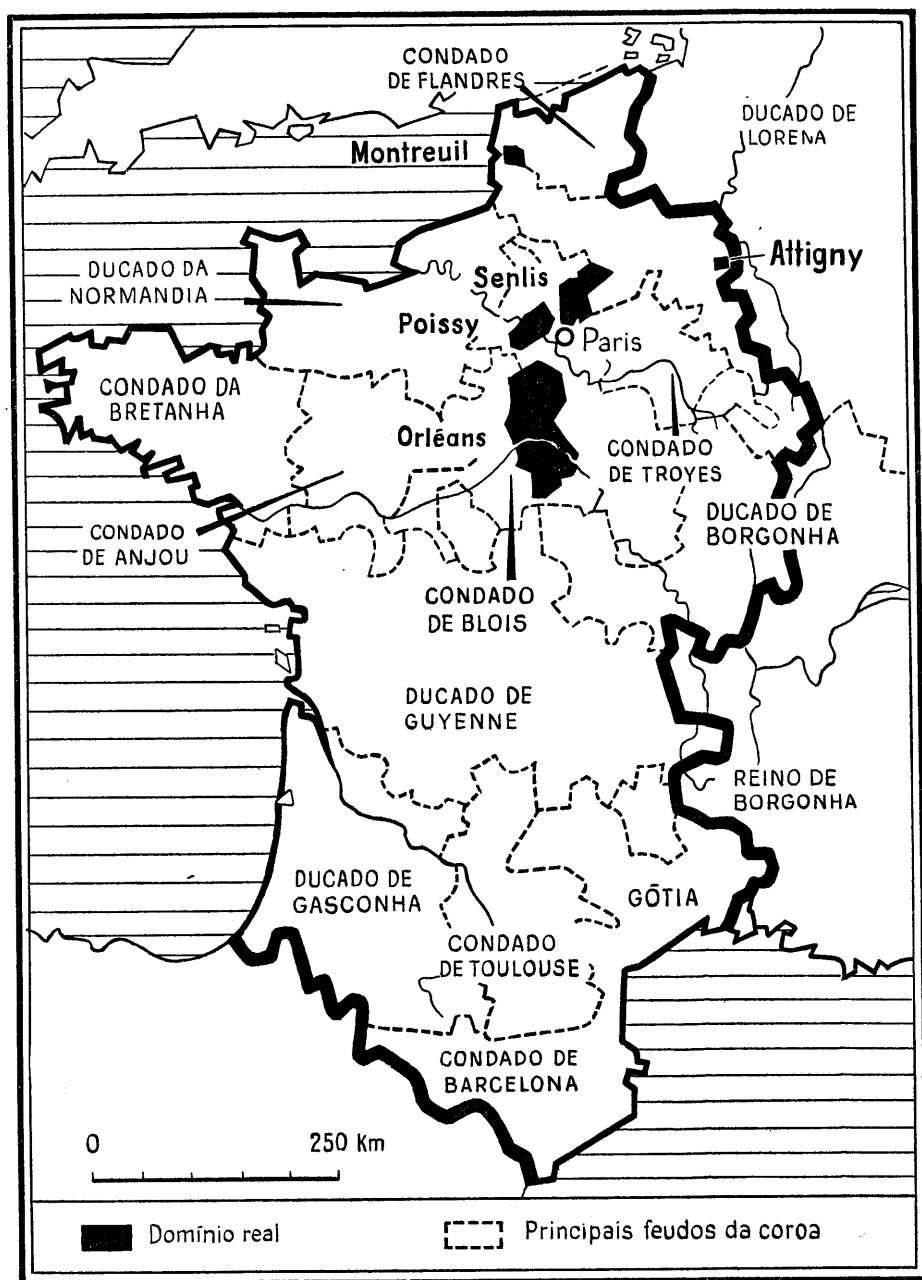
3. REGENERAÇÃO ESPONTÂNEA DA FRANÇA

Se o império nos fornece o exemplo dum Estado originariamente poderoso que enfraquece ao longo dos séculos, a França oferece-nos o caso inverso (*mapa 14*). No século X a renovação material e espiritual aproveitara apenas às energias locais. O reino cobriu-se de castelos como um jardim sem jardineiro se enche de ervas. A sorte e os talentos pessoais permitiram a certos vassalos talhar-se condados e ducados maiores do que os dos outros. Quanto à monarquia capetíngia, devemos dizer que deveu a sua sobrevivência principalmente à mediocridade dos seus primeiros passos: sem fazer sombra a ninguém, constituía o cume indispensável daquilo a que mais tarde se chamou a pirâmide feudal.

De resto, por pouco mais do que um puro acaso é que a França não foi englobada no império de Otão I. A nobreza neustriana, tal como a nobreza lombarda, era suficientemente inconstante para abandonar os seus reis; aliás, não teria podido reunir um exército tão poderoso como o de Otão. Mas este contentou-se com favorecer a dinastia dos duques de França, ilegítimos e, por consequência, pouco perigosos, contra os reis de origem carolíngia que teriam podido tornar-se seus rivais. Diferentemente de Pavia, Paris não barrava o caminho de Roma e da coroa imperial; não era, pois, urgente, dominá-la. Os problemas do Império revelaram-se depois suficientemente absorventes para interditar aos sucessores de Otão todo e qualquer desvio para o Ocidente, e a França viveu porque a tinham deixado nascer.

O Sul — uma nação diferente

Foi também quase um acaso que os duques de França, transformados em reis de França, tenham podido conservar a sua suzerania nominal sobre a Aquitânia. Esta província resistira tão vigorosamente aos Carolíngios que o próprio Carlos Magno julgara prudente fazer dela um reino autónomo para um dos seus filhos, e os seus sucessores tinham-lhe seguido o



Mapa 14—A França em 987

exemplo. No século x, fora de esperar que a autonomia se transformasse em independência completa, mas nada disso aconteceu. Talvez parecesse inútil levantar querelas por títulos sem valor prático; os condes de Barcelona não tiveram também necessidade de se intitular reis para quebrar todos os laços que ligavam à Coroa francesa a antiga Marca da Espanha, arrancada aos Árabes por Carlos Magno. O certo é que os senhores da nova dinastia que se afirmou na Aquitânia retomaram o título pré-carolíngio de duques e não contestaram a supremacia pouco incomodativa dos reis de Paris.

Apesar disto, a Aquitânia permaneceu tão afastada da França neustriana, pelo clima, pela cultura e maneira de viver, como próxima estava da Provença, domínio imperial ligado à Alemanha por laços ainda mais fracos. Por sua vez, a Provença sofria a dupla atracção da Ligúria e da Catalunha. Estas últimas achavam-se separadas da Provença por montanhas mas aproximadas pelo mar, por dialectos semelhantes e por costumes legais aparentados com o seu «direito escrito».

Pouco depois do ano 1000, quando o rei Roberto o Piedoso trouxe para Paris uma esposa provençal e esta se rodeou de naturais da Aquitânia e do Auvergne, foi como se estrangeiros tivessem invadido a capital. «Homens da maior leviandade de espírito, pervertidos nos seus costumes e seus trajes, sem ordem nas armas e nos arreios dos cavalos, o alto da cabeça desnudado, a barba rapada à maneira dos actores, o calçado e grevas indecentes, inconsistentes em matéria de fé e de paz jurada»: eis como Raoul Glaber, um cronista que descortinava a garra do Diabo em todas as novidades, descreveu os recém-vindos. A dizer a verdade, o Sul não era, na sua época, uma anomalia dentro da nação francesa: era uma outra nação.

Pensa-se no belo reino que a Provença e a Aquitânia teriam podido formar, se tivesse surgido um conquistador para as unificar como os Normandos unificaram o Sul italiano, conquanto este integrasse heranças mais dispares. A ocasião pareceu surgir por mais duma vez, durante o século xii, sob uma forma algo diferente: a dum reino pirenaico excluindo a Aquitânia Ocidental, mas compreendendo, além dos condados de Toulouse e da Provença, a Catalunha e o Aragão. Não passou duma miragem. As proezas militares e literárias das dinastias de Toulouse e de Poitiers não aumentaram grandemente as respectivas possessões. Aliénor, última duquesa da Aquitânia independente, permanece como uma das figuras mais discutidas, mais atraentes da história. Mas a sua verdadeira glória brilha em lugar onde não pode ser atacada — o reino da poesia.

O Sul francês fragmentou-se em feudos de diversas grandezas e em cidades autónomas, que por longo tempo gravitaram em torno da Espanha, da Itália e da Inglaterra, antes de se virarem de novo para a França real. Os seus cavaleiros, os seus juristas, os seus mercadores, os seus artistas desempenharam um papel importante no estrangeiro, ajudando os reis de Castela, Navarra, Aragão, Jerusalém e Sicília a consolidar os seus Estados. Mas foram menos zelosos quando se tratou de colaborar com os próprios suzeranos. Quando muito, deram o seu concurso às associações para a paz de Deus e a trégua de Deus, que se esforçava por limitar as consequências

da desordem reinante nesses países soalheiros. A sombria religião cátara foi o único movimento de envergadura mais que local que ganhou adeptos prontos a sacrificarem-lhe tudo. Movimento negativo, dado que atacava a sociedade, a propriedade, a hierarquia e as instituições sem oferecer um sistema de governo que neste mundo os pudesse substituir.

Os grandes feudos do norte

A norte do Loire, pelo contrário, desde cedo se constituíram ducados e condados englobando regiões inteiras. A sua extensão, se bem que muito variável, lembrava a dos ducados alemães, mas muitas vezes a falta de unidade étnica e de fronteiras geográficas bem definidas traía uma formação artificial e recente. Apenas a Bretanha possuía uma língua e uma história próprias que a aproximavam das Bretanhas de além-Mancha, ao mesmo tempo que a afastavam da França. Só se tornou francesa muito lentamente, sob a influência das suas novas províncias francófonas, as regiões de Nantes e de Rennes.

A Flandres, ainda que geograficamente bem delimitada, reunia territórios de línguas germânica e românica. A Champagne era um pedaço da Nêustria bizarramente recortado. A Normandia representava outro troço dela arrancado pelos seus conquistadores à fraqueza do rei de Paris. O Anjou, o Maine, o condado de Blois, apesar da sua aparência compacta, não passavam de conglomerados de cidades e de castelos subjugados pela violência ou construídos para a violência. O ducado de Borgonha era um destroço do reino do mesmo nome; o resto caíra na órbita do império, tal como as províncias francófonas da Lotaríngia.

Durante pelo menos dois séculos — até meados do século XIII, senão mesmo mais tarde — cada um destes Estados feudais e das senhorias mais pequenas que os rodeavam e neles se inseriam, se esforçou por resolver os seus problemas administrativos sem se preocupar com o rei de França. Os dois Estados que lograram com maior sucesso governar-se a si próprios foram a Normandia e o Anjou, uma e outro destinados a prolongada associação política com a Inglaterra.

Os condes de Anjou, guerreiros notáveis descendentes de um simples cavaleiro, forjaram peça por peça o seu Estado, com a persistência que valeu a um deles o cognome de «Martelo». Mais devotados a Deus do que aos seus mandamentos, foram o terror dos súbditos antes de lhes merecerem a gratidão pela ordem que fizeram reinar no condado.

Os duques da Normandia não começaram melhor, mas poliram-se um pouco mais rapidamente. Rodearam-se de um clero numeroso, competente e, por vezes, muito culto, e por viscondes e outros subordinados laicos que administraram a justiça em seu nome em cada cantão. Os vassallos tiveram de pagar pontualmente os tributos; os mercadores foram atingidos

por portagens (*tonlieux*); um levantamento de camponeses, em 997, foi reprimido sem piedade. Esta revolta não prova, todavia, que eles fossem mais maltratados do que algures. Parece indicar, pelo contrário, que a sua condição normal melhorara. É rara uma rebelião sem esperança.

Seria excessivamente demorado passar em revista todos os outros feudos. Limitemo-nos a notar que os condes da Flandres, assistidos pelos seus alcaides, governaram o respectivo território quase com tanto proveito como os duques da Normandia. Mandaram construir diques. Criaram novos centros urbanos. Em breve o crescimento das cidades, que no seu território se manifestava com particular vigor, lhes proporcionou largos rendimentos pecuniários. Originou-lhes, também, sérios problemas administrativos.

Os duques de Borgonha, pelo contrário, tal como os da Aquitânia, nunca conseguiram dominar inteiramente todos os vassallos. De igual modo, as realizações dos condes de Blois e da Champagne não estiveram à altura das suas desmedidas ambições. De resto, governar bem não passava, em geral, de necessidade fastidiosa para uma grande parte da classe feudal francesa. Os seus ideais, tais como se reflectem nas canções de gesta, realizavam-se melhor na cruzada e na guerra concebida como obra de arte e como aventura em si.

O que podem fazer os reis

No seu domínio «directo», os reis enfrentaram os mesmos problemas que os grandes vassallos. Este domínio não era, nem muito grande, nem particularmente rico. Mas chamava-se *Francia*, situava-se no centro da Nêustria e englobava o Sena e o Loire a meio do respectivo curso. A terra era fértil e grande número de itinerários fluviais ou por estrada faziam afluir os mercadores. Não é talvez por acaso que as primeiras informações sobre certas novidades técnicas (rotação trienal, atrelagem moderna) nos chegam precisamente da Île-de-France; de igual modo, a feira de Saint-Denis era a mais antiga e foi por muito tempo a mais importante da França. Os grandes feudos que cercavam o domínio real e se interpunham entre este e as fronteiras do reino, colocavam o soberano ao abrigo dos inimigos externos. Ao mesmo tempo, protegiam-no contra a tentação de se lançar em ataques de surpresa (como alguns dos seus vassallos) ou de se dispersar em conquistas demasiado longínquas (como os seus colegas alemães).

Enquanto ia cultivando o seu jardim, a monarquia facilmente teria podido espalhar a sua influência através de todo o reino. Paris, a velha capital merovíngia que os Capetíngios elevaram, muito antes de os imperadores se terem fixado em Goslar, era um excelente ponto de partida. É certo que o rei não tinha a força necessária para fazer cumprir as suas ordens em locais afastados, mas podia oferecer conselhos e procurar ocasião para intervir num conflito insolúvel a fim de representar o seu papel de campeão da justiça. Herdeiro da dignidade quase sacerdotal de Carlos Magno, dotado de um fluido misterioso que lhe permitia curar certas doenças pela imposição das mãos, tinha poderes latentes e inalienáveis que se

assemelhavam um tanto aos do papa. Parte do clero, mesmo fora do seu domínio directo, não reconhecia chefe temporal senão ele. À imagem dos papas da época, o rei conferia privilégios a certos mosteiros que lhe chamavam seu defensor, embora sabendo que ele os não podia defender. Por pouco hábil que fosse, o rei teria encontrado sempre toda a Igreja pronta a colaborar no restabelecimento da ordem e da paz. Nesta França cheia de grandes e pequenos déspotas, nem todos os oprimidos eram fracos. Existiam entre eles os elementos de um grande exército — em busca de chefe.

Estas vantagens jogaram, quase sem que disso se apercebessem, em favor dos primeiros Capetíngios. Tem-se querido descortinar num ou noutro dos seus actos, arbitrariamente isolados de uma política sem espírito de continuidade, um plano de reconstrução metódico, finalidades patrióticas, uma consciência clara da missão real. Na verdade, até ao advento de Filipe Augusto, os reis lutaram indiferentemente contra os fidalgotes dos arredores, contra os grandes vassallos e contra soberanos estrangeiros. Não esperaram pela reorganização do seu domínio directo para questionarem com o poderoso imperador Henrique III sobre a velha questão da Lorena, com Henrique I de Inglaterra (apoiado pelo imperador Henrique V) a propósito da Flandres ou com Henrique Plantageneta por causa dos feudos franceses deixados ao seu alcance. Se Luís VI (1108-1137), com a sua actividade confusa mas incansável, fez melhor figura, foi sobretudo porque Suger estava a seu lado.

Se bem que os primeiros Capetíngios tenham sido geralmente muito devotos, só fracamente se interessaram pelos grandes problemas e aspirações da Igreja: associações de paz, reforma cluniacense e gregoriana, cruzadas. A sua piedade não os impediu de se malquistarem frequentemente com a Igreja em virtude das suas tempestuosas vidas conjugais. Talvez que o único casamento sem tempestades tenha sido o de Henrique I com uma filha do Grande Príncipe de Kiev, mas este casamento (1051) era um acto de megalomania da parte de um rei sentado em trono tão precário. Verdade seja que as esposas dos Capetíngios deram a seus maridos filhos que atingiram a maioria antes de serem chamados a reinar; isto poupou à realza francesa as perturbações sucessórias tão prejudiciais a outras dinastias feudais e reais. Permitiu-lhes também aproveitarem-se das perturbações sucessórias dos outros.

Desenvolvimento da nação francesa

Não foi, portanto, a dinastia que regenerou a França, mas sim a França que se regenerou a si própria. Assinalámos já os grandes progressos realizados durante os dois séculos que se seguiram ao advento de Hugo Capeto: progresso agrícola, comercial, religioso, intelectual. A «doce França» da *Chanson de Roland*, a nação das grandes catedrais e das escolas superiores não podia contentar-se eternamente com a mediocridade política.

Já no século XI as bases da reconstrução tinham sido lançadas em várias regiões, sem oposição mas também sem ajuda do rei. Os camponeses

havia preenchido os espaços vazios entre uma e outra aldeia, os vassallos reagrupado castelos e senhorias em principados bem organizados. Desde meados do século XI que a renovação agrícola fora para a renascença urbana o trampolim do seu desenvolvimento comercial e industrial. Mais fracas do que as cidades lombardas, as cidades francesas tiveram frequentemente de lutar com tenacidade em prol de franquias limitadas: os bispos, em especial, foram quase sempre tão intransigentes ao norte dos Alpes quanto conciliantes tinham sido em Itália. Mesmo nas regiões onde, quer pela clarividência, quer pela indiferença dos senhores, foi permitido às cidades obterem sem luta uma certa autonomia, o conflito entre os interesses da burguesia e os da nobreza encontrou outras ocasiões para se manifestar. Ora, era precisamente sobre este conflito — ou, para melhor dizer, sobre o equilíbrio das forças opostas — que ia assentar o poder real.

Para obter este equilíbrio tornava-se necessário que a monarquia apoiasse o lado mais fraco. Todavia, era difícil conceber uma aliança entre a realeza sacerdotal e nobre e as cidades revolucionárias e burguesas. Acaso no século XIII não ouvimos ainda um prelado esclarecido e que conhecia bem as comunas independentes da Itália — Jacques de Vitry — prègar contra as comunas «violentas e pestiferadas» de França? Assim se compreende facilmente a razão por que, no século XII, Luís VI e o seu vizinho e rival Henrique I da Normandia e da Inglaterra, não estenderam a mão às cidades nascentes senão em casos isolados. Foi quase exclusivamente à nobreza que Luís VI se dirigiu em 1124 quando quis mobilizar «toda a França» contra o imperador «teutónico» que ameaçava Reims, capital religiosa do reino. Um pouco mais tarde, enquanto Frederico Barbarroja jogava e perdia contra as comunas lombardas a batalha decisiva, Luís VII de França e Henrique II de Anjou, da Normandia e de Inglaterra hesitavam ainda em ligar a sua sorte à das comunas francesas. Felizmente para eles, estas últimas não estavam em condições de travar batalha para se libertarem de toda a sujeição feudal ou real.

Filipe Augusto

Todas as ocasiões que os seus predecessores tinham negligenciado ou explorado incompletamente foram aproveitadas por Filipe Augusto. O sobrenome de «Augusto», porque «aumentou» os seus domínios, informa-nos sobre certas realizações suas que mais impressionaram os contemporâneos. Prudentemente, evitou a aventura que a crise albigense lhe oferecia nesse Sul longínquo e rebelde onde em vão seu pai tentara instalar-se. Pelo contrário, cercou as suas terras ancestrais de províncias ricas e bem administradas que adquiriu pela guerra ou por casamento: Normandia, Anjou, Touraine, Artois. A primeira condição de toda e qualquer futura expansão estava, enfim, realizada: o domínio directamente dependente do rei era doravante mais vasto do que o dos seus vassallos.

A nossos olhos, o maior feito de Filipe Augusto é ter, sistematicamente, estabelecido com as cidades essa aliança que os antecessores mal tinham esboçado e que os sucessores iriam manter com fidelidade, senão mesmo com entusiasmo. Acaso adivinhara ele a importância económica da revo-

lução burguesa? Ou viu apenas nas comunas «vassalos colectivos», militarmente utilizáveis contra os seus senhores? Como quer que fosse, o certo é que outorgou cartas ou confirmou a outorga a todas as cidades que em troca lhe ofereciam milícias e dinheiro. Não havia tempo a perder: já as cidades da Flandres, favorecidas pelo seu conde, alinhavam ao lado deste contra as pretensões da realeza. Em compensação, a defesa de Mantes pelas suas milícias comunais salvou Paris em 1188. Finalmente, em 1214, as cidades fiéis ajudaram o rei a ganhar em Bouvines a primeira grande vitória da monarquia francesa, contra o rei de Inglaterra, o imperador e o conde da Flandres coligados.

Todavia, longe de se erigir em campeão das autonomias, Filipe Augusto foi, pelo contrário, o primeiro monarca centralizador. Durante o seu reinado a administração central e periférica do reino libertou-se da férula eclesiástica e paternalista que Suger lhe impusera, durante os reinados de Luís VI e Luís VII. Em Paris, no seio do conselho do rei, prolongamento das assembleias dos grandes merovíngios e carolíngios, formaram-se conselhos técnicos, embriões dos futuros ministérios. Nas províncias, bailios nomeados e pagos pelo rei e exoneráveis a seu belprazer, ajudaram o rei na exploração do domínio e nas demonstrações cada vez mais frequentes da autoridade régia sobre todo o conjunto do sistema feudal.

Mas relativamente a todos estes aspectos, Filipe Augusto só faz figura de inovador em relação aos outros Capetíngios. Antes dele, duas dinastias francesas que, uma após outra, reinaram na Inglaterra, tinham lançado os alicerces sobre os quais se iria edificar um dos primeiros Estados nacionais da Europa moderna.

4. A INGLATERRA, A MAIS ANTIGA DAS MONARQUIAS NACIONAIS

No século x, o reino de Wessex, transformado doravante em senhor de toda a Inglaterra, era o único sobrevivente dos Estados fundados pelos Bárbaros sobre as ruínas do Império Romano. Recordemos que os Anglo-Saxões, ao contrário dos outros Germanos, tinham principiado por repelir os indígenas e a sua cultura, e utilizado a própria língua na literatura e nas leis. Viviam numa ilha situada na fronteira do mundo conhecido, tendo por vizinhos apenas povos ainda mais primitivos do que eles: Celtas pastoris e anárquicos do País de Gales, da Escócia e da Irlanda, Escandinavos ainda senhores de Dublin, da ilha de Man e das Órcades. Tudo isto explica a persistência ou reaparecimento de certas características mais próximas do mundo homérico e da Germânia de Tácito do que da Europa católica do século x.

Anglo-saxões e dinamarqueses

Tal como os chefes vikings, o rei anglo-saxão Athelstan é-nos pintado sob o aspecto de um «distribuidor de braceletes» aos bravos que lhe prestaram auxílio na batalha de Brunanburh (937). Uma assembleia de grandes sem atribuições bem definidas, assistia-o no governo e na redacção das leis. Assembleias locais, compostas por todos os homens livres (que formavam ainda a maioria da população), velavam pelo cumprimento dessas leis nas divisões administrativas e tribais do reino. Em cada distrito ou *shire*, um representante do rei (*shire-reeve*, *sheriff*) recebia os rendimentos da Coroa e presidia ao tribunal popular. *Reeves* de categoria inferior faziam o mesmo nos burgos fortificados, a maior parte dos quais não passavam de aldeias grandes. Rei e senhores mantinham habitualmente bandos de guerreiros. A nobreza tinha vastas possessões fundiárias, mas não existia a organização feudal.

No entanto, o reino anglo-saxão estava perfeitamente inteirado do que se passava no continente. Mercadores, eclesiásticos e diplomatas tinham com ele relações bastante contínuas para influenciar as instituições do Estado. Athelstan, como Otão I e Hugo Capeto, seus cunhados, era o chefe laico da Igreja, investido de dignidade quase sacerdotal. Os seus clérigos conheciam o latim e deleitavam-se em chamar-lhe imperador e *basileus*. Os seus moedeiros, submetidos a uma disciplina que já não existia no continente, cunhavam moeda uniforme e de boa qualidade. Frente aos Estados escandinavos, ainda informes, a Inglaterra fazia figura de país de velha cultura e as suas modestas riquezas atraíam cobiças. Fosse o rei mau guerreiro — e as invasões recommençariam. Os Dinamarqueses, sobretudo, acabavam de reformar a sua organização militar. As suas tropas de choque, concentradas em campos fortificados cujo plano regular parece reflectir uma sólida disciplina, ardiam em desejos de mostrar o seu valor.

Mau guerreiro, o rei anglo-saxão Aethelred II tentou comprar a paz; «o dinheiro para os Dinamarqueses» (*Danegeld*), que os seus subordinados por várias vezes obrigaram os contribuintes a pagar, foi um dos primeiros impostos gerais e directos cobrados num Estado da Europa católica. Esforço vão. Canuto, rei dos Dinamarqueses, apoderou-se da Inglaterra e afectou o imposto à manutenção de um exército e de uma frota permanentes: outra inovação muito importante, numa época em que os reis do Ocidente dependiam da boa vontade dos vassallos para improvisarem forças armadas.

Saudado no início da sua carreira por um poeta que lhe recordava as aldeias queimadas durante as expedições da juventude, Canuto (1016-1035) desposou a viúva de Aethelred, estabeleceu-se em Inglaterra e consagrou, por uma peregrinação a Roma, a sua entrada na sociedade dos soberanos respeitáveis. A sua ambição era fazer da ilha o eixo de um império federal, do qual os territórios escandinavos, escalonados até ao limiar da Finlândia e da Polónia, formariam as alas. Um tal império teria dado um enquadramento político a esta espécie de «Mediterrâneo do Norte», cujos barcos,

cruzando o mar do Norte e o mar Báltico, estavam em vias de esboçar a união económica.

O plano falhou: Canuto morreu aos quarenta anos e os filhos, que não possuíam, de resto, a sua envergadura, em breve o seguiram no túmulo. Foi assim que em 1042 a Inglaterra aceitou como rei o filho da sua viúva e de Aethelred, Eduardo «o Confessor», que regressara do exílio na Normandia. Piedoso e insignificante, reinou concedendo tudo o que queriam o clero, os nobres e os Normandos da sua roda e todos os contribuintes que detestavam o *Danegeld*. Contudo, os grandes domínios, as assembleias e as outras instituições locais reforçavam-se: era o princípio do particularismo, manifestando-se na ilha com certo atraso em relação ao continente. Com mais lentidão, outro desencontro tendia também a desaparecer: a classe dos servos e dos semi-livres absorvia os escravos e os homens livres de condição inferior.

A viragem de Hastings

Quando Eduardo morreu sem descendentes, em 1066, três pretendentes à sucessão propunham-se atrair a Inglaterra para três vias divergentes: Harold Godwinson, o maior nobre do reino, augurava uma política tão favorável ao feudalismo quanto a monarquia capetíngia, mas com horizontes ainda mais estreitos; Harold Haardrada, rei da Noruega e antigo aventureiro, parecia prometer um retorno aos horizontes marítimos de Canuto, alargados talvez até ao Mediterrâneo onde Harold combatera sob as ordens de um general bizantino; finalmente, Guilherme, duque da Normandia («o Conquistador»), anunciava que o laço com o continente, quebrado após a queda do Império Romano, seria reatado. Tudo se decidiu em dois meses pela sorte de duas batalhas. Depois de ter vencido e morto o rei norueguês em Stamford Bridge, Harold Godwinson sucumbiu em Hastings.

A Inglaterra foi ligada à França, como um século antes a Itália fora submetida à Alemanha. Se o centro de gravidade se deslocou do ducado conquistador para o reino conquistado, a classe dirigente não deixou por isso de ser menos francesa. Esse carácter acentuar-se-ia em 1154, quando Henrique II acrescentou ao Estado anglo-normando uma nova série de feudos em França e passou a permanecer aí a maior parte do tempo. Até princípios do século XIII, reino anglo-angevino e império romano-germânico, senhoreando em conjunto metade da Europa católica, pareceram querer construí-la artificialmente em torno de duas uniões de povos que geografia, língua e tradições históricas contribuíam para separar. Estranho prelúdio para os Estados nacionais! O reino anglo-angevino foi inferior ao Império em extensão e em duração, mas quando da sua liquidação deixou um activo mais considerável: à França, um grupo de províncias ricas e bem administradas; à Inglaterra, a primeira monarquia nacional centralizada da

Europa. ⁽¹⁾ Que contraste com os destinos da Alemanha e da Itália após a derrocada final do Império!

Para explicar tal contraste não basta evocar a Querela das Investiduras, porque o Império só se lançou nela após um século de paz religiosa durante o qual se poderia ter consolidado. A diferença essencial remonta às origens. Otão I nunca submeteu completamente a Itália e não pôde utilizar as instituições excessivamente arcaicas de seu próprio país para a tornar mais governável. Guilherme da Normandia, pelo contrário, conquistou a Inglaterra de um só golpe e sobrepôs às instituições locais a organização mais avançada do seu ducado. Era reunir os melhores materiais da época: por um lado, as inabaladas tradições de uma monarquia patriarcal ainda vigorosa, e pelo outro o impulso dinâmico de um feudalismo já amadurecido e expurgado das suas tendências anárquicas.

A administração aperfeiçoa-se

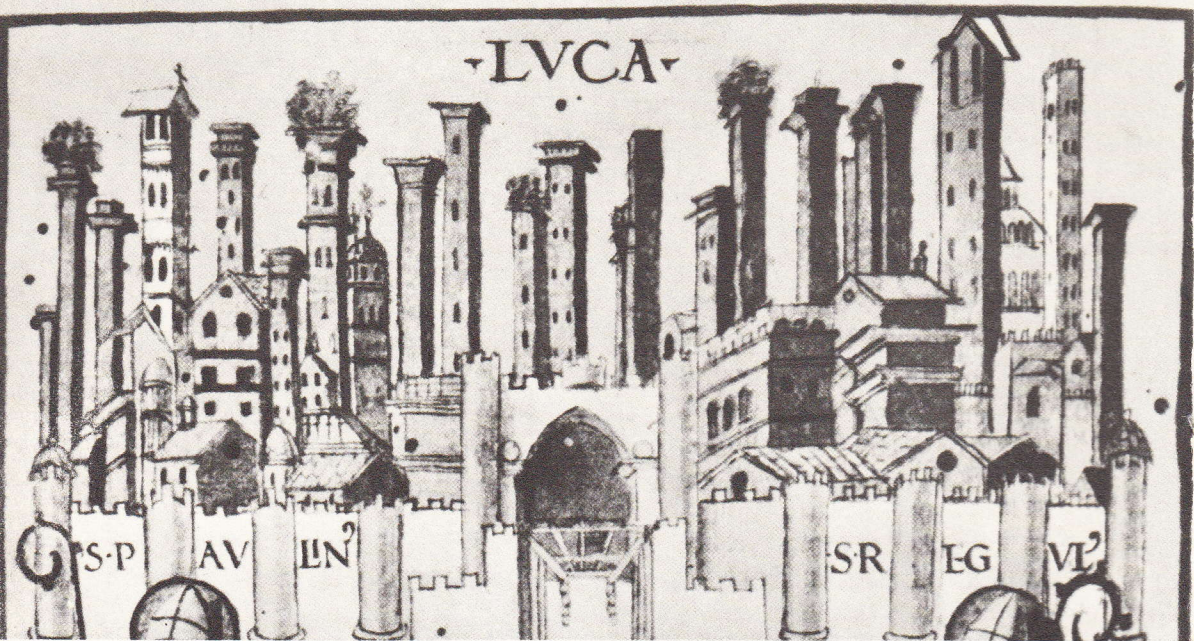
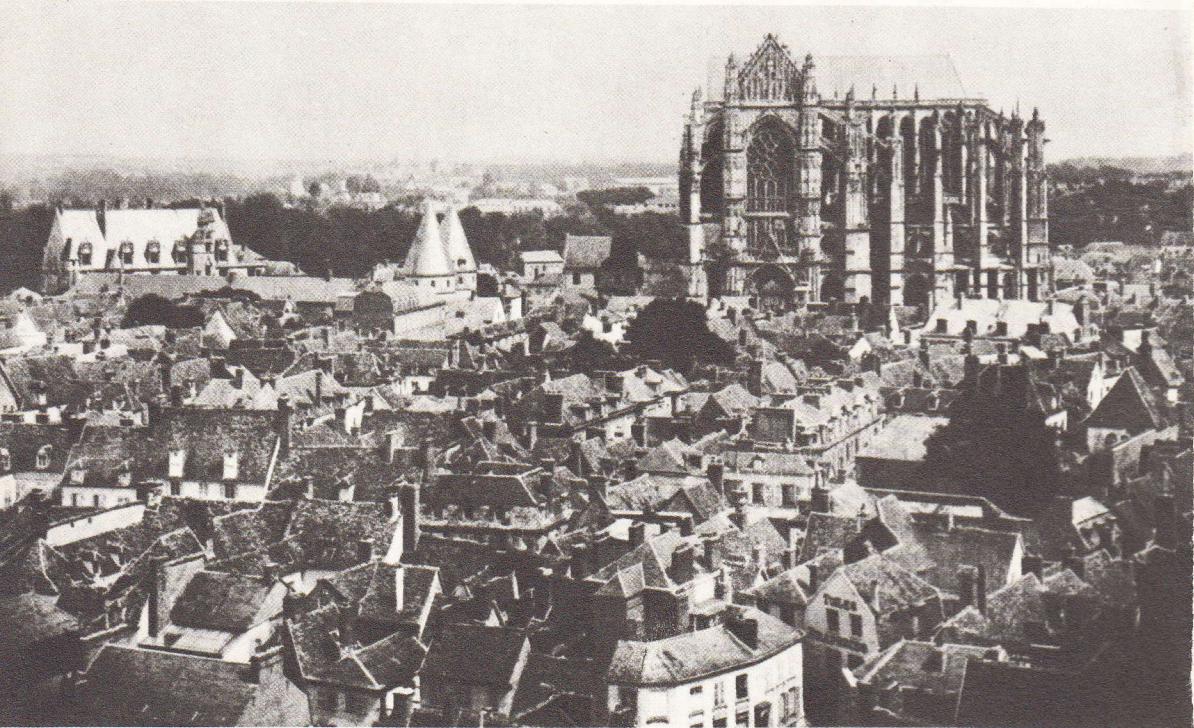
O Conquistador distribuiu entre os guerreiros que o seguiram feudos disseminados na ilha estrangeira e inimiga. Encorajou-os a fortificarem-se em castelos. Mas exigiu de cada um deles a homenagem lúgia, e para o seu exército, um determinado número de cavaleiros, mais ou menos 5 000 no total. Reservou para si em cada *shire* um domínio mais extenso que o do seu mais poderoso vassalo. Após ele, Guilherme II (1087-1100) e Henrique I (1100-1135) governaram os vassalos com mão de ferro, apoiando-se quando necessário no elemento anglo-saxão.

As lutas pela sucessão no tempo do rei Estêvão (1135-1154) abriram um período de desordens, mas setenta anos de firmeza haviam feito esquecer à classe feudal o gosto da independência. Henrique II retomou com bastante facilidade as rédeas e, apesar das suas prolongadas ausências, apesar das de Ricardo Coração de Leão, a solidariedade entre monarquia e feudalidade progrediu de novo. Gradualmente, entre 1066 e o fim do século XII, o rei transformou-se de chefe de bando em chefe de equipe, e os vassallos, de companheiros de armas em associados na gestão dos bens comuns.

Igualmente, a colaboração do clero foi estabelecida por Guilherme o Conquistador à base de uma concordata com Roma que assegurava ao rei fortíssima influência. Sobreviveu a numerosos conflitos de jurisdição. Em 1171, as medidas autoritárias de Henrique II e o assassinato de Thomas Becket, arcebispo de Canterbury, por vassallos demasiado zelosos, provocaram uma crise mais grave. Apesar das aparências, Henrique saíu dela mais forte do que nunca. Embora nem sempre exemplares, os costumes do clero

⁽¹⁾ Ao lado da Inglaterra pode bem apontar-se Portugal, monarquia nacional centralizada desde, pelo menos, meados do século XIII; e até os outros reinos cristãos peninsulares. (N. do T.)





inglês não eram geralmente de molde a chocar a opinião pública. Os movimentos de reforma monástica e religiosa que se sucederam no continente, atingiram mais tardiamente a ilha, e propagaram-se aqui sem provocar grandes agitações.

Apoiando-se embora nas classes dominantes, o rei serviu-se plenamente das tradições anglo-saxónias de governo local. Foi neste domínio que se manifestou pela primeira vez esse talento da evolução sem revolução, que se tornaria o cunho da vida pública inglesa. É claro que comunidades autónomas e tribunais de todos os graus não constituíram um fenómeno mais especificamente inglês do que europeu. O direito e a cultura jurídica apresentaram-se, aliás, muito mais avançados na Europa do Sul do que em Inglaterra. Mas onde os tribunais ingleses se distinguiram foi na regularidade da sua repartição geográfica, na frequência das reuniões, no respeito de que gozavam e na relativa boa vontade com a qual homens de todas as condições participaram no seu trabalho.

Tribunais populares de aldeia e de *shire*, audiências de barões e de prelados, tribunais centrais do reino constituíram escolas de governo prático e pontos de encontro em que as desavenças entre Franceses e Ingleses, entre classes privilegiadas e classes inferiores se aplanavam gradualmente. Por certo nunca se verificou igualdade absoluta. Mas nesses tribunais insistiu-se no direito de cada indivíduo ser julgado pelos seus pares, recebeu-se neles frequentemente o testemunho dos humildes, e os próprios servos puderam em certos casos fazer-se ouvir. Se os juizes e tribunais do rei se afirmaram cada vez mais em detrimento das outras jurisdições, tal não se deveu apenas à vontade unilateral do soberano, mas também porque esses juizes adquiriram reputação de competência e porque os seus métodos se mostravam menos irracionais do que os dos outros tribunais.

Na administração central, como no plano local, a monarquia afirmou a sua autoridade e melhorou gradualmente os seus métodos. Não houve intromissão de arrivistas como os servos-cavaleiros alemães, nem antagonismo duradouro entre nobreza militar e burocracia burguesa, como aquele que se iria desenvolver em França um pouco mais tarde. Em Inglaterra, o Estado feudal arranjou empregados, pagando e formando com eles uma parte da nobreza.

Os *sberiffs* de Guilherme o Conquistador haviam sido grandes senhores sem competência específica; os de Henrique I foram pequenos nobres mais dispostos do que seus predecessores a deixar-se dirigir, e os de Henrique II viram-se superintendidos por juizes inspectores itinerantes. Enquanto na Alemanha a Dieta, pouco preocupada com os interesses comuns, raramente se convocava, enquanto em França a assembleia geral apenas existia teóricamente, em Inglaterra o conselho geral, cujo nascimento é anterior à conquista normanda, continuava a assistir o monarca em casos de importância excepcional. Para os negócios correntes, um conselho mais restrito, procedente do conselho geral e com o mesmo nome («Cúria régia», *curia regis*), funcionou regularmente e dividiu-se pouco a pouco em comissões de peritos especializados. A primeira dessas comissões ocupou-se das finanças e da contabilidade; chamou-se-lhe «Tabuleiro de Xadrez», segundo o instrumento rudimentar que servia para fazer as contas. Depois, outros se constituíram para a justiça e para as diversas tarefas administrativas.

20 = Catedrais e torres na cidade medieval: Beauvais (Oise, França), dominada pela sua catedral, século XIII; = Lucca (Itália), século XIV, torres de edifícios particulares, dominando a cidade. Archivio Capitolare de Lucca

A sorte bafeja a Inglaterra

Neste constante e harmonioso desenvolvimento devemos ainda considerar a geografia. O reino era suficientemente grande para servir de base a um Estado respeitável, e bastante pequeno para ser percorrido de um extremo ao outro pelo rei e seus agentes em duas ou três semanas. Isto permitiu a Guilherme o Conquistador empreender em 1086 o que nenhum outro rei pôde levar a bom termo no Ocidente antes do século XIII: um levantamento do reino tão minucioso como se se tratasse de um domínio particular. Em cada comunidade, o padre, o *reeve* e quatro camponeses livres deram seu testemunho: «É uma vergonha contá-lo, embora ele não tenha tido vergonha de o fazer, mas não houve boi, vaca ou porco que não fosse inscrito no inventário», nota um cronista indignado. Esse documento (*Domesday Book*), do qual possuímos ainda parte, consigna as conclusões de uma inquirição que devia ser a primeira de uma longa série, graças às quais os sucessores do Conquistador puderam conhecer exactamente os rendimentos do reino — e por consequência tributá-los.

Os impostos subiram à medida que aumentava a população e a produção da Inglaterra. Desde os primeiros tempos compreenderam somas em dinheiro, herança do *Danegeld*; esse dinheiro permitia ao rei pagar a soldados e funcionários, sem depender exclusivamente dos vassallos. No tempo de Henrique II (1154-1189), os rendimentos em dinheiro cresceram com o produto de multas lançadas pelos tribunais régios e com as contribuições fixas que as cidades nascentes pagavam à Coroa em troca de uma autonomia limitada. Embora as cidades inglesas fossem ainda mais pequenas e menos numerosas do que as comunas francesas, e todo o reino menos rico do que a Lombardia, o rei de Inglaterra apresentava-se como o soberano melhor provido da Europa católica.

Finalmente — e talvez o factor mais importante — a Inglaterra foi a única monarquia europeia que não teve inimigos perigosos no seu território durante século e meio. Os Escandinavos cessaram as incursões; Galeses, Escoceses e Irlandeses eram demasiado fracos para constituírem uma ameaça; os reis de França limitaram-se a atacar de tempos a tempos as possessões continentais dos seus temíveis vizinhos, e nenhum deles antes de Filipe Augusto se afigurou sério inimigo. Para mais, os reis de Inglaterra estavam estabelecidos na sua ilha com solidez bastante para sofrerem sem dano qualquer revés no continente. No século XI, os condes de Anjou representavam os seus inimigos mais perigosos. Depois de os ter combatido muito tempo, Henrique I julgou resolver todos os problemas, casando a filha e herdeira com Geoffroy Plantageneta, herdeiro do Anjou. Os barões ingleses não partilhavam aquela opinião. Por morte de Henrique I contestou-se a sucessão; elevou-se rei Estêvão de Blois, neto do Conquistador, para o opor aos Angevinos. Finalmente, a morte de

Geoffroy e de Estêvão deixou o trono de Inglaterra a Henrique II, fiohl de Geoffroy, neto de Henrique I e segundo marido de Aliénor da Aquitânia.

Do apogeu à derrocada, da derrocada ao equilíbrio

O êxito de Henrique II (1154-1189) contrasta impressionantemente com os reveses do seu notável contemporâneo Frederico Barbarruiva. Este último, no vão esforço para subjugar a Itália, consumou a desagregação da Alemanha. Henrique II aperfeiçoou em Inglaterra as engrenagens administrativas que lhe asseguravam a unidade, embora consagrando aos territórios franceses a maior parte dos seus ócios. Por ascendência paterna e materna, assim como pelo casamento, era, na verdade, senhor de metade da França. Os seus domínios estendiam-se sem interrupção da Mancha aos Pirenéus e ao Maciço Central, formando em conjunto uma superfície mais vasta e povoada do que o seu reino insular. Infelizmente cada um dos seus feudos franceses punha problemas e suscitava-lhe inimigos. Se Henrique II não conseguiu realizar o velho sonho dos duques da Aquitânia — tornar efectiva a vassalagem dos condes de Toulouse —, pelo menos conservou tudo, ou quase tudo, o que possuía em França no início do reinado. E esse reinado tê-lo-ia terminado mais ditosamente no continente se os filhos não se houvessem revoltado contra ele.

Soldado e administrador infatigável, teve até tempo para lançar as primeiras balizas da expansão inglesa no resto das Ilhas Britânicas. Vencido, o rei da Escócia foi forçado a prestar-lhe homenagem. Vários régulos irlandeses fizeram o mesmo, enquanto vassalos de Henrique II se entrincheiravam na região de Dublin e constituíam aí uma testa de ponte inglesa.

O filho de Henrique II, Ricardo Coração de Leão, viveu os dez anos do reinado como cavaleiro errante em busca de aventuras. A sua arrogância e crueldade tornaram-no adversário digno do imperador Henrique VI. Menos perseverante do que este ou do que Filipe Augusto, cortou os nós resultantes dos próprios caprichos com uma espada sem igual na idade feudal. Os trovadores celebraram-no como príncipe que se lhes assemelhava e que escrevia até bons versos. Impressionamo-nos hoje mais pelas somas que, graças a novos impostos, pôde cobrar em Inglaterra sem lá pôr os pés. Contudo, longe de se dever a Ricardo em pessoa, essa proeza fiscal foi obra dos barões e funcionários do «Tabuleiro de xadrez» sàbiamente reorganizado por seu pai nas bases da tradição anglo-normanda e anglo-saxónia.

A unidade do reino resistiu à fiscalidade ainda mais opressiva de João «Sem Terra» (ou «Espada Mole» como também lhe chamaram), mas

voltou-se contra ele. As suas derrotas puseram em evidência violações do contrato feudal que a um soberano vitorioso se poderiam ter perdoado. Como vassalo de Filipe Augusto pelos seus feudos franceses, João expôs-se a uma condenação por felonía. O rei capetíngio apoderou-se da Normandia e do Anjou, anexando-os ao seu domínio, porque a tradição francesa, diferente dos costumes alemães, permitia ao suzerano ficar na posse de feudos que houvesse confiscado. Como rei de Inglaterra, João não manteve o juramento que prestara aquando da sua coroação. Verdade seja que esse juramento, ainda hoje proferido, consistia apenas, na origem, num compromisso verbal muito vago de sustentar a paz e a justiça; compromisso acompanhado, depois de Henrique I, por uma promessa escrita igualmente vaga. Mas, à medida que a justiça do rei estendia os seus tentáculos e se tornava mais rigorosa, os vassallos preocupavam-se mais em limitá-la nos termos definidos pela lei.

A tempestade que há muito pairava rebentou após as desavenças de João com a Igreja e a sua derrota em Bouvines. Uns quarenta e cinco barões ingleses, boa parte do clero e os cidadãos de Londres coligaram-se contra ele. Em Junho de 1215 forçaram-no a pôr o seu selo na «grande carta das liberdades», a *Magna Carta* (ou *Charta*).

Um leitor moderno desprevenido poder-se-á surpreender por esse documento feudal, em que cláusulas muito gerais alternam sem ordem aparente com cláusulas muito minuciosas, ter servido de pedra angular ao mais venerável dos sistemas representativos. Com efeito, a grandeza da *Magna Carta* deveu-se àquilo que, mais tarde, sobre ela se construiria. Assemelha-se a outras promessas que outras feudalidades extorquiram a outros reis, pouco mais ou menos na mesma época. Um exame aprofundado, porém, revela nela cambiantes que não se encontram nos outros. Os vassallos comprometem-se simultaneamente a manter a justiça do rei justo e a reprimir a injustiça do rei que não observe as suas próprias leis. Os eclesiásticos e os burgueses apenas são protegidos directamente por cláusulas muito vagas, mas assegura-se uma protecção indirecta a toda a população: o rei não pode aumentar os tributos feudais nem receber certos impostos extraordinários sem o consentimento dos que por eles são atingidos. Estamos somente perante bosquejos dos grandes princípios constitucionais, mas apercebemos já o espírito de compromisso que levará os súbditos a colaborarem com o soberano, desde que este não abuse de seu poder.

Que contraste entre o regresso de Filipe Augusto e o de João «Espada Mole» após Bouvines! Em França, os camponeses juncaram a estrada de flores e de ramagens, e os estudantes de Paris fizeram feriado e festejaram durante oito dias. Sem que houvesse um longo trabalho de preparação administrativa e judiciária, a unidade nacional esboça-se num território ainda limitado. É compatível com as liberdades das comunas e dos cavaleiros que ajudaram o rei, mas este último encontra no seu triunfo uma perigosa tentação de absolutismo. Na Inglaterra, pelo contrário, as forças vivas do reino já unido levam ao máximo a humilhação do rei. Mas param a tempo e lançam as bases de uma nova união mais maleável e capaz de resistir a todas as adversidades.

5. AS POTÊNCIAS SECUNDÁRIAS

Se pusermos provisoriamente de parte as cidades independentes, cujos problemas políticos e administrativos foram diferentes dos dos Estados territoriais, resta-nos apenas falar das potências secundárias: reinos escandinavos, reinos ibéricos, reino siciliano. Estes reinos, assim como os pequenos estados celtas e os países europeus exteriores ao âmbito do nosso estudo (países situados a oriente do Império), desempenharam na época um papel político e militar menos importante do que o das quatro monarquias cuja evolução acabamos de traçar. No entanto, enriqueceram a civilização com as suas contribuições originais, e não é sem pena que nos limitaremos a aflorar a sua história.

Dois «handicaps» comuns explicam em parte (mas só em parte) o seu papel relativamente apagado: por um lado, o afastamento em relação ao centro físico da Europa católica, pelo outro, o facto de a sua população ser menos numerosa do que a da França, da Itália a norte do Tibre, da Alemanha e da Inglaterra. Necessário se torna ainda sublinhar que esta última não se incluíria nas grandes potências sem a estrutura extraordinariamente sólida do seu governo. A Inglaterra, com efeito, era pouco mais vasta e povoada do que o reino da Sicília, e se a Sicília era periférica em relação a Paris, a Inglaterra era-o em relação a Roma.

O reino da Sicília

Comparam-se por vezes os Normandos da Sicília aos Normandos de Inglaterra, e Roberto Guiscard (o «Astucioso») a Guilherme o Conquistador, seu contemporâneo. Na realidade a semelhança é superficial. Guilherme era duque da Normandia antes de atravessar um braço de mar para se tornar rei de Inglaterra; Roberto não passava, a princípio, de um dos doze filhos de um fidalgo, um aventureiro entre outros aventureiros, buscando fortuna longe da pátria. Entre a investidura papal de 1059, que legitimou as suas primeiras conquistas, e a de 1139 que marcou o triunfo definitivo de seu sobrinho Rogério II, decorreram oitenta anos; oitenta anos de lutas, de rebeliões, de repressões, mas também de prudentes compromissos e de tolerâncias inteligentes. Longe de se vir inscrever numa velha unidade política e cultural como o era a Inglaterra de antes de 1066, o reino da Sicília constituiu-se por uma amálgama de antigos Estados soberanos, de províncias autónomas e de cidades quase independentes que se odiaram mutuamente durante séculos.

Cristãos contra Muçulmanos e contra Judeus, Gregos contra Lombardos e contra Normandos, Árabes contra Berberes, cidadãos contra camponeses, nobreza feudal contra comunidades camponesas livres — foi necessário aos reis normandos tanto tacto como energia para aplanar todos esses conflitos e harmonizar tantos interesses divergentes. No exterior

viram-se obrigados a defender-se de inimigos poderosos, os imperadores alemães, bem como de protectores incómodos, os papas. Para cúmulo, a sua ambição e o seu ardor incitaram-nos a entrar em conflito com o Império Bizantino no seu próprio reduto dos Balcãs, com os estados muçulmanos de África e com as potências islâmicas e cristãs da Terra Santa.

Contudo, essa diversidade étnica e cultural constituía uma riqueza, essas desmedidas ambições eram sinais de grandeza. Sem dúvida que os louvores que Idrisi, o eminente geógrafo árabe, prodigalizou a seus senhores normandos estão aumentados pelo espírito de lisonja e coloridos pelo amor da hipérbole. Não é menos certo que em princípios do século XII Palermo ultrapassava em população, em superfície e em magnificência todas as outras cidades católicas. Em parte alguma se poderia encontrar uma administração tão poliglota e capaz de tirar o melhor partido da amálgama de quatro ou cinco civilizações.

Citemos, por exemplo, a secretaria siciliana correspondente ao «Tabuleiro de Xadrez» inglês. O seu nome, *dobana*, lembra a administração financeira árabe; o nome das suas duas subsecções, *a secretis* e *baronum*, lembram respectivamente o sistema fiscal bizantino e as finanças feudais anglo-normandas. O rei da Sicília aproveitava tudo. Como um monarca oriental vivia com fausto e pagava as dívidas em *aurum tarenum*, única moeda de ouro cunhada num Estado católico (com excepção dos peninsulares) ⁽¹⁾ antes do século XIII. Como um imperador romano, exigia a obediência a todos os seus súbditos e como um suzerano medieval, a fidelidade. Cerca de fins do século XII, Guilherme «o Bom» e Tancredo começavam mesmo a ser amados pelos súbditos. Tarde de mais para impedir a conquista do reino por Henrique VI e seus «bárbaros» (como os designava um historiador da época), mas a tempo de ganhar o filho do conquistador alemão e de uma rainha siciliana, Frederico II, à ideia de reconduzir para o coração do Mediterrâneo o centro do Império «romano». Ambição ainda mais perigosa do que a dos reis normandos, pois iria impor à Sicília uma tarefa desproporcionada em relação aos seus recursos.

Os reinos escandinavos

No extremo oposto da Europa, na terra ancestral dos Normandos, os Estados que formam em nossos dias a tríade escandinava organizaram-se lenta e penosamente. Como a Alemanha primitiva, a Escandinávia pagã encontrava os seus chefes militares nas famílias ligadas pela lenda aos deuses e aos feiticeiros. Delas saíram dinastias reais que conservaram a coroa até à extinção, ou seja, no caso da Dinamarca e da Noruega, até ao século XIV.

O poder do soberano resultava originariamente dos seus domínios particulares, cujo rendimento lhe permitia manter uma guarda armada. Mas nada podia sem o consentimento das assembleias populares locais e provinciais (*thing*). Na Islândia e na Gronelândia, uma assembleia geral (*althing*) passou mesmo sem rei até ao século XIII; mais do que a manifes-

⁽¹⁾ Pois Afonso VIII de Castela cunha moedas áureas desde 1172, Fernando II de Leão um pouco mais tarde, e também as cunha muito provavelmente Afonso Henriques em Portugal (de certeza Sancho I antes de acabado o século XII). (V. M. G.)

tação de uma tendência democrática, impõe-se ver aí uma forma de individualismo anárquico tornado possível por uma fraquíssima densidade de população. Em outros lugares, o rei impôs-se pouco a pouco, transformando a sua guarda num exército quase feudal e apoiando-se na Igreja (*extra-textos 12 e 23*).

Os progressos desta última foram aliás muito lentos. Na Suécia, o grande santuário pagão de Upsala, famoso durante muito tempo pelos seus sacrifícios humanos, só no final do século XI foi destruído. Na Dinamarca, a reforma gregoriana afirmou-se apenas pouco antes de meados do século XII, graças aos esforços de um arcebispo casado e pai de família.

Poder-se-ia julgar que os povos nórdicos, cujos rebentos tão bem se enxertaram na Inglaterra, Sicília e Rússia, dariam os seus melhores frutos no solo natal, sob a tutela da monarquia finalmente consolidada. Tal não sucedeu. Do ponto de vista económico a Escandinávia permaneceu fundamentalmente uma região de camponeses pobres; apesar dos prometedores alvorenos do século X, o comércio não se desenvolveu, as cidades rarearam e eram pequenas. Politicamente, Dinamarca e Suécia esforçaram-se, sem grande êxito, por se alargar até ao Báltico oriental, e a Noruega manteve apenas uma vaga suzerania relativamente a parte das colónias escandinavas ocidentais (Islândia, Gronelândia, Órcades, Hébridas, ilha de Man). A literatura produziu as suas mais belas obras na república islandesa. A arte perdeu a originalidade um tanto fruste para se inserir na periferia do estilo românico.

Dever-se-á concluir que o génio das nações escandinavas não podia suportar o freio de uma autoridade central? Digamos antes que a população era muito dispersa e assim continuou muito tempo. Por consequência, a monarquia alcançou maior êxito na repressão das iniciativas pessoais do que canalizando-as para os seus próprios fins. Acrescentemos ainda que o modesto triunfo dos povos nórdicos, onde não contactaram directamente com os povos românicos, bastaria para desmentir, se necessário fosse, algumas teorias ultrapassadas.

«Espanha, enigma histórico»?

Por outro lado, o limitado progresso dos reinos ibéricos parece justificar a expressão de um sábio espanhol moderno (Americo Castro): «Espanha, enigma histórico». No século X, a Ibéria afigurava-se predestinada ao mais brilhante futuro. Verdade seja que o Califado de Córdova, senhor de quatro quintos da península e digno rival do Califado de Bagdad e do Império Bizantino, eclipsava então os estados cristãos. Contudo, a sua prosperidade económica e intelectual e a atitude tolerante relativamente aos outros «povos do Livro» (Judeus e Cristãos) asseguravam mesmo às minorias uma vida melhor da que poderiam esperar na Europa bárbara.

Quanto ao reino asturo-leonês, herdara as mais vigorosas características do reino visigodo sem dele conservar as fraquezas. Na austera atmos-

fera das montanhas cantábricas e dos Pirenéus, as usurpações do clero em detrimento da monarquia, a indisciplina dos nobres, o ódio contra os Judeus tinham-se esfumado, os elementos urbanos saíam da inércia, os pequenos agricultores elevavam-se aos poucos da decadência. O rei exercia uma espécie de protectorado sobre os outros estados cristãos que borbulhavam ao longo da fronteira setentrional do califado. Gostava de se denominar «imperador» pela «vontade divina», e não faltavam profetas que lhe predissessem que reinaria «breve sobre toda a Espanha».

No reino principal assim como nos reinos satélites, a luta contra os Muçulmanos restituiu ao rei a sua função de general-em-chefe e dirigente da exploração das conquistas. Cada palmo de território reconquistado aos inféis devia ser repovoado, cultivado de novo e defendido por um exército de pioneiros prontos para tudo. O perigo comum atenuava as distâncias sociais e impunha a colaboração. Desde fins do século ix que o conde de Barcelona incluiu escravos, adúlteros e criminosos entre os que gozariam dos privilégios prometidos aos imigrantes no castelo de Cardona.

Um bom começo, uma perda de impulso

Castela, como *Catalunha*, significava originariamente «país de castelos», mas o Castelo ibérico assemelhava-se menos ao solar feudal do que à pequena cidade agrícola, com o seu amor-próprio municipal, os seus proprietários livres, o seu modesto grupo de mercadores e artífices. A autoridade régia limitava a autonomia de cada uma das cidades mas protegia-as contra a inveja das rivais e contra as ambições da nobreza.

A nobreza compreendia «ricos homens» (*ricos hombres*) e simples «filhos de pai conhecido» (fidalgos, *hidalgos*). No conjunto era excessivamente pobre para fazer sombra ao rei. As suas fileiras, frequentemente dizimadas pela guerra, reformavam-se mediante a admissão de camponeses corajosos e de aventureiros franceses.

O mais ilustre destes últimos, Henrique de Borgonha, casou com a filha do rei e fundou o Estado português nos fins do século xi.

Nesta época a desagregação do Califado de Córdoba acelerou o progresso da Reconquista. Tal progresso, embora aumentando as receitas dos Estados cristãos, teve a curiosa consequência de enfraquecer o poder real: as distâncias, num país crónicamente despovoado, tornavam mais difícil a transmissão das ordens. Assim, pouco a pouco, a monarquia patriarcal transformou-se em monarquia feudal. (1) O exemplo francês exerceu uma

(1) Pelo contrário, no caso português, o progresso da Reconquista só ajudou a fortalecer o poder real: o património que a Coroa adquiriu e a dependência directa em que colocou os principais núcleos urbanos do centro e sul do país (concelhos) deram-lhe força bastante para travar uma possível feudalização. Num território relativamente pequeno, como era o de Portugal, não se punha com grande premência o problema da dificuldade de transmissão das ordens. (N. do T.)

influência assás forte. Contudo, as resistências contra o poder central encontraram expressão original nas Cortes, onde representantes dos municípios autônomos se sentavam ao lado de nobres e de bispos. Este organismo constitucional rudimentar procedeu da antiga assembleia dos grandes antes do fim do século XII (desde 1188, no reino de Leão), precedendo, assim, num bom século, os primórdios do parlamento inglês. ⁽¹⁾

A despeito destes trunfos, aos quais necessário se torna acrescentar um desenvolvimento cultural de primeira ordem, os estados ibéricos não haviam ainda resolvido, na aurora do século XIII, o grande problema que consistia em tirar todo o partido possível de uma conjuntura geralmente favorável, e tinham-se deixado ultrapassar por outras regiões da Europa.

No século X, e talvez no XI, os estados peninsulares tinham aproveitado os seus recursos tão plenamente quanto seria de esperar dadas as técnicas e a utensilagem mental da época; eram relativamente mais cultos, mais ricos, melhor governados do que a maioria dos outros estados coevos. Ao dealbar o século XIII, tinham-se deixado ficar para trás. As suas cidades eram em geral inferiores (com a excepção, aliás parcial, de Barcelona) às cidades flamengas e italianas no que respeita ao volume do comércio, actividade industrial, intensidade da vida política, etc. A agricultura, salvo algumas regiões favorecidas como o vale do Ebro, produzia menos do que a agricultura francesa ou inglesa; havia ainda servos às portas de Barcelona, quando no século X a carta de Cardona prometera todas as espécies de liberdade. Paris e Bolonha precederam Salamanca e Lisboa-Coimbra como centros universitários. No conjunto, a Ibéria não alcançara o mesmo êxito, não se alcandorara ao mesmo nível que a Itália ou a França. Politicamente, os «cinco reinos» de Castela, Leão, Portugal, Navarra e Aragão haviam deixado de reconhecer a superioridade de um «Rei-imperador». Apesar dos laços de sangue bastante estreitos entre as cinco dinastias, cada uma delas recrutava os seus amigos onde os encontrava, até do lado muçulmano. A Reconquista, cujo termo parecera tão próximo um século antes, chocara por duas vezes com o retorno ofensivo dos Muçulmanos. Primeiro os Almorávidas, depois os Almôhadas trouxeram de África forças frescas e fanáticas para sustentarem os seus correligionários espanhóis, mais requeitados do que eles mas mais resignados à derrota. É verdade que em 1212 três reis cristãos coligados alcançariam nas Navas de Tolosa uma vitória decisiva, mas foi um triunfo adiado por muito longo tempo. ⁽²⁾

A guerra nunca mais acaba

«Adiado por muito tempo»: será essa uma das chaves do «enigma histórico» espanhol? Mesmo para o vencedor, a guerra só constitui uma operação lucrativa quando acaba rapidamente. A princípio, pareceu não ter obstado ao desabrochar dos povos ibéricos; prolongada durante séculos, absorveu uma parte excessivamente grande das energias que outros povos empregavam em tarefas construtivas. Habitou muitos homens — empre-

⁽¹⁾ As Cortes portuguesas acham-se já constituídas e com a participação de representantes municipais em meados do século XIII. (N. do T.)

⁽²⁾ Não esquecer que no caso português problemas como o da unidade nacional, da centralização do poder do rei ou da fixação das fronteiras se acham já resolvidos em meados do século XIII. (N. do T.)

gando uma expressão do *Cantar del mio Cid* — a «ganhar o pão tirando-o aos outros». E o que é mais: essa longa guerra não levou à fusão dos conquistadores com os vencidos (*extra-texto* III).

Sob os auspícios do Islame, tal fusão não fora talvez impossível no século x. Sob os auspícios dos cristãos, afigurou-se realizável pouco depois de meados do século xi, quando Afonso VI se intitulava «imperador das duas religiões», mantinha com o emir de Sevilha as mais cordiais relações e usava de singular tolerância para com os judeus. Depois, católicos e muçulmanos deixaram-se levar nas correntes internacionais das Cruzadas e das anti-cruzadas que reavivaram a sua inimizade. O momento oportuno passara. Sem dúvida que até ao fim da Idade Média, príncipes esclarecidos ou ávidos se rodearam de intelectuais e de financeiros de diferente fê; sem dúvida que particulares estenderam a mão aos seus semelhantes para além das barreiras, e que minorias religiosas sobreviveram com relativa segurança apesar das medidas de coacção cada vez mais severas. Contudo, o epílogo era sempre o mesmo. Cedo ou tarde, judeus e muçulmanos fugiam ou eram expulsos.

Se não podemos censurar os povos ibéricos por haverem incorrido no erro comum à maioria dos Europeus da Idade Média, por certo foi-lhes ele mais nefasto do que aos outros. Tanto pelo número como por sua cultura, os heterodoxos ocupavam em Espanha e em Portugal um lugar considerável. Reconstruir sem eles era tarefa esmagadora. Sem dúvida que foi aliviada pela conversão mais ou menos espontânea de parte dos infieis e pela imigração de cristãos não-ibéricos. Porém, quando os «cinco reinos» limitaram as actividades das minorias religiosas, enfraqueceram uma colaboração sem a qual dificilmente podiam passar. Quando expulsaram as minorias de seu solo, abriram nas suas próprias fileiras brechas que jamais conseguiriam colmatar. ⁽¹⁾

6. O CHOQUE DO OCIDENTE E DO ORIENTE

A incompatibilidade de religiões teve efeitos mais catastróficos na fronteira oriental do que na fronteira ocidental da Europa católica. Durante dois séculos de cruzadas, homens de todas as classes despenderam tesouros de dedicação, de coragem, de sangue e de dinheiro, geralmente na convicção de que realizavam uma obra piedosa e se esforçavam pela propagação

(1) Deve notar-se que em Portugal os Mouros jamais foram expulsos ou maltratados e antes se assiste a uma colaboração económico-social notável entre cristãos e muçulmanos durante toda a Idade Média. No século xvi a absorção do elemento islâmico era já quase completa.

Também os Judeus se mantêm na terra portuguesa até finais do século xv. Mais odiados por certo do que os Mouros, nem por isso deixaram de colaborar activamente, nos campos económico e cultural, para a estruturação do Estado português. Aliás, são raros os casos de perseguição violenta ou de maus tratos infligidos a judeus em Portugal durante toda a Idade Média. (N. do T.)

da verdadeira fé. Porém os únicos resultados duradouros de seus esforços consistiram na ruína da cristandade bizantina, no endurecimento da ortodoxia muçulmana, na recrudescência do anti-semitismo na Europa. Este juízo sobre o mais famoso empreendimento da Idade Média pode parecer demasiado severo. Não se inscreve há muito no activo das Cruzadas a renovação das trocas económicas e culturais entre Oriente e Ocidente, ou mesmo o triunfo dos ideais cavalleirescos e evangélicos numa Europa até então estagnada?

O ódio evitável, mas não evitado

Que se registaram progressos nessas direcções durante as Cruzadas, ninguém o contesta. Contudo, as Cruzadas são mais o seu resultado do que o ponto de partida. As influências artísticas e literárias, as traduções filosóficas e científicas, o despertar dos ideais cristãos não esperaram por Godofredo de Bouillon. Sem a experiência dos Italianos no comércio e na guerra naval, sem o borbulhar demográfico e o restabelecimento político dos Franceses, sem o trasbordante vigor de toda a Europa, as Cruzadas teriam sido inconcebíveis. Aceleraram e alargaram a retomada de contacto com o mundo oriental, e deram aos Ocidentais uma preciosa experiência num campo em que se iriam afirmar na época dos Descobrimentos: a colonização além-mar. À Europa muito aprendeu com elas, mas foi uma escola onde as relações entre mestres e discípulos assentaram no ódio. Teria este ódio sido insuperável se as Cruzadas não o houvessem azedado? Não o cremos. É certo que as guerras contra Gregos e Muçulmanos e as perseguições aos Judeus não se desconheciam antes das Cruzadas, mas não tinham adquirido o carácter de empresa permanente e sagrada que estas últimas viriam a tomar, diferindo sob esse aspecto das lutas e massacres internos que ensanguentavam a comunidade católica. «Adoramos o mesmo Deus, embora sob forma diferente», escrevia Gregório VII ao emir de Bedjaia (Bougie). «Devemo-nos afligir profundamente com as infelicidades desse grande Império [bizantino]», sublinhava, convidando os fiéis a socorrer os Gregos, não em Jerusalém, que não lhes pertencia, mas nos seus próprios domínios da Ásia Menor devastados pelos Turcos. Finalmente, Gregório VII rodeou-se de financeiros judeus recentemente convertidos; quanto ao seu predecessor, Alexandre II, tomara o partido dos judeus não convertidos de Narbonne e de Benevento contra os seus perseguidores.

Tal era a atitude dos papas reformadores em vésperas da I Cruzada. Essa atitude concordava por um lado com a tradição anti-militarista da Igreja primitiva, retomada por certas seitas radicais, e por outro lado com a crença de que a conversão voluntária dos Judeus precederia em pouco o Juízo Final. Dizer que esse estado de espírito se apresentava universalmente generalizado seria exagero. Verificava-se, porém, mesmo nos meios mais irrepreensíveis, e tinha todas as possibilidades de agradar àqueles a quem impor-

tava menos a vitória armada do catolicismo do que o desenvolvimento de trocas culturais ou comerciais.

Como puderam transformar-se em impiedosas guerras, essas cruzadas que os contemporâneos apenas denominavam «viagens a Jerusalém» ou «passagens para a Terra Santa», quer dizer «peregrinações»? O problema, se o há, a custo justifica os debates que suscitou entre os historiadores. Parece-nos inútil distinguir, nas acções dos cruzados, as causas religiosas das causas económicas e políticas. A maioria deles não saberia dizer qual o factor primário; foi, com efeito, a conjugação da fé e do interesse que originou as Cruzadas, e as tornou populares. Por outro lado, que uma luta travada em nome de um ideal se desenrole na direcção oposta aos fins declarados, que os apetites, após haverem sustentado os sentimentos, acabem por abafá-los, eis uma história cem vezes repetida. As campanhas dos Alemães contra os pagãos a oriente do Elba, nomeadamente, assemelharam-se às Cruzadas pela coloração religiosa e ultrapassaram-nas pela cupidez e pela crueldade. O que distinguiu as Cruzadas, foi mais a sua amplitude e entusiasmo do que o inevitável afastamento entre promessas e realizações. Recrutaram os combatentes em todas as nações católicas; apresentaram-se como obra mais divina do que humana. *Gesta Dei per Francos*: tal como os antigos Hebreus, os cruzados julgavam-se os instrumentos de Deus.

Obnubilados por esse mito, alguns historiadores modernos parece terem perdido a faculdade de distinguir entre fenómenos normais de uma época diferente da nossa, e fenómenos patológicos de histeria colectiva ou de criminalidade individual. Ensurdeceram não só em relação a qualquer voz que não viesse do Ocidente católico, mas também às expressões de bom senso que jamais faltaram aos ocidentais. Os seus heróis são a «arraia miúda», quer dizer, as multidões exaltadas que confundiam os cristãos não conformistas com os infieis, os simples espectadores com os inimigos militantes, a improvisação temerária com a coragem e a confiança em Deus. Esta «cruzada popular» teria sido corrompida pela «cruzada dos barões», única autorizada e conduzida pelo legado pontifício. Os esforços dos chefes para se aterem a um programa relativamente concreto e realizável não teria passado de ambição egoísta e sede de lucro. Quanto aos marinheiros das cidades mercantis, aqueles defensores da fronteira cristã que quiseram fazer da Terra Santa, restituída à Cristandade, uma ponte para o mundo estranho, teriam sido nem mais nem menos do que os «mercadores de canhões» da Idade Média.

O absurdo de tal interpretação salta à vista por pouco que se leiam, sem parcialidade, as fontes autênticas. Sublinhemos a palavra *autênticas*: a carta que o imperador Aleixo teria escrito a fim de pedir auxílio aos Ocidentais é falsa. As notícias que correram então, e correm ainda em certos manuais, sobre os maus tratos infligidos aos peregrinos pelos Muçulmanos não passam do eco de incidentes anteriores dum século à primeira cruzada.

A «cruzada popular» e a «Ilíada dos barões»

Que se passou na realidade pouco depois da convocação da I Cruzada, em 1095, pelo papa Urbano II? Houve iluminados que reuniram turbas de camponeses, aventureiros e mendigos, e se puseram a caminho na Primavera de 1096, sem esperar a ordem do papa. É certo que a colonização agrícola no interior da Europa se servira já de idênticos elementos para realizar verdadeiros milagres; mas quer os seus chefes quer os seus fins eram modestos. Agora contava-se mais com o céu do que com os homens; aos chefes faltavam autoridade e experiência, as terras prometidas situavam-se nos confins do mundo conhecido.

Parte desses cruzados parou na Renânia para aí se lançar numa guerra santa fácil e frutuosa: massacraram os Judeus e partilharam os despojos com os barões locais. Outros cruzados, que pilhando e matando haviam chegado à Hungria, foram ali esartejados pelos habitantes enfurecidos pelos seus excessos. Uma minoria atingiu mesmo Constantinopla. O imperador Aleixo, que os não esperava, transferiu-os para a Ásia Menor, recomendando-lhes contudo que não precipitassem um conflito. O Império Bizantino superara parcialmente as «infelicidades» mencionadas por Gregório VII. Aleixo vencera os seus inimigos nos Balcãs, detivera os Turcos, reunira forças suficientes para tentar uma contra-ofensiva, com o apoio de tropas ocidentais regulares, cuja chegada lhe fora anunciada. Mas podia ele esperar que os «cruzados populares» fossem mais pacientes face aos infiéis do que o haviam sido em relação aos húngaros cristãos? Recomeçando a pilhar, os restos do Exército Santo foram exterminados pelos Turcos.

Pouco depois, quatro exércitos regulares — provençais, lorenos, franceses do Norte e normandos de Itália — convergiam para Constantinopla por quatro itinerários diferentes. Em troca da homenagem feudal, à maneira ocidental, e da promessa de restituir a Bizâncio as províncias a reconquistar aos Turcos, os «barões» obtiveram de Aleixo um auxílio militar pouco entusiasta e os abastecimentos indispensáveis. Pela primeira vez na idade feudal, um corpo expedicionário pôde operar sem interrupções durante três anos até à tomada de Jerusalém (15 de Julho de 1099).

Esta «Ilíada dos barões» não se pode narrar em algumas linhas; não enlameemos a imagem gravada pela lenda e pela poesia na nossa memória adolescente. Se as querelas entre Turcos da Ásia Menor e Árabes do Egipto auxiliaram os cruzados, se eles a seu turno se mostraram conflituosos e violentos, deram, no entanto, provas extraordinárias de coragem e de resistência. Cada vez que pareciam ceder, produziam-se milagres que reanimavam o seu ardor. Depois de haverem transposto os limites do Império Bizantino e esgotado a paciência do aliado involuntário, os abastecimentos e o socorro armado dos marinheiros italianos salvaram-nos do desastre. Chegados enfim ao seu objectivo, deslustraram a vitória com massacres de que cronistas sádicos exageraram aliás a importância. A guerra nunca é um espectáculo belo, mas os seus horrores depressa se esquecem se os vencedores sabem reconstruir e pacificar.

Uma antecipação da América?

Reconstruir e pacificar: conviria essa tarefa a guerreiros indóceis e ferozes, acampados na orla de um mundo hostil, e rodeados de súbditos mais cultos do que eles mas falando línguas incompreensíveis? Os cruzados desconfiavam de todos os indígenas, incluindo os cristãos não conformistas, e não se preocupavam em os converter. Uma só via lhes estava aberta, a da tolerância. Seguiram-na, não sem hesitação. Juntaram-se-lhes imigrantes,

ajudando-os a estabelecer no reino de Jerusalém e suas dependências a primeira nação europeia ultramarina, uma espécie de América antecipada.

Apenas vinte anos depois da conquista, Foucher de Chartres, um cidadão desse «melhor dos mundos», deixou-nos dele a seguinte descrição entusiasta: «Esquecemos já os nossos lugares de origem... Um possui casa e criados... outro casou já com uma síria, uma arménia, por vezes mesmo com uma sarracena baptizada... A confiança aproxima as raças mais distantes... Este, que apenas tinha alguns dinheiros, possui já uma fortuna. Aquele, que na Europa nem mesmo possuía uma aldeia, vê-se no Oriente senhor de toda uma cidade.» Com mais laivos de orientalismo do que supunha, Foucher habituara-se a certa megalomania. Na realidade, as riquezas da Palestina não valiam os recursos das terras de colonização da Europa e não havia suficientes voluntários para as explorar.

É contudo verdade que o reino de Jerusalém, graças às suas plantações exóticas, à sua função de intermediário comercial entre Oriente e Ocidente e à exploração maciça dos peregrinos-turistas, tinha uma base económica sólida. As suas instituições, às quais o Sul da França fornecera um modelo livremente imitado, reflectiam os ideais do feudalismo. Não da «anarquia feudal»: se os vassallos se reservavam vasta autonomia e o direito de dar ao rei uma opinião que ele não podia impunemente ignorar, este estava autorizado a chamar às armas, sem limite de tempo, o último de seus subvassallos.

Mesmo sob o ponto de vista geográfico, o reino apresentava-se menos vulnerável do que se tem dito. A ocidente, apoiava-se no Mediterrâneo, dominado pelas esquadras italianas. A norte, abrigava-o o pequeno estado arménio da Cilícia, recentemente fundado por refugiados da Grande Arménia que caíra em poder dos Turcos, e sobretudo por esse Império Bizantino que, desde havia séculos, fazia face ao mundo muçulmano. A oriente e a sul, as montanhas do Líbano e o deserto protegiam-lhe as fronteiras.

Malogro em Jerusalém, êxito em Chipre

A Europa ultramarina poderia ter sobrevivido indefinidamente se se houvesse curado do espírito agressivo que a engendrara. Grande parte dos «Poldros» (como se denominaram os descendentes de europeus nascidos na Síria) adaptaram-se aos costumes e ao clima do país. Embora conservando a fé, teriam querido estabelecer relações de boa vizinhança com os Bizantinos e com os Muçulmanos. Bizâncio provava que era possível travar de tempos a tempos batalhas por objectivos limitados, sem comprometer a coexistência de duas religiões demasiado fortes para mutuamente se aniquilarem.

Contudo, a luta sem quartel e o ódio implacável tinham numerosos partidários no reino. Assim, porque votos religiosos e vocação cavaleiresca das ordens militares fundadas pelos Cruzados (Templários, Teutónicos, Hospitalários) se reforçavam reciprocamente, esses monges-soldados con-

cebiam a guerra como um fim em si. Para mais, não se passava nenhum ano sem que recém-chegados trouxessem do velho continente o seu zelo, os seus preconceitos, a impaciência de lavar os pecados no sangue de infiéis antes de embarcar de novo. Outros elementos do mesmo género que haviam ficado na Europa — crentes fanáticos ou criminosos devotos — mantinham aceso o fogo do anti-semitismo e renovavam de tempos a tempos, apesar dos mandados dos papas, os massacres de Judeus. Contentavam-se por vezes com tomar-lhes os bens.

Em 1147, a notícia de uma séria derrota sofrida pelos «Poldros» desencadeou a II Cruzada. Bernardo de Clairvaux fez o que pôde para suscitar o entusiasmo de antanho. Reuniram-se à cruzada menos mendigos e aventureiros e os reis de França e da Alemanha tomaram o comando dos cruzados. Foi um malogro completo; os reis entraram em conflito com o imperador bizantino, seu aliado, lançaram o pânico no mundo muçulmano, e regressaram sem nada terem ganho para a sua causa.

Apesar de tudo, durante quarenta anos, o reino de Jerusalém respirou. É verdade que uma nova potência muçulmana estava em vias de se formar onde os primeiros cruzados apenas haviam encontrado pequenos estados rivais, mas não constituía ainda ameaça iminente para os cristãos.

De repente, em 1187, a má-fé e a crueldade de um vassalo indisciplinado e da Ordem dos Templários reabriram as hostilidades. Saladino esmagou a hoste do reino em Hattin. Não existia exército de reserva para tapar as brechas. Os vencedores retomaram Jerusalém e repeliram os cristãos para o mar.

Desta vez tornava-se indispensável nova cruzada para restabelecer a situação. Três reis a comandaram: Frederico Barbarruiva morreu no caminho, mas Filipe Augusto e Ricardo Coração de Leão, valorosamente assistidos pelos marinheiros italianos, asseguraram a conservação de uma longa faixa costeira antes de regressarem apressadamente aos seus reinos. E como Jerusalém continuava na posse dos infiéis, São João de Acre tornou-se a capital do reino, reduzido, mas ainda viável.

A ilha bizantina de Chipre, conquistada de passagem por Ricardo Coração de Leão, por ele vendida aos Templários, e por estes ao ex-rei de Jerusalém (o vencido de Hattin), tornou-se um reino «latino» independente, de língua francesa. Soldados e mercadores, embora permanecendo agarrados às testas de ponte fortificadas da Palestina, deslocaram gradualmente o seu centro de gravidade para essa fortaleza natural, à qual o Mediterrâneo dominado pelos seus correligionários servia de fosso. Nesta segurança relativa, retomaram com êxito os planos de colonização que a pressão do inimigo e os seus próprios erros tinham feito malograr no continente. Chipre, com seus afamados vinhedos e campos de anil, os seus mercados, e portos, as suas igrejas góticas (*extra-texto* 17) e as suas casas orientais, a requintada cultura e o treino guerreiro, constituiu o mais belo triunfo das Cruzadas. O mais duradouro também: iria sobreviver vários séculos ao desmoronar do reino de Jerusalém.

A corrida para o «homem doente»

Uma IV Cruzada, composta por barões e marinheiros, pôs-se a caminho em 1204. Não passaria de Constantinopla, onde realizou o que as duas primeiras cruzadas haviam já deixado pressentir: a cidade foi tomada e saqueada, e os vencedores partilharam entre si os despojos do Império Bizantino. Enquanto os restos das forças gregas organizavam «governos no exílio», um fraco «império latino» instalou-se em Constantinopla; nas províncias, baronias e principados francos pulularam, ao passo que os Venezianos reservavam para si a maioria dos locais comercialmente importantes.

Será necessário determo-nos no problema longamente debatido da responsabilidade da «mudança de rota» da expedição oficialmente destinada a libertar Jerusalém? Não há dúvida de que os Venezianos, que tinham já fornecido à sua custa parte dos navios e não conseguiam fazer-se pagar das outras despesas, pediram aos cavaleiros cruzados que os auxiliassem na passagem a reconquistar Zara, uma das suas dependências. Mas os barões que conduziam a empresa tinham-se secretamente proposto desde o início atacar Constantinopla. O papa, que o sabia, não avisou o imperador bizantino do perigo e, conquanto denunciasse o «desvio», aceitou de bom grado os dividendos: instalou um clero obediente na metrópole que durante tanto tempo o desafiara. Os cavaleiros e a «arraia miúda» ficaram radiantes por terem cumprido as suas promessas, despojando «maus cristãos» mal armados e ricos.

Talvez que a principal responsabilidade caiba aos Bizantinos. Não é um mal serem ricos e mal armados? Após o apogeu do século x, o velho império declinara cada vez mais rapidamente. Não que os seus camponeses tivessem perdido a resistência, os seus mercadores e artífices a destreza; mas estavam sobrecarregados de impostos, eram explorados pelos grandes, e as invasões turcas e eslavas haviam-nos varrido. E, para mais, o espírito conservador que por tanto tempo assegurara a prosperidade, prejudicou o Império Bizantino. No meio de uma sociedade em veloz progresso, basta afrouxar um pouco para se deixar ultrapassar. Em vésperas das Cruzadas, Bizâncio era já o «homem doente» e não se apercebia de tal. Atacado simultaneamente pelos Turcos na Ásia Menor e pelos Normandos na Europa, esse doente estava mais ameaçado ainda pelos aliados. Não saberíamos dizer qual destes últimos representava o perigo mais temível. Os cavaleiros desprezavam os seus costumes e riam-se dos seus exércitos. Quanto aos marítimos que também não temiam as forças militares do Império, atacavam-no nas próprias fontes da sua grandeza — no comércio.

Veneza, filha mais velha de Bizâncio, deu-lhe o golpe de misericórdia: espectáculo deplorável! Contudo, houve uma certa justiça no facto de a herança do último representante da civilização antiga ter sido recolhida por burgueses e não por nobres. Porque o futuro, longe de pertencer aos castelos fechados por todos os lados, pertencia sim às cidades, abertas sobre horizontes vastos.



Livro 3

O APOGEU
DA EUROPA MEDIEVAL
NO SÉCULO XIII

OS HORIZONTES ABERTOS

1. O REINADO DA ABUNDÂNCIA

«**A** POPULAÇÃO cresce de dia para dia, e a cidade engrandece-se com novos edifícios... A fertilidade do território, a abundância de todos os bens de consumo salta aos olhos... Nenhum homem saudável, se acaso não é mandrião, deixa de conseguir ganhar a vida com a dignidade que convém à sua posição social... Nos dias festivos, quando se vêem os grupos alegres da nobreza e do povo, todos bem vestidos, quando se vêem bandos alegres de crianças, correndo de um lado para o outro, as reuniões faustosas, os encantadores grupos de damas e jovens, semelhantes a filhas de rei, que passeiam ou se sentam à soleira de suas portas, quem negaria que isto constitui o mais brilhante espectáculo que se pode contemplar dos dois lados do mar?»

Estas palavras pronunciadas em 1288 por Fra Buonvicino della Riva no panegírico da sua querida Milão, não teriam em si próprias nada de extraordinário. Uma centena de anos mais cedo, Guilherme Fitz-Stephen exaltara com idêntico ardor uma Londres que, na época, contava mais ou menos 20 000 habitantes; e sublinhava que, fundada por Bruto de Tróia, era «muito mais antiga do que Roma».

Todavia, o extraordinário reside em que as palavras de Buonvicino assentam em estatísticas controláveis por fontes oficiais e, no conjunto, fidedignas; perto de 200 000 habitantes, mais de 40 000 cidadãos aptos a pegar em armas, 12 500 casas, comportando uma ou várias habitações, mais de 1 000 lojas sem contar os vendedores ao ar livre, 120 doutores em direito, perto de 200 médicos ou cirurgiões, 25 hospitais urbanos e suburbanos, 300 padarias públicas inscritas na Comuna, cerca de 8 800 hectolitros de sal passados na portagem por ano, 1 750 hectolitros de cereais moídos e taxados todos os dias... Acrescentemos um pormenor sem valor estatístico mas pitoresco: «Em Milão, só os animais consomem tanto pão como todos os habitantes de muitas grandes cidades italianas.» Uma vida bem agradável para os que têm dinheiro, conclui o monge.

Algumas ordens de grandeza

No fim do século XIII, Milão é provavelmente a cidade mais populosa da Europa católica, mas Veneza, Florença e Génova devem ultrapassar, elas também, os 100 000 habitantes (*fig. 51*). Muitas outras cidades italia-

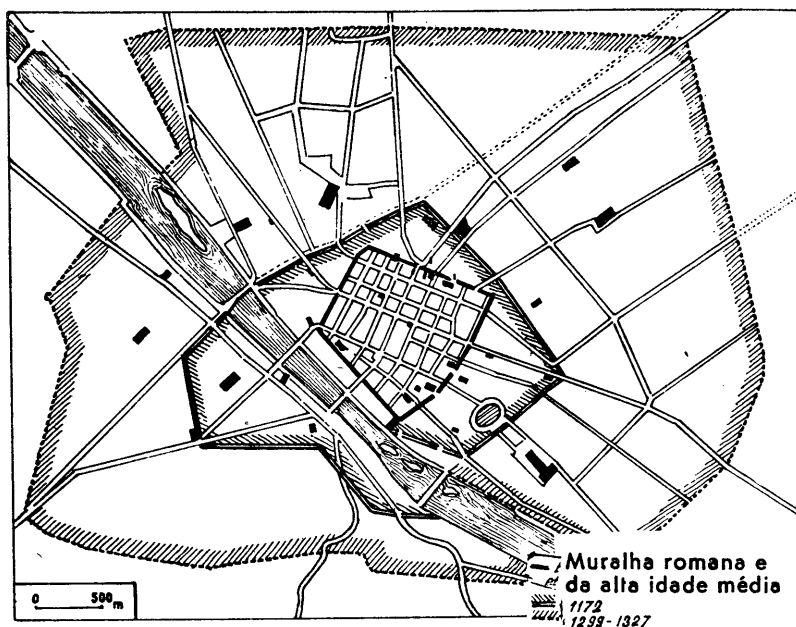


Fig. 51 — Planta de Florença, dos princípios do século XIV (muralha romana, muralha de 1172, muralha de 1299-1327)

nas contam mais de 20 000. Hoje tais cifras não nos impressionam grandemente, mas considerando que por volta do ano 1000 não existia, talvez, nenhuma cidade na Europa católica que chegasse aos 10 000 habitantes, o desenvolvimento urbano da Baixa Idade Média mostra-se comparável ao dos Estados Unidos no decurso dos dois últimos séculos.

Regista-se o mesmo fenómeno fora de Itália mas em proporções menos espectaculares. Contudo, raras são as cidades que não viram desabrochar os seus arrabaldes e não necessitaram de alongar várias vezes as suas muralhas. Só Paris (80 000 habitantes?) se aproxima das proporções italianas.

Assinalemos, aliás, que em 1292 é um italiano, director da filial de um banco de Placência, que está à frente da lista dos contribuintes parisienses, com um rendimento tributável de 5 625 libras. Segue-se-lhe outro italiano, em terceiro lugar Pierre Marcel, sem dúvida antepassado do famoso Etienne Marcel da Revolução de 1365 (2 900 libras), depois ainda quatro italianos. É certo que a nobreza não paga impostos, enquanto o estrangeiro é tributado sem piedade.

Capital do maior reino da Europa, sede da maior Universidade, Paris era evidentemente um caso singular, centro de consumo mais que de produção ou de distribuição. O reino só possui grandes cidades, vivendo exclusivamente do comércio e da indústria, no extremo Norte: Gand, a mais populosa de todas, contaria cerca de 50 000 habitantes, Arras 20 000. Diversas cidades comerciais com população importante encontram-se no extremo Sul, sobretudo na Provença; mas aqui, estamos fora do reino.

Na Alemanha, como em Inglaterra, a maior parte dos centros que se orgulham do nome de cidades ficam abaixo dos 10 000 habitantes, e nenhum atinge a população de Gand. Na Catalunha, Barcelona «deve engrandecer continuamente por causa dos navios que afluem a seu porto», mas nas cidades da fronteira cristã que se desloca para sul, os soberanos têm dificuldades em repovoar os bairros abandonados pelos Muçulmanos. Noutras zonas de colonização, igualmente o optimismo dos fundadores de novos burgos se mostra, com frequência, excessivo.

A vida trepidante das grandes cidades

Mais do que o número de habitantes, o que conta é o espírito dinâmico das cidades, a sua maneira de viver. A cidade da Baixa Idade Média destaca-se do fundo dos campos vizinhos e sonolentos com um relevo desconhecido até à própria cidade greco-romana (*extra-texto 21*).

São suas características: abundância, mobilidade, rapidez. O historiadador fica confundido quando lê os cartulários dos tabeliães, onde os Genoveses registavam todos os seus contratos particulares. Homens e mulheres, viúvas solitárias ou crianças sob tutela, eclesiásticos, nobres, proletários, todos colocam dinheiro ou trabalho no comércio a pequena ou longa distância, mesmo no artesanato, na banca, em construções navais, em empresas de construção civil, em especulações sobre títulos de dívida pública. Nenhum objecto é considerado excessivamente insignificante ou raro para se vender por grosso: com algumas folhas de intervalo, depara-se-nos um mercador de quinquilharia que compra 100 bacios, um joalheiro que vende 111 anéis, 169 safiras e topázios, 348 pedras duras, 59 pérolas, 1 232 camafeus, um dos quais contém um fragmento da Vera Cruz. O criado empresta

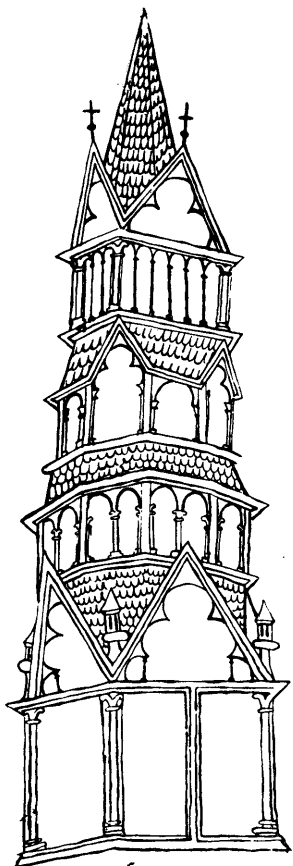


Fig. 52 — Relógio. Segundo a compilação de Villard de Honnecourt, *Bibliothèque Nationale (Paris)*

ao senhor, o senhor ao criado. Embora repartidos ao máximo, os riscos subsistem, mas não existe praticamente ninguém que os não queira correr: nenhum indivíduo fica de braços cruzados.

O factor tempo é crucial, e os contratos não se datam apenas com o dia mas também com a hora (*fig. 52*). O tempo torna-se de tal modo precioso que os grandes mercadores chamam os notários a bordo do barco já prestes a partir para longínquos cruzeiros ou fazem-nos trabalhar pela noite fora, após o último toque do sino. Neste ritmo, dezenas de milhar de contratos se lavram todos os anos e todos os anos o volume dos negócios aumenta. Em 1293, previu-se que o imposto apenas sobre o comércio marítimo incidiria num valor mínimo de 3 822 000 libras, quádruplo do nível atingido em 1274, e, *grosso modo*, representando três vezes e meia a média anual das receitas do Tesouro régio francês nos últimos quatro anos (1289-1292).

Em Florença, testemunhos de fontes diferentes e um pouco mais tardias, revelam uma mentalidade mais ou menos semelhante. Não se perdoa aí tudo menos a inércia? E aos inertes, «que viveram sem merecer opróbrio nem louvor», Dante reserva o mais ignominioso lugar no *Além*. Paulo di Messer Pace, autor de um curioso *Livro de boas maneiras*, dá a seus concidadãos o seguinte conselho: «Se possuis fundos, evita não fazeres nada com eles e deixá-los gastar e perder valor em tua casa, pois mais vale agir em vão do que ser ocioso em vão... Mesmo se não ganhares nada, não perderás o teu lugar no comércio; ficas já a ganhar se, sem perder o capital, conservas a posição.»

Na oficina, no armazém, junto ao tear, seja-se rico ou pobre, continua-se até à morte o trabalho começado na adolescência. Antes da adolescência, torna-se necessário ir à escola, pois todo aquele que não sabe «escrever bem as suas contas sem se enganar», não é digno de entrar na categoria dos mercadores. Cerca de 1336, com uma natalidade anual de 5 500 a 6 000 crianças susceptíveis de viver (taxa de quase 5 por 1 000), contam-se em Florença 8 a 10 000 escolares que aprendem a ler, mais de 1 000 que estudam matemáticas, entre 550 e 600 que se dedicam à literatura e à filosofia.

A vida industriosa dos centros menores

Acentuemos uma vez mais que as quatro grandes cidades italianas — Milão, Veneza, Génova e Florença — representam o urbanismo medieval no mesmo sentido em que Nova York e Londres representam o urbanismo contemporâneo. É uma grande avançada reflectindo, sem dúvida, as tendências de fundo, mas bastante para além da média.

Fora da Itália Setentrional e Central, a maioria das cidades, embora prosperando tranquilamente, conservam ainda algo de campestre. Mais do que a loja permanente, o mercado periódico é nelas o eixo das actividades económicas; o banqueiro confunde-se com o usurário; nobres e pequenos burgueses vivem lado a lado sem se misturar; na época da ceifa, os cidadãos dão uma ajuda aos camponeses. Não há dúvida de que centros como Colónia, Bruges, Southampton, Toulouse, Sevilha conhecem já as vantagens e os problemas da vida metropolitana, mas o seu ritmo não é mais rápido do que o de numerosas cidades italianas de segunda grandeza, como Siena, Pisa, Placência, Verona.

Na verdade, muitos factores pareciam predestinar a Itália a uma posição de vanguarda naquela múltipla Revolução Comercial da Baixa Idade Média: persistência da tradição urbana durante a idade bárbara, fluidez das classes sociais, aparecimento precoce de autonomias municipais, facilidade de relações com mundos superiores — o bizantino e o muçulmano —, insuficiência de recursos agrícolas que, cedo, obrigou os homens empreendedores a olhar longe. Contudo, nenhuma dessas vantagens podia assegurar a sua primazia durante séculos. O Meio-Dia italiano, que, em primeiro lugar, tivera o seu surto, foi o primeiro a deixar-se ultrapassar pela Itália do Norte. No próprio Norte, cidades como Pavia e Ravenna, antigas capitais da *pars longobarda* e da *pars romana* antes de Carlos Magno, foram alcançadas e ultrapassadas por uma rival que, por assim dizer, não tinha história: Florença. E se Veneza e Génova se viram quase que constringidas pelas suas barreiras naturais a procurar saídas marítimas, Milão poder-se-ia muito bem ter contentado com explorar o seu próprio campo, um dos mais férteis do mundo. Se se sentiu incitada a querer sempre mais, foi por causa daquilo a que um escritor do século IX chamava já «o inato espírito de indústria» dos seus habitantes.

Economia e arquitectura: o exemplo de Beauvais

É verdade que esse espírito de indústria não faltou noutros países, mas dispersou-se em demasiados sentidos. Em Paris, alimentou a filosofia, a literatura, a arte, a administração pública, a vida de corte. Não admira, pois, que no meio de tal exuberância, o comércio e a indústria tenham sido sacrificados.

Mas detenhamo-nos no caso de Beauvais, mais simples, mas significativo. Sede de um distrito agrícola muito rico, Beauvais fabricava tecidos de lã então célebres em toda a Europa. Novos moinhos pisoadores se instalaram em grande número em fins do século XII; no princípio do século XIII, tornou-se necessário alargar a cerca da cidade. A julgar pelas suas finanças, Beauvais era então e permaneceu até meados do século XIII a primeira cidade do domínio régio depois de Paris. Em 1259-1260, a Comuna pagava a Luís IX uma talha de 3 500 libras em duas prestações (Amiens, segunda em importância, pagava 1 237), preparando-se ao mesmo tempo para amortizar uma dívida pública de 6 129 libras, cifra em si modesta, mas superior à da dívida das outras comunas francesas. Mas então a mola quebrou-se. É certo que os moinhos pisoadores não pararam e os campos dos arredores fruíam ainda a ordem que Beaumanoir idealizou nos seus *Costumes do Beauvaisis*, esse monumento de direito feudal e administrativo francês, composto por um homem que conhecia a jurisprudência românica e canónica. Mas a população estacionou. A indústria deixou de se desenvolver como na Flandres. A Comuna viveu de expedientes, evitando a custo a falência.

E eis o fulcro do problema: porque motivo, depois de tão prometedores princípios, Beauvais não beneficiou da atmosfera de prosperidade geral, quando a maioria das outras cidades progrediam durante a segunda metade do século XIII?

Deve talvez procurar-se a resposta na magnífica catedral que, embora incompleta, se alcandora ainda por sobre as humildes casas particulares como se lhes quisesse disputar o seu lugar ao sol (*extra-texto 20*). O bispo e o capítulo de Beauvais, não satisfeitos com as imponentes igrejas que já existiam, quiseram construir uma cuja altura ultrapassasse a de todas as catedrais da época. As obras, começadas em 1247, interrompidas em 1284 por causa do desmoronamento de arcos demasiado ousados, mas recomeçadas imediatamente, custaram, somente em quinze anos, a soma de 80 000 libras. Sem dúvida que não foi a burguesia a pagar as despesas: não o teria podido. Mas os capitais que bispos e clero imobilizaram na pedra provinham dos tributos e das rendas do distrito. Servos e assalariados dedicaram à pedra horas, dias, anos de trabalho que, como as contribuições em dinheiro, poderiam ter sido colocados na produção industrial e comercial.

A Itália, embora infinitamente mais rica, não oferece exemplo paralelo. A opulenta Veneza dissipou em S. Marcos ouro e mármore, mas a construção repartiu-se por vários séculos e alguns dos mais preciosos ornamentos tiraram-se de Constantinopla. Milão, no século XIII, construiu uma nova câmara municipal; os Milaneses nem sequer sonhariam com uma nova catedral. Em Génova, o bispo contentou-se com uma catedral modesta, aplicando os seus dízimos no comércio. Em San Gimignano, cidade quase da mesma importância de Beauvais, as torres dos particulares erguiam-se orgulhosamente acima dos campanários. Facto idêntico em Lucca (*extra-texto 20*).

No entanto, o caso de Beauvais não está isolado na Europa. A paixão de construir sempre mais alto, sempre maior, propagou-se de região em região, no século XIII. Centenas de centros urbanos, médios ou pequenos, puseram-se à porfia a edificar monumentos gigantescos, cobrindo-os de esculturas e embelezando-os com vitrais. Do mesmo modo, mil anos antes, centenas de municípios romanos haviam rivalizado na construção de termas e de teatros, sem qualquer proporção com seus rendimentos e necessidades. Desde então, a burguesia pagara as despesas, não com dinheiro, mas com ocasiões perdidas, e numerosos municípios acabaram por falir.

«A arte não tem preço». É verdade. Admiremos sem reserva teatros romanos e catedrais góticas, inclinemo-nos diante do patriotismo que edificou os teatros, diante da fé que fez surgir as catedrais. Nada de mais justo. Mas não esqueçamos os enormes sacrifícios impostos por esse facto a economias ainda pouco capazes de produzir excedentes. Econòmicamente falando, teria sido muito mais acertado esperar pela abundância para fazer investimentos no domínio da arte. A dura lógica de semelhante conclusão não convencerá todos os espíritos. Parece mesquinho regatear a beleza ou a fé. Tem-se desejo de refutar os materialistas, provando-lhes que essa arte, que tão cara nos é, deu, apesar de tudo, importantes lucros. Mas, infelizmente, não há argumento que resista.

As construções religiosas, ao que se diz, deram trabalho aos pedreiros e aos arquitectos, encorajaram as peregrinações, alimentaram, então como hoje, o turismo. Com efeito, não existe trabalho assalariado — ainda que econòmicamente improdutivo — que não aproveite a alguém. O trabalho produtivo possui todavia a vantagem suplementar de criar por sua vez novas possibilidades de trabalho. Um mercado coberto, uma praça, uma ponte — como se construíram por toda a parte no século XIII, mas sobretudo em Itália e na Bélgica — podem perfeitamente reunir o útil ao estético (*extra-textos 25 e 26*).

Quanto às peregrinações, retorquiremos, ligam-se mais às relíquias do que ao relicário. Sem os restos venerados de Sant'Iago, sem a imagem miraculosa da Virgem, o esplendor artístico das catedrais de Compostela e de Puy não teria atraído um só peregrino.

O turismo, na Idade Média, constituía um assás tívio movimento. Ora, mesmo em nossos dias, a indústria hoteleira não basta para assegurar a Veneza a primazia económica que outrora lhe davam o seu porto coalhado de barcos e os seus pobres tecelões sempre activos. Roma, há séculos centro de turismo, de peregrinações e de arte, não é, nunca foi, um centro comercial ou industrial importante.

Mas, dir-se-á, as grandes construções do século XIII não acalmavam a fome, a sede de Deus? Decerto; mas a fé não exigia tal sumptuosidade. A humilíssima igreja de S. Francisco de Assis bastava para a satisfazer. Se não faltavam crentes desejosos de exprimir a sua gratidão ao Creador por meio de flechas sempre mais altas e de cores cada vez mais brilhantes, o valor moral da oferenda dependia só da intenção. Para mais, as doações nem sempre foram desinteressadas, nem todas elas espontâneas. Como os paro-

quianos de Andres, perto de Bolonha, se demorassem a entregar os 100 marcos que haviam prometido para uma nova igreja abacial, o Abade mandou confiscar em todas as casas as caçarolas e os tachos. Em Beauvais, rebeliões contra o bispo marcaram as obras da catedral; em 1305, os rebeldes lançaram-se furiosamente sobretudo contra a capela, roubando, profanando e manchando o que não podiam levar.

Burgueses contra senhores

Para tirar a máxima vantagem da conjuntura favorável, não basta empregar todos os recursos em actividades economicamente lucrativas; é preciso também deitar para trás o peso morto que uma sociedade agrária e feudal acumulara sobre a massa desprezível que era outrora a sociedade urbana.

Aspirando a horizontes mais largos, a burguesia da Europa na Baixa Idade Média deve inevitavelmente entrar em conflito com os poderes constituídos de todos os géneros, de todos os níveis: bispos, abades, condes, marqueses, reis, imperadores, papas. Em geral, os burgueses não colidem com as autoridades como tais, mas porque recalcitraram quanto a pagar impostos que não lhes trazem quaisquer vantagens, a obedecer a leis que não têm absolutamente nada em conta os seus interesses, a participar em guerras que paralisam o seu comércio e devastam o seu território, aproveitando apenas ao senhor — na melhor das hipóteses! Pouco lhes importa que o ganho, quando ganho há, se traduza numa nova catedral, num castelo, numa floresta mais para as caçadas do conde ou até numa província mais para os domínios do rei.

Reivindicam, também, para si e para os outros, a liberdade de acção: que as mercadorias circulem sem serem submetidas a portagens e a outros impostos excessivamente numerosos e pesados, que os mercadores entrem e saiam sem entraves, que os que queiram emigrar para uma cidade e enriquecê-la de capitais, inteligência e mão-de-obra, o possam fazer sem que os envolvam imediatamente em antigos vínculos de servidão. Em suma, a princípio foram apenas reivindicações concretas, moderadas. O apetite nasce com o comer e assim os conflitos só passaram para o plano ideológico depois de as reivindicações concretas terem sido por longo tempo ignoradas.

Nessas perturbações incessantes, cada cidade teve a sua história. De uma para a outra, os episódios e as reivindicações variam, como as autoridades a combater, ou a duração da luta, ou finalmente o alcance exacto do êxito. Obtido este, aliás, uma cidade explorá-lo-á mais ou menos frutuosamente consoante as ocasiões, variáveis também, que a sua situação geográfica ou o dinamismo dos seus habitantes lhe oferecem. Sem um mínimo de auto-governo é impossível respirar. A liberdade absoluta representa a condição ideal para uma comunidade forte e harmoniosa, mas tem seus perigos relativamente a uma comunidade fraca e dividida contra si própria.

Dito isto, de um quadro muito variado ressaltam, contudo, algumas tendências dominantes. Na maior parte da Europa ocidental, a burguesia só arranca uma certa autonomia aos seus senhores imediatos a preço de uma maior sujeição à pessoa do rei, distante e por consequência menos exigente. As Comunas tendem a inserir-se na pirâmide feudal mediante forais que consagram mais um compromisso do que uma vitória efectiva. Cada um dos artigos do foral precisa, por um lado, um direito adquirido, e por outro, um limite a não ultrapassar. Talvez que as menos livres de todas sejam aquelas cidades inglesas que, frequentemente, se contentam em remir mediante determinada soma, pagável anualmente (*firma burgi*), os impostos locais e os encargos elementares da administração e da justiça. Em troca mantêm-se tranquilas: o rei inglês consegue fazer-se obedecer por todos.

Na Alemanha, pelo contrário, a desagregação da monarquia, se dá às cidades a sua liberdade, deixa-as sem defesa contra senhores feudais frequentemente mais fortes do que elas. Ilhotas no meio de um território hostil, ei-las tentando, com maior ou menor êxito, sustentar-se umas às outras mediante a formação de ligas regionais. Essa luta prolongar-se-á até pleno século xiv. E a vitória não pertencerá necessariamente às maiores cidades, mas às ligas mais bem protegidas por barreiras naturais (como os cantões rurais e urbanos da Suíça) ou às que se associarem a algum senhor num programa de expansão comum (como as cidades hanseáticas).

Na Flandres e na Provença, a rivalidade entre senhores próximos e senhores longínquos permitiu às Comunas desenvolverem-se em condições privilegiadas, sem que, contudo, adquiram independência total. Mesmo a famosa vitória da infantaria urbana na batalha das Esporas de Ouro em Courtrai (1302) não bastou para romper todos os vínculos que ligavam as Comunas flamengas aos seus senhores.

Só em Itália, entre os Alpes e o Tibre, é que as cidades se tornam senhoras absolutas dos seus destinos. Não precisam de forais: a sua independência conquistou-se pela luta feroz, em Legnano, desde 1176. A nobreza feudal tem de se vergar às leis da Comuna ou desaparecer. Todo o campo, à excepção de alguns vales perdidos na montanha, pertence às Comunas. Doravante, nada mais têm a temer senão o seu próprio apetite, que leva as cidades fracas a caírem em poder das fortes e as fortes a devorarem-se entre si.

Emancipação política e expansão económica processam-se, pois, por vias paralelas. As Comunas mais livres são quase sempre também as maiores e as mais prósperas. Toda a Europa urbana se movimenta, com a Itália na vanguarda. Na impossibilidade de nos determos em todas as variações regionais nas páginas que se seguem, é portanto à Itália que daremos a parte de leão.

2. O ESTADO, CONSIDERADO COMO UM BOM NEGÓCIO

Os príncipes da Renascença, como o diz uma obra célebre, propuseram-se governar e modelar o Estado «como uma obra de arte». Poder-se-ia também dizer que a burguesia medieval talhara e dirigira o Estado «como um bom negócio». A sua política esteve ao serviço da economia.

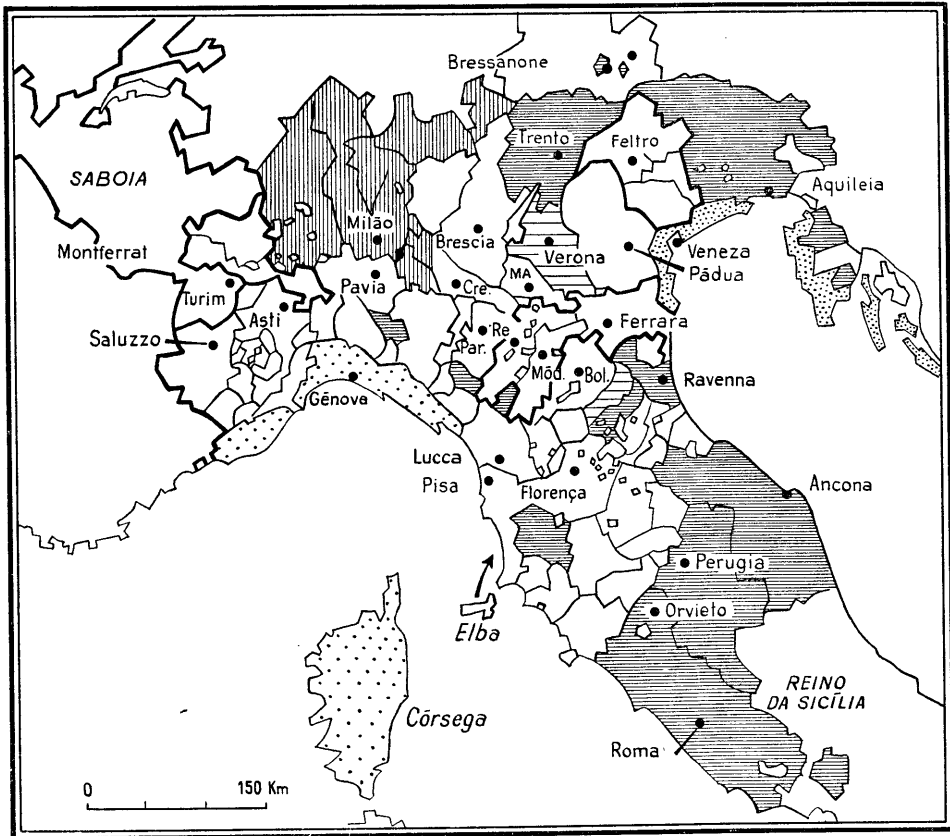
Este traço revela-se desde as origens do renascimento urbano, mesmo nas proximidades do ano mil; não é fruto de nenhuma doutrina política consciente, mas, sim, de assás numerosas razões práticas. O núcleo da comunidade urbana nasce, ordinariamente, de uma associação voluntária particular: é quase sempre o caso na Itália, e muito frequente também, nos outros países. Em geral, desconhece-se a data do seu nascimento; só se fala na Comuna quando é reconhecida, quando ultrapassou o período crítico da primeira infância. Pode mesmo nascer sem que se dê por isso, por exemplo quando um grupo de cidadãos, habituados a aconselhar e assistir as autoridades locais, acaba por tomar as rédeas em mãos. Com mais frequência, a Comuna nasce na rebelião; alguns cidadãos, desejosos de promover os seus próprios interesses, prestam juramento (os seus adversários preferem dizer: fazem a conspiração) de se ajudarem uns aos outros, e em seguida de observarem as regras que elaboraram e de obedecerem aos chefes que escolheram. Estes chefes prestam também juramento.

Da associação temporária e privada à organização permanente e pública.

Nada de mais natural que os postos de comando sejam atribuídos aos mais nobres, aos mais ricos, aos mais poderosos de entre os «conspiradores». Enquanto a economia comercial não se desenvolver, trata-se sobretudo de pequenos senhores feudais, desejosos de acrescentar o rendimento das suas terras suburbanas, colocando-o nos empreendimentos da cidade. Neste sentido, e unicamente neste sentido, se pode falar de uma origem aristocrática das Comunas. Entre os conjurados, com efeito, faz-se distinção entre cavaleiros e peões, entre «melhores, medíocres e menores»; mas não se trata de disparidades insuperáveis. Cada um contribui com o que pode e como pode; o seu lugar na associação não depende do nascimento mas, sim, do valor.

Se a associação consegue não ser destruída, dissolvida ou absorvida, transforma-se em Comuna permanente, capaz de constranger ao juramento

todos os habitantes da cidade e do distrito, e de realizar as operações ordinárias do governo (*mapa 15*). No entanto, não perde por completo o seu carácter de associação voluntária e privada. A Comuna pode combater bispos, condes, soberanos, pode exigir franquias cada vez mais vastas ou



Mapa 15 — A Itália setentrional em 1300

até a independência total, mas não contesta a superioridade teórica das autoridades que existiam antes dela. A essas autoridades incumbem as funções supremas consignadas ao Estado pelas doutrinas políticas da época: a Justiça, a Paz, a Religião são da competência do papa e do imperador (ou do rei). A administração municipal apenas se ocupa da justiça, da paz ou da religião na medida em que seja preciso defender os interesses da comu-

nidade. «Contra aqueles que pretendem que os contratos de permuta e de seguro são ilegais e usurários segundo a Escritura, e que recorrem aos tribunais eclesiásticos a fim de obterem restituições e anulações... visto que se tais contratos não fossem respeitados, os cidadãos e os mercadores de Génova sofreriam grandes perdas... — que todo aquele que invoque esse género de excepção seja condenado em boa justiça a pagar meia libra de multa por cada libra que se houver recusado a pagar». Esta lei (promulgada apenas em 1369) exprime com rara franqueza a diferença indestrutível entre o Estado, entidade moral, e o Estado urbano, realidade económica.

Instituições comunais: democracias progressivas?

A comuna urbana está munida dos mesmos órgãos governamentais que o Estado soberano: assembleia, conselhos, poder executivo. A assembleia plenária de todos os cidadãos livres reúne-se na praça, mais facilmente do que o faria a assembleia de um reino; vota por aclamação a guerra, a paz, leis de importância vital. Verdade seja que quanto mais a comuna engrandece, mais as dificuldades crescem. As convocações plenárias tornar-se-ão, pois, cada vez mais raras e menos eficazes.

Em contra-partida, os conselhos, maiores e menores, verão aumentar a sua influência. Senados em ponto pequeno, reúnem periodicamente, deliberam sob as arcadas da câmara municipal ou numa sala fechada. Como se recrutam os seus membros? Em boa verdade, de todas as formas imagináveis: nas famílias mais importantes, entre os peritos jurídicos, por intermédio de eleitores delegados pela assembleia plenária, por nomeação directa decidida pelos mais altos magistrados, por eleição indirecta sob o patrocínio de eclesiásticos irrepreensíveis, por tiragem à sorte, pela proposta dos bairros ou dos ofícios urbanos. Forçosamente que a assembleia plenária é propícia ao tumulto e aos processos de intimidação. Os conselhos, pelo contrário, estão protegidos, pelo facto de as suas sessões se realizarem em lugar fechado; neles, em breve, se votará por escrutínio secreto, com favas ou bolas de diferentes cores.

Quanto ao poder executivo supremo, é geralmente confiado a um colégio, pelo menos de princípio. Mais tarde, fora de Itália, a maioria dos colégios escolherá um presidente ou «maior» (*maire, mayor, burgmeister*), proveniente, em regra, do seu próprio grupo social. Algumas cidades italianas de filiação bizantina possuem, também, presidentes, mas com diferente origem; trata-se de antigos funcionários do governo imperial cujos cargos, tornados electivos, perderam a sua autoridade primitiva. Tal é o caso ilustre do Duque ou Doge de Veneza.

Pelo contrário, nas cidades lombardas, ninguém é superior ao Colégio dos Cônsules. O título evoca gloriosas recordações romanas, mas na realidade a origem assenta na palavra «aconselhar». Os cônsules, cujo número varia de 2 a mais de 20, são eleitos geralmente por um ano, não podendo ser imediatamente reeleitos, e partilham entre si os poderes civil, militar, financeiro e judiciário. Este aspecto do cargo, temporário e pluralista ao mesmo tempo, destina-se a impedir que o magistrado se transforme em tirano, e, igualmente, a afastar ao máximo as possibilidades que a direcção dos negócios públicos lhe poderiam oferecer no sentido de fazer prosperar demasiado os seus negócios particulares. Outras precauções vão impor-se em breve e os cônsules, mal abandonam os cargos, deverão prestar publicamente contas da sua administração.

Os primeiros governos municipais instalam-se desde fins do século XI nas mais evoluídas cidades da Lombardia e da Toscana, e até mais cedo nas cidades italo-bizantinas. Não constituíam então nem a idade de ouro que os escritores nostálgicos dos séculos seguintes (o século XIX inclusive) imaginaram, nem aquele regime de arbítrio e opressão que os escritores mais próximos de nós descreveram. Comparado a qualquer outro organismo político anterior às revoluções americana e francesa, o governo das comunas foi aquele que ofereceu ao maior número uma oportunidade de fazer ouvir a sua voz na condução dos negócios públicos. Comparado às monarquias da época, merece ser celebrado, ousemos empregar a expressão, como um exemplo de democracia progressista. É verdade que a praça pública, sede da assembleia plenária, não constituiu um instrumento ideal para a expressão perfeita da opinião pública, mas ofereceu uma tribuna a todo o cidadão que possuísse fôlego e coragem; as assembleias das monarquias, mesmo quando convocadas, só se abriam aos convidados. Conselheiros e magistrados supremos, embora não fossem eleitos segundo os métodos modernos, representavam com mais fidelidade o conjunto dos cidadãos, do que, no crepúsculo da Idade Média, os membros «eleitos» dos parlamentos inglês e francês. Nesses parlamentos, aliás, os membros «eleitos» constituíam a minoria.

Evidentemente, a democracia comunal não foi nem quis ser igualitária e total. Com efeito, pretender a igualdade absoluta teria significado combater a própria ordem decretada por Deus, que criou os homens desiguais. Sob esse ponto de vista, a opinião dos burgueses não diferia em nada da dos nobres. Nas comunas como nos reinos, nunca se procurou a maioria absoluta mas, unicamente, e de acordo com a definição de Marsílio de Pádua, por certo o maior escritor político dos princípios do século XIV, o consenso da «parte mais valorosa».

Mas, nas comunas o «valor» não dependia do nascimento e não se limitava a uma estreita minoria. Constituía um fim a atingir e não uma muralha a atravessar. Os pobres podiam alcançar esse fim se enriquecessem, os fracos se se armassem, os habitantes dos campos e de cidades não livres se emigrassem para a comuna e aí residissem bastante tempo. Se nenhuma

destas condições era facilmente realizável, nenhuma também se mostrava impossível numa época em que a economia se desenvolvia, em que a milícia comunal necessitava de numerosa infantaria e em que, sem fim, a cidade reclamava mão-de-obra.

Instabilidade política

Essa esperança de ascensão social e, mais ainda, a ausência de regras precisas para a eleição dos magistrados ou para o cálculo das maiorias, condenou as democracias urbanas a uma vida extremamente agitada e instável. Num Estado governado por homens de negócios e posto por eles ao serviço da prosperidade dos seus negócios, as raízes profundas de toda a luta política e social só podiam ser económicas. Invejavam-se os cargos públicos; quem os detinha manipulava guerras e tratados, levantava e distribuía os impostos, contraía fornecimentos e empréstimos, julgava causas comerciais, regulamentava preços e condições de trabalho, sem perder de vista um só momento os interesses da sua família ou do seu partido. Na aparência, contudo, os motivos declarados das lutas consistiam, sobretudo, em diferenças ideológicas, rivalidades sociais, antagonismos pessoais. Hipocrisia? Sim e não. Como hoje, era então impossível distinguir entre conflitos de interesses e conflitos passionais; as razões que levam um cidadão a abraçar determinado partido e não a outro qualquer, permanecem, muitas vezes, envoltas em mistério, mesmo a seus próprios olhos.

A história política das Comunas apresenta-se como um livro fechado para aqueles que não querem reflectir demoradamente sobre a sua inaudita complexidade. Porque seria pueril, por exemplo, aceitar integralmente a tradição dos cronistas que atribuem a origem dos partidos em Florença a um noivado rompido, e igualmente pueril acreditar que uma afronta desse género escondia uma manobra política premeditada. Do mesmo modo, o amor desinteressado de uns pelo papa ou de outros pelo imperador, não basta, certamente, para explicar que um partido se una, em geral, à causa guelfa e o partido oposto à causa gibelina; mas nada impede que um casamento de conveniência política provoque uma dedicação sincera. Por detrás dos rótulos de Guelfos e Ghibelinos em Itália, de Católicos e Cátaros no Languedoc, de partidários do rei de França e do conde da Flandres na Bélgica, descortina-se com frequência a maioria dos membros de uma mesma classe económica, social ou profissional. Nenhuma classe, contudo, se identifica completa e constantemente com tal partido.

Em suma, quaisquer que tenham sido os motivos ou os pretextos, conflitos e perturbações sacudiram quase todas as cidades, propagando-se com regularidade de uma para outra, criando uma rede de alianças e contra-alianças regionais. O *processus* manifestou-se com particular intensidade na Itália a norte do Tibre, verdadeiro tabuleiro de xadrez onde comunas guelfas e comunas gibelinas se opuseram e se sustentaram alternadamente.





Em tudo isto, nada de patológico, mas antes uma prova de rara vitalidade. No interior de cada comuna, os cidadãos despertaram enfim para os problemas políticos. Dividindo-se, imediatamente, em dois partidos, abriam um debate monótono, exasperante, mas indispensável. Um debate que prefigura, a seu modo, o interminável duelo entre «conservadores» e «liberais», ou entre «republicanos» e «democratas», característico da vida parlamentar moderna.

No plano internacional, o aparecimento de dois blocos rivais, ambos desejosos de engrandecer, não excluía contudo a coexistência pacífica, o gosto do equilíbrio, os esforços para mutuamente se superarem por outros meios que não a guerra.

Infelizmente, as comunas italianas não tinham experiência suficiente para conservar o equilíbrio interno e externo nesse jogo político de báscula. «Todos possuem uma casa com uma torre», escreve em 1172 o rabi Benjamim de Tudela, falando dos Genoveses, «e quando rebenta a guerra, os terraços das torres tornam-se campos de batalha» (fig. 53). Em vão, para servir de lição, os chefes da comuna ordenaram fosse arrasada a casa-fortaleza de um cidadão insubordinado (fig. 54), antes de o exilarem; em vão bispos e monges suplicam a toda a população que deponha as armas fraticidas e troque, entre facções, o beijo e o juramento de paz; em vão a facção temporariamente vitoriosa tenta conciliar-se com os vencidos mediante um armistício generoso ou, mais frequentemente, se esforça por aniquilá-los, afastando-os dos cargos públicos e condenando os seus chefes a penas pesadas, em geral por contumácia.

Quer seja sob antigas designações ou novos rótulos, não já Guelfos e Ghibelinos, mas Negros e Brancos, Capuletos e Montecchios, as dissidências renascem sempre. Encontra-se sempre uma cidade vizinha (por con-



Fig. 53 — Génova: batalha em três níveis entre os ocupantes de duas torres, 1194 (segundo uma miniatura dos *Annales Genuenses de Caffaro*, *Bibliothèque Nationale, Paris*, Ms. lat. 10.136, fl. 111 v.)

22 = Nova nobreza urbana e velha nobreza feudal: o magistrado municipal e capitão Guilherme Wenemaer, lápide tumular, Bijloke Museum, Gand (Bélgica) século XIV; = cavaleiro armado, proveniente da igreja abacial de Notre-Dame-de-la-Règle, em Limoges, século XII. Musée Municipal, Limoges (França)

sequência inimiga) radiante por acolher os refugiados e por preparar com eles a desforra da última batalha travada e perdida pelo domínio de uma estrada, de uma mina, de um entreposto comercial. E como as rivalidades mercantis e industriais vão ainda mais longe do que as paixões partidárias, não é raro que a mudança de partido na chefia de uma comuna origine mudança em sentido inverso nas comunas vizinhas: se Bolonha se torna guelfa, Módena far-se-á ghibelina. O essencial? Que as hostilidades continuem, com pouca efusão de sangue, claro está, mas com um máximo de desgastes infligidos à economia da comuna inimiga.

No meio de semelhante caos, as cidades maiores prevalecem sobre as menos populosas e no seio de cada cidade homens novos elevam-se à primeira fila. A situação seria trágica para os vencidos se a expansão económica lhes não oferecesse, a eles também, algumas compensações. Apesar da humilhação de se verem ultrapassados por novos ricos ou por recém-imigrados, os membros das velhas famílias decadentes podem refazer fortuna nas suas próprias cidades, ou, se as suas recordações aí são demasiado amargas, numa Comuna próxima. As cidades vencidas, embora irremediavelmente superadas por uma concorrente mais forte e mais rica, encontram meio de aumentar as suas próprias riquezas, nem que seja a ritmo mais lento, explorando os ramos da indústria e do comércio de que a cidade dominante não tenha o monopólio.

A própria conquista de uma comuna por outra não dá lugar a grandes alterações de constituição. Tal como a Roma antiga, a Cidade-Estado da Idade Média italiana não se propõe suprimir a autonomia local das cidades súbditas. Quando muito reserva-se o direito de nomear ou de confirmar os seus altos magistrados. A cidade dominante assume a direcção da política externa e da defesa, bem como a exploração de um sector económico particularmente cobiçado: navegação de longo curso e em certas direcções, importação e exportação de determinados géneros, fabrico de um tipo de tecido. Quanto ao resto, as cidades satélites, tratadas como aliadas, extraem, muitas vezes notórias vantagens da sua inclusão num complexo territorial mais vasto.

Assim, em princípios do século XIV, Génova governa quase toda a Ligúria, Milão grande parte da Lombardia, Florença metade do vale do Arno, Veneza uma cadeia de portos e ilhas, Pisa um troço da costa toscana. Quinze séculos antes, confederações de semelhante amplitude haviam preparado a união federal mais vasta a que Roma devia presidir; mas na Baixa Idade Média, as cidades que aspiravam ao comando eram demasiado numerosas e quase de igual importância. As suas rivalidades resultaram apenas num equilíbrio instável entre as mais fortes.

Novas experiências, novas decepções

Em cada cidade, grandes mudanças marcaram a chegada ao poder de classes inferiores. A mais original dessas mudanças consistiu, em Itália e na Provença, na criação do cargo de *Podestà*. O *podestà*, administrador

remunerado, geralmente estrangeiro, substituiu ou sobrepôs-se aos cônsules, primeiro em anos excepcionais, depois permanentemente. As suas funções assemelhavam-se vagamente às do *city manager* chamado em nossos dias à direcção de numerosas cidades americanas. Recorria-se ao *podestà* como a um árbitro imparcial, acima das facções, destituído de ideias pré-concebidas, livre para administrar ou julgar numa cidade onde não tinha vínculos.

Para maior garantia ainda, obrigavam-no a ficar, após a sua função haver expirado, até que prestasse contas da sua administração.

Alguns *podestà* tiveram a honra de ver os seus retratos, pintados a expensas da municipalidade, ornamentar as paredes da Câmara municipal. Outros, com razão ou sem ela, foram multados, encarcerados, constrangidos a fugir, ameaçados na sua própria pessoa. Apesar das esperanças que levaram as comunas, uma após outra, entre meados do séc. XII e meados do séc. XIII, a experimentar o regime do *podestà*, acabou por se compreender que não se podia pedir a um estrangeiro, muitas vezes mal informado e geralmente mal secundado, o milagre de uma cidade pacificada na equidade. Tanto mais que a discórdia entre grandes famílias e a impaciência dos que estavam



Fig. 54 — O *podestà* de Génova manda demolir a luxuosa casa de um cidadão insubordinado. (Segundo os *Annales Genuenses*, op. cit., B. N. Paris, Ms. lat. 10.136, fl. 109 v.)

afastados do governo se agravavam, se exasperavam à medida que a expansão económica e demográfica aumentava o número e também a variedade social dos descontentes. Cerca de 1250 (desde 1198 no caso precoce de Milão), os descontentes perderam a confiança na renovação habitual e contínua que levava aos cargos públicos, ao lado das velhas famílias de «magnates», os novos-ricos mais em foco. Em vez de visarem directamente o governo comunal, organizaram uma espécie de para-governo apoiado geralmente nas corporações dos ofícios já constituídas e dotado de assembleias, conselhos e magistrados, exactamente como a Comuna. Em oposição a esta, dita «comuna maior», chamou-se-lhe «comuna menor» ou «comuna do povo». Chefiava-a, por vezes, um colégio de *priores* das corporações (semelhantes aos cônsules) e, com mais frequência, um Capitão do Povo vindo do estrangeiro (semelhante ao *podestà*). Pouco a pouco esse para-governo assumiu as principais funções do verdadeiro governo ou substituiu-o inteiramente, por vezes depois de uma série de reformas pacíficas, e raramente sem o apoio de qualquer revolução popular.

Apesar do seu nome, o governo do Povo não levou ao poder a massa «magra» que tomara parte nas revoluções, mas a «gorda» burguesia que a dirigira. Pelos seus gostos e recursos, esta aparentava-se mais aos magnates do que aos proletários. Contudo, os burgueses triunfantes prestaram numerosos serviços a toda a comunidade; suprimiram os mais graves abusos na administração da justiça e na repartição de impostos, adaptaram ao governo urbano as técnicas aperfeiçoadas nas suas próprias empresas.

Mais lúcidos, mais flexíveis, mas mais mesquinhos do que os Magnates, os grandes burgueses desejavam que os inferiores, os operários, não passassem fome, mas temiam vê-los «engordar» a ponto de pesarem o mesmo que os patrões. Por isso reforçaram a superintendência dos ofícios capitalistas sobre os ofícios manuais, mas ao mesmo tempo lançaram programas acelerados de obras públicas e de assistência aos indigentes. Desemprego e miséria constituíam as fontes em potência de novas revoltas. Para evitar também contra-revoluções, afastaram os patricios dos cargos públicos. Gesto de importância simbólica, como a abolição de títulos de nobreza em certas democracias modernas, mas de reduzido alcance prático. Os magnates, com efeito, podiam subtrair-se às restrições, inscrevendo-se, como toda a gente, numa corporação de «gente do povo». Apesar dessas precauções, a Comuna do Povo, ameaçada por cima e por baixo, ela própria oscilou entre os que haviam já alcançado o cume e os que se esforçavam por subir ou voltar a subir.

Finalmente, nalgumas cidades, a impaciência e a desconfiança dos cidadãos sugeriram uma solução semelhante ao recurso a um Capitão do Povo, mas desesperada: a aclamação de um Senhor que, sem abolir os órgãos constitucionais, os punha na ordem. No entanto, na maioria dos casos, esses Senhores do século XIII não criaram raízes; enquanto durasse a expansão económica, qualquer forma de governo se expunha a nova reviravolta popular. A ditadura pessoal só tinha possibilidades de êxito como medida temporária, em tempo de crise.

Assinalemos porém uma conquista do princípio autoritário em fins do século XIII: a transformação da oligarquia veneziana (composta por magnates e novos-ricos) em ditadura colectiva permanente. Conquista, precisamos, devida a uma extraordinária força de autodisciplina e de moderação. Os homens no governo consagraram-se à boa ordem, à prosperidade de toda a comunidade, reprimindo impiedosamente qualquer manifestação de ambição pessoal no seio de seu próprio grupo, abandonando de bom grado aos estratos inferiores funções lucrativas mas desprovidas de importância política e convidando, por assim dizer, todos os cidadãos para a mesa do banquete.

Em toda a Europa, quem diz vida, diz luta

Fora de Itália, um bom número de oligarquias perpetuaram-se no governo das cidades. Mas não comparemos esses frutos secos à carnuda oligarquia veneziana, fruto da sabedoria política, que prevê e elimina o descontentamento. E desconfiemos, em muitas comunas, daquela paz aparente e sem nervo, sintoma regular de uma atonia económica e social precoce, prova da lassidão de um povo que já não tem esperança nos benefícios da

autonomia local, mas que vai em breve entregar-se à justiça niveladora do rei contra os abusos das autoridades cidadinas. «Vimos muitos debates em boas cidades... dos pobres contra os ricos ou dos próprios ricos contra os ricos», diz Beaumanoir; «os pobres e os médios não possuem nenhuma das administrações da cidade... não sabem bem o caminho seguro para alcançar os seus direitos». Por consequência, as boas cidades... e o povo comum devem ser protegidos.»

Repitamo-lo: quem diz vida, diz luta. Em centenas de centros urbanos através da Europa, os primeiros oligarcas dilaceraram-se entre si, breve alcançados e suplantados por novos oligarcas, varridos por sua vez por novas revoluções. Quanto mais a cidade prospera, tanto mais as suas vicissitudes lembram as das cidades italianas, sem chegarem, contudo, a uma vida política tão intensa nem tão dramática.

Como poderíamos evocar centenas de constituições e revoluções? Até para uma história abreviada das diversas regiões urbanas da Europa se tornaria necessário um volume completo. Cada cidade constitui um pequeno mundo que reflecte, a seu modo, o mundo mais vasto. Cada comunidade é suficientemente pequena para que os seus membros se conheçam uns aos outros, suficientemente grande para incluir todos os níveis da hierarquia social, suficientemente imaginativa para procurar a sua própria fórmula de liberdade geral, capaz em teoria de não contundir com liberdades individuais.

3. A LIBERDADE DOS POBRES

De todas as liberdades, a mais difícil de conquistar e de manter, é a dos humildes, sendo ainda os camponeses os mais humildes de todos. Na maioria dos casos, o seu destino não se liga directamente ao da comuna cidadina, cuja alçada não ultrapassa os subúrbios. A Itália a norte do Tíbre apresenta-se como a única região da Europa em que a Comuna domina quase todo o termo de que é centro.

A comuna administra aí a terra sob o signo da eficácia mercantil, sem vexames inúteis mas sem ternura para com os camponeses. Não admite a servidão, ainda que a tolere onde e quando lhe é útil. Por isso não se limita a libertar os servos que entram na cidade; favorece a sua emancipação em todo o território. Se lhes concede a liberdade, é sobretudo para que paguem os impostos, produzam sem entraves víveres e matérias-primas, forneçam a mão-de-obra barata, de que a economia urbana precisa sem cessar. Semelhantemente, a comuna não permite que os camponeses emigrem em massa, organizem indústrias rurais em concorrência com as da cidade, ou vendam o seu pão para fora antes de terem enchido os armazéns comunais, por preço antecipadamente estabelecido. Inútil protestar: na dependência da burguesia, como na da nobreza, os trabalhadores rurais não têm voz activa.

Em Itália: mobilidade acrescida, subida do bem-estar

Não obstante, a liberdade de contrato e de movimento, que permite aos camponeses mais afoitos mudar de terra e de patrão ou buscar fortuna na cidade constitui, em si própria, uma séria vantagem. Essa liberdade, na Itália a norte do Tibre, é reforçada pelas tradições individualistas da técnica agrícola e do direito romano, fecundada pela exuberância da cidade (sempre ávida de materiais e de mão-de-obra rural), reavivada pelo interesse humanitário da burguesia, a mobilidade das classes, o alargamento dos horizontes. «Foi um grande senhor; os seus cães amaram-no muito»; assim imagina um poeta ingénuo da vida cavalheiresca francesa o seu herói, senhor de inúmeros servos. Mas o glosador de Bolonha, Azzo, seu contemporâneo, abre os olhos, mira em torno e exprime a sua compaixão: «No dia de hoje, os camponeses encontram-se num estado mais lamentável do que o possa dizer: estão esgotados e esfomeados.»

A esta luz, os decretos de libertação colectiva promulgados por numerosas Comunas italianas no decurso do século XIII parecem-nos bem intencionados, mesmo que não estejam isentos de segunda intenção. A primeira dessas libertações é a «Concórdia», cujo juramento foi prestado em 1210 na praça pública de Assis, talvez na presença de S. Francisco e certamente com a sua aprovação. Unidos na grande fraternidade de um pacto de paz, os cidadãos «maiores» e «menores» declaram abolidas as prestações, todos os direitos feudais no território da Comuna; os antigos patrões, todavia, recebem, uma indemnização e conservam a propriedade da terra. Em 1257, o *Memorial* de Bolonha «que deve, com justiça, dizer-se saído do Paraíso», dá mais um passo em frente. Assim como no Paraíso, antes do pecado original, o homem nasceu livre, assim os habitantes do Estado de Bolonha têm todos direito à liberdade. A Comuna, «que sempre lutou pela liberdade», dará aos antigos patrões uma indemnização de 10 libras por adulto e de 8 libras por menor de catorze anos; depois do que inscreverá os libertos no registo dos contribuintes. É um Paraíso, mas com impostos.

Possuímos, aliás, abundantes provas de que a mais numerosa e menos rica classe da população italiana viu melhorar o seu nível de vida. O emprego da escrita difunde-se nos campos, bem como os pagamentos em dinheiro e as culturas especializadas. Abrem-se lojas nas aldeias, organizam-se nelas corporações de artífices e começa até a despontar a indústria doméstica. Estradas, canais, pontes, moinhos, construídos pela burguesia em seu proveito, são igualmente úteis aos camponeses, quer sejam lavradores, rendeiros, parceiros, dependentes de um proprietário nobre, eclesiástico ou burguês. Um proprietário burguês, o juiz bolonhês Pietro de Crescenzi, redige cerca de 1305 um tratado de agricultura onde se revelam simultaneamente a sobrevivência dos melhores métodos da ciência agrária romana e o aparecimento de técnicas novas. Índice talvez ainda mais significativo: o uso da camisa começa a generalizar-se entre os camponeses. Constitui a primeira peça de vestuário de luxo — e pode lavar-se!

Cidades e camponeses no resto da Europa

Fora da Itália, a influência das comunas urbanas foi mais limitada, quer para bem, quer para mal. Aqui e ali, a concorrência do artesanato rural provocou, contudo, conflitos. Na Bélgica, as cidades organizam expedições armadas contra as aldeias, destruindo ou levando consigo os teares e os instrumentos de apisoamento; mas em Inglaterra as cidades, menos poderosas, recorrem ao rei para que proíba o apisoamento e a tecelagem no campo.

O problema do abastecimento da cidade nem sempre se manifesta com acuidade; os camponeses que vivem no recinto amuralhado e cultivam os campos suburbanos bastam muitas vezes para o resolver. Mas o nível de vida das classes rurais sobe mais lentamente do que em Itália e a emancipação dos servos nem sempre é total, mesmo no território limitado da comuna.

Para além do minúsculo estado urbano estendem-se os domínios dos nobres, do clero, do rei, e a sorte dos camponeses depende aí dos seus senhores. Aqui, mesmo quando representadas nos Estados Gerais, as cidades não intervêm entre servos e senhores. Em 1281, as Cortes de Barcelona ratificam um decreto régio pelo qual se proibem os camponeses de abandonar as suas terras sem pagar adiantada uma indemnização. Nesta situação vamos encontrar, em pleno século XIV, grande número de servos às portas da maior comuna catalã.

Na Flandres urbanizada, por outro lado, a servidão rural desaparece desde fins do século XIII. Por isso são também os camponeses flamengos que levam consigo a liberdade para as terras de colonização além do Elba. Mas, neste caso, é difícil dizer se a atmosfera de liberdade resultou do exemplo das cidades ou da necessidade de oferecer tratamento de favor aos pioneiros da cultura nos pântanos da Flandres e nas terras virgens do Leste.

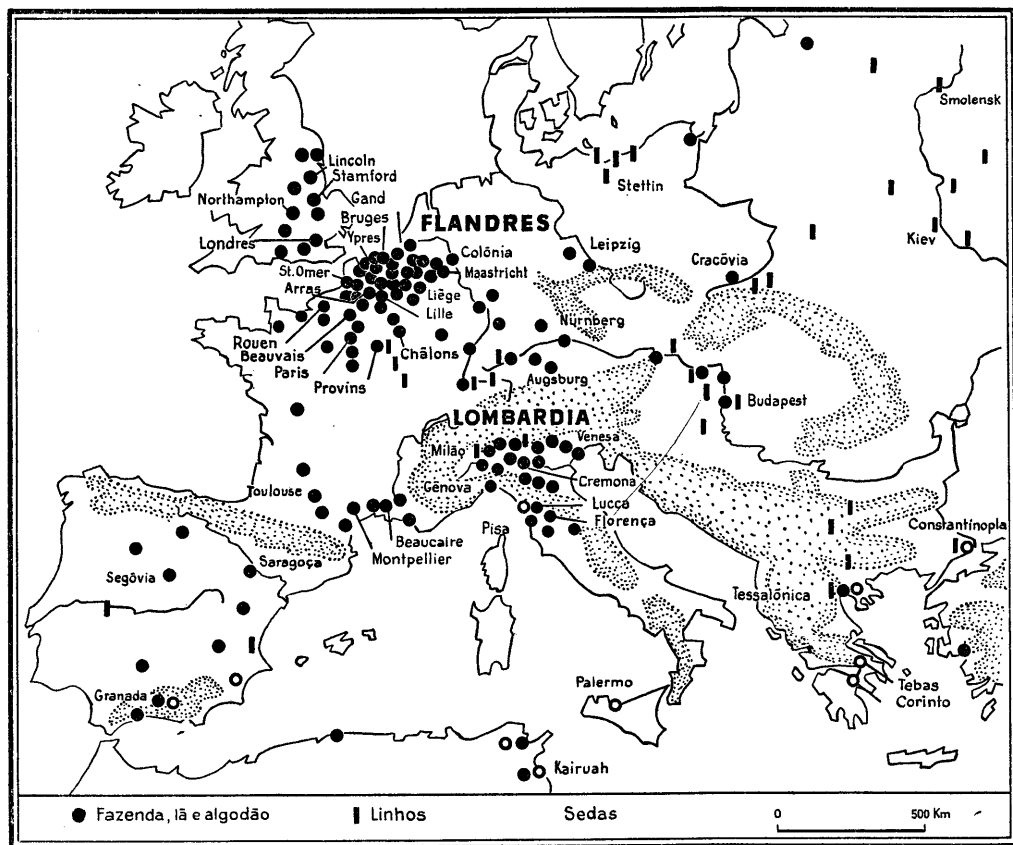
Crescimento e problemas da indústria da lã

Ainda que a burguesia não tenha feito pelos camponeses tudo o que podia, não seria justo imputar-lhe uma miséria a que não deu origem. Assim é; mas que dizer da outra miséria, a do proletariado urbano, da qual se revela agora directamente responsável? A revolução comercial da Baixa Idade Média, na fraca medida em que também foi uma revolução industrial, enfrentou os mesmos problemas que a revolução industrial moderna. Vejamos se os resolveu ou não.

Tomemos o caso mais típico, ou melhor, o mais exacerbado: o da indústria da lã (*mapas 16, 17*). Pela mão-de-obra que emprega, a complexidade das operações, o volume dos produtos, revela-se a única indústria medieval comparável, ainda que de longe, às grandes indústrias modernas. Em Florença, nos princípios do século XIV, produzir-se-ão por ano mais

O APOGEU DA EUROPA MEDIEVAL NO SÉCULO XIII

de 100 000 peças de lã, em cerca de 300 oficinas. Trinta anos mais tarde, o número de oficinas reduz-se para 200 e o das peças para cerca de 75 000, mas de melhor qualidade: de modo que a indústria da lã, com um montante de operações comerciais para cima de um milhão de florins, alimenta,

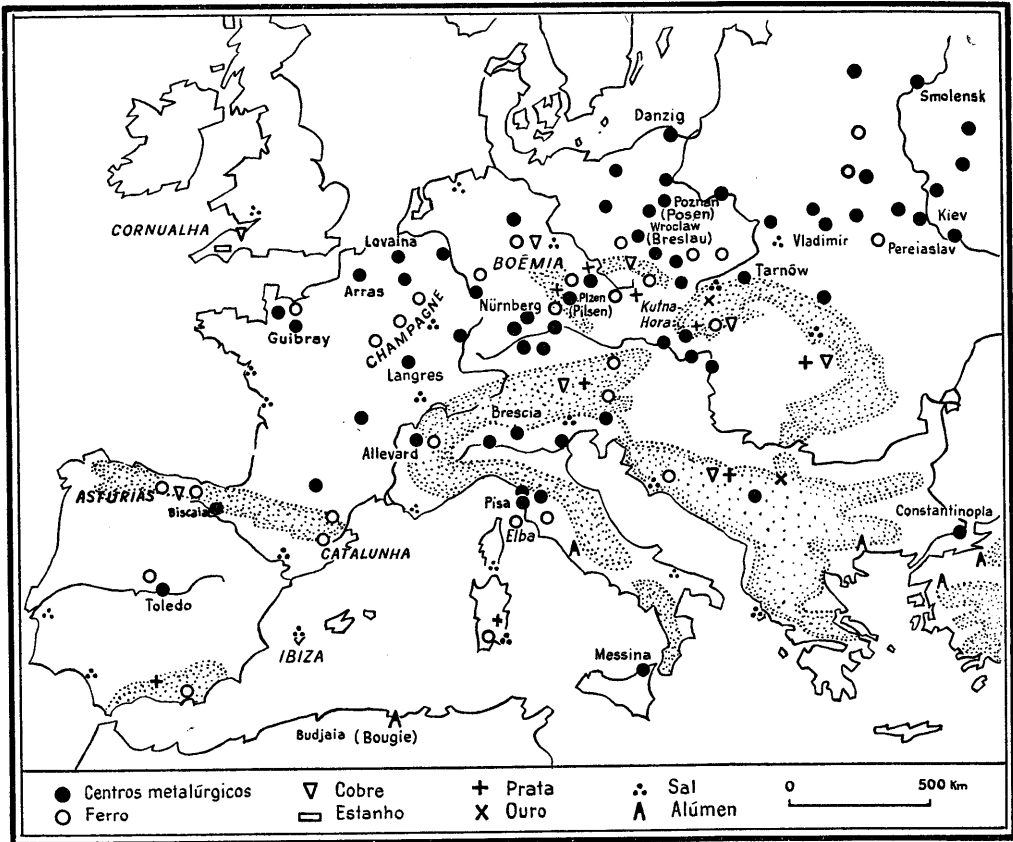


Mapa 16 — Os centros têxteis da Europa no século XIII

diz-se, um quarto da população urbana. As cidades lombardas especializam-se em tecidos mais ordinários, ou em misturas de lã e algodão. A quantidade que produzem é provavelmente maior, mas o seu valor comercial mais baixo. As cidades inglesas, em contra-partida, fabricam tecidos de preços elevados, em quantidades limitadas. Mas é na Flandres e nas regiões vizinhas da Bélgica e da França do Norte que se encontram as mais antigas e impressionantes concentrações industriais (só na cidade de Ypres, 92 500

peças com o selo de exportação em 1313). Aí se encontram também, no século XIII, a mais complexa hierarquia e as mais pronunciadas diferenças económicas e sociais.

Nessas regiões «franco-belgas», um poderoso cartel interurbano



Mapa 17 — A metalurgia e as minas, na Europa do século XIII

a «Hansa das dezassete cidades» (1) (no decurso do século XIII englobará mais de vinte) coordena o melhor que pode a exportação dos famosos tecidos «francígenos» para as feiras da Champagne e daí para o resto do mundo.

Em cada cidade dominam a indústria alguns empresários capitalistas, mais comerciantes do que industriais, que, em todo o caso, não sujam

(1) Ver o Glossário.

as mãos no ofício, mas o dirigem na primeira e última fases: aquisição de matérias-primas, venda de produtos acabados. Estrategos da produção, decidem em grande parte o seu volume e os preços, prevendo a futura procura num mercado internacional aberto à concorrência e por conseguinte tão susceptível de expansão como de crise. O governo da cidade está nas suas mãos ou nas dos seus amigos.

Por detrás deles, encontra-se a massa bem mais numerosa, a coorte dos mestres, aprendizes e obreiros qualificados das guildes que assumem as fases mais remuneradoras do trabalho: tinturaria, apisoamento, cardadura, tosadura. Embora desprezados pelos capitalistas que os cognominam de «unhas azuis», são mais burgueses do que proletários. Não possuem acaso a sua própria organização profissional, aprendizagem especial, ferramentas caras: tinas para tingir, moinhos pisoadores, longas tesouras de tosadador? Graças a essas ferramentas, o seu ofício pode render depressa. Assim, podem tratar grandes rolos de tecido, aceitar encomendas de vários empresários, recusar as ofertas menos vantajosas. No seio da guilde só os mestres têm direito de voto, mas aprendizes e companheiros nutrem geralmente a esperança de um dia passarem a mestres. A disciplina das corporações é rígida mas equitativa e, em última análise, benéfica.

Tecelões e cardadores, penteadores, pertencem ao nível mais baixo da burguesia, a roçar pelo proletariado. Possuem a sua técnica especial e algumas ferramentas. Os tecelões têm, também, guilde própria. Num rasgo de imaginação, um escritor do século XII compara-os a «cavaleiros que se apearam e que, apoiados nos estribos [os pedais do tear], empurram sem cessar o seu sóbrio rocim». O rocim faz bem em ser sóbrio, porque o trabalho essencialmente manual dos tecelões progride lentamente e rende pouco. A menor doença, a menor crise, mesmo passageira, da indústria expõe-nos a dívidas, a que vendam ou empenhem as ferramentas, a que hipotéquem o futuro ao empresário ou ao usurário — que, por vezes, são uma e a mesma pessoa. Os mais dinâmicos, face a tais situações, tentam emigrar. Desde a primeira metade do século XIII que se vêem chegar a Itália numerosos tecelões de origem flamenga; quanto aos tecelões lombardos, deslocam-se para sul.

Por último, no nível mais baixo da escala, os proletários: operários e operárias não especializados, ocupam-se em bater e em lavar a lã, em urdir, fiar, trabalhando frequentemente na própria casa do empresário a quem servem, também, de criados. Este exército de pobres recruta-se em grande parte nos campos (muitos são, aliás, os que fazem o mesmo trabalho sem abandonarem a aldeia) e vive talvez mais miseravelmente ainda do que os servos rústicos. Mas a cidade possui atractivos, distrações, o engodo de fazer fortuna. Ainda que raramente tal esperança se concretize, parece preferível à monotonia de uma vida medíocre melhor assegurada.

Exploração dos trabalhadores

Quem se revolta? À frente das inúmeras rebeliões contra os empresários capitalistas não se encontram geralmente os humildes, mas os artífices de categoria superior. Desde 1225, em Valenciennes, tecelões e apissadores assaltam as casas dos ricos. Nos fins do século XIII, a revolta estala quase ao mesmo tempo em Douai, em Tournai, em Ypres e em Bruges. Após sangrenta luta (na qual se insere a célebre batalha das Esporas de Ouro, em Courtrai, já referida), os revoltosos conseguem por fim que alguns representantes das guildes artesanais participem no governo. Será esta agitação sintoma de sofrimentos intoleráveis ou antes o resultado positivo da incessante mobilidade que, após o surto das comunas, abre continuamente as portas do governo a homens novos? A resposta deve ser dupla.

A divisão e a organização do trabalho, impostas pela prática e pelas exigências de uma indústria insuficientemente mecanizada, nada têm, em si, de desumano. É verdade que as horas de trabalho são longas (de oito a treze por dia), mas bem numerosos os feriados. Os salários são baixos, as greves proibidas, mas as formas legais de negociações colectivas não se ignoram. Em Douai, em 1229, decreta-se que os cardadores, depois de haverem consultado os síndicos municipais, possam pedir aos supremos magistrados, os escabinos, que ordenem um aumento de salários a seu favor, se o custo de vida e as condições do mercado o permitirem. Qualquer abaixamento de salários deve igualmente ser aprovado pelos escabinos. É verdade que estes últimos são precisamente os capitalistas-empresários; mas quem melhor poderia julgar se o estado da indústria permite alterações no custo da produção? Não é seu interesse assegurar a todos os dependentes — tendo em conta a competência e a produtividade de cada um — salários razoáveis que os mantenham tranquilos e laboriosos?

Infelizmente, qualquer ilusão se perderá com a leitura de um inquérito feito, por 1287, pelos testamenteiros de João Boinebroke, de Douai, empresário, proprietário de casas e terrenos, usurário e nove vezes escabino (mormente em 1280, quando sem piedade foi reprimida uma greve de tecelões).

Lemos a interminável lista de queixas dos seus antigos empregados; dizem não ter ousado falar em vida do patrão, mas pedem agora indemnizações por agravos dos quais, é certo, não apresentam provas escritas nem, muitas vezes sequer, testemunhos sólidos. Talvez as reclamações sejam exageradas; os testamenteiros, segundo pensamos, não terão de pagar do próprio bolso e o morto não pode responder. Mas metade do que se atribui a Boinebroke bastaria para enegrecer a sua memória. Não se contentava com dar salários de fome, pagava-os atrasados, às vezes, mais em géneros do que em moeda. Em contra-partida, era dos mais pontuais desde que se tratasse de receber alugueres exorbitantes pelos casebres habitados pelos operários, de exigir juro esmagadores, de penhorar qualquer infeliz endividado. Enviava aos operários matérias primas inferiores em

peso e em qualidade, mas exigia em troca produtos acabados de peso superior e boa qualidade... Se os subordinados apelavam para a sua caridade, troçava deles; se se mostravam rebeldes, recorria à força pública.

É lícito crer que nem todos os empresários procedessem com tanta dureza. Contudo, os documentos de outras cidades e de outras regiões, incluindo a Itália, confirmam a impressão de uma exploração a custo disfarçada pela hipocrisia e levada bem mais longe do que exigiam as condições técnicas e comerciais da indústria. Numa época de expansão, aprender a arte da lã podia servir para subir progressivamente até às categorias superiores, mas só trazia bem-estar quando atingisse o topo, passando então da massa dos explorados para a pequena sociedade dos exploradores. Isto exprimiam-se com clareza nos estatutos de numerosas cidades inglesas: um tecelão ou um pisoador enriquecido que quisesse entrar na classe dos «mercadores» ou dos «burgueses» devia, antes de mais, desfazer-se das ferramentas do seu ofício.

Os que vegetam, os que sobem

As diferenças económicas e sociais mostram-se menos pronunciadas onde as empresas capitalistas faltam ainda ou começam apenas a esboçar-se; em tal caso o nível geral de vida é mais modesto, e se o equilíbrio se mantém é à custa de oportunidades perdidas. Tal é o mundo da loja, do pequeno artesanato, do comércio de retalho, vivendo para um mercado limitado à cidade ou ao bairro. Aqui, observam-se, em toda a sua prudência mas também em toda a sua ticanhez, os regulamentos corporativos. Os mestres seguem as passadas dos pais, os aprendizes esforçam-se por chegar a mestres, sem outra ambição que não seja preservar os bons métodos tradicionais. Neste ambiente de mediocridade dourada, a própria desonestidade tende a assumir formas modestas, quase complacentes: pesos e medidas falsificados, mercadorias avariadas ou, no caso de um padeiro inglês apanhado em flagrante delito, uma abertura no balcão pela qual sub-reptivamente deixava cair nas mãos de um aprendiz, acorado por baixo, parte da massa que os clientes traziam para cozer. Distracções? Algumas procissões, algumas festas religiosas, banquetes de promoção oferecidos por novos mestres, uma visita dominical à taberna, uma partida de dados para os mais aventureiros, em suma, bem poucos acontecimentos capazes de colorir uma existência monótona.

Sobre este fundo pardo destacam-se alguns ofícios e alguns indivíduos. Padeiros, carniceros, peixeiros enriquecem em numerosas cidades onde a lei limita o número de fornos ou de tendas, enquanto a população aumenta e o consumo individual cresce. Progridem também pedreiros, moedeiros, mercadores ambulantes que se deslocam de cidade em cidade, prontos a aceitar o trabalho mais rendoso, os melhores clientes. Nos estaleiros navais,

onde existe certa concentração de mão-de-obra e de capital mas onde os trabalhadores manuais não estão sujeitos aos capitalistas, os melhores carpinteiros fazem carreira. Marroquineiros, peleiros, alfaiates realizam obras delicadas a partir de matérias-primas caras; os mais activos e os mais hábeis governam-se bem, financeiramente, e são respeitados. Um perito no fabrico de espadas pode assegurar às suas lâminas reputação e mercado internacionais. O elevado preço dos materiais empregues, mais ainda do que o carácter artístico da profissão, coloca quase sempre os ourives na alta burguesia. Os pintores, que não utilizam materiais preciosos, só sobem de classe quando possuem talento excepcional. É o caso de Giotto, nascido pobre mas enriquecido graças ao pincel. Confessemos que esses mesmos lucros, ele os emprestou a um tecelão com hipoteca do tear, a um juro de 120%. Pelos vistos nem todos os artistas andam nas nuvens.

Na realidade, todos os caminhos podem conduzir ao sucesso. Entre os mais ricos burgueses, encontram-se advogados, notários, médicos, farmacêuticos, proprietários de edifícios ou de terras, usurários, funcionários, homens de armas, artífices, comerciantes de todos os géneros. A evolução mais frequente é talvez a que se reconstituiu para numerosas famílias burguesas de Lille: imigração do campo, duas ou três gerações no comércio ou no artesanato, acesso aos cargos municipais, aquisição de terras, servindo simultaneamente para colocação segura de capitais e para consagração do prestígio social. Mas a variedade de carreiras é tal que não podemos levar mais longe as classificações. Em Florença, apesar da preponderância das actividades industriais e comerciais, nobres de antiga data, como os Firidolfi, conseguem permanecer na primeira fila; sem mudar de ocupação adaptam apenas a administração das suas terras às exigências da nova economia. Em Veneza, quando a antiquíssima oligarquia fecha quase herméticamente as suas portas, as *casas novas* de «nobres» recentemente enriquecidos conseguem ainda insinuar-se ao lado das *velhas casas*; e mesmo entre as *velhas casas* encontram-se famílias como os Malipiero, com origem num artífice do século x, «mastro Piero», ou os descendentes de Dobramir, um escravo dalmata. No século xiv, o homem mais rico de Prato, o famoso Francisco Datini, órfão de um taberneiro, começara a vida a varrer a loja de um pequeno mercador florentino.

Todos os caminhos são bons, dissemos, mas em geral os melhores são ainda os mais longos, os que levam mais longe. Na vanguarda da burguesia, caminham quase sempre os grandes mercadores internacionais que viajam sem descanso e que, cada vez que voltam, electrizam a sua cidade. Ponhamo-nos a caminho com eles, a cavalo ou de mula. Subamos até para seus barcos que, segundo as fórmulas dos contratos notariais, vão «para onde quer que Deus nos dirija»: *per diversas mundi partes*.

4. NOS QUATRO CANTOS DO MUNDO

O mar é o verdadeiro reino da liberdade. Livres, os marinheiros em seus navios, apesar de um mínimo de disciplina indispensável; livre, o próprio barco, mal largou do porto, deixando atrás de si os impostos e os entraves que os Estados multiplicam ao longo das vias terrestres; livre, o mer-

cador, que dispõe dos seus capitais e dos alheios dentro dos limites elásticos do contrato de *commenda*, ciente de que à volta poderá fazer-se de novo ao mar com quem quiser, e para os portos que quiser.

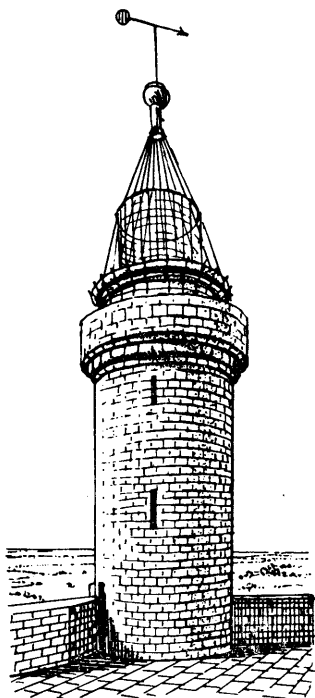


Fig. 55 — O farol de Aigues-Mortes (Gard, França), no cimo da torre Constança, século XIII

Quando se pode escolher, preferem-se os transportes marítimos aos transportes terrestres porque são mais baratos — vinte e cinco vezes menos, num caso limite! — e melhor adaptados à diversidade das cargas. Para as mercadorias «finas», barcos esguios, movidos a remos, com uma poderosa escolta armada; para as mercadorias «pesadas», barcos à vela, lentos, de casco bojudo. Mesmo neste último caso as cargas são modestas, sobretudo nos mares do Norte; algumas dezenas, quando muito algumas centenas de toneladas por barco. Mas o número de barcos aumenta e, pelo menos no Mediterrâneo e no mar Negro, a época das viagens prolonga-se. Depois de meados do século XIII, a navegação não se interromperá, mesmo em perigoso pleno Inverno. Os progressos da cartografia, o aperfeiçoamento dos instrumentos de orientação e das construções navais atenuam o terror das tempestades (fig. 55). Permanece o perigo «dos povos inimigos», não os Muçulmanos, contidos já no século X e definitivamente derrotados no século XI, mas antes os Cristãos, as guerras entre cidades concedendo ainda menos tréguas no mar do que em terra. Então cada um se defende como pode, contando com a rapidez dos barcos,

ou navegando em comboio. Para os navios isolados desenvolvem-se pouco a pouco formas embrionárias de seguro marítimo (*extra-texto 24*).

Mercadorias «pesadas», mercadorias «finas»

Apesar dos lugares-comuns de manuais ultrapassados, a maioria das cargas não consistia em artigos de luxo, mas em géneros alimentícios e em matérias-primas pouco dispendiosas: sal, vinho, cereais, peixe, queijo, azeite, algodão, linho, madeira, metais correntes, lãs grosseiras, cores de tinturaria ordinárias, e assim por diante. Esses produtos encontram-se quase por toda a parte, mas as regiões em que mais abundam exportam-nos con-

tinuamente para as regiões vizinhas. Uma fome, uma guerra, uma alteração nas pautas aduaneiras podem impor a necessidade de transportar mercadorias pobres por centenas de léguas. Por outro lado, nenhuma guerra, nenhuma proibição conseguem impedir o Egipto de importar madeira e ferro da Europa, ou a Itália, de receber lã do Norte de África. Sem a lã inglesa (produto volumoso mas, no seu género, de primeira qualidade), a indústria flamenga não pode sobreviver. Sem o vinho gascão a Inglaterra teria de resignar-se à cerveja.

Há quem ponha em dúvida a exactidão da cifra de 750 000 hectolitros de vinho exportados num só ano da Gasconha para Inglaterra; mas outros dados, menos susceptíveis de discussão, levam-nos a admitir, para princípios do século xiv, um extraordinário alargamento do tráfico comercial. A Europa só raramente é que o iria depois igualar e não o ultrapassará antes do século xviii.

O valor total das exportações anuais da Inglaterra elevava-se frequentemente a um quarto de milhão de libras esterlinas da época, — número tanto mais digno de nota quanto essa exportação não incluía nenhum artigo precioso e só duas mercadorias de preço relativamente alto: a lã crua e alguns milhares de peças de pano.

Contudo, esta soma, mesmo tendo em conta o valor superior da libra esterlina, é bastante inferior aos 4 milhões — ou quase — de liras genovesas de que já falámos a propósito do comércio marítimo de Génova; é mesmo menos importante do que o volume de negócios marítimos da colónia genovesa de Pera (Constantinopla): 1 648 000 libras em 1334. Esta diferença deve-se em parte ao facto de que se trata sobretudo de comércio de trânsito, em parte ao nível de vida mais elevado da população italiana e à sua concentração em cidades, consumidoras mais ávidas de géneros alimentícios e matérias-primas de peso. No entanto, é inegável que a inclusão, nas cargas, de um maior número de especiarias e outros artigos de luxo tem grande influência sobre o valor total.

As especiarias representam para o comércio marítimo o que os tecidos finos representam para a indústria: não os produtos mais volumosos, mas os mais significativos. Pedem, com efeito, a maior concentração de capital, fazem viver, indirectamente, o maior número de pessoas e favorecem o desenvolvimento de uma elite do ofício. As duas aristocracias colaboram: nos barcos italianos, os lanifícios ocidentais — e, em menor escala, as sedas de Lucca — constituem a contrapartida das especiarias importadas do Oriente. Veneza, mais distante do que Génova dos grandes centros de indústria têxtil, vê-se todavia obrigada a juntar aos tecidos os seus próprios objectos de vidro, assim como metais, preciosos ou não, de origem alemã. Até Génova transporta ouro do Senegal a fim de saldar mais facilmente as suas contas. Outra contribuição ocidental de primordial importância: os aços lombardos. Não imaginemos porém que todas as «especiarias» são orientais, aromáticas e preciosas. No seu manual de prática comercial, redigido na primeira metade do século xiv, o florentino Francesco di Balduccio Pegolotti enumera 288 «especiarias», incluindo não só condimentos, drogas e colorantes do Médio e do Extremo Oriente, mas também merca-

dorias pobres de origens bastante diversas, como a cola de Florença e Bolo-nha, o papel de Fabriano, o cobre da Europa Central, a cera de Espanha, da Polónia e de Riga. Nesta lista não se incluem as 23 qualidades de seda crua que Pegolotti cita mais adiante, nem o único artigo de luxo da Europa Setentrional, as peles. Há pois especiarias e especiarias.

Odisseia dos mercadores, ilíada dos barões

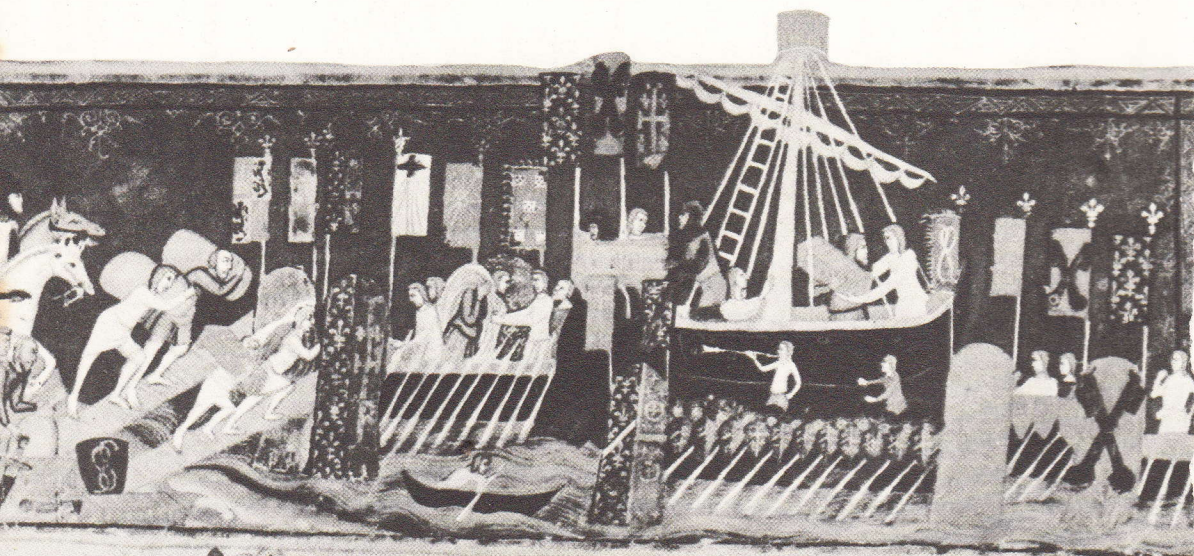
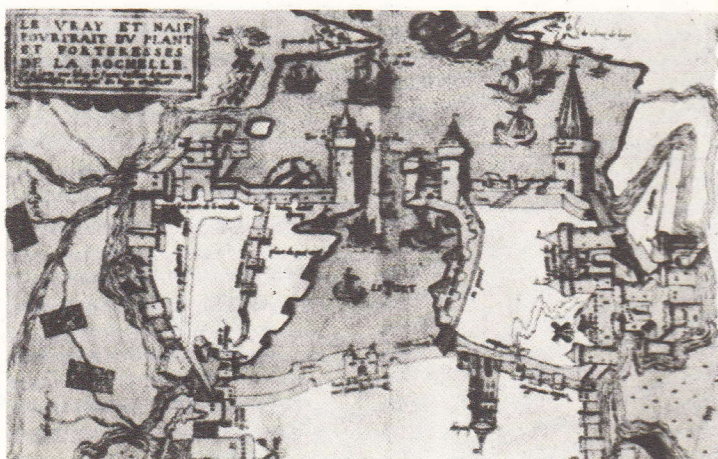
Em princípios da Revolução Comercial, o tráfico marítimo era já intenso nos quatro mares que rodeiam a Europa — Mediterrâneo, mar Negro, Atlântico, mar do Norte e Báltico — mas as comunicações entre um e outro mares faziam-se quase exclusivamente por via terrestre. Italianos, Escandinavos, Alemães, abrindo gradualmente uma rota marítima contínua entre esses mares, escreveram uma das páginas mais importantes da unificação europeia.

Na mesma página se inscrevem os êxitos e os malogros da expansão cristã. Nada impede que se inicie o seu relato com a I Cruzada, como de costume, mas não sem sublinhar que a «Ilíada dos Barões» foi precedida, apoiada e ultrapassada pela Odisseia dos Mercadores. Em última análise, o conflito dramático dos séculos XII e XIII afigura-se menos decisivo do que a erosão iniciada pelas comunidades italianas durante os dois séculos anteriores. Durante esses dois séculos de adolescência, ligaram-se a impérios mais ricos e civilizados do que elas, mas por isso mesmo menos orientados para o ganho e para o progresso. As suas armas foram o contrabando, a pirataria, mas sobretudo preços mais baixos e iniciativas mais livres.

Bizâncio abriu a própria as suas portas aos Italianos, vassalos ou parentes pobres a seus olhos, convidando-os a servir na sua frota e a frequentar os seus *milata*, esses mercados-alojamentos onde se autorizava o estrangeiro a permanecer durante três meses, no máximo. O esplendor do Império no século X parecia confirmar a sabedoria dessa política tradicional. Quem poderia então prever que em menos de cem anos o auxílio da Itália seria indispensável para salvar o Império da bancarrota económica e militar? Em 1082, face aos Turcos Seldjúcidas desencadeados na Ásia Menor e aos Normandos prestes a lançarem-se sobre a península balcânica, Aleixo I possuía apenas um tesouro esgotado, um exército desmoralizado, uma armada inadequada. Comprou o auxílio dos Venezianos, abrindo-lhes todos os portos bizantinos do Mediterrâneo, sem limitações de residência e com isenção total de direitos alfandegários. Decisão trágica para o futuro dos mercadores gregos que, não estando isentos desses direitos, se encontraram em situação de desvantagem no seu próprio país. Situação essa que piorou ainda quando Pisa, Génova e mais tarde outras cidades ocidentais obtiveram idênticas isenções e estabeleceram colónias permanentes nos portos do Império.

Os Italianos conseguiram igualmente tornar-se indispensáveis aos estados muçulmanos do Levante, da África e da Espanha, trazendo-lhes matérias-primas essenciais às indústrias de paz e de guerra: madeira, ferro, cobre, pez. Papas e soberanos, prêgando a frente única da Cristandade, bradaram em vão contra um comércio tão proveitoso às duas partes. Por seu lado, os Muçulmanos não souberam unir-se face às vitórias de Pisanos e Genoveses na Córsega e na Sardenha, à conquista da Sicília pelos Normandos, ou à surtida das cidades marítimas italianas contra uma capital africana, Mahdiya (1081).





Pela força ou pela diplomacia, os Italianos asseguraram-se privilégios alfandegários, entrepostos, por vezes bairros extra-territoriais nos portos muçulmanos do Mediterrâneo, mesmo onde não houve cruzada.

Nos estados cruzados numerosas cidades italianas, provençais e catalãs receberam privilégios e bairros mais amplos ainda, sobretudo depois de as vitórias de Saladino terem reduzido o «Reino de Jerusalém» a uma faixa litoral sempre à mercê de um eventual socorro por mar. Apesar destas vantagens e apesar dos seus lucros em transportes e fornecimentos, os mercadores não encontraram na Terra Santa um Eldorado. As guerras dificultavam o desenvolvimento *in loco* dos centros de produção de géneros exóticos, e reduziam a utilidade das colónias como testas de ponte comerciais. Reduziam-na, bem entendido, sem a anularem: «Os soldados ocupam-se das suas guerras, os povos comerciam em paz, e o mundo pertence a quem o toma», escreve um viajante árabe no seu diário da Palestina.

O Ocidente bate às portas da Ásia e da África

Até nas condições mais favoráveis, as riquezas da Ásia e da África chegavam às costas mediterrâneas a preços muito elevados, por causa dos inúmeros intermediários árabes ou bizantinos. Para se desembaraçarem deles, fora necessário forçar as portas do Mediterrâneo, penetrar do mar Negro para a Ásia Central e para a China, do mar Roxo para a Índia e Indonésia, do Atlântico para as misteriosas minas de ouro do Senegal. Ora, as chaves dessas portas estavam ainda nas mãos de Bizâncio, que dominava os Dardanelos, do Egipto, que dominava a península de Suez, do Islame ibero-marroquino que reinava sobre a costa meridional do estreito de Gibraltar e se agarrava a Andaluzia. E os detentores dessas chaves de ouro eram, ou infiéis ou «maus cristãos».

O século XIII realizou parcialmente e parcialmente desiludiu as esperanças concebidas no século XII. Veneza ganhou na IV Cruzada as chaves do mar Negro e grande número de fragmentos do Império Bizantino. Alguns deles eram férteis, como Creta, onde a cidade marítima tentou — sem grande êxito — a colonização agrícola. Outros eram portos que enriqueceram a rede das colónias comerciais. Em Constantinopla e no mar Negro, os Venezianos autorizaram a instalação de outros mercadores ocidentais, mas reservaram para si a parte de leão.

Contudo, o Império Bizantino não morrera. Exilado em Niceia, na Ásia Menor, preparava pacientemente a desforra. Em 1261, o imperador Miguel Paleólogo reentrou na antiga capital e recompensou os Genoveses, seus aliados, permitindo-lhes destruir o palácio do *podestà* veneziano de Constantinopla, ao som alegre de tambores e de trombetas. Era tarde de mais para restaurar o poderio político e comercial de Bizâncio; os Genoveses, agora em lugar de destaque, partilharam a herança com os Venezianos.

24 = O porto de Pisa no século XIII. Museo d'Architettura e di Scultura della Liguria (Igreja de St.º Agostinho) Génova; = o porto de La Rochelle (duas torres de entrada e baía do século XIV). Musée d'Orbigny, La Rochelle (França) = selo de La Rochelle, 1308. Archives Nationales, Paris; — embarque de bagagens para uma cruzada 1352. Bibliothèque Nationale (Paris)

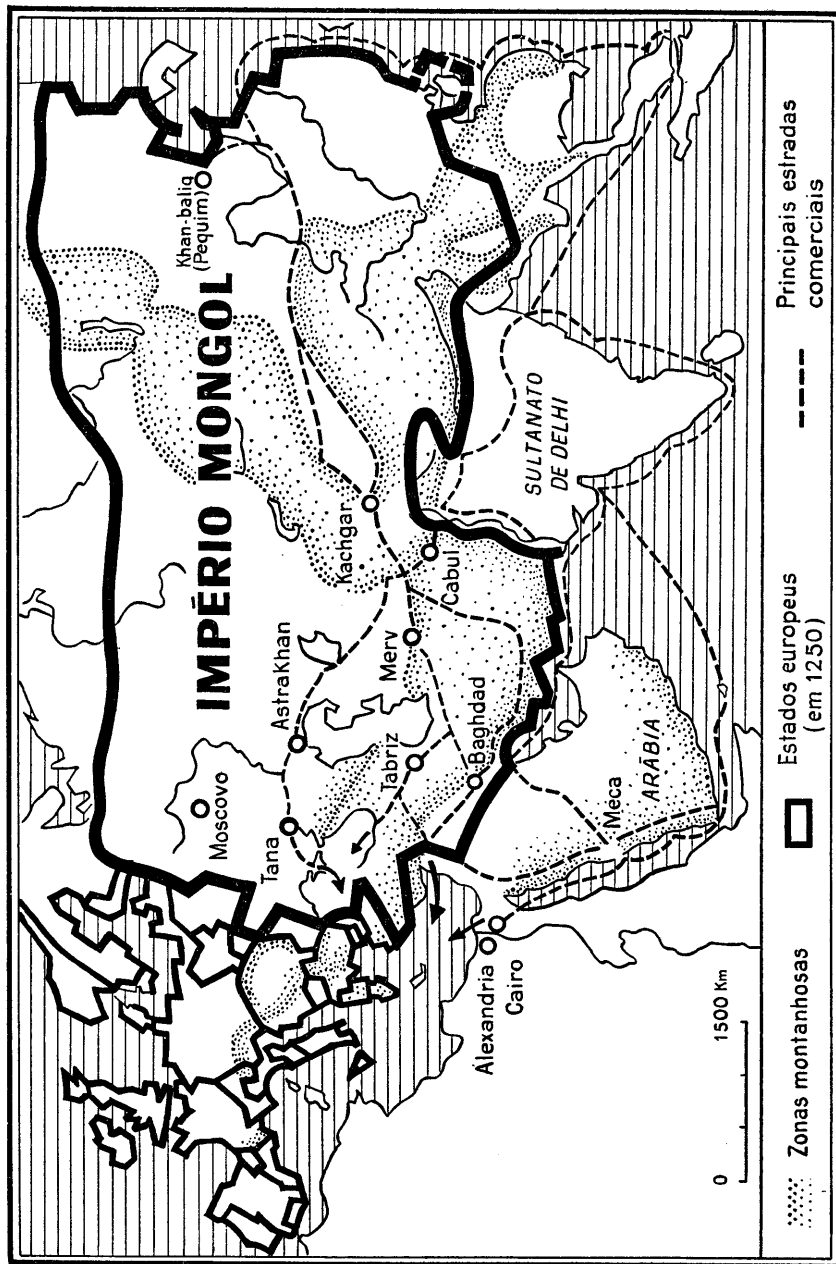
Aumentaram as suas possessões na Grécia, na Ásia Menor, na Crimeia e no Cáucaso, e estenderam a sua penetração económica para o interior.

Duas cruzadas contra o Egipto (1219, 1248) malograram-se, depois de êxito inicial idêntico: a tomada do porto de Damietta. Assim se perdeu qualquer esperança de penetrar no mar Roxo.

Entre a primeira expedição, levada a cabo por marinheiros italianos sob a direcção de um legado pontifício, e a segunda, comandada por Luís IX, inseriu-se a mais estranha das cruzadas. Frederico II, imperador e rei da Sicília excomungado, retomou temporariamente Jerusalém, não pelas armas, mas por um tratado de amizade com o sultão do Egipto. Solução de bom senso talvez, mas de um espírito demasiado livre para o tempo. Cristãos e muçulmanos devotos ficaram tão escandalizados uns como os outros por este compromisso que teria podido, em paz, encerrar a série das cruzadas e abrir uma era de tolerância recíproca entre as duas grandes religiões mono-teístas. Mas não sonhemos de olhos abertos! E visto que, por outro lado, a experiência provara que os cristãos não podiam subjugar o Egipto, nem consolidar as suas posições na Palestina com um Egipto hostil à porta, o «Reino de Jerusalém» foi abandonado ao seu destino, apesar das lágrimas falsas de toda a Europa. Pouco a pouco, o Egipto restituiu-o ao Islame. A sua agonia, prolongada pela inesperada intervenção dos Mongóis contra o Egipto, durou até 1291 (data da queda de São João de Acre).

De Pequim a Londres: apogeu do império comercial italiano

No entretanto, as conquistas de Gengis Khan e dos seus sucessores mudaram o perfil de pelo menos um quarto das terras habitadas e abriram ao comércio italiano horizontes imensos (*mapa 18*). É verdade que a princípio, a Europa católica apenas viu nos Mongóis uma ameaça terrível. Não sem razão, porque a força de choque, a ambição, a ferocidade desses cavaleiros disciplinados ultrapassavam tudo quanto o mundo conheceu até então. No decurso de uma avançada, uma das suas alas chocara com uma coligação de príncipes alemães e pulverizara-a (1241). A sorte da Europa católica quis que o seu ímpeto viesse morrer às portas de um Ocidente tão pouco preparado para os combater como para com eles colaborar. E enquanto na imensidade das terras, do mar do Japão às encostas dos Cárpatos, a *pax mongolica* sucedia aos horrores da guerra mongólica, os conquistadores começaram a procurar auxílio para explorar e para administrar províncias ricas mas devastadas, povos aterrorizados mas não resignados. Mercadores e missionários católicos foram acolhidos com a maior benevolência, e durante cerca de cem anos — da época de Marco Polo até meados do século XIV — as colónias italianas do Levante tornaram-se as testas de ponte da Europa nas profundas da Ásia.



Mapa 18 — O Império Mongol em 1250

Três itinerários, com numerosas variantes, ligavam essas colónias à China; o primeiro partia da Crimeia e, atravessando a Rússia e o Turquestão, demorava cerca de nove meses de viagem (segundo Pegolotti, «uma via seguríssima, tanto de dia como de noite»!). O segundo, mais rápido mas mais árduo, partindo de Trebizonda, atravessava a Pérsia e o Afeganistão. O terceiro, mais longo, mas menos dispendioso, partia de Chipre ou de Ayas na Cilícia, dirigia-se ao Iraque e depois, por mar, ia ao longo da China e da Indochina: demorava menos de dois anos.

Naturalmente que as regiões menos distantes foram as mais frequentadas. Tabriz e Astrakhan tornaram-se para os italianos locais de residência tão familiares quanto Constantinopla e Alexandria o haviam sido em princípios do século XIII; os Genoveses navegavam no mar Cáspio e no golfo Pérsico em barcos aí construídos por eles; Urgench (o «Organdi» que deu o nome ao tecido) e Al-Maligh no Turquestão tornaram-se postos de trânsito e de paragem para as caravanas venezianas. Uma colónia italiana implantou-se em pleno Pequim, e em Ts'iu-an-tcheu (Zayton), face à Formosa, monges franciscanos julgaram por bem construir um hospício para os mercadores europeus de passagem. Outros mercadores e missionários italianos estabeleceram-se na Índia. A febre do Extremo Oriente «atacou» famílias completas. Em 1338, pouco depois de chegar da China, o veneziano Giovanni Loredano parte de novo para Delhi com seu irmão Paulo; alguns anos mais tarde, Francesco Loredano dirige-se por seu turno para a China, munido de uma carta de recomendação do pai, dizendo entre outras coisas: «Se esta viagem acabar bem, estarei satisfeito para o resto dos meus dias; se não, venderei tudo o que possuo.»

Os mercadores italianos progrediram também no Ocidente em trajectos mais curtos. Em África, as «cruzadas» dos soberanos europeus constituíram mais um embaraço do que um auxílio. A de Luís IX contra Tunes malogrou-se em 1270, deixando atrás de si um sulco de rancores. Dez anos antes, a cruzada de Afonso X de Castela contra Marrocos apossara-se de Salé, no Atlântico, mas não conseguira firmar-se aí. Contudo os Genoveses frequentavam Safim, ainda mais a sul, já desde 1253, mas a título de mercados, não como conquistadores; em princípios do século XIV, alcançaram as Canárias e os Açores. (1) Não conseguiram porém realizar a sua derradeira ambição: apoderar-se do Eldorado misterioso do Senegal.

(1) As Canárias foram redescobertas, por genoveses provavelmente, na última década do século XIII, e depois activamente frequentadas por esses e outros italianos — partindo por vezes de bases na Península Ibérica (a expedição de 1341 desaferra de Lisboa e aqui regressa) —, catalães e maiorquinos, portugueses. O arquipélago é salteado para fornecer mão-de-obra para as plantações açucareiras do Levante hispânico. Na era de Trezentos por várias vezes os navios fizeram escala na Madeira e Porto Santo: lógica da rota de torna-viagem; a cartografia documenta os progressos no conhecimento destas duas ilhas. Quanto aos Açores, não é impossível que tenham sido avistados, senão mesmo visitados, em 1341, pela armada florentino-portuguesa-genovesa, e não sabemos se mais alguma vez (anteriormente de certeza que não); a sua localização nas cartas trecentistas não melhora, a disposição das ilhas e sua configuração também não, e só por acaso qualquer navio poderia lá ter voltado. (V. M. G.)

Por seu turno, a reconquista castelhana da Andaluzia, na primeira metade do século XIII, atraía progressivamente os barcos do Mediterrâneo às costas atlânticas, primeiro Cádiz e Sevilha, depois La Rochelle, Southampton, Londres, Sluys (o porto de Bruges) e outros portos do mar do Norte ⁽¹⁾. Já em 1277, as galeras do genovês Benedetto Zaccaria, almirante, mercador e industrial célebre em todo o Levante, rumavam para Inglaterra; em 1281, era a vez de uma galera de Maiorca aí ancorar. Em 1291, o mesmo Zaccaria, passado ao serviço do rei de Castela, varria os últimos vestígios da barreira muçulmana nas Colunas de Hércules, esmagando a frota marroquina no estreito de Gibraltar. Nos princípios do século XIV, as comunas de Génova e de Veneza, ao organizarem uma rede de comboios destinados a percorrer o Mediterrâneo e o mar Negro com escalas pré-estabelecidas e horários regulares, incluíram igualmente uma linha servindo a Flandres e a Inglaterra. Aí chegava a ponta extrema de um império comercial que se estendia de Londres e Bruges a Ts'iuán-tcheu e Pequim.

Nascimento do império comercial alemão

Se os Italianos se tinham afirmado no Mediterrâneo e no mar Negro, apesar da presença de rivais não desprezíveis (os Catalães e, em menor escala, os Provençais), para além de Gibraltar limitavam-se a transportar mercadorias suficientemente preciosas para justificar o emprego de galeras rápidas mas dispendiosas. Vinho e sal francês e português, por exemplo, viajavam em veleiros das respectivas nacionalidades. Para além da Flandres o grosso da carga consistia em *stockfisch* e arenque, sal, manteiga, madeira, e mais tarde cereais. A rota marítima tornava-se quatro ou cinco vezes mais longa do que os itinerários que ligavam o Mediterrâneo à Europa do Norte por via terrestre. Aqui terminava o império comercial italiano e começava outro, mais restrito mas não menos vigoroso: o dos Alemães, de Bruges e Londres a Bergen, Visby e Novgorod (*fig. 56*).

(1) No traçado das rotas atlânticas a ligarem a Europa Meridional e a Setentrional é preciso não esquecer o papel desempenhado quer pela actividade marítima no litoral português quer pelo grande foco da Biscaia e Guipuzcoa, articulado, por Bilbao, a Burgos e à lá da Meseta, e construído como complexo económico da pesca da baleia, extracção do ferro e produção lanígera. Esta «marisma» está em efervescência desde o século XI, as suas cocas impôr-se-ão mesmo no Mediterrâneo das galés italianas, os seus estaleiros fornecerão a França e a Inglaterra. Em 1297 estão no Tejo nada menos de 26 navios cantábricos a carregar com destino a portos franceses e flamengos. É a marinha cantábrica que permite a Castela assenhorear-se dos portos da Andaluzia, e são marinheiros biscainhos e guipuzcoanos que aqui desenvolvem a actividade marítima, na continuidade da economia naval moura. (V. M. G.)

Este império era também obra de cidades livres, auxiliadas pelas expedições concomitantes de príncipes e de cruzados, mas animados sobretudo pela iniciativa individual dos seus próprios cidadãos. Um império jovem. Na Alta Idade Média, quando Veneza e Amalfi davam os primeiros passos, os marinheiros mais activos no mar do Norte eram os Frísios. Cedo se deixaram ultrapassar pelos Escandinavos, mais ousados e mais empreendedores.

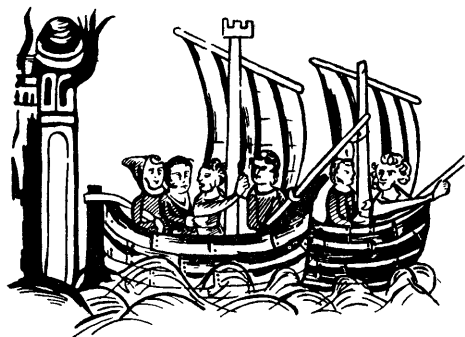


Fig. 56 — O mais antigo exemplo conhecido de leme axial de charneira. Barco alemão do século XIII. Comentário do Apocalipse, 1242

Mas os seus navios eram todos pequenos, os seus contratos e guildes rudimentares, os seus mercadores, na maioria, camponeses que apenas exerciam o comércio como actividade acessória, intermitente, as suas cidades pouco mais importantes do que aldeias. No século XII, quando a expansão alemã tomou impulso ao longo do Báltico, a economia escandinava apresentava-se, se não estagnada, pelo menos em atraso.

Assim como o Império Bizantino e os estados muçulmanos tinham aberto as suas portas aos mercadores

italianos, assim os reis escandinavos e os príncipes eslavos foram muitas vezes os primeiros a convidar os Alemães a comprar-lhes peixe, madeira, peles; em troca, estes levavam-lhes as mercadorias e as técnicas dos países mais evoluídos. Só os reis da Dinamarca procuraram, de tempos a tempos, impor-se àqueles estrangeiros e contestar-lhes a supremacia política e comercial do Báltico. Mas a derrota sofrida por Valdemar II em Bornhoved (1227) marcou o fim da ofensiva dinamarquesa e abriu, de novo, as portas à expansão alemã, reforçada pela imigração pacífica. Em 1378, um quinto da população da capital, Copenhague, era de origem alemã.

Na Noruega, o rei Magno VI concedeu privilégios em 1278 aos «hóspedes» alemães que visitavam o país, mas limitou a sua hospitalidade à estação estival. Em 1294, seu filho Eric II, após ter sofrido um desastroso bloqueio, viu-se obrigado a outorgar aos Alemães uma licença de permanência ilimitada. Reservou-se unicamente o comércio a norte de Bergen e em direcção à Islândia e à Gronelândia, tornando-se doravante esse comércio monopólio régio.

Por seu lado, a Suécia isentara os mercadores de Lübeck de direitos alfandegários desde fins do século XII. Estes aproveitaram para se instalar na cidade nova de Visby, na ilha de Gotland, encruzilhada de tráfico comercial desde os fins da época romana, mas desprovida de centros urbanos até princípio desse século. A «comunidade dos visitantes alemães de Gotland», estabelecida na cidade antes de 1225, breve eclipsou a velha «fraternidade» dos mercadores dinamarqueses da ilha. Foi o primeiro núcleo da futura Liga Hanseática que chegaria um dia a incluir aproximadamente 70 cidades.

A Liga Hanseática só se constituiu formalmente em 1369, época em que agregou Colónia, essa antiga e activa metrópole do comércio alemão, e outros portos fluviais do Reno. Mas Lübeck (*extra-texto 21*), que domi-

nava a saída para o Báltico pelo caminho mais curto que, por terra, ia até ao mar do Norte, ultrapassara já Colónia; as outras cidades alemãs do Báltico haviam-se já habituado a regular as suas actividades políticas ou diplomáticas de acordo com as suas directivas.

Colónia orgulhava-se das suas origens romanas, mas as cidades do Báltico só se fundaram nos séculos XII e XIII, muitas vezes em locais onde existiam já modestos aglomerados eslavos, bálticos ou escandinavos. Lübeck a mais antiga de todas, nasceu uma primeira vez em princípios do século XII, com o consentimento do soberano eslavo da região. Destruída por um senhor alemão, foi de novo fundada por Henrique o Leão. Outros portos, como Rostock e Wismar, desenvolveram-se à margem da colonização religiosa, militar e agrícola alemã entre o Elba e o Oder. Aqui, a longa luta contra os indígenas, pertencentes ao ramo ocidental dos povos eslavos, terminara pelos finais do século XII com a vitória dos colonos alemães. Para além do Oder, os Polacos, cristãos e bem decididos a resistir, constituíam um obstáculo difícil de vencer.

Contudo, na extremidade oriental do Báltico persistia todo um mundo pagão, terreno ideal para os caçadores de almas, ou de servos, ou de campos para cultivar, até mesmo de produtos para exportar e revender.

Fundada em 1201 pelos Freires da Cavalaria de Cristo na Livónia [mais conhecidos por Freires da Espada (*Schwertbrüder*)] e pelo seu chefe, o inflexível bispo Alberto, Riga constituiu a primeira testa de ponte na Letónia. Para lhe fazer frente, os Dinamarqueses fundaram Reval (Talinn) na Estónia, mas a cidade breve se germanizou. Em 1274 os burgueses de Reval escreviam aos de Lübeck: «As nossas cidades estão unidas como os braços do crucifixo.» Finalmente, os Cavaleiros Teutónicos de Hermann von Salza, que sem êxito haviam participado na primeira das cruzadas contra o Egipto, indemnizaram-se a si próprios, levando a efeito uma cruzada contra os Prussianos. Instalaram-se, igualmente, em território do duque polaco de Masóvia, que muito imprudentemente os incitara a essa expedição. As cidades fundadas ou reanimadas por eles uniram-se à Liga. Os Cavaleiros ligaram-se-lhes, também, mas a título de «protectores», não de membros. No final do século XIII, só a Lituânia continuava pagã e independente. A Finlândia, que Alemães, Russos e Suecos disputavam entre si, fora evangelizada e conquistada pelos últimos.

Civilização urbana no Báltico

Apesar da diversidade de origens, as cidades hanseáticas eram dominadas por famílias aparentadas umas com as outras e descendentes dos primeiros organizadores da colonização. Esses pioneiros vinham na maioria da Westfália, em si mesma antigo território fronteiriço e de colonização. A Flandres e a Holanda haviam fornecido colonos agrícolas livres. O fundo

populacional era eslavo e báltico. A par desse florescimento urbano dominado pelos Alemães, registou-se um borbulhar de cidades dominadas pelos soberanos e príncipes eslavos. Mas esse episódio já não cabe no âmbito do presente volume.

Os emigrantes alemães, ligados por estreita solidariedade política e comercial, levaram ao coração dessas florestas e pântanos perdidos as últimas descobertas do Ocidente europeu, os produtos de escolha do Mediterrâneo e da Ásia. A difusão da cultura, o espírito de empreendimento económico, a maleabilidade dos contratos e das relações sociais, a impaciência com respeito aos vínculos feudais, os próprios títulos dos magistrados supremos (cônsules): outras tantas semelhanças entre as cidades hanseáticas e as cidades italianas, maiores e mais requintadas, porém, do que elas. O que não tinha paralelo em Itália, salvo talvez em Veneza, eram as restrições impostas ao comércio dos mercadores estrangeiros, a separação rígida entre grandes negociantes e revendedores a retalho, o carácter aristocrático dos conselhos municipais onde ninguém que trabalhasse com as mãos podia participar.

Esta brilhante fachada burguesa e mercantil das cidades do Báltico deixava, no entanto, transparecer a influência de um interior agrícola e senhorial, mesmo feudal. As cidades surgiram e multiplicaram-se no enquadramento da colonização territorial alemã. Subordinada aos princípios da disciplina militar, do medo, do desprezo pelas populações «indígenas», essa colonização foi de uma violência que nada ou quase nada mitigava, ao contrário do que sucedeu com a expansão italiana no Levante. (Os «indígenas» do Levante mediterrâneo, é certo, possuíam uma cultura impossível de ignorar).

A diferença foi menos profunda nos locais em que os mercadores hanseáticos não conseguiram fundar cidades independentes e tiveram de se contentar com colónias autónomas no seio de cidades estrangeiras, como em Novgorod, Bergen, Londres e Bruges. Aí, como no Levante as feitorias italianas, a população das colónias, a princípio, consistia sobretudo em homens jovens, desejosos de fazer rapidamente fortuna para voltarem mais tarde às suas casas. Depois, os colonos começaram a fixar-se no ultramar, casando com mulheres da região ou mandando-as vir da mãe-pátria. Embora não renunciando a viajar quando se tornava imperioso, principiaram a tratar parte dos seus negócios por correspondência. Daí, o aparecimento de comunidades novas, ligadas às suas cidades de origem, mas mais mescladas, mais cosmopolitas, mais liberais do que elas. A todos os expatriados, alemães ou italianos, se aplicam estas palavras de um obscuro versificador genovês do fim do século XIII: «Há tantos genoveses — Dispersos pelo mundo — Que para onde quer que vão — Fundam novas Génovas.»

5. O COMÉRCIO INTERNO

Entravado pelo elevado custo dos transportes, por inúmeras alfândegas e portagens, pelas restrições impostas por príncipes e comúnas, o comércio interno toma vulto com maior lentidão do que o comércio marítimo. As suas conquistas mais importantes são talvez as menos espectaculares; os documentos mal se lhes referem. Os seus heróis? Homens obscuros, como os agentes das companhias florentinas que se abastecem de queijo nas aldeias perdidas da região das Puglie ou aquele notário-mercador de panos que, no decurso de um só mês, em 1331, conseguiu vender a crédito 36 peças de tecido ordinário no pequeno burgo de Forcalquier, na Alta Provença.

A contracção progressiva das zonas mortas ou pouco animadas, onde os mercadores ambulantes não chegam, onde não existem lojas, onde se pratica a permuta; o florescimento de pequenos mercados periódicos onde os objectos de uso corrente fabricados na cidade se trocam por produtos agrícolas e por gado; a colaboração entre abades, barões, mercadores locais e estrangeiros a fim de organizar a produção agrícola para fins comerciais; o humilde labor de confrarias e comunidades que reparam as estradas e constroem pequenas pontes em forma de lombo de burro, nas direcções menos frequentadas: nada, talvez, é mais importante do que essa circulação capilar. Assim as fundações rurais da Europa medieval se preparam, em profundidade, para suportar uma superestrutura urbana, mercantil, industrial, íamos dizer «capitalista», um tanto mais robusta, mais pesada (*extra-texto 25*).

Maioria medíocre, minoria colossal

O comércio interno a longa distância, e mais ainda o comércio local, tendem a oferecer riscos mas também lucros menores do que o comércio marítimo. Não pedem, nem muitos capitais, nem muita audácia. Por isso mesmo praticam-no maior número de indivíduos, geralmente modestos. Nos limites aceites pelos regulamentos profissionais e municipais, os artífices vendem a retalho na sua própria loja, sem a intervenção do mercador por grosso.

O grossista, por seu lado, não desdenha, de vez em quando, as transacções de pequenas quantidades ou de artigos fora da sua esfera. Quanto à clientela, abunda nos armazéns de víveres e géneros de primeira necessidade, rareando em relação aos outros artigos.

Fora de Itália os desejos, os gostos das classes superiores (nobres, eclesiásticos, grandes burgueses) dominam só por si o comércio. A estagnação dos negócios entre um mercado hebdomadário e o seguinte só se elimina nas grandes cidades italianas do interior, bem como em Paris, Bruges e nalguns outros centros com população suficiente para assegurar uma pro-

cura quotidiana: «Na nossa terra, há mercado todos os dias», proclama orgulhosamente um escritor florentino.

E contudo, mesmo em Florença, vender bem, importa mais do que vender muito. Daí a atenção prestada à qualidade, à duração dos produtos; o cronista Giovanni Villani não se preocupa com o facto de o número de peças de tecido ter diminuído 25 % em trinta anos, visto que o preço de venda, por peça, duplicou. Por outro lado, proíbe-se qualquer forma de publicidade destinada a promover a venda; nisto, regulamentos e costumes concordam em toda a Europa. Para mais, leis sobre o luxo esforçam-se por reduzir as despesas «presunçosas» das classes médias. Verdade seja que ninguém as toma à letra.

Em geral, a mediocridade dos riscos e dos lucros favorece a pequena empresa e as vistas estreitas, mas acontece que auxilia modestas firmas familiares a transformarem-se em empresas gigantescas. Na «Companhia» terrestre, com efeito, não é necessário, nem possível, como na *commenda* marítima, conceber cada operação como uma aventura isolada, intensa mas breve, e liquidada no fim de cada viagem. Os «companheiros» dispõem de determinado capital para um certo número de anos; aumentam-no mediante depósitos vindos do exterior, atraídos pela perspectiva de um juro, senão elevado (de 8 a 10 %, geralmente), pelo menos relativamente seguro. Deste modo, podem simultaneamente financiar toda a espécie de operações comerciais, arranjar empregados, multiplicar os correspondentes e as sucursais no estrangeiro (em 1336, a companhia florentina dos Peruzzi conta 88 feitores distribuídos por 17 sucursais). No entanto, o desejo de aumentar os lucros — nem que seja apenas para estar em condições de pagar regularmente o juro dos depósitos — leva os companheiros a caírem na tentação de transferir do comércio ordinário para o empréstimo, para a «finança», uma parte cada vez maior do seu capital e do alheio. A própria essência do comércio não consiste de facto na compra, na venda a crédito? Empréstimo fundos a um soberano, que arma poderosa para lhe extorquir privilégios comerciais quando não é possível, à maneira dos mercadores do mar, fazer ouvir a força das galés! Mas a arma é de dois gumes. Os devedores, quando usam coroa, são muitas vezes mais pérfidos do que a vaga, mais rapaces do que o pirata. Até uma companhia terrestre pode naufragar!

Alguns números

Embora a companhia seja, provavelmente, tão antiga e esteja tão divulgada como a *commenda* marítima, só em meados do século XIII é que atinge a maturidade e apenas em algumas cidades italianas floresce plenamente: Asti, Cremona, Placência, Pistoia, Lucca, Siena, Florença.

Alguns números bastam para precisar a sua estatura. Em 1260, Salimbene Salimbeni, sócio de uma das maiores companhias de Siena, doa à sua pátria 118 000 libras sienesas a fim de auxiliar a suportar as despesas da guerra contra Florença e compromete-se a contribuir mais tarde com quantia equivalente. Em 1318, a companhia dos Bardi, a maior de Florença, salda as suas contas anuais com um montante de operações de cerca de 875 000 florins. Virá a falir vinte e cinco anos mais tarde, com créditos de 900 000 florins sobre o rei de Inglaterra e de mais de 100 000 florins sobre o rei da Sicília, inscritos nos seus livros. Em vez de tentarmos comparações entre valores e números de épocas diferentes, constataremos que em 1348 o papa Clemente VI pagou 80 000 florins à rainha de Nápoles pela aquisição de Avignon, sua futura capital, e que no ano seguinte o rei de França comprou Montpellier por 120 000 escudos (133 000 florins), ou seja menos de um sexto do montante de operações dos Bardi pela cidade mais importante do Mediterrâneo entre Marselha e Barcelona. Consideremos também que em 1360, para resgatar o seu rei feito prisioneiro pelos Ingleses na batalha de Poitiers, a França só conseguiu levantar 400 000 escudos (450 000 florins); o resgate completo nunca foi pago.

Procuremos igualmente algumas comparações no mundo do comércio marítimo. A soma desembolsada por Salimbeni em 1260 eleva-se pelo menos ao triplo do valor estimado dos bens móveis e de raiz do doge veneziano Riniero Zeno quando morreu (1268: 50 000 libras venezianas *di piccoli*). Mas essa soma é certamente inferior, e em muito, ao património de Benedetto Zaccaria, o mercador genovês já referido (falecido em 1307 ou 1308). Património variado de galés e outros navios, de minas de alúmen, de plantações de lentisco, de mercadorias de todos os géneros, de títulos de dívida pública, de edifícios, salários e pensões, sem contar com outras fontes de receita — o património de Benedetto Zaccaria não se pode avaliar com exactidão. Só as minas de alúmen da Foccea, na Ásia Menor, produziam 13 000 *cantari* (750 toneladas) por ano, num valor total de pelo menos 50 000 libras genovesas.

Estas fortunas dos Rockefeller e dos Rothschild da Itália do século XIII não têm paralelo noutros países e constituem excepção na própria Itália. Se é verdade que alguns empregados de Zaccaria participam nos lucros e recebem, por uma só viagem, vencimento superior a 100 libras, as heranças de uma quinzena de indivíduos mais humildes falecidos em serviço na Foccea, não atingem muitas vezes as 10 libras. Os feitores das companhias florentinas ganham algumas dezenas de florins por ano; os aumentos de salário que recebem de tempos a tempos suprem dificilmente a contínua subida do custo de vida. (Na ausência de estudos sérios sobre a flutuação dos preços em Itália, notemos que em Inglaterra o custo de vida quadruplicou, *grosso modo*, entre 1150 e 1325).

A situação apresenta-se pior quando se trata da pequeníssima burguesia e do proletariado. Para eles, tudo se passa como se as moedas de ouro não existissem — os genoveses cunhados pela primeira vez em Génova, os florins cunhados logo a seguir em Florença, em 1253. Bastavam-lhes os pequenos dinheiros de cobre, que mal valoriza uma fraca liga de prata, ou quando muito os dinheiros grossos de boa prata. Pouco lhes importa, atormentados como são pelos usurários, que as taxas de juro comerciais tenham baixado no decurso do século XIII, de uma média de 20-26% para uma média de 8-12%, prova da abundância particular do dinheiro e do crédito em Itália. Em Bruges, onde o crédito está tão divulgado que no final do século XIV uma pessoa em cada quarenta possuirá conta bancária própria, o juro normal mantém-se, contudo, acima de 40%. E não se cunha aí moeda de ouro. Em Nürnberg, o mais florescente centro da Alemanha do Sul, o juro legal é de 43%, mas a companhia Holzschuher empresta aos judeus a 94%.

No entanto, o proletariado urbano não está no ponto mais baixo da escala. Habitados a comer pão branco, os indigentes de Florença protestarão quando, decorrendo o ano de escassez de 1346, a Comuna lhes distribui menos de duas libras por dia. Ei-los, pois, numa situação privilegiada em relação ao camponês dos arredores, que se contenta com pão escuro!

Que benefícios é que a Revolução Comercial pode oferecer aos camponeses? Um só, talvez, mas importante: o desaparecimento quase total

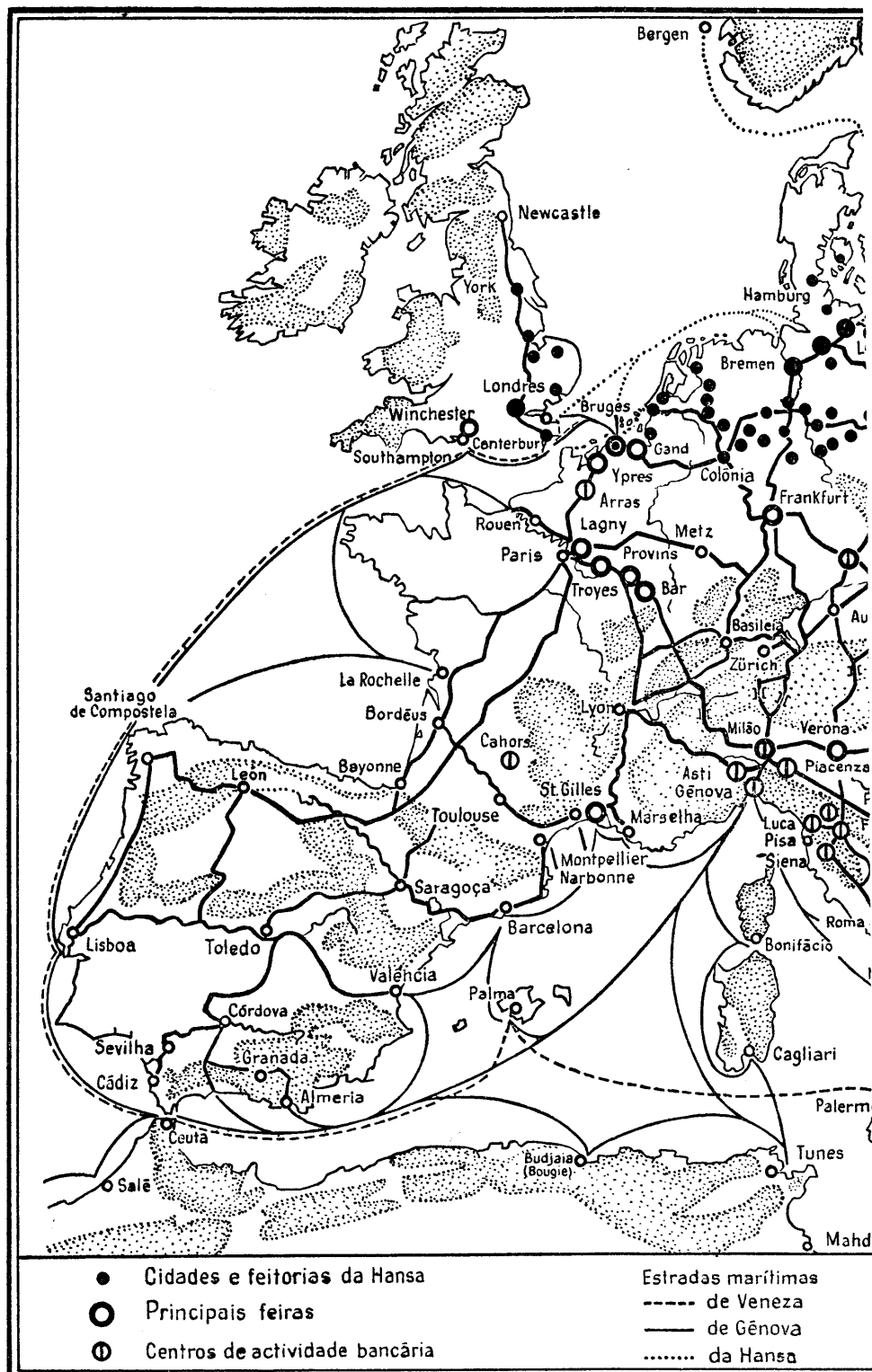
do espectro da fome. E isto, mesmo fora de Itália. Nos Países Baixos e na Alemanha, os cronistas assinalam menos de uma dúzia de fomes gerais no decurso do século XII, duas ou três somente no século XIII. O mérito pertence aos próprios camponeses e às suas colheitas; mas, de futuro, quando a colheita for má, vão-se importar cereais de países longínquos. Em 1276, a Comuna de Génova recorreu a Manuel Zaccaria para mandar vir com urgência trigo dos Balcãs, e pôde, assim, «abrir caridosamente as mãos» e alimentar uma multidão de refugiados vindos até de França. Génova, é claro, tem o mar para a servir. Mas, à falta de mar, lá estão os rios e as estradas.

Nas estradas: mercadorias e ideias

O progresso das comunicações terrestres na Baixa Idade Média deve-se medir mais pelo número de artérias do que pela sua qualidade (*mapa 19*). Nada de comparável às estradas militares de Roma, construídas sem parcimónia por um Estado que dispunha de exércitos maciços, de multidões de escravos, de camponeses sujeitos a corveias. Em contra-partida, não existe aldeia, santuário ou feira que não possua as suas vias de acesso, simples pistas traçadas na terra, ou caminhos reforçados de calhaus e de tábuas. De um centro para outro pode-se escolher entre numerosos itinerários. Esta rede compacta e elástica começou a constituir-se na era do particularismo e continua a desenvolver-se graças à iniciativa das autoridades locais, das confrarias religiosas e das associações de mercadores, raramente sob o patrocínio do governo central. Os cavaleiros medievais não necessitam de estradas pavimentadas, antes pelo contrário. Os peregrinos contentam-se com pouco. Os mercadores desejariam mais; preferem, todavia, estradas medíocres a uma calçada excelente mas dispendiosa.

Qual o itinerário mais célebre? Sem dúvida o que conduz de França ao santuário de Santiago de Compostela. Se a sua importância para a propagação de ideias religiosas, artísticas e literárias é enorme (pelo menos até princípios do século XIII), a sua utilidade económica mantém-se modesta. Pequenos burgos multiplicam-se ao longo do percurso, mas sem aumentarem; o campo que atravessa mantém-se pobre, escassamente povoado. Grandeza de espírito, pobreza de lugares e de gentes. Na própria Inglaterra do século XIV, a estrada dos peregrinos para o santuário de S. Tomás Becket atravessava uma região fértil. E contudo o fruto mais precioso colhido ao longo dessa estrada não será a obra de Chaucer, os *Canterbury Tales*?

As estradas de grande comunicação que atravessam os Alpes constituem a rede mais densa e, no conjunto, a mais proveitosa ao comércio. São alvo de cuidados especiais durante todo o século XIII. As companhias de carroceiros e almocreves que asseguram o vai-e-vem de uma extremi-



Mapa 19 — Caminhos terrestres e marítimos.



(séculos XI-XIII)

dade à outra da montanha disputam entre si os clientes, melhoram os transportes, baixam os preços. No princípio do século, a construção de uma ousada ponte abre aos animais de carga a passagem do S. Gothard; um século depois, o desfiladeiro do Septimer, vizinho de S. Gothard, tornar-se-á acessível a carroças. Mais ao norte, a cidade de Schaffhausen executará dispendiosas escavações na rocha a fim de atenuar o declive da sua estrada para Koblenz e para o baixo vale do Reno.

Sublinhemos que todas estas estradas não servem apenas ao trânsito de mercadorias. A liberdade comunal por elas passará também, nascida na planície, mas transportada para as montanhas onde encontrará os seus defensores mais fiéis. Os Suíços são hoje os únicos a considerarem-se ainda cidadãos de uma Comuna mais do que de um Estado nacional.

O nó de estradas mais importante, a norte dos Alpes, não se situa na Helvécia mas nas planícies abertas da Champagne. Aqui, ao longo do eixo que une as duas regiões economicamente mais avançadas da Europa (a Itália e a Bélgica) desembocam as estradas vindas dos vales do Ródano e do Reno e passa o Sena com os seus principais afluentes. A catedral de Reims serve de cenário à coroação dos reis de França. A Corte de Troyes, vêmo-la por detrás dos poetas reunidos primeiro em torno da condessa Maria de Champagne, filha de Aliénor da Aquitânia, depois em redor do extravagante e simpático Thibaut IV, poeta ele próprio. Uma constelação de centros menores produz lãs e linhos célebres. Mas muito mais célebres ainda são as feiras que, convocadas seis vezes por ano nas quatro cidades vizinhas (Provins, Troyes, Lagny, Bar-sur-Aube), duram, na realidade, quase todo o ano. Sucodem, no século XII, a outros mercados que haviam florescido, mais modestamente, nessa mesma região, nas épocas românica e carolíngia. Vão permanecer por muito tempo, como a charneira viva das trocas entre a Europa do Sul e a Europa do Norte, digamos, durante quase todo o século XIII até ao momento em que a vitória definitiva das rotas unicamente marítimas do Mediterrâneo ao mar do Norte as condenará à decadência e ao desaparecimento.

A feira: oásis de paz e campo de experiências

Feiras internacionais de Champagne, feira de Saint Denis, de Bergen-op-Zoom, de Colónia, de Salónica; mercados regionais organizados em centenas de centros urbanos (*fig. 57*); reuniões anuais de vendedores ambulantes, peregrinos, camponeses e basbaques, efectuadas em milhares de aldeias por ocasião da festa de um santo: eis um mundo de trasbordante actividade, sobre o qual apenas de relance daremos uma olhadela. O seu papel primordial na ausência de uma cidade propriamente mercantil, diminui com o correr dos anos e com a difusão da economia comercial, mas conserva, não obstante, relativa importância.

Durante a era bárbara e nos alvares da época feudal, nos tempos difíceis para o comércio e para os mercadores, o principal atractivo da feira estava, sem dúvida, na «paz do mercado». Aos que frequentavam a sua feira, o senhor do lugar prometia protecção contra as rapinas e agressões do exterior, poupando-lhes igualmente as suas próprias

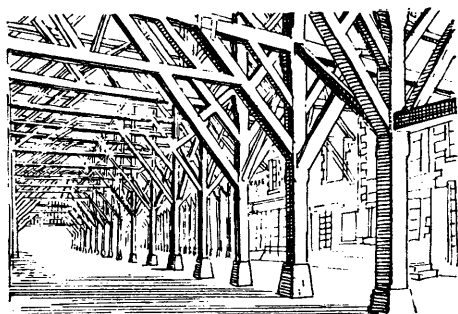


Fig. 57 — Mercado coberto (praça) de Evron (Mayenne, França), inteiramente de madeira, 1350

«vexações» habituais. À frente dessas vexações figuravam a *aubaine* (confisco dos bens do mercador se vinha a morrer em terra estranha) e a *représália* (confisco dos bens, por vezes prisão, dos concidadãos daqueles que não cumpriam as suas obrigações). Geralmente, o senhor oferecia também condições alfandegárias favoráveis, alojamentos, armazéns, moedas expressamente cunhadas, a autorização de se usar uma jurisdição especial, expeditiva. Não sem um certo desprezo por aqueles que os frequentavam, a Inglaterra chamava a esses tribunais mercantis «Tribunais dos pés sujos de pó», definição válida para os mercadores ambulantes, mas inaplicável a grandes comerciantes, tais como os italianos, habituados a exigir um banho público em cada

uma das suas colónias. Símbolos concretos serviam por vezes para assinalar e dramatizar a «paz» do mercado: a cruz edificada há mil anos e erguendo-se ainda na praça do mercado em Trier (fig. 58) ou a pedra colocada em 1111 sob o pórtico da catedral de Lucca, transmitindo até nossos dias a promessa dos cambistas e vendedores de especiarias de nunca cometerem «roubos, fraudes ou falsificações» no mercado de S. Martinho.

No século XIII, o comércio a longa distância já não se parecia com a actividade quase anormal que era preciso isolar e proteger num círculo limitado de espaço e tempo. Isto não obsta a que certos entraves tivessem subsistido em vários países. Explicam-se em parte por uma persistência de mentalidade feudal, sobretudo pelo ciúme da nova classe de mercadores locais: Para eles, qualquer habitante de outra cidade era considerado estrangeiro. Assim, em Inglaterra, precisava-se de licença especial para uma estadia superior a quarenta dias, um acto de naturalização para transpor as barreiras do protecção municipal e da fiscalidade régia. Em numerosas cidades alemãs, o estrangeiro era excluído do comércio a retalho e confinado em edifícios sob a vigilância de autoridades. Mesmo em centros importantes, como Paris e Barcelona, os obstáculos não faltavam. Embora as luzes económicas dos soberanos não tivessem sido suficientemente fortes para lhes permitir a formulação antecipada de uma doutrina «protecçãoista» ou «mercantilista», sabiam já o bastante para utilizar em benefício próprio proibições e licenças de importação e exportação. A Inglaterra tinha a sua política da lã, como a Noruega a sua política da madeira e a Sicília a sua política dos cereais.

Só nas Comunas italianas, «belgas» e provençais é que um liberalismo económico instintivo correspondia à liberdade política e social. Quase

todos os obstáculos ao comércio tinham aí desaparecido e em quase todas as cidades. Elaborada para os mercadores, a legislação mostrava-se expedita. A *aubaine* era considerada como um costume para bárbaros e feudais; a *represália* resolvia-se normalmente por via legal. Os mercadores estrangeiros, não se apresentando como concorrentes perigosos, gozavam de uma liberdade de permanência e de comércio quase ilimitada. A indústria hoteleira, muito desenvolvida, fazia por os alojar em qualquer momento. As feiras, quando se realizavam, tinham por fim único sugerir locais e datas favoráveis: a chegada dos comboios do Levante a Veneza, a chegada dos comboios para a Flandres a Bruges... Para atrair os compradores, não se outorgavam privilégios especiais, mas havia uma organização comercial prática.

As feiras de Champagne ofereciam aos mercadores originários de países mais liberais a eficiência da sua organização; aos mercadores de países menos liberais, a liberdade do seu mercado. O viajante moderno, ao olhar para a praçazinha de Saint-Ayoul, em Provins, a custo crê que os produtos de toda a Europa e de regiões mais longínquas ainda houvessem podido empilhar-se em espaço tão reduzido. De facto, uma amostra bastava para grande parte da mercadoria: tecidos de dimensões e qualidades standardizadas, e ainda por cima garantidos pelos selos de cidades famosas, ou especiarias conhecidas, cujo perfume, cor e consistência denotavam a origem e qualidade. O resto esperava em armazéns ou expedia-se por encomenda. A casa-mãe de uma grande companhia de Siena recebia todas as semanas dos seus correspondentes na Champagne uma lista dos preços correntes, um apanhado das notícias comerciais e políticas, um relatório das suas próprias transacções.

Estas realizavam-se geralmente sem entregas de dinheiro, por simples transcrição e compensação nos registos da feira. O débito ou o crédito em suspenso no balanço podia ser transportado para a próxima reunião mediante um documento escrito (letra de feira). Contratos de câmbio permitiam tornar extensiva a zona de crédito a todos os países em que o mercador tinha correspondentes e davam por vezes lugar a especulações ousadas sobre as divisas.

As feiras de Champagne e, mais tarde, o mercado permanente de Bruges serviram de capitais comerciais à Europa e contribuíram, em certa medida, para propagar uma técnica económica uniforme, baseada no em-



Fig. 58—A Cruz do Mercado em Trier (958), o monumento mais antigo ainda existente no próprio local de um museu medieval (Alemanha)

prego da escrita, da contabilidade e do crédito. Mas o diferente grau de preparação e de agilidade mental dos homens que aí se encontravam cavou mais profundamente ainda, ali como em outros lugares, o fosso entre conservadores e inovadores.

6. A CARNE E O ESPÍRITO

Os novos métodos auxiliaram os Italianos a tomar a dianteira num campo em que, antes do século XIII, nunca se haviam distinguido: o do empréstimo, do câmbio, da banca. Campo muito vasto, diversificado, incluindo quer o sórdido penhorista quer o mais respeitável agente de câmbio, o humilde banco de depósitos e transferências ou as grandes companhias de mercadores-banqueiros internacionais. Os especialistas neste género de negócios são também de múltiplas origens: judeus presentes em todas as cidades e povoados, prontos a acorrer onde se abra nova saída para o comércio de dinheiro, cambistas de Montpellier e de Maiorca, ricos usurários de Arras e de Cahors, homens de negócios ingleses como os De La Pole... Os Italianos dispõem contudo de um trunfo próprio: o apoio do papa. A Santa Sé servia-se deles para exigir e receber tributos em todos os países católicos, da Terra Santa à Gronelândia, e para expedir por todo o mundo dinheiro, mercadorias e correspondência. Os banqueiros italianos constituíam pois uma espécie de segunda burocracia, indispensável a uma Igreja universal. Não pediam comissões de monta, mas estavam certos de poder contar com os bons ofícios do Sumo Pontífice — por vezes mesmo com a terrível arma da excomunhão — quando se esgotavam os outros meios de serem reembolsados de uma dívida, ou quando um soberano ameaçava de os onerar com um imposto exorbitante, ou até com um decreto de expulsão.

Uma obsessão: o problema do juro

Apesar disso, os papas eram os primeiros a condenar o empréstimo a juros e essa condenação servia de pretexto a recusas de pagamento, à extorsão, à expulsão. O dinheiro não se gasta com o uso e não pode dar frutos; a um irmão que o pede, é necessário emprestar gratuitamente, por amor de Deus; os usurários agem, pois, contra a natureza e pecam contra a caridade. Ideias estas que a moral católica herdara da filosofia grega e da ética judaica, nascidas uma e outra em meios desfavoráveis aos mercadores e sobretudo preocupados com o que hoje chamamos usura, o empréstimo aos pobres e aos pródigos. Na época do despertar económico, a Igreja não tinha ainda conseguido libertar-se da sua própria doutrina,

¶ Vñ oratio dñi nři voce pxi misa tñ ad

JUSTICE OF THE PEACE

OINVSAST

RRASZCESSA

ERNESTO IFFICA

RETVRIE

POSTMOEŮNOE-DIXEN



distinguindo entre usura e juro comercial. E por isso os prestamistas que temiam o julgamento de Deus e o dos homens recorriam a todas as espécies de compromissos.

Deixemos às obras especializadas o trabalho de os descrever um por um. As soluções mais satisfatórias eram os contratos em que o empréstimo se ligava à relação de sociedade de negócios ou de participação nos riscos, como no caso do antiquíssimo *foenus nauticum* (empréstimo marítimo) ou do mais recente *cambium traiecticum* (contrato de câmbio a distância); mas semelhantes contratos nem sempre eram aplicáveis, nem sempre inatacáveis. As mais engenhosas dessas soluções, e as mais transparentes também diante dos tribunais e da consciência dos que a elas recorriam, eram fórmulas englobando num «empréstimo gratuito» um juro dissimulado sob uma ou outra forma. E no fim, o remédio último, como em relação aos outros pecados, consistia no arrependimento à hora da morte e na restituição aos devedores, aos pobres e à Igreja — restituição geralmente limitada a uma oferta simbólica.

Por seu turno, a Igreja fechava de bom grado os olhos, aplicando quanto aos usuários o mesmo critério que aos pecadores da carne: o de não perseguir a fornicação em si mas a sua manifestação pública, a prostituição; não o juro em si, mas a gestão de uma loja de usura reconhecida como tal. A doutrina persiste. A prática, quer dizer a vida, encontra inúmeros compromissos mais ou menos legítimos que apenas são atacados nas suas formas mais manifestas e só perturbam a maioria dos crentes à hora da morte.

Ao redigir o seu testamento, Vita Rastić, mercador de Ragusa (Dubrovnik) põe de parte uma soma de 35 libras «pelos haveres mal adquiridos, pois parece-me que tendo sido mercador, não é possível que não haja adquirido mal alguns haveres». Nos seus livros de contabilidade, a companhia florentina dos Bardi tinha uma conta pessoal em nome do «Senhor Deus», e creditava-O escrupulosamente com a sua parte dos lucros: dividendo que revertia a favor dos pobres.

Semelhantes exemplos ilustram a profundidade e sinceridade da fé do mercador medieval, mas também a sua firme intenção de não deixar a religião receber mais do que a parte que justamente lhe cabe dos lucros. Para o homem de negócios a fé era uma companheira preciosa, indispensável; mas não o dominava.

Religião absoluta ou religião de compromisso

Homens de negócios houve para quem uma religião tão compartimentada não satisfazia, e que distribuíram a totalidade dos bens pelos pobres — uma maneira de os investir no Paraíso. Assim fez, cerca de 1170, o mercador lyonês Pedro Valdo; os Valdenses, que lhe devem o nome, espalharam-se pelas cidades comerciais da planície antes de serem obrigados pelas perseguições a buscar refúgio nas montanhas do Piemonte. O mesmo sucedeu, um pouco mais tarde, com o filho do mercador Pedro Bernardone de Assis, o futuro S. Francisco. As três ordens por ele fundadas não se encerraram em conventos isolados, como tantas outras ordens monásticas da

Alta Idade Média; não se dedicaram também ao melhoramento das terras, à colonização agrícola, como os Cistercienses e outras ordens religiosas nascidas no princípio da Baixa Idade Média. Os Franciscanos inseriam-se no cerne da vida urbana. Também a Ordem dos Dominicanos se mostrou essencialmente urbana, embora o seu fundador não fosse mercador nem filho de mercador. Esta nova orientação da vida monástica no século XIII indica não apenas que as cidades começavam a contar mais do que o campo, mas também que o moinho místico encontrava grão, e bom grão, na burguesia. À imagem das famílias nobres, as grandes famílias burguesas iriam dar à Igreja ascetas, padres, papas e santos.

Mesmo aqueles que preferiam cortejar a Riqueza a desposar a Pobreza estavam longe da irreligiosidade. Dante, por muito laico e burguês que fosse, deixou-nos a mais empolgante evocação do Inferno e do Paraíso. No seu justificado terror do Inferno, Baudes Crespín, famoso usurário de Arras, a quem todas as comunas da Flandres deviam, quis ser enterrado com o hábito beneditino. No seu epitáfio encomenda a alma às orações dos humildes «assalariados e obreiros». Contrição tardia, verdade seja. Mas que dizer de Benedetto Zaccaria, esse homem de negócios ávido no ganho, que interrompeu o bloqueio de Sluys e de Bruges, do qual poderia tirar grandes vantagens como almirante e mercador, para assumir o comando de uma cruzada com vistas a reconquistar a Terra Santa? A expedição devia contar entre os combatentes numerosas damas da aristocracia mercantil de Génova. Infelizmente, o papa Bonifácio VIII proibiu aos cruzados que tirassem qualquer vantagem pessoal das suas eventuais conquistas; a expedição dissolveu-se, prova evidente de que a fé mais sincera não se dissociava de certas considerações práticas.

As artes, as ciências e o útil

Semelhantes considerações revelavam-se frequentemente nas doações de mercadores com o fim de encomendar a alma a Deus e a memória à posteridade. Doaram igrejas, capelas e vitrais, exactamente como os nobres, mas as suas preferências iam para as obras pias que directamente servissem os pobres e a comunidade. Não há, por assim dizer, testamento genovês que não inclua um legado para as obras do porto. Em Veneza, Pedro Orseolo, doge e mercador, fundara um hospício já em 977. Em Gand, em 1200, a família Uten Hove fundou um hospital, cuja imensa sala central é ainda hoje o centro do maior hospital da cidade. Arras, nos princípios do século XIV, contava pelo menos 23 hospitais, leprosas e asilos para indigentes — com capacidade talvez para umas 1 000 pessoas no total —, todos eles fundados por burgueses. E a cidade inteira, nesse momento, não podia ter mais de 20 000 habitantes.

As formas vigorosas da architectura românica, como as formas ousadas da architectura gótica encontraram novas aplicações nesses edificios, nas pontes, aquedutos, fontes e outras obras de utilidade pública, muitas ainda hoje utilizadas (*extra-texto 26*). A estas fórmulas experimentadas vieram juntar-se novos temas sugeridos pela imaginação dos escultores e dos pintores.

O espírito prático, enobrecido pelo ideal sem nele se perder, anima toda a vida urbana do século XIII. Não esquecendo nunca «a Balança onde será pesado», o mercador ajusta a sua própria balança, acerta os seus próprios cálculos e compõe por fim os seus «livros de razão» segundo uma técnica que ficaria insuperada mesmo na nossa era calculadora e racionalista: a contabilidade em partidas dobradas. Para melhor avaliar mercados e mercadorias, estuda aritmética, geografia, cartografia, astronomia e ciências naturais.

Esses conhecimentos acumulados representam outras tantas conquistas para a cultura da Europa. Os tratados de Leonardo Fibonacci de Pisa, mercador e filho de mercador, são o ponto de partida da ciência matemática moderna. Marco Polo, «homem universal» como nenhum outro, traz das suas viagens de negócios riquezas culturais muito mais preciosas do que as mais belas sedas da China. Profeticamente dedicado a «imperadores, reis, duques e todas as outras gentes», o seu livro de aventuras vividas tomará o lugar dos romances de Chrétien de Troyes: será a obra profana mais lida e difundida em toda a Europa.

Já o Renascimento?

Tudo isto não é ainda o Renascimento, mas sugere-o de mil maneiras. Não se põe a questão, é certo, da arte pela arte, nem de preferir o pagão Augusto ao cristão Justiniano. Mas uma lufada de classicismo perpassa pelas cidades italianas e escorraça algumas nuvens. S. Francisco tem os olhos abertos para as belezas desta terra, para os «frutos variados, flores multicolores e relva». A poesia dos burgueses põe pela primeira vez em cena o homem vulgar, dotado de um coração invulgar. Com efeito, o Amor com maiúscula que os poetas provençais e os seus imitadores haviam reservado aos nobres, torna-se na poesia bolonhesa e florentina do *Dolce Stil Nuovo* apanágio do «coração gentil». Ora, o coração gentil não se herda de pai para filho, forma-se por um refinamento progressivo da sensibilidade e das boas maneiras urbanas. Como se quisesse confirmar este veredicto, um poeta espanhol, iniciado na cavalaria em França e na Alemanha, declara pretender aperfeiçoar-se na «Lombardia», quer dizer na Itália das cidades.

É certo que estas cidades não igualam o poderio militar da Roma imperial de outrora, nem a população das metrópoles chinesas que Marco Polo descreve maravilhado. Mas ultrapassam essas cidades orientais no seu espírito de independência e de iniciativa, como ultrapassam Roma pela solidez

das suas finanças. Talvez o Império Romano tivesse podido sobreviver às grandes invasões se houvesse empregado, para fazer face às suas despesas extraordinárias, o meio descoberto pelas comunas do século XIII: a dívida pública consolidada.

Orgulhosos do seu poderio material, da sua cultura e da sua força, os nobres-mercadores permitem-se doravante olhar do alto para o mundo dos fidalgos de província e dos camponeses. As aparências dão-lhes razão. Nos fins do século XIII, no princípio do século XIV, a mais poderosa monarquia da Europa, a França, confiava o comando da sua esquadra a almirantes italianos (1), punha bêteiros genoveses nas primeiras linhas do seu exército e entregava a financeiros florentinos a administração do seu tesouro.

Mas, por muito pleno de vida que seja, o dinamismo da burguesia não basta para sublevar e para arrastar a massa dos camponeses e dos seus patrões. O futuro político da Europa não se decidirá apenas nas cidades livres, mas sim nas monarquias feudais e contra a liberdade urbana.

(1) Assim também Portugal (N. T.),

AS NAÇÕES ADOLESCENTES

1. CIRCUITO PELA EUROPA: REIS, LÍNGUAS, NAÇÕES

«**A** I FLORES, *ai, flores do verde pino, — se sabedes novas do meu amigo? — ai, Deus, e u é?* — *Ai, flores, ai flores do verde ramo, — se sabedes novas do meu amado? — ai, Deus, e u é?*». Assim começa, com um suspiro, o mais atraente dos poemas líricos (uma centena ou mais) compostos por D. Dinis, o Lavrador, rei de Portugal (1279-1325). Como bom nobre, D. Dinis era versado no «modo provençal», mas as suas poesias inspiravam-se sobretudo em temas populares e cantavam-se em melodias tradicionais, que brotaram da dupla fonte do canto árabe e do canto gregoriano. Não se contentou com ser poeta: dirigiu a adaptação e a tradução para português de toda a espécie de obras históricas, teológicas, jurídicas e didáticas, escritas em outras línguas românicas, em latim, em árabe e em hebraico; finalmente, exigiu que o português fosse usado como língua oficial.

O caso do rei D. Dinis nada tem de excepcional. Nessa primavera exuberante das literaturas nacionais da Europa, a grande família dos monarcas do século XIII mostra-se particularmente fecunda. O avô materno de

D. Dinis, Afonso X de Castela, deixara volumosa produção, emanada directamente dele ou executada sob as suas ordens: em galego, um ciclo de cantares sobre os milagres da Virgem e poesias profanas; em castelhano, alguns versos de amor, uma série de crónicas, livros de astronomia e de ciências naturais e uma monumental enciclopédia jurídica (*Las siete partidas*), traduzida mais tarde para português por D. Dinis. Frederico II, rei da Sicília e imperador, primo da mãe de Afonso X, foi o autor não só de um bom tratado sobre caça com falcão e os costumes das aves, mas também de várias obras em latim e, em italiano, de poesias cantando o amor etéreo: ele, o homem de apetites insaciáveis e de inúmeras aventuras! Três dos seus filhos ilegítimos versificaram igualmente em italiano: Enzo, rei da Sardenha, Manfredo, rei da Sicília e Frederico de Antioquia; o seu chanceler Pier delle Vigne e outras personagens da Corte seguiram-lhe o exemplo. Por seu lado, o cruel Henrique VI, pai de Frederico II, escrevera, ou pelo menos assinara, alguns poemas de amor à maneira provençal, em alemão; outros dois poemas, na mesma língua, atribuem-se a Conradino, o romântico neto de Frederico. Mesmo os soberanos pouco dispostos a perder tempo com folganças literárias, como Jaime I de Aragão (sogro de Afonso X) e Luís IX de França (filho de Branca de Castela), ditaram obras didácticas: Jaime, uma crónica do seu próprio reinado, em catalão, Luís, um breve manual de «Ensinamentos» morais para o herdeiro do trono, em francês.

Em Portugal

Na realidade, mesmo quando o tema se mostrava frívolo, essa literatura não era um simples passatempo. Ajudava os soberanos a identificarem-se com a própria nação, a entabularem um diálogo em certa medida mais íntimo com aqueles dos seus súbditos que podiam atingir. D. Dinis assinalou-se entre todos os reis: era, no seu país, o maior poeta do tempo; as suas iniciativas culturais iam desde cançonetas perfeitamente acessíveis ao povo, à fundação da primeira Universidade portuguesa.

As actividades do rei lavrador não se limitaram ao campo literário. Embora não travasse nenhuma batalha, as suas vitórias pacíficas tornam-no o terceiro fundador da nação, depois do primeiro Conde e do primeiro Rei. Reivindicar a autoridade do Estado face à Igreja, obrigar os nobres e os conselheiros municipais a partilhar a responsabilidade do governo, favorecer a agricultura e o comércio, tais foram as linhas mestras de um programa que, mesmo não sendo novo, nem por isso deixou de ser realizado com nova energia.

D. Dinis fundou dezenas de castelos e de aldeias, outorgou liberalmente o direito de fazer feiras, confiscou grandes domínios e redistribuiu-os por quem se compromettesse a cultivá-los. Para vencer a repugnância de uma nobreza propensa a só respeitar o mester das armas, declarou que qualquer pessoa se podia dedicar à agricultura sem perda de dignidade. Para assegurar aos estaleiros navais os materiais de construção indispen-

sáveis mandou plantar na região de Leiria o pinhal ainda hoje aí existente; é nele que faz pensar o «verde pino» a quem a jovem da cantiga confia as suas angústias.

Unificado desde então no interior de fronteiras quase idênticas às de hoje, Portugal só pelo mar podia engrandecer-se. Numa época em que a importância de Portugal era ainda modesta relativamente ao comércio internacional, D. Dinis mandou vir de Génova o almirante Manuel Pessanha; sob a sua direcção, a frota portuguesa começou lentamente a encaminhar-se para o seu glorioso destino (*extra-texto* 27, p. 338) (1).

Aragão e Catalunha

Êxitos mais espectaculares, mais rápidos, ainda que menos duradouros, foram alcançados no litoral oposto da península ibérica por Jaime I (1213-1276) e Pedro III (1276-1285). Duas regiões, profundamente diferentes uma da outra pelo nível económico e cultural, obedeciam-lhes: a Catalunha, com língua própria, aparentada com o provençal, e o Aragão, onde se falava um dialecto semelhante ao castelhano.

Aragão dava o nome ao reino, mas, como o pequeno reino vizinho de Navarra, era um país atrasado: nobreza turbulenta, povo de serranos e de camponeses pobres. Para ocidente e para sul, as vias de expansão do Aragão propriamente dito estavam bloqueadas por Castela; do lado do norte, as ambições aragonesas no Languedoc acabavam de desmoronar-se com a batalha de Muret. Ao longo do litoral catalão, pelo contrário, as cidades eram numerosas e largos os horizontes.

Jaime I confiou no espírito de aventura da pequena nobreza e da burguesia nascente da Catalunha, e ganhou.

As Baleares, Valência e outras províncias litorais, arrancadas aos Muçulmanos e colonizadas pelos seus súbditos, aumentaram em metade a superfície do reino. Pedro III, por sua vez, assenhoreou-se da Sicília, revoltada contra Carlos de Anjou; em seguida repeliu o rei de França que invadira a Catalunha para vingar o angevino. Doravante o reino de Aragão era uma grande potência.

O seu desenvolvimento não estacou com a morte de Pedro III. Jaime II ocupou grande parte da Sardenha e, com menos êxito, tentou conquistar a Córsega. Uma companhia de soldados aventureiros catalães fundou um Estado independente na Grécia, pondo-o sob a protecção dos reis de Aragão. No entanto, em Barcelona e nos outros portos catalães, a cultura literária requintava-se, os métodos comerciais não ficavam atrás dos da Itália. Pareceu, durante alguns anos, que Barcelona ia eclipsar Génova e Veneza. Independentes, estas deviam abrir caminho por si próprias; pelo contrário, as cidades catalãs fruíam o apoio armado da nobreza terratenente e a benevolência do rei, disposto a promulgar decretos proteccionistas e a pôr os seus agentes diplomáticos ao serviço dos mercadores.

Mas a independência possui também as suas vantagens. As cidades catalãs sucumbiram, como por contágio, à inércia do reino no qual se integravam. O reino compunha-se quase inteiramente de províncias rurais onde uma aristocracia improdutiva reinava sobre uma massa de servos. Os seus portos constituíam simplesmente a fachada de mármore de um edifício de barro.

(1) Embora seja esta a interpretação do papel do Genovês aceite mesmo pelos historiadores portugueses, não pode facilmente transitar em julgado: esse papel foi bem mais restrito. Veja-se V. M. Godinho, *A economia dos descobrimentos henriquinos*, pp. 33-4. (V. M. G.)

Na Boémia

Outro reino bilingue do século XIII, a Boémia, elevou-se de um salto à categoria de grande potência sob o impulso de um soberano ambicioso e inteligente. Distinguiu-se dos outros estados eslavos porque se inseria completamente no império germânico, embora conservando ao mesmo tempo o seu carácter fundamentalmente tcheco (fig. 59).



Fig. 59 — Quatro justos boémios, na Cidade de Deus, cerca de 1200. Pormenor de uma iluminura. Praga, Biblioteca do Capítulo de S. Guy, Ms. A. 7, fl. 1 v. (Tchecoslováquia)

novos surtos das cidades, reforçaram o elemento germânico. Contrapunha-se-lhe, porém, a nobreza tcheca. As duas culturas encontraram a sua expressão, uma no lirismo dos *Minnesinger* (poetas alemães da Escola provençal), a outra nas epopeias e nos poemas históricos em tcheco. O latim, língua oficial e literária, servia de ponte entre os dois povos. Foi em latim que se redigiram os mais importantes documentos, tais como a crónica nacional boémia de Cosme (século XII) e as leis sobre as minas, em 1249 e 1300.

Sobre estas bases, o rei Przemysl Ottokar II — cujo próprio nome era meio tcheco, meio alemão — quis edificar com rapidez um grande Estado. Não lhe faltavam, nem o talento militar, nem a habilidade diplomática, nem os recursos financeiros. Aos territórios hereditários da Coroa da Boémia, acrescentou a Áustria, a Estíria e a Caríntia, expandindo-se até ao Adriático. Em 1256, solicitado o seu voto para decidir a escolha de um novo imperador, manobrou no sentido de lançar um contra o outro dois rivais na esperança de ser ele próprio a recolher os sufrágios. Se a sua manobra houvesse resultado, teria podido surgir um império eslavo-germânico em substituição do império romano-germânico então moribundo. Mas a manobra fracassou. Após um longo interregno, o trono coube em sorte a um rude fidalgo das colinas suíças e alsacianas que a ninguém fazia sombra, Rudolfo de Habsburgo. Essa mesma obscuridade ajudou Rudolfo a coligar contra Przemysl os numerosos príncipes alemães que temiam os empreendimentos do rei da Boémia e cobiçavam um ou outro dos seus territórios. O rei da Hungria aderiu à coligação. O soberano tcheco apelou, tarde demais, para a solidariedade eslava, em termos de estranha ressonância moderna: «De todas as nações do mundo, a nação polaca é a mais semelhante à nossa. Ligam-nos a língua, as origens, o sangue e a vizinhança. Se sucumbirmos, as goelas insaciáveis dos Alemães abrir-se-ão ainda mais e a sua cupidez destruidora atingirá também o vosso país!» Entalado entre Alemães e Húngaros, Przemysl

foi vencido e morto em 1278. Os territórios austríacos passaram para Rudolfo de Habsburgo: origem quase fortuita da identificação dessa família com os destinos da Áustria.

Perdidas todas as esperanças de expansão para ocidente, os primeiros sucessores de Przemysl voltaram-se para a Polónia e a Hungria, tanto uma como outra fora dos limites do presente volume. Verdade seja que, mais tarde, a Boémia e o Império haveriam de reunir-se politicamente sob um único soberano; mas a fusão moral, que mal se começara a esboçar e se interrompera depois no século XIII, jamais se realizou. No interior do reino boêmio, maioria eslava e minoria alemã iriam defrontar-se com crescente desconfiança, combater-se, procurando destruir-se reciprocamente. Em nossos dias, o nó górdio foi tragicamente cortado pela expulsão das minorias.



Fig. 60 — Przemysl, fundador do estado da Boémia, tirado ao seu arado para ir ocupar o trono. Fresco da rotunda de S.^{ta} Catarina, em Znojmo (Tchecoslováquia), princípios do século XII

Nos países célticos

Na extremidade oposta da Europa católica, em contrapartida, a ingerência de uma cultura estrangeira ajudou a Escócia a encontrar a sua identidade nacional. Para compreender este paradoxo, é preciso recordar que a base da população era de origem gaélica dispar, anárquica como todas as sociedades primitivas celtas. Para governar, os reis celtas viam-se obrigados a procurar colaboradores e modelos fora do seu próprio país. O continente estava distante demais, a Escandinávia era inimiga e não mais avançada que a Escócia. Restava a Inglaterra, nem sempre hostil apesar das frequentes disputas a respeito de uma fronteira ainda flutuante.

Macbeth, o sinistro herói da tragédia shakespeariana, surge-nos na luz indecisa de uma história mal conhecida. É o último campeão do Norte, de um Norte mais fechado a influências estranhas e, ao mesmo tempo, menos inacessível às simpatias escandinavas. Desde a subida ao trono de Malcolm III, filho de Duncan e assassino de Macbeth (1057-1093), a influência cultural inglesa, reforçada pela imigração pacífica de eclesiásticos e de nobres anglo-normandos, começou a afirmar-se nas «terras baixas» do sul da Escócia e a estender-se para o norte, mais pobre e mais agreste. No século XIII, a anglicização superficial do país era um facto consumado. O direito canónico inglês e romano, a legislação feudal e real da Inglaterra haviam quase que inteiramente suplantado os costumes dos Celtas. O povo falava ainda gaélico, mas a burguesia e as classes superiores tinham adoptado um inglês cujas sonoridades mais ásperas mal se coloriam de dialecto escocês.

Foi nesse dialecto que um obscuro poeta chorou a morte do último rei da dinastia gaélica, Alexandre III (1241-1286). A ordem que fez reinar, a paz e a prosperidade do reino, o tratado que assinou com o rei da Noruega pelo qual voltavam à posse da Escócia as Hébridas e a ilha de Man, concedem a Alexandre um lugar na galeria dos grandes reis do século XIII. Mas depois da sua morte, a Inglaterra fez valer as velhas reivindicações de soberania sobre toda a Grã-Bretanha. Na longa guerra que sobreveio, a bravura de Wallace, dos Bruce e dos seus partidários salvaguardou a independência do reino escocês. Entre as nações célticas, só a Escócia se mostrou assim capaz de resistir a um inimigo mais forte do que ela, falando a mesma língua, mas essencialmente diferente nas suas raízes profundas.

O exemplo escocês permaneceu único. Enquanto certos temas literários célticos percorriam a Europa católica, enquanto a fina flor da poesia oral céltica, antiga e recente, era enfim compilada nas coleções manuscritas irlandesas e galesas, a independência dos Celtas agonizava. Há muito que fora incorporada no Estado inglês a Cornualha do «Rei Artur». No País de Gales, último refúgio da sociedade gaélica tradicional, a estrela dos príncipes de Gwynedd resplandeceu momentaneamente com Llewelyn «o Grande» e, mais tarde, com outro Llewelyn (1246-1282). Mas não passaram de esplendores fugidios, devidos sobretudo a crises internas do reino inglês. Finalmente Eduardo I de Inglaterra destruiu o principado céltico, transformando-o em apanágio do herdeiro do trono inglês. As tribos galesas puderam considerar-se felizes por conservar ampla autonomia e o uso das suas leis e dialectos locais.

Os Celtas teriam podido organizar melhor a defesa no quadro mais vasto da Irlanda. De facto, entre 1315 e 1318 pareceu que a ilha encontrara a sua unidade nacional sob a direcção desse Roberto Bruce, rei da Escócia, que em 1314 esmagara os Ingleses em Bannockburn. Mas Eduardo Bruce foi derrotado e morto. Os chefes irlandeses perderam-se de novo nas suas discórdias internas. Os Ingleses retomaram a avançada, frequentemente difícil, mas, com o tempo, irresistível.

Da Islândia à Finlândia

Outra ilha, orgulhosa da sua literatura, mas desesperadamente pobre e dilacerada por lutas internas — a Islândia — vira-se obrigada a abdicar, desde 1262, da sua independência a favor do rei da Noruega. Os Suecos haviam-se imposto na Finlândia alguns anos antes. Mais a sul estendia-se um vasto cemitério de nações abafadas pela conquista alemã antes mesmo de terem podido pronunciar-se: Estónios, Letónios, Prussianos, Eslavos da Pomerânia...

Os Prussianos desapareceram, deixando apenas a lembrança da sua barbárie e o nome de uma província; Letónios, Estónios e Finlandeses conservaram a sua identidade em tradições populares, como as interessantes lendas épicas finlandesas que, nos tempos modernos, se reuniram sob a designação de *Kalevala*.

Pode perguntar-se que contributos trariam esses povos à Baixa Idade Média se não tivessem sido reduzidos ao silêncio. Mas no século XIII não havia lugar para povos sem chefes, sociedades desorganizadas, economias e culturas retardatárias. As nações que desapareceram foram destruídas, não tanto pelas armas dos conquistadores, mas antes pela Revolução Comercial e pelo renascimento intelectual do Ocidente. Foram vítimas do progresso, por vezes cruel.

Dois grandes reis: o céptico e o seráfico

Em contra-partida, o progresso multiplicou as forças das nações que o acolheram no momento propício e fez surgir soberanos enérgicos, mesmo em Estados de segunda ordem: Haakon IV e Magno VI na Noruega (*fig. 40*, pág. 193), Valdemar II e Erico Menved na Dinamarca, Ladislau o Breve na Polónia, Béla IV na Hungria, Manfredo e Carlos de Anjou na Sicília, o conde Floris V na Holanda, o Regente Birger na Suécia... Mais poderosas, a Castela, a Inglaterra e a França possuíram chefes mais célebres ainda; enquanto papas enérgicos governavam a Igreja. Dois monarcas se destacam particularmente de todos os outros. Impressionaram profundamente os contemporâneos e a posteridade, um pelas suas virtudes angélicas, o outro pelos seus diabólicos talentos: Luís IX de França, «S. Luís» (1226-1270) [*fig. 61*], e Frederico II, imperador e rei da Sicília, «o pasmo do mundo» (1197-1250) [*fig. 62*].

Pelo desejo de evocar antes César do que Carlão Magno, pela curiosidade universal e pelo racionalismo calculista, Frederico pode parecer um precursor do Renascimento. Quer se trate de política, legislação ou arte, esforça-se por repelir a herança bárbara e a tradição feudal, para melhor se aproximar da antiguidade clássica romana. Todas as ciências o interessam, atraem-no todas as culturas. Embora o seu nome não esteja ligado a nenhuma descoberta original, tem a paixão de aprender, de observar, de experimentar. Pelo estudo da filosofia, pela prática da diplomacia, pelos numerosos contactos com cristãos não



Fig. 61 — Retrato de S. Luís, segundo uma miniatura executada cerca de 1320. Archives Nationales, JJ 57 (AE II 327). Musée de l'Histoire de France (Paris)



Fig. 62 — Frederico II, rei da Sicília e da Germânia, depois imperador do Ocidente, século XIII, segundo um busto do Instituto Arqueológico Alemão, Roma

conformistas, com Muçulmanos e com Judeus, o seu carácter autoritário e violento ganhou o hábito da dúvida e, o que é mais, da tolerância.

Luís, pelo contrário, toma para modelo a imagem tradicional, esboçada no tempo de Carlos Magno, embelezada pelas gerações posteriores: a do monarca pai e pastor do seu povo, inimigo do pecado, defensor da justiça e da paz. Incansável sustentáculo da ordem estabelecida, favorece a sociedade trinitária, o direito consuetudinário, a arte gótica. Cultiva no mais alto grau as virtudes cavalleirescas: força, coragem, lealdade, generosidade. De uma piedade sincera, mas mais próxima do ascetismo de Cluny do que da escolástica de Paris, o seu respeito pela Igreja não o leva a sacrificar a autoridade do Estado e a sua ingénua bondade não se traduz em fraqueza para com os heréticos e os infieis. Se Frederico II foi enganado pelos seus próprios cálculos, subtis demais e cínicos demais para a época, S. Luís caiu em erro devido à sua voluntária ignorância, sobretudo aquando das duas cruzadas que dirigiu sem querer ouvir as opiniões dos peritos.

Mas que século não oferece semelhantes contrastes? Aliás, não foi só a diferença de carácter que separou Frederico II de S. Luís; os problemas que tiveram de enfrentar não eram os mesmos e o ponto de vista de Paris não podia assemelhar-se ao de Palermo. Apesar da sua atitude cosmopolita e das suas origens alemãs, Frederico respeitou as tradições, os gostos e os preconceitos italianos. Apesar da sua insistência em só ver uma única família em todos os reis da Cristandade (de facto, todos eles, mais ou menos, seus parentes), Luís pensou e agiu como Francês.

Por outro lado, os dois soberanos foram mais afectos do que à primeira vista pode parecer às opiniões e às paixões do seu tempo. Frederico o céptico mandou numerosos hereges para a fogueira, Luís o seráfico defendeu ciosamente os privilégios de casta. Frederico não foi um cruzado entusiasta, mas restituiu Jerusalém à Cristandade. Luís, apesar do seu fervor, desviou a última cruzada sobre Tunes, onde seu irmão Carlos de Anjou tinha direitos a reivindicar. Assim, partindo de princípios opostos e empregando métodos diferentes, os dois monarcas visavam, em última análise, o mesmo fim: utilizar os novos recursos oferecidos pelo progresso económico e intelectual do seu século, para fazerem do Estado um instrumento dócil nas mãos do soberano.

2. O DRAMA DAS MONARQUIAS UNIVERSAIS

Esses novos recursos eram uma lâmina de dois gumes. O soberano podia aproveitá-los para tornar próspero o seu reino na paz ou para saciar a sua sede de conquistas. Vassalos e cidades autónomas podiam utilizá-los para melhor colaborar com ele ou para lhe resistir com redobrada

energia. Os Estados mais sólidos não eram pois necessariamente os mais vastos, mas aqueles onde existia equilíbrio, apoio recíproco entre o governo central e os governos locais; noutros termos, Estados regionais, ou pelo menos nacionais, não universais.

O Império e o Papado, Estados universais por definição, foram os únicos que, no decurso do século XIII, enfraqueceram. Dispunham do número mais elevado de colaboradores e vassalos mas tinham de fazer face à mais séria oposição, tanto interna como externa. Os seus soberanos, ocupados em defender e multiplicar os seus longínquos interesses, envoltos no velho duelo entre Igreja e Estado, não tinham tempo para se debruçar sobre os problemas urgentes do seu domínio directo.

O papa triunfante por toda a parte, excepto nos seus domínios

É evidente que, se apenas se atender à extensão de território sob domínio indirecto, pareceria que o século XIII marcou o apogeu do papado. Homens de extraordinário talento, versados na filosofia, no direito, na economia e na diplomacia, sucedem-se na cadeira de S. Pedro, alcançando, no plano internacional, estrondosas vitórias. Inocêncio III (1198-1216) imiscui-se nos negócios de quase todos os Estados da Europa e impõe a sua vontade a soberanos célebres; Gregório IX (1227-1241) funda a Inquisição e implanta-a em vários países; Inocêncio IV (1243-1254) entra em Nápoles como conquistador; Gregório X (1271-1276) recebe, por intermédio dos delegados bizantinos, o voto de submissão da Igreja grega...

Em relação ao clero, a Santa Sé torna realidade as suas mais ousadas ambições. O seu poder disciplinar, a autoridade em caso de eleições contestadas ou diferidas, o direito de receber impostos sobre o rendimento das prebendas eclesiásticas e dos mosteiros são reconhecidos por todo o mundo católico. As novas compilações de Decretais pontifícias tomam lugar, nas escolas e nos tribunais, ao lado do Código de Justiniano; constituem como que outro «direito comum» a observar em todos os domínios onde a lei da Igreja complete as leis locais ou se substitua a elas.

A Igreja tem plena jurisdição, não só em causas respeitantes a eclesiásticos, cruzados, viúvas e órfãos, mas também em matéria de heresia, bruxedo, anulação de casamento e usura.

No outro prato da balança, coloquemos porém o insucesso do papado no domínio temporal. A expressão «Estados da Igreja» envolve, na realidade, uma colecção de comunas urbanas quase independentes (e, em redor de Roma, senhorias semi-feudais), que, muitas vezes, recusam ao seu suzerano as mais simples provas de homenagem.

A própria Comuna de Roma, é geralmente dominada pelo partido ghibelino, apesar das vantagens que lhe advêm da presença ocasional do Sumo Pontífice.

Os papas do século XIII, quase todos Italianos, e frequentemente Romanos, esforçam-se em vão por pôr certa ordem no seu domínio. Negociações, exortações, dinheiro, excelente administração onde conseguiam fazer entrar os seus representantes e funcionários, de nada valem. A excomunhão, empregue contra os mais obstinados inimigos, perde o vigor devido a um uso demasiado frequente e de pouco já serve. Os papas acabam por recorrer à cruzada, primeiro contra os heréticos, depois contra Frederico II (assimilado aos heréticos), e, por fim, contra qualquer adversário político que pareça perigoso. Esta arma, à força de ser empregue sem discrição perde também a sua eficácia. Em 1297 Bonifácio VIII organiza uma cruzada para expulsar de Palestrina, nos arredores de Roma, uma grande família rival da sua. Palestrina capitula, é destruída, mas em 1303 os rivais do papa, apoiados por um emissário do rei de França, vingam-se, prendendo Bonifácio em Anagni. É verdade que os seus fiéis o libertam passados alguns dias, mas o episódio põe dramaticamente em relevo a impotência crónica da monarquia pontifícia no seu próprio território italiano. Esta impotência lançara uma sombra sobre os êxitos internacionais de Inocêncio III e Gregório X; tornaria irreparáveis as derrotas de Bonifácio VIII face às monarquias francesa e inglesa.

Declínio do Império numa Alemanha retalhada

A base alemã da monarquia imperial pulverizou-se mais cedo ainda, desde os princípios do século XIII. Por morte de Henrique VI (1197), seu filho Frederico II, criança ainda, herdou apenas o reino da Sicília, enquanto na Alemanha dois pretendentes ao Império ateavam a velha guerra entre Guelfos e Ghibelinos. Quando, por seu turno, Frederico entrou na liça e recolheu igualmente a herança imperial, ao contrário dos seus predecessores não tentou reparar todas as ruínas. O título de Imperador, é certo, seduzia e justificava qualquer ambição futura. Mas era impossível governar a Alemanha, com base em Palermo ou em Nápoles. Quando muito seria lícito pedir aos seus príncipes auxílio para reconquistar o Norte de Itália, mais próximo, em troca de generosas concessões.

Dois decretos, datados de 1220 e 1231, sancionaram oficialmente o fim da jurisdição imperial sobre os grandes vassallos eclesiásticos e laicos alemães. Os primeiros obtiveram de Frederico a quase totalidade dos direitos de soberania; quanto aos príncipes laicos, foram proclamados «senhores da terra» e confederados mais sob a presidência de Frederico do que sob as suas ordens. A própria presidência viria a ser delegada, com o correr dos tempos, em dois filhos do imperador sucessivamente.

Em 1256, depois das mortes de Frederico II, de Conrado IV, seu filho, e do conde Guilherme da Holanda que assumira fracamente a direcção do partido guelfo, o Império tornou-se uma confederação sem chefe. Doravante estabeleceu-se o uso de, na falta de herdeiro directo, a escolha do sucessor ao trono ser confiada a sete príncipes eclesiásticos e laicos, representantes da totalidade dos vassallos alemães. Dois estrangeiros que aspiravam à coroa imperial, o rei Afonso X de Castela e Ricardo da Cornualha, irmão de Henrique III de Inglaterra, gastaram fortunas para aliciar adeptos, mas não conseguiram fazer valer as suas reivindicações pela força das armas. Os príncipes alemães exploraram a situação durante dezoito anos. As próprias cidades livres da Alemanha que, em vão, esperaram a protecção de Frederico contra os príncipes, adaptaram-se à situação, provendo à sua defesa mediante ligas regionais.

O interregno poder-se-ia ter prolongado indefinidamente e o império aniquilado no marasmo se, em 1273, o papa Gregório X não houvesse feito pressão sobre os príncipes para que elessem Rudolfo de Habsburgo. É que o papa queria um império fraco mas não um império vacante; necessitava do braço secular para pôr em execução os mandatos do braço eclesiástico. As duas potências universais, que não gostavam uma da outra, precisavam uma da outra.

Contudo, Rudolfo não tinha ambições universais. Foi precisamente isso que o auxiliou a salvar, nos limites do possível, uma causa quase desesperada. Tendo adquirido à custa de Przemysl Ottokar II um domínio directo suficiente para fazer boa figura, sem alarmar os vizinhos, Rudolfo contentou-se em ser o primeiro entre os seus pares, o presidente alemão de uma confederação alemã. Para melhor acentuar até que ponto se desligava da política italiana e universalista, as suas chancelarias substituíram o latim pelo alemão.

Os sucessores não resistiram inteiramente à fascinação do título imperial, nem à das riquezas a colher em Itália, mas os êxitos práticos obtidos foram, geralmente, proporcionais à atenção que consagraram aos seus domínios directos, a norte dos Alpes. Por certo que existia ainda na Alemanha um Supremo Tribunal, o Conselho dos Sete Príncipes-Eleitores, a Dieta Geral do Império. Mas todas estas instituições não passavam de um véu, mais transparente ainda que o das monarquias-fantasmas do século x. A tarefa de reorganizar e de aperfeiçoar o sistema de governo incumbia, doravante, aos diversos estados autónomos da Alemanha. Alguns não foram além do feudalismo; as cidades livres desenvolveram eficiente administração; os Cavaleiros Teutónicos edificaram um estado robusto, governado com rigor militar, mas com métodos muito avançados, sob o ponto de vista da economia agrária e do comércio.

A miragem do Império italiano

O isolamento da Alemanha no seio do Império era consequência desse isolamento da Itália que o precedera. Voltemos portanto, atrás, aos anos dos decretos de Frederico II a favor dos príncipes alemães. Esses

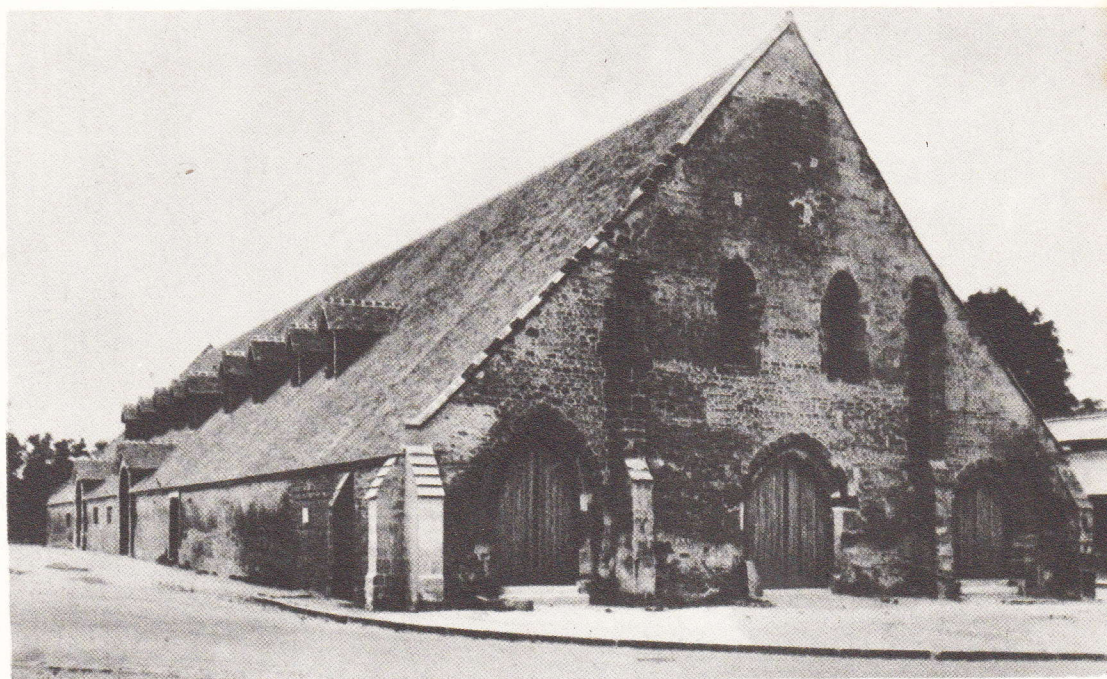
anos — 1220 e 1231 — marcam também o início e o fim da compilação de leis que Frederico promulgou no reino da Sicília, com objectivo bastante diferente. Apoiando-se na legislação autoritária dos seus predecessores normandos e nas mais absolutistas interpretações do direito romano, elaborou o primeiro código imperial posterior ao Código de Justiniano.

Recentemente, alguns historiadores julgaram reconhecer nesse código (*Liber Augustalis*), como em todo o sistema governamental de Frederico, o protótipo do Estado moderno. É uma hipérbole que só se justifica se identificarmos «moderno» a «centralizado», e se atendermos menos aos resultados do que ao fim em vista. Qual esse fim? Exterminar qualquer forma de particularismo bárbaro, eclesiástico, feudal ou municipal a fim de aplanar o caminho à monarquia burocrática, paternalista, absoluta. O imperador, «lei viva sobre a terra», envia funcionários seus a todas as províncias, constrói palácios e fortalezas, funda escolas de direito e de medicina, desenvolve a rede de estradas, protege o comércio, o artesanato, a agricultura, a criação de gado, encoraja a imigração... «A riqueza dos súbditos — diz — forma a glória e o interesse do soberano». Máxima digna de Colbert. Mas Frederico II (como mais tarde Luís XIV) tira com uma mão o que deu com a outra, arrancando à planta demasiado nova frutos que não estão ainda maduros. Se adiou a afirmação do seu poder na Alemanha, terceira etape do programa imperial, foi para proceder sem demora à segunda etape, a extensão a toda a Itália do governo que experimentara no seu pequeno reino meridional.

Dividir a Itália do Norte como a Sicília em governos regionais, submeter o campo a vigários, as Comunas a *podestàs* nomeados pelo imperador, fazer da Igreja a servidora do Estado e do Estado o árbitro da consciência e da vida privada dos cidadãos — tal o objectivo de Frederico, tanto quanto o podemos aperceber entre os inúmeros desvios que a luta política, de caminho, lhe impôs. Sangrada ao máximo, a Sicília dá o seu dinheiro, a Alemanha fornece soldados, os exilados e aventureiros da Itália do Norte e da Itália central ajudam a preencher os quadros militares e administrativos. Em cada cidade toscana e lombarda existe um partido ghibelino desejoso de esmagar os seus próprios inimigos com o auxílio do imperador, nem que seja ao preço da independência da Comuna. Quanto ao papa, o mais resolutivo adversário, não era impossível negociar com ele, pedir-lhe concessões razoáveis em troca de uma colaboração plena em matéria de cruzada e noutros sectores. Mas Frederico está impaciente, não sabe curvar-se a compromissos; ganha todas as batalhas, depois perde todas as pazes; morre em 1250, deixando a Sicília esgotada e a Itália, a Norte do Tibre, sempre insubmissa.

E todavia, a sua carreira tem um aspecto tão fascinante que os seus sucessores no trono da Sicília tentarão, por sua vez, tornar-se senhores da Itália inteira: primeiro Manfredo, seu filho, com o apoio do partido ghibelino; depois Carlos de Anjou, chamado à realeza pelo papa, com o apoio do partido guelfo. Manfredo será impetuoso e cavalheiresco, Carlos

من رابعه و خمسة اقبل على اقبال من ليل الصلاه و طبع الصلاه و ما حصل
 المصاحبه الى السجده لاصل اجدى و طبعه فافقت بالذي جعله ثمارا كائنا كان و لم





obstinado e calculista. Um e outro possuirão talento, mas faltar-lhes-á o génio de Frederico e o prestígio da Coroa imperial. Conhecerão, tanto um como outro, a hora do triunfo e da catástrofe. Manfredo perderá o reino e a vida no decurso de uma só batalha, em 1260. Carlos, o vencedor do dia, apenas perderá metade do reino (mais tarde, em 1282), mas essa metade é a Sicília, que ao reino dá o nome. Perdê-la-á da maneira mais humilhante, em consequência de uma revolução popular preparada pela nobreza local (as «Vésperas Sicilianas» de Palermo) e da intervenção do rei de um pequeno Estado, Pedro III de Aragão.

As brumas do império castelhano

Dos vencidos do século XIII, o mais patético foi Afonso X «o Sábio», rei de Castela (1252-1284) [fig. 63]. Homem de ciência, homem de letras, rei guerreiro, candidato ao Império, Afonso era uma personalidade de múltiplas facetas, talvez ainda mais do que Frederico II. No entanto, este último encarava o Império como a sua vocação, a ciência como um passatempo, enquanto Afonso X cultivava a ciência como profissional e o Império como diletante.

Contudo, a sua carreira política e militar iniciara-se sob os melhores auspícios. Quando príncipe herdeiro, ajudara seu pai, Fernando III, a derrubar a última barreira islâmica na Andaluzia e a arvorar na costa meridional da Espanha o estandarte que o primeiro conde de Castela levantara duzentos anos antes nas montanhas do extremo norte. Depois de rei, conquistara Cádiz e Niebla, mas permitira a um vassalo muçulmano, o emir de Granada, que se entrincheirasse nas montanhas do extremo sul. Essa bolsa isolada não parecia mais perigosa do que as outras comunidades muçulmanas e judaicas encastreadas no seu reino; pelo contrário, os inféis podiam vir em auxílio do rei sempre que nobres, eclesiásticos ou mercadores cristãos resistissem à sua vontade.

O perigo vinha antes de Marrocos, reservatório de tribos guerreiras fanáticas e esfomeadas que por



Fig. 63 — Afonso X de Castela, «o Sábio», rei de Castela e Leão. Segundo uma miniatura do Cartulário A, 1255. Arquivo da catedral de Santiago de Compostela (Espanha)

26 — Serviços públicos urbanos: banhos árabes, em Palma de Maiorca; — aqueduto de Salerno (Itália), século XIII; — ponte fortificada de Monmouth (Grã-Bretanha), século XIII — ponte fortificada de Orthez (Basses Pyrénées, França), século XIII

duas vezes já, com os Almorávidas e os Almóhadas, haviam caído sobre a Espanha. Em 1260, Afonso tentou uma expedição naval (a «cruzada» de Salé) contra os novos senhores de Marrocos, os Merínidas, e preparou outra em 1264. Na verdade, excessivas ambições o solicitavam no mesmo momento e não conseguia concentrar-se em nenhuma. Entre um poema e um horóscopo, quisera agarrar o Algarve português, a Gasconha, a Sicília, a Lombardia, a Suábia e a coroa imperial. Ao mesmo tempo, ia proclamando que os reis «têm um poder igual ao do imperador», e que, para mais, «têm a faculdade de transmitir o poder aos herdeiros, coisa que os imperadores não podem fazer».

Enquanto o rei astrónomo apontava às estrelas, o terreno fugia-lhe debaixo dos pés. Os últimos vinte anos da sua vida foram tão cheios de angústias como uma tragédia grega. Uma revolta maciça dos Muçulmanos nos territórios recentemente conquistados só a muito custo foi refreada, com o auxílio de Jaime I de Aragão. Estalaram depois as rebeliões dos nobres castelhanos. Em seguida, o emir de Marrocos, instado pelo de Granada, pôs a Castela do Sul a ferro e fogo. Por fim, Sancho, segundo filho do rei e pretendente ao trono, conseguiu depor em Cortes (1282) o soberano pródigo e incapaz. Reduzido a este extremo, Afonso apelou para o papa e para o emir de Marrocos, o «Comendador dos Crentes». O papa excomungou Sancho e autorizou o velho rei a servir-se dos dízimos da Igreja. O emir veio com um exército e escreveu até ao rei de França, em vão, exortando-o a restabelecer a ordem na família dos monarcas. Com o auxílio dos Marroquinos e das tropas que lhe permaneciam fiéis, Afonso estava em vias de ganhar terreno quando, de súbito, diz a tradição, a notícia (falsa aliás) da morte do filho ingrato lhe quebrou o coração.

3. A FRANÇA À FRENTE DA EUROPA

Os infortúnios de alguns monarcas não devem ocultar o contínuo progresso das instituições monárquicas no decurso do século XIII. Através das catástrofes e das mudanças de dinastia, o governo da Sicília atraía ao seu serviço mais de um nobre ousado e indisciplinado, habituou os magistrados municipais a proceder como funcionários de uma administração central, distribuiu moedas e padrões uniformes, senão idênticos, redobrou a vigilância sobre o comércio e a exportação de cereais e acentuou o predomínio dos tribunais régios sobre os eclesiásticos.

Os outros governos consolidaram-se geralmente com mais prudência, contornando os obstáculos que era melhor não encontrar de frente. Não conseguiram evitar todos os conflitos locais e as vinganças privadas, mas reduziram o seu raio de acção e a violência. Não contestaram a validade do direito consuetudinário e da justiça feudal, municipal ou eclesiástica, mas promulgaram ordenações e compilações de leis aplicáveis à totalidade do Estado e encorajaram o recurso à justiça régia. Não negaram que em tempo normal, «o rei deve viver do seu», quer dizer, dos rendimentos das

suas propriedades particulares, mas multiplicaram os impostos «extraordinários» lançados para fins específicos e esforçaram-se por torná-los quase regulares.

Se o rei pedia mais, dava também mais, excepto em caso de guerras externas demasiado absorventes. Doravante, para possuir um séquito, não era já necessário ser um grande guerreiro ou distribuir dádivas prodigamente; bastava administrar o Estado com sabedoria. «Sê tão recto que não abduques de nada do que é justo por coisa que daí te possa advir»; «Sê diligente em proteger na tua terra as gentes de todas as condições»; «Dá de bom grado poder a indivíduos de boa vontade que saibam bem usá-lo»; «Abstém-te de despesas loucas e de más receitas»: são os «Ensinamentos» que S. Luís dá a seu filho. Desde que um soberano respeite estes preceitos, o seu êxito está assegurado. Pouco a pouco, as forças vivas do reino — nobreza, clero, mercadores, intelectuais — cerram fileiras em seu redor, apoiam-no face a súbditos mais recalcitrantes, sustentam-no em relação a potências estrangeiras e se são chamados a servi-lo como «funcionários», mostram-se por vezes mais realistas que o rei.

Paris, «Atenas da Europa»

Seria longo e fastidioso acompanhar em cada Estado europeu uma evolução feita de pequenas mudanças, de pequenas conquistas do governo central, sem viragens sensacionais. Limitemo-nos a reconstituir-lhe as linhas gerais num Estado que, no decurso do século XIII, se elevou de uma posição sem grande relevo à de cabeça da Europa: o reino de França.

Embora prodigioso, este salto em frente não deixava de ser inevitável. Só a Alemanha tinha mais extensão do que a França, só a Itália se apresentava economicamente mais avançada. No conjunto, a França era-lhes superior porque os seus recursos em homens e matérias-primas se mostravam mais abundantes e distribuídos com maior harmonia entre as diversas classes e províncias.

Desde fins do século XII, a França dava à Europa o mote em quase todos os domínios da arte e do espírito. Era aí que a arquitectura religiosa e os seus derivados — vitrais, esmaltes (*extra-texto* 29, pág. 386), ourivesaria, escultura — tinham as oficinas mais famosas de onde partiam as ideias novas, levadas frequentemente para o estrangeiro por artistas franceses. A sua epopeia, a sua poesia lírica em língua de *oc* e de *oïl*, os romances, o teatro, a música, impunham temas, métricas, símbolos e até línguas, cuja difusão no século XIII começava a rivalizar com a do latim. A sua filosofia e a sua teologia contrabalançavam mesmo as que emanavam de Roma; foi necessária uma obstinada luta para obrigar a Universidade de Paris a aceitar sem reserva no seu corpo docente os dominicanos e os franciscanos, excessivamente ligados às respectivas ordens e por elas ao papa. Depois de Cluny, Cister e Clairvaux haviam sido os mais importantes centros da reforma monástica do século XII; no século XIII, em concorrência com as novas Ordens mendicantes, continuavam porém a propagar

a sua influência até muito longe. Feudalismo e cavalaria franceses serviram de modelo à nobreza de todos os países e forneceram campeões e guerreiros a todos os combates contra infieis e cristãos.

À emigração do talento francês correspondia uma corrente em sentido inverso, a dos intelectuais para Paris. «Tal como Atenas foi outrora a mãe das artes liberais e das letras, a ama dos filósofos e de todas as ciências, assim o é em nossos dias Paris, não só para a França, mas para toda a Europa», proclama Bartolomeu o Inglês, monge e enciclopedista da primeira metade do século XIII. «Na qualidade de mãe da sabedoria, Paris recebe tudo aquilo que vem de todos os países do mundo, e ajuda-os em tudo o que necessitam, e governa-os pacificamente». Todos os países do mundo é força de expressão; toda a Europa católica, sim, e prestar-se-á assim justiça ao papel internacional que a capital francesa começava a desempenhar. O facto de Alberto Magno ter nascido na Suábia, Tomás de Aquino perto de Nápoles, Siger de Brabante na Bélgica e Boécio da Dácia na Suécia não os torna menos parisienses pelo ensino.

Os reis de França à conquista de seu próprio reino

Enquanto o governo central se mantivesse fraco, o esplendor da França e da sua capital não podia aproveitar-lhe. Mas quando Filipe Augusto galvanizou a monarquia (1180-1223), esta encontrou-se, de repente, sem rivais: imperadores e papas estavam imobilizados na sua luta de morte, a Inglaterra transitava do governo vacilante de João sem Terra para o governo mais inepto ainda de Henrique III (1216-1272). Vários caminhos se abriam aos reis de França; podiam escolher a aventura e reivindicar a herança de Carlos Magno, dissipada pelos Alemães; ou então, procurar desforra e atravessar, desta vez em sentido oposto, aquela Mancha que os seus rivais anglo-normandos e anglo-angevinos tantas vezes haviam transposto; finalmente podiam prosseguir a obra de Filipe Augusto e tornar-se senhores incontestáveis do seu próprio reino. Foi esta última via, a mais prudente, que escolheram. Nela encontraram por acréscimo a grandeza que não tinham procurado (*mapas 20 e 21*).

Tratava-se de sagesa maduramente reflectida ou simplesmente de falta de imaginação e ambição? Provavelmente de uma mistura das duas. É verdade que o filho de Filipe Augusto (o futuro Luís VIII) tentou subir ao trono de Inglaterra; é verdade que Filipe III aspirou à coroa imperial e que Filipe IV a requereu para seu filho. Mas foram apenas caprichos fugidios, não paixões profundas. Ao primeiro revés, os monarcas recuavam para uma política tão conforme aos escrúpulos de S. Luís («Evita, quanto em ti caiba, de mover guerra a cristãos»), quanto à avidez e pedantismo

administrativo de Filipe o Belo e dos seus conselheiros. Política estritamente interna, baseada na insistência, se não na planificação. Sem provocar alarmes nem revoltas os soberanos foram anexando senhorio após senhorio, cidade após cidade. Cem anos depois da morte de Filipe Augusto, um inquérito oficial, feito em 1328, revela que mais de três quartos do território do reino pertenciam ao domínio directo do rei (*mapa 21*). O senhor imediato dessas imensas extensões, quase todas férteis, tinha merecido direito de se fazer chamar «imperador no seu reino».

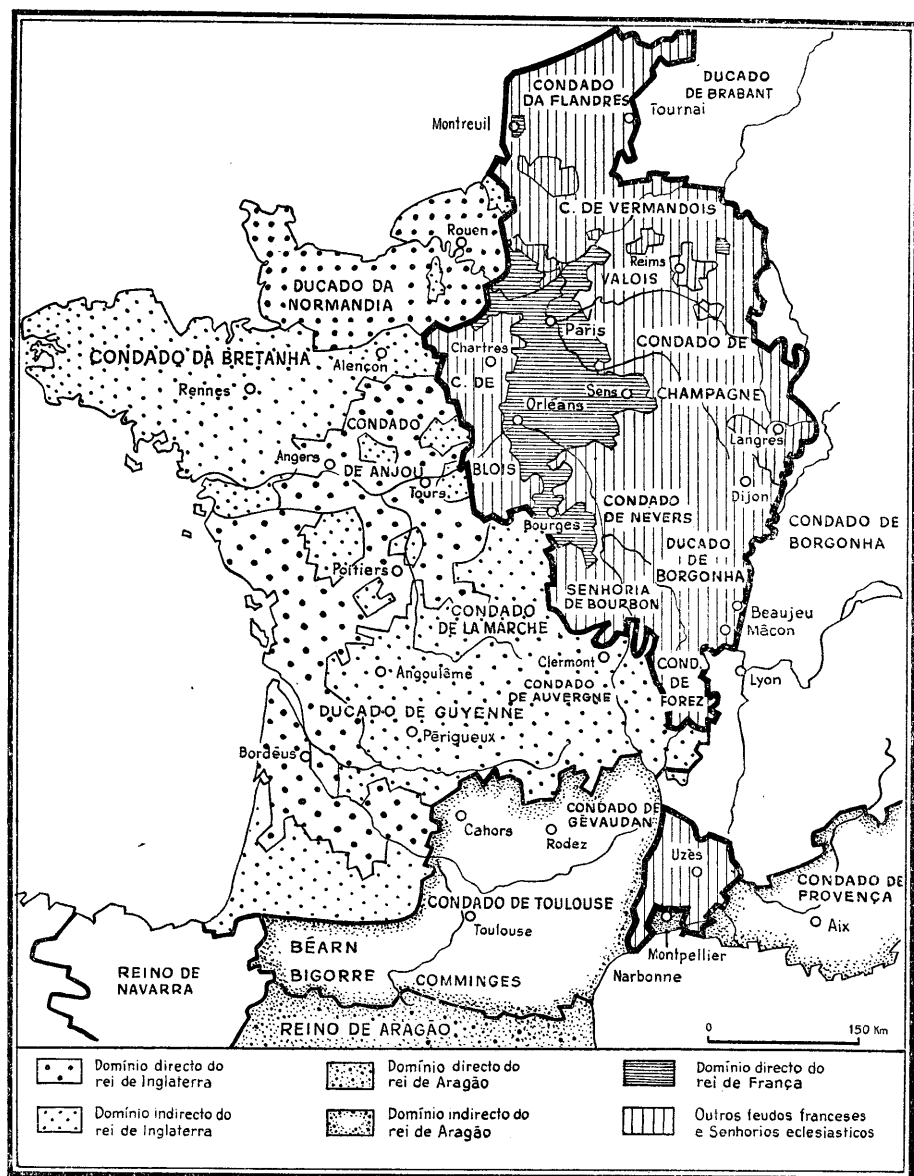
Os mais entusiastas adeptos desta fórmula foram os juristas do Languedoc, a mais afastada das províncias anexadas; prova, se necessário fosse, da solidez das aquisições régias. A viagem de Paris a Toulouse, a cavalo, demorava uma dúzia de dias; à chegada, deparava-se um mundo onde tudo diferia: leis, costumes, clima, língua. Contudo, não eram estas dificuldades insuperáveis. O provençal e o francês pertenciam à mesma família. O direito romano, como se ensinava nas escolas do Languedoc, proclamava que o povo delegara irrevogavelmente no soberano os plenos poderes. Os horrores da Cruzada e os rigores da Inquisição haviam quebrado toda a veleidade de independência religiosa ou política. Os nobres mais insubordinados tinham morrido ou estavam no exílio. Restavam apenas, no Sul, dois vassallos incómodos, os reis de Inglaterra e de Aragão; mas, um, para conservar os restos do ducado da Aquitânia, e o outro, alguns retalhos de território ao longo do Mediterrâneo, viram-se obrigados a comprometer-se, mediante tratados com S. Luís, à renúncia da maioria das suas pretensões.

Sòmente duas regiões, onde se falavam línguas não românicas, não se deixaram absorver: a Flandres e a Bretanha. O duque da Bretanha prestava homenagem ao rei mas despedia imediatamente qualquer funcionário do governo central que não tivesse convidado. Quanto ao conde da Flandres, o rei não podia contar com ele: não lhe amputara do condado os ricos distritos meridionais? Nobres, burgueses e proletários das cidades flamengas combatiam-se entre si, mas ter-se-iam imediatamente unido contra uma autoridade opressora. Se é certo que a França real ali tinha partidários, a Inglaterra, país produtor de lã, possuía clientes.

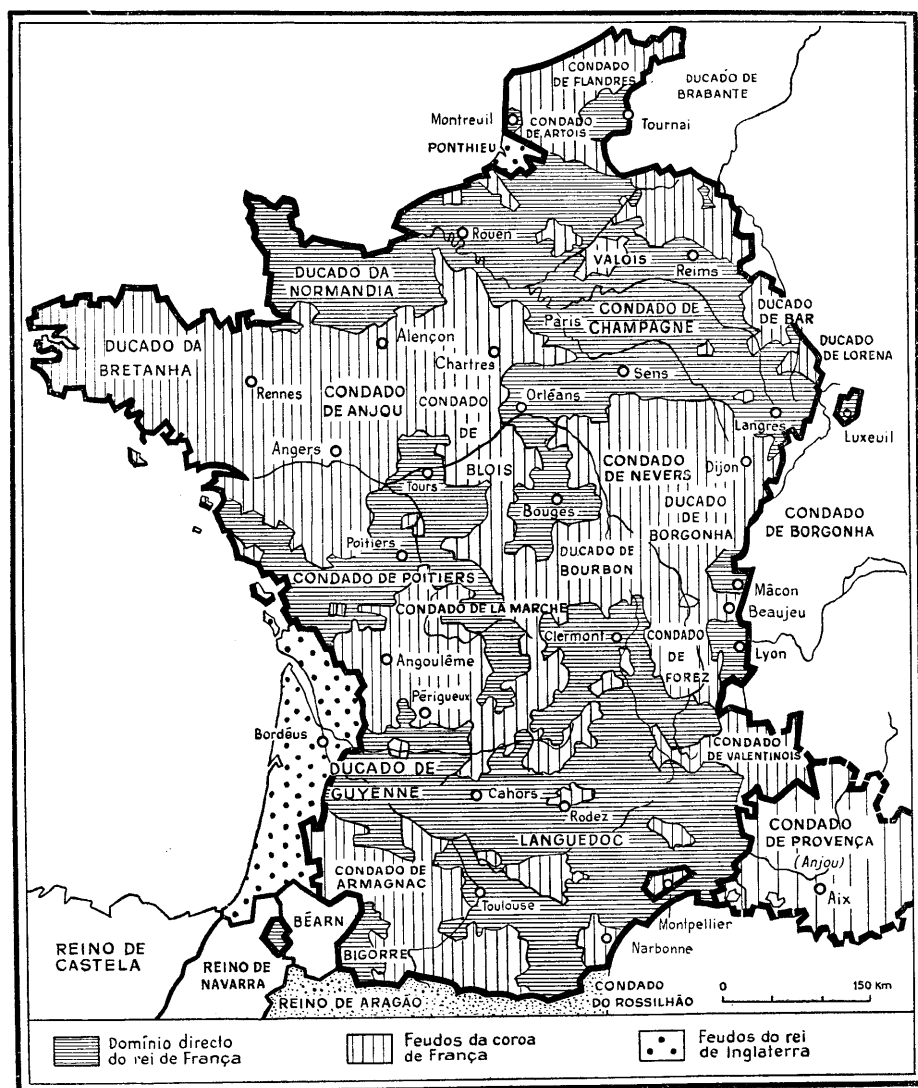
Fora destas regiões, senhores e comunas mostravam-se suficientemente dóceis para constituir antes um apoio do que um obstáculo ao governo central. Como a Roma antiga, a França real só tinha a ganhar com o facto de os organismos locais a desembaraçarem de alguns cargos administrativos.

Com razão ou sem ela, o rei esperava também que os seus parentes próximos fossem colaboradores de confiança; por isso cedia de boa vontade feudos em apanágio aos membros da sua família, como de resto se praticava em toda a Europa. O mais empreendedor desses vassallos de sangue real, Carlos de Anjou, expandiu-se em proveito próprio para além das fronteiras do reino, levando a influência francesa até à Sicília. A Sicília, distante demais, não se deixou arrastar, mas a Provença preparou-se sob os sucessores de Carlos, para se libertar da sujeição nominal ao Império, a fim de se aproximar da França. Por seu turno, Filipe o Belo apoderou-se da cidade imperial de Lyon e pôs pé no pequeno reino franco-hispânico de Navarra, casando com a herdeira do trono. O mito das «fronteiras naturais» não havia ainda nascido e já a França transbordava para os Alpes e para os Pirenéus.

O APOGEU DA EUROPA MEDIEVAL NO SÉCULO XIII



Mapa 20 — A França em 1180 (subida ao trono de Filipe Augusto)



Mapa 21 — A França em 1328 (subida ao trono de Filipe VI)

Do penacho à pena de pato

A organização administrativa avançou paralelamente à expansão territorial. A França de Filipe o Belo não se podia contentar com arquivos e com um tesouro portáteis, como os que Filipe Augusto, vencido por Ricardo Coração de Leão, abandonou no campo de batalha, em 1194. Nos princípios do século xiv, o tesouro central do Louvre e os arquivos centrais da Sainte-Chapelle eram os principais depósitos permanentes dos fundos e dos documentos de Estado, mas não os únicos. O rei não podia já tratar dos seus negócios ao mesmo tempo por meio de dois Conselhos amorfos e pouco diferenciados: a *curia regis* (Tribunal do Rei) e o *hospicium* (câmara). Pouco a pouco formaram-se, no seio dessas assembleias, comissões especiais: o Supremo Conselho Político, o Supremo Tribunal de Justiça (*Parlamento*), o Tribunal de Contas, a Chancelaria. A administração provincial não podia continuar nas mãos de alguns prelados e vassalos hereditários, normalmente mais preocupados com os seus interesses pessoais do que com os do rei. Eram necessários, doravante, funcionários de carreira, assalariados, amovíveis, revocáveis; e, para os assistir, uma coorte de funcionários inferiores e inspectores itinerantes para vigiarem o seu trabalho e conservarem o contacto com os organismos centrais.

Chegada a este ponto, a estrutura administrativa francesa apresentava-se menos desenvolvida ainda que a dos Ingleses, menos complexa que a do papa, menos sistemática que a da Sicília, embora, em parte, as tivesse tomado por modelo. Se a administração francesa bem depressa afirmou uma superioridade que deveria aumentar com o tempo, não o deveu à sua estrutura, mas aos seus homens. No conjunto, os administradores franceses estavam mais bem preparados em teologia, em direito, e em contabilidade do que seus colegas ingleses. Eram por força mais dedicados à dinastia do que os empregados de um papa electivo ou de um rei da Sicília constantemente ameaçado pela revolta e pelas vicissitudes da luta política. Os funcionários superiores, em França, pertenciam à pequena nobreza desejosa de procurar fortuna nas repartições de um rei pouco inclinado às aventuras guerreiras. Abaixo deles, abriam caminho homens novos, cujo único título de orgulho lhes advinha dos estudos e a única fonte de poder do facto de representarem a majestade do rei.

Como tantos funcionários modernos, os servidores de Filipe o Belo mostravam-se miudinhos, arrogantes, por vezes concussionários. Não raro o rei lhes censurava o excesso de zelo, quando, por exemplo, contestavam imunidades e franquias perfeitamente legítimas e davam razão a quem quer que apelasse para a Coroa contra o seu superior imediato. Jamais saberemos em que casos o rei queria sinceramente poupar os súbditos, em que casos descarregava sobre os seus inferiores o agravo de extorsões de que tirava o proveito, em que caso se irritava porque os seus repre-

sentantes arrecadavam para si receitas ilegais. Esses servidores, contudo, continuavam a trabalhar para ele, verdadeiras térmites do «sistema feudal». Da era do penacho passava-se lentamente à era da pena de pato.

4. A GUERRA E SEU PREÇO

Se examinarmos o modo como os sucessores de Filipe Augusto consumaram a conquista de seu próprio reino, admirar-nos-emos com o facto de a força das armas não ter nela, por assim dizer, desempenhado papel algum. Houve pressões, confiscos, casamentos políticos, mas nenhuma grande batalha após Bouvines (ou melhor, uma única, a derrota que os flamengos infligiram a Filipe IV em 1302).

A anexação gradual do Languedoc oferece-nos um exemplo típico. Em 1208, quando Inocêncio III proclamou a cruzada contra os Albigenses e contra os grandes senhores feudais do Sul suspeitos de heresia, o rei de França limitou-se a conceder aos seus vassallos mais audaciosos autorização para nela tomarem parte. Nem sequer interveio quando o seu chefe, Simão de Montfort, se apropriou dos feudos conquistados; mas aceitou-lhe a homenagem (1216). Em seguida, aproveitou-se da fraqueza de Amaury, filho e sucessor de Simão, para se estabelecer ele próprio no Languedoc, quase sem resistência (1226). Em vez de enfrentar directamente Raimundo VII de Toulouse, conde legítimo (e excomungado), o rei ajudou-o a obter a absolvição, mas obrigou-o a ceder-lhe parte dos seus feudos e hipotecou o restante, casando a filha única de Raimundo como seu próprio irmão (1229). Quando este último morreu sem sucessor, em 1271, o rei assenhoreou-se da última parcela — sessenta e três anos após o começo de uma guerra da qual colheu todos os frutos sem haver incorrido nem nos seus rancores, nem nos seus perigos.

A cavalaria cristalizada nas suas tradições

Uma progressão bem lenta, dir-se-á. Mas a guerra, tal como ainda no século XIII se praticava, reduzia ao mínimo as vantagens do soberano sobre o vassalo. Só a arte das fortificações progredira gigantescamente a partir do século X. Muralhas cada vez mais resistentes, ameias, contra-fortes, torreões, contra-escarpas; nas mãos dum punhado de defensores resolutos, um castelo bem construído podia resistir indefinidamente aos assaltos de todo um exército, a menos que a fome ou a traição o fizessem cair. O invencível Ricardo Coração de Leão encontrou a morte sob as muralhas do castelo de um insignificante senhor francês.

No campo de batalha, o valor individual tinha mais importância do que o número de combatentes ou o saber dos chefes. Neste ponto, o ideal de cavalaria coincidia com a prática efectiva. Embora se saiba de casos de aplicação de uma arte da guerra aliás não complexa, tais casos constituíam antes a excepção do que a regra. A táctica permanecia, geralmente,

rudimentar: os cavaleiros dos exércitos, frente a frente, lançavam-se uns sobre os outros em ataque frontal, quer todos juntos, quer em vagas sucessivas, procurando abater os adversários em combate singular. A estratégia subordinava-se à logística, se assim o podemos dizer; para além de uma pequena distância, tornava-se difícil transportar e alimentar mais de 3 ou 4 000 cavaleiros. Digam o que disserem os cronistas, o facto é que os livros de soldo mostram que no decurso do século XIV o rei de Inglaterra nunca conseguiu alinhar de uma só vez 10 000.

O rei não perdia prestígio se, como S. Luís, procurava a paz. Mas se decidia combater, pagava com o corpo, como o último dos vassalos, arriscando juntamente vida e reino.

Em Muret, em 1213, Pedro II de Aragão repeliu por «cobarde» a sugestão de se entrincheirar com solidez em redor dos cruzados cercados na cidade e esperar que a fome fizesse o seu trabalho. A única concessão ao ardil foi aquela que a honra cavaleiresca permitia a um soberano: vestir a armadura de um de seus companheiros para não ser tomado por alvo. Contudo, no auge da batalha, não resistiu à tentação de se dar a conhecer e foi imediatamente cercado e morto. Simão de Montfort tinha menos de 1 000 cavaleiros; Pedro e os seus aliados dispunham do dobro, sem contar com a infantaria que não tomou parte na acção. Mas a morte do rei pôs irrevogavelmente termo aos destinos dos Cátaros, à independência do Languedoc, às ambições do Aragão a norte dos Pireneus. É verdade que Pedro II tinha a reputação de temerário; mas seu neto, Pedro III, e Carlos de Anjou, tanto um como outro sinceros realistas, nem por isso deixaram de pensar seriamente em decidir a luta pela posse da Sicília num combate singular em campo fechado.

A infantaria não convém aos reis

Para utilizar a massa dos seus efectivos e poupar a sua pessoa, o rei deveria ter confiado, não na cavalaria, mas sim na infantaria. As Comunas italianas já no século XII tinham dado exemplo disso. Em Legnano e noutros lugares, a resistência imóvel dos infantes armados de compridas lanças e concentrados em redor do *Carroccio* (carro puxado por bois, arvorando o estandarte da Comuna) constituiu elemento decisivo da vitória. Outro elemento decisivo: as setas disparadas pelos besteiros (*fig. 64*). Eram tão mortíferas que um Concílio de 1179 se esforçou, em vão, por proibir a besta por ser arma desumana. As pesadas bestas do exército dos cavaleiros Germânicos da Espada foram decisivas para quebrar a resistência dos Estónios pagãos. Frederico II e, em menor escala, os outros soberanos ocidentais adoptaram lanças e bestas, mas o coração de um rei feudal permanecia com a cavalaria.

Contudo, as lições foram-se multiplicando nos princípios do século XIV: vitória dos peões flamengos na batalha das Esporas de Ouro, triunfo dos peões catalães sobre os barões francos da Grécia, triunfo dos peões escoceses em Bannockburn, triunfo dos peões suíços em Morgarten. Mas,

não foi antes da Guerra dos Cem Anos que os reis de Inglaterra se decidiram a confiar na massa dos arqueiros, munidos de arcos menos potentes e menos certos do que as béstas, mas mais manejáveis e fáceis de carregar; e a cavalaria francesa, a mais valorosa da Europa foi esmagada de um só golpe em Crécy, em 1346, (*extra-texto 31*, pág. 402).

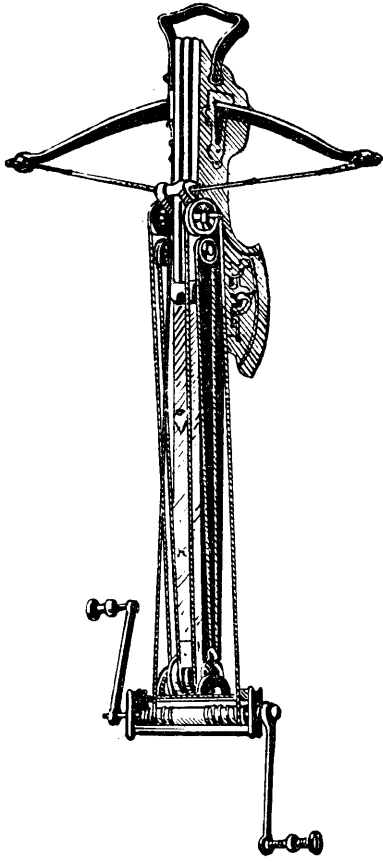


Fig. 64—*Bésta de guerra, tipo usado nos séculos XIV e XV (Segundo F. Soldevila)*

Todavia, as hesitações dos reis em mudar de tática não se deveram inteiramente aos seus preconceitos. As Comunas italianas lutavam geralmente numa área reduzida e em regiões suficientemente férteis para suprir as necessidades de um exército numeroso. As suas milícias serviam sem soldo. Situação análoga se esboçou em França, durante alguns anos, quando o domínio régio era ainda pequeno e as Comunas já aguerridas. Foi a curta lua de mel do rei e da burguesia: Filipe Augusto outorgou de bom grado isenções às cidades que lhe forneciam milícias (infantaria, cavalaria ligeira, carros de transporte) e essas milícias auxiliavam-no a apertar as malhas lassas demais da cavalaria pesada, constituída pelos vassalos nobres. Ora, a rapidez de expansão do domínio régio no século XIII multiplicou os problemas de logística. Era muito dispendioso, pouco prático, deslocar tropas que não fossem de primeira qualidade e que tinham de ser desmobilizadas ao fim de algumas semanas, porque milícias urbanas ou contingentes feudais serviam sem soldo, mas por um período de tempo rigorosamente limitado.

Por isso, os sucessores de Filipe Augusto encorajaram cidades e vassalos a remir as suas obrigações militares com pagamentos em dinheiro. Empregaram

esses fundos no recrutamento de um exército pouco numeroso mas profissional, composto de cavaleiros escolhidos entre os nobres desprovidos de terras. Assim desapareceu, à medida que a autoridade do rei se alargava, a obrigação de verter o sangue pela pátria: desenvolvimento paradoxal, se nele pensarmos.

Orçamentos de paz e orçamentos de guerra

Pagar, alimentar, equipar alguns milhares de cavaleiros, deslocá-los em caso de necessidade, não parece, à primeira vista, um esforço considerável para o soberano do reino mais rico da Europa, dispondo, por outro lado, das contribuições dadas para esse fim pelas cidades e pelos vassallos. E contudo, os recursos financeiros do rei de França eram tão modestos que o seu orçamento depressa se desequilibrou. (É plenamente justificado falarmos em *budget*, palavra inglesa com origem num velho termo francês que significa «pequena bolsa»).

Com um domínio directo reduzido à Île-de-France e um exército feudal e urbano, Filipe Augusto pudera fechar brilhantemente o ano financeiro de 1202-1203: receitas, cerca de 197 000 libras; despesas, umas 95 000 libras. S. Luís, com um domínio directo muito mais vasto e um fisco bastante mais pesado (sobretudo em relação às cidades, algumas das quais foram levadas à bancarrota) conseguiu arranjar-se, adoptando uma política quase sempre pacífica. Necessitou de três anos para preparar a cruzada de 1248, mais de cinco para pagar as despesas (as letras de câmbio passadas em seu nome pelos banqueiros de Génova e Placência ainda não tinham sido saldadas em 1253), e doze anos para se achar em estado de empreender segunda cruzada.

Filipe o Belo, envolvido em guerras nas extremidades opostas do reino — Flandres e Aquitânia — pretendeu também manter uma armada própria. Em 1295, reuniu mais de 700 navios (no dizer dos cronistas), alugados ao estrangeiro ou construídos no seu novo arsenal, e despendeu mais de um milhão de libras no decurso de uma campanha naval sem brilho contra a Inglaterra. Ao findar o século, em 1299, o balanço anual do Tesouro francês fechou-se com estes números deficitários: receitas, 1 571 977 libras *parisis*; despesas 1 642 649. Mesmo se, por muitas razões, não houver comparação possível entre o balanço de 1202 (alteração do valor da libra, existência de outras caixas de fundos públicos, transporte das dívidas de um ano para o outro), não deixa de ser menos verdade que o contraste entre as duas épocas salta aos olhos. Felizes os reis que conseguiam manter a paz!

Não faltavam expedientes para arranjar o precioso dinheiro. A maneira mais rápida consistia em fabricá-lo, recorrendo à prerrogativa régia de diminuir o conteúdo metálico da moeda sem lhe alterar o valor nominal. Era um remédio impopular, ilusório: o pouco que o rei ganhava, pagando dívidas velhas com a «má moeda», perdia-o de novo ao receber os seus rendimentos nesse mesmo numerário enfraquecido. Apesar dos esforços dos Mestres das Moedas para conservarem secretas tais alterações, o público apercebia-se delas imediatamente e ia ajustando os preços na sequência, com uma exactidão surpreendente.

Na verdade, numa época de expansão económica, a inflação apresentava ainda mais vantagens do que perigos; punha em circulação novos

meios de pagamento e criava uma abundância aparente de capital líquido. Mas trata-se de um raciocínio compreensível, quando muito, para os economistas modernos. Os mercadores franceses viam simplesmente que a instabilidade da moeda trazia a desordem às suas transacções; os membros do clero e outras pessoas com rendimentos fixos viam diminuir o poder de compra do seu dinheiro. Disso se aproveitou o rei para se entregar por vezes à chantagem, ameaçando fazer uma emissão de «má moeda» e só renunciando a tal mediante uma soma específica paga por aqueles a quem interessava preservar a «boa moeda».

Os impostos, cimento da nação

Outras extorsões contribuíam para a popularidade da monarquia. Quando o rei acusava de concussão um «oficial» que enriquecera, despojando os seus súbditos com o seu consentimento tácito, e lhe confiscava os bens, nunca faltava quem o louvasse, sobretudo se o dito funcionário era estrangeiro. Os aplausos recrudesciam quando se tratava de Judeus ou de «Lombardos» (Italianos do Norte e da Toscana), presos por usura, ameaçados de expulsão, e depois aceites de novo com a condição de passarem uma esponja sobre as dívidas do rei e de lhe entregarem ainda por cima uma indemnização ou um adiantamento. Semelhante operação contra estes pecadores infieis ou estrangeiros repetiu-se frequentemente, e sempre com êxito. Contudo, era preciso evitar que se matasse a galinha dos ovos de ouro.

Foi o que aconteceu com a Ordem dos Templários. Depois da perda da Terra Santa, os Cavaleiros do Templo deixaram de ter a sua primeira razão de existir e não tomaram providências no sentido de justificar a sua existência, transplantando-se para outro território (como os Cavaleiros Teutónicos) ou intensificando o auxílio aos doentes (como os Hospitalários). O povo acusava-os, não sem alguma razão, de toda a espécie de vícios: orgulho, crueldade, homossexualidade, avareza... Apesar de tudo o que se disse a seu respeito, os Templários nunca foram banqueiros profissionais; guardavam o dinheiro do rei, adiantavam-lho, também, quando necessário, por conta dos rendimentos dos seus vastos bens territoriais. Em 1307, Filipe o Belo mandou-os prender, julgar e condenar em conjunto, mediante um processo que pareceu irregular até numa época habituada aos métodos da Inquisição.

Foi contra vontade que um papa fraco, Clemente V, acabou por ratificar a condenação. O Grão-Mestre e vários cavaleiros foram queimados vivos, a Ordem extinta e os seus bens de raiz passaram para os Hospitalários; mas só depois de o rei ter declarado nulas as próprias dívidas para com o Templo e adjudicado uma larga soma em reembolso de créditos reais ou imaginários. Os outros soberanos aproveitaram essa condenação

para agir do mesmo modo nos seus próprios Estados. Tiveram, no entanto, a delicadeza de não mandar os acusados para a fogueira.

Todas estas medidas não passavam de paliativos. A monarquia, ao tomar as rédeas da vida nacional, teria de restabelecer o sistema de impostos ordinários, base fundamental das finanças romanas e modernas (fig. 65 e 66). Mas o século XIII não estava maduro para uma reforma tão radical. O soberano podia unicamente pedir aos súbditos um «auxílio» em caso de crise. Filipe o Belo agiu de modo a perpetuar a «crise», quase sem interrupção, e os seus sucessores tornaram ainda mais caros semelhantes processos.

Quase todos os anos, se convidavam cidades e nobres do reino a remir em dinheiro «o auxílio» do serviço militar. As somas devidas variaram consoante os acordos feitos, de cada vez, entre soberano e contribuintes, após longas negociações. O resgate dos nobres deveria compreender o dos seus servos, mas os reis esforçaram-se por atingir pessoalmente estes últimos, oferecendo-lhes a liberdade mediante dinheiro, como já o haviam feito as Comunas italianas. Iniciadas no tempo de S. Luís, as emancipações colectivas de camponeses alcançaram o apogeu em 1315, quando uma ordenação de Luís X libertou todos os servos do domínio régio «visto que, segundo o direito da natureza cada um deve nascer livre». Previdentemente, a ordenação acrescentava que aqueles que preferissem «permanecer no cativeiro da servidão» deveriam, contudo, pagar um imposto especial «para ajuda da nossa presente guerra». Um outro imposto extraordinário pouco rendoso mas extremamente impopular foi o que se lançou sobre as transacções comerciais e que recebeu o nome de «maletôte». Só algumas cidades do domínio directo, o mais sobrecarregado de impostos, o pagavam.

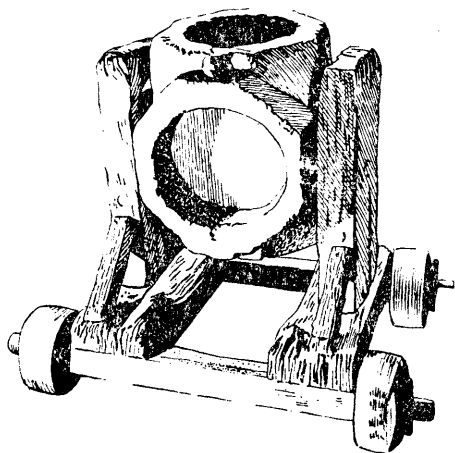


Fig. 65 — Medida para cobrar os dizimos. Castelo de Dinan (Côtes-du-Nord, França)

Teòricamente, os bens eclesiásticos não eram tributáveis. Na prática, o papa autorizava o soberano a utilizar as rendas da Igreja contanto que, ainda que vagamente, tal utilização se apresentasse como útil à religião. Nos cinquenta e oito anos que separam a morte de S. Luís da de Carlos IV (1270-1328), o clero entregou quarenta e nove vezes ao rei a dízima eclesiástica, sem contar outras contribuições menores. Apesar disso, a impaciência de Filipe o Belo quando a autorização do papa tardava levou-o a um conflito aberto com Bonifácio VIII. Este último, por sua vez, na decretal *Clericis laicos* de 1298, cometeu o erro de sublinhar um antagonismo que poderia ter deixado em silêncio: «que os laicos são os inimigos

dos clérigos, escreve, prova-o com evidência o passado e o presente». Depois de breve pausa, as hostilidades recomeçaram com acrescida violência e culminaram no episódio dramático de Anagni, já relatado. Como na época da Querela das Investiduras, mas com uma erudição mais vasta, um enxame de propagandistas reforçou as posições dos dois partidos. O clero francês, no seu conjunto, apoiou o rei e ajudou-o a impe- trar do segundo sucessor de Bonifácio, Clemente V (1305-1314), uma capitulação quase total. Era um papa que curvava a cabeça perante um soberano laico. Canossa e os dois séculos seguintes estavam postos ao invés. Facto tanto mais humilhante quanto é certo que Bonifácio nada pedira que os seus predecessores imediatos não estivessem habituados a exigir e, geralmente, a obter.

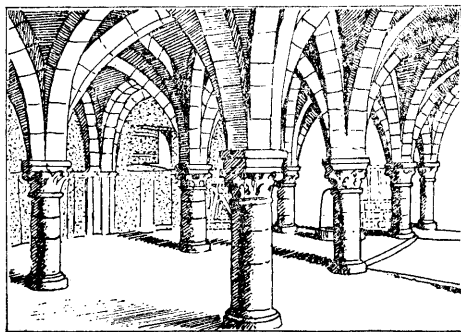


Fig. 66 — *A Granja dos Dízimos, em Provins (Seine-et-Marne, França), século XIII*

Diz-se que a unidade nacional se cimenta nos campos de batalha e desagrega sob o peso dos impostos. Assim é, mas quando o povo combate pela própria liberdade e paga pela própria servidão. Mas nos séculos XIII e XIV, não acontece assim. As guerras do rei não interessam directamente à nação, e apenas empregam um punhado de homens, quase todos mercenários. Quanto aos impostos, não constituem acto unilateral e arbitrário, antes uma faceta do contrato feudal: o soberano exige um máximo, os vassallos oferecem um mínimo e as duas partes encontram-se a meio caminho. É certo que o diálogo nem sempre se mostra harmonioso, mas há um diálogo e a discussão dos interesses opostos acaba por pôr em evidência a existência de um interesse comum.

Esse diálogo mal começa a esboçar-se no tempo de S. Luís. As exigências fiscais do rei são moderadas e ele obtém o que necessita, quase sem discussão, de súbditos que o amam, respeitam, temem. Filipe o Belo, com necessidades superiores e menos prestígio, não perde nunca de vista as aspirações e as antipatias do público. No momento de se envolver a fundo na luta contra o papa, certifica-se, mediante consultas populares (1302-1303), se os nobres, o clero e a burguesia estão com ele. No tempo dos seus três filhos e sucessores (1314-1328) as consultas tornam-se mais frequentes, mais complexas, quase regulares, como os novos impostos. Os próprios servos, que nunca se consultam, vêem-se aliciados pela oferta da liberdade.

Sob este último ponto de vista — liberdade dos servos nem que fosse somente para lhes extorquir dinheiro, — a França mostra-se adiantada em

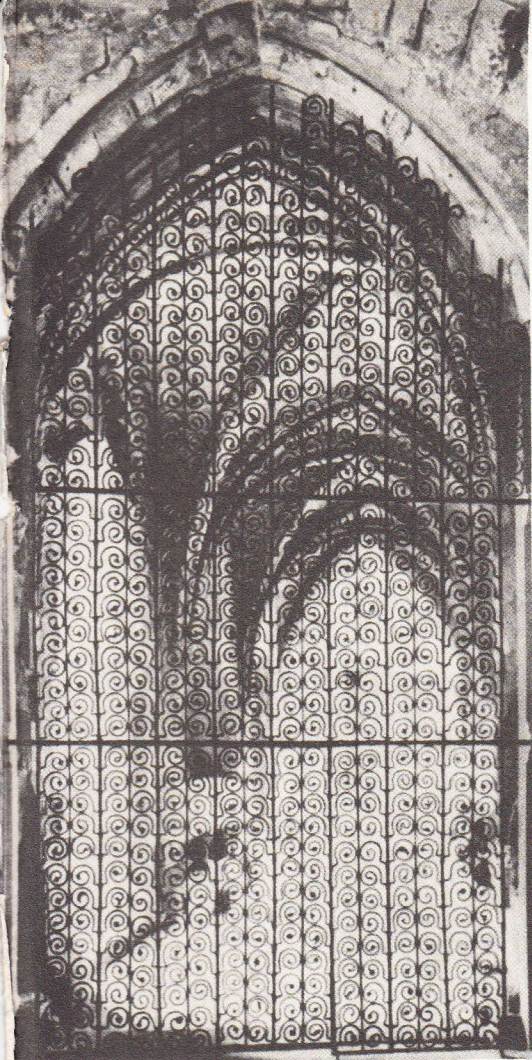
relação às outras monarquias da Europa. Mas, no que respeita ao desenvolvimento de instituições parlamentares e representativas, foi precedida por outros reinos, para os quais agora nos vamos voltar.

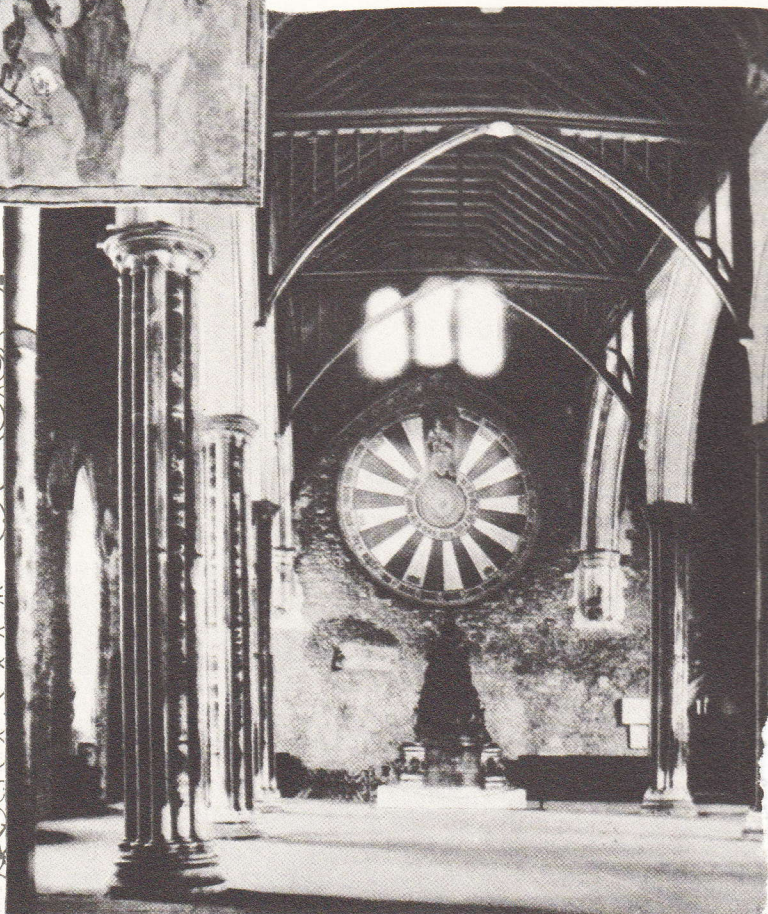
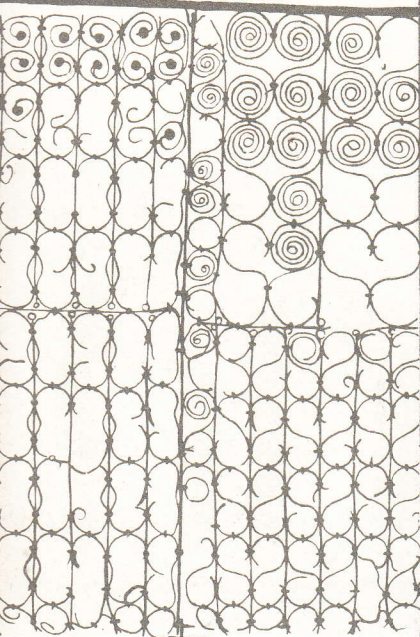
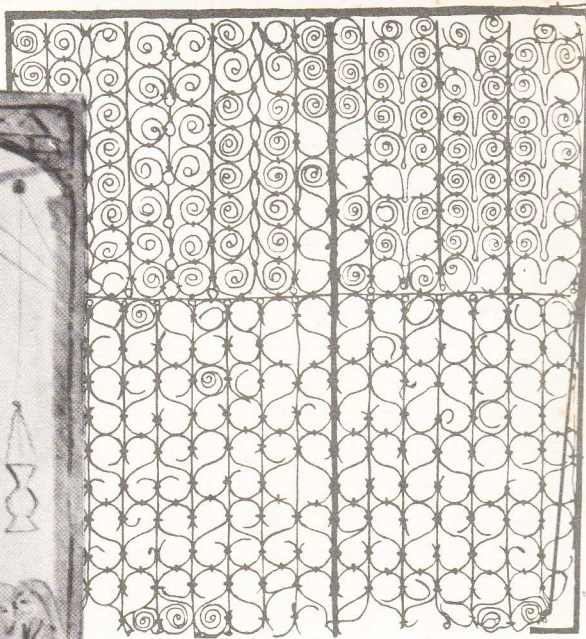
5. COMUNIDADE DO REINO E INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS

Toda a monarquia que se baseie no contrato feudal está, por definição, limitada. O soberano tem o direito de pedir conselho aos vassallos e o dever de o ter em conta. Enquanto se trata de administração corrente, basta-lhe consultar a *Curia Regis*, composta normalmente pelos homens do seu séquito e por dignitários dos arredores. Só nos casos extraordinários — uma expedição militar importante, um problema de sucessão, a necessidade de julgar um acusado de classe superior, de promulgar novas leis ou de pedir contribuições especiais, — é que o rei convoca uma assembleia geral. Em tal circunstância, os vassallos são obrigados a acorrer de todos os pontos do reino, à sua custa, para deliberar com o soberano e assumir a sua parcela de responsabilidade na execução das decisões a tomar em conjunto.

A própria assembleia tem origens mais antigas ainda, quer nos países germânicos, quer nos países românicos. Nos fins do século iv, num Wessex ainda não feudalizado, o rei Alfredo «o Grande» descreve o vaivém dos notáveis para tomar parte nas sessões do «Conselho dos Sábios» (*Witenagemot*) «uns por um longo, mau e árduo caminho, outros por um caminho longo, directo e bom, outros por um caminho curto, mas estreito e difícil, outros ainda por um caminho curto, plano e bom». Na Veneza ainda bizantina de 971, o doge manda redigir a acta de um parlamento no qual «grande parte do povo, quer dizer maiores, médios e menores, deliberam em conjunto» e se comprometem a não fornecer armás aos Muçulmanos. Vimos já que uma assembleia geral (*Althing*) se reúne também na Islândia, desde 930, sem que tenha havido necessidade de um soberano para a convocar. A presidência é exercida pelo *logsogumadr*, que bem mereceu o seu cargo, aprendendo de cor todas as leis em vigor e que tem a obrigação de as recitar de ponta a ponta uma vez por ano.

Portanto, se a teoria feudal não criou a assembleia, acentuou a colaboração entre assembleia e soberano. Para a definir, os peritos do direito irão tirar mais tarde ao Código de Justiniano esta nobre máxima: «Que aquilo que respeita a todos seja aprovado por todos». Estas palavras ler-se-ão no cabeçalho do convite que Eduardo I de Inglaterra enviará aos barões, cavaleiros e burgueses do seu reino, a fim de os convocar para o Parlamento Plenário de 1295, «ponto de viragem» da história constitucional da Europa.





Da assembleia feudal à assembleia representativa

Não era do particularismo, contudo, não se podia ainda dizer que os negócios do soberano dissessem respeito a todos. Se Hugo Capeto, num acesso de melagomania, tivesse resolvido convocar os nobres e os eclesiásticos de todo o reino, a maior parte deles nem sequer se teria dado ao trabalho de lhe responder; as distâncias eram demasiado grandes e o rei demasiado fraco para dirigir uma empresa comum.

O próprio imperador raramente se dirigia à assembleia geral. Só podia contar com a presença de alguns fiéis, prontos a deslocar-se com ele, e com as poucas pessoas que se encontravam nas proximidades do local de reunião no momento preciso; local, aliás variável, visto que o imperador não tinha capital fixa. Na Alemanha, vinham sobretudo às reuniões os grandes vassallos da província; em Itália, desde o século x, encontravam-se nelas até alguns representantes das principais cidades. Para mais os assistentes eram responsáveis por si próprios e por seus directos dependentes. Quanto às ausências, podiam significar quer adesão tácita, indiferença, ou opposição. Só alguns Estados menores possuíam assembleias suficientemente numerosas e frequentadas para que os pareceres representassem, se não um reflexo fiel da opinião pública, pelo menos uma sondagem rudimentar de diferentes classes e grupos regionais.

O que era necessário ainda para transformar essas assembleias ocasionais dos séculos x e xi em organismos regulares e eficazes do governo constitucional? Que as comunicações melhorassem; que soberanos e súbditos se convencessem das vantagens de uma colaboração mais estreita; que os numerosos ausentes encontrassem maneira de se fazer representar pelos poucos presentes. Ora, entre os fins do século xi e os princípios do século xiv, registou-se um progresso geral e contínuo no domínio das comunicações, embora desigual e variável no campo da colaboração e muito modesto no da delegação.

Contudo, a representação mostrava-se terreno novo e de prometedor futuro. As democracias antigas, arreigadas a um ideal absoluto (todos devem participar directamente na gestão da coisa pública), não previram o compromisso (a massa popular pode exercer os seus direitos por intermédio de representantes eleitos). Foi por isso que as Cidades-Estados greco-romanas tinham degenerado em demagogias, oligarquias ou tiranias, a partir do momento em que o número dos cidadãos tornara a consulta directa impossível ou tumultuosa. As democracias comunais da Idade Média evoluíram do mesmo modo. Não foi, portanto, um dos menores títulos de glória dos Estados monárquicos terem dado, ainda que inconscientemente, os primeiros passos hesitantes para um sistema de democracia representativa e indirecta.

28 — Judeus rezando numa sinagoga em Espanha, século XIV. British Museum (Londres); — Winchester (Grã-Bretanha): sala grande do Palácio Real; na parede do fundo, a chamada mesa «do Rei Artur e dos seus cavaleiros» com 25 lugares; — grade inglesa do século XIII. Victoria and Albert Museum (Londres)

Origens diversas, soluções diferentes

Se deviam chegar a resultados novos, as instituições representativas medievais nem por isso deixaram de ser construídas com materiais preexistentes de origem díspar.

O sistema feudal para isso contribuiu não só com as consultas a vassallos, mas também com a cadeia de dependências. Com efeito, o vassallo directamente vinculado ao rei, ainda que não fosse o representante eleito dos seus próprios vassallos, respondia contudo por eles e devia, por sua vez, ter em conta a sua opinião.

As administrações e os grupos locais — comunas urbanas, comunidades aldeãs, «universidades» e «pátrias» de vales ou de regiões, cortes e tribunais de condado, dioceses — serviram de campo de ensaio. Nas suas assembleias, mais frequentes e íntimas do que as assembleias gerais, homens de diversas classes aprenderam a governar-se a si próprios, a pôr-se de acordo numa política comum, a tratar com o soberano e com os seus funcionários por intermédio de delegados. Quer se tratasse de grupos restritos e compactos como as guildes e as corporações religiosas, quer de associações mais vastas mas fluidas, como as «ordens» ou «estados» da nobreza, do clero, da burguesia, dos camponeses livres, todas estas classes descobrem entre si solidariedades, a vontade de combater pelos seus privilégios ou «liberdades». As armas de que dispõem são petições colectivas ao soberano e a ameaça de insurreição.

Por fim, vêm à luz do dia conceitos abstractos, nascidos do direito privado romano, adaptados à vida política pelas novas interpretações da jurisprudência canónica e românica.

Os mais significativos são a personalidade jurídica ou «corpo místico» do reino, e a delegação propriamente dita, ou seja, o emprego de procuradores munidos de plenos poderes para agirem em nome de toda uma comunidade.

A semelhança dos membros do corpo humano, os do corpo místico do reino têm importância e dignidade desiguais. Segundo João de Salisbury, prelado e filósofo inglês (falecido em Chartres em 1180), o rei corresponde à cabeça, o clero à alma, os nobres aos braços e os camponeses aos pés. Nem todos, é certo, possuem as mesmas ideias sobre este assunto — ao clero, por exemplo, não se atribui sempre posição tão elevada —, mas ninguém imaginaria colocar ao mesmo nível a cabeça e os pés ou conceder igual atenção a todos os membros da sociedade. No cimo da escala, as personagens mais importantes, que convém convocar pessoalmente para todas as assembleias; na base, os humildes, os pobres, aos quais parece supérfluo pedir conselho; a meio, aqueles que não se podem desprezar por completo, nem consultar um a um. É para estes últimos, e só para eles, que será inventado o sistema representativo. A inovação não pretende abrir de par em par as portas a uma democracia igualitária e proporcional, mas entreabri-las prudentemente a favor de alguns grupos das classes médias.

Que grupos? A resposta variará consoante os países. Os camponeses livres só conseguirão enviar delegados aos parlamentos de algumas regiões montanhosas, ou pouco urbanizadas, tais como o Tirol e o Friul. O clero preferirá, muitas vezes, não se confundir com os laicos, que considera seus inferiores, e pretenderá tratar com o rei em assembleias especiais. Os delegados das cidades desempenharão um papel de relevante importância em Espanha, mas nenhum na Escandinávia. A pequena nobreza terá representantes próprios em Inglaterra e no Aragão, mas, assimilada aos grandes vassalos, será por eles eclipsada na Catalunha tal como em França. E como não pensar nos «três estados» (clero, nobreza, terceiro estado ou burguesia) que se erguerão frente a frente até ao limiar da Revolução francesa? Porém, no século XIII, esses *Estados Gerais* do reino não existiam ainda e as assembleias que os precederam em numerosas regiões de França não estavam regularmente divididas em três secções.

A experiência inglesa

A Inglaterra não foi a primeira a criar instituições representativas; em compensação, as que criou mostraram-se as mais aptas a superar as crises e a progredir com o tempo.

Até aos últimos anos do século XIII, o «parlamento» inglês compunha-se ordinariamente dos grandes vassalos ou «barões» apenas, convocados individualmente. Contudo, de tempos a tempos, o rei convidava, também, para as sessões, alguns representantes da pequena nobreza e da classe mercantil. Com mais frequência (quando deles necessitava) convocava estes últimos para reuniões separadas, em cada uma das cidades ou das regiões a que pertenciam. Mas em 1265, o chefe dos barões rebeldes convidou para um parlamento dois cavaleiros por *shire* ou distrito e dois burgueses por cidade livre. Este modelo foi retomado pelo rei no Parlamento Plenário de 1295, e desde então aquela assembleia mista (semi-individual, semi-representativa) começou a criar raízes. Os assuntos políticos e legais de grande importância continuaram, no entanto, a ser discutidos, de preferência, só com os barões. Aos cavaleiros e aos burgueses, o rei pedia apenas que consentissem na imposição de novos impostos e que ouvissem com respeito os planos de acção estabelecidos na sua ausência, a fim de os comunicarem aos seus pares.

A pequena nobreza e a burguesia «livre» não constituíam sequer, por seu turno, um décimo da população inglesa; e essa ínfima minoria tinha direito a dois delegados por distrito ou cidade, qualquer que fosse a população do distrito ou da cidade!

A importância das instituições representativas é, pois, na sua infância, mais simbólica do que concreta. Um escritor inglês, cujo nome e época precisa ignoramos (talvez um certo Guilherme Ayreminne, de princípios do século XIV?) afirmará mesmo que «o rei pode convocar um parlamento sem bispos, *earls* ou barões» porque «representando os procuradores do clero, os cavaleiros do *shire* e os cidadãos e burgueses toda a comunidade de Inglaterra, o mesmo não se pode dizer dos barões, que no parlamento apenas se representam cada qual a si próprio. O autor, é evidente, não tem

em conta a realidade constitucional inglesa, mas exprime uma ideia então no ar. Na mais velha das monarquias nacionais, com efeito, a consciência de pertencer a uma comunidade de tradições e interesses extensiva a todo o reino, encontrou nas instituições representativas a sua tribuna. Tal é o resultado de uma evolução iniciada na derrota militar, continuada no meio de perturbações civis, e desabrochando, finalmente, na concórdia entre soberano e súbditos.

Vejam, os traços largos, as suas principais etapas. Pela *Magna Carta*, João Sem Terra comprometera-se a não exigir nenhum imposto extraordinário sem o consentimento do «conselho comum do Reino», ou seja, dos grandes nobres e eclesiásticos, seus vassallos directos. Havendo, doravante, adoptado a designação de «parlamentos», essas assembleias consentiram, durante largos anos, nos contínuos pedidos de dinheiro de Henrique III, mas aproveitaram todas as ocasiões para se oporem às suas ambições políticas norteadas para o continente e ao seu favoritismo para com os estrangeiros. Não sem razão, mas tais protestos estavam eivados de um nacionalismo inimaginável ainda alguns anos antes, quando um terço de França fazia parte integrante da Coroa inglesa.

Foi, todavia, um emigrado francês, Simão de Montfort — filho do vencedor dos Albigenses e cunhado de Henrique III — que chefiou uma revolta dos barões, em 1258. O rei foi salvo da falência, mas posto sob tutela: uma comissão, nomeada em parte pelos rebeldes e em parte pelo soberano, assumiu a administração do reino. Foi desde então que se radicou, segundo parece, a prática de convocar regularmente o parlamento três vezes por ano, a fim de se discutirem os negócios do Estado e atenderem as petições. Por fim, as querelas dos barões, as intervenções do papa e de S. Luís a favor da autoridade régia levaram a novo golpe de Estado e ao parlamento de 1265, durante o qual Simão de Montfort, vendo-se ameaçado, apelou para os cavaleiros e para os burgueses. Durante alguns meses, a Inglaterra conheceu um regime semelhante, vagamente é certo, às monarquias constitucionais e representativas do século XIX.

A experiência era prematura: antes de findo o ano, Simão de Montfort encontrava a morte numa batalha contra o príncipe herdeiro Eduardo. Mas a lição não se esqueceria. Uma vez rei, Eduardo I (1272-1307), convocou, sem que lhe pedissem, parlamentos de barões e parlamentos plenários, para consultas que de futuro se foram tornando mais frequentes. Semelhante política, adoptada, frisêmo-lo, por um soberano forte, valeu à Inglaterra um governo, se não tão aberto ao povo como o das mais liberais Comunas, pelo menos apresentando a mais equilibrada divisão de poderes possível numa monarquia medieval. O rei retomou a sua autoridade suprema e exerce-a sem fraqueza: «não está submetido a nenhum homem», repetiremos nós com o maior jurista inglês do século XIII, Bracton, «ainda que esteja submetido a Deus e à lei». Por sua vez, o parlamento dos barões aprova as novas leis «depois de uma discussão nesse sentido». Por fim, o parlamento plenário ratifica os impostos extraordinários, con-

cedendo assim ao rei o que Bracton, antecipando os acontecimentos, chamara, desde antes de 1258, «a promessa comum da república».

O reino, uma república: acaso não encontramos nesta fórmula uma evocação daquele império romano que, até aos seus derradeiros dias, conservara a designação e a aparência superficial de república? Mas a Inglaterra do século XIV não se deterá nas aparências. Embora conservando a direcção do reino, o rei, chefe do governo, não mais poderá ignorar os desejos e as exigências dos outros membros do «corpo místico» da nação.

No resto da Europa

É verdade que através de toda a Europa católica, estes princípios constituem doravante lugares comuns do pensamento jurídico que, por sua vez, exprime aspirações difundidas em quase todos os países. A sua influência transparece na maioria das alterações constitucionais, pacíficas ou violentas, do século XIII. Mas só em Inglaterra é que a teoria acaba por concordar com a prática. Nos outros sítios, os soberanos apresentam-se ou demasiado fracos ou demasiado fortes, e os súbditos ou demasiado discordantes ou demasiado absorvidos pelos interesses da sua própria classe (ou região) para que possam construir em conjunto uma comunidade vigorosa e viável.

Na Hungria, por exemplo, a «Bula de Ouro» de 1222 (comparada frequentemente, e sem qualquer razão, à *Magna Carta*) confia o que fora uma robusta monarquia patriarcal aos cuidados de uma nobreza numerosa e indisciplinada, cujo primeiro interesse consiste em se isentar de impostos. Em Castela, como em Portugal, as *Cortes* têm tradições mais antigas que o parlamento inglês e pareceriam destinadas a um futuro mais brilhante. Mas reúnem-se mais raramente, quase sempre em sessões separadas para as três partes do Estado (Castela propriamente dita, Leão, Estremadura), não conseguindo conciliar as petições das cidades com as dos nobres ou do clero. Em França, as divisões são ainda mais profundas. A tal ponto que o rei não convocará os Estados Gerais antes do século XIV e, mesmo então, julgará frequentemente mais cómodo tratar com os Estados particulares de cada região, desmembrando a oposição para melhor reinar.

No reino da Sicília a autoridade despótica de Frederico II e dos seus sucessores reduziu os parlamentos a assembleias dóceis demais para que nelas se revelasse o estado de alma dos participantes. A oposição existe, é certo, mas toma a forma ilegal de conspirações, de deserções assim que surge um exército inimigo. Na Alemanha, as condições apresentam-se ainda mais desfavoráveis: ninguém, nem mesmo Frederico II, realizará o milagre de criar instituições representativas aptas a insuflar vida nova no corpo desmembrado do império. Isto não significa que o sentimento nacional não exista na Alemanha ou na Itália; mas mal escorado por uma estrutura política «universal», exprime-se como pode na literatura, no direito, na própria maneira de pensar e de viver.

6. ELEMENTOS IMPONDERÁVEIS DO NACIONALISMO E ESTRATOS «INERTES» DA SOCIEDADE

Dizer que nações e nacionalismo, como hoje os entendemos, não existiam na Idade Média é uma verdade de La Palice. Ao invés, renunciar por isso a explorar as formas conscientes ou instintivas do espírito ou do sentimento nacional equivaleria a fechar os olhos sobre um dos mais interessantes aspectos da vida europeia no século XIII.

Dedicação ao soberano e à dinastia, orgulho de clã e de terra natal, comunidade de língua, de literatura e de usos e costumes, animosidade para com o opressor ou o vizinho: outras tantas facetas do patriotismo que sobressaem, com nova nitidez, do fundo do século XIII. É verdade que os imperadores e os papas da Alta Idade Média haviam já tido os seus fiéis, e que a querela das Investiduras inflamara as paixões de parte a parte; mas um Frederico II e seus próprios adversários, um Gregório IX, um Inocêncio IV possuirão personalidades mais complexas para seduzir os amigos e para exasperar os inimigos. O estribilho «doce França», cem vezes repetido na *Chanson de Roland* não passava, talvez, a princípio, de uma reminiscência maquinal da poesia clássica; mas a partir de 1066, para os aventureiros franceses que um cronista nos pinta avançando à conquista de Inglaterra ao som dessa epopeia, tornar-se-á uma divisa. Quando confiam no futuro, as nações recordam de melhor vontade as derrotas do passado.

Patriotismo dos vencidos: no País de Gales

Por sua vez, as nações vencidas retemperam a coragem evocando antigas glórias, reais ou imaginárias. Um capelão galês, Godfrey de Monmouth (falecido em 1154), recolhe àvidamente as lendas que pululam em redor de um modesto núcleo histórico, avoluma-as com o produto de sua imaginação e compõe a sua *História Regum Britanniae* onde os Celtas são os heróis e os Anglo-Saxões os traidores e os tiranos. De nada serviu aos historiadores sérios denunciar imediatamente aquela trama de invenções; a própria literatura inglesa, em breve seguida pelas outras, adopta essas fábulas e enriquece-as com inúmeras variantes. Artur faz esquecer Beowulf; Lancelot, o amado das mulheres, o excessivamente rígido Roland. No século XIII, o rei Artur ver-se-á geralmente incluído na constelação ideal dos «nove grandes» (*extra-texto*, 28, p. 339), um dos quais, Heitor,

é talvez mais lendário ainda do que ele, enquanto os sete restantes têm foros históricos mais respeitáveis: Alexandre Magno, César, Josué, David, Judas Macabeu, Carlos Magno, Godofredo de Bouillon.

Mais escrupuloso que Godfrey de Monmouth, Giraud o Cambriense (falecido em 1220), autor de interessantes monografias sobre o País de Gales e a Irlanda, «depois de ter descrito com clareza o carácter, os usos e costumes da nação britânica e compilado e exposto tudo o que possa contribuir para a sua fama e glória», enumera também «alguns pormenores pelos quais ela parece afastar-se da virtude». Os Galeses, seus compatriotas, são rudes, luxuriosos, indisciplinados, «sòmente constantes na inconstância»; em troca, não lhes falta coragem, uma brilhante inteligência, incomparável talento musical, uma língua enobrecida pelo seu estreito parentesco com as línguas clássicas (*pump*, cinco, observa com razão, corresponde ao grego *pente*). Os Galeses não se batem nem por ambição nem por interesse, como os Ingleses, mas pelas liberdades da região da qual são os «habitantes naturais». Quaisquer que sejam as suas dificuldades, no dia do Juízo Final «nenhuma nação, nenhuma língua, salvo a língua galesa deverá responder por esse canto de território ao Juiz Supremo.»

Patriotismo no seio da universalidade: Itália e Alemanha

Em Itália, onde os leitores são mais numerosos que no País de Gales, a literatura afirma-se como o factor decisivo da unidade nacional. Vergílio e os outros poetas da era de Augusto tinham dado à Itália o perigoso orgulho de se julgar predestinada para governar o mundo, e a impressão agradável — mas inexacta — de auferir extraordinárias riquezas agrícolas. Dante e os outros poetas da época comunal censurá-la-ão por haver deixado escapar o império do mundo, mas, para ela, forjarão uma linguagem literária capaz de rivalizar com o latim dos antepassados e farão coincidir as suas fronteiras com as que Augusto traçara para o coração italiano do Império: «...os Alpes que detêm a Alemanha no Tirol», «o Carnaro que fecha a Itália e banha os seus confins». São já as fronteiras da Itália entre as duas guerras mundiais.

Os outros estímulos da consciência nacional, geografia, língua, tradições históricas, solidariedades religiosas, políticas, comerciais, existem mas têm menos força do que a literatura. A Itália é uma região natural, mas pode-se dizer outro tanto da Península Ibérica e da Península Balcânica, que acabaram por produzir mais de uma nação. Possui um fundo linguístico comum, mas o sardo e os dialectos galo-italícos da Itália do Norte são incompreensíveis a quem só conhecesse o toscano de Dante. Há um reino «de Itália», mas ligado à Alemanha, truncado em Roma; a região delimitada e cantada por Vergílio e Dante apenas constituiu um Estado independente durante algumas dezenas de anos sob os Romanos, depois algumas dezenas de anos sob os Ostrogodos. O papa e grande parte do seu séquito são geralmente italianos mas nem sempre; e de resto, em 1309 a totalidade da Corte pontifícia transfere-se para França e torna-se quase francesa. Se Guelfos e Ghibelinos desejam o triunfo do seu partido, e em toda a Itália, ai de quem lesasse a independência de um dos Estados que a compõem! Os mercadores das cidades

O APOGEU DA EUROPA MEDIEVAL NO SÉCULO XIII

italianas rivais aliam-se por vezes a fim de enfrentar um meio estrangeiro (as feiras de Champagne, por exemplo); contudo, na primeira ocasião favorável, torpedeiam-se mutuamente. Não que as suas expressões de solidariedade sejam pura hipocrisia; não se poderá, no mesmo momento, ser crente e pecador?

Quanto à Alemanha, conheceu no século XIII um florescimento de poesia patriótica como se a crise do Império houvesse libertado os seus escritores das quimeras universalistas. À semelhança dos membros das assembleias francesas e inglesas convocadas por Filipe o Belo e Eduardo I, os poetas alemães criticam os papas excessivamente imiscuídos nos negócios internos de seu país, os usurários judeus e italianos e os estrangeiros em geral. Verdade seja que censuram também os compatriotas: uma nobreza ávida, um clero simoníaco, juizes corrompidos, camponeses ambiciosos demais. Mas ouçamo-los exaltar o conjunto do povo alemão: «Entre o Elba e o Reno e daí até à Hungria, vivem as melhores pessoas que o mundo conhece... Os homens alemães são bem feitos e as mulheres verdadeiros anjos!» Assim se exprime Walther von der Vogelweide, o maior dos *Minnesinger* (falecido depois de 1228). Num outro poema, contudo, canta a fraternidade humana universal: «Senhor, muitos homens te chamam Pai sem me aceitarem como irmão... Nós somos todos feitos da mesma matéria... Cristãos, Judeus e Pagãos servem Aquele que mantém todas as maravilhas vivas!»

Longa é a lista dos rasgos de patriotismo; longa também a dos casos em que todo o traço de nacionalismo desaparece sob as querelas locais, as aspirações universalistas, as solidariedades e os preconceitos de classe. Ricardo Coração de Leão e Saladino compreendem-se mais depressa do que senhor e servos nalgumas aldeias. São contradições que não pertencem apenas à Idade Média. Constatemos somente o despontar de um sentimento nacional e não tentemos pesar os elementos imponderáveis que o compõem.

Em boa verdade, seria muito mais proveitoso penetrar por baixo das camadas politicamente activas da sociedade e explorar esses estratos inertes que, ainda hoje e nos países avançados, sofrem simplesmente a iniciativa de outrem, refreando-a com a sua resistência passiva, por vezes sem disso se aperceberem. Sacudidos, levados pela história mais do que canalizando-a, esses elementos têm, não obstante a sua importância, às vezes tão primordial como a geografia, o clima ou o solo. É graças a eles que a nação se alimenta, se perpetua, realiza os esforços que se lhe pede ou, pelo contrário, se lhes furta. Para adivinhar e compreender até que ponto a sua miséria contribuiu para a queda do Império Romano, a sua fraqueza para a dissolução do Império Carolíngio e a sua retomada para a reconstrução e para o renascimento europeu da Baixa Idade Média, não é de forma alguma necessário penetrar no segredo dos seus pensamentos.

Que pensam os camponeses?

Não que nos seja indiferente ignorar o estado de alma dessa silenciosa maioria da população. Que dizem as fontes?

Os camponeses quase nunca aparecem nas crônicas políticas do século XIII; mesmo as suas revoltas esporádicas, que até então haviam acompanhado o despertar demográfico e social, parece terem cessado, ou quase. Os documentos económicos, jurídicos, linguísticos e arqueológicos indicam, todavia, em relação ao conjunto da Europa feudal e monárquica, um progresso notável, embora menos radical que o da Europa urbana. É mais difícil, decerto, aumentar uma colheita do que fazer crescer a produção industrial. Contudo, para a massa dos cultivadores como para a elite da burguesia, o século XIII mostra-se uma época de relativa abundância, a melhor, talvez, que a Europa conheceu antes do século XVIII.

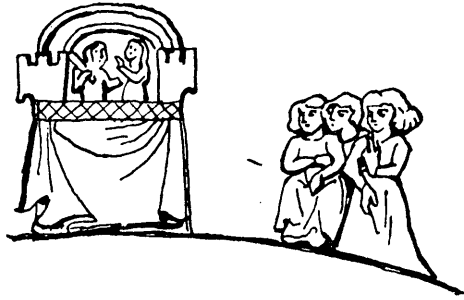


Fig. 67—Um teatro de fantoches do século XIV: *Jeu de Robin et Marion*, drama lírico do século XIII, de Adam de la Halle. Oxford, Bodleian Library, Ms. 264, 1333-1345 (Inglaterra)

As forças motrizes funcionavam já durante a era precedente, mas é no século XIII que atingem a sua plena eficácia e a sua difusão mais geral. Novas técnicas agrícolas, afrouxamento dos vínculos de dependência, e finalmente a inflação, que constrange os senhores a converter as prestações braçais dos camponeses em pagamentos fixos, fazendo depois aluir o valor desses pagamentos: são outros tantos golpes sofridos pela ordem estabelecida. Talvez por isso mesmo os camponeses deixam de se revoltar, sentindo que o tempo trabalha a seu favor.

Em contra-partida, a decadência da pequena nobreza rural vizinha das cidades atinge por vezes a miséria. O senhor do solar de Tintinnano vê-se na necessidade de pedir um subsídio à Comuna de Siena para comprar um par de sandálias; os nobres provençais com famílias muito numerosas empurram, eles próprios, carroças de estrume para o mercado da cidade. No mesmo momento, há camponeses enriquecidos que se instalam em Florença, com grande pesar de Dante, e corrompem a «pureza» do velho estrato burguês. Idêntica emigração para Paris e idêntico desprezo. Rutebeuf, poeta sem dinheiro, consola-se, proclamando que nem o Diabo quereria vilões no inferno: cheiram muito mal!

Longe das cidades, em pleno campo, o contraste entre nobres que descem e camponeses que sobem é talvez menos dramático, mas igual-

mente real. Um poeta austríaco, Seifreid Helbling, lastima que os camponeses vivam como cavaleiros, casem com jovens da nobreza, se mostrem demasiado insolentes graças ao seu dinheiro. Um dos seus concidadãos aconselha os nobres a não oprimir os vilãos, porque estes são bem capazes de destruir o melhor castelo: asserção que os montanheses suíços em breve irão confirmar à custa dos duques de Áustria e dos seus vassallos. No romance *Meier Helmbrecht*, um escritor bávaro previne os camponeses contra as suas ambições excessivas. O filho de um rico rendeiro, conta, encorajado pela mãe e pela irmã a disfarçar-se de cavaleiro, torna-se um dos numerosos bandidos que infestam a região; um belo dia, prendem-no, tiram-lhe os olhos, e enviam-no de novo para a aldeia, onde acabará por ser massacrado pelos antigos companheiros. Contudo, Neidhart von Reuenthal, poeta e cavaleiro, gaba os seus sucessos amorosos junto das belas raparigas dos campos e diverte-se a fazer ciúmes aos jovens vaqueiros.

Pondo de parte alguns laivos arrogantes ou escarnecedores, esta poesia, nascida no coração da Europa, aproxima-se mais da realidade rural do que a sátira grosseira dos *fabliaux*, do que os rios de poesia pastoral nas diversas línguas românicas, ou aquela opereta «avant la lettre» que é o *Jeu de Robin et Marion* de Adam de la Halle (fig. 67). Tudo isto de modo nenhum basta para nos consolar do silêncio dos verdadeiros actores, os camponeses.

Que pensam as mulheres?

Também nada sabemos do que respeita a uma boa metade da população medieval: as mulheres. Se é evidente que do ponto de vista material a sua vida melhorou, o seu estado de alma é-nos ocultado ou mascarado, mais do que revelado, pela produção literária dos homens. As cartas apaixonadas de Heloísa (que Abelardo, porém, convida ao silêncio nas suas respostas), os poemas românticos e graciosos, mas sem grande originalidade, de Maria «de França» (trata-se, talvez, da madre abadessa de Shaftesbury, meia irmã de Henrique II de Inglaterra e de Anjou), os de uma «menina prendada» toscana, da qual apenas sabemos que o pai a queria casar à força; os da condessa de Die; alguns conselhos médicos atribuídos, talvez sem razão, a doutores da Escola de Salerno; certo dito memorável, citado com mais ou menos exactidão por cronistas, hagiógrafos e contistas... é pouco, para um sexo geralmente tido por tagarela!

Será preciso esperar pelo século xiv para que duas mulheres escritoras, de temperamento muito diferente, alcancem lugar de honra na literatura. Uma, Catarina Benincasa, filha de um tintureiro sienês, é uma mística, será uma santa; mas sempre pronta a intervir na vida política por bem da Igreja e da paz. A outra, Cristina de Pisan, filha de um astrólogo veneziano na Corte de França, viúva inconsolável e mãe dedicada, não se cansa de procurar e exaltar exemplos de talento e coragem femininos.

Quanto às mulheres do século XIII, à mercê da pena masculina, reconheçamos que nem sempre fazem brilhante figura. «No Paraíso, escreve Jacques de Vitry, existia apenas uma mulher entre Adão e Deus, mas ela não descansou enquanto não fez expulsar seu marido do Jardim das Delícias e condenar Cristo ao suplício da cruz». Podemos encolher os ombros e replicar, como o fará mais tarde a «mulher de Bath» de Chaucer, «que um eclesiástico não pode dizer bem de uma mulher, a menos que se trate de uma santa». Mas não é preciso exagerar a influência favorável que a crescente veneração da Virgem teve sobre a sorte da mulher: o *Corpus Juris Canonici* diz textualmente que «a mulher não foi criada à imagem de Deus... e por esse motivo se torna evidente que as esposas devem ser súbditas, quase que servas de seus maridos».

O culto cavaleiresco da mulher ideal não deve, também, tomar-se à letra. Tratava-se de uma convenção limitada a um círculo muito restrito de homens, cada um dos quais se consagrava ao serviço de determinada mulher, não lhe importando proceder em relação às outras como lhe aprouvesse, a começar pela sua própria. «Ser casado», diz a primeira regra do manual de amor cortês redigido por André, capelão do rei de França, «não constitui justificação para não se ficar apaixonado». Recomendação supérflua numa época em que os casamentos eram arranjados pelos pais, por razões de conveniência, quando muitas vezes os futuros esposos eram ainda crianças!

Casadas, frequentemente, aos doze ou treze anos, e por vezes com um rapaz de catorze ou um homem de sessenta, submetidas a uma autoridade marital que, embora suavizada no decurso dos séculos, continuava a receber o sustentáculo forte do direito, da religião e dos costumes, expostas com excessiva frequência aos perigos, então muito grandes, do parto, seriam as mulheres do século XIII mais infelizes que as de hoje?

Do mesmo modo que a igualdade dos sexos e o conforto material não asseguram o êxito de todos os casais modernos, também cremos que a desigualdade e as atribulações da vida medieval não impossibilitaram a felicidade conjugal. A vida, tal como a encarava a mulher medieval, era dura para os homens também. A sua própria sujeição, quinhão de todas as outras mulheres, não constituía injustiça pessoal, mas antes um infor-



Fig. 68 — Dama adestrando um falcão. Brocado de Lucca, século XIV, Museum of Fine Arts, Boston

túnio na própria ordem das coisas. E se ninguém contestava que o marido podia bater na mulher «com conta, peso e medida», não faltam provas de que a mulher por vezes lhe pagava na mesma moeda.

A vida da mulher não se limitava à casa, à igreja e aos filhos. Existiam danças para todas as classes, canções para todos os gostos, fábulas para as poucas mulheres que sabiam ler e para as muitas que queriam ouvir. Um dos seus jogos favoritos, a cabra-cega, parecer-nos-ia pueril se não nos lembrássemos dessas jovens casadas de doze anos. As mulheres eram por vezes mais dotadas que os homens para o desporto elegante da caça com falcão (*fig. 68*); João de Salisbury constata o facto e explica-o, dizendo que «os piores elementos estão sempre mais dispostos à rapina». Se a moda variava menos que em nossos dias, fitas, produtos de beleza e cremes custavam relativamente pouco e vendiam-se muito.

Fora dos conventos, as profissões permitidas às mulheres eram poucas; ocupavam-se em mungir, fiar, preparar cerveja. Acrescentemos os casos em que a viúva do tecelão continuava no ofício do marido, em que a mulher do mercador se ocupava dos negócios enquanto o marido viajava, em que a filha do senhor administrava as terras do castelo, esperando que se lhe encontre um companheiro digno. No topo da pirâmide, rainhas, como as irmãs Branca e Berengária, netas de Aliénor da Aquitânia, governaram «virilmente» os reinos de França e de Castela durante a menoridade ou a ausência do soberano legítimo. Tinham a quem sair. Jovem, é certo, Aliénor cometera a loucura de abandonar um rei apaixonado (Luís VII de França) para desposar outro (Henrique II de Inglaterra), mais novo que ela, inconstante, colérico, autoritário. Contudo, em 1189, viúva e com sessenta e sete anos, apesar de dez partos e longos anos de prisão, despendera uma energia indômita para vir em auxílio do seu filho Ricardo Coração de Leão. O seu talento político, tanto tempo desperdiçado, revelara-se então.

Na Terra Santa, onde reis e barões eram continuamente chamados para a guerra, as mulheres governavam por vezes mais tempo que eles. Seria essa uma das razões por que o país dos Cruzados adquiriu rapidamente junto do clero a sombria reputação de um reino dominado pelas mulheres e pela luxúria? É contudo provável que mesmo na Terra Santa, o supremo desejo das mulheres, como tão bem o diz a «mulher de Bath», não consistisse em reinar sobre nações, mas em governar os próprios maridos.

7. OS NÃO CONFORMISTAS: HERÉTICOS E JUDEUS

Duma maneira ou doutra, quase todos os habitantes da Europa católica beneficiaram com o surto económico, intelectual e político dos séculos XII e XIII. Mesmo aqueles povos fracamente organizados, em redor do Báltico, que perderam a independência, ganharam em se associar a uma civilização mais amadurecida do que a sua. Só os não conformistas, heré-

ticos ou judeus, viram desaparecer a relativa segurança de que até então haviam gozado, apesar das agitações populares e das perseguições legais intermitentes. Nenhum ganho positivo compensou, nem podia compensar, a ameaça de morte violenta a que doravante estiveram quase continuamente expostos.

Esta mudança transparece trágicamente numa carta escrita pelas «Colunas do Mundo» (assim se intitulavam os chefes da comunidade judaica de Mogúncia) em resposta a uma circular das comunas francesas, datada de 1096. Aterrados com o espectáculo inédito de centenas de cavaleiros que tomavam a cruz, os judeus franceses tinham ordenado um período de jejuns, na esperança de conjurar a cólera divina, pedindo aos correligionários das cidades renanas para fazerem outro tanto. As «Colunas do Mundo» acederam aos seus votos por espírito de solidariedade, mas sublinharam que no seu país não havia razão alguma para temer «que uma espada estivesse suspensa sobre as suas cabeças». Confiança mal fundada: os judeus de Mogúncia estariam entre as primeiras vítimas da I Cruzada.

A vez dos heréticos chegaria um pouco mais tarde, não no decurso de expedições dirigidas para outros fins, mas mediante cruzadas inteiramente consagradas à sua ruína. A cruzada contra os Albigeneses, as cruzadas contra os Bogomilos iugoslavos, a que se mandou, em 1306-1307, contra os Adventistas de Fra Dolcino nos Alpes, foram, todas elas, mais mortíferas que as cruzadas contra os Muçulmanos. E enquanto o entusiasmo pela guerra na Terra Santa esfriava, acabando por se extinguir no decurso do século XIII, a hostilidade contra os não-conformistas agravou-se em toda a Europa católica. Mais tarde, quando já não se punha o problema de cruzadas longínquas, o Ocidente acendeu dentro das suas fronteiras as fogueiras dos autos-de-fé.

Tolerar ou reprimir? O problema religioso

À primeira vista, as catástrofes que desabam sobre os não conformistas apresentam-se como consequência dos triunfos da religião. À medida que o pensamento teológico se aprofundava e precisava, que as massas passavam de uma observância quase passiva do ritual a uma experiência espiritual directa e à acção, tornava-se inevitável que a presença de ovelhas ranhosas no rebanho cristão parecesse uma vergonhosa nódoa. Seria necessária a violência para a eliminar? Eis-nos de novo perante a questão que pusemos relativamente às cruzadas. Um S. Bernardo de Clairvaux, ainda que homem severo, promotor da segunda cruzada e adversário implacável de Abelardo dirá que não. «A Igreja», escreve, «pode triunfar melhor dos judeus convencendo-os e convertendo-os a pouco e pouco do que passando-os a todos a fio de espada». Quanto aos heréticos, «não se torna necessário esmagá-los pelas armas, mas sim pelos argumentos... pela educação e a persuasão».

A política de persuasão encontrou, no século XIII, outros eloquentes adeptos. S. Francisco juntou-se, sem armas, à cruzada de 1219, a fim de pregar o Evangelho aos muçulmanos do Egipto. Sem êxito aliás, Raimundo Lúlio, glória da Ordem franciscana, esforçou-se no sentido de facilitar uma compreensão recíproca, encorajando o estudo das línguas faladas pelos

infiéis (fig. 73). Após um longo e corajoso apostolado no Norte de África, sofreu o martírio em Bedjaia (Bougie) em 1315. Outros franciscanos foram mais felizes: na Europa, reconduziram pacificamente ao redil milhares de hereges; na Ásia fundaram novas dioceses, graças às quais a fronteira oriental da Igreja católica se acharia transportada, por volta de 1320, da Síria para a China.

Também S. Domingos de Calahorra seguiu a cruzada contra os Albigenses como prêgador desarmado. Num momento de desânimo, todavia, deixou-se arrastar por palavras que pareciam justificar a violência: «Durante muitos anos, procurei em vão convencer-vos pela doçura, prêgando, chorando, rezando; mas como lá diz um provérbio da

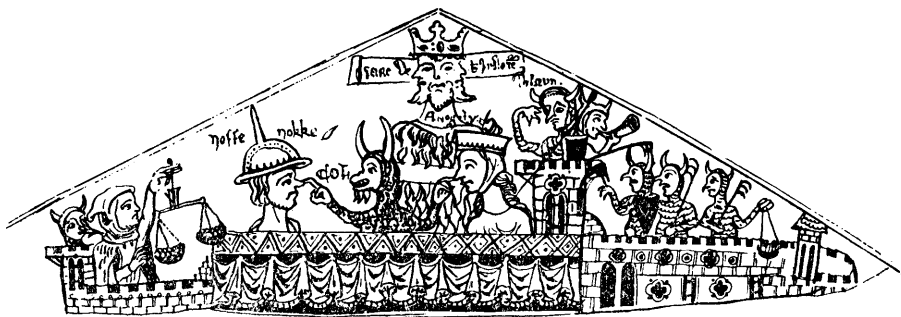


Fig 69 — Caricatura inglesa respeitante aos Judeus. Segundo um Tallage Roll do ano de 1233, Londres, Public Record Office, E. 401/1565 (Inglaterra)

minha terra, onde as bênçãos não resultam, as pancadas resolverão o assunto. Chamaremos contra vós príncipes e prelados...» O seu célebre discípulo, Tomás de Aquino, embora desaprovando as conversões forçadas, empregou duras expressões contra os judeus e aprovou as medidas extremas contra os heréticos quando se tratasse de proteger a massa dos fiéis do perigo do contágio. Ter-se-ia podido exprimir de outra maneira sem entrar em conflito com os seus superiores? Efectivamente, desde 1233 que dominicanos e franciscanos foram postos à testa dessa instituição «profiláctica» que foi a Inquisição.

Em boa verdade, o perigo não era imaginário. Os heréticos mostravam-se hábeis e infatigáveis propagandistas. Quanto aos judeus, que não procuravam adeptos, a sua fé atraía, contudo, eclesiásticos de nomeada, tais como Bodo na época carolíngia ou Wece-lin no século x. Mais tarde, no século XIII, julgou-se necessário condenar à morte todo aquele que se convertesse publicamente ao judaísmo. Quem se quisesse converter, tinha ou de esconder-se ou de expatriar-se.

A opinião pública dividia-se. A intolerância ganhou terreno no século XIII, enquanto subsistia uma corrente pronta a respeitar os justos de todas as crenças. As já citadas palavras de Walter von der Vogelweide, a resistência de Dante em admitir que fora da Igreja não havia salvação, o elogio de Buda ditado por Marco Polo, representam, talvez, pareceres excepcionais de homens excepcionais. Mas o apólogo dos «três anéis» exala um perfume a sabedoria popular. Contado nos princípios do sé-

culo XIII pelo prègador dominicano Estêvão de Bourbon, transmitido depois de boca em boca até Boccaccio que dele fará uma obra-prima, narra a história de um pai que tem três filhos de quem gosta igualmente, mas um único anel precioso para lhes legar. Mandá fazer duas cópias idênticas e à hora da morte dá a cada um dos filhos, em segredo, «o anel». O mesmo se passa com as três religiões, a cristã, a judaica e a muçulmana: «O Pai que a deu sabe qual é a melhor; quanto aos filhos... cada um crê estar em posse da boa».

Numerosas cidades italianas deixam os não-conformistas viver tranquilos, pelo menos enquanto não intervêm agentes e agitadores de fora. É o caso da comunidade cátara de Concorezzo, perto de Milão, e dos grupos heréticos de Verona, Brescia e Mântua. É o caso também, da maioria das comunidades judaicas disseminadas na península. Por volta de 1300 em Érice na Sicília, a *Universitas iudeorum* reúne-se pacificamente na sinagoga, por vezes mesmo na igreja de S. Julião, sede da *Universitas terrae*, a da comunidade cristã. Artífices, membros de profissões liberais, lavradores, raramente usurários, os judeus de Érice associam-se livremente aos católicos e parecem gozar de iguais direitos.

Na Península Ibérica a atmosfera é mais tensa, mas também aí, homens e grupos de religiões diferentes vivem muitas vezes de acordo. No clima menos favorável da Inglaterra (fig. 69), pode citar-se o caso de Canterbury onde, em 1187, judeus e cristãos rezam e lutam lado a lado contra os soldados e as excomunições de um arcebispo despótico. Durante o século XIII regista-se, naquela cidade, um único episódio violento, mas sem morte de homem. Os hereges, contanto que não façam escândalo, escapam ainda com mais facilidade: a Inglaterra no decurso de toda a Idade Média distinguir-se-á pela sua indulgência a seu respeito.

Interesses económicos, solidariedades políticas

Será de facto o fervor religioso a fonte essencial da intolerância? É indubitável que a religião oferece uma desculpa, um pretexto para a violência, e que tapa a boca àqueles que queiram proteger os não conformistas. Velhas calúnias, repetidas de boa ou má fé, reforçam-lhe o efeito. As acusações outrora feitas aos pagãos e aos maniqueus dos primeiros séculos cristãos servem contra todas as variedades de heréticos: adoram o Diabo, abominam a ordem estabelecida, reúnem-se para fornicar. Para atingir os judeus, cujo direito à existência — uma existência inferior, bem entendido — sempre fora reconhecida, desenterra-se a terrível arma que os pagãos, quando os mais fortes, haviam empregado contra os cristãos: a acusação de homicídio ritual. Após séculos de esquecimento, reaparece em Norwich em 1144, e depois noutros locais, com pormenores sempre mais horríveis: os judeus torturam, matam uma criança cristã, utilizam o seu sangue para os rituais da Páscoa, profanam a hóstia! Em vão Frederico II e Inocência IV, esses eternos adversários, se acham de acordo uma vez para repudiar a absurda mentira. Doravante, é tarde demais para impedir que as «vítimas» dos judeus, levadas ao Paraíso, não realizem milagres úteis ao povo e proveitosos aos guardiães das suas relíquias.

Abordamos assim as causas económicas, intimamente ligadas aos motivos religiosos. Uma testemunha insuspeita, Inocêncio III, acusa Simão de Montfort de «derramar o sangue do justo... para servir os seus próprios interesses e não a causa da religião». O cônego Guilherme de Newburgh volta-se contra os autores de uma série de *pogromi* perpetrados em Inglaterra em 1189-1190 e trata-os de homens «temerários e cúpidos... destituídos dos escrúpulos da consciência cristã». Na Alemanha, os nobres sem terras e os burgueses sem dinheiro são os primeiros a lançar-se ao ataque de judeus e de heréticos. Nas províncias mais prósperas de Itália, dá-se o caso oposto: as possessões dos judeus e dos hereges não suscitam inveja, mas a condenação das riquezas e a exaltação da pobreza por parte de certas seitas radicais é que inspiram medo.

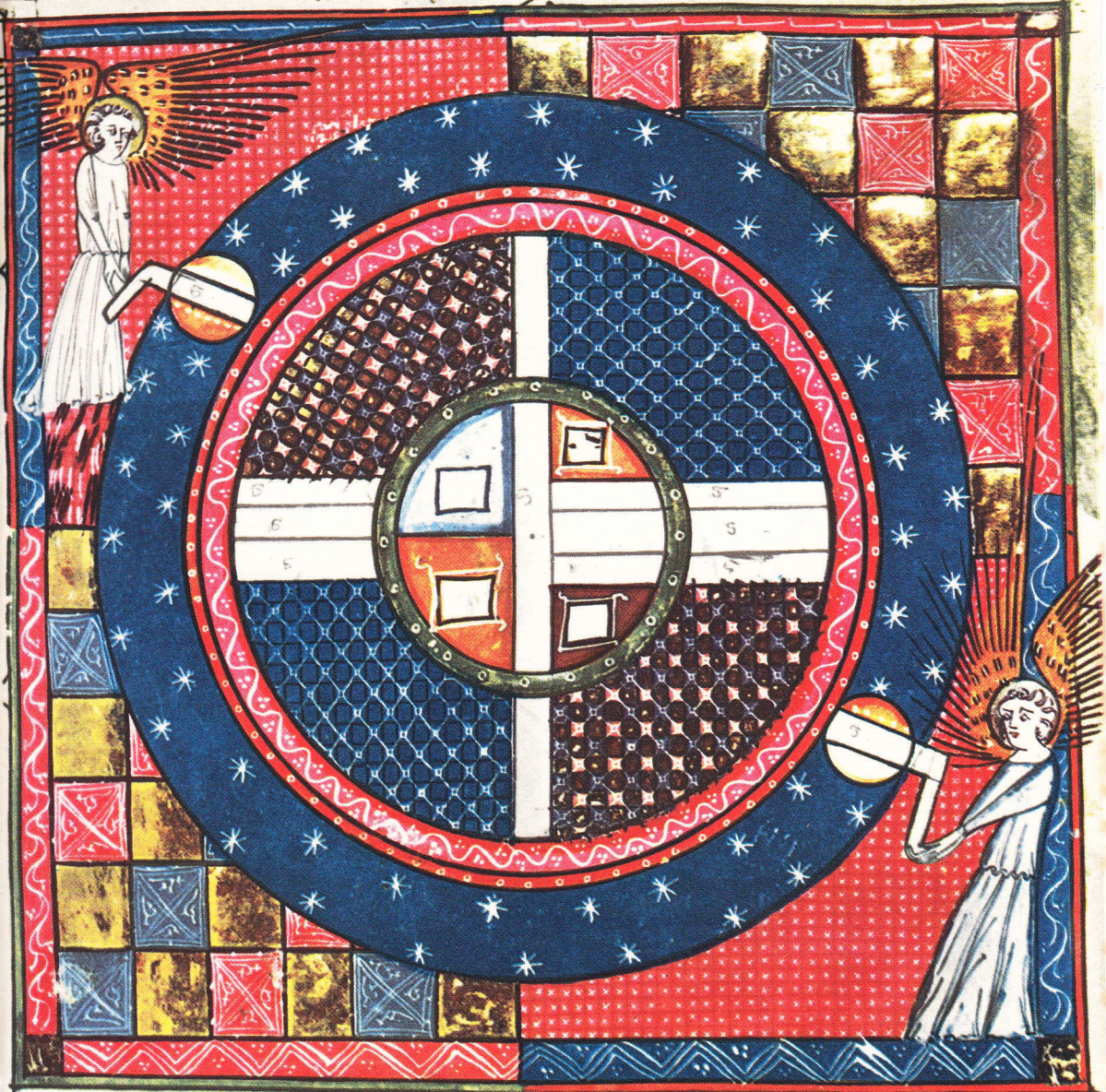
Contudo, vendo bem a questão, a causa mais profunda da intolerância é provavelmente aquela de que menos consciência se tem: o nacionalismo embrionário. Afirma-se quer no topo, quer na base da escala social.

Aos olhos da multidão, o mal principal dos não conformistas reside no facto de serem diferentes, inassimiláveis, misteriosamente ligados às forças maléficas do exterior: invasões, extorsões, epidemias, más colheitas. São gentes que se deve manter a distância, excluir das associações políticas e profissionais, relegar para ofícios odiosos ou repugnantes. Se contra-atacam, expõem-se à vingança de uma maioria enfurecida; se se fecham herméticamente nas suas fortalezas ou nos seus ghettos, tornam-se cada vez mais suspeitos; se abjuram, são constrangidos a denunciar e a denegrir os antigos correligionários como prova de sinceridade.

Aos olhos das autoridades, os não conformistas têm todos os defeitos que lhes atribui a massa, e mais o de serem refractários empedernidos aos quais se não podem aplicar as disposições habituais da lei. O que não impede que, por vezes, convenha protegê-los a fim de os explorar. Jogo perigoso quando se trata de hereges, porque estes nem sequer têm direito à existência. Os governos desejosos de utilizar os seus talentos devem fingir que os crêem bons cristãos e tratá-los como tais. Quanto aos judeus, a lei civil e religiosa reconhece-lhes o direito à vida, enquanto testemunhos da verdade anunciada nas Escrituras, mas condena-os à servidão, enquanto responsáveis pela crucificação. Reis, príncipes e prelados, aproveitam-se disso para utilizar o judeu, de certa maneira, como esponja e como filtro. A esponja absorve as riquezas do povo e lança-as nos cofres régios. O filtro retém o ódio dos súbditos e pode ser deitado fora quando deixa de servir.

Entretanto, um Judeu pode passar da loja do usurário à direcção das finanças públicas, construir para si um palácio, sentar-se à mesa do rei, ganhar, até, a sua amizade se o rei for generoso e verdadeiramente de ideias largas. Mas, nem por isso deixa de ser um «servo do Tesouro Régio», um «escravo da Igreja». Esta, no dizer de S. Tomás de Aquino, «pode dispor de todos os bens do Judeu»; o rei confere-se o mesmo direito. Na Inglaterra, os judeus tinham sido importados por Guilherme o Conquistador para o auxiliar a explorar os seus novos súbditos. Em 1255, esgotados por dois séculos de tal

Y otros las comico p contar



Oels. vii. sygne. edelanatura deiscus.

A Penaturs ornamen
E Noel per son garnimen
I n. signes. c. vii. planetas
E t estellas luzens enemas
D elo digz signes sapiar quastus

us ecclesie digne sociatus
oculorum in unum
manu in corona
et es plantat et firmamen
tabiliu suu somnien

regímen, são «cedidos em penhor» a Ricardo da Cornualha pela miserável quantia de 5 000 marcos; em 1290, serão expulsos, com o único direito a levarem os seus bens móveis. Três decretos de expulsão em França (1182, 1254, 1306), não atingem inteiramente o seu fim. Mesmo sem o exílio, a degradação dos judeus torna-se inevitável onde quer que governos e povos cristãos os constrejam a abandonar o comércio e o artesanato para se especializarem no desprezível e maldito ofício da usura.

A perseguição sistemática

Os papas têm o mérito imenso de se haverem constantemente oposto à violência contra os judeus e ao assassinato dos heréticos penitentes. Mas deram a sua sanção à perseguição sistemática, em parte porque a opinião pública a isso os obrigava, em parte porque eram, eles também, príncipes desejosos de afirmar a sua autoridade. Os actos decisivos datam de 1184 e 1215.

Em 1184, Lúcio III, de acordo com Frederico Barbarruiva, anatematiza os Cátaros, os Valdenses e outros hereges, encarregando o braço secular de os punir. (Não precisa, contudo, que género de punição tem em vista; a ironia do destino quis que o primeiro a enviar os heréticos impenitentes para a fogueira fosse esse Pedro II de Aragão que irá morrer combatendo pelos Albigenses!). Em 1215, Inocêncio III, apoiando-se num concílio ecuménico, decreta diversas restrições a impor aos judeus, uma delas a obrigação de trazerem um sinal distintivo nas vestes, «afim de que se não possa invocar o erro em caso de fornicação». (É curioso notar que essa ideia provém do direito muçulmano que, pelas mesmas razões, impunha um sinal distintivo aos judeus e aos cristãos).

O decreto de 1184 inicia uma avalanche de medidas drásticas contra os heréticos e um dilúvio de comissões de inquérito munidas de plenos poderes. Durante meio século, os comissários pontifícios trabalharão sem directivas preeisas, por vezes sem discernimento e sem piedade; os hereges, reais ou imaginários, ripostarão com a fúria do desespero; todo o sentido das proporções desaparecerá então. Por volta de 1233, os legados pontifícios Conrado von Marburg na Alemanha e Roberto le Bougre no Norte de França cumprirão o que crêem ser a sua missão com tal ferocidade que o primeiro será morto por uma multidão enfurecida e o segundo chamado pelo papa e condenado a prisão perpétua. Então Gregório IX, exibindo o seu talento jurídico, englobará todas as comissões numa só instituição, mais eficaz e menos arbitrária, a Inquisição (da palavra latina, significando «inquérito»).

Tomados um a um, os processos dos inquisidores que repugnam mais vivamente à sensibilidade jurídica moderna — recurso a denúncias anónimas, à tortura, ao segredo, ausência de advogado de defesa, presunção de culpabilidade para o acusado que se furta ao processo ou não consegue provar a sua inocência — têm cada um deles precedentes no

direito romano ou no costume medieval. No conjunto, constituem uma engrenagem capaz de esmagar o indivíduo sobre o qual paira a mais leve suspeita. Se, apesar disso, as absolvições não faltam e as condenações não levam fatalmente à fogueira, é porque a cristandade medieval não perdeu o hábito da indulgência e a Igreja e o Estado não vergaram às suas vontades todas as resistências. Entre 1308 e 1323, o inquisidor Bernard Gui arrancará 613 confissões mas só consignará 45 heréticos ao braço secular. Vítimas relativamente pouco numerosas, tem-se dito. É certo, mas terá havido entre elas homens de um talento e de uma coragem excepcionais. Aliás, não bastará saber que uma imprudência pode significar o processo, o suplício, o confisco de bens e a prisão, para que a liberdade de pensamento sofra um mal incalculável?

Quanto ao decreto de 1215, sem provocar directamente mortes, teve consequências sociais desastrosas. Porque, para os judeus, a obrigação de trazer um sinal distintivo é, nem mais nem menos, uma catástrofe: farão tudo o que estiver ao seu alcance para a evitar. Enquanto não eram reconhecidos ao primeiro relance, podiam circular livremente fora do seu bairro, estabelecer amizades com cristãos, esquecer o peso da servidão, gozar do direito à vida. Agora, marcados como gado, caem abaixo do último dos servos, vêem-se expostos a todos os ultrajes, transportando por toda a parte o ghetto consigo. Mais vale encerrarem-se nesse ghetto e terem confiança na fraca protecção das suas muralhas. Ao sábadó, na sinagoga «cada judeu é rei» (*extra-texto 26, p. 323*).

O ghetto: prisão e pedra de toque

A cultura do ghetto salvará os judeus da extinção, sorte reservada pelo nacionalismo dos vencedores à maioria dos povos vencidos. Mas secará o seu poder criador. O humilde florescimento da poesia em língua vulgar detém-se na Alemanha com Süsskind von Trimberg, *Minnesinger* judeu do princípio do século XIII, na Itália com Immanuel Romano, contemporâneo e imitador de Dante. É verdade que a exegese bíblica, levada já ao apogeu por Rashi de Troyes (1040-1105), prossegue assiduamente, mas sem originalidade. Sobre os estudos talmúdicos paira a ameaça de decretos, condenando à fogueira o próprio Talmud. Se os médicos judeus encontram ainda clientes fora do ghetto, dois únicos pensadores, ambos falecidos fora da Europa católica, exercem influência notória na filosofia cristã do século XIII: Salomão ibn Gabirol, de Málaga (1021-1069), que, aliás, passa geralmente por muçulmano, e Moisés Maimónides, de Córdova (1135-1204). Demasiado imbuído de filosofia grega para seu gosto, Maimónides é suspeito de heresia por parte dos correligionários. Da intolerância nasceu a intolerância; a luta contra os não conformistas atiza-se no próprio seio das comunas. Nelas se irão encontrar fanáticos prontos

a invocar o auxílio das autoridades cristãs para proscrever os livros heréticos dos judeus.

No fundo da sua miséria, esse povo que se obstina a viver como se Moisés não houvesse morrido, como se Cristo não tivesse nascido, é uma presença inquietante entre as nações da Europa católica. Não basta que profecias fidedignas assegurem que a conversão dos judeus precederá imediatamente o fim do mundo. Há gentes que se impacientam, que os querem convencer mais depressa, pelo método que parlamentos e escolas difundiram: o debate público. Aqui e acolá, no decurso do século XIII, organizam-se discussões entre teólogos judeus e cristãos. Mas o teólogo judeu, rodeado por uma multidão hostil, parece-se muito com o touro da corrida para que a sua inevitável derrota elimine o mal-estar.

Dante, desolado com o espectáculo de corrupção que, a seus olhos, a sociedade cristã oferece, censura nestes termos os correligionários: «Sede homens e não ovelhas loucas. — Para que o Judeu entre vós não se ria de vós». Porque tal é, em definitivo, a função dos não conformistas: servir de pedra de toque, de estimulante. Em vão se representaram, nos livros iluminados e nas paredes das catedrais, sinagogas com os olhos vendados ao lado de Igrejas que olham para longe (fig. 70); enquanto houver sinagogas, necessário se torna dizer que a ordem terrestre e cósmica da visão cristã medieval, na qual os judeus não participam, deixa qualquer coisa a desejar.



Fig. 70 — A Igreja e a Sinagoga, arte mosana. Pormenor de um altar portátil (1155-1160), abadia de Stavelot (Bélgica). Bruxelas, Musées royaux d'Art et d'Histoire

Capítulo III

DO MICROCOSMO AO MACROCOSMO

1. O UNIVERSO VIRADO PARA O SEU DEUS

«**A**TENTAI NA VOSSA ORIGEM! — Não fostes criados para viver como brutos — mas para buscar virtude e conhecimento.» — «Na Sua vontade reside a nossa paz! — A vontade de Deus é um mar onde tudo conflui, — o que Ela cria e o que a natureza faz». A quem pertencem, pois, estas duas vozes que, na *Divina Comédia*, nos falam em tons tão diferentes?

A primeira é de Ulisses. Abrasado pelo clarão do seu eterno suplício, a chama onde são lançados os enganadores, Ulisses exorta-nos, contra tudo e todos, a explorar o desconhecido. A segunda voz pertence a Piccarda Donati. Quase sem cor no pálido raio que ilumina a última fila do anfiteatro dos bem-aventurados (o lugar dos que não souberam manter um voto contra tudo e todos), Piccarda exalta o aniquilamento da inquietação humana no seio de Deus. Morta, acha-se perfeitamente feliz na sua longínqua contemplação; vivo, Ulisses apenas conheceu um momento de exaltação, face à montanha do Purgatório, antes de desaparecer nas profundezas do mar e o do Inferno.

Assim, sem o governo da fé, a razão está condenada a extraviar-se, enquanto a fé, por si só, basta para reparar as imprudências da razão.

Contudo, tal como a fé, a razão consiste num estímulo que vem de Deus. As palavras que Dante atribui a Ulisses traduzem, em poesia, um velho conceito de Aristóteles, baseado por sua vez num conceito de Platão, adaptado à filosofia cristã por S. Tomás de Aquino: a espécie humana foi criada com a «potência» de alcançar sabedoria e virtude. Quem se esforça por traduzir em «acto» essa qualidade em potência age pois de acordo com os próprios desígnios do seu Creador.

Os grandes sistemas filosóficos do século XIII

Muita água correu sob as pontes desde o momento em que S. Pedro Damião (falecido em 1072) chamava à dialéctica (a arte de raciocinar) uma simples «serva da teologia», enquanto Adelardo de Bath, tradutor entusiasta da ciência árabe (por volta de 1100), escandalizava os bem pensantes ao declarar: «Até onde alcançarem os conhecimentos humanos, por eles devemos pautar a nossa conduta; só devemos recorrer a Deus quando eles nos faltarem». Se a verdade revelada constitui ainda para a filosofia um horizonte intransponível, esse horizonte alargou-se à medida que a razão se ia elevando.

O século XIII é a idade das grandes sínteses. Apropriam-se dos métodos e da linguagem dos principais pensadores gregos e dos seus comentadores muçulmanos e judeus; utilizam-nos como base, a fim de subirem mais alto e verem mais longe.

Três homens dominam o pensamento filosófico da época: Siger de Brabante (falecido em 1284), S. Boaventura de Bagnorca (falecido em 1274) e, ultrapassando aqueles dois, S. Tomás de Aquino (1225-1274). A título póstumo, Dante tentará reconciliá-los na harmonia do Paraíso, fazendo-os elogiarem-se mutuamente (*figs. 71 e 72*). Na realidade, tiveram, contudo, pontos de vista e destinos bem diferentes.



Fig. 71 — Retrato de Dante, por Giotto (antes de restaurado)

As suas concepções não se prestam de modo nenhum a uma descrição sumária. No que diz respeito a Siger, contentemo-nos com frisar que foi acusado de propagar as mais radicais doutrinas de Averrois, comentador árabe de Aristóteles, célebre por haver negado a criação do mundo,

a imortalidade da alma individual e o livre arbítrio. Acusado de heresia, Siger tentou justificar o estudo de tamanhas enormidades, chamando-lhe um simples exercício de história da filosofia, sem perigo para a fé. Mas é a ele, porém, que a posteridade fez remontar a teoria da dupla verdade: a da fé que se deve aceitar de olhos fechados, e a da razão que nem sempre se consegue fazer coincidir com a primeira. Teoria que poderia ter levado ao completo repúdio da razão, mas cujo destino, pelo contrário, consistiu em fornecer argumentos ao racionalismo integral, ao cepticismo e ao agnosticismo.

A visão de S. Boaventura, prudentemente aberta à influência de Aristóteles, mas inserta na tradição neoplatónica de Santo Agostinho, inscreve-se num céu muito mais sereno. Descobrir, antes de tudo, o cunho de Deus no mundo sensível; contemplar, em seguida, o seu reflexo na alma humana; imergir, por fim, na contemplação directa, no êxtase: tais são as três etapas do seu *Itinerário do espírito para Deus*. Encontramo-nos na ambiência do misticismo franciscano moderado. Não será por culpa de S. Boaventura que os extremistas da sua Ordem enveredarão por falsa via, atraindo a condenação do papa.

Enquanto S. Boaventura escreve sobretudo para almas eleitas, para monges e para santos, Tomás de Aquino dirige-se a toda a sociedade. Quer convencer os leigos e apresentar até argumentos capazes de influenciar os Infieis. Colega de Siger na Universidade de Paris, consegue, na monumental síntese das suas *Summae*, incorporar quase todo o Aristóteles bem como a maioria dos seus comentadores muçulmanos e judeus, expôr o



Fig. 72 — Castelnovo di Magra, perto de La Spezia (Itália), onde Dante teria composto uma parte de A Divina Comédia

sistema astronómico de Ptolomeu afastando o que não se coadune com a interpretação cristã, e repensar por ele próprio os grandes problemas. Abarcando todos os ramos do saber, da metafísica à política, o seu sistema descobre na razão uma prova suplementar a quase todas as verdades da fé. Por isso Tomás de Aquino, como antes dele Abelardo, dará a muitos a impressão de perigoso racionalista. Em 1277, o bispo de Paris condenará algumas das suas teses, ligando-as ao «averroísmo»; o bispo de Canterbury far-se-á imediatamente eco dessa censura e a Inglaterra permanecerá um centro de oposição, mesmo depois da canonização de Tomás em 1323.

Facto paradoxal, o debate só se encerrará definitivamente em seu favor, quando Aristóteles, Ptolomeu e as outras fontes profanas da sua filosofia tiverem perdido os últimos adeptos; em 1879, uma Encíclica pontifícia, sem desautorizar os outros sistemas filosóficos católicos, conferirá ao sistema de S. Tomás o prestígio de uma aprovação especial.

Se pensarmos na crescente intransigência dos ortodoxos para com os não conformistas, no século XIII, há-de talvez surpreender-nos que três porta-vozes autorizados da Igreja tenham ousado manifestar opiniões tão divergentes. Mas a Idade Média não é a Contra-Reforma. O Concílio de Trento não forjara ainda a sua armadura para protecção da doutrina; a série imutável de perguntas e respostas obrigatórias que irá formar o catecismo não foi ainda formulada; é ainda lícito sustentar dúvidas sobre numerosos pontos fundamentais, fixados mais tarde sob a forma de dogmas.

Na verdade, o Credo de Niceia (352) e alguns raros artigos de fé remontando aos primeiros séculos do cristianismo permanecem em vigor e estão-no desde há tanto tempo que a memória das encarniçadas controvérsias no momento da sua adopção quase se perdeu. Mas quando o Concílio de Latrão proclama, em 1215, o novo dogma da transubstanciação (transformação do pão e do vinho da Eucaristia no corpo e sangue de Jesus), numerosas são as consciências que se perturbam por aquilo que parece um conflito com a ciência aristotélica da época. Cinquenta anos mais tarde um padre tcheco, que não conseguia acreditar nesse dogma, viu, súbitamente, a hóstia tornar-se escarlate no cálice; a Santa Sé apressou-se a dar ao milagre toda a publicidade possível, criando a festa do *Corpus Christi* e ordenando, em sua honra, a construção da imensa catedral de Orvieto.

Realismo e alegoria

Em geral, a fé mostra-se ainda suficientemente flexível no século XIII, para que a grande maioria dos pensadores católicos não se sinta mais ligada aos seus dogmas do que um liberal ou marxista convicto de hoje se sente prisioneiro dos princípios fundamentais do liberalismo ou do marxismo, ou do que a um homem de ciência moderno repugne aceitar um postulado matemático. Os conflitos entre fé e razão nem sempre são evitáveis, mas na maior parte dos casos consegue-se resolvê-los mediante a interpretação alegórica dos textos sagrados.

Semelhante interpretação oferece mais de um atractivo à mentalidade medieval europeia. Não tinham já os Padres da Igreja ensinado que as alusões da Bíblia a fenómenos naturais reflectiam a opinião científica do seu tempo e nem sempre deviam ser tomadas à letra? Santo Agostinho, nomeadamente, num comentário que Galileu haveria de retomar — em

vão! — declarava que «se nos acontece ler nas Sagradas Escrituras uma passagem susceptível de diversas interpretações, não nos devemos... comprometer com uma delas a ponto que, investigada um dia a verdade mais profundamente, a interpretação se arrisque a cair e nós com ela».



Fig. 73 — Raimundo Lúlio aprende árabe com o seu escravo mouro que blasfema, e zanga-se com ele. (Segundo uma miniatura da Vita Coactanea de Raimundo Lúlio, General Landesarchiv, Karlsruhe (Alemanha))

ção de «ciência natural moralizada» para usos dos cristãos de Alexandria no século II. Do *Physiologus* e de inúmeros bestiários medievais, seus descendentes, recebeu a zoologia literária dos nossos antepassados alguns dos seus mais singulares espécimes: desde a fénix, símbolo da morte e ressurreição de Cristo, até à formiga-leão que, nascida dos amores de uma formiga e de um leão, não pode alimentar-se nem de carne nem de sementes e está condenada a perecer como todos os homens que pretendam servir a Deus e ao Diabo.

Realismo e alegoria, observações penetrantes e apólogos absurdos acotovelam-se nos escritos do século XIII (figs. 73 e 74). Idêntico fenómeno se regista, aliás, em épocas mais científicas da Baixa Idade Média; como a fénix, o simbolismo nunca perece e as lendas consagradas pela tradição levam tempo a morrer. Para mais, enquanto a Arábia permanecesse inexplorável e inacessível, quem podia garantir, contra os testemunhos concordantes dos naturalistas antigos e medievais, que a Fénix árabe realmente não existia? As duas mais ambiciosas construções literárias da época, o *Roman de la Rose*, — dois autores, 24 000 versos, gerações de leitores entusiastas, — e *A Divina Comédia* oferecem essa sobreposição sistemática

da mais complexa alegoria e do mais rigoroso realismo, reflectindo todo um modo de pensar, de ver o universo de maneira diferente da nossa. Para esclarecer estas atitudes medievais sem um exame pormenorizado das

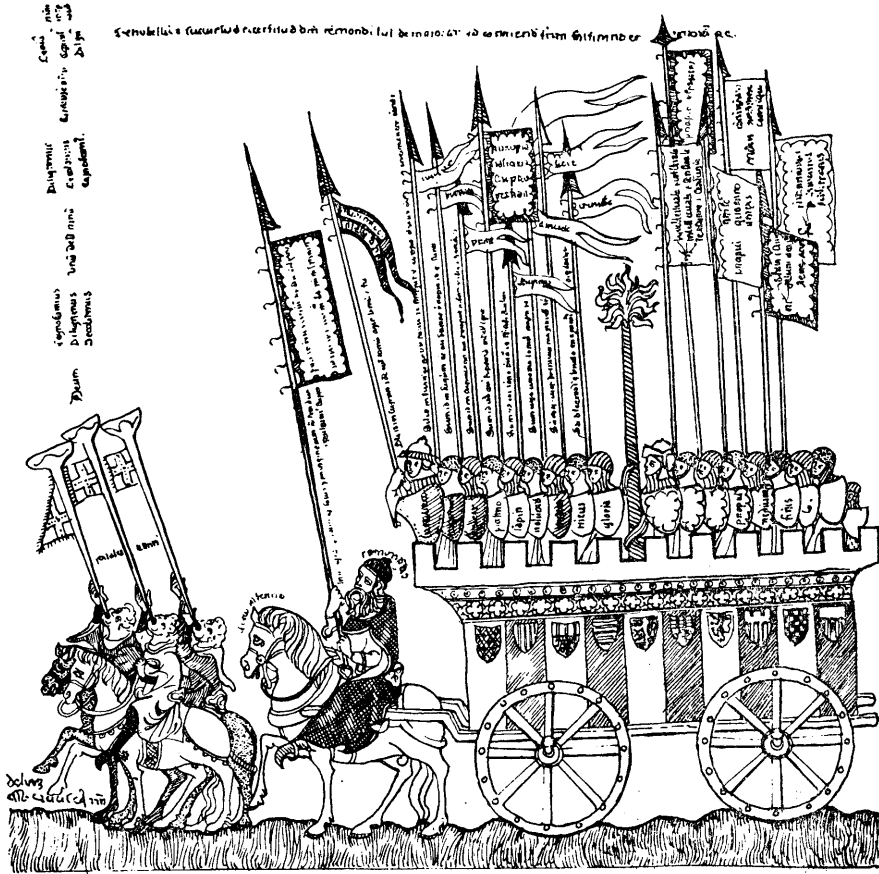


Fig. 74— Representação alegórica de Raimundo Lúlio, à cabeça do exército da Verdade, avançando contra o Erro e a Ignorância (no carro, brasões filosóficos: Sabedoria, Virtude, etc.) Vita Coactanea, obra cit.

correntes ideológicas que para elas convergem, necessário se torna reduzi-las à sua expressão mais simples. Para mais, é na sua forma simplificada que as especulações dos intelectuais marcaram o público culto. Para os ignorantes, até o *Physiologus* se mostrava já bastante difícil.

O homem no centro da criação

Diz-se muitas vezes que a civilização europeia da Baixa Idade Média foi modelada pela fé em Deus. Seria preciso acrescentar, pelo menos, «e pela fé no homem, criado à imagem de Deus». Depois de humildemente ter prestado homenagem ao infinito poder e sabedoria do Criador, o homem medieval orgulhava-se de, apesar da sua indignidade, ter sido escolhido para centro físico e moral de toda a criação.

Desejosos de extrair do caos da experiência quotidiana teorias harmoniosas e simétricas, os homens de ciência pagãos haviam construído um universo inteligível, matemática e geometricamente ordenado, no qual a função de Deus e do Destino não estava claramente definida, mas onde o homem era a medida de todas as coisas e o escalão superior dos objectos animados e inanimados. Os profetas judeus, mais cônscios da ordem moral que da ordem física, tinham feito do homem a obra-prima de Deus, obra-prima incompleta e rebelde, mas soberano entre as criaturas e capaz de se elevar indefinidamente graças ao espírito que nele soprava e ao conhecimento do bem e do mal, roubado à Árvore da Vida. Os Evangelistas viram o filho de Deus encarnar e morrer para terminar a obra-prima e remir o pecado original.

Será então causa de espanto que os homens do século XIII, contemplando enfim o panorama completo da sabedoria pagã, judaica e cristã, procurassem a explicação final dos fenómenos naturais, não em eventuais causas externas, mas no seio da sua própria consciência, espelho da vontade divina?

É na teoria do microcosmo que este antropocentrismo encontra a sua expressão mais literal: o homem seria um modelo em escala reduzida do universo ou macrocosmo. Ideia sem verdadeira originalidade, pois se liga às primeiras teorias atomistas dos Gregos; ideia não exclusivamente ocidental, porque remonta talvez às crenças egípcias, seduzindo místicos muçulmanos e cabalistas judeus; por outro lado, encontramos-la, sob uma forma ligeiramente diferente, na China. No Ocidente medieval, esta doutrina contou alguns partidários entre os Padres da Igreja, mas só no século XII se-elevou a primeiro plano, graças a um tratadinho de cosmologia feito por Bernardo de Tours (*De mundi universitate sive Megacosmus et Microcosmus*) e às lucubrações médico-místicas de Santa Hildegarda de Bingen. Doravante quase todos os filósofos e sábios a sustentariam como evidência, ou pelo menos como postulado.

O microcosmo humano e o macrocosmo universal, organizados mais ou menos da mesma maneira, podem explicar-se e modificar-se um ao outro por analogia e por influência recíproca. Entre os sete «planetas» (compreendendo o Sol e a Lua), os sete metais, os sete orifícios da face humana e os sete «temperamentos» (do lunático ao jovial e ao saturnino) existe toda uma rede de influências e de correspondências. Os quatro humores em circulação no corpo humano (sangue, linfa, bÍlis e atrabÍlis) correspondem aos quatro elementos constitutivos de todos os corpos do universo (ar, fogo, água, terra). O espírito, quinta-essência incorruptível do homem, corresponde à quinta-essência, espírito incorruptível de todas

as outras coisas. Por sua vez os quatro humores e os quatro elementos são o produto de combinações várias dos quatro princípios fundamentais (calor, frio, humidade, secura); a instabilidade destes princípios no céu reflecte-se sobre o carácter e o destino do homem. A quinta-essência, essa, não varia; quem consegue assenhorear-se dela pode empregá-la para transmutar a matéria e prolongar a resistência do espírito vital no homem. Por consequência, astrologia e alquimia tornam-se as chaves da psicologia e da medicina.

Para mais, sendo as leis do microcosmo igualmente válidas para o macrocosmo, as forças motrizes do universo são comparáveis aos sentimentos e às aspirações que movem o homem. Este tende para Deus com mais ou menos ardor, com mais ou menos constância de acordo com as qualidades e os defeitos da sua alma; os restantes corpos agem e deslocam-se com maior ou menor eficácia e continuidade, segundo as qualidades e os defeitos da sua matéria. Consequentemente, ética e metafísica são chaves das ciências matemáticas e naturais.

O universo «moralizado»

Num universo assim «moralizado», não há lugar para o acaso nem para a indiferença. Objectos e fenómenos são bons ou maus consoante tendem para o fim que Deus lhes assigna ou se mostram refractários à Sua vontade; são nobres ou vis segundo a sua potência inata para executar actos que os aproximem do Creador, ou actos úteis ao homem, protagonista escolhido da criação.

O movimento circular dos astros é melhor e mais nobre que o movimento irregular dos homens, visto que é contínuo, uniforme, banhado de luz divina. A inércia do centro da terra, onde todos os objectos caem em direcção a Satanás, imóvel e prisioneiro na noite eterna, é baixa e má. O mal, contudo, não é tanto uma força, uma substância activa, como uma privação, uma ausência de bem. Na realidade, todas as fontes de energia convergem numa só: o amor que de Deus jorra para as creaturas, voltando das creaturas para Deus.

Esta visão harmoniosa, unitária, simétrica, de um universo coerente e organizado num fim único, explica a razão por que os filósofos do século XIII são ao mesmo tempo poderosos pensadores e distraídos observadores. A verdadeira ciência, a seus olhos, não consiste em medir quantitativamente fenómenos específicos, mas em avaliar qualitativamente a tendência de cada coisa, a sua função útil. A sua questão científica não é: «como e quanto?», mas, «para que fim?»

Nos nossos dias, uma observação mais aprofundada revelou fontes de energia indiferentes, das quais a Idade Média nem sequer suspeitava, e obrigou-nos a renunciar à busca do porquê da natureza. Seria em vão

que hoje tentaríamos voltar ao paraíso perdido de um universo todo ele virado para Deus, completamente organizado em redor do homem. Pode, aliás, perguntar-se se se tratava verdadeiramente de um paraíso: a nossa angústia face a um universo inexplicável é, talvez, menos cruel do que a angústia daqueles que, entrevedo o plano divino, temiam a todo o momento violar suas ordens. Hoje estamos mais bem armados para a vida, ainda que mais sós diante da morte.

2. ARTES LIBERAIS E ARTES MECÂNICAS

Tal como o «sistema feudal», a «escolástica», ou filosofia ligada à teologia e à ciência, como se ensinava nas escolas da Idade Média, não é bem vista. Os recentes esforços dos «neo-escolásticos» no sentido de a reabilitar não bastaram para nos fazer esquecer as sátiras de Galileu e de Molière, a luta dos pioneiros da ciência nova e dos métodos experimentais contra os conservadores armados de Aristóteles e de S. Tomás. Digamos, pois, mais uma vez, que no século XIII a ciência nova era a de S. Tomás; os conservadores de então aferravam-se ao neoplatonismo e a Santo Agostinho ou a interpretações simplistas dos seus dogmas; a experiência era a que já servira de base às observações de Aristóteles, experiência corrigida, se para isso houver azo, por novas observações escolásticas.

E contudo, não se pode negar que o sistema de S. Tomás se prestava à petrificação no decurso dos séculos seguintes. Nada mais difícil do que afastarmo-nos de uma visão perfeitamente racional. Chegada a essa estreita plataforma em que os conhecimentos práticos da ciência se encontravam com as instituições da teologia, a filosofia escolástica não podia subir mais. As *Summae* respondiam a quase todas as questões, chegavam para quase todas as objecções, explicavam logicamente quase todos os fenómenos naturais, sem atentar contra a suprema verdade da fé. Para quê, então, atormentarmo-nos a analisar mais rigorosamente os factos, com risco de nos encontrarmos, como Averrois, frente ao problema da dupla verdade? «Espécie humana, contenta-te com o *quia*», disse Dante; é limite para além do qual a razão não pode avançar.

Os filósofos da luz e a «ciência experimental»

Contudo, sem ultrapassar esse limite era possível discutir infinitamente sobre os méritos respectivos da velha Escola e da nova ou defender certos aspectos do platonismo de Santo Agostinho contra o prudente aristotelismo de S. Tomás. A teoria agostiniana da iluminação divina, fonte de

todos os conhecimentos humanos, conservava o seu atractivo. Oferecia a S. Boaventura o ponto de partida para as suas iluminações progressivas que levavam a Deus. As teorias da Escola filosófica de Oxford ligavam-se-lhe também, mas sob um ângulo diferente, porque o fim em vista residia menos na sabedoria divina do que na potência divina.

Com efeito, para os filósofos de Oxford, a luz é «a primeira força corpórea», geradora do movimento e das coisas materiais; noutros termos, a fonte primária da energia. Por isso renunciavam a demonstrar pela razão as verdades da fé, esforçando-se antes por explicar os fenómenos luminosos mediante a observação directa e algumas experiências práticas. Reconheçamos sem reserva a importância deste método, o método que Roger Bacon, no seu *Opus Maius* (entre 1266 e 1268), qualificará de «ciência experimental». Mas não nos deixemos seduzir pelo rótulo antes de, por nossa vez, termos observado o que ele encobre. Quais eram as ambições da Escola de Oxford? Quais foram as suas realizações?

O seu chefe de fila, Roberto Grosseteste, chanceler da Universidade (falecido em 1253), retoma as teorias ópticas dos Gregos e dos Árabes, sublinha a analogia entre a propagação da luz e a do som, estuda a reflexão e a refacção. As suas pesquisas sobre o arco-íris permitem-lhe formular nova lei quantitativa da refacção, «demonstrada por experiências» («lei» inexacta, contudo). O seu célebre discípulo, Roger Bacon, vai mais longe na mesma via, alargando as investigações à anatomia do olho, aos diversos tipos de espelhos côncavos, de lentes planas e convexas. Por último, dois sábios não tão directamente ligados a Oxford — Witelo, nascido na Silésia por volta de 1230, e Dietrich von Freiberg, um Saxão, falecido por 1311, — ocuparam-se com êxito de novos trabalhos teóricos e experimentais sobre o arco-íris e outros campos da óptica. De experiência em experiência, o progresso é inegável. Mas um modesto progresso num domínio limitado.

As ambições da Escola de Oxford eram muito mais vastas do que as suas realizações. «É possível fabricar máquinas que permitam navegar sem remos», afirma Bacon, «carros sem animais... engenhos voadores... máquinas que se deslocarão no próprio seio do mar e dos rios, mesmo no seu fundo... pontes sem pilares e sustentáculos... e outros aparelhos inauditos. Tem-se trabalhado nestes engenhos na Antiguidade e... nos nossos dias, à excepção, talvez, da máquina voadora».

Aqui, no entanto, Bacon abandona o limiar da ciência para entrar no país dos sonhos. Os inventores antigos em quem pensa não são, nem os sábios helenísticos, nem os engenheiros romanos, mas, antes, o Alexandre Magno da literatura cavalleiresca, o Alexandre que as miniaturas da época nos mostram no seu carro, levado pelos ares por quatro fogosos grifos. Quanto aos inventores dos «nossos dias», Bacon declara conhecer um «perito» que «pensou no meio» de fabricar um engenho voador. Seja, mas bastará ter pensado para ser um «perito»?

No próprio domínio da óptica, a «ciência experimental» não vai longe. Grosseteste sugere o emprego de lentes que sirvam para aumentar e aproximar os objectos pequenos e longínquos; Bacon sugere lentes convexas para corrigir o presbitismo, mas nem um nem outro sonhou em construir uma «máquina» bem simples: os óculos. Serão necessários obscuros artifices italianos para os inventar, é verdade que talvez a conselho de algum monge que houvesse lido a *Opus Maius*. Em 1300, a corporação dos vidreiros de Veneza, desejosa de explorar comercialmente a nova invenção, adopta um regulamento especial respeitante às «rodas para os olhos»... e essas rodas por seu turno permitirão aos filósofos prolongar as suas leituras.

Ciência, magia, técnica: os alquimistas

A ciência, tem-se dito, nasceu de um consórcio das matemáticas com a magia. Sem o auxílio de impulsos irracionais, da ilusão, da imaginação, a erudição dificilmente sairia dos antigos caminhos. Deste modo não nos devemos escandalizar quando Bacon sustenta que graças à astrologia se podem sondar experimentalmente os sentimentos e as intenções dos acusados em vias de julgamento (a sua fé inabalável na astrologia fá-lo-á, aliás, ser condenado pelos seus superiores eclesiásticos a uma clausura extremamente rigorosa). Mas para servir o que hoje chamamos ciência, necessário se torna que a magia saia do domínio do sonho, não tema sujar as mãos, «experimentando e tornando a experimentar», se entregue a uma série infinita de experiências práticas. Deste ponto de vista os louros não pertencem aos filósofos da luz, mas sim aos alquimistas.

Sempre excitados pela febre do ouro, os alquimistas, mesmo no seu tempo, gozaram de má reputação. Não se devem, contudo, confundir os impostores, naturalmente numerosos nesse domínio, com os muito respeitáveis homens de ciência. Verdade seja que estes se propunham transformar os metais «imperfeitos» em ouro perfeito, mas não era aí que estava o seu principal objectivo. Viam nisso sobretudo um meio de remontar desde os objectos mundanos, corruptíveis, instáveis, à eterna perfeição de Deus. A sua ideia dominante, derivada da ciência grega e árabe para se adaptar à filosofia cristã, dizia que todas as substâncias terrestres são combinações impuras de enxofre e mercúrio, sendo, por sua vez, o enxofre e o mercúrio terrestres formas corrompidas do enxofre e do mercúrio «filosóficos». Através de inúmeras manipulações destinadas a alterar os quatro princípios nos quatro elementos (aquecendo-os, arrefecendo-os, secando-os, humedecendo-os), os alquimistas esperavam isolar o quinto elemento, ou quinta essência, e eliminar por aí as impurezas da matéria. O seu primeiro triunfo consistirá na criação da «água inflamável», quer dizer do álcool a 60° (a primeira descrição do processo de destilação remonta aos princípios do século XII); o seu segundo triunfo o aparecimento da «água ardente» (álcool a 95°).

Todavia, o ouro é mais falaz. Quando um dos mais ilustres naturalistas e filósofos medievais, Alberto Magno, mestre de S. Tomás, submete amostras de «ouro alquímico» à prova do fogo, é para constatar que se reduzem a cinzas. No entanto, não põe em dúvida a possibilidade de transformar os metais: tudo estava em encontrar o bom caminho.

A via dos filósofos da luz iria desembocar na óptica moderna, enquanto a dos alquimistas levaria a um beco sem saída. Mas, de caminho, os alquimistas foram desenvolvendo novos métodos de análise, fabricaram grande

variedade de instrumentos de laboratório, destilaram numerosas essências vegetais, produziram o ácido nítrico e o ácido sulfúrico... Se estas descobertas não lhes foram de utilidade imediata, outros ramos do saber as aproveitaram porquanto ainda que muito débil, a ciência da Idade Média não apresentava compartimentos estanques. Arnaldo de Villanova, alquimista, astrólogo, filósofo, médico na cõrte de Aragão (falecido em 1313?) recomendava a água ardente aos seus doentes. E tinha razão, pois que, se não constituía o elixir da longa vida que os alquimistas esperaram, a água ardente não deixava de ser um desinfectante e um estimulante eficaz.

Embora menos frequentes do que os existentes entre os diversos ramos da ciência, registavam-se, contudo, contactos entre ciência e técnica. A linguagem hermética na qual os alquimistas se esforçavam por envolver as suas fórmulas não impede que as suas experiências influenciem o desenvolvimento prático da destilação, o progresso da metalurgia, o fabrico de explosivos. Inversamente, os conhecimentos empíricos dos marinheiros no que respeita à agulha magnética, são utilizados por Pedro de Maricourt, em 1269, no seu notável tratado sobre o magnetismo. A álgebra teórica de Leonardo de Pisa, por volta de 1200, enxerta-se na aritmética quotidiana de seu pai, empregado comercial em Bedjaia, no Norte de África.

A imaginação dos artistas superará mesmo o abismo que separava a mecânica dos filósofos, fundada no amor divino e na potência inata dos corpos, da mecânica prática dos construtores e artífices. Dante comparará a dança harmoniosa dos bem-aventurados ao movimento preciso do relógio mecânico de escape (invenção do século XIII). O ilustrador de um manuscrito filosófico pintará dois anjos que, levados pelo amor divino, fazem rodar o Primeiro Céu Móvel por meio de uma imensa manivela de eixo, outra invenção medieval (*extra-texto VII, pág. 354*).

A aristocracia dos estudos

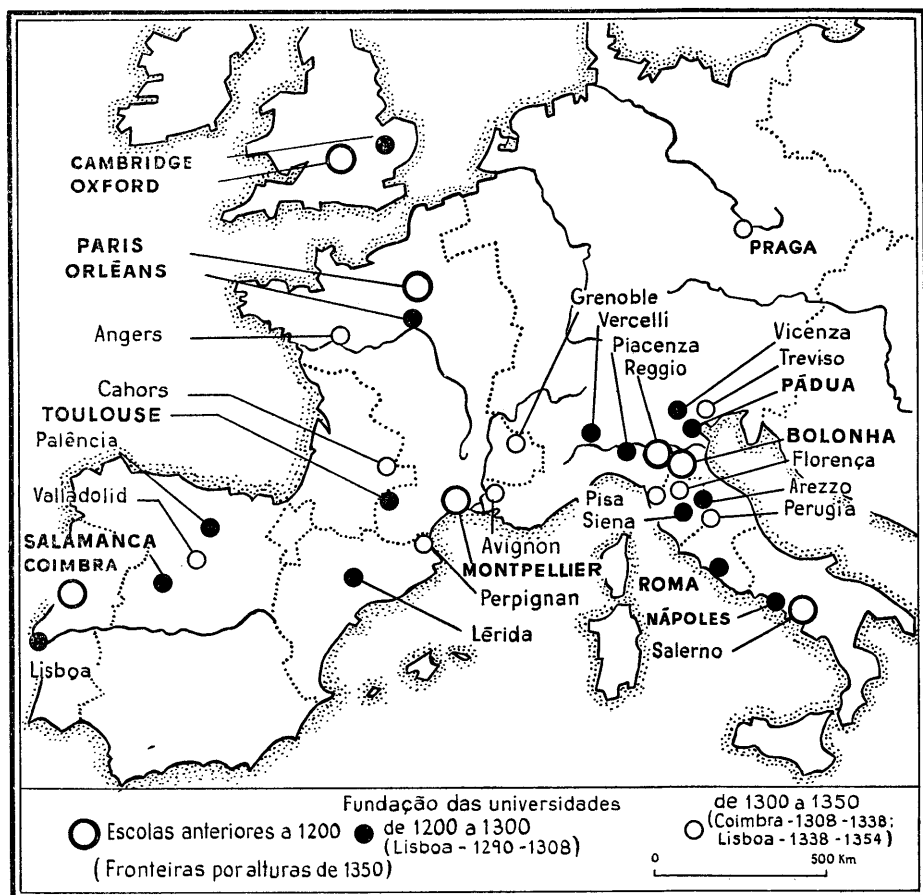
O que não teria podido realizar o engenho manual e mental dos inventores anónimos, se se tivesse aliado ao espírito de síntese e às curiosidades novas da filosofia cristã? Talvez que a revolução científica da idade moderna houvesse começado no século XIII. Mas semelhante fusão era impossível para a época; herdados da Antiguidade, reforçados pela sociedade feudal, todos os preconceitos das «artes liberais» contra as «artes mecânicas» a isso se opunham então.

Com efeito, na época de Dante, como na de Aristóteles, as «artes liberais» constituem os únicos estudos julgados dignos de preparar o cidadão para a proeminência intelectual, moral e social. Varrão, o douto amigo de Cícero, enumerava ainda nove: gramática, retórica, lógica, música, aritmética, geometria, astronomia, medicina, arquitectura. No entanto, as

O APOGEU DA EUROPA MEDIEVAL NO SÉCULO XIII

duas últimas matérias, manchadas de certa proporção de trabalho manual, vêm-se eliminadas na idade imperial.

No limiar da idade bárbara, Cassiodoro admite apenas sete artes liberais. É verdade que nos princípios do século XII, quando as escolas recome-



Mapa 22 — As Universidades na Idade Média

çam a florescer (mapa 22), um filósofo místico, Hugo de S. Vítor, terá palavras de elogio para as outras sete especialidades que, no seu conjunto, constituem a ciência «adulterina» da mecânica: vestuária, armaria (compreendendo a arquitectura), navegação, agricultura, caça, medicina, teatro. Mas era já tarde demais: o *curriculum* cristalizara-se em torno do núcleo das



sete artes liberais. O que elas não ensinam, dever-se-á, de futuro, aprender na loja do mestre-artífice ou nas escolas técnicas de nível inferior.

Mesmo amputado da técnica e das belas artes, o programa universitário permanecia vasto e sugestivo. Na base, as três artes literárias do *trivium*: elementos de conversação e de composição latina (gramática); estilística aplicada à redacção de cartas, de documentos e, por vezes, de poemas em latim (retórica); raciocínio metódico, debates oratórios e, por extensão, iniciação filosófica (lógica ou dialéctica). Após os cursos do *trivium*, cursos «triviais», quer dizer, elementares, vêm as quatro artes científicas do *quadrivium*: aritmética, geometria, astronomia, «música» ou antes «musicologia» (teoria matemática das frequências e dos intervalos, iniciando-se, habitualmente, por reflexões gerais sobre a harmonia das esferas). Por fim, o estudante estava apto a enfrentar a rainha do saber: a teologia. Se, contudo, preferia dedicar-se ao estudo da justiça divina no seu pálido reflexo terrestre, podia aperfeiçoar-se em direito canónico e civil. Ou então — mas aqui a justificação religiosa era ténue e perigosa a aproximação com as «artes mecânicas» — o estudante podia baixar a vista da saúde da alma para a do corpo e consagrar-se à medicina.

Nenhuma das outras especialidades que nós qualificaríamos de intelectuais conseguiu elevar-se ao nível do ensino universitário: nem a arte do arquitecto, indispensável, contudo, naquela era de igrejas e fortalezas; nem a eloquência do orador, ou o saber do notário, apesar da reputação de algumas escolas de *ars dictaminis* e de *ars notaria*; nem a ciência do alquimista, mesmo se acenava com a fórmula secreta de riqueza e longa vida. Um tal espírito de exclusão implicava um ostracismo social: o próprio Hugo de S. Vítor, esse defensor das «artes mecânicas», recomenda-as apenas aos «plebeus».

Nos meios mais restritos esse ostracismo mostra-se inexorável; estende-se mesmo às artes «liberais» de tendências demasiado concretas. Na Universidade de Paris, o prestígio dos estudos filosóficos e teológicos tende a atrofiar todas as outras matérias. O *quadrivium* sacrifica-se ao *trivium* e, neste último, a retórica subordina-se à dialéctica; negligencia-se a medicina; o direito canónico não se faz acompanhar do direito civil.

É verdade que o caso de Paris é excepcional; numerosas universidades, em Inglaterra e nos países mediterrâneos, têm o *quadrivium* em grande estima e concedem o primeiro lugar às suas Faculdades de medicina e de direito. Já no século XII, a Itália escandalizava um observador alemão, Otto von Freising por elevar aos mais altos cargos públicos «até os trabalhadores das artes mecânicas, que, entre os outros povos, são afastados como a peste dos estudos mais honrosos e liberais». Mas, mesmo em Itália, uma linha de separação muito nítida entre as disciplinas teóricas e os conhecimentos técnicos demora o livre intercâmbio de ideias e métodos, abaixa o nível intelectual da instrução dada à maioria (os que vão simplesmente à escola ou aprendem um ofício), encoraja a minoria dos eruditos puros a raciocinar no vazio.

Não sejamos, contudo, demasiado severos para com esses eruditos. Se considerarmos que, em 1284, a Faculdade das Artes de Paris (*extra-texto 14, p. 179*) apenas contava 120 professores e talvez menos de

2 000 estudantes, é lícito admirarmo-nos que de tão restrito grupo hajam nascido ideias tão variadas e tão profundas. Não há dúvida de que a ausência de preocupações de ordem utilitária favoreceu o despertar do seu espírito. Demais, como formular um juízo equitativo sobre o valor prático dos estudos medievais se apenas se considerarem as disciplinas relativas ao raciocínio e visando o céu? Olhemos antes para um caso limite, a medicina, a um tempo arte liberal e prática manual (*extra-texto 30, p. 387*), *fig. 75*).

3. MÉDICOS, ASTRÓLOGOS, TAUMATURGOS

Na Alta Idade Média, a medicina, exactamente como as outras ciências, refugiara-se nos mosteiros e alimentara-se de magras leituras; mas foi a primeira a abandoná-los e a primeira a rever os métodos empíricos.

Desde o século x que os monges eruditos da França e da Lotaringia falavam com inveja dos médicos de Salerno, na maioria laicos e «desprovidos de cultura literária, mas munidos de grande experiência e talento natural». Salerno, porto de mar e capital de um principado «lombardo», abria-se às influências do mundo islâmico e bizantino; para mais, era vizinha da célebre abadia do Monte Cassino, fundada por S. Bento e dotada de uma das melhores bibliotecas da época. No século xi, o abade Desidério (o futuro papa Vítor III) descreveu com orgulho os milagres do santo fundador: aparecendo em sonhos ao duque da Baviera, Bento operara-o a um cálculo que, em seguida, lhe depusera nas mãos, sem

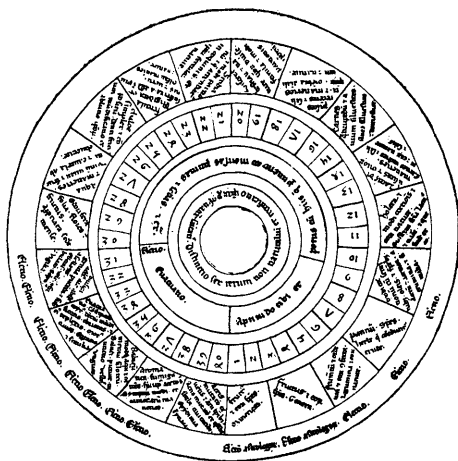


Fig. 75 — Disco indicando os medicamentos e o momento em que devem ser ministrados. Codex Paneth, manuscrito escrito em Bolonha. Biblioteca de Medicina da Universidade de Yale. (Estados Unidos). Cf. extra-texto 30

o acordar! Isto não impediu que, tendo adoecido, Desidério se fosse tratar a Salerno.

Nos princípios do século xii, a medicina da alma foi declarada incompatível com a do corpo. A Igreja proibiu os monges de serem médicos de

profissão; proibição renovada em 1219 e estendida, então, à profissão legal bem como ao clero secular. O serviço dos hospitais, em contra-partida, permaneceu quase inteiramente nas mãos de monges e de religiosas; concebidos originariamente como hospícios para pobres e para viajantes (válidos ou não), os hospitais multiplicaram-se e especializaram-se. E, claro está, não se proibiu o clero de escrever obras de medicina e de tratar de outros eclesiásticos.

De Salerno a Bolonha

Tornada inteiramente laica entre os séculos XI e XII, a escola de medicina de Salerno soube conciliar a prática com o estudo. A sua produção escrita foi vasta. Garioponto ou Guarimpoto, o primeiro autor medieval que podemos identificar (antes de 1050), adapta Galeno e inspira-se em Hipócrates: é preciso deitar o doente, diz ele, e deixar a natureza seguir o seu curso. Em breve, a bagagem científica da escola de Salerno se enriquece com autoridades mais recentes, bizantinas, judaicas e árabes, sem esquecer o imprescindível Aristóteles. No entanto, as melhores obras produzidas em Salerno, — desde o tratado de ginecologia atribuído a uma certa Trotula, à *Anatomia do Porco* de um tal Cafo, e desde o *Manual de Cirurgia* de Rogério à célebre miscelânea poética, *Regimen Sanitatis Salernitanum*, cujos aforismos se citam ainda — essas obras, dizíamos, têm uma frescura, um bom senso que só a experiência quotidiana pode fornecer.

Teoria e prática equilibram-se harmoniosamente no *curriculum* estabelecido por Frederico II, por volta de 1240, para todos os aspirantes a médicos do reino da Sicília: três anos de lógica, cinco anos de medicina (incluindo cirurgia e anatomia) e um ano de estágio junto a um médico diplomado. O diploma fora indispensável desde a época dos reis normandos; mas Frederico foi o primeiro a decretar que os funcionários régios não tinham direito de o conceder senão mediante parecer favorável dos professores de Salerno. Foi também o primeiro a exigir a dissecação pública de um cadáver humano, pelo menos uma vez de cinco em cinco anos.

Contudo, no século XIII, o prestígio da velha Escola de Salerno foi eclipsado pelo de universidades mais jovens: Montpellier, Pádua e sobretudo Bolonha, onde o pragmatismo da Faculdade de Direito escorava o empirismo da Escola de Medicina. Enquanto em Salerno se julgara suficiente estudar a anatomia nos livros e nos animais, em Bolonha os estudantes eram obrigados a assistir a uma dissecação pelo menos uma vez por ano. Os mestres aproveitaram a sua experiência profissional para enriquecer os cursos universitários: à semelhança dos juristas que elaboravam o seu próprio catálogo de «respostas», os médicos de Bolonha publicaram «conselhos», ou consultas, a propósito de certos casos clínicos. A um nível inferior, e frequentemente fora das Universidades, escreveram-se

tratados de vulgarização médica; assim como Vacário condensara o direito civil, no século XII, no seu *Livro dos Pobres*, Pedro de Lisboa («Petrus Hispanus», o futuro papa João XXI em 1276) condensou os tratamentos para todas as doenças no seu *Tesouro dos Pobres*.

Tratava-se verdadeiramente de um tesouro? O seu núcleo consistia em heranças greco-romanas e arábico-judaicas, amálgama de jóias autênticas e pedras falsas: uma anatomia correcta nas suas linhas gerais, mas deformada por uma total incompreensão do sistema circulatório; uma fisiologia rica em intuições, mas obcecada pela teoria dos «quatro humores»; uma patologia mais hábil em descrever e distinguir os sintomas das doenças que em descobrir-lhes as causas e os remédios; uma farmacopeia experimentada no uso de ervas, mas inábil ou incapaz de empregar compostos químicos.

Os médicos de Salerno e de Bolonha tiveram o imenso mérito de recuperar esses conhecimentos, e o erro de os aceitar em bloco. Foi assim que no seu célebre tratado de anatomia (1316), o bolonhês Mondino dei Liuzzi confirmou brilhante-

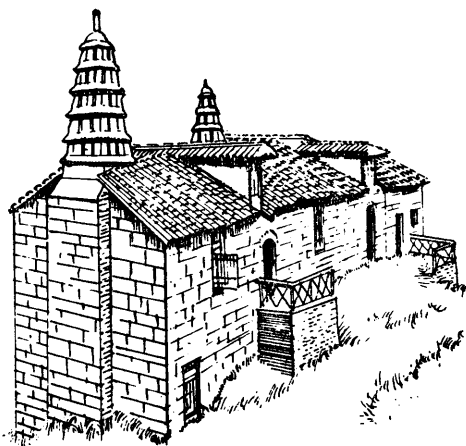


Fig. 76 — *Leprosaria de Périgueux* (Dordogne, França), século XIII

mente, pelas suas próprias dissecações, o que havia de exacto nas observações de Galeno, mas não soube, ou não quis, corrigir-lhes os erros mais evidentes. A situação mostrava-se ainda pior no caso das ilustrações: as que acompanham o manual oferecido, em 1345, por Guido di Vigevano ao seu real doente, Filipe VI de França, não passam de simples esboços, desajeitados e rudimentares demais para servirem de guia à mão de um principiante.

E contudo, esses médicos tão intimidados pelas teorias dos Antigos revelavam-se excelentes na prática da cirurgia e da medicina externa. Anestesia, suturas, operações ousadas dão lugar a estudos e a experiências descritas com notável lucidez nos manuais dos grandes cirurgiões do séc. XIII. Hugo Borgognoni, médico em Lucca, professor em Bolonha, cruzado no Egipto (1160-1252), dá o sinal de uma revolta contra Galeno: em vez de fazer supurar as chagas por meio de emplastros engordurados como prescrevera o mestre, deve-se — dizia — desinfectá-las com vinho. Guilherme de Saliceto, professor em Bolonha em 1269, insurge-se contra o abuso da cauterização praticada pelos Árabes e repõe em lugar de honra

o escalpelo. Pode-se contestar o bom fundamento desta ou daquela inovação medieval mas é inegável que a ciência está em marcha.

Os progressos da medicina interna e da higiene são mais modestos, o que facilmente se compreende. Sem microscópios, sem análises químicas, sem uma concepção exacta da biologia geral, os médicos do século XIII, como antes deles os Gregos e os Árabes, procedem às apalpadelas. Que certas doenças sejam contagiosas, isso sabe-se, mas não se recorre a medidas de isolamento eficazes, drásticas, senão no caso da lepra (fig. 76).

No século XII a lepra era a epidemia mais espalhada na Europa; com o andar dos tempos começará lentamente a declinar mas torna-se difícil distinguir os efeitos da profilaxia e dos tratamentos, dos da imunização colectiva (fig. 77). De resto, ainda hoje, a identificação do micróbio da lepra não bastou para que se encontrasse um remédio definitivo, e um dos produtos mais frequentemente utilizados para a combater, o óleo de Chaulmoogra, existia já na Idade Média.

A influência dos astros

Os médicos faziam o que podiam, mas não se encontravam isolados. Um poemazinho de Pedro da Eboli, cortesão do rei da Sicília e provável autor de um opúsculo sobre as nascentes termais de Puzzoli, está ornamentado com uma miniatura, representando Guilherme II à hora da morte (1189), com um médico e um astrólogo a seu lado (fig. 78). O médico não vem de Salerno, como poderíamos esperar em lugar semelhante, mas é antes árabe ou judeu (*Achim medicus*). Na cabeça usa um turbante, na mão segura o humilde recipiente que servia às análises (análise olfactiva e visual na Idade Média, análise química nos nossos dias, sem, contudo, o líquido variar). O astrólogo está, também, de turbante; segura nas mãos um astrolábio e tem diante de si uma estrela colossal que, embora não sendo um cometa, nada de bom pressagia. Com efeito na cena seguinte a miniatura mostra-nos o rei morto, rodeado de carpideiras e uma capela vazia (não é, doravante, inútil, rezar pela sua cura e cedo demais para encomendar a sua alma a Deus?).

A presença do astrólogo não deve ser interpretada como um fenómeno de vulgar superstição, mas, pelo contrário, como uma prova de que o doente era tratado segundo os métodos científicos mais avançados da época. No Universo antropocêntrico da Idade Média, repitamo-lo, a ideia de que as estrelas podiam deslocar-se sem se importar com o homem teria parecido tão pouco razoável como a hipótese de um Deus criando o mundo por crear, sem um plano pré-estabelecido. As únicas dúvidas subsistentes enquadram-se no velho, no insolúvel dilema da predestinação e do livre arbítrio. Uma vez

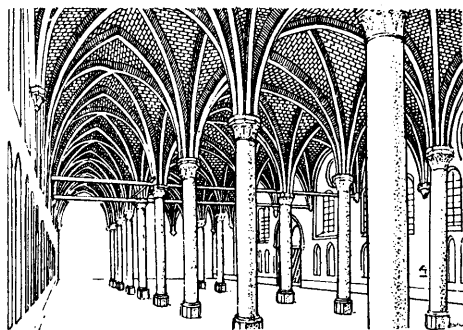


Fig. 77 — A enfermaria da abadia de Ourscamp (Oise, França), século XIII

O APOGEU DA EUROPA MEDIEVAL NO SÉCULO XIII

aceite a onisciência e a onipotência de Deus, até que ponto podia o homem subtrair-se às influências astrais? Dante resume a opinião mais corrente, explicando que o céu desencadeia os movimentos humanos, mas que a vontade dos homens é livre. Têm de travar um duro combate nas suas primeiras batalhas contra o céu, mas acabam por triunfar de todos os obstáculos.

Considerava-se, pois, herético sustentar que as influências astrais eram invencí-

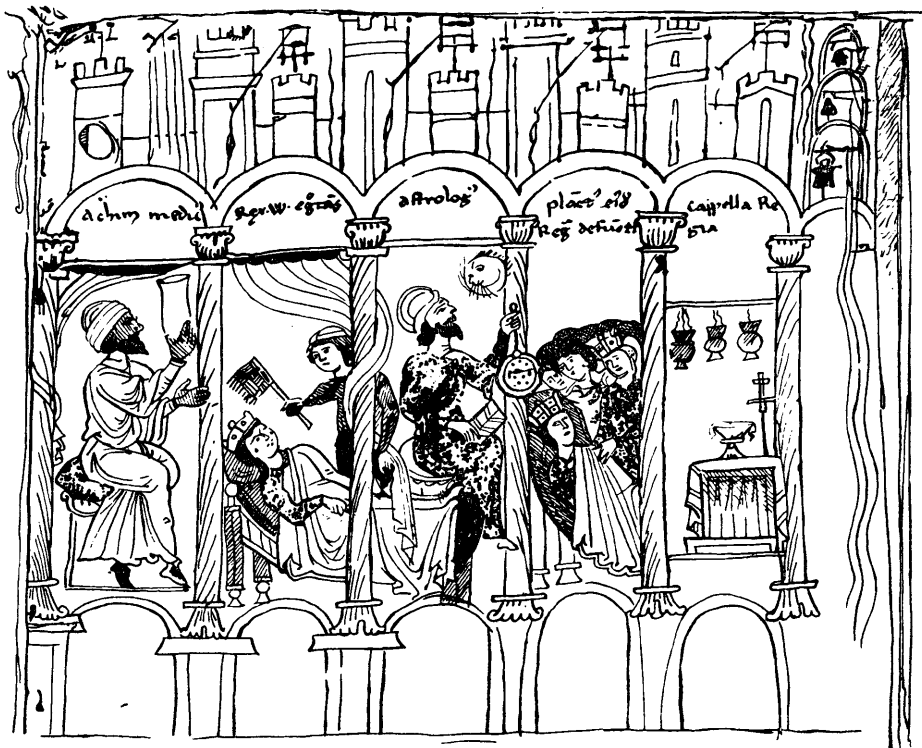


Fig. 78 — O rei Guilherme II da Sicília, tratado por um médico, depois por um astrólogo. Ms. de Pietro da Eboli, *Liber ad honorem Augusti*, Stadt- und Universitäts — Bibliothek (Bern, Suíça), Mss. 120, fl. 97

veis; por o ter afirmado, Cecco d'Ascoli, professor de astrologia em Bolonha e áspero crítico de Dante, foi queimado vivo, em 1327. Mas nada seria mais presunçoso e mais inconsiderado do que negar o papel das estrelas nos destinos da alma e do corpo humano.

O astrólogo ocupava, na sociedade do século XIII, posição análoga, digamos, à do psicanalista no mundo contemporâneo. Para gozar dos seus serviços em todas as circunstâncias era necessário ser muito rico; mas as pessoas com meios relativamente modestos podiam solicitar-lhe um

horóscopo, calculado rapidamente pelo astrolábio (para o sol e para as estrelas) e pelo *equatorium* (para os planetas); mesmo aqueles que o não consultavam tinham algumas noções da gíria profissional, e dos princípios gerais da astrologia. Acaso não prejudicariam os astrólogos as previsões erradas de uns ou de outros? De modo nenhum, não mais do que hoje em dia o diagnóstico errado de um médico individual desacredita a profissão. As contradições aparentes, como as de gémeos cujos destinos eram diferentes, explicavam-se facilmente: os astros, brilhando no mesmo momento no céu, combinam as suas influências de mil maneiras, o livre arbítrio resiste-lhes, colabora ou submete-se, de modo que um mesmo firmamento se presta a deduções e prognósticos contraditórios. Por outro lado, que soma de exemplos de predições confirmadas pelos factos! Lembremos uma única, ilustrada na célebre tapeçaria de Bayeux: lívido, sinistro, o cometa de Halley, aparecido em 1066, pressagia os acontecimentos dramáticos desse ano, a batalha de Hastings, a queda da monarquia anglo-saxónia.

Mesmo se a sua ciência é falaz, o astrólogo, por temperamento, considera-se homem de ciência. Por isso não se opõe ao médico, procurando antes guiá-lo, sugerindo-lhe o momento propício para agir sobre o estado «húmido, seco, quente ou frio» do doente, a fim de lhe ministrar os remédios vulgares da medicina nas melhores condições possíveis. Como o bom médico, o bom astrólogo está pronto a alterar as suas prescrições de acordo com o efeito que produzem, ou parecem produzir, na evolução da doença.

A esperança do milagre

A religião, nas suas formas intransigentes ou ingénuas, podia mostrar-se adversário mais temível. Quando a Igreja abandonou aos laicos o exercício da medicina, não o fez apenas pelas razões proclamadas — impedir os eclesiásticos de procurar ganho ou de manchar as mãos de sangue —, mas também por causa do pensamento oculto, consciente ou não, de que em inúmeros casos a doença é um castigo divino contra o qual só é permitido lutar pelo arrependimento e pela oração.

Eis um exemplo deste modo de pensar, extraído ao acaso das ilustrações das *Cantigas* de Afonso X de Castela, poeta e sábio: uma mulher quer roubar farinha a peregrinos que lhe pediram hospitalidade, mas por descuido (ou antes por castigo divino) espeta uma faca na garganta. Em vão os médicos se esforçam por tirar a faca. Cheia de remorsos, a mulher reza à Virgem e dirige-se ao seu confessor; então, este último realiza a operação sem a mínima dificuldade. Trata-se apenas de uma lenda, é claro. Mas quantas outras pecadoras haverão mais depressa procurado o confessor do que o médico? Quantas curas terão sido obra de taumaturgos? Nenhum monge com fama de santidade deixava de ser chamado à cabe-

ceira de um doente crónico, nenhum cura havia a quem não se pedisse para exorcizar um possesso, nenhum santuário que não atraísse uma multidão de doentes cheios de esperança. A doença a que chamamos escrófula, conhecida na Idade Média pelo nome de «mal régio», podia ser curada pela imposição das mãos dos reis ou até mesmo pelo contacto com as suas vestes sagradas. Acrescentemos que as fórmulas mágicas circulam de boca em boca, os amuletos de mão em mão, os remédios de comadres de casa em casa; são, aliás, os únicos remédios que os pobres se podem permitir e não lhes falta certo valor psicossomático.

Finalmente, o que resta à verdadeira ciência médica? Um ténue raio que ilumina o melhor que pode os castelos dos nobres e as casas dos grandes burgueses, que dificilmente se filtra nos hospitais e deixa a maioria dos homens na penumbra.

4. O CONHECIMENTO DA TERRA

Queremos nós prestar plenamente justiça ao espírito de observação, ao talento inovador da Baixa Idade Média? Abandonemos o reino da teoria e desçamos até às raízes mesmas da técnica manual e mental. Aqui se elaboram as humildes invenções que permitirão aos agricultores, aos mercadores e aos artífices melhorar as suas condições de vida, de geração em geração. Graças a esses inventos, a Europa católica terá conseguido criar uma ordem social que Aristóteles declarara impossível e anti-natural: um mundo sem escravos. Na Itália das Comunas, em numerosas províncias francesas, na Flandres e noutros países de vanguarda, entre-vemos mesmo mais: um mundo sem servos adscritos à gleba.

É certo que hoje, como então, se apreende mais facilmente a beleza de uma catedral do que a da charrua com rodas do camponês normando ou o tear de pedal do tecelão do Brabante, a harmonia de um poema do que a de um registo de um notário genovês ou de um escrivão inglês. Mas quando as conquistas práticas ultrapassavam o horizonte quotidiano, quando se tratava de cartas náuticas ou de grandes viagens, os espíritos, então como agora, inflamavam-se.

A idade do aproximadamente e do sonho

Peregrinos que alcançaram Jerusalém e Roma, embaixadores em Constantinopla e em Córdova, aventureiros, soldados, mercadores — não faltaram viajantes mesmo durante a Alta Idade Média, embora não observassem com cuidado, nem relatassem com exactidão. Quando Cosmas «Indicopleustes» (navegador das Índias) conta algum facto novo e interessante

a respeito da Ásia Oriental, e sobretudo da Abissínia, por volta de 550, o seu principal objectivo consiste em refutar a ideia ímpia de que a Terra podia ser esférica. Não se compara a Bíblia a um «tabernáculo», logo a um rectângulo coberto pelo céu e sombreado por uma montanha atrás da qual o sol se esconde durante a noite?

Mais tarde, as viagens dos Irlandeses e dos Frísios, e depois, as viagens ainda mais ousadas dos Escandinavos nos mares do Norte, em direcção à América e à Rússia, teriam podido revolucionar a geografia. Mas o pouco saber que delas se filtra nos meios cultos é demasiado impreciso e eivado de lendas para constituir um ganho apreciável. Enquanto a imagem da Vinland (América?) mal emerge das brumas para nelas voltar a mergulhar um pouco mais tarde, a da ilha de São Brandão, sede do Paraíso Terrestre, implanta-se no Oceano Atlântico com tal riqueza de pormenores que as cartas náuticas não a eliminarão por completo antes do século XIX. A Finlândia confina com o país das Amazonas; habitam-na bruxos que «vendem o vento aos marinheiros». A Escandinávia considera-se geralmente uma ilha.

Que interessa, aliás, a precisão, se as cartas geográficas não passam de simples diagramas sem relação com as proporções e com as formas reais? Estamos na idade da alegoria e dos números consagrados: partindo do princípio que os continentes são três, rodeados pelo Oceano e separados pelo Mediterrâneo e pelo mar Roxo (ou o Nilo), numerosos «cartógrafos» contentam-se com esquematizá-los por um T inscrito num O.

É certo que a geografia dos séculos anteriores ao século XIII nem sempre se limita a esse mundo do quase. Sem se preocupar com o sentido literal das Escrituras, os mais vigorosos pensadores, desde Beda, comparam a terra, colocada no centro do Universo, à gema no ovo, o que equivale a dizer que a terra é esférica. Uma esfera bem pequena, sublinha um dos mais lidos escritores na Idade Média, Boécio: «Em relação ao universo, a terra não é maior do que um ponto». O norueguês Ohthere, explorador do mar Branco e do mar Báltico, em fins do século IX, o rei anglo-saxão Alfredo que mandou inserir a relação num manuscrito de história universal, são movidos por curiosidade científica, embora rudimentar. A própria cartografia faz melhor figura se, em vez de olharmos somente os diagramas, nos concentrarmos sobre as raras tentativas de representar de maneira realista as terras habitadas. Na «Carta anglo-saxónia Cotton» (século X? século XII?) os três continentes, ainda que grotescamente deformados, não estão reduzidos a simples abstracções geométricas; nota-se nela um esforço no sentido de se conceder lugar aos países nórdicos, ligados havia pouco à comunidade europeia.

Se compararmos a carta Cotton com os mapas-do-mundo de Hereford e de Ebsdorf (1284), dificilmente acreditamos que no entretanto se houvessem desenrolado as Cruzadas, a expansão económica da Europa, que tivessem aparecido as traduções do *Almagesto* de Ptolomeu e trabalhos árabes sobre a geografia astronómica. Porque os mapas-do-mundo apresentam todas as deficiências da carta Cotton. Só têm a mais uma

decoração excessiva de animais fantásticos, tirados de Plínio e dos «bestiários», e de homens monstruosos, que, sentados no chão, põem a cabeça à sombra do seu único pé colossal. Pelo contrário, muito superior se mostra o mapa da Grã-Bretanha desenhado por volta de 1250 pelo cronista-iluminador Matthew Paris; mas também ele oferece proporções fantásticas. Se a folha fosse maior, diz o autor desprendidamente, «toda a ilha teria de ser mais comprida». Este Matthew Paris foi, contudo, o primeiro inglês que, tendo visto um elefante (presente de S. Luís a Henrique III) se esforçou por reproduzi-lo com realismo e desenhou um homem a seu lado, para que o leitor pudesse «imaginar a enormidade do animal».

A geografia nasce adulta

Que falta então aos homens de ciência e aos artistas do tempo de Matthew Paris? Não a habilidade técnica, mas antes a convicção de que a exactidão «fotográfica» ou estatística é preferível à sugestão do símbolo ou do epíteto.

À vista de Constantinopla, desconhecida e inimiga, Villehardouin exclama: «Ninguém houve tão audacioso que lhe não tremessem as carnes» (1). Imagem empolgante; mas, uma vez na cidade, como conquistador, só tem para a descrever expressões vagas e lugares comuns. É certo que Villehardouin pertence à classe daqueles rudes soldados a que um nobre muçulmano da Síria, Usamah, chamará «animais dotados da virtude da coragem na batalha e nada mais». Seja como for, quase todos os ocidentais dessa época têm espírito tacanho. Até mesmo no interior do seu mundo censuram as diferenças de costumes entre uma cidade e a sua vizinha, entre esta e aquela província; face às civilizações estrangeiras de Bizâncio e do Islame, apressam-se a julgar antes mesmo de haverem compreendido. O que não conhecem, ofende-os, sem os interessar. Contudo, imaginam montanhas de ouro e de cristal por todos os lados, ou, como Joinville, vêem flutuar no Nilo as especiarias caídas das árvores do Paraíso.

Assim se explica o sucesso do mais sensacional apócrifo depois da «doação de Constantino»: a «carta do Preste João ao Imperador de Constantinopla». João, quem não o sabe, era o sábio rei-sacerdote das «três Índias», chefe de 70 reis, proprietário de imensas riquezas; fervoroso cristão, ardia em desejo de distribuir mercês pelos seus correligionários europeus. Identificado por vezes com o khan de uma tribo turca nestoriana da Ásia Central, outras vezes com o négus da Etiópia, este monarca incomparável e inacessível simbolizará, durante séculos, tudo o que a Europa espera das terras desconhecidas (2).

(1) «Il n'y ot si hardi cui la cháir ne fremît».

(2) Uma tradução portuguesa segundo a versão francesa quatrocentista foi dada por Domingos Maurício, *A «Carta do Preste João» das Índias e seu reflexo nos descobrimentos do Infante D. Henrique*, na «Brotéria», 1960, pp. 218-244. Sobre o conjunto do problema, V. M. Godinho, em apêndice a Duarte Leite, *História dos Descobrimentos*, vol. II, 1959, pp. 388-407. (V. M. G.)

Contudo, a experiência prática dará lugar, um dia, a uma geografia nova, já adulta. Graças à bússola e ao astrolábio ⁽¹⁾, os marinheiros do Mediterrâneo elaborarão integralmente cartas, cuja exactidão só em fins do século XIX será ultrapassada. Mencionam-se pela primeira vez em 1270: S. Luís, persuadido por seu irmão de que Tunes se situava no caminho de Jerusalém, pergunta se a Sardenha está no caminho de Tunes; os Genoveses da sua armada convencem-no mostrando-lhe uma carta náutica. O mais antigo exemplar desse género de carta que possuímos data de dez ou vinte anos mais tarde: o Mediterrâneo e o mar Negro representam-se nela exactamente, as costas do Norte europeu estão apenas esboçadas. Mas, já por 1325, o genovês Angelino dall'Orto reproduzirá fielmente o contorno das Ilhas Britânicas e da Dinamarca. Os cartógrafos de Maiorca farão um traçado minucioso da região dos rios auríferos do Senegal, Eldorado mais autêntico do que o país do Preste João ⁽²⁾.

A par das cartas náuticas não devemos esquecer os portulanos, guias minuciosos dos portos e vias marítimas. Nada de semelhante existia em relação ao interior, mas podem-se contudo assinalar um bom mapa das estradas de Inglaterra (*Gough Map*), e as instruções de Francesco de Balduccio Pegolotti sobre a maneira de ir de Tana (mar de Azov) a Pequim, primeiro de carro de bois ou de carro de cavalos, depois de barco, por um rio, de carro de camelos, de burro e, por fim, a cavalo. Neste percurso, e noutros itinerários abertos através da Ásia Central, da China e da Índia pela nova ordem mongólica (e também pelo poder temível do sultão de Delhi), encontramos já mercadores ocidentais em busca de especiarias e de seda, e missionários em busca de almas. Restam-nos assinalar a imensa contribuição das suas viagens para o conhecimento da Terra.

A paixão da China

Na Baixa Idade Média, como na idade das luzes, a China foi objecto de uma verdadeira paixão por parte dos poucos Europeus que aprenderam a conhecê-la. São esses mesmos Ocidentais que se recusaram a olhar de frente e a compreender um Próximo Oriente já em parte conhecido, a

(1) Releia-se a nota nas pp. 140-1. (V. M. G.)

(2) Já no *Atlas Catalão* de 1375-1381 se indica no Atlas marroquino: «Per aquest loch pasen los merchaders que entren en la terra dels negres de Gineua, lo qual pas es appellat Vall de Darha»; vemos um embaçado montado num camelo e as tendas dos nómadas no Sáara, e o rei negro sentado no trono, com uma pepita de ouro na mão: «Aquest senyor negre es appellat Musse Melly, senyor dels negres de Gineua. Aquest rey es lo pus rich, el pus noble senyor de tota esta partida per l'abondancia de l'or lo qual se recull en la suua terra». Na carta de Maciá de Viladestes, de 1413, aparece o «riu de l'or» (o Senegal): «Aquest flum es apelat ued anil axi matex es apelat riu de lor per tal com si requyl lor de parola, e sapiats que la melor partida destes qui aci stan nstan aquylir... lo flum lo qual es ampls en la boca una bona legua e ay fons a la maior nau del mo». Mas não podemos dizer que o traçado é «minucioso», nem sequer correcto ou completo; restrição que não tira o valor a tais informações, que repousam incontestavelmente sobre uma base real. (V. M. G.)

mostrarem-se animados, face a um Extremo-Oriente quase desconhecido, de uma vontade de tudo saber, de tudo explicar. Foi um verdadeiro fermento científico.

Contudo, os seus princípios tinham sido pouco prometedores. Os Mongóis que, em 1220, se confundiam ainda com os discípulos do Preste João, breve revelaram as suas verdadeiras intenções: massacres perpetrados na Rússia, na Polónia e na Hungria, conquistas fulgurantes, intimações, à sua chegada, de submissão ou esmagamento. Conta-se que Frederico II, tendo recebido um ultimato desse género, propôs sarcásticamente a sua candidatura a falcão do Grande Khan. Três anos mais tarde, a derrota do duque da Silésia e dos Cavaleiros Teutónicos em Legnica e a do rei da Hungria nas margens do Sajo tornaram o perigo tão evidente que Frederico, alarmado por fim, pediu aos outros reis do Ocidente auxílio para «mandar os Tártaros para o Tártaro».

Por seu lado, o novo papa, Inocêncio IV, lançou uma cruzada contra os mongóis, não sem enviar ao mesmo tempo, frei Giovanni dal Pian del Carpine com alguns outros missionários sondar os planos do Grão Khan e ver se não haveria meio de o converter ao cristianismo. Os missionários eram portadores de uma carta pontifícia, acusando o Khan de ter «perdido a noção de todos os vínculos de fraternidade humana» e ameaçando-o com a vingança divina. O Grão Khan respondeu com outro ultimato.

Felizmente o diálogo mudou de tom à medida que os Mongóis se civilizavam e enfraqueciam. Aproximadamente num século, o seu apocalíptico império cindiu-se em quatro Estados mais ou menos policiados e benevolentes (China, Turquestão, Pérsia, Horda de Ouro ou Kiptchak), destinados, todos quatro, a soçobrar em breve na anarquia. Metamorfose demasiado rápida para que a Europa pudesse tirar completo partido, mas de molde a permitir, ao menos durante um tempo, relações cordiais nos planos militar, religioso e comercial.

Uma aliança contra o sultão do Egipto, inimigo comum do Il-Khan (Khan provincial) da Pérsia e dos Barões da Terra Santa, teria podido significar a salvação do reino de Jerusalém em perigo extremo. Sugerida em termos velados por Inocêncio IV em 1243, proposta abertamente pelos reis arménios da Cilícia, longamente discutida pelos emissários dos reis de França e Inglaterra, — semelhante aliança só começou a ser levada a efeito entre 1299 e 1301, quando o «reino» se refugiara já em Chipre e a Pérsia estava em plena decadência. Os chefes políticos nem sempre têm reacções rápidas.

Quanto aos missionários, franciscanos e dominicanos, não perderam o seu tempo. Tomando cautela em não se imiscuir nas disputas teológicas que haviam impossibilitado a colaboração com a Igreja Grega, puseram-se em contacto com os Nestorianos e com outras seitas cristãs dissidentes, espalhadas pela Ásia. Souberam escorregar por cima do direito de primogenitura do cristianismo, a fim de explorar a fundo o monoteísmo de um Grão Khan que comparava as diversas religiões aos dedos da mão, igual-

mente válidos desde que lealmente usados. Mesmo se não conseguiram provocar conversões em massa, ganharam adeptos em número suficiente para garantir ao Oriente a multiplicação das igrejas e dos conventos. As contribuições financeiras e o apoio moral dos governos mongóis, acrescidas das oferendas dos mercadores ocidentais, tornaram essas missões prósperas.

Igrejas e conventos desapareceriam antes de findo o século XIV, mas a «fraternidade humana» que aí se praticou irradiava ainda nos numerosos relatos de viagem dos missionários. O mais imparcial desses relatos é talvez o de Giovanni dal Pian del Carpine, que considerava ainda os Mongóis como o flagelo de Deus, mas que descreveu os seus costumes com uma precisão e uma moderação, inigualadas pelos seus sucessores. A relação mais erudita pertence a Guilherme de Rubruck, esse monge da Flandres francesa que primeiro assinalou o parentesco das línguas turca e comana com o uigur, da húngara com o bashkir; do gótico da Crimeia (hoje desaparecido) com o alemão, bem como as afinidades recíprocas das línguas eslavas e as características distintivas das escritas chinesa, tibetana, tangut e uigur. As mais emocionantes páginas vêm-nos de Giovanni da Montecorvino e descrevem-nos o lento progresso do seu apostolado; o relato mais vivo é o de Odorico da Pordenone; a mais impressionante profecia, a que Jordão de Séverac atribui aos Hindus: «Virá um dia em que os Europeus conquistarão o mundo». No conjunto, possuímos uma preciosa mina de informações, graças às quais conhecemos melhor a Índia e a China dessa época do que numerosos países da própria Europa.

De todos estes relatos, o mais notável continua a ser *Li devisement des pays* (o *Milão*) de Marco Polo, mercador veneziano, homem de confiança de Kublai Khan. O mais instrutivo também, apesar dos seus defeitos. Fascinado pelo seu protector imperial, o autor toma o partido das ideias dos conquistadores e ignora os sentimentos dos vencidos, os Chineses; traído talvez pelo medíocre literato ao qual dita as suas memórias, insiste sobretudo no belo e no colossal. Será preciso outro mercador, Pegolotti, para nos mostrar o reverso da medalha: à sua chegada à Europa, a seda da China, gasta pela viagem, tem menos valor do que a seda do Turquestão; nenhum tecido europeu, à excepção da mais fina tela, compensa as despesas de transporte até Pequim. Tudo isto é exacto, mas a Europa encontra-se em condições de exportar as suas próprias maravilhas para o País das Maravilhas, quer se trate de cristais de Veneza quer das últimas invenções da sua arte industrial: relógios, fontes mecânicas. A seda chinesa custa relativamente pouco e abunda de tal modo que os tecelões de Lucca, a fim de acelerarem a sua produção, vão realizar antes de 1273 uma pequena revolução técnica: utilizarão a energia hidráulica para accionar as dobadoras de seda.

Os viajantes taciturnos

Os Khans ocidentais da Pérsia e da Rússia Meridional (Horda de Ouro) abriram os seus territórios aos Europeus, com mais largueza do que a China; todavia, o ambiente menos exótico não produz o mesmo efeito na imaginação dos escritores. Um dicionário latim-persa-comano, compilado provavelmente por um mercador genovês em 1303, é talvez o único texto literário importante, fruto de uma penetração que as fontes não literárias



Fig. 79 — O imperador mongol Hulagu Khan (segundo uma miniatura do *British Museum*, Ms. Add. 18803), Londres, Inglaterra

revelam abundantemente: numerosas e florescentes colónias comerciais genovesas, frotas genovesas no mar Cáspio e no Golfo Pérsico, um astrónomo genovês no observatório de Hulagu Khan (fig. 79) em Maragha, casamentos mistos, crianças da aristocracia genovesa baptizadas com nomes mongóis tais como Hulagu e Abagha... Um mercador de Pisa, ao que parece, forneceu ao ministro persa Rachid ad-Din o resumo da história da Europa de que ele precisava para uma enciclopédia histórica, onde figurava também uma breve história da China. Exposições áridas, tanto uma como outra, fazem-nos lamentar que uma tão extraordinária aproximação de povos não haja produzido um historiador igualmente excepcional.

A mais curiosa aventura do século XIII terá sido acaso a que se malogrrou? Em 1291, os irmãos genoveses Ugolino e Vivaldi fizeram rumo a Gibraltar e às «diversas partes do mundo», com intenção de chegar «às Índias, atravessando o Oceano, para daí trazerem mercadorias

úteis». Já a rota de Vasco da Gama ou a de Cristóvão Colombo? Podemos especular à vontade, porque os documentos não o precisam e jamais o saberemos. Assinaladas pela última vez no Atlântico, ao largo de Marrocos, as galés dos Vivaldi desapareceram sem deixar rasto.

Não desapareceram em vão, se, como parece verdade, Dante amalgamou a lenda da ilha de S. Brandão, asilo dos bem-aventurados, no meio do Oceano, e a obscura verdade da viagem dos Vivaldi, para imaginar a última aventura de Ulisses. Assim, aos olhos de Dante, como aos nossos, foi na exploração do mundo que a ciência profana da Idade Média tentou o seu esforço supremo.

5. O OUTRO CAMINHO DA CIÊNCIA

Resta-nos falar do outro caminho da ciência, aquele que S. Francisco de Assis nas suas *Admonitiones*, exalta nestes termos: «Suponde que possuís subtileza e ciência bastantes para tudo saber, que conheceis todas as línguas, o curso dos astros e tudo o resto; o que há nisso de que vos possa orgulhar? Um só demónio sabe mais que todos os homens da terra reunidos. Mas há uma coisa de que o demónio é incapaz e que constitui a glória do homem: ser fiel a Deus». Ou ainda, no seu diálogo com o irmão Mazzeo, tal como se relata nas *Fioretti*: «Queres saber porque me seguem? Porque os olhos do Altíssimo não encontraram entre os pecadores ninguém mais pequeno, mais insignificante, mais pecador que eu; escolheram-me para realizar a obra maravilhosa empreendida por Deus... Assim, Ele quis confundir a nobreza e a grandeza, a força, a beleza e a ciência do mundo».

O homem que se exprimia nestes termos foi o único cristão que os seus fiéis puderam comparar a Jesus sem suscitar a acusação de sacrilégio. Longe de nós a presunção de traçar o seu retrato em algumas linhas. Mas a nenhuma descrição do clima moral do século XIII é lícito deixar no silêncio o movimento franciscano. Face à exuberância da sociedade laica, às tendências teocráticas e filosóficas que prevaleciam até no seio da Igreja, as suas vitórias testemunham a força intacta do ideal primitivo, a sede mística de Deus. Os seus malogros, ou antes os seus compromissos, mostram até que ponto o ideal puro se tem de adaptar às exigências da vida quotidiana.

A vida do Evangelho

Numa religião revelada, qualquer reforma se deve apresentar como uma restauração da ordem antiga. Mas o movimento franciscano constituiu uma restauração de tal modo radical que se torna revolucionária.

Não contente com fazer surgir um novo ramo no velho tronco de S. Bento (como as reformas dos cistercienses e dos premonstratenses [que correspondem em Portugal aos Agostinhos], que caminhavam no mesmo sentido), visa reconstruir cristãmente toda a sociedade.

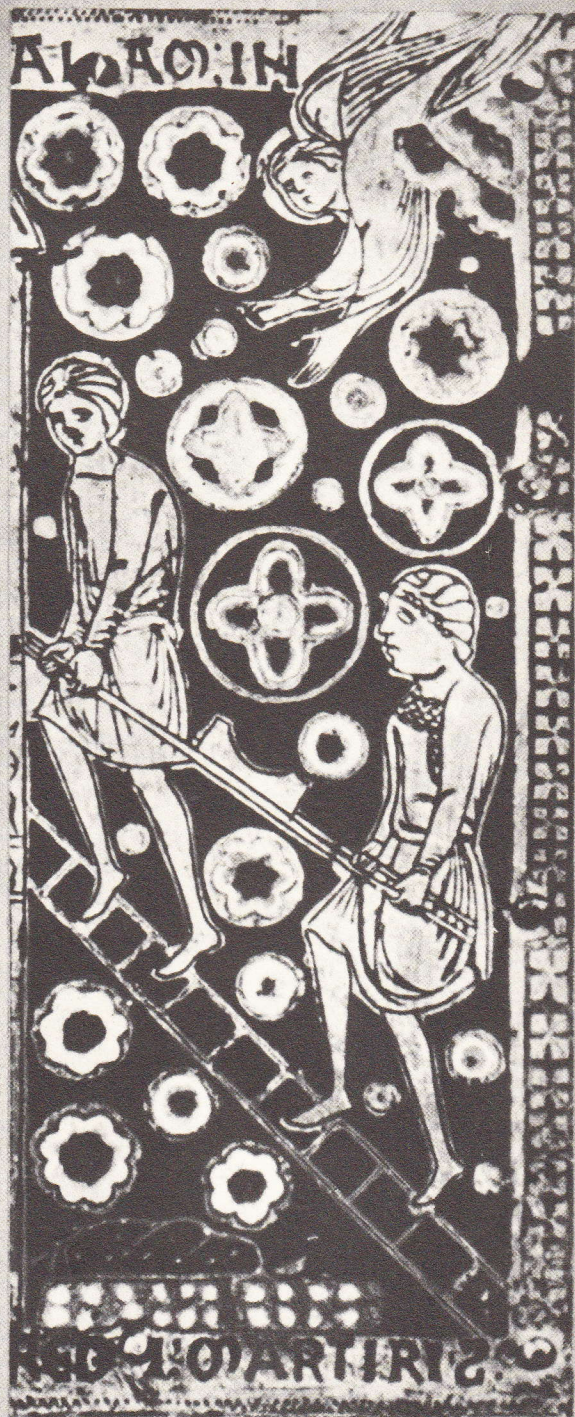
A sua primitiva organização associa, com originalidade, a intransigência, o compromisso e a indulgência. *Intransigência* para os «Frades Menores», verdadeiros apóstolos, em sentido próprio, que prégam «a vida do Evangelho». De nada precisam porque tudo lhes é dado por Deus: sabedoria, subsistência, coragem, serenidade, alegria perfeita. Por isso só se lhes dará, como chefes, os *ministri* ou servidores (não abades ou priores), como disciplina, a admoestação fraternal e recíproca, como bens, o estritamente necessário para vestir e para realizar qualquer trabalho manual, como livro, o saltério ou (tratando-se de clérigos) o texto do ofício divino. *Compromisso* para os «Irmãos da Penitência» (futura Ordem Terceira), que aspiram à vida evangélica sem poderem abandonar a família, o trabalho, os hábitos e as ocupações do mundo laico. Não necessitam das macerações do ascetismo; bastará que o seu traje e a sua mesa sejam simples, que assistam aos pobres e aos doentes, que renunciem ao porte de armas, a questões em tribunais e a toda a forma de violência. Finalmente, *indulgência* para os que não conseguem observar este mínimo de regra e que pecam, mas que, depois de terem pecado, se voltam para Deus com humildade.

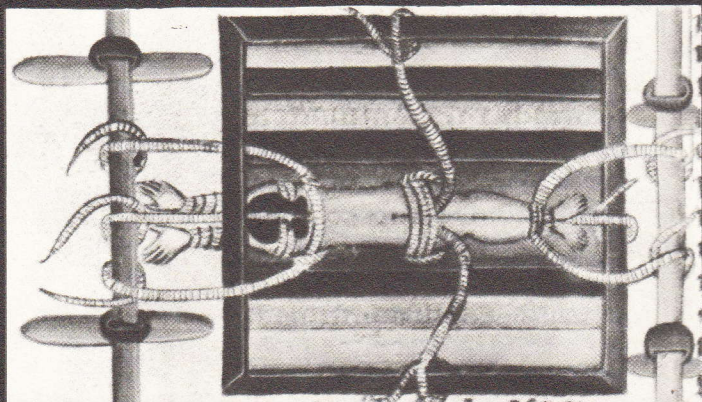
A semelhança dos homens, as mulheres possuem também a sua Ordem ascética e a sua confraternidade laica. E os animais, as próprias coisas inanimadas, participam na fraternidade cristã. No sublime *Cântico do irmão Sol*, Francisco convidará todas as criaturas a louvar o Senhor e em todas, mesmo na Morte, encontrará a mesma beleza. Se uma criatura é melhor que outra, é porque ela o não o sabe.

Amálgama original, dissemos nós, mas não sem precedentes, sobretudo entre esses movimentos heréticos ou suspeitos de heresia que se desenvolveram no momento em que a Igreja oficial estava afogada nos seus problemas práticos e as próprias ordens dos Cistercienses e dos Premonstratenses perdiam o seu impulso inicial. Assim, a distinção entre «Frades Menores» e «Irmãos da Penitência» reencontra a distinção das seitas cátaras entre os «perfeitos» (os apóstolos, obrigados ao mais rigoroso ascetismo, mas consagrados e fortalecidos pelo *consolamentum* ou imposição ritual das mãos) e os «crentes» (os evangélicos que permanecem no mundo e só à hora da morte recebem o *consolamentum*).

Mas a consolação, a alegria perfeita dos Frades Menores consiste em se fazerem mais pequenos, não em considerarem-se eleitos. E enquanto os cátaros vêem no mundo uma terrível armadilha e na Igreja romana o instrumento do Diabo, S. Francisco admira as obras de Deus na Terra e venera a Igreja como dispensadora da Eucaristia e das demais graças divinas.

Aproximam-se mais das concepções franciscanas as concepções (um pouco nebulosas) do abade calabrês Joaquim da Fiore, falecido em 1202, que anuncia o advento de um terceiro reino, após o do Pai (ou da Lei) e o do Filho (ou da Graça): o reino do Espírito Santo, ou da Liberdade. Nesse reino todos os fiéis se encaminharão para a perfeição, sob a direc-





ção de uma ordem monástica que reunirá leigos e eclesiásticos e tornará supérflua a hierarquia da Igreja.

Antigo cisterciense e, por isso, longínquo discípulo de S. Bernardo, Joaquim pensa também que «a verdade escondida aos sábios se revela às crianças, que a dialéctica... é a mãe de arengas inúteis, da rivalidade e da blasfémia». Mas falta-lhe o génio de S. Francisco para se fazer ouvir pelos simples. Apesar dos seus sonhos de redenção social, não passa de um asceta solitário, como aquele outro calabrés, São Nilo, comparado ao unicórnio, «animal que vive livre, entregue a si próprio».

Muito próximos de S. Francisco encontram-se os Valdenses, os Pobres Lombardos e os Humilhados, seitas que, pouco tempo antes dele, prêgaram às multidões um evangelho de humildade, exaltando a iluminação muito acima do saber, recomendando a pobreza como o princípio da vida perfeita. As suas crenças são ortodoxas e o seu modo de vida não podia chocar uma era acostumada a muitas outras extravagâncias místicas. Mas a sua propaganda contra o clero corrompido e a riqueza corruptora, embora estranha à violência, ameaçava reabrir a crise de autoridade que o papa considerava terminada depois da sua vitória sobre os simoníacos. Em 1179, Alexandre III empurrou involuntariamente os Valdenses para a revolta, proibindo-os de prêgar sem autorização dos bispos. Cinco anos mais tarde, Lúcio III classifica de heréticos a maioria dos extremistas da pobreza. Inocêncio III, embora mantendo a condenação, esforça-se por recuperar o recuperável, graças a várias concessões particulares. Em 1201, reconduz ao seio da Igreja grande parte dos Humilhados lombardos, permitindo-lhes prêgar em público todos os domingos sem que o bispo intervenha, com a condição de não discutirem os artigos da fé. Os Humilhados ganham a vida como os mais miseráveis proletários das cidades, tecendo panos grosseiros. A sua organização é uma antecipação da dos franciscanos: para os homens e para as mulheres existia uma ordem conventual e uma confraternidade laica. Um ex-Valdense obtém mesmo a aprovação do papa para uma ordem de «Pobres Católicos» em Aragão. Mas o tempo urge: em 1205, Viterbo, a segunda cidade do Lácio, chamou heréticos ao poder (*fig. 60*).

A regra posta à prova

Em 1210, Francisco de Assis submete um primeiro esboço da sua regra à aprovação de Inocêncio III. O papa está pronto ao compromisso e o santo decidido à obediência e trata-se das duas maiores figuras da Igreja no século XIII. Contudo, serão ainda necessários treze anos e a mediação do cardeal Ugolino (o futuro Gregório IX) para que o papa — outro papa — aprove a regra definitiva de 1223.

Esta incorpora os princípios fundamentais do programa inicial, mas lima-lhes as arestas e converte a revolução pacífica em reforma moderada.

30 — A Medicina. Da esquerda para a direita: incisão de um tumor; medicamentos: as ervas; o pulso; a sangria; redução de uma fractura da espinha; análise; purga de uma mulher grávida; medicamentos: pedras preciosas. Codex Paneth, Biblioteca de Medicina da Universidade de Yale, Estados Unidos (pg. 385)

Desapareceram a igualdade absoluta de todos os membros da Ordem, a definição da esmola como «a herança e a justiça devidas aos pobres», a obrigação formal do trabalho, a proibição de resistir ao mal e de possuir livros. Francisco, firme na sua obediência mas tendo-se tornado (ele, o apóstolo cheio de alegria) um asceta solitário, morre a 2 de Outubro de 1226, murmurando as palavras do Salmo: *Me expectant iusti*. No seu corpo mortificado os discípulos verão os estigmas, e é lícito crer que o prodígio se arreigou na convicção, expressa pelo santo, de que fora abandonado e traído como o seu Mestre.

Será essa convicção justificada? Sim, se considerarmos a diferença entre o ideal de vida evangélica aberto a todos e a realidade de uma ordem encerrada numa disciplina formal; sim, se considerarmos que os discípulos daquele que pusera acima do saber uma «fidelidade» quase cavaleiresca em relação a Cristo e à Senhora Pobreza ganharão renome e riqueza, ensinando nas Faculdades de Teologia; sim, se pensarmos neste facto paradoxal: em 1233 os prégadores da não resistência ao mal foram obrigados a julgar os heréticos, nos tribunais da Inquisição. Mas um fim solitário não será o destino dos entes verdadeiramente grandes? Depois de Cristo, S. Francisco. Ninguém poderia manter-se muito tempo ao seu nível.

Limitados, mas sustidos pela disciplina nova, os franciscanos servirão a Igreja no ensino, na pregação, na assistência aos doentes, na obra missionária, mesmo na diplomacia e na administração pontifícia, como nenhuma outra Ordem monástica dessa época teria sabido fazer. Nenhuma, excepto talvez a Ordem de S. Domingos, fundada no mesmo momento segundo o duplo modelo da regra agostinha e do exemplo franciscano e, desde 1216, reconciliada com as exigências práticas da Igreja romana. Reconciliação assás fácil neste caso, porquanto as aspirações de S. Domingos concordavam melhor desde o princípio com a tradição monástica.

«A disciplina engendra a abundância; a abundância, se a não vigiamos com o maior cuidado, destrói a disciplina; a desagregação da disciplina traz consigo a da abundância». Tal era, segundo o monge cisterciense Cesário de Heisterbach, o ciclo fatal que todas as ordens, uma após outra, percorriam. Para não se deixar corromper, um só meio existia: tornar-se eremita ou fundar nova Ordem.

Durante os cem anos que seguiram a morte de S. Francisco, o problema da pobreza esteve no fulcro dos conflitos que dilaceraram a sua Ordem. Entre a grande variedade de opiniões, duas tendências se afirmam, cada qual reflectindo apenas um dos dois aspectos do ideal franciscano: a imitação de Cristo, o apostolado popular. Os *Lassi*, os laxistas, os indulgentes (ou, como se dirá mais tarde, os Conventuais) renunciavam à perfeição da vida evangélica para aumentar a sua influência e levar mais longe a sua palavra; sacrificam às circunstâncias o princípio da simplicidade de espírito e fazem-se doutos para serem capazes de prégarem também aos sábios. Os partidários da pobreza, do *uso povero*, ou Espirituais (*Spirituali*), proclamando que o Cristo e os apóstolos não possuíam o que quer que fosse,

repelem com horror os bens da terra. Fora desta polémica, ficam apenas os contemplativos que vivem sós com Deus, e os cínicos que aceitam, sem remorso algum, tudo o que o mundo lhes oferece.

À espera do Espírito Santo e do Papa angélico

Entre os Espirituais e os *Lassi*, os papas não podiam hesitar muito tempo. Se a integridade de uns merecia o seu respeito, a actividade e a obediência dos outros servia ainda melhor os objectivos religiosos e políticos da Igreja. Sem dúvida que Santa Clara pudera ainda evitar que Gregório IX a dispensasse do seu voto de pobreza absoluta; a Regra de 1223 ainda ordenava aos Frades que se considerassem hóspedes, e não proprietários, das suas humildes habitações e igrejas.

Mas igrejas e casas breve se tornaram menos humildes. Em 1245, Inocêncio IV legitimava toda a aquisição de bens imobiliários, decretando que o papa ficaria com a propriedade e os franciscanos com o usufruto. Solução engenhosa mas que pareceu tão insuficiente para as instituições administrativas dos *Lassi* como suspeita à consciência inflexível dos *Spirituais*. Estes últimos, apoiados pelo ministro geral da Ordem em pessoa, protestaram em vão. Mais tarde, contra a maré de honrarias, privilégios e doações que submergiu a Ordem, os Espirituais obtiveram um certo auxílio de Nicolau III, em 1279; de Clemente V, em 1312; mas não passaram de efémeras e incompletas satisfações. A sua «ruína final» consumou-se em 1322-1323 quando dois decre-

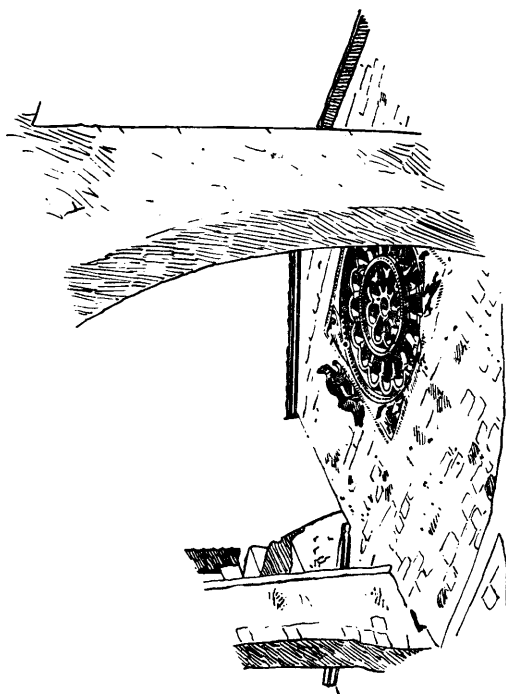


Fig. 80 — Viterbo: a rosácea da Igreja de San Giovanni in Zoccoli, século XIII (Itália)

tos de João xxii declararam herética a doutrina da pobreza de Cristo e dos Apóstolos e transferiram para os franciscanos a propriedade directa dos bens da Ordem.

Desiludidos da Santa Sé, afastados dos postos de comando e às vezes perseguidos pelos seus superiores directos, numerosos foram os Espirituais que procuraram desforra nas profecias apocalípticas de Joaquim de Fiore. Até os menos exaltados entre eles reconheciam em S. Francisco o Anjo do Apocalipse «que traz a marca do Deus vivo» (os estigmas); nos franciscanos fiéis à regra, viam a ordem monástica que preparava a humanidade para a chegada certa do Espírito Santo; na crise moral e material do papado e nas derrotas dos cristãos na Terra Santa, o signal do iminente fim do mundo. Os mais exaltados não hesitavam em fixar-lhe a data, segundo os cálculos de Joaquim de Fiore: 1260. Nesse ano, multidões de flagelantes percorreram as estradas da Itália urbana e comercial: espectáculo de advertência para uns, objecto de irrisão e de frenesi criminoso para outros.

O ano passou, não a tensão: a expectativa voltou-se para outro objecto: a chegada de um «Papa angélico» que realizaria a obra de S. Francisco, purificando a Igreja, antes do Juízo Final. E esse papa angélico chegou, com efeito, em 1294: Celestino V, um velho eremita dos Abruzzi, venerado como santo, fundador de uma confraternidade próxima dos Espirituais. Uma multidão delirante de esperança assistiu à sua consagração na bela igreja (demasiado bela, para um eremita) de Santa Maria di Collemaggio em Aquila (*extra-texto V*, p. 258). Celestino mostrou a sua ingénua bondade distribuindo privilégios a todos: a sua sabedoria prudente permitiu assim a um grupo de Espirituais constituírem-se em Ordem separada para viverem de acordo com a sua consciência. Mas, esmagado pelas exigências mundanas do pontificado, abdicou antes mesmo do ano acabar, sendo o único papa que levou às últimas consequências a fórmula tradicional de todos os que recebem aquele cargo: «Soberano pontífice, embora indigno».

Bonifácio VIII, que lhe sucedeu, possuía um temperamento diametralmente oposto, mais de monarca do que de pastor. Anulou sem demora as concessões outorgadas aos Espirituais e preveniu-se contra uma possível mudança de opinião de Celestino, encerrando-o num castelo, onde o velho morreu pouco depois. Os adversários políticos e religiosos de Bonifácio acusaram-no de haver assassinado o papa angélico, contestaram a abdicação e a consequente eleição, pediram a convocação de um concílio para julgar o papa «ilegítimo». Mas Bonifácio venceu-os e dispersou-os quando da «cruzada» de Palestrina. O mais famoso dos conjurados, o irmão Iacopone da Todi, poeta que cantava a pobreza e desprezava a ciência, foi posto na prisão.

Em vão os Espirituais compararam a Igreja de Bonifácio à prostituta de Babilónia; então, como antes da reforma gregoriana, a massa dos crentes resignava-se à indignidade de eclesiásticos isolados, contando que o clero continuasse a dispensar os sacramentos e a interceder pelas suas almas junto a Deus. Quando Bonifácio anunciou indulgências

especiais para quem fosse a Roma no ano do Jubileu, em 1300, a multidão de peregrinos foi tal que houve necessidade de regulamentar o vaivém na ponte de Sant'Angelo, obrigando os transeuntes a seguir pela direita: primeiro exemplo conhecido de regulamentação da circulação. Sucesso retumbante, perigoso também, porque desviou a atenção do papa dos protestos que se levantavam em grande número, através da Europa; da desafeição silenciosa dos que (também numerosos) procuravam Deus na experiência mística directa; da incredulidade que, após tantos séculos de fé indiscutível, recomeçava a manifestar-se sob a forma vulgar do livreco da lenda dos «Três Impostores» (Moisés, Mohammed e Cristo).

Haverá solução fora da Igreja?

Se era vão ter esperança num papa angélico, a salvação poderia vir de um imperador ou de outro príncipe laico, que reformasse a Igreja? Assim o julgou Dante, um dos peregrinos de 1300; mas, em sua vida, o único imperador que veio à Itália, Henrique VII do Luxemburgo (1307-1313), não obteve êxito algum. A humilhação infligida a Bonifácio VIII por Filipe o Belo pareceu a muitos um castigo merecido, mas não correspondia à desejada purificação da Igreja.

Tudo piorou ainda quando, em 1305, um novo papa, nascido em França e amigo de Filipe, se recusou a abandonar a segurança do seu próprio país por uma pérfida cidade estrangeira. Inicia-se então a série de papas de Avignon, o exílio voluntário a que as gerações seguintes chamariam «o cativo da Babilónia». Por certo que aos papas da «Babilónia» não faltou fé, zelo, nem talento administrativo; talvez este último em demasia. Mas o prestígio perdido em Roma, no solo consagrado pelo sangue dos Apóstolos e designado por séculos de dominação e devoção universais, não podia ser facilmente restabelecido num recanto de França. Já no século XIII o papa parecera a muitos fiéis demasiado ligado aos interesses seculares de um território restrito. No século XIV, o descontentamento das Igrejas particulares, dos príncipes laicos, das nações adolescentes transbordou mais facilmente, não só na Itália abandonada pelo papa, mas até na França monárquica e galicana.

Coube a Luís da Baviera, eleito «rei dos Romanos» pela maioria dos eleitores alemães (1314), jogar a derradeira partida do Império universal contra o Papado universal. Excomungado pelo papa de Avignon, João XXII, fez-se coroar em Roma por um nobre laico que pretendia representar o povo romano. Era apoiado por alguns dos maiores espíritos do tempo: os filósofos políticos Marsílio de Pádua e João de Jandun, o filósofo e teólogo Guilherme de Ockham, o ministro geral dos franciscanos Miguel di Cesena (que se rebelara contra as decretais sobre a pobreza). Mas tinha poucos soldados, e menos dinheiro e crédito ainda. Na Itália não conseguiu sequer mobilizar todos os governos gibelinos que, temporariamente, haviam aderido à causa de Henrique VII. Na Alemanha, o ressentimento contra o papa, mais do que o respeito pelo candidato ao Império, levou

os príncipes eleitores e a Dieta a proclamar que o poder e a dignidade imperial procediam directamente de Deus e que um «rei dos Romanos», legalmente eleito pelo povo, não necessitava ser confirmado pelo papado (1336).

Esta declaração (*Licet Juris*) iria servir de ponto de partida à constituição do Império, promulgada por Carlos IV em 1356 (a *Bula de Ouro*). Contudo, o seu resultado prático consistiu em limitar formalmente (como já o eram de facto) o corpo eleitoral e a autoridade do imperador unicamente à Germânia. A própria ideia da soberania imperial do povo romano seria retomada em 1347, mas não em benefício de um monarca alemão. Deu uma aparência de realidade ao sonho político dum pequeno burguês de Roma, Cola di Rienzo, «tribuno e libertador da Santa República Romana».

*

Algo de novo pairava sobre a Europa. Ainda que a consciência europeia não estivesse formada no século XIV, as velhas designações herdadas da Antiguidade deixavam de servir. Divididos em Estados de natureza diferente mas que uma cultura e um modo de vida relativamente uniformes aproximava, os povos eram europeus como o burguês fidalgo de Molière era prosador, sem o saber. A procura febril de um novo equilíbrio foi, todavia, dificultada por uma profunda crise, à qual dedicaremos as páginas finais do presente volume.

CONCLUSÃO:

A CAMINHO DE UM NOVO EQUILÍBRIO

1. SATURAÇÃO, CONTRACÇÃO, CRISE

«*Livra-nos, Senhor, da fome, da peste e da guerra!*» Reiterada todos os anos em todas as igrejas do Oriente e do Ocidente, mas tornada menos necessária na idade eufórica da expansão e da prosperidade, esta invocação retomou, no século xiv, uma actualidade pungente.

O problema da alimentação, jamais inteiramente resolvido para os pobres, foi o primeiro a despertar, aquando da Grande Fome de 1315-1317. Nem as províncias mais férteis da Europa foram poupadas; uma cidade rica e perto do mar como Ypres não conseguiu abastecer-se bastante para evitar que morressem de fome 3 000 pessoas em seis meses, quase um quinto da sua população. A peste, praticamente esquecida desde a grande epidemia de 747-750, reapareceu exactamente seiscentos anos depois. Levou pelo menos um terço da população europeia, e mais ainda nas cidades. A guerra, é facto, nunca desaparecera. Porém, no século xiv, nas campanhas dos Turcos contra o Império Bizantino, na luta entre Cavaleiros Teutónicos e Lituânios, no longo duelo franco-inglês, adquiriu uma ferocidade ou uma envergadura desacostumadas (*extra-texto 31, p. 402*).

Recuo demográfico

Estas calamidades não foram desastres sem consequências, como os houvera, de tempos a tempos, durante a era de expansão, mas pelo contrário renovaram-se, prolongaram-se, reforçaram-se mutuamente. A guerra

bem depressa foi incendiar outros lares na Itália Meridional, nos países ibéricos, em redor de todo o Báltico, no seio desse caos urbano e feudal a que se continuava a chamar o Império, nas classes e nos partidos no interior dos grandes reinos do Ocidente. Confiada a efectivos mais numerosos do que no passado, subtraía braços ao trabalho, terras à cultura, capitais às colocações produtivas. A peste reapareceu em intervalos quase regulares (1348-50, 1360-63, 1371-74, 1381-84), enquanto uma recrudescência da malária causava vazios em torno a Siena, Pisa, Narbonne ou Aigues-Mortes e os estabelecimentos escandinavos da Gronelândia sucumbiam ao frio e à sub-alimentação.

Lugubremente atestada pelos esqueletos de dimensão cada vez mais reduzida do cemitério gronelandês de Herjolfsnes, a lenta agonia deste prolongamento extremo da Europa representa sem dúvida um caso excepcional. Mas as aldeias abandonadas pululam também nas terras de colonização da Alemanha, essa Alemanha outrora em expansão. Na Península Ibérica, as ordens religiosas e militares a quem os reis confiam doravante a utilização dos desertos criados pela Reconquista, não mais conseguem repovoar os seus domínios; vão transformá-los em pastagens. Mesmo nas regiões melhor cultivadas e mais férteis, a agricultura conhece um recuo. Na Inglaterra, embora tenha diminuído o número dos cultivadores, o preço das colheitas baixa de tal forma que os senhores se irão esforçar por se desembaraçar das terras ao passo que os camponeses deixam de tirar um lucro bastante para pagar impostos e corveias ou para fazer as suas modestas compras nos mercados urbanos.

As cidades são duplamente atingidas, tanto pelas próprias perdas como pelas do campo. Assás apetrechadas para enfrentar crises locais ou passageiras, mas impotentes contra os grandes sobressaltos e as desgraças prolongadas, tentam primeiro erguer-se. Como sempre, recrutam no reservatório da população rural os trabalhadores de hoje que possam tornar-se nos aprendizes de amanhã, nos burgueses abastados de mais tarde. Mas depressa o reservatório já meio vazio só terá a fornecer miseráveis e salteadores. Os negócios correm mal, visto que o aumento da procura de luxo não pode compensar a ruína da procura de massa. É então que os «horizontes abertos» se tornarão a fechar e que a velha burguesia desencorajada se fortalecerá nas suas posições. Imigração e aprendizagem restringem-se. Deixam de se fundar novas cidades, deixam de se alargar as cintas de muralhas, deixa até de se conseguir preencher as áreas englobadas no decurso dos últimos anos de optimismo.

Números? Não temos muitos e alguns parecem contradizer o exposto. No século XIV, como no século IV, a crise geral não poderia proibir surtos parciais nem triunfos isolados. Na estatística e na história do século XV, Rouen apresentar-se-á como uma cidade em pleno desenvolvimento. Contudo, construíra três novas cercas entre 1150 e 1350 mas não construíra mais nenhuma durante os sete séculos seguintes e, na época de Luís XV, ainda não ocupará inteiramente a área anterior a 1350. Florença terá visto a população diminuir dos 100 000 habitantes que pelo menos tinha na época de Dante

para uns 50 000 depois da Peste Negra de 1348-1350; não ultrapassará 75 000 almas no tempo do banco dos Medicis nem no de Miguel Angelo. Zürich, cidade média sem grande história, vai declinar (depois da Peste Negra) de 12 375 habitantes em 1350 para 4 713 em 1468.

Quanto à população total, não dispomos de cálculos assás documentados a não ser para a Inglaterra: 3 700 000 habitantes antes da Peste Negra, 2 200 000 aproximadamente em 1377, 3 200 000 por volta de 1550. Na França, segundo cálculos por força aventureiros, o número de fogos recenseados em 1789 só ultrapassaria em dez por cento o dos fogos existentes em 1328. Na Catalunha, onde todos os dados são posteriores a 1350, há um modesto surto entre 1359 e 1369 (de 86 895 a 95 258 fogos), que aliás não dura (77 973 fogos em 1379, menos de 60 000 em 1497).

Todo um hemisfério em crise

Começada numa crise, é noutra que termina a Idade Média. Uma vez mais todo um hemisfério se mostra atingido. Mas ousaremos desta vez dizer «o mundo inteiro», visto que o século xiv assiste ao desmoronar do «Império Novo» Maya na América Central e dos estados anteriores aos Incas na América do Sul?

Aldeias abandonadas e cidades em decadência podem ver-se em quantidade no Império Bizantino, no Egipto, na Pérsia, no Turquestão, na Mongólia e na China. A guerra propaga-se e encarna-se, variando os protagonistas, os objectivos e os pretextos de ponta a ponta do que fora o Império Mongólico, na Ásia Menor, na Síria, na África Setentrional. Vinda do Extremo Oriente, a peste não atinge a Europa antes de ter deixado um sulco através da Ásia; Egipto e África Ocidental não são poupados também. Quanto à fome... Como distinguir, onde as massas raro conseguem matar a fome, entre as suas terríficas manifestações e os seus regressos ordinários, quase normais? Assinalemos todavia que a Índia, esse formigueiro onde cada irregularidade das monções suprime milhões de pessoas, parece ter conhecido no século xiv a mais terrível seca da sua história. Fala-se de anos e anos sem chuva, de más monções repetindo-se até doze anos sucessivos; e às vezes até os reis, ao que se diz, não terão bastante para comer.

Mais numerosos do que no começo da Idade Média, ainda que sempre mal conhecidos e insuficientemente estudados, os dados sobre o clima do século xiv parecem indicar simultaneamente a linha formativa de uma «pulsção» (flutuação lenta durante vários séculos) e saltos violentos que são como que uma exasperação da tendência de fundo. É certo que o clima jamais se modifica da mesma maneira em toda a superfície da Terra; contudo, nas regiões pertencentes à mesma zona climática, as mudanças são em geral uniformes. Vimos que na Índia o século xiv traz consigo a seca; o mesmo acontece no país dos Mayas. Mais ao norte, pelo contrário, os invernos tornam-se pluviosos e mais frios.

Sem nos determos nos outros continentes, retenhamos alguns factos que respeitem à Europa. A rota marítima dos Vikings pela Islândia até

à Gronelândia torna-se impraticável por causa dos *icebergs*. O mar Báltico gela por completo em 1296, 1306 e 1323. Pela mesma época, as costas da Frísia e da Holanda sofrem inundações desastrosas, enquanto os rios da Alemanha Ocidental trasbordam. Nos Alpes, os glaciares alargam-se. Torna-se impossível amadurecer os cereais na maior parte da Noruega, e assim as uvas em Inglaterra.

Invernos rigorosos e precipitações abundantes não teriam consequências na Europa do Meio-Dia, ainda que o seu sistema de culturas esteja concebido para um calor seco. Mas aqui o problema vem complicar-se com a desarborização, contra-partida inevitável de quatro séculos de prosperidade.

Arroteias, pastagens, incêndios, tudo conspirava contra os modestos recursos florestais das regiões mediterrâneas. Sèriamente encetados pela exploração intensiva da era greco-romana, reconstituídos parcialmente depois, na Alta Idade Média, cedo esses recursos se mostraram insuficientes para o surto demográfico e para a Revolução Comercial da Baixa Idade Média. Com o ferro e o aço de emprego muito limitado ainda, restava a madeira como principal material de indústria; era quase o único combustível. A marinha muçulmana vira-se em dificuldades desde a época das Cruzadas por falta de madeira. No século XIII, os Apeninos começavam a desguarnecer-se: Génova, antes de construir uma frota para S. Luís, pediu-lhe madeira. No século XV, Veneza, apesar de tão próximo dos Alpes, achará difícil abastecer os seus estaleiros.

Por exagerado que seja querer ver na falta de madeira a causa principal das decadências islâmica e veneziana (não pode porventura uma nação rica e poderosa comprar ou capturar aquilo que deseje, onde quer que o encontre?), os efeitos da desarborização na agricultura revelam-se evidentes. Sem o manto protector das florestas, o escoamento das águas torna-se problemático logo que as precipitações ultrapassam o nível normal. Nas alturas, a terra boa é levada nas avalanches. Nas depressões, a água pára e forma pântanos deletérios.

No Norte, o problema da desarborização não é desconhecido nas áreas densamente povoadas e mais ou menos industrializadas dos Países Baixos e da Inglaterra, a tal ponto que no século XIII se decidirá explorar as jazidas superficiais de hulha de Liège e de Newcastle, apesar dos inconvenientes desse estranho combustível: porcaria, cheiro. Noutras zonas abunda a mudeira, mas ela é a riqueza de uma economia atrasada onde só (ou quase só) a agricultura reina e onde a população esparsa não terminou ainda a conquista da floresta primordial. Economia à mercê dos reveses do clima e das reviravoltas demográficas.

O surto quebrado de uma economia insuficientemente desenvolvida

Sublinhemos que a Europa de 1300, apesar do progresso imenso registado durante os últimos quatrocentos anos, era ainda aquilo a que hoje se chamaria um continente subdesenvolvido. Parece que a duração média da vida, de aproximadamente vinte e cinco anos segundo os juristas roma-

nos e as inscrições funerárias da época, subira de facto para cerca de trinta e cinco anos na Inglaterra do século XIII. Mas este último coeficiente mal corresponde ao da China de 1946 e não ultrapassa em muito o do Egipto de 1948 (trinta e um anos). Atingir a maturidade era um privilégio reservado a uma minoria. No século XIV, quando o coeficiente voltou a cair abaixo dos vinte e cinco anos, essa minoria reduziu-se perigosamente.

É verdade que em tempos normais a alta natalidade contrabalançava amplamente a mortalidade. No século XIII, a aldeia inglesa de Taunton viu a população aumentar mais do dobro, enquanto a economia agrária do Lincolnshire teve de se adaptar a uma população quase tão numerosa como a do Lincolnshire industrializado do século XIX. Teria assim a deflação demográfica posterior a 1300 trazido uma melhoria económica? Tem-se citado o baixo preço do trigo nos fins do século XIV como prova do regresso da abundância após algumas gerações de malthusianismo involuntário.

Assim é; mas essa pretensa era da abundância será também o período das revoltas populares, todas elas afogadas em sangue, quer na Flandres, quer nos Balcãs, quer em Maiorca, em Lübeck ou em Londres. Cada uma destas revoltas teve as suas causas particulares, mas a sua eclosão simultânea requer uma explicação geral. Que pode então haver de comum entre os *Tuchins* dos campos languedocenses e os *Ciampi* das oficinas florentinas senão a paragem súbita do progresso social, a cristalização dessa diferença que um poeta austríaco resume em termos prosaicos: «Os ricos têm os cofres cheios e os pobres o estômago vazio»?

A Revolução Comercial precisa de homens. Desencadeada pelos primeiros excedentes demográficos do século X, modestos ainda, encontrou nesse superpovoamento os remédios que tornaram por sua vez possíveis novos excedentes. Enquanto prosseguiu esta reacção em cadeia — comercialização, industrialização, inovações na utensilagem material e mental, busca de novos escoadouros — o ritmo produtivo e o padrão de vida continuaram a aumentar. Quando os excedentes vêm a faltar, o impulso quebra-se.

Aqui e além começa a notar-se um afrouxamento a partir do século XIII. Assinalámos já, no Norte, a atrofia das culturas que esperaram demais antes de se desenvolver: Bálticos, Eslavos do Elba e, até certo ponto, Escandinavos e Celtas. No Sul, pelo contrário, as regiões periclitantes são aquelas que primeiro se tinham desenvolvido: Itália Meridional, França Meridional, Espanha Meridional, para não falar do Império Bizantino. Cidades como Pisa, Ratisbona, Tournai ou Sigtuna vêm-se ultrapassadas por rivais mais activas. Isso não significa ainda que a Revolução Comercial tenha chegado a um ponto morto. Numa sociedade em marcha, nada mais normal do que o atraso de concorrentes fracas, fatigadas ou mal-afortunadas.

No século XIV, são os colossos que experimentam os reveses mais graves. Em Ypres, a produção de tecidos entra em declínio desde 1320. O mesmo acontece em Florença, onde os desempregados, em 1378, se esforçam em vão por obrigar os empresários a elevar para o mínimo de 25 000 peças de pano uma produção que ultrapassara as 70 000 cinquenta anos antes. Este afastamento, por si só, neutraliza todo o contributo da Ingla-

terra: 43 000 peças exportadas em média em 1392-1395, anos-*record* da única indústria têxtil que se expande nesta época de contracção.

E o comércio? Em 1293, os rendeiros do imposto sobre o comércio do porto de Génova recebiam receitas num total de quase 4 milhões de libras; em 1334, nem mesmo 2 milhões terão a esperar; na segunda metade do século, só muito raramente ultrapassarão esse número. A depreciação rápida da libra traduz essa estabilização aparente numa queda contínua. E contudo Génova permanecia, com Veneza, um dos dois maiores portos da Europa. Em Marselha, onde a crise geral se complica com dificuldades locais, as cifras do imposto indicam declínio ainda mais dramático. Quanto aos portos do Norte, a impressão de estabilidade ou mesmo de novo surto que certas estatísticas podem dar, resulta do facto de não ter chegado até nós nenhum número anterior a 1350.

E a banca? Depois das grandes falências dos banqueiros de Siena, que remontam aos fins do século XIII, chega a vez às companhias florentinas. O *crack* dos Peruzzi, dos Acciaiuoli e dos Bardi, «pilares da Cristandade» (1343-1346), só deixará de pé companhias pequenas; será preciso esperar pelo século XV para encontrar no banco Medici uma estrutura quase tão vasta como a de uma única das três companhias desmoronadas um século antes. E Siena jamais se levantará. Claro que há bancos fora da Itália, mas de envergadura modesta, que assim se manterá até ao século XVI.

E a expansão além-fronteiras? Uma após outra, a China, a Ásia Central e a Pérsia vão fechar-se aos mercadores ocidentais. O Império Bizantino agoniza; os Turcos, que lhe acabarão por recolher a herança, fazem pagar caro o privilégio de vender e comprar nas suas terras. O Egipto aumenta os preços, eleva as tarifas aduaneiras, despreza os estrangeiros. O grande livro das conquistas do catolicismo na Europa, que chegara, a partir do século XIII, aos seus dois últimos capítulos, interrompe-se bruscamente: Granada fica muçulmana e a Lituânia mantém-se pagã.

2. A EUROPA SUPERA A CRISE

Contudo, a Idade Média irá acabar muito melhor do que começou. Se a crise demográfica e económica agrava, complica todos os problemas dessa época nervosa a que se chama, consoante os pontos de vista, «crepúsculo da Idade Média» ou «aurora do Renascimento», ela não é, contudo, o facto essencial. O essencial é que a Europa supera a crise. Não haverá era bárbara depois de 1300 como a houvera mil anos antes.

Para dizer melhor, uma espécie de era bárbara abateu-se sobre a Rússia, com os Mongóis, a partir do século XIII; sobre Bizâncio e sobre o Levante árabe com os Turcos, mesmo na Gronelândia com os Esquimós. Todavia, estes últimos são apenas primitivos. Conquistadores ferozes, os Mongóis e os Turcos são, não obstante, organizadores hábeis, capazes de

assimilar ideias e técnicas. Mas, o que é mais, a sua vitória no Oriente desvia do Ocidente a ameaça de uma invasão. Poder-se-ia dizer que o papel dos Gregos e dos Latinos se invertera desde a primeira era bárbara, quando Bizâncio servira de fortaleza, enquanto o Ocidente submerso lhe servia de válvula de escape.

Desta vez, a Europa católica não tem outros inimigos a recear para além dos seus próprios filhos. Igreja e Império, petrificados em seus problemas, desiludem os fiéis. Reis, príncipes, tiranos urbanos e agitadores populares, levados pelas ambições, exploram e oprimem os súbditos. Os grandes empreendimentos colectivos, as sínteses dos séculos precedentes dissolvem-se; em vão há esforços para ressuscitar as cruzadas. Deita-se abaixo o sistema de S. Tomás e, se se constroem ainda catedrais, é acumulando ornamentos sobre modelos arquitectónicos envelhecidos. A melancolia ou a sátira tomam o lugar do optimismo; os poetas insis-

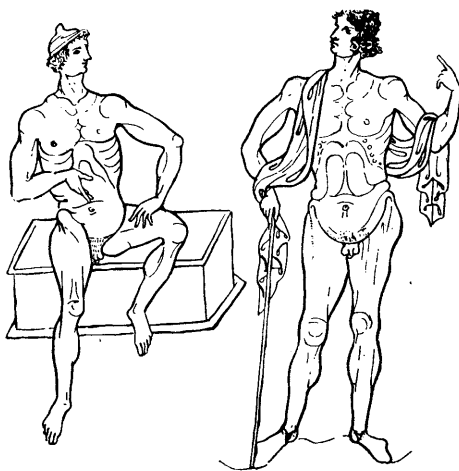


Fig. 81—*Estudo da figura humana, século XIII. Segundo o album de Villard de Honnecourt*

tem na vaidade das coisas... Pela primeira vez, um Petrarca condenará em bloco a própria época e os séculos cristãos que a precederam: não uma idade esclarecida, apesar dos seus erros, pela Redenção, mas uma era bárbara, um abismo depois das alturas dos Gregos e dos Romanos (fig. 81 e 82).

Que importa, visto que os homens aguentam! Não há sinal, ao findar da Idade Média, dessa morna resignação, dessa dissolução da personalidade que caracterizara a Alta Idade Média. Se existem ainda profetas lúgubres e flagelantes, a maior parte dos que deploram os vícios do mundo não pensam de forma alguma em o renegar, mas procuram o caminho da virtude na devoção privada, no misticismo ou, mais simplesmente,



Fig. 82—*Eros deitado. Baixo-relevo da base da catedral de Auxerre (Yonne, França), século XIV. Inspirado no antigo*

NASCIMENTO DA EUROPA

numa vida sem censura. Se fracassam as revoltas dos pobres, se os órgãos democráticos das cidades sucumbem, se as instituições representativas dos reinos raramente ganharam causa, a sua resistência contra os abusos do poder marca limites que o fim da Antiguidade e o princípio da Idade Média não tinham conhecido. Basta, para nos convenceremos, comparar o



Fig. 83 — *Vista de Florença no século XIV. Segundo uma pintura da Loggia del Bigallo, Florença: A Virgem da Misericórdia (pormenor)*

fisco desumano dos últimos imperadores romanos ou as exações sem contra-partida dos conquistadores bárbaros com os impostos dos reis de França e de Inglaterra, crescentes mas suportáveis, ou as contribuições de várias comunas italianas, vagamente proporcionais à riqueza (fig. 83).

É verdade que as expressões colectivas da arte se enterram, mas o individualismo artístico, que se esboçava desde há algum tempo, afirma-se cada vez mais. É no século XIV que o anonimato dos pintores e dos escultores se torna excepção, que os retratos deixam de ser figurações idealizadas para tender à parecença fotográfica, que a música religiosa, esse reino das mani-

festações corais, se volta para a polifonia instrumental e se polariza em torno de algumas personalidades eminentes, como um Guilherme de Machault. É também no século XIV que um professor francês, cuja celebridade repousará sobretudo sobre anedotas pitorescas e lendárias, Jean Buridan, entrevê o princípio da inércia, base da mecânica moderna.

Era do individualismo? Hesitamos em caracterizar por este termo a época que sucede ao século de S. Francisco e de Dante. É verdade que a Idade Média não teve falta de homens extraordinários. Mas as crises que acompanham o seu final, temperando os caracteres em lugar de os abater, preparam a Humanidade para o grande embate que a precipitará do centro da Creação para uma posição sem brilho num planeta que também já não é o centro do Universo.

31 — A Peste Negra (1346-1350) que despovoava a Europa ocidental: os habitantes de Tournai sepultam os seus mortos. Bibliothèque Royale de Bruxelles, Annales de Gilles le Muisis; — a batalha de Crécy, 1346, Crónicas de Froissart; Bibliothèque de l'Arsenal de Paris (pg. 400).





Quadros cronológicos, Bibliografia, Glossário, Índices

NASCIMENTO DA EUROPA

História política		História económica	
311	O edito de Milão concede tolerância ao cristianismo no Império Romano.		
314	O concílio de Arles faz do serviço militar uma obrigação.		
330	Constantinopla substitui Roma como capital do Império Romano.	317-426	Uma série de leis liga à profissão os empregados do Estado e seus descendentes.
		332	Constantino reforça os laços que ligam os colonos à gleba.
390	Santo Ambrósio impõe uma penitência pública ao imperador Teodósio.		
		396	Arcádio proíbe aos membros dos conselhos das cidades que se evadam para o campo.
410	Tomada de Roma por Alarico.		
428	Os Anglos e os Saxões na Grã-Bretanha.		
429	Os Vândalos em África.		

História cultural	História mundial
	320 Início da dinastia Gupta, na Índia.
	c. 323 S. Pacómio funda o primeiro mosteiro no vale do Nilo.
341 Constantino proíbe os sacrifícios pagãos nas cidades.	
354 O Natal torna-se a festa cristã da Natividade em lugar da festa pagã do Sol.	345 Invenção da Cruz em Jerusalém.
c. 361 S. Martinho funda o mosteiro de Ligugé.	
c. 370 Bíblia gótica do ariano Wulfila.	
385 Prisciliano é o primeiro herético cristão executado.	
392 Proibição dos cultos pagãos.	
393 Últimos jogos olímpicos.	
404 Fim dos combates de gladiadores.	
407 <i>Psychomachia</i> de Prudêncio.	
c. 426 Santo Agostinho acaba <i>A Cidade de Deus</i> .	
c. 427 Marciano Capella propõe uma classificação das artes liberais (<i>trivium et quadrivium</i>).	

NASCIMENTO DA EUROPA

História política		História económica
445	Valentiniano III impõe aos bispos do Ocidente a superioridade do bispo de Roma.	
451	Os Hunos na Gália.	
476	Fim do Império do Ocidente.	
493	Teodorico, senhor da Itália.	
494	O papa Gelásio I institui as bases da teoria dos «2 gládios» (poder temporal e poder espiritual).	
496	Conversão de Clóvis.	
507	Clovis derrota os Visigodos em Vouillé.	
533-563	Reconquista de parte do Ocidente pelos exércitos de Justiniano.	
		c. 550 Início da expansão comercial de Verdun.

História cultural		História mundial	
c. 432	Portas de Santa Sabina em Roma.	438	Código Teodosiano.
c. 445	Mausoleu de Galla Placidia em Ravenna.	451	O concílio de Calcedónia condena o monofisismo.
		483	Fundação de uma igreja nestoriana na Pérsia.
524	Morte de Boécio.	c. 500	Movimento mazdakista no Irão.
c. 525	S. Bento funda o mosteiro de Monte Cassino.	c. 503	Os Búlgaros no Volga.
526-546	Construção de S. Vital, em Ravenna.	527-565	Reinado de Justiniano.
529	Encerramento da escola filosófica de Atenas por Justiniano; considerado muitas vezes como o fim da cultura pagã.	531-579	Reinado de Khosrō (ou Chosroes) I, o mais célebre dos reis sassânidas.
		533	Código de Justiniano.
547	Morte de S. Bento.	c. 550	Sábios hindús utilizam o zero. Narração da viagem de Cosmas Indicopleustes.

NASCIMENTO DA EUROPA

História política		História económica	
		c. 552	Introdução do bicho da seda no Império Bizantino.
568	Os Lombardos invadem a Itália.		
571-624	Reconquista da Andaluzia pelos Visigodos sobre os Bizantinos.		
585	A Igreja institui a dízima.		
590-604	Pontificado de Gregório I, o Grande.		
		599	Gregório I intervém a favor de uma corporação em crise (em Nápoles).
629-639	Reinado de Dagoberto.		

História cultural		História mundial	
551	<i>História dos Godos</i> , de Jordanes.	552	Introdução dos primeiros escritos budistas no Japão.
553	<i>Institutiones</i> de Cassiodoro.	c. 570	Os Ávaros na Panónia.
		c. 585	Fim da dinastia Gupta, na Índia.
		590	Fim do período das Seis Dinastias, na China.
592	Gregório de Tours acaba a <i>História dos Francos</i> .		
594	S. Columbano funda o mosteiro de Luxeuil.		
597	Constituição, por St. ^o Agostinho, da Igreja cristã anglo-saxónia.	c. 598	Fundação do reino dos Khazars no sul da Rússia.
		c. 600	A Insulíndia torna-se budista.
		600-650	Búlgaros e Eslavos nos Balcãs.
		c. 605-610	Construção do grande canal da China.
		c. 610	Difusão do budismo no Japão.
		610-630	Guerras de Heráclio, na Síria e na Palestina: reconquista da Cruz.
612	S. Columbano funda o mosteiro de Bobbio.	622	Hégira.
		634-650	Os Árabes conquistam a Síria, a Palestina, o Irão e o Egipto.

NASCIMENTO DA EUROPA

História política	História económica
	635 Dagoberto funda a feira de S. Denis.
	c. 650? Fixação das tarifas dos construtores lombardos, mestres e obreiros.
680 Pepino de Herstal, prefeito do palácio da Austrásia.	c. 670 Derradeiros documentos régios merovíngios redigidos em papiro.
	693-702 Restrições ao comércio dos Judeus na Espanha visigótica.
711 Os Árabes conquistam a Espanha.	c. 715 Os mercadores bizantinos de Comacchio recebem privilégios no território lombardo.
	716 Chilperico II concede à abadia de Corbie um entreposto em Fos, na Provença, e privilégios comerciais.

História cultural		História mundial	
636	Morte de Isidoro de Sevilha.	642	Fundação de Fustât (Cairo).
643	Código lombardo de Rothari.	653	Redacção final do Corão.
		660	Morte do grande matemático hindú Brahmagupta.
		669	Os Chineses conquistam a Coreia.
		670	Começo da conquista do Maghreb pelos Árabes.
		685	O budismo religião do Estado, no Japão.
		695	Primeiras moedas puramente árabes.
698	S. Willibrord funda o mosteiro de Echternach.	A. 700	Fim do antigo império Maya. Os Mayas retiraram-se para o Yucatan.
		712-756	Reinado de Hiuan—Tsong: apogeu da literatura chinesa.
		717-718	Último cerco de Constantinopla pelos Árabes.
722	Bonifácio, primeiro bispo da Alemanha.		

NASCIMENTO DA EUROPA

História política		História económica	
732	Carlos Martel vence os Árabes na batalha chamada de Poitiers.		
739	Leão III vence os Árabes na batalha de Akroinon.	742-743	Derradeira grande peste da Alta Idade Média.
750	Califado Omayyda de Córdoba.	750	O rei lombardo Aistulf submete os mercadores ao serviço militar a cavalo.
751	Os Bizantinos evacuam Ravenna.		
754	O papa Estêvão II sagra Pepino o Breve rei dos Francos.		
771-814	Reinado de Carlos Magno.		
774	Carlos Magno vencedor dos Lombardos.		
778	Fracasso de Carlos Magno em Espanha (Roncesvales).		
779	Carlos Magno impõe a dízima no seu reino.	c. 780	Reformas monetárias de Carlos Magno: sistema libra, soldo, dinheiro.
783-785	Carlos Magno vencedor dos Saxões.	789	Na <i>Admonitio generalis</i> , Carlos Magno regulamenta pela primeira vez o empréstimo a juros.
		790	Disputa entre Carlos Magno e o rei Offa da Mércia acerca dos panos importados.
793	Primeiras incursões escandinavas na Inglaterra.	794	Carlos Magno fixa um máximo para os géneros.

Quadros cronológicos

História cultural		História mundial	
724	Fundação do mosteiro de Reichenau.	726	Início da crise iconoclasta em Bizâncio.
735	Morte de Beda.	750	Começo da dinastia dos Abbássidas.
		751	Vitória dos Árabes sobre os Chineses no Turquestão.
		762	Fundação de Baghdad.
790	Alcuino à testa da escola e da academia do palácio carolíngio.	c. 790	Tradução para árabe das obras de Euclides.

NASCIMENTO DA EUROPA

História política		História económica	
		c. 795	O capitular <i>De Villis</i> regula- menta a exploração domi- nial.
796	Carlos Magno vencedor dos Ávaros.		
800	Coroação de Carlos Magno como imperador.		
A. 807	Fundação de Hamburgo.	806	O capitular de Nijmegen proíbe a usura.
		829	O testamento do doge Jus- tiniano Participazio dá notícia dos começos do surto económico vene- ziano.
830-831	Os Árabes tomam Palermo.	836	Tratado de paz e de comér- cio entre Sicardo, príncipe lombardo de Benevento, e o bispo-duque de Ná- poles.
840	Os Árabes tomam Bari.	840	Primeiro tratado de paz e de comércio entre Veneza e o Império Carolíngio.
843	Partilha de Verdun.	845	O concílio de Meaux con- dena o comércio dos escr- vos.
846	Raid sarraceno a Roma.		
850	Os Árabes invadem a Cór- sega.	c. 850	Actividade dos mercadores judeus políglotas (Rhada- nitas), que vão da Espanha à China através do Impé- rio Carolíngio.
c. 850	Fundação de Burgos.		

História cultural	História mundial
796-805 Construção da capela palatina de Aachen.	800 Fundação de Fez. c. 800 Os Árabes adoptam os algarismos hindus. 809 Morte do califa Harun-ar-Rachid. 812 Na China, o imperador submete a monopólio do Estado papel moeda chamado «moeda volante». c. 820 Tratado do matemático Al-Khwarizmi. c. 830 Tradução para árabe do <i>Almagesto</i> de Ptolomeu.
842 Juramentos de Strassburg.	843 Fim da crise iconoclasta. 849 Tradução para árabe da <i>Metafísica</i> de Aristóteles. 862 Rurik teria fundado um Estado em Novgorod.

NASCIMENTO DA EUROPA

História política	História económica
	864 Carlos o Calvo esforça-se por reduzir a 9, pelo edito de Pitres, o número de oficinas monetárias.
874-930 Noruegueses na Islândia.	
876 Os Bizantinos evacuam Siracusa.	
878 Conversão do rei da Dinamarca.	
885 Cerco de Paris pelos Normandos.	
888 Deposição de Carlos o Gordo.	
900 Raids húngaros na Baviera. Os Húngaros instalam-se na Panónia, os Sarracenos na Provença.	
911 O Tratado de Saint-Clair-sur-Epte instala os Normandos na Normandia.	916 Os «mesteres» de Saint-Omer constroem o castelo do seu aglomerado urbano.
	943 Referência a uma corporação de peixeiros em Ravenna.

História cultural		História mundial	
		864	Fundação de Kiev. Começos da pregação de Cirilo e Metódio na Morávia. Conversão dos Búlgaros.
		c. 872	Tradução para árabe da <i>Geografia</i> de Ptolomeu.
882	Morte de Hincmar.	879	Construção da mesquita de Ibn Tulun, no Cairo.
		893	Subida ao trono do tzar búlgaro Simeão.
910	O duque Guilherme da Aquitânia funda o mosteiro de Cluny.	901	Fundação do Estado dos Kharmats no norte da Índia.
		936	Os Mongóis Kitats tomam Pequim.
		945	Estabelecimento dos Buidas em Baghdad.
948	Hamburgo, metrópole religiosa dos países escandinavos.	947	Os Toltecas senhores do México.

NASCIMENTO DA EUROPA

História política		História económica	
955	Vitória de Otão I sobre os Húngaros em Lechfeld.		
962	Coroação de Otão I.		
966	Conversão ao cristianismo do príncipe polaco Mieszko.		
972	Os Sarracenos são expulsos da Provença.		
985	Baptismo de Estêvão da Hungria.		
987	Hugo Capeto, rei de França.		
		c. 990	Portagem de Londres, mencionando os mercadores do Império, de Rouen e de Huy.
991	Os Dinamarqueses invadem a Inglaterra.	992	Tratados comerciais de Veneza com os impérios do Oriente e do Ocidente.
997	Levantamento camponês na Normandia. Destruição de Santiago de Compostela pelos Árabes.		
999	Gerbert ascende a papa com o nome de Silvestre II. O imperador Otão III faz de Roma a sua capital.		
A. 1000	Cristianização da Escandinávia.		

História cultural		História mundial	
962	Fundação do arcebispado de Magdeburg.	960	Princípio da dinastia Song na China.
972	Fundação do bispado de Praga.	969	Dinastia Fatimida no Egipto. Fundação do Cairo.
980	O bispo Adalberon coloca vitrais pintados na catedral de Reims.	985	Apogeu do Império Chola na Índia.
989	Começo das Tréguas de Deus na Aquitânia.	988	Fundação da Universidade do Cairo.
		989	Conversão de Vladimir, príncipe de Kiev.
		991	Os Turcos Ghaznévidas conquistam Peshāwār.
		996	Pogrom de amalfitanos no Velho Cairo.
c. 1000	Começo de um grande movimento de construção de igrejas no Ocidente.	c. 1000	Chegada dos Escandinavos à Vinland.

NASCIMENTO DA EUROPA

História política		História económica	
1024	A população de Pavia queima o palácio do imperador.		
c. 1030	Começos do movimento comunal na Itália.	1030	Corporação de hortelões em Roma.
1032	O último rei da Borgonha lega o seu reino ao Imperador.		
1035	Morte de Canuto o grande. Desagregação do Estado anglo-escandinavo.	c. 1033	Fome no Ocidente.
1037	A constituição <i>de feudis</i> codifica o feudalismo na Alemanha e na Itália.		
		1044-1047	Menção a «banqueiros» em Mons e em Saintes.
1052	Pisa estende o seu domínio sobre a Sardenha.		
1054	O grande cisma separa Roma e Constantinopla.		

História cultural		História mundial	
c. 1003	Gramática latino-inglesa de Elfrico.	1002	Começos do império Khmer no Cambodja.
1006-1009	Nartex de Saint-Philibert de Tournus.		
c. 1010	Começos da escola de medicina de Salerno.	1014-1018	Basílio II conquista a Bulgária.
1018	Thietmar acaba a sua <i>História</i> .		
1022	Em Orléans queimam-se hereges (maniqueus).		
c. 1023	O monge Guido d'Arezzo codifica a gama e os sons da música.		
1031	Sagração do mosteiro de Santa Maria de Ripoll.		
1033	Sagração de S. Miguel de Hildesheim.		
		1037	Morte de Avicena.
		1051	Invasão hilaliana no Norte de África.
1054	O grande cisma separa Roma e Constantinopla.	1055	Os Turcos senhores de Baghdad.

História política	História económica
1059 O decreto de Nicolau II confia a eleição do papa aos cardeais. O papa concede a investidura da Itália meridional a Roberto Guiscard. Começo do movimento da Pataria em Milão. 1063 Expedição cristã ao vale do Ebro. 1064-1065 Raids de Fernando I de Castela a Coimbra e Valência. 1066 Conquista da Inglaterra pelos Normandos. 1070 Comuna de Le Mans. 1071 Tomada de Bari pelos Normandos: fim da dominação bizantina na Itália. 1073-1085 Pontificado de Gregório VII. 1075 Começo da Querela das Investiduras. 1077 Comuna de Cambrai. Henrique IV humilha-se perante Gregório VII, em Canossa. 1078 Pisa apodera-se da Córsega. 1081 Expedição de pisanos e de genoveses contra Mahdiya na África do Norte.	1076 O papa pede ao rei de França que reembolse as somas extorquidas aos mercadores italianos em França. 1082 Veneza obtém grandes privilégios económicos do basileus Aleixo I Comneno. 1083 Um «cambista» de Roma empresta a juros de 20%.

História cultural	História mundial
1062-1083 Construção da abadia da Trindade de Caen.	1062 Fundação de Marrakech pelos Almorávidas.
1065 Sagração de Santa Maria de Colónia.	
c. 1065-1104 <i>La Chanson de Roland</i> .	1067 O vizir Nizam funda a Universidade (medersa) de Bagdad.
	1071 Os Turcos Seldjúcidas derrotam os Bizantinos em Montzikert.
1078 St.º Anselmo abade de Le Boc.	

NASCIMENTO DA EUROPA

História política		História económica	
1085	Os cristãos reconquistam Toledo aos muçulmanos.		
1086	Os Almorávidas derrotam os cristãos em Zallaca. O rei de Aragão doa os seus Estados em feudo a Deus e a S. Pedro (ao papado).	1086	Guilherme o Conquistador faz redigir o <i>Domesday Book</i> : 5 000 moinhos de água na Inglaterra (1 para 400 habitantes).
1095	O papa Urbano II prèga, em Clermont, a 1.ª Cruzada.		
1099	Os Cruzados conquistam Jerusalém. Morte do Cid.	1100	Corporação de tecelões em Mogúncia.
		1106	Corporação dos peixeiros de Worms.
		1112	Confraria dos sapateiros de Rouen.

História cultural		História mundial
1084	Fundação da Cartuxa Grande.	
1088	Começo do ensino de Irnério em Bolonha. O abade Hugo empreende a construção da terceira igreja de Cluny.	
1093	Começo da construção da catedral de Durham: aparecimento da ogiva.	
1094	Sagração de S. Marcos de Veneza	
c. 1096	<i>Cur Deus homo?</i> de St.º Anselmo.	
1098	Fundação de Cister.	
1100	Claustro de Moissac.	
c. 1100	Ensino de Irnério em Bolonha.	
1101	Roberto de Arbrissel funda a comunidade de Fontevrault.	
1103	Guilherme de Champeaux escolar em Paris.	
c. 1104	<i>La Chanson de Roland</i> .	
c. 1110	Crónica chamada de Nestor.	
		c. 1112 Começo da expansão Khmer.
		1118 Os Turcos Ghaznévidas no Pendjab.

NASCIMENTO DA EUROPA

História política		História económica	
1122	Concordata de Worms.		
1124	Luís VI mobiliza «toda a França» contra o imperador «teutónico».		
1128	Comuna de Laon.		
1130	Rogério II coroado rei da Sicília em Palermo.		
1139	Afonso Henriques primeiro rei de Portugal.		
1143	Levantamento comunal de Arnaldo de Brescia, em Roma.	1143	Segunda fundação de Lübeck.
1144	Acusação de homicídio ritual contra os judeus em Norwich.		
1147	Os Portugueses conquistam Lisboa. S. Bernardo prega a segunda cruzada.		
1152	Frederico Barbarruiva imperador. Casamento de Henrique Plantageneta com Aliénor da Aquitânia.	1149	Corporação dos tecelões de Colónia.

História cultural		História mundial
1120	S. Norberto funda a ordem de Prémontré.	
c. 1120	<i>Sic et Non</i> de Abelardo.	.
1121	Abelardo condenado em Soissons.	
		1127 Os Song abandonam o Norte da China aos Kitat e estabelecem-se em Nankim.
1140	Abelardo condenado em Sens.	
c. 1140	Decreto de Graciano.	
1141	Morte de Hugo de S. Vitor.	
1142	Morte de Abelardo.	
1143	Tradução do Planisfério de Ptolomeu.	
1144	Sagração do coro de S. Denis.	
1145	Roberto de Chester traduz a <i>Algebra</i> de Al-Khwarizmi.	
a. de 1147	<i>Cantar de mio Cid</i> .	
1148	Condenação de Gilberto de la Porée no concílio de Reims.	
		1152 Morte de Sūryavarman II construtor de Angkor Vat.

NASCIMENTO DA EUROPA

História política		História económica	
1154	Subida ao trono de Henrique II: formação do império Plantageneta.		
1158	Dieta de Roncaglia. Frederico Barbarruiva concede a dignidade real a Vladislau II da Boémia.		
1171	Assassinato de Thomas Becket.	1174	Primeira referência a um guarda das feiras de Champagne.
1176	Frederico Barbarruiva derrotado pelas comunas italianas em Legnano.		
1180	Filipe Augusto, rei de França.		
1183	Paz de Constança.		
1186	O imperador Henrique VI casa com Constança da Sicília.	1184	Mercadores portugueses frequentam Bruges e estabelecem-se aí antes de findo o século.

História cultural		História mundial	
1153	Morte de S. Bernardo.		
1154	Morte de Godfrey de Monmouth.		
c. 1155-1170	<i>Tristão e Isolda</i> de Thomas.		
1158	Frederico Barbarruiva concede privilégios aos mestres e estudantes de Bolonha.		
1159	Pedro Lombardo bispo de Paris.		
1160	<i>Tristão e Isolda</i> de Bérout. <i>Nibelungen</i> .		
1162-1182	Actividade literária de Chrétien de Troyes.		
1163	Começo da construção de Nossa Senhora de Paris.		
1167	Concílio cátaro.	1166	Morte de Idrisi.
c. 1170	Pedro Valdo distribui os seus bens pelos pobres. <i>História eclesiástica</i> de Pedro Comestor.		
		1171	Saladino suprime o califado fatimida no Egipto.
1175	Construção da catedral de Canterbury.		
1180	Morte de João de Salisbury. Fundação do primeiro Colégio de Paris: os Dezoito.		
1184	O papa Lúcio III recorre ao braço secular contra os hereges.		
		1185	Instituição do Shogunato no Japão.

História política		História económica	
1188	Primeiras cortes em León.		
1189	Morte de Henrique II Plantageneta.	1189	Proibição das confrarias de artífices em Rouen.
1190	Morte de Frederico Barbaruiva. Fundação da Ordem Teutónica.		
		1192	Moeda de <i>grossos</i> em Veneza.
1197	Morte de Henrique VI.	1197	Canonização do mercador Homebon de Cremona.
1199	Morte de Ricardo Coração de Leão.	c. 1200	Construção do mercado dos panos em Ypres.
		1201	Os Freires da Espada fundam Riga.
		1203	João Sem Terra autoriza os mercadores portugueses a fixarem-se em Inglaterra.
1204	Quarta Cruzada: os Latinos tomam Constantinopla.		
1209	Começo da cruzada dos Albigenses.		
1211	Côrtes de Coimbra: primeiras leis gerais do Reino de Portugal.	1210	Concórdia de Assis.
1212	Os príncipes espanhóis cristãos vencedores dos Almôhadas nas Navas de Tolosa.		
1213	Pedro de Aragão derrotado em Muret.		

História cultural		História mundial	
c. 1187	Primeiro tratado geral das leis e dos costumes de Inglaterra, de Rainulfo de Glanvill.	1187	Saladino conquista Jerusalém.
1190	Começo da construção da catedral de Bourges.		
1194	Primeiros privilégios dos mestres de Paris. Incêndio e começo da reconstrução da catedral de Chartres.	1193	Sultanato de Delhi.
		1198	Morte de Averrois.
c. 1200	<i>Algebra</i> de Leonardo de Pisa.		
1200	Filipe Augusto isenta a Universidade de Paris da jurisdição laica.		
1202	Morte de Joaquim de Fiore.	1203	Começo das conquistas de Gengis Khan.
		1204	Morte de Maimónides de Córdoba.
1209	Primeira fraternidade franciscana.		
1211	Começo da construção da catedral de Reims.		
1211	Cruzada das crianças.		

NASCIMENTO DA EUROPA

História política		História económica	
1214	Filipe Augusto vencedor em Bouvines.		
1215	A <i>Magna Charta</i> .		
1216	Morte de Inocêncio III.		
1219	Fracasso da Quinta Cruzada no Egipto.		
1222	<i>Bula de ouro</i> húngara.		
1223	Morte de Filipe Augusto.		
1227	Valdemar II da Dinamarca derrotado pelos Alemães em Bornhoved.	1225	Revolta de tecelões e de pisoeiros em Valenciennes.
1229	Fim da cruzada dos Albigenses.		
1231	Liquidação do controle imperial sobre os grandes vassalos alemães.	A. 1230	Tratado de amizade e de liberdade comercial entre Lübeck e Hamburgo.
1233	Começos da Inquisição.		
1241	Raid mongol à Europa Oriental e Central.		
1242	Alexandre Nevsky vencedor da Ordem Teutónica.		

História cultural		História mundial	
1215	Inocência III e o IV concílio de Latrão impõem aos Judeus um sinal distintivo. Dogma da transubstanciação. Roberto de Courson concede estatutos à Universidade de Paris.	1215	Os Mongóis tomam Pequim.
1216	Regra dos Dominicanos.		
1219	Proibição do ensino do direito romano em Paris.		
1220	Começo da construção da catedral de Amiens.		
1221	Morte de S. Domingos.		
1223	Aprovação pontificia da regra de S. Francisco.		
1226	Morte de S. Francisco de Assis.		
1229	Fundação da Universidade de Toulouse.	1227	Morte de Gengis Khan.
1231	Íbula pontificia <i>Parens Scientiarum</i> na Universidade de Paris.		
1233	Dominicanos (e Franciscanos) à testa da Inquisição.		
1240	Roberto Grosseteste traduz a <i>Ética</i> de Aristóteles.	c. 1240	Papel-moeda entre os Mongóis.
c. 1240	Morte de Cesário de Heisterbach.		
1243	Princípio da construção da Sainte-Chapelle.		

NASCIMENTO DA EUROPA

História política		História económica	
1244	Perda definitiva de Jerusaleém.	1245	Greve em Douai.
1248	Sétima Cruzada.		
1250	Morte de Frederico II. Termo da conquista do Algarve.	1253	Génova e Florença cunham moedas de ouro. Os Genoveses em Safim.
1254	Os Judeus expulsos de França. Côrtes de Leiria: participação dos concelhos.	1257	<i>Memorial</i> de Bolonha.
1260	Cruzada de Afonso X o Sábio contra Salé.	1260	Partida dos irmãos Polo para a China.
1261	Os Gregos retomam Constantinopla.	1263	Reformas monetárias de S. Luís: escudos de ouro e grossos de prata.
1265	Cavaleiros e burgueses ingleses num Parlamento misto. Simão de Montfort morto em Evesham.		
1266	Carlos de Anjou senhor da Itália do Sul.	1268	<i>Livro dos Mesteres</i> de Paris, de Estêvão Boileau.
1270	Morte de S. Luís, em Tunes.	1270-1295	Marco Polo na Ásia.
1273	Rodolfo de Habsburgo imperador.	1273	Os tecelões de Lucca utilizam a energia hidráulica para accionar as torcedoras de seda.
		1274	Greve dos tecelões e pissoiros de Gand.
		1275	Direitos alfandegários sobre a lã exportada de Inglaterra.

Quadros cronológicos

História cultural		História mundial	
1245	Morte de Alexandre de Hales. Inocêncio IV faz a Santa Sé proprietária dos bens das Ordens Mendicantes.	1244	Os Latinos perdem definitivamente Jerusalém.
1248	Início da construção da catedral de Colónia.	1246	Giovanni dal Pian del Carpine na Mongólia.
1253	Morte de Roberto Grosseteste.	1248	Sétima Cruzada: S. Luís conquista Damietta.
1257	Roberto de Sorbon funda um colégio em Paris (Sorbonne).	1254	Os Mamelucos senhores do Egipto.
1260	Fim do mundo recado pelos Joaquitimitas.	1258	Os Mongóis conquistam Bagdad.
1263	Guilherme de Moerbeke traduz Aristóteles para S. Tomás de Aquino.		
c. 1265	Brunetto Latini escreve o <i>Tesouro</i> em francês.		
1266-1268	<i>Opus Maius</i> de Roger Bacon.		
1267	S. Tomás começa a <i>Suma teológica</i> .		
1270	S. Luis utiliza um bom portulano, desenhado pelos genoveses.	1270-1295	Marco Polo na Ásia.
1274	Morte de S. Boaventura. Morte de S. Tomás de Aquino.	1275	Arcebispo nestoriano em Pequim.

NASCIMENTO DA EUROPA

História política		História económica	
		1276	Génova faz vir trigo dos Balcãs para lutar contra a escassez.
		1277	As galeras genovesas de Benedetto Zaccaria vão a Inglaterra.
1278	Derrota e morte de Przemysl Ottokar II da Boémia. A Áustria de Rodolfo de Habsburgo.	1278	Privilégios de Magno VI da Noruega aos forasteiros alemães.
1282	Vésperas sicilianas. Deposição de Afonso X, o Sábio, de Castela.	1280	Lutas sociais em Douai e noutras cidades.
1284	Génova derrota Pisa na batalha de Meloria.	1284	Veneza cunha ducados de ouro.
1286	Morte de Alexandre III da Escócia, último rei da dinastia gaélica.		
1290	Os Judeus são expulsos da Inglaterra.		
1291	Benedetto Zaccaria derrota uma frota marroquina no estreito de Gibraltar. Formação da Confederação Helvética.	1291	Expedição dos irmãos Vivaldi.
1293	Ordenanças de justiça em Florença.	1293	Bolsa dos mercadores portugueses que traficam em Flandres, Inglaterra e Norte da França.
1294	Pontificado de Celestino V.	1294	Eric II da Noruega concede novos privilégios aos Alemães.
1295	Parlamento Plenário de Eduardo I.	1294-1295	Primeira desvalorização monetária de Filipe o Belo.
1298	Bula <i>Clericis Laicos</i> de Bonifácio VIII.	1297	Prisão de mercadores flamengos em França.
1300	Jubileu romano.		
1302	Os Flamengos derrotam os Franceses em Courtrai (batalha das Esporas de ouro).		
1303	Humilhação de Bonifácio VIII em Anagni.		

História cultural		História mundial	
1276	Segunda parte do <i>Romance da Rosa</i> de João de Meung.	1276	Queda da dinastia dos Song. Dinastia mongol dos Yuan.
1277	O bispo de Paris Estêvão Tempier condena as teses tomistas e averroístas.		
1280	Morte de Alberto Magno.		
1284	Mapa mundo de Ebsdorf.		
1284	Desabamento do coro da catedral de Beauvais.		
c. 1284	Morte de Siger de Brabante.		
		1291	Queda de S. João de Acre: fim dos estados latinos da Terra Santa.
1294	Morte de Roger Bacon.		

NASCIMENTO DA EUROPA

História política		História económica	
1305	Clemente V, Papa. Começo do Papado de Avignon.	c. 1305	Tratado de agricultura de Pietro de Crescenzi.
1306	Os Judeus são expulsos de França.		
1307	Filipe o Belo faz prender os Templários.		
1310	O imperador Henrique VII na Itália.	1313	92 000 peças de pano com selo de exportação em Ypres.
1314	Roberto Bruce derrota os ingleses em Bannockburn.	1315-1317	Crise de subsistências.
1315	Os Suíços batem Leopoldo da Áustria em Morgarten.	1318	Montante de negócios dos Bardi: 875 000 florins.
		1334	Montante de negócios da colónia genovesa de Pera (Constantinopla): 1 648 000 libras.
1336	Declaração <i>Licet juris</i> dos príncipes alemães.	1343-1346	Falências dos grandes bancos florentinos.
1337	Começo da guerra dos Cem Anos.		
1340	Afonso XI de Castela e Afonso IV de Portugal vencem Abul Hâçane no Salado.	1348	Começo da Peste Negra.
1346	O sérvio Estêvão Duchan imperador. Desastre francês em Poitiers.		

História cultural		História mundial	
1306	Cruzada contra os Adventistas de Fra Dolcino.	1307	Giovani di Monte Corvino arcebispo de Pequim.
1314	Primeiro relógio público em França (Caen).		
1315	Raimundo Lúlio mártir em Bedjaia (Bougie).		
1316	Tratado de anatomia de Mondino dei Liuzzi.		
1321	Morte de Dante.		
1322-1323	O papa João XXII declara herética a doutrina da pobreza de Cristo e dos apóstolos.		
1324	<i>Defensor Pacis</i> de Marsílio de Pádua.	1326-1349	Viagem de Ibn-Batutah.
1327	Morte de Mestre Eckart.		
1336	Morte de Giotto.		
1342	Petrarca coroado em Roma.		
1345	Guido de Vigevano oferece a Filipe VI o seu manual de cirurgia.		
1347	Carlos IV funda a Universidade de Praga.		

ORIENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

PERIÓDICOS

O melhor meio de se manter a par da bibliografia e, por outro lado, de entrar em contacto com a multiplicidade de aspectos da história é recorrer às grandes revistas e periódicos da especialidade:

- American Historical Review (The)*, 1895 ss.
Annales — Économies, Sociétés, Civilisations, Paris, 1946 ss.; continuam os *Annales d'histoire économique et sociale*, 1929 ss.
Anuario de Estudios medievales, Barcelona, 1964 ss.
Anuario de historia del derecho español, Madrid, 1924 ss.
Archivio Storico Italiano, Firenze, 1842 ss.
Cahiers de Civilisation médiévale, Poitiers, 1958 ss.
Cahiers d'histoire mondiale, 1954 ss.
Cambridge Historical Journal (The), Cambridge, 1923 ss.
Church History, Chicago, 1932 ss.
Cuadernos de Historia de España, Buenos Aires, 1943 ss.
Economia e Storia, Roma, 1954 ss.
Economic History Review (The), Cambridge, 1927 ss; Utrecht, 1947 ss.
English Historical Review (The), Londres, 1886 ss.
Historische Zeitschrift, 1859 ss.
History — The Quarterly Journal of the Historical Association, Londres, 1912 ss.
Journal of Economic History (The), New York, 1941 ss.
Journal of Economic and Business History, Harvard, 1928 ss.
Moyen Âge (Le), Paris, 1888 ss.
Past and Present, Londres, 1952 ss.
Revue Belge de Philologie et d'Histoire, Bruxelles, 1922 ss.
Revue d'Histoire Ecclesiastique, Louvain, 1900 ss.
Revue d'Histoire économique et sociale, Paris, 1908 ss.
Revue du Moyen Âge latin, Lyon e Strasbourg, 1945 ss.
Revue Historique, Paris, 1876 ss.
Rivista Storica Italiana, Milano, 1884 ss.
Scandinavian Economic History Review (The), Stockholm, 1953 ss.
Speculum — A Journal of Mediaeval Studies, Cambridge, Massachusetts, 1926 ss.
Studi Medievali, Torino, 1904 ss.
Traditio-Studies in Ancient and Medieval History, Thought and Religion, 1943 ss.
Vierteljahrsschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte, Leipzig 1893 ss; Wiesbaden, 1949 ss.

EXPOSIÇÕES DE CONJUNTO

a) NUM SÓ VOLUME:

HENRI PIRENNE, *Histoire de l'Europe, des invasions au XVI^e siècle*, Paris e Bruxelles, 1936. Estimulante, embora desigual e já antiquada.

LÉOPOLD GÉNICOT, *Les lignes de fatie du Moyen Âge*, Tournai e Paris, 3.^a ed., 1961. Trad. portuguesa: *Linhas de rumo da Idade Média*, Porto, 1963.

EDOUARD PERROY, JEANNINE AUBOYER, CLAUDE CAHEN, G. DUBY, MICHEL MOLLAT, *Le Moyen Âge*. Pertence à *Histoire générale des civilisations*. Paris, 1955. Há tradução por PEDRO MOACYR DE CAMPOS, São Paulo, 3 vols., 1956-7 (*História geral das civilizações*, ed. dirigida por E. SIMÕES DE PAULA).

R. L. REYNOLDS, *Europe emerges*. Madison, Wisconsin, 1961. Interessantes perspectivas.

The Legacy of the Middle Ages, direcção de C. G. CRUMP e E. F. JACOB. Valioso, embora desigual, para o estudo da civilização. Oxford, 1926. Trad. espanhola: *El legado de la Edad Media*, Madrid, Ediciones Pegaso, 1950.

* JACQUES LE GOFF, *La Civilisation de l'Occident médiéval*, Paris, ed. Arthaud, 1956. Excelente iconografia.

Está para sair o volume da *History of the Scientific and Cultural Development of Mankind* da UNESCO consagrado à Idade Média; é da autoria de G. WIET, V. ELISSEEFF e Ph. WOLFF.

b) MAIS DESENVOLVIDAS:

«Clio», Paris, P.U.F. Útil sobretudo pelas suas bibliografias críticas:

IV — *Le monde féodal*, por J. CALMETTE e Ch. HIGOUNET (1934), 3.^a ed. 1951.

V — *L'élaboration du monde moderne*, por J. CALMETTE (1934), 3.^a ed. 1949.

X, 2 — *Histoire de l'Art — Moyen Âge et temps modernes*, por P. LAVEDAN (1944).

XII, 2 — *Atlas historique — Moyen Âge*, por J. CALMETTE (1936), 4.^a ed. 1959.

«Peuples et civilisations», Paris, P. U. F. Sublinha a história política e intelectual e está marcada pela personalidade do medievista que tratou quase todo o período medieval:

V — *Les Barbares*, por LOUIS HALPHEN, 4.^a ed. refundida, 1940; 5.^a ed., rev. 1948.

VI — *L'essor de l'Europe (XI^e-XIII^e siècles)*, por L. HALPHEN, 3.^a ed., rev. 1948.

VII — *La fin du Moyen Âge (1285-1490)*, por H. PIRENNE, A. RENAUDET, Ed. PERROY, M. HANDELSMAN e L. HALPHEN, 2 vols., 1931.

«Methuen's History of Medieval and Modern Europe», 4 vols. para a Idade Média, respectivamente por M. DEANESLEY, 1956; Z. N. BROOKE, reimpressão 1951; C. W. PRÉVITÉ-ORTON, reimpressão 1951; W. T. WAUGH, ed. rev. 1960.

* «Nouvelle Clio», direcção de ROBERT BOUTRUCHE e PAUL LEMERLE, Paris, P. U. F. 14 vols. previstos para a Idade Média, dos quais interessam ao tema da presente obra os n.^{os} 12-18 e 22-25.

NASCIMENTO DA EUROPA

c) TRATADOS DE BASE:

«Histoire générale», fundada por G. GLOTZ, Paris, P.U.F.: *Histoire du Moyen Âge*:

- I — *Les destinées de l'empire en Occident de 395 à 888*, por F. LOT, Ch. PFISTER, F. L. GANSHOF. 1928.
- II — *L'Europe occidentale de 888 à 1125*, por A. FLICHE, 1930.
- IV — 1.^a Parte — *L'Allemagne et l'Italie de 1125 à 1273*, por ED. JORDAN, 1939.
2.^a Parte — *L'essor des Etats d'Occident de 1122 à 1270*, por Ch. PETIT-DUTAILLIS e M. GUINARD, 1937.
- VI — *L'Europe occidentale de 1270 à 1380*, por R. FAWTIER e A. COVILLE, 1940.
- VII — *L'Europe occidentale de la fin du XIV^e siècle aux guerres d'Italie*, por J. CALMETTE e E. DÉPREZ, 1939.
- VIII — *La civilisation occidentale du XII^e à la fin du XV^e*, por H. PIRENNE, G. COHEN e H. FOCILLON, 1933.

Não chegou a ser publicado o t. V (A Alemanha e a Itália de 1273 a 1492). Muito minuciosa e segura, tem como eixo a evolução política; bom instrumento de trabalho bibliográfico; mais actualizada que a *Cambridge*.

«The Cambridge Medieval History», direcção de J. B. BURY, J. L. TANNER, PRÉVITÉ-ORTON, Z. N. BROOKE, 6 vols., 1911-1936:

- I — *The Christian Empire and the Foundation of the Teutonic Kingdoms*, 1911.
- II — *The Rise of the Saracens and the Foundation of the Western Empire*, 1913.
- III — *Germany and the Western Empire*, 1924.
- V — *The Contest of Empire and Papacy*, 1926.
- VI — *Victory of the Papacy*, 1929.
- VII — *Decline of Empire and Papacy*, 1932.
- VIII — *The Close of the Middle Ages*, 1936.

Um conjunto numeroso de distintos especialistas de várias nacionalidades, bibliografias completas; sobressaem os factos políticos e os grandes homens, muitos aspectos são descurados, os moldes são antiquados, a qualidades é desigual, a articulação, frouxa. O resumo, que se deve a C. W. PRÉVITÉ-ORTON (*Shorter Cambridge Medieval History*, 1952) é feito em moldes ainda mais antiquados.

«L'Évolution de l'Humanité», fundada por HENRI BERR, Paris, Albin Michel, 1920 em diante. De grande envergadura, embora desigual; não foi ainda completada; citaremos os volumes segundo os assuntos, nas várias alíneas da bibliografia. Muitos deles são clássicos. C. K. OGDEN e H. E. BARNES formaram a sua colecção *The History of Civilization* (Londres, ed. KEGAN PAUL, TRENCH, TRUBNER, e New York, ed. A. A. KNOPF, 1924 em diante) com o núcleo de traduções da colecção BERR, acrescentando-lhe outros volumes; a 2.^a Guerra Mundial interrompeu este empreendimento anglo-americano.

As obras e colecções até aqui indicadas, com excepção de «L'Évolution de l'Humanité» e da «Nouvelle Clio», não prestam suficiente atenção à economia, evolução do direito e da sociedade, cultura. Há que completá-las com as listas das respectivas alíneas, e a consulta dos periódicos. Além disso, são de muita importância certas colectâneas, tais como os relatórios dos Congressos Internacionais de Ciências Históricas, quinquenais (Paris, 1950; Roma, 1955, Stockholm, 1960; e o próximo em Viena, 1965), os volumes anuais das *Settimane di Studi del Centro Italiano sull'alto Medioevo* (Spoleto, 1953 ss) e os «Recueils de la Société Jean Bodin», Bruxelles, 1936.

FONTES-SELECTAS

UM GUIA:

- C. P. FARRAR e A. P. EVANS, *Bibliography of English Translations from Medieval Sources*, New York, 1946.

ENTRE AS SELECTAS DE FONTES:

- H. S. BETTENSON, *Documents of the Christian Church*, Londres e New York, 1947.
 D. C. DOUGLAS e outros, *English Historical Documents*, Londres, 1953 ss.
 E. HOLT, *A Documentary History of Art*, Garden City, New York, 1957.
 C. W. JONES, *Mediaeval Literature in Translation*, New York, 1950.
 R. S. LOPEZ e I. W. RAYMOND, *Medieval Trade in the Mediterranean World*, New York, 1955.
 J. B. ROSS e M. M. Mc LAUGHLIN, *The Portable Medieval Reader*, New York, 1949. E em francês:
 J. CALMETTE e Ch. HIGOUNET, *Textes et documents d'histoire — Moyen Âge* (na colecção «Clio»), Paris. P. U. F. (1937).
 * MICHEL MOLLAT e RENÉ VAN SANTBERGEN, *Le Moyen Âge*, t. II dos *Recueils de textes d'histoire* dirigidos por L. Gothier e A. Troux, Liège e Paris, ed. H. Dessain, 1961.
 * P. BONNOURE, Ch. FOURNIAUX, L. LAURENT, L. LE NAHELEC, S. PIETRI, R. SORET, *Documents d'histoire vivante*, Paris, Editions Sociales, fasc. 2 — *Moyen Âge jusqu'à la fin du XIII^e siècle*, fasc. 3 — *XIV^e, XV^e et XVI^e siècles*, 1962.

Não esquecer os textos transcritos nas obras de BOUTRUCHE e DUBY, adiante citadas.

INSTRUMENTOS DE TRABALHO

UMA INICIAÇÃO E ORIENTAÇÃO GERAL:

- * LOUIS HALPHEN, *Initiation aux études d'histoire du Moyen Âge*, Paris, P. U. F., 1940; 3.^a ed. revista por YVES RENOUARD, 1952.

HISTÓRIA DAS TÉCNICAS

- * DAUMAS (Maurice), direcção de, *Histoire générale des techniques*, Paris, P. U. F.:
 I — *Les origines de la civilisation technique*, 1962.
 * FELDHAUS (F. M.), *Die Technik der Antike und des Mittelalters*, Potsdam, 1931.
 * HAUDRICOURT (A. G.) e BRUNHES-DELAMARRE (J.), *L'homme et la charrue à travers les âges*, Paris, Gallimard, 1955.
 * NOËTTES (Ct. Lefebvre des), *L'attelage, le cheval de selle à travers les âges*, Paris, A. Picard, 2 vols., 1931.
 * *De la marine antique à la marine moderne. La révolution du gouvernail*. Paris, Masson, 1935.
 * SINGER (C.), HOMYARD (E. J.) e WILLIAMS (T. L.), *A History of Technology*, Oxford, t. II — *The Mediterranean Civilization and the Middle Ages*, 1956.

NASCIMENTO DA EUROPA

* USHER (Abbott Payson), *A History of Mechanical Inventions*, New York, 1929 (trad. espanhola de T. ORTIZ, *Historia de las Invenciones Mecánicas*, México, Fondo de Cultura Económica, 1941); reed. actualizada nos «Paperbacks», 1954.

LILLEY (S.), *Men, Machines and History*, Londres, 1948.

WHITE (Lynn), *Medieval Technology and Social Change*, Oxford, Paperbacks, 1962.

* Os importantíssimos artigos de MARC BLOCH estão reunidos em *Mélanges historiques*, Paris, SEVPEN, t. II, pp. 791-878, 1963.

HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

a) OBRAS DE CONJUNTO

Entre as histórias económicas gerais:

HERBERT HEATON, *Economic History of Europe*, ed. revista, New York, Harper and Brothers, 1948. Trad. francesa: *Histoire économique de l'Europe*, t. I, Paris, Colin, 1950.

* AMINTORE FANFANI, *Storia economica dalla crisi dell'impero romano al principio del secolo XVIII*, Milano e Messina, 1940.

Para a Idade Média a visão de conjunto mais completa e actualizada é:

The Cambridge Economic History of Europe, direcção de J. H. CLAPHAM, EILEEN POWER, M. M. POSTAN e H. J. HABAKKUK, em que a Idade Média ocupa os vols. I-III, Cambridge, 1941-1952-1963. Colaboração dos melhores especialistas de vários países.

Mas continua a ser indispensável o grandioso conjunto dos trabalhos, tão sugestivos mesmo se em parte ultrapassados, de:

HENRI PIRENNE, *Mahomet et Charlemagne*, Paris e Bruxelas, 1937; *Les Villes et les institutions urbaines*, Paris e Bruxelles, 1939 (inclui o clássico *Les Villes du Moyen Âge*, 1927, de que há trad. portuguesa na colecção «Saber»); *Histoire économique de l'Occident médiéval*, Paris, Desclée de Brouwer, 1951 (abrangendo nomeadamente o célebre *Le mouvement économique et social du XI^e au milieu du XV^e siècle*, inserto no t. VIII da colecção GLOTZ, 1933).

Como indispensável é a colectânea dos trabalhos igualmente clássicos de:

*MARC BLOCH, *Mélanges historiques*, Paris, SEVPEN, 2 vols., 1963.

Entre as sínteses a que, embora em parte envelhecidas, convém sempre recorrer:

* BOISSONNADE (P.), *Le travail dans l'Europe chrétienne au Moyen Âge*, Paris, 2.^a ed., 1930.

* KNIGHT (Melvin), *Economic History of Europe to the end of the Middle Ages*, Londres, Allen and Unwin, 1926. Trad. francesa: *Histoire économique de l'Europe jusqu'à la fin du Moyen Âge*, Paris, Alcan, 1930.

* KÖTZSCHKE (R.), *Allgemeine Wirtschaftsgeschichte des Mittelalters*, Jena, 1924.

* KULISCHER (Joseph), *Allgemeine Wirtschaftsgeschichte des Mittelalters und der Neuzeit*, München e Berlin, vol. I — *Das Mittelalter*, 1928. Trad. italiana: *Storia economica del Medio Evo e dell'Epoca Moderna*, Firenze, vol. I, 1955.

* THOMPSON (James W.), *Economic and social History of the Middle Ages*, vol. I—300-1300, vol. II — 1300-1530, New York, 1928-1931.

Abrangendo temas muito amplos as obras recentes de:

CARLO M. CIPOLLA, *Money, Prices and Civilisation in the Mediterranean World — Fifth to Seventeenth Century*, New Jersey, Princeton University Press, 1956.

PHILIPPE WOLF, *Histoire générale du travail: Le Moyen Âge*, Paris, Nouvelle Librairie de France, 1961.

b) POR REGIÕES OU PAÍSES:

Historia social y economica de España y América, dirigida por J. VICENS VIVES, Barcelona, Editorial Teide, vols I e II, 1957 (colaboração de GARCÍA TOLSA, J. FONT RIUS, ENRIQUE BAGUÉ, D. SOBREQUÉS). Maravilhosa ilustração.

* ALFRED DOREN, *Wirtschaftsgeschichte Italiens im Mittelalter*, Jena, 1934; trad. GINO LUZZATTO: *Storia economica dell'Italia nel Medio Evo*, Padova, 1936.

GINO LUZZATTO, *Storia economica d'Italia (até 1500)*, Roma, 1949.

HENRI SÉE e ROBERT SCHNERB, *Histoire économique de la France*, Paris, A. Colin, t. I, 1939.

* E. LIPSON, *The economic History of England*, Londres, Adam and Ch. Black, t. I — *The Middle Ages*, 2.^a ed. revista, 1937.

* F. LÜTGE, *Deutsche Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*, Berlim, 1952; 2.^a ed. 1960.

c) DEMOGRAFIA

* J. BELOCH, *La popolazione dell'Europa nell'Antichità, nel Medio Evo e nel Rinascimento*, Torino, Biblioteca dell'Economista, 1908.

Há que actualizá-lo com as monografias de RUSSELL e ABEL.

d) AGRICULTURA E VIDA RURAL

GEORGES DUBY, *L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'Occident médiéval (France, Angleterre, Empire, IX^e-XV^e siècles)*, Paris, Aubier, 2 vols., 1962.

R. GRAND e R. DELATOUCHE, *L'agriculture au Moyen Âge*, t. III de *L'agriculture à travers les âges*, Paris, De Boccard, 1950.

Não esquecer o t. I de *The Cambridge Economic History*.

Entre as monografias:

BLOCH (Marc), *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*, Paris e Oslo, 1931; reed. com um vol. de suplemento organizado por R. DAUVERGNE, Paris, A. Colin, 1952-1956.

* CAGGESE (Romolo), *Classi e comuni rurali nel medio evo italiano*, Firenze, 2 vols., 1907-1908.

* COULTON (G. G.), *The Medieval Village*, Londres, 1925.

* DION (Roger), *Essai sur la formation du paysage rural français*, Tours, 1934.
Histoire de la vigne et du vin en France, Paris, 1959.

DOLLINGER (Ph.), *L'évolution des classes rurales en Bavière*, Paris, Belles Lettres, 1949.

NASCIMENTO DA EUROPA

e) SOCIEDADE SENHORIAL E FEUDALISMO

- BLOCH (Marc), *La société féodale*, Paris, A. Michel (colecção H. Berr), 2 vols., 1939-1940.
Seigneurie française et manoir anglais, Paris, A. Colin, 1960.
- BOUTRUCHE (Robert), *Seigneurie et féodalité*, Paris, Aubier, apenas publicado o t. I (*Le premier âge des liens d'homme à homme*), 1959 (acompanhado de selecção de documentos).
- GANSHOF (F. L.), *Qu'est-ce que la féodalité?*, Bruxelles, Office de la publicité, 3.^a ed. rev. e aumentada, 1957; há trad. portuguesa na colecção «Saber».
- * MITTEIS (Heinrich), *Lehnrecht und Staatsgewalt*, Weimar, 1933.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ (Claudio), *En torno a los orígenes del Feudalismo*, 3 vols., Mendoza, 1942.
- VERRIEST (L.), *Noblesse, chevalerie, lignage*, Bruxelles, 1960.

f) ESCRAVIDÃO

- VERLINDEN (Ch.), *L'esclavage dans l'Europe médiévale*, Bruges, De Tempel, ainda só publicado o vol. I (Península Ibérica e França), 1955.

g) COMÉRCIO, INDÚSTRIA, CORPORAÇÕES

- * BAKER (J. N. L.), *Medieval Trade Routes*, 1938.
- COORNAERT (E.), *Les corporations en France avant 1789*, Paris, Gallimard, 1940.
- DOEHAERD (R.), *L'expansion économique belge au Moyen Âge*, Bruxelles, Renaissance du Livre, 1946.
- HEYD (W.), *Histoire du commerce du Levant au Moyen Âge*, Leipzig, 2 vols., 1885-1886, reed., 1926.
- * LE GOFF (Jacques), *Marchands et banquiers du Moyen Âge*, Paris, P. U. F., «Que sais-je?» (n.º 699), 1956.
- * LOPEZ (Roberto S.), *Storia delle colonie genovesi nel Mediterraneo*, Bologna, ed. N. Zanichelli, 1938.
- * *Studi sull'economia genovese nel Medio Evo*, Torino, ed. S. Lattes, 1936.
- * LUZZATTO (Gino), *Storia del commercio, dell'Antichità al Rinascimento*, Firenze, 1914.
- * *Studi di storia economica veneziana*, Padova, ed. ceram., 1954.
- RENOUARD (Yves), *Les hommes d'affaires italiens du Moyen Âge*, Paris, A. Colin, 1949.
- SAPORI (Armando), *Le marchand italien au Moyen Âge*, Paris, SEVPEN, 1952.
- * *Studi di storia economica medievale*, Firenze, 1947; 3.^a ed. aumentada, 2 vols., Firenze, Sansoni, 1955.
- * SEGRE (Arturo), *Storia del commercio*, Torino, vol. I, 2.^a ed., 1923.
- * *Histoire du commerce*, direcção de J. LACOUR-GAYET, Paris, tomos I e II, 1950-1952.
- Não esquecer os tomos II e III de *The Cambridge Economic History*.

h) CIDADES. URBANISMO

Além do clássico *Les villes du Moyen Âge* de PIRENNE (e da colectânea dos seus trabalhos *Les villes et les institutions urbaines*, já citada):

- CLARKE (M. V.), *The medieval City State*, Londres, 1926.
- LAVEDAN (Pierre), *Histoire de l'urbanisme*, Paris, Laurens, t. I — *Antiquité et Moyen Âge*, 1926; reed. 1959.
- LESTOCQUOY (J.), *Les villes de Flandre et d'Italie sous le gouvernement des Patriciens*, Paris, PUF, 1952.
- PETIT-DUTAILLIS (Ch.), *Les communes françaises*, Paris, A. Michel, na coleção Berr., 1947.

i) ALTA IDADE MÉDIA

- * DOPSCH (Alfons), *The economic and social Foundations of European Civilization*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1937.
- * LATOUCHE (Robert), *Les origines de l'économie occidentale, IV^e-XI^e siècles*, Paris, A Michel, na coleção Berr, 1956.

DIREITO E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

- * BRUNNER (H.) e SCHWERIN (Cl. von), *Deutsche Rechtsgeschichte*, 2 vols., Leipzig, 1906-1928, trad. espanhola de J. L. Álvarez López: *Historia del Derecho Germánico*, Barcelona, Editorial Labor, 1936.
- CALASSO (F.), *Introduzione al diritto comune*, Milano, Giuffrè, 1951.
- DECLAREUIL (J.), *Rome et l'organisation du Droit*, Paris, A. Michel, na coleção Berr, 1924.
- * ELLUL (Jacques), *Histoire des Institutions*, Paris, P. U. F., Coleção «Thémis», t. I e t. II, fasc. 1, 1955-1957.
- * GALLO (Alfonso Garcia), *Historia del Derecho español*, Madrid, 1941; 7.^a ed., 1958.
- * LOT (Ferdinand) e FAWTIER (R.), *Histoire des institutions françaises au Moyen Âge*, Paris, P. U. F., t. I — *Les institutions seigneuriales*, 1957; t. II — *Institutions royales*, 1958; t. III — *L'Église*, 1962; t. IV — *Les villes* (com colaboração de vários especialistas).
- MITTEIS (Heinrich), *Der Staat des hohen Mittelalters*, Weimar, H. Böhlau, 1940.
- OLIVIER-MARTIN (Fr.) *Précis d'histoire du Droit français*, Paris, Dalloz, 3.^a ed. 1938; nova ed. 1945.
- PLUCKNETT (T. F. T.), *A concise History of the Common Law*, Londres, 1948.
- POLLOCK (F.) e MAITLAND (F. W.), *The History of English Law before Edward I*, 2 vols. Londres, Cambridge University Press, 1895.
- SÄGMÜLLER (J. B.), *Lehrbuch des Katholischen Kirchenrechts*, Freiburg/Breisgau, 2 vols., 1900-1902.
- * SALVIOLI (G.), *Trattato di storia del diritto italiano*, Torino, 9.^a ed., 1930.
- * SOLMI (Arrigo), *Storia del diritto italiano* (1908), Milano, 3.^a ed., 1930.
- VINOGRADOFF (P.), *Roman Law in Medieval Europe*, 2.^a ed., Oxford, 1929.

IDEIAS POLÍTICAS

- * CARLYLE (R. W. e A. J.), *Mediaeval Political Theory in the West*, Londres, 6 vols., 1903-1906.

NASCIMENTO DA EUROPA

D'ENTRÈVES (A. P.), *The Medieval Contribution to Political Thought*, Oxford, 1939.

* GIERKE (O.), *Political Theories of the Middle Ages*, trad. F. W. Maitland, Cambridge, 1900.

FOLZ (R.), *L'idée d'Empire en Occident, du V^e au XV^e siècle*, Paris, Aubier, 1953.

McILWAIN (C. H.), *The Growth of Political Thought in the West from the Greeks to the End of the Middle Ages*, New York, 1932.

* MORRALL (John B.), *Political Thought in medieval Times*, New York, Harper and Brothers, 1958.

* TRUYOL Y SERRA (A.), *Historia de la Filosofia del Derecho y del Estado*, Madrid, Revista de Occidente, t. I, 1961.

IGREJA E VIDA RELIGIOSA

Histoire de l'Église, fundada por A. FLICHE e V. MARTIN, Paris, Bloud et Gay, tomos IV a XIII (não estão publicados os XI e XII), 1937-1951. Por vezes tendenciosa, mas interessante (e não apenas do ponto de vista da história eclesiástica).

BAINTON (R. H.), *The Medieval Church*, Princeton, 1962.

* COULTON (G. G.), *Five Centuries of Religion*, 4 vols., 1923-1950.

* GUIGNEBERT (Ch.), *Le Christianisme médiéval et moderne*, Paris, Flammarion, 1922.

* SCHNÜRER (G.), *L'Église et la civilisation au Moyen Âge*, trad. franc., Paris, Payot, 3 vols., 1933-1938.

SOBRE AS HERESIAS E A INQUISIÇÃO

* AEGERTER (Emmanuel), *Les hérésies du Moyen Âge*, Paris, P. U. F., 1939.

* GUIRAUD (Jean), *Les hérésies du Moyen Âge*, Paris, 1938.

Histoire de l'Inquisition au Moyen Âge, Paris, 2 vols., 1935-1938.

TURBERVILLE (A. S.), *Medieval Heresy and the Inquisition*, Londres, 1923.

SOBRE OUTROS ASPECTOS E PERSONAGENS

ARQUILLIÈRE (H. X.), *Saint Grégoire VII. Essai sur sa conception du pouvoir pontifical*, Paris, Vrin, 1934.

DELEHAYE (H.), *The Legends of the Saints*, Londres, 1907.

KNOWLES (D.), *Great Historical Enterprises and Problems in Monastic History*, Londres, 1964.

LUCHAIRE (A.), *Innocent III*, Paris, Hachette, 1903-1908.

MARROU (H. I.), *Saint Augustin et la fin de la culture antique*, Paris, 1949.

SABATIER (P.), *Vie de Saint François*, Paris, Fischbacher, 1931.

TELLENBACH (G.), *Church, State and Christian Society at the Time of the Investiture Contest*, Oxford, 1940.

* TRESMONTANT (Claude), *La métaphysique du christianisme et la crise du XIII^e siècle*, Paris, Ed. du Seuil, 1964.

WALEY (D. P.), *The Papal State in the Thirteenth Century*, Londres, 1961.

PACKARD (S.), *Europe and the Church under Innocent III*, New York, 1927.

JUDEUS

BLUMENKRANZ (B.), *Juifs et chrétiens dans le monde occidental (430-1096)*, Paris, SEVPEN, 1960.

ROTH (C.), *Histoire du peuple juif*, Paris, Payot, 1948.

CULTURA E MENTALIDADE

a) OBRAS DE CONJUNTO

Não esquecer as penetrantes análises de MARC BLOCH, nas obras já citadas.

ARTZ (F. B.), *The Mind of the Middle Ages*, ed. revista, New York, 1959.

* BLOCH (Marc), *Les rois thaumaturges*, 1923. Reed. Paris, A. Colin, 1961.

* BÜHLER (Johannes), *Die Kultur des Mittelalters*, Leipzig, 1931; trad. espanhola: *Vida y cultura en la Edad Media*, México, Fondo de Cultura Económica, 2.^a ed., 1957.

LE GOFF (Jacques), *Les intellectuels au Moyen Âge*, Paris, Ed. du Seuil, 1957.

TAYLOR (Henry Osborn), *The Medieval Mind*, Londres, 2 vols., 1911; 4.^a ed. 1925-1930.

* VEDEL (Waldemar), *Ideais culturais de la Edad Media*, ed. espanh., Barcelona, Editorial Labor, 4 vols., 1925-1931.

VIGNAUX (Paul), *La pensée au Moyen Âge*, Paris, A. Colin, 1938.

* VON MARTIN (Alfred), *Sociologia de la cultura medieval*, trad. espanh., Madrid, 1954.

b) PERÍODOS PARTICULARES

* M. L. W. LAISTNER, *Thought and Letters in Western Europe 500-900*, Londres, 1931.

HENRI FOCILLON, *L'An Mil*, Paris, A. Colin, 1952.

CHARLES HOMER HASKINS, *The Renaissance of the Twelfth Century*, Cambridge, Massachusetts, 1927.

* G. PARÉ, A. BRUNET, P. TREMBLAY, *La Renaissance du XII^e siècle: les écoles et l'enseignement*, Paris (ed. Vrin) e Ottawa, 1933.

GUSTAVE COHEN, *Le mouvement intellectuel, moral et littéraire*; HENRI FOCILLON, *Les mouvements artistiques* (séculos XI- XV), no t. VIII da coleção Glotz.

* G. PARÉ, *Les idées et les lettres au XIII^e siècle. Le Roman de la Rose*, 1947.

* PAUL RENUCCI, *L'aventure de l'humanisme européen, XII^e-XIV^e siècles*, Paris, Belles Lettres, 1953.

GEORGES LAGARDE, *La naissance de l'esprit laïque ao déclin du Moyen Âge*, Paris, Droz, 1933-1946.

c) LINGÜÍSTICA

AUERBACH (E.) *Introduction aux études de philologie romane*, Frankfurt, Klostermann, 1949; *Introduction to Romance Languages and Literature*, New York, 1961.

NASCIMENTO DA EUROPA

LITERATURAS

- W. T. H. JACKSON, *The Literature of the Middle Ages*, New York, 1960.
- * ERNST ROBERT CURTIUS, *Europäische Literatur und Lateinisches Mittelalter*, Bern, A. Franck, 1948; trad.: *European Literature and the Latin Middle Ages*, New York e Londres, 1953; trad. francesa: *La Littérature européenne et le Moyen Âge latin*, Paris, P. U. F., 1956.
- J. DE GHELLINCK, *La Littérature latine au Moyen Âge*, Paris, Bloud et Gay, 1939.
- * J. P. FOUCHER, *La littérature latine du Moyen Âge*, Paris, «Que sais-je?», 1963.
- F. DE SANCTIS, *Storia della Letteratura Italiana*, Bari, 1912.
- * *Storia letteraria d'Italia*, Milano, ed. Vallardi, 4 vols. para a Idade Média (A. VISCARDI, G. BERTONI, N. SAPEGNO, V. ROSSI).
- * V. ROSSI, *Storia della letteratura italiana*, Milano, Vallardi, 1946.
- * ENRIQUE BAGUÉ, *Historia de la cultura española. I — La Alta Edad Media; II — La Baja Edad Media*, Barcelona, 1953-1956.
- * ANGEL VALBUENA PRAT, *Historia de la literatura española*, Barcelona, 2 vols., 2.ª ed., 1946.
- * F. ESTRADA, *Introducción a la literatura medieval española*, Madrid, 1952.
- * MENENDEZ PIDAL, *Poesía juglaresca y juglares*, Madrid, Centro de Estudios Historicos, 1924.
- * *Estudios literarios*, 1920; nova ed. na Colección Austral.
- * MENENDEZ PELAYO, *Historia de la poesía castellana en la Edad Media*, Madrid, 1913.
- * *Orígenes de la novela*, 1905.
- * PIERRE LE GENTIL, *La Littérature française du Moyen Âge*, Paris, Coleção A. Colin, 1963.
- * V.-L. SAULNIER, *La Littérature française du Moyen Âge*, Paris, «Que sais-je?», 6.ª ed. revista, 1964.
- * PAUL ZUMTHOR, *Histoire littéraire de la France médiévale*, Paris, P. U. F., 1948.
- * JOSEPH BÉDIER e PAUL HAZARD, *Histoire illustrée de la Littérature française*, Paris, vol. I, 1923; nova ed. 1955.
- * ROBERT BOSSUAT, *Le Moyen Âge*, da *Histoire de la Littérature française*, dirigida por J. CALVET, 2.ª ed., 1955.
- * EMILE LEGOUIS e LOUIS CAZAMIAN, *Histoire de la Littérature anglaise*, Paris, 1924.
- * *Cambridge History of English Literature*, t. I, 1903.
- * M. M. DUBOIS, *La Littérature anglaise du Moyen Âge*, Paris, 1962.
- * MOSSÉ, G. ZINK, M. GRAVIER, P. GRAPPIN, H. PLARD e C. DAVID, *Histoire de la Littérature allemande*, Paris, Aubier, 1959.
- * FUCHS, *Les débuts de la littérature allemande du VIII^e au XII^e siècle*.
- * ED. TONNELAT, *Histoire de la Littérature allemande, des origines au XVII^e siècle*, Paris, 1923.
- * JEAN DELANNOY, *Textes latins du Moyen Âge*, ed. Office Central de Diffusion du Livre.
- G. G. COULTON, *The Medieval Scene*, Cambridge, 1930.

e) PENSAMENTO FILOSÓFICO E CIENTÍFICO

- * BRÉHIER (Émile), *La Philosophie du Moyen Âge*, Paris, na coleção Berr, 1949.
- GILSON (Étienne), *La Philosophie au Moyen Âge, des origines patristiques à la fin du XIV^e siècle*, Paris, Payot, 2.ª ed., 1952.
- LEFF (G.), *Medieval Thought: St. Augustin to Ockham*, Londres, 1958.

Bibliografia

- * WULF (M. de), *Histoire de la Philosophie médiévale*, 6.^a ed., 2 vols., 1934-1936.
- CROMBIE (A. C.), *Medieval and Early Modern Science*, Garden City, New York, 1959; trad.: *Histoire des Sciences, de St. Augustin à Gallilée*, Paris, 1958.
- DUHEM (Pierre), *Le système du monde. Histoire des doctrines cosmologiques, de Platon à Copernic*, Paris, 8 vols., 1913-1958.
- * LANGLOIS (Ch. V.), *La connaissance de la nature et du monde au Moyen Âge*, Paris, 1911.
- * SARTON (George), *Introduction to the History of Science*, Baltimore, 5 vols., 1927-1948.
- TATON (René), direcção de, *Histoire générale des Sciences*, Paris, P. U. F., t. I — *La Science antique et médiévale*, 1957.
- * THORNDIKE (Lynn), *A History of Magic and experimental Science during the first thirteen centuries of our era*, New York, 2 vols., 1913-1924.

f) ARTES PLÁSTICAS

- * *Ars Hispaniae. Historia Universal del Arte Hispánico*, 6 vols., para a Idade Média, Madrid, 1946 ss.
- * BALTRUŠAITIS (Jurgis), *Le Moyen Âge fantastique*, Paris, A. Colin, 2 vols., (o 2.^o sobre *Le gothique fantastique*), 1955-1961.
- BRUYNE (E. de), *Études d'esthétique médiévale*, Bruges, De Tempel, 3 vols., 1946-1949.
- * CROZET (René), *L'art roman*, Paris, P. U. F., colecção «Les Neuf Muses» 1962.
- * DURLIAT (M.), *L'art catalan*, Paris, 1963.
- * FOCILLON (Henri), *Art d'Occident — Le Moyen Âge roman et gothique*, Paris, A. Colin, 1938.
* *L'art des sculpteurs romans*, Paris, 1931; reed., P. U. F., 1964.
- * GRABAR (A.) e NORDENFALK (C.), *La peinture du Haut Moyen Âge, du IV^e au XI^e siècle*, Genève, 1957.
- * GRABAR (A.), *La peinture romane du XI^e au XIII^e siècle*, Genève, 1958.
- HAUSER (Arnold), *The Social History of Art*, Londres, 2 vols., 1951, trad. portug. *História Social da Arte e da Cultura*, Lisboa, 2 vol., Jornal do Foro, 1954-1958.
- LAVEDAN (Pierre), *French Architecture*, Londres, 1956.
- MOREY (C. R.), *Mediaeval Art*, New York, 1942.
- * MÂLE (Émile), *L'art religieux en France*, Paris, A. Colin, I — *XII^e siècle*, II — *XIII^e siècle*, III — *Fin du Moyen Âge* (1922), nova ed., 1947-1949.
- * *Pelican History of Art (The)*: K. J. CONANT, *Carolingian and Romanesque Architecture 800-1200*; P. FRANKL, *Gothic Architecture*, 1962.
- * SALET (Francis), *L'art gothique*, Paris, P. U. F., na colecção «Les Neuf Muses».
- FRANCASTEL (Pierre), *L'Humanisme roman*, publicações da Faculté des Lettres de Strasbourg, ed. Rodez, 1942.
L'art mosan (com colaboradores), Paris, A. Colin, 1953.
- * Não esquecer as grandes colecções de história da pintura editadas por SKIRA (Génève) e TISNÉ (Paris).

g) MÚSICA

- CHAILLEY (J.), *Histoire musicale du Moyen Âge*, Paris, P. U. F., 1950.
- * *La musique médiévale*, Paris, 1951.
- WAITE (W. G.), *The Art of Music. A short History of Musical Styles and Ideas*, New York, 1960.

NASCIMENTO DA EUROPA

b) ENSINO — UNIVERSIDADES

D'IRSAÏ (St.), *Histoire des universités françaises et étrangères*, Paris, Picard, t. I, 1933.

RASHDALL (H.), *Universities of Europe in the Middle Ages*, ed. e revisão F. M. POWICKE e A. B. EMDEN, Oxford, 3 vols., 1936.

WADDELL (H.), *The Wandering Scholars*, Londres, 1927.

E não esquecer os estudos de Paré, já citados.

i) GEOGRAFIA E EXPLORAÇÕES

* BEAZLEY (Raymond C.), *The Dawn of Modern Geography*, Londres e Oxford, 3 vols., 1897-1906; reed., New York, 1949.

KIMBLE (George H. T.), *Geography in the Middle Ages*, Londres, 1938.

NEWTON (A. P.), direcção de, *Travel and Travellers of the Middle Ages*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1926; reimpresso 1930.

NOUGIER (L. R.), BEAUJEU (J.) e MOLLAT (Michel), *Histoire universelle des explorations*, Paris, Nouvelle Librairie de France, t. I, 1955.

* WRIGHT (J. K.), *Geographical Lore of the Time of the Crusades*, New York, 1925.

VIDA QUOTIDIANA

CASTELNAU (J.), *La vie au Moyen Âge d'après les contemporains*, Paris, Hachette, 1949.

* COULTON (G. G.), *Life in the Middle Ages*, Cambridge, 4 vols., 1928-1930.

* EVANS (J.), *La vie privée au Moyen Âge*, trad., 1930.

* FARAL (Edmond), *La vie quotidienne au temps de Saint Louis*, Paris, Hachette, 1942.

* LANGLOIS (Ch. V.), *La vie en France au Moyen Âge*, Paris, 4 vols., 1924-1928.

* D'HAUCOURT (G.), *La vie au Moyen Âge*, Paris, «Que sais-je?», 6.^a ed. revista, 1965.

* SÁNCHEZ ALBORNOZ (Claudio), *Estampas de la vida en León durante el siglo X*, Madrid, 1926.

GUERRA E ARTE MILITAR

LOT (Ferdinand), *L'Art militaire et les armées au Moyen Âge en Europe et dans le Proche Orient*, Paris, Payot, 2 vols, 1946.

OMAN (C. W.), *History of the Art of War in the Middle Ages*, Londres, 2 vols., 2.^a ed., 1924-1925; nova ed. revista, New York, 1953.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Histoire des relations internationales, dirigida por P. RENOUVIN: t. I — *Le Moyen Âge*, por FRANÇOIS-L. GANSHOF, Paris, Hachette, 1953.

HISTÓRIAS NACIONAIS OU POR REGIÕES

a) ESPANHA

Não esquecer a obra dirigida por VICENS VIVES, já citada, e os trabalhos de SÁNCHEZ ALBORNOZ.

- * AGUADO BLEYE (Pedro), *Manual de historia de España*, Madrid, 6.^a ed., 3 vols., 1947-1956.
- * MENÉNDEZ PIDAL, direcção de, *Historia de España*, Madrid, tomos III e ss., 1940 — em curso de publicação.
- * SOLDEVILLA (Fernando), *Historia de España*, 4 vols., 1947 ss.
- * VALDEAVELLANO (Luis Garcia), *Historia de España*, Madrid, 2 vols., 2.^a ed. 1955.

b) FRANÇA

- * DUBY (Georges) e MANDROU (R.), *Histoire de la civilisation française*, Paris, A. Colin, t. I, 1958.
- * DUPONT-FERRIER (G.), *La formation de l'État français et l'unité française des origines au milieu du XVI^e siècle*, Paris, Colecção A. Colin, 1929.
- * LOT (Ferdinand), *La France, des origines à la Guerre de Cent Ans*, Paris, Fayard, 1941.
- WALLACE-HADRILL (J. M.) e MANNERS (J. Mc.), direcção de, *France: Government and Society*, Londres, 1957.

c) ILHAS BRITÂNICAS

CAM (Hellen M), *England before Elisabeth*, Londres, 1950.

Oxford History of England (The), vols., II-VI, 1937 — (em publicação).

- * *Pelican History of England*: WHITELOCK (D.), *The beginnings of English Society*: STENTON (Doris Mary), *English Society in the Early Middle Ages 1066-1307*, 3.^a ed., 1962; MYERS (A. R.), *England in the Late Middle Ages 1307-1536*, 2.^a ed., 1963.
- * POWICKE (F. M.), *Medieval England 1066-1485*, Londres, «Home University Library», 1942.

SAYLES (G. O.), *The Medieval Foundations of England*, Londres, 1948.

DICKINSON (W. C.), *Scotland from Earliest Times to 1603*, Edinburgh, 1961.

d) PAÍSES BAIXOS

HENRI PIRENNE, *Les anciennes démocraties des Pays-Bas*, Paris, Flammarion, 1910.

Histoire de Belgique, nova ed., Bruxelas, La Renaissance du Livre, vol. I, s/d.

e) ALEMANHA

BARRACLOUGH (G.), *The Origins of Modern Germany*, Oxford, 1946.

* *Medieval Germany*, 2 vols., 1938.

CALMETTE (J.), *Le Reich allemand au Moyen Âge*, Paris, 1951.

* GEBHARDT (B.), *Handbuch der deutschen Geschichte*, 8.^a ed., Stuttgart, vol. I, 1954.

* VON BELOW (G.), *Der Deutsche Staat des Mittelalters*, Leipzig, 2.^a ed., 1925.

NASCIMENTO DA EUROPA

f) ESCANDINÁVIA E VIKINGS

- MUSSET (L.), *Les peuples scandinaves au Moyen Âge*, Paris, P. U. F., 1951.
TURVILLE-PETRE (G.), *The Heroic Age of Scandinavia*, Londres, 1951.
BRONSTED (J.), *The Vikings*, Londres, 1960.

g) EUROPA CENTRAL E DE LESTE

- F. DVORNIK, *The Making of Central and Eastern Europe*, Londres, 1949.

h) ITÁLIA

- * *Storia d'Italia*, Mondadori, Milano, vol. III — *L'Italia medioevale dalle invasioni barbariche agli inizi del secolo XI*, 1938; vol. IV — *L'Italia comunale*, 1940, (ambos por L. SALVATORELLI), vol. V — *Signorie e Principati 1343-1516*, por N. VALERI, 1949.
* *Grande Storia d'Italia*, Torino, 1937 ss (em particular os volumes de R. CAGGESE).
* LUCHAIRE (Julien), *Les démocraties italiennes*, Paris, Flammarion, 1915.
VILLARI (P.), *Mediaeval Italy, from Charlemagne to Henry VII*, Londres, 1910.

HISTÓRIAS POR PERÍODOS. — VÁRIA.

- BROOKE (C.), *Europe in the Central Middle Ages, 962-1164*, Londres e New York, 1964.
BRYCE (J. B.), *The Holy Roman Empire*, várias edições.
COHN (N.), *The Pursuit of the Millenium*, Fairlurn, N. J. 1957.
DAWSON (Christopher), *The Making of Europe 400-1000*, Londres, Sheed and Ward, 1932; trad.; *Le Moyen Âge et les origines de l'Europe*, Paris, Arthaud, 1960. Trad. portug. editada pela Livraria Cruz, Braga, 1957.
DHONT, (J.), *Étude sur la formation des principautés territoriales en France*, Bruges, De Tempel, 1948.
FAWTIER (Robert), *Les Capétiens et la France*, Paris, P. U. F., 1942.
FICHTENAU (H.), *The Carolingian Empire*, Oxford, 1957.
FLICHE (A.), *La querelle des investitures*, Paris, Aubier, 1946.
HALPHEN (Louis), *Charlemagne et l'empire carolingien*, Paris, A. Michel, na coleção Berr, 1949.
HAVIGHURST (A.), *The Pirene Thesis*, Boston, 1958.
HAY (D.), *Europe: the Emergence of an Idea*, Edinburgh, 1957.
HEER (Friedrich), *The Medieval World: Europe from 1100-1350*, na *History of Civilization*, Londres, Weidenfeld and Nicholson (trad. do alemão; há também trad. espanhola).
LABANDE (E. R.), *L'Italie de la Renaissance: XIII^e-XV^e siècles*, Paris, Payot, 1954.
LOPEZ (R. S.), *The Tenth Century: How Dark the Dark Ages?*, New York, 1959.
LOT (Ferdinand), *La fin du monde antique et le début du Moyen Âge*, Paris, A. Michel, na coleção Berr, 1927.
LOUSSE (E.), *La société d'Ancien Régime*, Louvain, Publications Universitaires, 1952.
PAINTER (S.), *French Chivalry*, Baltimore, 1940.
PETIT-DUTAILLIS (Ch.), *La monarchie féodale en France et en Angleterre, X^e-XIII^e siècle*, Paris, A. Michel, coleção Berr, 1933.

POWER (Eileen), *Medieval People*, ed. revista, New York, 1963.

SALIN (E.), *La civilisation mérovingienne d'après les sépultures, les textes et le laboratoire*, Paris, Picard, 1950-1957.

SOUTHERN (R. W.), *The Making of the Middle Ages, 918-1272*, Londres e New Haven, Conn., 1953.

SOBRE AS CRUZADAS

* ALPHANDÉRY (Paul), *La Chrétienté et l'idée de croisade*, Paris, A. Michel, na coleção Berr, 2 vols., 1954-1959.

GROUSSET (René), *Histoire des croisades et du royaume franc de Jérusalem*, Paris, Plon, 3 vols., 1934-1936.

* RUNCIMAN (Steven), *History of the Crusades*, Cambridge, 3 vols., 1951-1954.

SETTON (Kenneth M.) e BALDWIN (Marshall W.), *A History of the Crusades*, Philadelphia, 1955 ss.

SMALL (R. C.), *Crusading Warfare*, Cambridge, 1956.

GEOGRAFIA HISTÓRICA

W. GORDON EAST, *An Historical Geography of Europe*, Londres, 1935; trad.: *Géographie historique de l'Europe*, Paris, Gallimard, 1939.

LUCIEN FEBVRE e L. BATAILLON, *La terre et l'évolution humaine — Introduction géographique à l'histoire*, Paris, A. Michel, coleção Berr, 1922; trad. no *Panorama da Geografia*, Lisboa, Edições Cosmos, t. II, 1954.

PORTUGAL

Não incluímos bibliografia relativa a Portugal e aos diferentes aspectos da sua história na Idade Média porque dispomos hoje de um excelente e cómodo repertório que a contém, muito completa:

* A. H. DE OLIVEIRA MARQUES, *Guia do estudante de História medieval portuguesa*, Lisboa, Edições Cosmos, 1964.

Esta bibliografia foi organizada por nós com base nas listas das edições francesa e inglesa, mas ampliando-as consideravelmente e arrumando-as por matérias. Mantivemos os comentários do Autor, sempre que acompanhavam a referência bibliográfica, e num caso ou noutro introduzimos comentários nossos (nos títulos por nós acrescentados, que vão marcados com asterisco). (V. M. G.)

GLOSSÁRIO

AUBAINE (>frâncico *aliban*, de outro «ban»): Direito pelo qual a sucessão de um estrangeiro não naturalizado cabia ao soberano. Este direito só foi abolido em 1819.

AUTOKRÁTOR (>grego *autokrator*): Título dos imperadores bizantinos, tradução do latim *imperator*. Foi usado até ao séc. VII, substituído depois gradualmente por *basileus* (= rei) e de novo utilizado a partir do séc. X, quando o *tsar* dos Búlgaros adoptou aquele título. *Autokrator* passou também a designar o poder absoluto, que na prática detinham os imperadores de Bizâncio (e daí *autocracia*), embora por delegação teórica do povo, através do Senado. O *autokrator* era o comandante supremo do exército e podia decidir da guerra ou da paz. Era também o único e ilimitado legislador. Por isso organizava e fiscalizava a administração, nomeava os funcionários e estabelecia os impostos. Era o supremo juiz visto que lhe cabia, em última instância, a interpretação das leis. Tinha também o dever de assegurar a manutenção da Igreja, de preservar a disciplina eclesiástica, de convocar os concílios e de confirmar os seus cânones.

BENEFÍCIO (>latim *beneficium*): Concessão de bens (em geral fundiários, mas às vezes, também, monetários, e até rendimentos de vária ordem) feita pelo rei ou por um grande senhor a um funcionário, válido ou servidor, em remuneração de serviços prestados. Frequente desde o fim do Baixo Império, o *benefício* vai depois acompanhar a vassalidade (q. v.),

resultando do encontro de ambos o chamado *feudo*.

BOGOMILOS: Nome dado aos heréticos sequazes do «pope» ortodoxo Bogomilo (séc. X), que prêgou uma nova concepção cristã aos búlgaros, na sua língua. A heresia dos *Bogomilos* deriva da dos *Paulicianos* (q. v.) da Ásia Menor (séc. VII-IX) e está na origem do *catarismo* (q. v.) do séc. XII; todas se aparentam ao *maniqueísmo* (q. v.) persa do séc. III. Defende um dualismo entre o Bem e o Mal. O mundo da matéria, incluindo o corpo humano, é obra de Satanael, o demiurgo revoltado contra o Deus supremo. Este por seu turno criou a alma imortal. Sobre este princípio de base foi construída uma complexa teologia e uma não menos complexa liturgia e acção religiosa, que se levantam contra o baptismo, a eucaristia, o culto dos santos, etc.

Com altos e baixos na sua propagação, a heresia persiste durante os séculos seguintes, com suas lutas e seus mártires. Parte dos hereges integrar-se-á mais tarde na corrente islâmica; parte desembocará nos grupos dos *Pátaros*, dos *Cátaros*, dos *Albigenses*, etc.

BRETWALDA (>anglo-saxão *bret-walda*, chefe da Britânia): Termo do séc. IX atribuído ao «suzerano» dos reis anglo-saxões a sul do rio Humber (Inglaterra) desde os fins do séc. VI ou começos do séc. VII. O *Bretwalda*, espécie de presidente de uma federação de estados, recebia tributo, conselho e assistência militar dos pequenos régulos da Inglaterra. O de-

sempenho do seu cargo coube sucessivamente aos reis de Sussex, Wessex, Kent, East Anglia e, durante três reinados seguidos, Northumbria. Passou depois (séc. IX), com mais persistência, a Mércia e finalmente (séc. X) a Wessex que acabou de transformar a «federação» em estado relativamente unificado. No séc. X, a tradição do título e da função de *Bretwalda* leva à adopção esporádica de *imperator* pelos soberanos anglo-saxónios.

CAPITULAR (> latim *capitulum*): Ordenação ou conjunto de «capítulos» promulgados pelos soberanos carolíngios em resultado das assembleias gerais ou cortes (*conventus generalis*) que periodicamente se reuniam com a participação do clero e da nobreza para deliberar sobre um programa previamente traçado pelo monarca e seus conselheiros. O *capitular* era depois lido em voz alta ao conjunto dos participantes.

«**CASATI**» (> *casa*): «*Casati*» eram os vassallos que recebiam um benefício (*casa*) e gozavam por isso de prestígio e riqueza superiores aos vassallos mantidos pelo rei no seu palácio (os *pauperiores vassi*, vassallos pobres). É a partir dos fins do séc. VIII que a prática de *casar* (ou *acasar*) [> francês *chaser*] um vassallo se multiplica, tanto para elevar o nível social dos vassallos quanto para constituir núcleos de fiéis (*vassi dominici*) por todo o território carolíngio. (cf. *Benefício*).

CÁTAROS (grego *katharós*, puro): Os adeptos de uma concepção cristã considerada herética, o *catarismo*, que invocava uma superioridade de pureza em relação a todos os outros cristãos. Derivada do *maniqueísmo* e directamente ligada ao *bogomilismo* (q. v.) e ao *patarismo*, a heresia *cátara* (ou *albigense*, de Albi, um dos centros da sua propagação) defende o dualismo de origem entre o Bem e o Mal: um princípio bom criou os espíritos e um princípio mau, a matéria. Parte daqueles foi aprisionada nesta. O seu salvador é Jesus Cristo, um anjo, de corpo aparente, cuja pregação (e não os sofrimentos) ensina aos homens o caminho da salvação.

No plano prático, também o *catarismo* se assemelha ao *bogomilismo*: reacção contra a Igreja, contra os sacramentos, criação de uma liturgia própria, combates e martírios. No sul da França, a heresia acabou por se assimilar a movimentos político-culturais (e até económico-sociais) de reacção do Sul contra o Norte, chefiados pelos próprios condes de Toulouse (séc. XII-XIII). Foi, naturalmente, afogada em sangue, depois de uma «Cruzada».

«**CENSAUALES**»: Termo latino que designava a classe dos servos, que adquirira na Alemanha uma situação de relativa liberdade no séc. XI para cair de novo na servidão durante o séc. XII.

«**CHEVAGE**» (> latim *cavaticum*): Capitação imposta pelo senhor a um escravo ou servo liberto: era um imposto anual, transmissível a toda a sua descendência. Na Península Ibérica, os indivíduos assim sujeitos denominam-se, no século X, *juniores de capita* (ou *de cabeça*) em função exactamente do tributo que os onerava.

COLIBERTOS (> latim *colliberti*, libertos): Designação conservada em certas regiões da Europa até aos começos do séc. XII para os libertos da servidão e seus descendentes que se haviam mantido numa situação intermédia entre a adscrição e a liberdade plena.

COLONOS (> latim *coloni*): Classe de cultivadores da terra que não fossem oriundos de condição servil. Muitos colonos descendiam de antepassados sujeitos às leis do colonato romano; mas a maior parte resultou das determinantes económico-sociais da Alta Idade Média que obrigavam o homem livre a colocar-se na dependência de outrem, cultivando-lhe uma parcela de terra entregue como *tenência* (q. v.).

COMERCIALIZAÇÃO: Neologismo que designa determinada transformação económica caracterizada pelo predomínio de formas mercantis. No caso da revolução económica dos séculos X-XIII, é possível falar de uma *comercialização* da maior parte da Europa, ainda que extremamente

variável com as regiões e com as épocas. De um sistema de economia de tipo dominial, baseada na auto-suficiência da grande exploração agrícola e no diminuto intercâmbio a distância, passa-se a pouco e pouco para um sistema de economia de mercado, em que a troca organizada substitui a razão da produção agrícola. Este novo sistema desenvolveu-se plenamente em zonas como a Flandres ou o norte da Itália, a ponto de converter em «comerciantes» a maior parte da população local.

«**COMMENDA**» (> baixo latim *commenda*): Tipo de associação que surge no norte de Itália no século XII. No contrato de *commenda*, um comanditário adianta o capital a um mercador para este realizar uma viagem de negócios. Havendo prejuízo, só o comanditário perde financeiramente; havendo ganho, os lucros cabem-lhe principalmente ($\frac{3}{4}$ em geral), ficando para o mercador a parte restante. Variante da *commenda* era a *collegantia* ou *societas maris*: o comanditário entrava adiantadamente com $\frac{2}{3}$ do capital e o mercador com o terço restante e com o trabalho. As perdas eram repartidas na proporção dos investimentos, mas os lucros em metade.

Contratos deste tipo faziam-se geralmente para uma só viagem.

COMPANHIA [COMERCIAL] (> italiano *compagnia*, os que comem o mesmo pão): A companhia surge em Itália no século XII: nela, todos os contratantes se ligam intimamente entre si na partilha das perdas e dos lucros, como em geral na dádiva do trabalho. O termo generaliza-se depois a outras formas associativas mais complexas, com profundas modificações de estrutura entre os séculos XIII e XV. Muitas chamadas «companhias» não passam de convénios particulares entre membros de uma mesma família.

Estabelecidas a princípio para uma única operação comercial ou por um prazo curto, muitas das *companhias* adquirem depois carácter permanente

mediante a renovação, expressa ou tácita, do contrato original.

CONFRARIA (> latim *confraternitas*, reunião daqueles que vivem como irmãos): Associação livre de leigos com objectivos religiosos e benéficos. As *confrarias* formam-se sobretudo desde o século XI e muitas delas, reunindo apenas membros de uma mesma profissão ou grupo social, serão a base de futuras organizações de trabalho no estilo das *corporações* ou das *guildes*, de sociedades mercantis e até de organizações comunais. No século XIII já as *confrarias* se encontram perfeitamente organizadas, segundo estatutos inspirados nos das ordens religiosas, com os seus mestres, mordomos, etc. Muitas delas criam albergarias e hospitais de largo alcance social.

CORVEIA (> francês *corvée* > baixo latim *corrogata*, reunida, chamada): Trabalho braçal que os *tenentes* de um *mansus* (q. v.) deviam à reserva senhorial durante um número fixo de dias da semana. Esse trabalho podia consistir na lavra, sementeira, colheita ou outro trabalho rural semelhante, na pesca, na caça ou até em prática de artesanato e em serviços domésticos. Através das *corveias*, era garantida parte da mão-de-obra necessária à exploração da *terra indominita*. Em Portugal, o termo corveia encontra-se geralmente traduzido por *geira*.

DISCRONIA: desconexão no tempo; o oposto de sincronia.

DOMÍNIO (> latim *dominium*): Num sentido lato, aliás menos usado, o *domínio* corresponde à grande propriedade, ao latifúndio, identificando-se politicamente com a *senhoria*. Num sentido restrito, mais vulgar, o *domínio* corresponde a parte da *senhoria* directamente explorada pelo senhor ou por seus representantes ($\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ do total). É pois a reserva senhorial, a grande exploração (continua ou descontinua) que cabe ao senhor e que não foi desmembrada, como a outra parte da *senhoria*, em *tenências* ou pequenas explorações rurais atribuídas a *tenentes* foreiros ou rendeiros. Porquanto estas *tenências* detêm «senhor» directo, é costume

também designá-las por *mansi dominicati* e o seu conjunto, *terra dominicata*. Em contrapartida, o domínio será a *terra indominicata* ou *mansus indominicatus*.

ENCOMENDAÇÃO ou recomendação (> latim *commendatio*): Acto pelo qual um homem livre pedia a protecção de outro e era recebido no seu patrocínio. Conhecido já no Baixo Império Romano, o acto generaliza-se a partir dos primeiros séculos medievais. São os *pueri commendati* dos sécs. VI-VII que vão ser depois conhecidos pelo termo de *vassi*.

ESCABINO (> baixo latim *scabinus*): Funcionário municipal, vereador, jurado (em francês, *échevin*). Nas comunas dos Países Baixos, onde o termo se usou principalmente, os *escabinos* serviam como adjuntos do burgomestre. O *scabinagium* era o conselho municipal.

GUILDÊS (> baixo-alemão *gilde*, o sacrifício, a oferta; inglês, *gild* ou *guild*): Monopólio que detinham certas associações de mercadores ou de artifícios de uma cidade, de comerciar livremente dentro do seu termo sem pagar qualquer direito; e depois, por extensão, as próprias associações, constituídas para defesa de interesses comuns e auxílio mútuo. Derivadas de associações religiosas ou benéficas (v. *confrarias*), as *guildes* surgem a partir do século XI em todo o norte da Europa. Breve participam activamente nas lutas políticas comunais para participação nas assembleias e obtenção dos mais altos cargos.

O seu exclusivismo comercial levou a uma gradual decadência, até ao desaparecimento final da *guilde* no século XIV.

HANSA (> finlandês *kansak*, bando ou grupo organizado de indivíduos): Comunidade ou sociedade, associação de interesses mútuos, no tipo das *confrarias*, das *guildes*, etc.; e também o direito particular de que gozava. Surgidas no séc. XII, as *hansas* generalizam-se por toda a Europa setentrional até se restringirem, nos séculos seguintes, a duas ou três mais importantes (*Hansa de Colónia*, *Hansa das Dezassete Cidades*, *Hansa alemã*).

A *Hansa das Dezassete Cidades*, fundada também no século XII mas próspera sobretudo no XIII, significava a associação de cidades flamengas principalmente interessadas nas relações com as feiras de Champagne e com os portos de Marselha e Génova (cinco cidades mais importantes: Ypres, Douai, Arras, Cambrai e Saint-Quentin; dirigindo um consórcio de doze outras: Bruges, Gand, Valenciennes, Dixmude, Lille, Saint-Omer, Montreuil-sur-Mer, Abbeville, Amiens, Beauvais, Reims e Châlons-sur-Marne).

A *Hansa*, «tout court» ou *Liga Hanséutica*, vai resultar da fusão destes dois conceitos: o de associação de cidades comerciais e o de comunidade de mercadores alemães abrangidos por um direito mercantil comum. Surge nos meados do século XIV como agrupamento de cidades do norte da Alemanha interessadas no tráfico comercial com toda a Europa e gozando, por este motivo, de privilégios que lhes são indistintamente concedidos.

HURIS (> árabe *houriya*, rapariga de olhos pretos): Belas raparigas de grandes olhos negros que acolhem, segundo o Corão, os muçulmanos que chegam ao Paraíso. São eternamente virgens. [«E encontrarão aí as mulheres purificadas» (Corão, II, 23; IV, 60); «Junto deles estarão virgens intactas, com os olhos inclinados num gesto belo de humildade (XXXVII, 47; XXXVIII, 52; LV, 55); «As huris de seios de alabastro e olhos negros, húmidos e profundos, serão suas esposas» (XLIV, 54); «...casá-los-emos com donzelas que têm olhos grandes e negros» (LII, 20); etc.].

IMUNIDADE (> latim *immunitas*, *atis*): União de dois privilégios: dispensa de certas percepções fiscais e proibição aos funcionários régios de penetrar, fosse qual fosse o motivo, no território «imune». Do facto derivava necessariamente a delegação ao senhor de certos poderes judiciais sobre os habitantes. A expressa concessão da *imunidade* pela Coroa parece encontrar-se apenas relativamente à Igreja (em Portugal são as cartas de

conto que lhe correspondem); mas tornou-se um costume, a par e passo legalizado, dos bens da nobreza (as *honras* portuguesas).

Ainda que remontando a uma época anterior, a *imunidade* generaliza-se no período carolíngio para persistir depois como um dos traços caracteristicamente feudais.

ISAPÓSTOLOS (> grego *'isapóstolos*, igual aos apóstolos): Título dos imperadores bizantinos, que se consideravam legítimos sucessores dos apóstolos. Em carta escrita ao Papa, o imperador Leão III (717-740) declarava-se «imperador e sacerdote», representante de Deus para apascentar o seu rebanho «como Pedro, príncipe dos Apóstolos». Este aspecto religioso, aliado ao político (v. *Autokrator*), deu ao Império Bizantino um carácter de Cesaropapismo semelhante ao do Califado Islâmico.

LÍGIO (> alemão *ledig*, vazio, livre): Livre de quaisquer outros laços. Usado desde os meados do séc. XI na Normandia, para designar o senhor perfeito, aquele que se servia com o rigor da primitiva vassalidade, o termo passou depois a indicar o vassalo (*vassalo lígio*, ou *homem lígio*, o que serve outrem plenamente), a homenagem (*homenagem lígia*, a que se faz a um só senhor), o feudo (*feudo lígio*, o que se subordina apenas a um senhor), etc. No século XII já a *ligantia* (qualidade de ser *lígio*) perdera o seu sentido original e se tornara muitas vezes num simples *proforma*.

«**MALETÔTE** ou **MALTÔTE** (séc. XIII *mautoste*, séc. XIV *maltoste* > *mal tolte* = mal extorquido, mal lançado imposto, do latim *male tollere*, através do participio passado *tollita* substantivado no feminino).

Imposto creado em França sobre as transacções comerciais no século XIII. Corresponde *grosso modo* às *sisas* de Portugal.

MANIQUEUS: Sequazes de Mani, Manes ou Manichaeus, pregador persa do séc. III e fundador de uma nova religião. O *maniqueísmo* extraía elementos das antigas crenças da Mesopotâmia e Pérsia, alguns do Cristia-

nismo e talvez do Budismo. Dualista, admite dois princípios originais — a Luz, divina, e a Escuridão, satânica. Em cada ar humano há uma centelha de luz (alma) encerrada num invólucro escuro (corpo). O esforço do homem deve dirigir-se no sentido da libertação dessa centelha e sua integração na luz divina.

O *maniqueísmo* caracteriza-se ainda por uma complexa teologia e cosmologia e por uma concepção temporal histórico-filosófica (Passado = história da alma e dos primórdios do Universo; Presente = esforço humano de redenção; Futuro = reino da Luz).

Os traços do *maniqueísmo* podem claramente seguir-se até ao séc. XIII (cf. *Bogomilos* e *Cátaros*).

«**MANSUS**»: Termo latino usado no sistema feudal para designar a quantidade de terra necessária e suficiente para prover à subsistência de uma família camponesa normal. Chamado *manse* em França, *Hufe* na Alemanha, *casal* em Portugal, etc., o *mansus*, que resultara da desintegração da *villa* romana e da autonomização prática da sua unidade parcelar, irá fraccionar-se por sua vez quando o aumento demográfico (séc. X-XIII) o exigir. Mas nunca deixou de traduzir a unidade agrária por excelência, o símbolo da contabilidade, das avaliações, da vida social do campo.

MARCA (carta de): Dizia-se da ordem ou título oficial de autorização que o capitão de um navio devia possuir para se entregar às operações de corso. Era o que distinguia o corsário do pirata. Muitos dos navios corsários da Idade Média exerciam a sua actividade por conta (ou com participação importante) do rei ou de um grande senhor, que os armava e munia de cartas de marca.

«**MINISTERIALES**»: Termo latino que designava, na sociedade feudal, os servidores (em sentido lato da palavra) directos do senhor: criados, artífices, superintendentes, correios, feitores, chefes de pessoal, etc. De origens muito diversas — uns, servos, outros, livres, outros, até, oriundos da pequena nobreza —, remunerados quer em moeda, quer em géneros,

quer em feudos, os *ministeriales* vêm a constituir, ao menos em grande parte, uma camada inferior da nobreza e a ocupar cargos políticos importantes.

A palavra comum latina correspondem, nas várias línguas, os *sergents* franceses, os *Dienstmänner* alemães, os *sergentes* portugueses, etc.

NICOLAÍSMO: Termo usado a partir do século XI para designar o concubinato de muitos sacerdotes, por oposição ao celibato defendido pelos adeptos de uma reforma da Igreja. A expressão remonta contudo aos primeiros séculos do cristianismo. Os *Nicolitas* ou *Nicolaitanos* (> Nicolau de Antioquia) defendiam uma espécie de amor livre, consequência última do desapego pelos bens deste mundo (e portanto, rejeição do conceito de esposa única, que implicava posse) e do colectivismo advogado para toda a propriedade.

PAULICIANOS: Nome dado aos adeptos de uma heresia cristã do séc. VII que venerava particularmente S. Paulo e a sua concepção de cristianismo. Prêgada por Constantino de Samosata (norte da Síria, confinando com a Arménia), liga-se directamente ao *maniqueísmo* (q. v.) persa e admite, como este, um dualismo de origem entre o Bem e o Mal. Rejeitava o Velho Testamento e até parte do Novo. Condenava o culto de Maria, o baptismo e a eucaristia. Os *Paulicianos* vão ser perseguidos e parte buscará exílio na Trácia onde dará origem à nova seita dos *Bogomilos* (q. v.). Mas ainda no séc. XIII era possível encontrar *Paulicianos* nessa região.

PRECÁRIO (> latim *precarium*): Contrato de concessão onerosa de um usufruto, resultante da união indissolúvel dos dois actos primitivos (*precaria* + *pestaria*). Pelo primeiro (> latim *precaria*, pedido), um trabalhador rural (ou, mais genericamente, qualquer indivíduo interessado) pedia a um proprietário que o deixasse cultivar e explorar uma parcela de terra (*tenência*), em troca de uma prestação ou compensação. Pelo segundo (> latim *prestaria*, concessão), o proprietário deferia o «requerimento», con-

cedendo a parcela de terra ao trabalhador. Na sua forma primitiva, este contrato era temporário e revogável; gradualmente, o costume foi-o tornando perpétuo e hereditário.

SAGAS (> germano *saga*, o conto, o dito): Narrativas históricas (ainda que civadas de elementos de ficção) compostas na Islândia nos séculos XII e XIII para celebrar os feitos heróicos dos antepassados «vikings». A sua redução a escrito foi precedida de uma longa tradição oral, oriunda dos tempos coevos e dos factos narrados. A *saga* mais famosa e importante do ponto de vista histórico é talvez a *Saga dos Reis* (*Heimskringla*) que narra a origem e a expansão dos povos normandos.

SENHORIA (> francês *seigneurie* > latim *senior*): No regime das relações feudo-vassálicas, *senhoria* é a unidade política da administração feudal, a parcela de território que, sob a governação de um *senhor*, admite um suzerano a quem presta vassalagem. A *senhoria* tanto pode ser um ducado, como um marquesado, um condado ou uma simples castelania.

SENHORIO (> latim *senior*): o conjunto dos direitos e dos poderes do *senhor*. Há *senhorios* de terras, como os há de cargos, de rendimentos, de impostos, etc.

SUNITAS (> árabe *sunnab*, caminho, via, maneira de vida, termo usado pelo Islamismo para designar o conjunto tradicional dos ditos e feitos de Mohammed): Muçulmanos majoritários que se consideram ortodoxos, aceitando a *Sunnab* no mesmo pé que o *Corão* e defendendo que os três primeiros califas — Abu Bekr, Omar e Othman — foram eleitos devidamente. Os seus principais e mais antigos opositores são os *shi'itas*, partidários da legitimidade histórica de Ali, genro de Mohammed, como seu sucessor imediato. Sob o ponto de vista político-social, deve dizer-se que até ao séc. X o *sunismo* recrutou os seus partidários entre os conquistadores enquanto o *shi'ismo* buscava sobretudo adeptos entre os submetidos e, de uma maneira geral, entre os opositores ao regime vigente.

SUZERANO (> francês *suzerain* > talvez do baixo latim *suseranus*, de *sus*, de cima, para cima, por analogia com *superanus*-soberano): O senhor do senhor. A expressão surgiu tardiamente, talvez só no séc. XIV; e só nos tempos modernos começou a ser usada para designar simplesmente o «senhor».

TONLIEU (> latim *teloneum* ou *telonium* > grego *telōneion* ou *telōnion*, a alfândega): A tenda; a alfândega; e também o imposto pago à entrada ou à saída de uma cidade, feira, mercado ou entreposto comercial. Corresponde ao português *portagem*.

TENENTES (> latim *tenentes*, os que detêm): O *tenente* (francês *tenancier*) era aquele que recebia uma *tenência* (*tenure*) em forma de concessão onerosa (v. *precário*, *benefício*) Detinha o domínio útil da terra, enquanto o domínio directo continuava a pertencer ao senhor. Os tipos do contrato de concessão variavam de caso para caso: aforamentos e arrendamentos eram os mais vulgares, e sobretudo os primeiros. Foreiros e rendeiros deviam ao senhor prestações várias, tanto em géneros quanto em moeda e em serviços braçais.

TERMO (> latim *terminus*): Distrito ou área rural adscrita a uma cidade ou vila, por ela administrada e gozando dos seus privilégios. O *termo* permitia ao centro urbano abastecer-se em géneros de primeira necessidade sem recorrer à importação de outras zonas. Era pois o *hinterland* natural de uma cidade ou vila.

VASSALAGEM (> vassalo): Instituição, conhecida desde a época mero-

víngia, que estabelece relações de subordinação pessoal entre dois indivíduos. Através de um acto jurídico, aquele que necessita protecção «recomenda-se» àquele que lhe pode dar (*commendatio*, encomendação); e este, por sua vez, concede-lha mediante determinadas garantias (*patrocinium* patrocínio). Necessária pela insegurança dos tempos, a *vassalidade* torna-se depois instituição geral e vai unir-se ao *benefício*, dando origem ao *feudo*. No sistema das relações feudo-vassálicas, a *vassalagem* (ou *vassalidade*) representa o elemento pessoal.

VASSALO (> celta *gwassawl*, o que serve): termo que se vulgariza no decorrer do séc. IX, para designar aquele que está na dependência e sob a protecção de um outro [substituindo, por alargamento de conceito, *vassus* (de *gwas*)]. O aumento sistemático do número dos vassalos será política consciente dos reis e imperadores carolíngios, que lhes vão conceder *benefícios* (q. v.) por forma a constituir núcleos de fiéis por todo o território. O vassalo dos séc. XI-XIII, na época do chamado «feudalismo puro» ou «clássico», detém um feudo pelo qual deve ao senhor que lho concedeu determinados direitos e obrigações. A pouco e pouco estabelecer-se-á uma verdadeira hierarquia entre os vassalos, desde os grandes magnates que dependem directa e exclusivamente do rei (os «grandes vassalos») até aos que, no nível inferior, não vão além de pequenos proprietários, distanciados por camadas sucessivas do poder supremo.

Este *Glossário* não figura na edição original francesa nem na tradução inglesa. Deve-se ao tradutor português.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Abagha, 384.
 Abbássidas, 413.
 Abelardo, 152, 183, 184, 190, 348, 351, 361, 427.
 Abraão, 72.
 Abraão de Saragoça, 129.
 Acciaiuoli, 398.
 Achim (médico), 375, 376.
 Adalberon (bispo), 419.
 Adalberto (St.º), 131.
 Adam de la Halle, 348.
 Adão, 349.
 Adelardo de Bath, 359.
 Adriano, 45.
 Aethelred II (rei anglo-saxão), 240, 241.
 Aezo, 280.
 Afonso, o Casto, 178.
 Afonso III, 117.
 Afonso VI (Castela), 252.
 Afonso VIII (Castela), 248.
 Afonso X (Castela), 214, 294, 312, 321, 323, 324, 377, 434, 436.
 Afonso Henriques, 227, 248, 426.
 Afonso II (de Portugal), 227.
 Agamémnon (filho de Atreu), 8.
 Agilulfo, 22.
 Agostinho de Canterbury (St.º), 34, 409.
 Agostinho de Hippone (St.º), 7, 14, 38, 60, 89, 183, 210, 360, 362, 366, 405.
 Aistulf, 88, 412.
 Al-Khwarizmi, 415, 427.
 Alanos, 31.
 Alberto (bispo), 297.
 Alberto Magno (St.º), 326, 368, 437.
 Albigenses, 331, 342, 351, 352, 355.
 Alboino, 40.
 Alcuino, 104, 413.
 Aleixo (imperador), 254, 255, 290, 422.
 Aleixo (St.º), 201.
 Alemães, 82, 116, 119, 125, 146, 197, 216, 224, 232, 254, 290, 295, 296, 297, 298, 314, 326, 436. V. Alemanha.
 Alexandre de Hales, 435.
 Alexandre Magno, 22, 82, 163, 345, 367.
 Alexandre II (papa), 253.
 Alexandre III (papa), 230, 387.
 Alexandre III (rei da Escócia), 316, 436.
 Alfredo (o Grande), 118, 214, 338, 379.
 Aliénor da Aquitânia, 234, 245, 303, 350, 426.
 Allah, 72.
 Almóhadas, 251, 324, 430.
 Almorávidas, 251, 324, 423, 424.
 Amalfitanos, 133. V. Amalfi.
 Amaury de Montfort, 331.
 Ambrósio (St.º), 33, 38, 45, 60, 131, 404.
 Anastácio, 60.
 André (capelão francês), 349.
 Angelino dall'Orto, 381.
 Angevinos, 244.
 Anglo-Saxões, Ingleses, 27, 32, 34, 40, 41, 42, 48, 83, 138, 239, 240, 241, 243, 301, 316, 330, 404. V. Inglaterra.
 Anselmo de Aosta (St.º), 183, 423, 425.
 Anti-Cristo, 21.
 António (Marco), 71.
 Antoninos, 15.
 Aquiles, 202.
 Aquitânio, 83.

- Árabes — XIII, 5, 32, 47, 64, 65, 70 ss., 84, 88, 99, 164, 186, 203, 208, 214, 234, 247, 255, 367, 374, 375, 409 ss., 418. V. Muçulmanos.
- Arcádio, 404.
- Árias, 149.
- Aristóteles, 184, 186, 190, 359, 360, 361, 366, 369, 373, 378, 415, 433, 435.
- Ário, 57.
- Arnaldo de Villanova, 369.
- Arnaldo da Brescia, 229, 426.
- Arnulfo, 83.
- Arrasenses, 146. — V. Arras
- Artur, 214, 316, 339, 344.
- Ataúlfo, 29.
- Athelstan (rei anglo-saxão), 240.
- Átila, 20, 31, 84.
- Augusto, XII, 3, 10, 214, 309, 345.
- Auerbach (E.), 208.
- Aureliano, 69.
- Aurélio (Marco), 5, 25.
- Ausónio, 60.
- Austrasiano, 83.
- Ávaros, 40, 49, 60, 65, 71, 83, 89, 409, 414.
- Averróis, 360, 366, 431.
- Avicena, 421.
- Azzo (de Bolonha), 280.
- Bacon (Roger), 367, 368, 435, 437.
- Baldovino (Jacopo di), 188.
- Baltas, Bálticos, 49, 125, 397.
- Báltico-eslavo, 31.
- Bárbaros, 3, 4, 5, 7, 9, 10, 11, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 42, 48, 52, 68, 70, 134, 239.
- Bardi, 301, 307, 398, 438.
- Bartolomeu, o Inglês, 326.
- Bascos, Biscainhos, 27, 139, 295.
- Basilio II, 220, 421.
- Bávaros, 56, 89, 96, 218.
- Beaumanoir, 172, 268, 279.
- Becket (Thomas), 222, 227, 242, 302, 428.
- Beda (o Venerável), 48, 201, 379, 413.
- Béla IV (Hungria), 317.
- Belisário, 32.
- Benincasa (Catarina) v. Catarina de Siena.
- Benjamim de Tudela, 275.
- Bento de Aniana (São), 104.
- Bento de Núrcia (São), 36, 159, 372, 386, 407.
- Beowulf, 344.
- Berberes, 5, 32, 77, 247.
- Berengária de Castela, 350.
- Berlinghieri (Bonaventura), 370.
- Bernardo de Clairvaux (São), 183, 195, 257, 351, 387, 426, 429.
- Bernard Gui, 356.
- Bernardo de Tours, 364.
- Bernardone (Pedro), 307.
- Bernon, 162.
- Bérout, 429.
- Birger (Suécia), 317.
- Biscainhos. V. Bascos.
- Bizantinos, XIII, 31, 32, 33, 34, 40, 41, 55 ss., 71, 72, 73, 74, 80, 82, 134, 152, 210, 256, 258, 408, 412, 416, 423.
- Boaventura de Bagnorea (São), 359, 360, 367, 435.
- Boccaccio, 206, 353.
- Bodo, 352.
- Boécio, 29, 44, 46, 60, 379, 407.
- Boécio da Dácia, 326.
- Boileau (Estêvão), 434.
- Boinebroke (João), 285.
- Boleslav «o Valente», 131.
- Bonhomme (Jacques), 147.
- Bonifácio (São), 84, 411.
- Bonifácio VIII, 160, 308, 320, 336, 337, 390, 391, 436.
- Borgognoni (Hugo), 374.
- Borguinhão, 83.
- Bouillon (Godofredo de), 120, 253, 345.
- Bracton, 342.
- Brahmagupta, 411.
- Branca de Castela, 312, 350.
- Braudel (Fernand), xiv.
- Bretões, 27, 83.
- Brito (Álvaro de), 149.
- Bruce (Eduardo), 316.
- Bruce (Roberto), 316, 438.
- Brunchaut, 83.
- Bruto, 261.
- Buda, 352.
- Buidas, 417.
- Búlgaros, 49, 56, 60, 65, 220, 407, 409, 417.
- Buonvicino della Riva (Fra), 261, 262.
- Burgúndios, 26, 43, 56.
- Buridan (Jean), 401.
- Caffaro de Génova, 201, 275.
- Cafo, 373.
- Cahorsinos, 146.
- Candide, 54.
- Canuto (rei dos Dinamarqueses), 220, 240, 241, 420.
- Capella (Marciano), 46, 405.
- Capetíngios, Capetos, 172, 221, 236, 237, 239.
- Capuletos e Montécchios, 275.
- Caracala, 14.
- Carlos de Anjou, 313, 317,

- 318, 322, 323, 327, 332, 344.
 Carlos o Calvo, 92, 97, 99, 189, 416.
 Carlos o Gordo, 92, 416.
 Carlos Magno, 78, 80, 81 ss., 113, 117, 158, 161, 189, 202, 209, 210, 220, 227, 231, 232, 234, 236, 265, 317, 326, 345, 412, 414.
 Carlos Martel, 74, 84, 94, 412.
 Carlos IV (França), 336.
 Carlos IV (imperador), 392, 439.
 Carolíngios, 37, 51, 76, 81 ss., 125, 150, 164, 165, 216, 219, 232, 239.
 Cassiodoro, 29, 35, 370, 408.
 Castro (Américo), 249.
 Catalães, 294, 295, 332.
 Catarina [Benincasa] de Siena (Santa), 348.
 Cecco d'Ascoli, 376.
 Celestino V (papa), 258, 390, 436.
 Celso, 7.
 Celtas, 17, 27, 34, 40, 41, 163, 203, 239, 315, 316, 397.
 César, 14, 33, 71, 163, 317, 345.
 Cesário de Arles, 36.
 Cesário de Heisterbach, 156, 388, 433.
 Cesena (Miguel di), 391.
 Chaucer, 206, 302, 349.
 Chilperico II, 48, 410.
 Chineses, 24, 41, 70, 71, 74, 383, 411, 413.
 Chosroès I, 407.
 Chosroès II, 71.
 Chrétien de Troyes, 205, 309, 429.
 Chola (dinastia), 419.
 Cícero, 369.
 Cid Campeador, 202, 203, 424.
 Cincinato, 9.
 Cipriano (São), 21, 22, 25, 26.
 Cirilo (São), 417.
 Cláudio II, 5, 28.
 Clemente V (papa), 335, 337, 389, 438.
 Clemente VI (papa), 301.
 Clóvis, 29, 30, 40, 60, 83, 95, 406.
 Cola di Rienzo, 392.
 Colbert, 322.
 Colombo (Cristóvão), XIII, 140, 385.
 Columbano da Irlanda (São), 36, 409.
 Comestor (Pedro), 184, 429.
 Confúcio, 163.
 Conradino, 312.
 Conrado II, 218, 219.
 Conrado III, 215, 223.
 Conrado IV, 321.
 Conrado von Marburg, 355.
 Constança da Sicília, 428.
 Constâncio II, 13.
 Constantino, 3, 5, 14, 16, 45, 55, 85, 89, 113, 161, 404, 405.
 Contarini, 139.
 Copérnico, XIII.
 Cosmas Indicopleustes (navegador), 378, 407.
 Cotton, 379.
 Crasso, 71.
 Crescenzi (herdade de) e Crescenzi (Pietro de), 199, 280, 438.
 Crespín (Baude), 308.
 Cristina de Pisan, 348.
 Cuchulainn, 202.
 Dagoberto, 22, 408, 410.
 Dalmatas, 65.
 Dante, 99, 153, 160, 205, 212, 214, 264, 308, 345, 347, 352, 356, 359, 360, 366, 369, 376, 385, 391, 394, 401, 439.
 Datini (Francisco), 287.
 David, 81, 345.
 Desidério (rei dos lombardos), 88.
 Desidério (futuro papa Vítor III), 372.
 Diácono (Paulo), 40.
 Dietrich von Freiberg, 367.
 Digénis, 62, 203.
 Dinamarqueses, 118, 240, 297, 418.
 Dinis (D.), «o Lavrador» (rei de Portugal), 311, 312, 313.
 Diocleciano, 5.
 Dobramir, 287.
 Dolcino (Fra), 351, 439.
 Domingos (São), 352, 388, 433.
 Donati (Piccarda), 358.
 Duarte (D.), (rei de Portugal), 149.
 Dumézil (G.), 149.
 Duncan, 315.
 East (Gordon), 180.
 Eckart, Ekkehard, 113, 439.
 Edrisi, v. Idrisi.
 Eduardo I, 171, 316, 338, 342, 346, 436.
 Eduardo o Confessor, 162, 241.
 Eginhardo, 82, 201.
 Elfrico, 128, 421.
 Elohim, 72.
 Enzo (rei da Sardenha), 312.
 Eric II (Noruega), 296, 436.
 Eriúgena (João Escoto) (v. Escoto Eriúgena)
 Ermanarico, 28.
 Escandinavos, 31, 62, 103,

NASCIMENTO DA EUROPA

- 111, 112, 114, 137, 174, Firidolfi, 287.
 239, 244, 248, 290, 296, Fitz-Stephen (Guilherme),
 379, 397, 419.
 Esciros, 31.
 Escoceses, 244, 332.
 Escoto Eriúgena (João), 101.
 Eslavos, XIII, 49, 56, 59, 62, 65, 71, 83, 89, 90, 112, 114, 116, 119, 120, 125, 146, 209, 210, 219, 316, 397, 409.
 Esopo, 47, 206.
 Esquimós, 398.
 Estêvão (rei de Inglaterra), 196, 242, 244, 245.
 Estêvão II (papa), 85, 88, 412.
 Estêvão de Bourbon, 353.
 Estêvão Duchan, 438.
 Estêvão da Hungria (Santo), 225, 226, 418.
 Estónios, 316, 332.
 Euclides, 413.
 Eufrásio, 67.
 Eulália (Santa), 201.
 Falcando (Hugo), 201.
 Fatimidas, 419.
 Fernando I (Leão e Castela), 422.
 Fernando II (Leão), 248.
 Fernando III (Castela), 323.
 Fibonacci (Leonardo), 309.
 Filipe II (Filipe Augusto), 188, 191, 214, 237, 238, 239, 245, 246, 257, 326, 327, 328, 330, 333, 334, 337, 428, 431, 432.
 Filipe III, 326.
 Filipe IV, o Belo, 326, 327, 330, 331, 334, 336, 346, 391, 436, 438.
 Filipe VI, 148, 329, 374, 439.
 Filipe de Vitry, 148.
 Finlandeses, 316.
 Flamengos, 127, 436.
 Floris V (Holanda), 317.
 Fortunato, 44.
 Foucher de Chartres, 256.
 Foulques II de Anjou, 158.
 Foulques III de Anjou, (Foulques Nera), 158, 165.
 Francesca da Rimini, 205.
 Francisco de Assis (São), 267, 280, 307, 309, 351, 370, 385, 386, 387, 388, 390, 401, 433.
 Francónios, 218.
 Francos, franceses, 7, 27, 28, 29, 30, 32, 37, 43, 56, 58, 71, 81 ss., 116, 243, 255, 332, 436; v. França.
 Francos ocidentais (v. Franceses).
 Francos orientais (v. Alemães).
 Fredegunda, 83.
 Frederico I, Barbarruiva, 82, 190, 215, 223, 224, 227, 229, 230, 238, 245, 257, 314, 355, 426, 428, 429, 430.
 Frederico II, 193, 214, 248, 292, 312, 314, 317, 318, 319, 322, 323, 332, 343, 353, 373, 382, 434.
 Frederico de Antioquia, 312.
 Frísios, 24, 34, 84, 89, 103, 174, 296, 379. V. Frísia.
 Gaélico, v. Galês.
 Gaffiot, 208.
 Galeno, 373, 374.
 Galeses, 244, 345.
 Galieno, 3.
 Galeo, 362, 366.
 Gama Placidia, 407.
 Gama (Vasco da), 384.
 Garioponto, 373.
 Gauleses, 8.
 Gelásio I (papa), 33, 406.
 Genevra (rainha), 205.
 Gengis Khan, 292, 431, 433.
 Genoveses, 131, 226, 263, 275, 290, 291, 294, 298, 422, 434. V. Génova.
 Geoffroy Martel, 158.
 Geoffroy de Monmouth, 344, 345, 429.
 Geoffroy Plantageneta, 244, 245.
 Gépidas, 40.
 Gerbert d'Aurillac, 78, 119, 185, 418.
 Germanos, 5, 17, 20, 23, 29, 31, 39 ss., 49, 54, 56, 58, 59, 65, 71, 75, 77, 84, 125, 163, 208, 209, 210, 239.
 Gilberto de la Porée, 427.
 Giotto, 287, 359, 439.
 Giovanni dal Pian del Carpine, 382, 383, 435.
 Giovanni da Montecorvion, 383.
 Giraud de Cambrai (ou O Cambriense), 183, 345.
 Glaber (Raul), 195, 234.
 Glanvill (Rainulfo de), 151, 192, 431.
 Godofredo de Bouillon, v. Bouillon.
 Godos, 5, 28, 29, 43, 47.
 Graciano, 190.
 Graciano (monge), 184, 427.
 Gregos, 7, 8, 13, 56, 64, 186, 247, 253, 364, 367, 375, 434. V. Bizâncio, Bizantinos.
 Gregório I (Magno), 34, 38, 45, 46, 86, 408.
 Gregório III, 86.
 Gregório VI, 160.

- Gregório VII, 133, 158, 191, 216, 222, 223, 225, 226, 253, 255, 422.
- Gregório IX (ex-cardeal Ugolino), 319, 344, 355, 387, 389.
- Gregório X, 319, 320, 321.
- Gregório de Nyssa (São), 185.
- Gregório de Tours (São), 44, 48, 409.
- Grimaldi, 98.
- Grimaldo, 84.
- Gui (Bernard), 356.
- Guiberto (antipapa), 223.
- Guibert de Nogent, 201.
- Guido (cardeal), 227.
- Guido d'Arezzo, 421.
- Guido di Vigevano, 374, 439.
- Guilherme da Aquitânia, 162, 417.
- Guilherme Ayreminne, 341.
- Guilherme de Champeaux, 425.
- Guilherme da Holanda, 321.
- Guilherme de Machault, 401.
- Guilherme de Moerbeke, 435.
- Guilherme de Newburgh, 354.
- Guilherme de Ockham, 391.
- Guilherme de Rubruk, 383.
- Guilherme de Saliceto, 374.
- Guilherme I, «o Conquistador», 221, 241, 242, 243, 244, 247, 354, 424.
- Guilherme II (Inglaterra), 242.
- Guilherme II Sicília, 248, 375, 376.
- Guines (condes de), 201.
- Guipuzcoanos. V. Bascos.
- Guiscard (Roberto), 226, 228, 247, 422.
- Guiscard (Rogério), 226.
- Gupta (dinastia), 405, 409.
- Gwynedd (príncipes galeses), 316.
- Haakon IV (Noruega), 317.
- Han (imperadores), 25.
- Hanseáticos, 138, 139.
- Harold Godwinson, 241.
- Harold Haardrada, 241.
- Hartmann von Aue, 205.
- Harun-ar-Rachid, 78, 415.
- Hebreus, 254. V. Judeus.
- Heitor, 344.
- Helbling (Seifreid), 348.
- Heloísa, 348.
- Henrique (cavaleiro), 205.
- Henrique II (imperador), 34.
- Henrique III (imperador), 160, 161, 162, 220, 237.
- Henrique IV (imperador), 162, 216, 220, 221, 222, 223, 229, 422.
- Henrique V (imperador), 223, 237.
- Henrique VI (imperador), 230, 231, 245, 248, 312, 320, 428, 430.
- Henrique VII (imperador), 391, 438.
- Henrique I (Inglaterra), 237, 238, 242, 243, 244, 245, 246.
- Henrique II (Inglaterra) Plantageneta, 222, 237, 238, 241, 242, 243, 244, 245, 348, 350, 426, 428, 430.
- Henrique III (Inglaterra), 321, 326, 342, 380.
- Henrique I (França), 162.
- Henrique de Borgonha (Portugal), 250.
- Henrique o Leão, 224, 230, 231, 297.
- Heráclio, 57, 71, 80, 409.
- Hermann von Salza, 297.
- Hildebrand, 202.
- Hildegarda de Bingen (Santa), 364.
- Hincmar, 417.
- Hindus, 71, 383.
- Hipócrates, 373.
- Hispanus (Petrus). V. Pedro de Lisboa.
- Hiuan-Tsong, 411.
- Holandeses, 138, 139. V. Holanda.
- Holzschuher, 301.
- Homebon de Cremona, 430.
- Honório de Autun, 183.
- Horácio, 208.
- Hrotswitha (freira), 202.
- Hugo (abade de Cluny), 425.
- Hugo (o Grande), 117.
- Hugo Capeto, 117, 147, 237, 240, 339, 418.
- Hulagu Khan, 384.
- Húngaros, 60, 111, 112, 114, 116, 119, 210, 416, 418. V. Hungria.
- Hunos, 20, 28, 31, 60, 406.
- Iacopone da Todi (Frei), 390.
- Iago [apóstolo] (Sant'), 267.
- Ibero-romano, 77.
- Ibn-Batutah, 439.
- Ibn-Gabirol, 356.
- Ibn-Khaldun, 201.
- Ibn-Tulun, 417.
- Idrisi (geógrafo), 248, 429.
- Íldico, 31.
- Immanuel Romano, 356.
- Indo-europeus, 149.
- Inês (Santa), 82.
- Ingleses (v. Anglo-Saxões).
- Inocência II, 227.
- Inocência III, 231, 319, 320, 331, 353, 355, 387, 431, 433.
- Inocência IV, 319, 353, 382, 389, 435.

NASCIMENTO DA EUROPA

- Iranianos, 31.
 Irlandeses, 244, 379. V. Irlanda.
 Irnério, 190, 425.
 Isidoro de Sevilha (Santo), 46, 47, 411.
 Italianos, 46, 62, 130, 133, 137, 138, 139, 146, 224, 232, 290, 291, 294, 295, 306, 319, 335. V. Itália.
 Italo-bizantinos, 130.
 Jacques de Vitry, 238, 349.
 Jacopo di Baldovino. V. Baldovino
 Jaime I (Aragão), 312, 313, 324.
 Jaime II (Aragão), 313.
 Jerónimo (São), 38.
 Joaquim de Fiore, 386, 387, 390.
 João (Preste), 380, 381, 382, 431.
 João VIII, 78, 115.
 João X, 116.
 João XI, 159.
 João XXI, 374.
 João XXII, 390, 391, 439.
 João de Jandun, 391.
 João de Meung, 437.
 João de Monte Corvino, 439.
 João de Salisbury, 340, 350, 429.
 João «Sem Terra» ou Espada Mole, 245, 246, 326, 342.
 Joinville, 380.
 Jordan de Séverac, 383.
 Jordanes, 29, 409.
 Josué, 345.
 Judas Macabeu, 345.
 Judeus, 8, 47, 64, 72, 73, 102, 103, 130, 146, 154, 247, 249, 250, 252, 255, 257, 318, 335, 339, 350, 352, 354, 356, 410.
 Juliano, 5, 7, 22, 71.
 Justiniano, 32, 33, 43, 46, 57, 58, 60, 64, 68, 70, 71, 75, 77, 80, 83, 86, 140, 188, 189, 190, 191, 193, 309, 319, 406, 407.
 Justiniano Partecipazio (doge), 130, 414.
 Jutos, 91.
 Karl V. Carlos Magno.
 Khan (Grão), 381, 382.
 Khazars, 409.
 Kilian (São), 178.
 Khmer, 425.
 Kitats, 417, 427.
 Kriemhild. V. Íldico.
 Kuan-Ti, 35.
 Kuan-Yü. V. Kuan-Ti.
 Kublai Khan, 383.
 La Palice, 344.
 Ladislau o Breve (Polónia), 317.
 Lançarote, Lancelot, 62, 205, 207, 344.
 Lanfranc, 225.
 Latini (Brunetto), 435.
 Lavedan (P.), 126, 127.
 Le Secq des Tournelles (Museu), 130.
 Leão III (imperador), 64, 74, 88.
 Leão III (papa), 98.
 Leão IX, 162.
 Lefèvre (G.), 39.
 Léger (São), 201.
 Leibniz, 54.
 Leonardo de Pisa, 369, 430.
 Leopoldo da Áustria, 438.
 Letónios, 316. V. Letónia.
 Licínio, 5.
 Li T'ai-Po, 74.
 Lituânianos, 393. V. Lituânia.
 Liutfred de Mogúncia, 129.
 Liutprand, 84, 88.
 Lívio (Tito), 208.
 Llewelyn (rei galês), 316.
 Lombardo (Pedro), 184, 429.
 Lombardos, 32, 34, 38, 39, 40, 41, 48, 50, 56, 58, 71, 81, 83, 85, 86, 88, 89, 92, 96, 230, 247, 335, 408, 412.
 Lopez (R. S.), 130, 161, 208.
 Loredano (Francesco), 294.
 Loredano (Giovanni), 294.
 Loredano (Paulo), 294.
 Lotário, 97, 99.
 Lotário II, 223.
 Lúcio III (papa), 355, 387, 429.
 Luís da Baviera, 391.
 Luís o Brando ou Piedoso, 92, 96, 97, 99, 129, 220.
 Luís o Germânico, 97.
 Luís II, 99.
 Luís VI (França), 237, 238, 239, 426.
 Luís VII (França), 238, 239, 350.
 Luís VIII (França), 326.
 Luís IX (S. Luís), 268, 292, 294, 312, 317, 318, 325, 326, 327, 332, 334, 336, 337, 342, 380, 381, 396, 434, 435.
 Luís X, 336.
 Luís XIV, 322.
 Luís XV, 394.
 Lúlio (Raimundo), 351, 362, 363, 439.
 Macbeth, 315.
 Machault (Guilherme de), 401.
 Magno VI (Noruega), 193, 296, 436.
 Magyars. V. Húngaros.
 Maimónides (Moisés), 356, 431.

- Maioquinos, 294.
Malcolm III, 315.
Malipiero, 287.
Manfredo de Anjou, 317.
Manfredo (rei da Sicília), 312, 322, 323.
Maquiavel, 201.
Marcel (Etienne), 263.
Marcel (Pierre), 263.
Marciano Capella, 46, 405.
Marco António, 71.
Marco Aurélio, 5, 25.
Marcos (São), 114.
Maria de Champagne, 303.
Maria de França, 348.
Marroquinos, 324. V. Marrocos.
Marsílio de Pádua, 273, 391, 439.
Marston (Thomas E.), 195.
Martel (Geoffroy), 158.
Martinho (São), 405.
Marx (Karl), 187.
Matilde (da Toscana), 221, 222, 228.
Matthew de Paris, 380.
Maurício (Domingos), 380.
Mayas, 411.
Mazzeo (Fra), 385.
Médicis, 395, 398.
Meitzen, 50.
Menved (Erico), 317.
Merínidas, 324.
Merovíngios, 40, 66, 94, 96, 239.
Messer Pace (Paulo di), 264.
Metódio (São), 417.
Mieszko, 418.
Miguel-Ângelo, 395.
Miguel di Cesena, 391.
Milaneses, 218, 227, 268. V. Milão.
Miskimin (Harry), 132.
Mohammed, 71, 72, 73, 75, 391.
Moisés, 357, 391.
Molière, 366, 392.
Mondino dei Liuzzi, 374, 439.
Mongóis, 23, 31, 292, 382, 383, 398, 417, 433, 435.
Monmouth (Geoffroy de), 344, 345, 429.
Montecorvino (Giovanni da) V. Giovanni.
Montfort (Amaury de), 331.
Montfort (Simão de), 331, 332, 353.
Montfort (Simão de), filho do precedente, 342, 434.
Moschos (João), 67.
Muçulmanos, 59, 64, 68, 70 ss., 110, 111, 112, 116, 134, 154, 163, 174, 186, 226, 247, 250, 251, 252, 254, 256, 263, 318, 324, 338, 351, 424. V. Árabes.
Musse Melly, 381.
Narsès, 32.
Neidhart von Reuenthal, 348.
Nemrod, 212.
Nero, 14.
Neustrianos, 83, 96.
Nevsky (Alexandre), 432.
Nibelungos, 84.
Nicéforo II, 55, 56.
Nicolau I, 115.
Nicolau II, 162, 226, 422.
Nicolau III, 389.
Nilo (São), 159, 387.
Nithard, 201.
Nizam, 423.
Norberto (São), 427.
Normandos, 43, 230, 234, 241, 247, 248, 255, 258, 290, 416, 422. V. Normandia.
Noruegueses, 416. V. Noruega.
Occam (Guilherme de), 391.
Odoacro, 29, 31.
Odon de Cluny (abade), 159.
Odorico da Pordenone, 383.
Offa, 412.
Ohthere, 379.
Olivier, o Prudente, 203.
Omayyadas, 80, 412.
Orderico Vitalis, 201.
Orígenes, 38.
Orósio (Paulo), 44.
Orseolo (Pedro), 308.
Orto (Angelino Dall'), 381.
Ostrogodos ou «Godos brilhantes», 27, 28, 29, 32, 34, 35, 46, 345.
Otão I, 55, 57, 116, 119, 125, 129, 202, 216, 218, 232, 240, 242, 418.
Otão II, 119, 218.
Otão III, 82, 119, 147, 159, 188, 218, 231, 418.
Otto von Freising, 201, 215, 216, 223, 371.
Pacómio (São), 405.
Paleólogo (Miguel), 291.
Pangloss, 54.
Partecipazio (Justiniano), 130, 414.
Pascoal II, 222.
Paulo Diácono, 40.
Paulo di Messer Pace, 264.
Pedro (São), 33, 98, 222.
Pedro Damiano (São), 159, 359.
Pedro II (Aragão), 332, 355, 430.
Pedro III (Aragão), 313, 323, 332.
Pedro da Eboli, 138, 375, 376.
Pedro o Grande, 163.

- Pedro de Lisboa ou Petrus Hispanus, 374.
 Pedro de Maricourt, 369.
 Pegolotti (Francesco di Balduccio), 289, 290, 294, 381, 383.
 Pepino o Breve, 84, 85, 88, 95, 96, 226, 227, 412.
 Pepino o Velho, 84.
 Pepino II (de Herstal), 84, 410.
 Perceval, 204.
 Perroux (F.), 130.
 Persas, 5, 7, 12, 22, 32, 41, 59, 65, 70. V. Pérsia.
 Peruzzi, 300, 398.
 Pessanha (Manuel), 313.
 Petchenegues, 60.
 Petrarca, 399, 439.
 Pian del Carpine (Giovanni). V. Giovanni.
 Pictos, 91.
 Pier delle Vigne, 312.
 Pietro de Crescenzi. V. Crescenzi.
 Pisanos, 131, 226, 290, 422. V. Pisa.
 Placentino, 190.
 Plantageneta (Geoffroy), 244, 245.
 Platão, 6, 22, 184, 359.
 Plínio, xiv, 208, 380.
 Polacos, 297.
 «Poldros», 256, 257.
 Pole (De la), 306.
 Polo (Marco), 292, 309, 352, 383, 434, 435.
 Portugueses, 130, 138, 139, 294, 426. V. Portugal.
 Preste João. V. João (Preste).
 Prisciliano, 405.
 Procópio, 46.
 Profeta (O). V. Mohammed.
 Prudêncio, 405.
 Prussianos, 297, 316. V. Prússia.
 Przemysl «o Lavrador», 314.
 Przemysl Ottokar II (Boémia), 314, 315, 321, 436.
 Ptolomeu, xii, 186, 361, 379, 415, 417, 427.
 Quixote (D.), 168.
 Rabelais, 206.
 Rachid-ad-Din, 384.
 Raimundo VII (conde de Toulouse), 331.
 Rainulfo de Glanvill, 151, 192, 431.
 Rashi de Troyes, 356.
 Rastić (Vita), 307.
 Rathier de Liège, 128.
 Raul de Cambrai, 203.
 Renart (a Raposa), 206, 207.
 Repgow (Eike von), 193.
 Ricardo Coração de Leão, 242, 245, 257, 330, 331, 346, 350, 430.
 Ricardo da Cornualha, 321, 355.
 Richer, 185.
 Rienzo (Cola di), 392.
 Rimini (Francesca da), 205.
 Roberto de Arbrissel, 425.
 Roberto le Bougre, 355.
 Roberto de Chester, 427.
 Roberto de Courson, 433.
 Roberto Grosseteste, 367, 433, 435.
 Roberto de Sorbon, 435.
 Roberto «o Piedoso» (rei de França), 234.
 Rockefeller, 301.
 Rogério II (rei da Sicília), 228, 247, 426.
 Rogério (cirurgião), 373.
 Roland, 62, 202, 203, 207, 214, 344.
 Rolin, 203.
 Romano (Immanuel), 356.
 Romano II, 69.
 Rómulo [Augústulo], 22.
 Rothari, 151, 189, 411.
 Rothschild, 301.
 Rubruk (Guilherme de), 383.
 Rudolfo de Habsburgo, 314, 315, 321, 434, 436.
 Rurik, 415.
 Russos, 297. V. Rússia.
 Rutebeuf, 195, 347.
 Saladino, 291, 346, 429, 431.
 Saliceto (Guilherme de), 374.
 Salimbene Salimbeni, 301.
 Salomão ibn Gabirol, 356.
 Salza (Hermann von), 297.
 Sansão, 202.
 Sancho I (rei de Portugal), 227, 248.
 Sancho (de Aragão), 324.
 S. Vitor (Hugo de), 370, 371, 427.
 Sármatas, 23.
 Sarracenos, 73, 416, 418. V. Árabes, Muçulmanos.
 Saxões, 56, 81, 84, 89, 93, 116, 174, 218, 404, 412.
 Scott (Walter), 208.
 Sebastião (D.), de Portugal, 168.
 Sérbios. V. Sérvia.
 Sérgio III, 159.
 Severos (imperadores), 71.
 Sicardo, 414.
 Sicilianos, 231.
 Sigeberto (de Austrásia), 84.
 Sigeberto de Essex, 84.
 Siger de Brabante, 326, 359, 360, 437.
 Sigurd ou Siegfried, 202.
 Silvestre II, 119, 226, 418.
 Simão de Montfort. V. Montfort.

- Simeão, 417.
 Sírios, 62.
 Sísifo, 222.
 Soldevila (F.), 333.
 Song (imperadores), 419, 427, 437.
 Suábios, 193, 218.
 Suecos, 297, 316.
 Suetónio, 208.
 Suevos, 56.
 Suger, 195, 225, 237, 239.
 Suíços, 303, 332.
 Sūryavarman II, 427.
 Süsskind von Trimberg, 356.
 Tácito, XIV, 8, 201, 239.
 Tancredo, 248.
 T'ang, 74, 80.
 Tártaros, 382.
 Tátaros, 24.
 Tempier (Estêvão), 437.
 Teodeberto I, 30.
 Teodora, 116.
 Teodorico, 24, 29, 30, 33, 60, 84, 406.
 Teodósio I (o Grande), 45, 113, 404.
 Teodulfo, 102.
 Teófono, 73.
 Terêncio, 202.
 Tertuliano, 38.
 Teutões, Teutónicos. V. Germanos.
 Thibaut IV (de Champagne), 303.
 Thietmar, 421.
 Thomas, 429.
 Thomas Becket (São). V. Becket.
 Tibério, 71.
 Tito Lívio, 208.
 Toltecas, 417.
 Tomás de Aquino (São), 155, 326, 352, 354, 359, 360, 361, 366, 368, 399, 435.
 T'opa, 24.
 Tótila, 27.
 Trajano, 3, 71.
 Trevelyan (G. M.), 206.
 Trotula, 373.
 Tudela (Benjamim de), 275.
 Turcilingos (Huno-Turcos), 31.
 Turcos, Turco-Mongóis, 23, 31, 60, 419, 421, 425.
 Turcos Seldjúcidas, 226, 255, 256, 258, 290, 393, 398, 423.
 Ugolino (futuro papa Gregório IX), 387.
 Ulpiano, 14.
 Ulisses, 66, 358, 359, 385.
 Urbano II, 226, 254, 424.
 Usamah, 380.
 Uten Hove (família), 308.
 Vacário, 190, 191, 374.
 Valdemar II (Dinamarca), 296, 317, 431.
 Valdo ou Valdez (Pedro), 187, 307, 429.
 Valentiniano III, 33, 406.
 Vamba, 47.
 Vândalos, 24, 26, 31, 404.
 Varângios, 110.
 Varrão, 369.
 Venezianos, 258, 290, 291.
 V. Veneza.
 Vergílio, 208, 210, 345.
 Vergílio Maron, 46, 47.
 Vespasiano, 19.
 Vicente (Gil), 156.
 Vikings, 136, 137, 147, 395.
 Vigne (Pier delle), 312.
 Viladestes (Maciá de), 381.
 Villani (Giovanni), 300.
 Villard de Honnecourt, 264, 399.
 Villehardouin, 380.
 Visigodos ou «Godos Sábios», 28, 29, 32, 40, 47, 71, 83, 406, 408.
 Vitalis (Orderico), 201.
 Vítor III (ex-abade Desidério), 226, 372.
 Vitry (Filipe de), 148.
 Vitry (Jacques de), 238, 349.
 Vivaldi (Ugolino e Vadino), 384, 385, 436.
 Vladimir (de Kiev), 419.
 Vladislau II (da Boémia), 314, 428.
 Voltaire, 54.
 Wallace (rei da Escócia), 316.
 Walter da Aquitânia, 202.
 Walther von der Vogelweide, 346, 352.
 Warenne, 171.
 Wazon, 160, 161.
 Wecelein, 352.
 Wenemaer (Guilherme), 275.
 Willibrord (São), 411.
 Witelo, 367.
 Wodan (deus), 35.
 Wulfila, 405.
 Yndurain (F.), 213.
 Ysengrin (o lobo), 206.
 Yuan (dinastia), 437.
 Zaccaria (Benedetto), 295, 301, 308, 436.
 Zacaria (Manuel), 302.
 Zeno (Riniero), 301.

ÍNDICE GEOGRÁFICO

- Aachen (Aix-la-Chapelle), 76, 81, 90, 93, 98, 117, 132, 415.
 Abbeville, 462.
 Abissínia, 379.
 Abruzzi, 390.
 Açores, 294.
 Adriático, XIII, 314.
 Afeganistão, 294.
 África do Norte, 11, 12, 29, 32, 60, 72, 79, 120, 122, 209, 228, 231, 248, 251, 289, 290, 352, 369, 395, 404, 421, 422.
 África (Tropical), 71, 114, 126, 291, 294.
 Aigues-Mortes, 288, 394.
 Akroinon, 74, 412.
 Albi, 460.
 Alemanha, 29, 30, 36, 53, 85, 99, 116, 117, 119, 125, 127, 146, 150, 155, 164, 172, 176, 178, 179, 182, 190, 193, 194, 198, 199, 209, 216, 217, 218, 219, 223, 224, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 241, 242, 243, 245, 247, 248, 257, 263, 269, 274, 301, 302, 309, 320, 321, 322, 325, 339, 343, 345, 346, 354, 355, 356, 362, 391, 394, 396, 420, 460, 462, 463.
 Alexandria, 6, 33, 294, 362.
 Alexandria (Itália), 230.
 Algarve, 324.
 Al-Maligh, 294.
 Alpes, 32, 99, 131, 140, 181, 187, 217, 228, 269, 302, 303, 321, 327, 351, 396.
 Alsácia, 97.
 Amalfi, 103, 130, 133, 296.
 América, XI, XIII, 255, 256, 379, 418.
 Amiens, 132, 266, 433, 462.
 Anagni, 320, 337, 436.
 Andaluzia, 32, 291, 295, 323, 408.
 Andres, 268.
 Anjou, 165, 235, 238, 244, 246, 313, 317, 318, 322, 327, 332, 348, 434.
 Antioquia, 312, 464.
 Antuérpia, 132.
 Aosta, 51, 183.
 Apeninos, 228, 396.
 Aquileia ou L'Aquila, 258, 390.
 Aquitânia, 74, 162, 202, 232, 234, 236, 245, 303, 327, 334, 350, 417, 419, 426.
 Arábia, 362.
 Aragão, 77, 226, 234, 251, 312, 313, 323, 324, 327, 332, 341, 355, 369, 387, 424, 429.
 Árctico (Oceano), XII.
 Arezzo, 421.
 Arles, 13, 36, 117, 172, 218, 230, 404.
 Arménia, 256, 464.
 Arno, 276.
 Arras, 133, 175, 263, 306, 308, 462.
 Artois, 238.
 Ásia, XI, 71, 79, 114, 118, 122, 291, 292, 298, 352, 379, 382, 395, 434, 435.
 Ásia Central, 24, 41, 71, 74, 291, 380, 381, 398.
 Ásia Menor, 65, 70, 74, 253, 255, 258, 290, 291, 292, 301, 395, 459.
 Assis, 280, 387, 430, 433.
 Astrakhan, 294.
 Astúrias, 77, 90, 117, 178, 198, 226.
 Atenas, 56, 131, 325, 326, 407.
 Atlântico (Oceano), 5, 290, 291, 294, 379, 385.

- Atlas, 5, 381.
 Austrásia, 410.
 Áustria, 209, 314, 315, 348, 438.
 Autun, 155, 183, 204.
 Auvergne, 234.
 Auxerre, 242, 399.
 Avignon, 301, 391, 438.
 Ayas, 294.
 Azov (mar de), 381.
- Babilónia (cognome de Avignon), 391.
 Bagdad, 74, 76, 92, 118, 249, 322, 413, 417, 421, 423, 435.
 Bagnorea, 359.
 Balcãs, 9, 32, 73, 112, 248, 255, 302, 397, 409, 436.
 Baleares (Ilhas), 313.
 Báltico (mar), 56, 76, 143, 214, 241, 249, 290, 296, 297, 298, 350, 379, 394, 396.
 Bamberg, 179.
 Bannockburn, 316, 332, 438.
 Bar-sur-Aube, 303.
 Barbaste, 141.
 Barcelona, 157, 178, 234, 259, 263, 281, 301, 304, 313.
 Bari, 32, 76, 414, 422.
 Basileia, 132.
 Baviera, 90, 96, 372, 391, 416.
 Bayeux, 377.
 Beaumont-le-Roger, 126.
 Beauvais, 200, 243, 265, 266, 267, 268, 437, 462.
 Bedjaia (Bougie), 253, 283.
 Bélgica, 127, 146, 197, 226, 267, 274, 275, 281, 282, 303, 326.
 Benevento, 93, 99, 253, 414.
 Berg-op-Zoom, 303.
- Bergen, 295, 296, 298.
 Bern, 138, 376.
 Bilbao, 295.
 Bingen, 364.
 Biscaia, 295.
 Bizâncio, 14, 32, 39, 40, 56, 57, 58, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 86, 89, 92, 102, 105, 112, 113, 116, 118, 137, 145, 197, 220, 255, 256, 258, 290, 291, 380, 398, 399, 413, 459.
 Blêzes, 48.
 Blois, 235, 236, 244.
 Boémia, 6, 103, 113, 199, 428, 219, 220, 314, 315, 436.
 Bolonha, 132, 184, 190, 251, 268, 276, 280, 290, 372, 373, 374, 376, 425, 429, 434.
 Bordéus, Bordelais, 199.
 Borgonha, 117, 218, 228, 235, 236, 250, 420.
 Bornhoved, 296, 432.
 Bósforo, 19.
 Boston, 349.
 Bourges, 431.
 Bouvines, 239, 246, 331, 432.
 Brabante, 359, 378.
 Branco (mar), 379.
 Brescia, 132, 229, 353, 426.
 Bretanha, 27, 66, 93, 160, 235, 327.
 Bretanha (Grã-). V. Inglaterra.
 Bruges, 132, 265, 285, 295, 297, 299, 301, 305, 308, 462.
 Brunanburh, 240.
 Bruxelas, 132, 357, 402.
 Budapeste, 225.
 Bulgária, 79, 113, 118, 231, 421.
 Burgos, 50, 295, 414.
- Cádiz, 6, 295, 323.
 Caen, 423, 439.
 Cahors, 306.
 Cairo e o Velho Cairo, 120, 131, 411, 417, 419. V. também Fustât).
 Calábria, 119, 159.
 Calahorra, 352.
 Calcedónia, 38, 407.
 Cambodja, 421.
 Cambrai, 133, 183, 203, 422, 462.
 Canárias (Ilhas), 294.
 Canossa, 222, 229, 337, 422.
 Canterbury, 34, 242, 353, 361.
 Cardona, 250, 251.
 Caríntia, 314.
 Cárpatos, 292.
 Cartago, 65.
 Cáspio (mar), 294, 384.
 Cassino (Monte), 36, 159, 185, 372, 407.
 Castela, 77, 150, 174, 182, 214, 234, 248, 250, 251, 294, 295, 312, 313, 317, 321, 323, 343, 350, 377, 422, 436.
 Castelseprio, 44, 51.
 Catalunha, catalão, 157, 176, 185, 199, 234, 250, 263, 313, 341, 395.
 Cáucaso, 5, 292.
 Chaldon, 37.
 Châlons sur-Marne, 462.
 Champagne, 146, 235, 236, 283, 303, 305, 346, 428, 462.
 Ch'ang An, 69.
 Chartres, 48, 185, 340, 431.
 Châteaudun, 48.
 Cherson, 65.
 China, 5, 19, 22, 23, 24, 63, 70, 79, 80, 103, 120, 121, 126, 140, 145, 163,

NASCIMENTO DA EUROPA

- 291, 294, 309, 352, 364, Crimeia, 292, 294, 383.
 381, 382, 383, 384, 395, Croácia, 113.
 397, 398, 409, 414, 415, Ctésifon, 71.
 419, 427, 434.
- Chipre, 226, 256, 257, 294, 382.
 Chiusi, 66.
 Cilícia, 256, 294, 382.
 Cirenaica, 8.
 Cister, 325.
 Clairvaux, 183, 195, 257, 325, 351.
 Clermont-Ferrand, 424.
 Cluny, 159, 162, 318, 325, 417, 425.
 Coimbra, 251, 338, 422.
 Colónia, 60, 132, 265, 296, 297, 303, 426, 435, 462.
 Colunas de Hércules, 295.
 (V. também Gibraltar).
 Comacchio, 410.
 Como, 228.
 Concorezzo, 353.
 Constança, 230, 288, 428.
 Constantinopla, 16, 20, 29, 31, 32, 33, 55, 56, 58, 59, 64, 68, 69, 71, 73, 74, 86, 89, 95, 129, 132, 162, 185, 218, 227, 255, 258, 266, 289, 291, 294, 378, 380, 404, 411, 420, 421, 430, 434, 438.
 Copenhague, 147, 296.
 Córdova, 77, 78, 117, 118, 249, 250, 356, 378, 412.
 Coreia, 411, 431.
 Cornualha, 316, 321, 355.
 Córsega, 48, 290, 313, 414, 422.
 Côte d'Azur, 110.
 Costa dálmata, 65.
 Courtrai, 269, 285, 436.
 Crécy, 333, 402.
 Cremona, 175, 228, 300, 430.
 Creta, 73, 146, 219.
- Dácia, 326.
 Dalmácia, 8.
 Damasco, 74, 83.
 Damieta, 292, 435.
 Danúbio, XII, 5, 89, 196.
 Dardanelos, 291.
 Delhi, 294, 381, 431.
 Deserto do Oceano. V. Islândia.
 Die, 348.
 Dinamarca, 138, 220, 248, 249, 296, 317, 381, 416, 432.
 Dinan, 336.
 Dixmude, 462.
 Douai, 132, 285, 434, 436, 462.
 Dorstad, 104.
 Dublin, 239, 245.
 Durham, 199, 425.
- East-Anglia, 459.
 Ebro, 127, 251, 422.
 Echmiadzin (Arménia), 102.
 Egeu (mar), 65, 110.
 Egipto, XI, 5, 6, 16, 58, 63, 69, 71, 72, 78, 79, 118, 120, 163, 255, 289, 291, 292, 297, 351, 374, 382, 395, 397, 398, 419, 429, 432, 435.
 Elba (rio), XIII, 125, 182, 223, 254, 281, 297, 346, 397.
 Eldorado, 69, 291, 294, 381.
 Érice (Sicília), 353.
 Escandinávia, 49, 154, 248, 249, 315, 341, 379, 418.
 Escócia, 5, 27, 125, 239, 245, 315, 316, 436.
- Espanha, XIII, 36, 40, 47, 50, 77, 83, 99, 103, 119, 120, 126, 157, 162, 163, 186, 190, 191, 192, 203, 214, 226, 231, 234, 249, 250, 252, 290, 323, 324, 339, 341, 397, 410, 412, 414.
 Estados Unidos, 146, 195, 263, 372, 387.
 Estíria, 314.
 Estónia, 297.
 Estremadura, 343.
 Étampes, 132.
 Etiópia, 5, 163, 380.
 Euro-Ásia, 20, 26, 31.
 Evesham, 434.
 Évron, 304.
 Extremo Ocidente, 22, 74, 382.
 Extremo Oriente, 22, 74, 289, 294, 395.
 Eynsham, 128.
- Fabriano, 290.
 Famagusta (Chipre), 226.
 Fez, 415.
 Finlândia, 240, 297, 316, 379.
 Fiorenzuola, 218.
 Flandres, 130, 140, 176, 218, 235, 236, 237, 239, 266, 269, 274, 281, 282, 295, 297, 305, 308, 327, 334, 378, 383, 397, 461.
 Florença, 132, 212, 262, 264, 265, 274, 276, 281, 287, 290, 300, 301, 347, 394, 397, 400, 434, 436.
 Flums, 386.
 Foccia, 301.
 Forcalquier, 299.
 Formosa, 294.
 Fostât ou Fustât, 411.
 França, 39, 41, 50, 60, 66, 77, 84, 99, 102, 103, 117,

- 119, 126, 132, 148, 150, Gólgota, 71.
 152, 155, 162, 163, 164, Goslar, 76, 199, 220, 224,
 165, 168, 170, 172, 173, 236.
 184, 187, 189, 190, 198, Gotland (Suécia), 296.
 210, 214, 219, 225, 226, Grã-Bretanha. V. Inglaterra.
 231, 232, 234, 235, 236, Granada, 323, 324, 398.
 237, 238, 241, 242, 243, Grécia, XI, 11, 43, 149, 292,
 244, 245, 246, 247, 251, 313, 332.
 256, 257, 275, 282, 288, Greenwich (meridiano), 74.
 291, 295, 301, 302, 303, Gronelândia, 248, 249, 296,
 309, 310, 312, 313, 317, 306, 394, 396, 398.
 320, 322, 323, 324, 325, Guipuzcoa, 295.
 326, 327, 328, 329, 330,
 331, 333, 334, 336, 337, Hamburg, 414, 417, 432.
 341, 342, 343, 344, 345, Hastings, 241, 377.
 348, 349, 350, 355, 372, Hattin, 257.
 374, 375, 382, 386, 391, Hébridias (Ilhas), 249, 316.
 397, 399, 418, 422, 426, Heddal, 226.
 428, 434, 436, 438, 439, Heisterbach, 156, 388, 433.
 460, 463, Helvécia (Suíça), 303.
 Francónia, 172, Herjolfnes (Gronelândia),
 Freising, 215, 229, 394.
 Friul, 341, Herstal, 410.
 Frísia, 125, 396, Hispânia, 8.
 Gaeta, 103, Holanda, 130, 297, 317, 321,
 Gália, 9, 12, 30, 36, 60, 396.
 136, 406, Horda de Ouro ou Kiptchak,
 Gália Cisalpina, 16, 17, 382, 384.
 Gand, 132, 199, 263, 275, Hungria, 113, 172, 225, 226,
 308, 434, 462, 255, 314, 315, 317, 343,
 Garonne, 181, 203, 346, 382, 418.
 Gasconha, 79, 182, 289, 324, Huy, 175, 418.
 Genebra, 7, Ibéria, 249, 251.
 Génova, 131, 132, 201, 262, Île-de-France, 183, 236, 334.
 265, 266, 272, 275, 276, Índia, 5, 291, 294, 378,
 277, 289, 290, 291, 295, 380, 381, 383, 384, 395,
 298, 301, 302, 308, 313, 405, 409, 417, 419.
 334, 396, 398, 434, 436, Indo, 79.
 462, Indochina, 120.
 Germânia, 27, 30, 239, 392, Indonésia, 291, 294.
 411, Inferno, 308, 358.
 Germigny-les-Prés, 102, Inglaterra, XI, 5, 8, 12, 16, 27,
 Gibraltar, 291, 295, 384, 436, 34, 36, 37, 51, 79, 83, 84,
 Gnieszno, 131, 90, 99, 100, 118, 121, 125,
- 126, 129, 130, 133, 141,
 146, 150, 162, 165, 170,
 171, 172, 173, 179, 182,
 191, 192, 193, 196, 209,
 214, 220, 222, 225, 226,
 231, 234, 235, 237, 238,
 239, 240, 241, 242, 243,
 244, 245, 246, 247, 249,
 263, 281, 289, 295, 301,
 302, 304, 315, 316, 317,
 321, 323, 326, 327, 333,
 334, 338, 339, 341, 342,
 343, 344, 348, 350, 352,
 353, 354, 371, 380, 381,
 382, 394, 395, 396, 397,
 404, 412, 418, 422, 424,
 431, 434, 436, 459.
 Irão, 63.
 Iraque, 294.
 Irlanda, 27, 36, 49, 90, 103,
 125, 239, 316, 345.
 Islândia, 248, 249, 296, 316,
 338, 395, 416, 464.
 Israel, 14.
 Istanbul, 55, 82.
 Itália, 9, 11, 16, 24, 27, 29,
 32, 33, 40, 46, 48, 50,
 56, 60, 66, 76, 77, 83, 85,
 86, 88, 90, 99, 116, 117,
 118, 127, 129, 130, 131,
 138, 139, 140, 146, 152,
 155, 162, 170, 174, 175,
 177, 180, 186, 187, 189,
 191, 198, 212, 214, 216,
 217, 218, 221, 224, 226,
 227, 228, 229, 230, 231,
 232, 234, 238, 241, 242,
 243, 245, 247, 251, 255,
 258, 263, 265, 266, 267,
 269, 271, 272, 274, 276,
 278, 280, 281, 284, 289,
 290, 298, 301, 302, 303,
 309, 313, 320, 321, 322,
 323, 325, 339, 343, 345,
 354, 356, 360, 361, 370,

NASCIMENTO DA EUROPA

- 371, 378, 389, 390, 391, Lille, 7, 287, 462.
 394, 397, 398, 406, 408, Limoges, 275, 386.
 420, 422, 434, 438, 461. Lincoln (Lincolnshire), 397.
 Iugoslávia, 67. Lisboa, 251, 294, 338, 374, 426.
 Japão, 120, 292, 409, 411, Lituânia, 297, 398.
 429. Livónia, 287.
 Jelling (Dinamarca), 147. Lodi, 228.
 Jena, 223. Loire, 196, 203, 235, 236.
 Jerusalém, 56, 71, 89, 120, Lombardia, 51, 96, 199, 218,
 121, 234, 254, 255, 256, 231, 244, 273, 276, 309,
 257, 258, 291, 292, 318, 324.
 378, 382, 405, 424, 431, Londres, 226, 246, 261, 265,
 434, 435. 292, 298, 339, 352, 354,
 397, 418.
 Karlsruhe, 362. Lorena, Lotaríngia, 79, 97,
 Kent, 459. 116, 162, 189, 218, 221,
 Kiev, 237, 417, 419. 235, 237, 372.
 Koblenz, 303. Lovaina, 132.
 La Rochelle, 291, 295. Lübeck, 274, 296, 297, 397,
 La Spezia, 360. 426, 432.
 Lácio, 227, 228, 387. Lucca, 132, 243, 266, 289,
 Lagny, 303. 300, 304, 349, 374, 383,
 434.
 Languedoc, 76, 176, 205, Lyon, 187, 327.
 274, 313, 327, 331, 332,
 Laon, 117, 426. Maastricht, 132.
 Latrão, 361, 433. Maciço Central, 245.
 Leckfeld, 418. Madeira, 294.
 Le Mans, 132, 133, 422. Magdeburg, 133, 419.
 Leão, 77, 202, 248, 251, 323, Maghreb, 411.
 343. Mahdiya, 290, 422.
 Legnano, 227, 230, 231, Maiorca, 295, 306, 381, 397.
 269, 332, 428. Maine, 235.
 Legnica, 382. Málaga, 356.
 Leiria, 313. Malines, 132.
 León (Espanha), 430. Man (Ilha de), 239, 249,
 Letónia, 297. 316.
 Levante, 131, 133, 290, 292, Mancha (mar da), 245, 326.
 295, 298, 305, 398. Mantes, 239.
 Líbano, 256. Mântua, 132, 353.
 Liège, 7, 128, 132, 160, 175, Maragha, 384.
 396. Marburg, 355.
 Ligugé, 405. Marrakech, 423.
 Ligúria, 234, 276. Maret, 430.
 Marrocos, 294, 323, 324,
 385.
 Marselha, 7, **301**, 398, 462.
 Masóvia, 297.
 Mcaux, 414.
 Meca, 71.
 Medina, 71.
 Mediterrâneo, XII, XIII, 6,
 9, 16, 32, 56, 75, 76, 77,
 79, 131, 137, 230, 241,
 248, 256, 257, 288, 290,
 291, 295, 298, 301, 327,
 379, 381.
 Mércia (Inglaterra), 90, 412.
 Meseta, 295.
 Mesopotâmia, 5, 463.
 Metz, 132.
 México, 417.
 Middelburg, 132.
 Milão, 13, 33, 34, 45, 60,
 121, 131, 132, 227, 228,
 229, 261, 262, 265, 266,
 276, 277, 353, 404, 422.
 Mirande, 126.
 Módena, 195, 276.
 Mogúncia, 129, 351, 424.
 Moissac, 425.
 Mongólia, 395, 435.
 Monmouth, 323, 344, 345,
 429.
 Mons, 420.
 Montpellier, 190, 301, 306,
 373.
 Montreuil-sur-Mer, 462.
 Morávia, 58, 112, 417.
 Morgarten, 332, 438.
 Mosa, 189, 199.
 Moscovo, 51.
 Mozac (Puy-de-Dôme), 386.
 Mühlberg, 178.
 Muret, 313, 332.
 Namur, 132.
 Nantes, 159, 235.
 Nanquim, 427.

- Nápoles, 65, 76, 78, 86, 103, 130, 301, 319, 320, 326, 408, 414.
 Narbonne, 160, 253, 394.
 Navarra, 77, 234, 251, 313, 327.
 Navas de Tolosa, 251, 430.
 Negro (mar), 32, 288, 291, 295, 381.
 Nêustria, 96, 235, 236.
 Newcastle, 396.
 Niceia, 291, 361.
 Niebla, 323.
 Niederdollendorf, 42.
 Nijmegen, 132.
 Nilo, 5, 6, 11, 379, 380, 405.
 Normandia, 112, 179, 235, 236, 238, 241, 246, 247, 416, 418, 463.
 Norte (mar do), 5, 76, 127, 143, 241, 290, 295, 296, 297.
 Norte (planície ou região), 24.
 Northumberland, 90.
 Northumbria, 459.
 Noruega, 136, 137, 147, 193, 226, 241, 248, 249, 296, 304, 316, 317, 396, 436.
 Norwich, 353, 426.
 Nova York, 162, 265.
 Novgorod, 146, 295, 298, 415.
 Núrcia, 159.
 Nürnberg, 301.
 Nyssa, 185.
 Oder, 125, 297.
 Órcades (Ilhas), 239, 249.
 Ocidente, 35, 36, 38.
 Oriente (Médio ou Próximo), 7, 12, 38, 143, 289, 381.
 Orleães, 48, 132, 191, 421.
 Orthez, 323.
 Orvieto, 361.
 Oseberg, 136, 137, 147.
 Óstia, 6.
 Ourscamp (Oise), 375.
 Oviedo, 198, 226.
 Oxford, 190, 367.
 Pacífico (Oceano), 5.
 Pádua, 50, 132, 139, 273, 373, 391, 439.
 Países Baixos, 97, 130, 209, 302, 396, 462.
 País de Gales, 125, 180, 239, 316, 344, 345.
 Palermo, 224, 248, 318, 320, 323, 414, 426.
 Palestina, 5, 8, 43, 71, 72, 112, 186, 227, 248, 254, 256, 257, 291, 306, 308, 335, 350, 351, 382, 390, 409, 437.
 Palestрина, 320, 390.
 Palma de Maiorca, 323.
 Panónia, 113, 409, 416.
 Paraíso, 307, 308, 353, 359, 380, 462.
 Parenzo, 67.
 Paris, 30, 69, 73, 76, 117, 121, 132, 134, 179, 184, 185, 188, 190, 191, 194, 210, 214, 226, 232, 234, 235, 236, 239, 246, 247, 251, 263, 265, 266, 275, 277, 291, 299, 304, 317, 318, 322, 325, 326, 327, 347, 360, 361, 371, 402, 416, 425, 429, 431, 433, 434, 435.
 Pavia, 24, 88, 130, 132, 185, 218, 225, 232, 265, 420.
 Península Itálica. V. Itália.
 Península Ibérica, 71, 77, 90, 112, 125, 127, 139, 168, 294, 345, 353, 394, 460.
 Pequim, 292, 294, 295, 381, 383, 417, 433, 435, 439.
 Pera, 289, 438.
 Périgueux, 374.
 Perpignan, 178.
 Pérsia, 4, 5, 71, 72, 73, 74, 294, 382, 384, 395, 398, 407, 493.
 Pérsico (Golfo), 294, 348.
 Pescia, 370.
 Peshāwār, 419.
 Picardia, 179.
 Piemonte, 307.
 Pirenéus, 71, 77, 84, 89, 245, 250, 327, 332.
 Pisa, 131, 132, 195, 265, 276, 290, 291, 309, 369, 384, 394, 397, 420, 422, 431, 436.
 Pistoia, 132, 300.
 Placência, 132, 263, 265, 300, 334.
 Pó (Planície do), 12.
 Poitiers, 50, 74, 90, 234, 301, 412, 438.
 Polónia, 113, 131, 172, 189, 199, 219, 220, 240, 290, 315, 317, 382.
 Pomerânia, 316.
 Porto Santo, 294.
 Portugal, XII, 149, 168, 173, 227, 242, 248, 250, 251, 252, 310, 311, 312, 313, 338, 343, 386, 426, 461, 462, 463.
 Praga, 133, 419, 439.
 Prato, 287.
 Pritz, 194.
 Provença, 76, 176, 185, 204, 234, 263, 269, 276, 299, 327, 410, 416, 488.
 Provins, 303, 305, 337.
 Puglie, 299.

NASCIMENTO DA EUROPA

- Purgatório, 358.
 Puy (Le), 267.
 Puzzoli, 375.

 Quentovic, 104.
 Quimper, 159.

 Ragusa (Dubrovnik), 307.
 Rammelsberg, 146, 220.
 Ratisbona, 397.
 Ravenna, 29, 32, 49, 59,
 65, 85, 86, 88, 185, 190,
 265, 407, 412, 416.
 Reims, 178, 185, 238, 303,
 419, 427, 431, 462.
 Renânia, 156, 176, 199, 255.
 Rennes, 235.
 Reno, XII, 5, 127, 189,
 209, 229, 296, 303, 346.
 Reval, 297.
 Riga, 290, 297, 430.
 Ródano, 26, 303.
 Roma, XI, 5, 6, 7, 8, 9,
 11, 12, 19, 22, 23, 27,
 30, 32, 33, 34, 36, 38,
 44, 51, 52, 55, 56, 58,
 59, 63, 64, 66, 69, 76,
 80, 81, 82, 85, 86, 88,
 89, 92, 93, 98, 99, 102,
 105, 110, 116, 117, 118,
 131, 149, 159, 161, 162,
 172, 187, 193, 197, 199,
 218, 220, 221, 225, 227,
 228, 229, 232, 240, 242,
 247, 261, 267, 276, 302,
 309, 317, 319, 320, 325,
 327, 345, 378, 391, 392,
 404, 406, 407, 414, 418,
 420, 421, 422, 426, 439.
 Roma (a Nova). V. Bizâncio.
 Roménia, 5, 211.
 Roncesvales, 89, 202, 412.
 Rostock, 297.
 Rouen, 130, 132, 394, 418,
 424, 430.

 Roxo (Mar), 291, 292, 379.
 Rússia, XII, 113, 122, 163,
 249, 294, 379, 382, 384,
 398, 409.

 Safim, 294, 434.
 Saintes, 420.
 Sajo (Rio), 382.
 S. Brandão (Ilha), sede do
 Paraíso Terrestre, 379,
 385.
 S. Denis, 195, 199, 236,
 303, 410.
 St. Gallen (Abadia de), 114,
 152, 185.
 San Gimignano, 266.
 S. Giovanni in Zoccoli (Itá-
 lia), 389.
 S. Gottard (Passagem do),
 303.
 S. João de Acre, 257, 292,
 437.
 S. Tiago de Compostela,
 199, 267, 302, 323, 418.
 Saint-Omer, 462.
 Saint-Pierre-sur-Dives, (Cal-
 vados), 322.
 Saint-Quentin, 462.
 Saint Riquier (mosteiro),
 152.
 Salamanca, 251.
 Salé, 294, 434.
 Salerno, 185, 205, 348, 372,
 373, 374, 375, 421.
 Salisbury, 340, 350, 429.
 Salónica, 13, 303.
 Samosata, 464.
 Saragoça, 129.
 Sardenha, 65, 86, 290, 312,
 313, 420.
 Saxónia, 125, 172.
 Seligenstadt, 227.
 Sena, 236, 303.

 Senegal, 289, 291, 294, 381.
 Sens, 427.
 Septimer, 303.
 Séverac, 383.
 Sevilha, 46, 252, 265, 295,
 411.
 Shaffhausen, 303.
 Shaftesbury, 348.
 Si-nhan-fu, 35.
 Sicília, XIII, 112, 182, 193,
 226, 228, 230, 231, 234,
 247, 248, 249, 256, 290,
 292, 301, 304, 312, 313,
 317, 320, 322, 323, 324,
 327, 330, 332, 343, 373,
 375, 376, 428.
 Siena, 132, 265, 300, 301,
 305, 347, 394, 398.
 Sigtuna, 397.
 Silésia, 367, 382.
 Siracusa, 32, 416.
 Síria, 5, 58, 71, 72, 79,
 83, 126, 352, 380, 395,
 409, 464.
 Skamstrup, 138.
 Skog (Suécia), 290.
 Sluys, 295, 308.
 Soissons, 117, 427.
 Suábia, 172.
 Southampton, 265, 295.
 Stamford Bridge, 241.
 Stavangen, 194.
 Stavelot (Bélgica), 357.
 Steyern. V. Estíria.
 Stockolm, 290.
 Strassburg, 97, 132, 415.
 Strzelno, 189.
 Suábia, 5, 324, 326.
 Suécia, 120, 249, 290, 296,
 317, 326.
 Suez, 291.
 Suíça, 97, 110, 114, 209,
 211, 269, 376, 386.
 Sussex, 459.

Índice geográfico

- Tabriz, 294.
Talas (rio), 74.
Tana, 381.
Tártaro, 382.
Taunton, 397.
Tecto do Mundo. V. Ásia.
Tejo (rio), 295.
Terra Santa. V. Palestina.
Tibre, 6, 127, 247, 269, 274, 279, 280, 322.
Tintinnano, 347.
Tirol, 341, 345.
Todi, 274.
Toledo, 83, 214, 424.
Toscana, 79, 83, 127, 199, 222, 228, 273, 335.
Toulouse, 188, 234, 245, 265, 327, 331, 433, 460.
Touraine, 238.
Tournai, 132, 226, 265, 397, 402.
Tours, 44, 48, 74, 97, 364, 409.
Trácia, 65, 70.
Trebizonda, 6, 294.
Trento, 361.
Trier, 132, 304.
Troia, 261.
Troyes, 132, 303, 309, 356.
Ts'iuán-tcheu (Zayton), 294, 295.
Tunes, 201, 294, 318, 434.
Turquestão, 74, 294, 382, 383, 395, 413.
Turquia, 82.
Upsala, 249.
Urgench, 294.
Utrecht, 132.
Valência (Espanha), 313, 422.
Valenciennes, 285, 432, 462.
Vaticano e Estado do Vaticano, 227.
Veneza, 32, 58, 86, 103, 130, 131, 133, 230, 258, 262, 265, 266, 267, 272, 276, 287, 289, 291, 295, 296, 298, 305, 306, 308, 313, 338, 368, 383, 396, 398, 414, 148, 422, 430, 436.
Verdun, 97, 98, 99, 406, 414.
Verona, 128, 265, 353.
Vinland. V. América.
Visby, 295, 296.
Viterbo, 387, 389.
Volga, 407.
Vouillé, 406.
Wessex, 117, 118, 239, 338, 459.
Westfália, 297.
Winchester, 339.
Wismar, 297.
Worms, 175, 221, 223, 228, 424, 426.
Würzburg, 178.
Yale, 195, 372, 387.
York, 6.
Ypres, 132, 146, 282, 285, 393, 397, 430, 438, 462.
Yucatan, 411.
Zara, 258.
Zürich, 386, 395.

ÍNDICE DOS ASSUNTOS (*)

- A secretis*, 248.
 Absolutismo, 191.
Admonitio generalis, 412.
Admonitiones, 385.
 Adventistas, 351.
 Afolhamento, 136, 177.
 Agnosticismo, Agnóstico, 154.
 Agostinianismo, agostinho, 366, 386.
 Al-Andalus, 77.
 Algarismos, 415.
 Alimentação, 176, 177.
Almagesto de Ptolomeu, 379, 415.
Althing, 248, 338.
 Amor, 203, 204, 205.
Anatomia do Porco, 373.
 Antropomorfismo, 45, 46.
Ard-ri (rei federal irlandês), 90.
 Arianismo, Ariano, 29, 30.
 Aristotelismo, 366.
 Architectura, 193 ss., 266, 267, 415, 419, 425, 431, 433, 435.
Ars dictaminis; Ars notaria, 371.
 Artes liberais, 369, 370, 371.
 Artes mecânicas, 369, 370, 371.
 Assembleias, 161, 240, 241, 243, 248, 272, 338 ss..
 Astrolábio, 138, 381.
 Astrologia, 365, 368, 375, 376, 377.
 Ateísmo, Ateu, 154.
 Atlas Catalão, 381.
 Atrelagem, 135, 236.
Aubaine, 304, 305, 459.
Aucassin et Nicolette, 205.
Aurum tarenorum, 248.
Auto da Alma, 156.
 Autocracia; *Autocrator*, 12, 63, 459.
 Averroísmo, 361, 437.
 Bailios, 239.
 Banco, banqueiro, 17, 146, 263, 265, 306, 398, 420, 438.
Baronum, 248.
Basileus, 118, 240.
Basílicas (código imperial), 66.
 Beneditina (ordem, regra, etc.), 36, 158, 159, 187, 407.
 Benefício (feudal), 95, 96, 163 ss., 459.
Beowulf, 42, 48.
 Besante, 68.
 Bestiários, 362.
 Bicho-da-seda, 140, 408.
 Bogomilos, «Bugros», 155, 187, 351, 459.
 Bollandistas (Padres), 201.
Bonifica, 181.
 Botão (invenção do), 134.
Brâhmanes, 149.
Bretwalda, 40, 459.

(*) Este Índice não se destina a substituir o Índice Geral, o Índice das Gravuras ou os Índices Onomástico e Geográfico, mas antes a completá-los. Daí, por exemplo, o facto de termos conscientemente omitido vocábulos designativos de amplos movimentos ou estruturas históricas que se podem procurar no Índice Geral. (N. do T.)

- Budismo, 22, 409, 411.
Bula de Ouro, 343, 392, 432.
 Burguesia, burguês, 133 ss., 175 ss., 268, 269, 278, 287.
 Bússola, 138, 139, 381.
- Califado, califa, 72, 73, 429.
 Câmbio, cambistas, 306, 307, 422.
Cambium traecticium, 307.
 Camisa (uso da), 280.
Cancioneiro Geral, 149.
 Canções de gesta, 202.
 Canonização, 156.
Cantar del mio Cid, 202, 252, 427.
Cantar clos, 204.
Canterbury Tales, 302.
Cantigas de Santa Maria, 377.
Cântico do Irmão Sol, 386.
 Canto litúrgico, 45, 67.
 Capitão do Povo, 278.
 Capitular, 97, 460.
 Capuletos, 275.
 Caravelas, 138, 139.
 Carolina (escrita), 99, 100, 101.
Carroccio, 332.
 Cardeais, 161, 162.
 Cartas náuticas, 139, 380, 381.
 Carta Cotton, Mapa mundo de Hereford e de Elsdorf, 379, 437.
 Carta Pisana, 139.
 Cartuxa, 425.
 Casa (casa rústica), «casado», 52, 94, 460.
Casamento da Filologia e de Mercúrio, 46.
 Catarismo, cátaros, 155, 187, 188, 235, 386, 429, 460.
 Catedrais. V. Arquitetura.
 Cavalaria, cavaleiro, 105, 168 ss., 331, 332.
 Cavalaria (romances de), 163.
 Cavaleiros (romanos), 10.
 Cavaleiros-vilãos, 149.
 Cavaleiros da Espada. V. Espada (Freires da).
 Cavaleiros Teutónicos. V. Teutónica (Ordem).
Cem Anos (guerra dos), 438.
Censuales, 176, 460.
Centuriatio, 50.
 Cerveja (invenção da), 134.
Chanson de Roland, 42, 202, 205, 237, 344, 423, 425.
 Charrua, 136.
Chevege, 176, 460.
 «Ciclo Bretão», 203.
 Cidade, cidadãos, 7, 10 a 12, 52, 219, 236, 251, 262 ss., 297, ss., 394, 395.
 Cidade celeste, Cidade de Deus, 14, 35, 89, 215.
Cidade de Deus (A), 405.
 Cidade-Estado, 10 a 12, 39, 228.
 Cidade terrestre, Cidade dos Homens, 14, 35, 89, 215.
Ciampi, 397.
 Cisma, cismáticos, 420, 421.
 Cistercienses, 152, 187, 308, 386, 425.
Civitas, 10, 11.
 Classicismo, 309.
Clerc, 152.
Clericis laicos, 336, 436.
 Clima, 26, 121, 395.
 Cluniacense (ordem, regra, etc.); Reforma cluniacense, 159, 162, 417.
 Cocas, 138, 139.
Codex Panelib, 372.
 Colibertos, 176, 460.
Colonus, 53, 146, 176, 460.
 «Colunas do Mundo», 351.
 Comercialização, 128, 131, 141, 460, 461.
- Commenda*, 143, 144, 288, 300, 301, 461.
 Companhia comercial, companheiros, 144, 300, 301, 461.
 Comunas, 175 ss., 228, 229, 238, 239, 268 ss., 420, 422, 426.
 Comunismo, 187.
 Concílios, 13, 361, 404, 407, 427.
 Concordatas, 221, 223, 225, 228, 426.
 Concórdia de Assis, 280, 430.
Concórdia dos Cânones Discordantes, 184.
 Cónegos, 161.
 Confrarias, 145, 424, 461.
 Confucianismo, 22.
Conhece-te a ti próprio, 184.
Consolamentum. Catarismo, V. também 386.
 Cônsules, 273.
Conte de la Charrette, 205.
 Contra-Reforma, 361.
 Corão, 72, 411.
 Corporações (membros, regas), 69, 144, 145, 286, 416, 420, 424, 426.
 Corpus Christi (Festa do), 361.
Corpus Juris Canonici, 349.
Corpus Juris Civilis, 189.
Cortes, 149, 251, 343, 430.
 Corveia, 53, 172, 173, 174, 461.
 Costumes, 88, 150, 151, 192. V. Direito.
Costumes de Beauvaisis, 266.
 Credo de Nicéia, 361.
Crónica anglo-saxónia, 36.
 Cruzadas, cruzados, 226, 227, 252 ss., 290, 291, 292, 294, 424, 426, 431, 432, 434, 435.

- Cur Deus homo?*, 425.
Curia Regis, 243, 330, 338,
Danegeld, 240, 241, 244.
 Decretais pontificias, 319.
 V. Direito Canônico.
Defensor Pacis, 439.
 Democracia, 163, 166, 273,
 274.
 Descobrimentos, 294, 379,
 419.
 Descrença, 154.
Devisement des pays (Li),
 383.
Dictatus Papae, 225.
Dies Irae, 21, 155.
Digesto, 190.
 Direito bárbaro, 43, 47,
 88, 97, 151, 188, 189.
 Direito canônico, 88, 150,
 161, 189, 193, 221, 319.
 Direito civil, 7, 52.
 Direito comercial, 190.
 Direito comum, 190, 191,
 192, 319.
 Direito feudal, 221. V. Feu-
 dalismo.
 Direito românico, 189, 190,
 191.
 Direito romano, 15, 43,
 88, 161, 188 ss., 203,
 229, 327, 433.
 Direito sunita, 78, 79.
Divina Comédia, 178, 358,
 362. V. Dante.
 Dizimo, 177, 336, 408, 412.
 Doação de Constantino, 85,
 227.
 Doge, 272.
Dohana, 248.
Dolce Stil Nuovo, 309.
Domesday Booke, 244, 424.
 Dominicanos, 308, 352, 388,
 433, 435.
 Domínio, regime dominial,
 178 ss., 192, 236, 242,
 414, 461, 462.
Drang nach Osten, 219.
 Dualismo (religioso), 155,
 187.
Ecbasis Captivi, 206.
 Economia natural, 169.
 Editto de Milão, 404.
Edicto de Rothari, 151, 189,
 411.
 Encomendação, 53, 164, 462.
Eneida, 214.
 Epidemias. V. Peste.
 Escabinos, 285, 462.
 Escolas, 214, 264, 371, 413,
 421.
 Escolástica, Neo-Escolástica,
 366.
 Escravos, 51, 52, 53, 62,
 134, 141, 146, 147, 192,
 414.
 Escrita, 99, 100, 101.
 Espadas (aperfeiçoamento),
 134.
 Espada (Freires da), 297,
 430.
 Espirituais. V. Franciscanos.
 Esporas de Ouro (Batalha
 das), 269, 285.
 Estados Gerais, 341.
 Estradas, 18, 302, 303, 381.
 Estrategos, 65.
 Estribo, 24.
Ética, de Aristóteles, 433.
 Exarcado, exarca, 65.
 Experimentalismo, 367.
 «Fabliaux», 206, 348.
 Feiras, 133, 283, 303 ss.,
 410, 428.
 Feitorias, 133, 298, 300, 301.
 Felonia, 246.
 Ferradura, 24, 135.
 Feudalismo, feudal, 163 ss.,
 219, 256, 420.
Feudis (De), 420.
 Feudo (investidura, etc.),
 164 ss., 234 ss..
 Fidalgos, 250.
 Filologia, 207 ss., 235, 383.
 Filosofia, 187, 188.
Fioretti, 385.
Firma burgi, 269.
Foenus nauticum, 307.
 Fogo grego, 66.
 Fomes, 302, 393, 420.
 Forais, 269.
 Frades Menores. V. Fran-
 ciscanos.
 Franciscanos; Frades Meno-
 res; Irmãos da Penitên-
 cia (ordem terceira); *Lassi*
 ou Laxistas; Espirituais,
 152, 308, 351, 352, 385 ss.,
 431, 433, 435.
 Galé, galera, 138, 139.
 Galerianos, 137.
Gens Francorum inclita, 83.
 Geografia, 378 ss..
Geografia, de Ptolomeu, 417.
Gesta Dei per Francos, 254.
 Ghibelinos, 176, 223, 274,
 275, 276, 320, 321.
 Glosadores, 190, 192.
 Goliardos, 152, 186, 205, 206.
 Gótico (estilo), 194, 195,
 196, 197, 198, 199.
 Graal, 205.
 Grego (língua), 7, 57, 62.
 Greves, 434.
 Guelfos, 176, 223, 274, 275,
 276, 320, 321.
 Guerra (características), 120,
 121, 331 ss., 393.
 Guildes, 144, 145, 146, 284,
 285, 462.
Gwas, 164.

- Hagiografia, 201, 202.
Hansa, hanseático; Hansa das dezassete cidades, 144, 283, 462.
Hidráulica (energia), 383, 434.
História, de Thietmar, 421.
História Ecclesiástica, de P. Comestor, 184, 429.
História dos Francos, 409.
História dos Godos, 409.
Historia Regum Britanniae, 344.
Historiografia, 201.
Homenagem, 166, ss..
Homenagem lígia, 171.
Honra, 460.
Hospicium, 330.
Hospitais, 308, 373.
Hospitálarios (Ordem dos), 256.
Humanismo, humanista, 186.
Humilhados, 387.
Huris, 73, 459.
Iactare, 143.
Ícone; iconoclasta; iconódulo, 64, 413, 415.
«*Ilíada dos Barões*», 254, 255, 290, 291.
Imagens (Querela das), 64, 68.
Imperator Romanorum (*Vasiléus Romeón*), 55, 118.
Imperium, 15, 39, 118, 456.
Imunidade, 163 ss., 459, 460.
Indulgências, 227, 390, 391.
Infantaria, 332, 333.
Inquisição, 352, 355, 356, 432, 433.
Institutiones, 408.
Investidura (e «Querela das Investiduras»), 158, 161, 162, 167, 186, 216, 220 ss., 242, 422.
Irmãos da Penitência. (V. Franciscanos).
Isapóstolos, 39, 63, 460.
Islamismo (religião muçulmana), 72, 73.
Itinerário do espírito para Deus, 360.
Jeu de Adam, 202, 348.
Jeu de Robin et Marion, 348.
Jubileu de 1300, 391, 436.
Juro, 301, 306 ss., 412, 422.
Kalevala, 310.
Kharidjismo, kharidjitas, 147.
Kolkboz, 181.
Kshatriyas, 149.
Lassi ou Laxistas. V. Franciscanos.
Latim, 7, 46, 57, 62, 100, 109, 116, 207 ss., 314.
Leal Conselheiro, 149.
Lei de Israel, 14.
Lei mosaica, 14.
Lei Salica, 83, 151.
Leme, 138, 296.
Lepra, 120, 375.
Liberalismo, 135, 304.
Liber Augustalis, 322.
Liber Feudorum Maior, 178.
Liberdade, liberdades, 7, 173 ss., 231, 268, 279, 280, 288, 337.
Licet Juris, 392, 438.
Ligas; Liga lombarda, 229, 230.
Lígio, 460. V. Feudalismo.
Limes, 4.
Linguística. V. Filologia.
Livro de Boas Maneiras, 264.
Livro dos Pobres, 274.
Livros dos Mesteres, 434.
Locatores, 125.
Lógica para Principiantes, 184.
Logogumadbr, 338.
Lord, 48.
Magna Carta, 246, 342, 432.
Maire (*mayor, bürgermeister*), 272.
Malária, 26, 120, 394.
Maletôte, 336, 460.
Maniqueísmo, neomani-queísmo, maniqueus, 155, 187, 421, 460.
Mansus, manso, 147, 460.
Manual de Cirurgia, 373.
Marca (carta de), 463, 460.
Marismas, 295.
Matemática, 186.
Mazdakismo, 407.
Medicina, 185, 186, 372 ss., 421.
Meier Helmbrecht, 348.
Memorial de Bolonha, 280, 434.
Mercado; Mercado (Paz do), V. Feiras.
Metafísica, 415.
Ministeriales, 176, 219, 220, 460, 461.
Minnesinger, 314, 346, 356.
Missão, missionário, 113, 382, 383, 411, 417, 418.
Missi dominici, 95.
Mitata, 290.
Moeda (quebra de), 334, 335.
Moinho de água, 19, 141, 424.
Monaquismo, 35, 405.
Monetárias (reformas), 412.
Monofisitas, 58, 407.
Monóxilo, 137, 138, 139.
Montécchios, 275.
Mulher (culto, valorização da), 203 ss., 348 ss.
Mundi Universitate (*De*), 364.

- Música, 159, 421.
- Nação, 96, 97.
- Naturalismo, 206.
- Negros e Brancos, 275.
- Neo-platonismo, neo-platónico, platonismo, 184.
- Nestoriano, 58, 407, 435.
- Nibelungenlied*, 202, 429.
- Nicolaísmo, 159, 461.
- Nominalistas, 184.
- Nomos*, 11.
- Nómos Nautikós*, 66.
- Novelas* (de Justiniano), 32, 190.
- Oc (língua de), 203, 210, 214.
- «Odisseia dos Mercadores», 290.
- Officium*, 53.
- Oil (língua de), 214.
- Olímpicos (Jogos), 405.
- Opus Maius*, 367, 368, 435.
- Opus gallicum*; *Opus francigenum*; *Opus romanense*, 197.
- Ordenações Afonsinas*, 149.
- Ordens Mendicantes. V. Dominicanos, Franciscanos.
- Otónica (arte), 199.
- Ouro (moedas de), 248, 301, 434, 436.
- Paganismo, pagãos, 12, 13, 249, 254, 405, 407.
- Papa (eleição do), 162, 422.
- Papel, 140.
- Papel-moeda, 415, 433.
- Parens Scientiarum*, 433.
- Parlamento, 251, 273, 330, 341, 434.
- Parlamento Plenário, 436.
- Pátaros*, 187.
- Paulicianismo, Paulicianos, 155, 187, 461.
- Pax Mongolica*, 292.
- Pellicei*, 56.
- Perceval*, 205.
- Peregrino, peregrinação, 267, 302.
- Peste, Peste Negra, 25, 26, 119, 120, 393, 394, 395, 402, 412, 438.
- Physiologus*, 362, 363.
- Pobre Henrique (O)*, 205.
- Pobres lombardos, humildados, 387.
- «Pobres de Lyon», 187.
- Podestà*, 276, 277.
- Poesia, 202 ss., 311.
- Portagens, 236, 418.
- Portulanos, 139, 381, 435.
- Prado Espiritual*, 67.
- Prata (moeda de), 430, 434.
- Precário, 167, 461.
- Premonstratenses, 386, 427.
- Priores das Corporações, 277.
- Procertari*, 143.
- Produtividade. V. Rendimento.
- Provençal (modo), 311.
- Psychomachia*, 405.
- Qarmats, 147.
- Quadrivium*, 371, 405.
- Quinta-Essência, 364, 365.
- Realismo, 206, 207.
- Realistas (filósofos), 184.
- Recomendação, recomendado. V. Encomendação.
- Reconquista*, 125, 249 ss., 295, 422.
- Reeves*, 240, 244.
- Regimen Sanitatis Salernitanum*, 373.
- Relógios, 439.
- Renascimento Carolíngio, 100 a 102.
- Renascimento do século XII, 186, 188, 214.
- Rendimento da terra, 177, 182.
- Represália*, 304, 305.
- Respublica Christiana*, 92, 93, 94, 114, 115 ss., 150.
- Respublica Romana*, *Respublica*, 6, 8, 14, 86, 93, 113, 114.
- Revolta (comunal, urbana), revoluções, 285, 432. V. Comunas.
- Ricos homens, 250.
- Roda de fiar, 140.
- Romance, 205 ss..
- Romance da Raposa*, 47.
- Romance da Rosa*, 362, 437.
- Românico (estilo), 194, 196, 197.
- Rotas, rua, 294, 295, 302, 395, 396.
- Roteiros, 139.
- Rumo e estima, 139.
- Sabão (invenção de certos tipos de), 134.
- Sachsenspiegel (Espelho dos Saxões)*, 193.
- Sagas, 143, 202, 461.
- Schwabenspiegel (Espelho dos Sudbios)*, 193.
- Schwertrüder*, V. *Espada* (Freires da).
- Slavus*. V. Escravo.
- Scriptoria*, escrita, 99, 100, 101.
- Seguro marítimo, 288, 289.
- Senado, 8.
- Senhor, senhoria, senhorio, 164 ss., 178 ss.. 461.
- Sequência de Santa Eulália*, 201.
- Servo, servidão, 51, 52, 53, 62, 134, 141, 146, 147, 150, 173, 175, 192, 251, 279, 281, 336.

- Servo cavaleiro e *ministeriales*, 150, 176, 219, 220.
Servus. V. Servo.
Servus casatus, 53. V. também Servo.
Sheriff, shire, 240, 242, 243.
Siete Partidas, 312.
Sim e Não, 184, 427.
 Simonia, 160, 162.
 Sínodos, 34. V. Concílios.
 Socialismo, 135, 163, 166.
 Sol (culto do), 13.
Spirituali. V. Franciscanos.
Suma Teológica, 360, 435.
 Sunismo, 461.
 Suzerano, 96, 161, 164, 165 ss., 462.
 Taoísmo, 22.
 Távola Redonda, 207.
Taxedion, 143.
 Tear de pedal, 140.
 Teatro, 201.
 Templários (Ordem dos), 256, 335, 438.
 Tenências, tenentes, 176 ss., 465.
 Termo (território), 462.
Tesouro dos Pobres, 374.
 Teutónica (Ordem), 256, 297, 430, 432.
Tbegon, 133.
Tbing, 248.
 Tomismo, 437.
Tonlieux, 236, 462.
 Tracção (sistema de), 134, 135.
 Transubstanciação, 361, 433.
 Tréguas de Deus, 419.
 «Tribunais dos Pés Sujos de Pó», 304.
 Trienal (rotação), 136, 236.
 Trirremes, 137.
Tristão e Isolda, 429.
Trivium, 371, 405.
Tuchins, 397.
 «Unhas Azuis», 284.
Universais, 184.
Universitas Indeorum, 353.
Universitas Terrae, 353.
 Universidades, Faculdades, 188, 251, 312, 371, 373, 419, 423, 431, 433, 439.
 Urbanismo, 50, 131 ss., 262 ss., 297 ss. V. Cidades.
Urbs, 10.
 Usura, usurário, 17, 18, 133, 146, 287, 307, 354, 412, 414.
 Utensilagem, 135.
Vaishyas, 149.
 Valdenses, Pobres de Lyon, 307, 387.
Vasilévs Romeón, 55, 57, 118.
 Vassalo, vassalidade, 96, 163 ss., 219, 462.
 Vela latina, 138.
 Vésperas Sicilianas, 323, 436.
Vida de Santo Aleixo, 201.
Vida de S. Léger, 201.
Villae, 49, 178.
 Vitrais, 200, 419.
Waltharius, 113.
Witenangemot, 338.
 Xadrez (Tabuleiro de), de Inglaterra, 243, 245, 248.
 Zero (uso do), 407.
 Zoomorfismo, 362.

AO CONCLUIR ESTA OBRA, parece-me que a última página deve repetir o nome que figura à testa da primeira: o de Claude, minha mulher. Foi com ela e por ela que aprendi a exprimir o meu pensamento em francês; foi ela que traduziu a minha língua materna quando eu não encontrava «a palavra exacta»; foi ela que reviu este livro, linha por linha. Não há nele uma só palavra que não reflita o cunho da sua clara inteligência e da sua lógica inexorável.

O Meu Mestre e Amigo, Fernand Braudel, não me querará mal por, sem o prevenir, mencionar em segundo lugar o nome de sua mulher, que com ele colaborou a fim de dar ao manuscrito o último retoque, o único que lhe podia conferir plena cidadania.

Quanto a Annie Elissabide, encarregada da colecção «Destins du Monde», soube resolver os tão complexos problemas que a ausência do autor levantava.

Queiram os homens receber agradecimentos mais curtos, embora igualmente sinceros: Robert Bautier, Gian Piero Bognetti, René Crozet, Donald Fleming, Pierre Francastel, Jean Glénisson, Aleksander Gieysztor, Gilbert Kirschen, Ernest Kitzinger, Jacques le Goff, Guido Lopez (e Sisa Lopez, minha Mãe); Harry Miskimin, Alberto Mortara, Robert Philippe, Edmund Silk, Arthur Wright...

Quantos terei eu, não esquecido, mas omitido? Não poderei indicar as contribuições particulares de cada um, mas o leitor reconhece-las-á nas melhores páginas desta obra.

Finalmente, devo também agradecer a Michel Mayer, que fez o favor de organizar os índices da edição francesa.

ÍNDICE DE MAPAS

Mapas de côr (páginas de guardas)

A Europa invadida: IV-X séculos.

A Europa em expansão: X-XIV séculos.

Mapas no Texto

1	A Europa de Ptolomeu, segundo os geógrafos do Renascimento. Incunábulo de 1490 (Biblioteca da Universidade de Yale)	XII
2	Actuais limites da vinha, da oliveira e dos palmares maciços	4
3	Os estados bárbaros no início do século VI	28
4	O Império Bizantino em 1025 (morte de Basílio II)	61
5	Os impérios romanos, muçulmano, carolíngio e bizantino (séculos IV-IX)	75
6	A Itália nos princípios do século VII	87
7	O Império Carolíngio em 814	91
8	A partilha de Verdun, em 843, e os grupos linguísticos	98
9	As últimas invasões (séculos IX e X)	110
10	A Europa cerca do ano 1000	122-123
11	A expansão da arte na Europa católica do século VII ao século XIII	194
11-bis	A expansão da arte na Europa católica do século VII ao século XIII	195
12	A «Reconquista»	213
12-A	A expansão das línguas ibéricas em 1072 e 1300 aprox. (segundo F. Yndurain)	213
13	O reino da Alemanha, do século X ao século XIII	217
14	A França em 987	233
15	A Itália setentrional em 1300	271
16	Os centros têxteis da Europa no século XIII	282
17	A metalurgia e as minas, na Europa do século XIII	283
18	O Império Mongol em 1250	293
19	Caminhos terrestres e marítimos (séculos XI-XIII)	302-303
20	A França em 1180 (subida ao trono de Filipe Augusto)	328
21	A França em 1328 (subida ao trono de Filipe VI)	329
22	As Universidades na Idade Média	370

ÍNDICE E FONTES DAS ILUSTRAÇÕES

Estampas a cores

I	Bestiário da época bárbara: jóias merovíngias de ouro e prata, guardadas de pedrarias. <i>Em baixo, à direita</i> : animal fantástico, de ouro, de Chiusi (Itália). Tesouro do Musée des Antiquités Nationales, Saint-Germain-en-Laye (França). (<i>Kodachrome R. Percheron</i>) . .	66
II	O Evangelista S. Marcos e símbolos dos Evangelistas. Evangeliário irlandês, século VIII. Biblioteca da Abadia de St.-Gallen (Suíça). Codex 51, fl. 78 (<i>La peinture du haut moyen âge</i> , texto de A. Grabar e C. Nordenfalk, Genève, Éditions d'Art Albert Skira, 1957, p. 108). (<i>Ektachrome Hinz, Basileia</i>)	114
III	Cenas da vida guerreira em Espanha. Cópia executada em 1220, de um manuscrito do século X. Biblioteca Pierpont Morgan (Nova York), M. 429, fl. 149 v.º	162
IV	Miniatura dos Estatutos do Colégio de Ave Maria (Colégio de Hubante) em Paris (1387), fundado por estudantes pobres em 1346; louvores à Virgem, distribuição de sopa e calçado. Archives Nationales, Musée de l'Histoire de France (Paris). (<i>Kodachrome Ina Bandy</i>) . .	210
V	Basílica de Santa Maria de Collemaggio em Aquila (Itália), começada em 1287 pelo futuro papa Celestino V. (<i>Ektachrome Ente provinciale per il Turismo dell'Aquila</i>)	258
VI	Construção da Torre de Babel, mosaico do século XIII, S. Marcos (Veneza). (<i>Ektachrome Ferruzzi, Veneza</i>)	306
VII	Anjos accionando uma manivela destinada a fazer girar o primeiro céu móvel, figuração teológico-astronómica de um manuscrito provençal do século XIV. British Museum, Londres. MSS Harley 4940 (<i>Ektachrome do Museu</i>)	354
VIII	S. Francisco de Assis: sermão aos pássaros. Quadro de Bonaventura Berlinghieri (pormenor), 1235, igreja de S. Francisco, em Pescia (Itália). (<i>Ektachrome Scala-Giraudon</i>)	370

Estampas a negro

- 1 Duas visões do fim do mundo, a ocidental e a bizantina. A Ressurreição dos Mortos (pormenor). Princípios do século XI. Livro de Perícopes de Henrique II. Staatsbibliothek, München (Alemanha) (*Codex monacensis*) — O Juízo final, marfim bizantino do século XI, Victoria and Albert Museum (Londres). 34
- 2 Os guerreiros das invasões, sob a forma de deuses: o deus Kuan Ti (Kuan Yü, general chinês divinizado; século III), estampagem de uma estela do Pei-Lin, Si-Nhan fu, província de Chensi (Tirado de C. G. FITZGERALD, *China, a Short Cultural History*, C. G. Seligman Londres, Cresset Press, 1942 e Praeger, Nova York), fig. 43 — o deus Wotan, cavaleiro germânico, século VII, Museu de Halle (Alemanha). (*Bildarchiv Foto Marburg*) 35
- 3 Dois baixos-relevos, da época bárbara (século VII): os Quatro Evangelistas, tampa de sarcófago; Hípoheu dos Mártires Poitiers (França). (*Foto Desointre-Robuchon, Poitiers*); — O Sol sustido por dois Anjos, Quintanilla de Las Viñas, perto de Burgos (Espanha). (*Foto Mas, Barcelona*). 50
- 4 Fresco de Santa Maria de Castel-Seprio (Lombardia), século VIII: a Natividade; (*Foto Fondazione Treccani di Alfieri per la Storia di Milano, Milão*). — Iconoclastas profanando as imagens e simulando dar vinagre a beber a Cristo, como antes da sua morte. Miniatura bizantina do Século X. Saltério de Chlukov (Moscou). (*Foto Col. Hautes Études, Paris*). (E. H. GOMBRICH, *The Story of Art*, Londres, Phaidon Press). 51
- 5 Mosaicos bizantinos: Santa Inês (pormenor), século VII. Igreja de Santa Agnese fuori le mura (Roma). (*Foto Alinari-Giraudon*); — O imperador Alexandre (pormenor), século X, recentemente descoberto, Santa Sofia, Istanbul (Turquia). (*Foto Byzantine Institut, Dumbarton Oaks*) 82
- 6 Evolução da arcaria. *Da esquerda para a direita*: Santa Sabina (Roma), século V; (*Foto Anderson-Giraudon*); Grande Mesquita dos Omáyyyadas (Damasco, Síria) século VIII (Foto Roger-Viollet); San Pietro, (Toscana, Itália), interior do século VIII (*Foto Alinari-Giraudon*); Santa Maria La Blanca, antiga sinagoga (Toledo, Espanha), século XIII. (*Foto Mas, Barcelona*) 83
- 7 Aguarela de Grimaldi, representando o mosaico de S. João de Latrão, em Roma, antes da sua reconstrução no século XVIII: São Pedro dá a investidura ao Papa Leão III e a Carlos Magno. Biblioteca Vaticana (Roma), *Codex Barberini*, Lat. 2062, fl. 61 98
- 8 Dois imperadores carolíngios. *Em cima, à direita*: Luís o Piedoso (ou o Bom) em traje semi-germânico e semi-bizantino. Österreichische National-Bibliothek, Viena (Áustria), *Codex 652*, fl. 3 v.º; — *Em baixo, à esquerda*: Carlos o Calvo, em traje bizantino, recebendo a

- Bíblia. Bibliothèque Nationale (Paris). *Bible de Charles le Chauve*, Ms. lat. I, fl. 423. 99
- 9 Grupo de celas, em pedra, do mosteiro irlandês de Skellig Michael, século IV (*Copyright H. Mason, Dublin*); — capela palatina do Valkhof Nijmegen (Países Baixos), século X. (*Foto Embaixada dos Países Baixos*); — chaves carolíngias em bronze, de influência bizantina, séculos VIII-X. Musée Le Secq des Tournelles, (Rouen, França) . . . 130
- 10 Santo Ambrósio alimentado por abelhas. Baixo relevo de um altar de ouro batido, basílica de Santo Ambrósio, em Milão, século IX (*Foto Fondazione Treccani, Milão*); — escravos e mercador de escravos apresentados por Santo Adalberto ao rei Boleslav «o Valente», pormenor da porta de bronze da catedral de Gniezno (Polónia), século XII . . . 131
- 11 Estátua de monge, em mármore, proveniente provavelmente do Sul da Itália, século XII. Detroit Institute of Arts (Estados Unidos). (*Foto do mesmo Instituto*) 146
- 12 Cristo gravado numa pedra rúnica de Jelling (Dinamarca), séculos VIII-IX. Moldagem no Museu Nacional de Copenhague (*Foto do Museu*); — guerreiro Viking, em madeira, ornamento do carro encontrado no barco Oseberg (Noruega), séculos VIII-IX. (*Foto Universitetets Oldsaksamling, Oslo*) 147
- 13 Homenagem feudal dos nobres de Perpignan a Afonso o Casto, rei das Astúrias, *Liber Feudorum Maior*, Archivos de la Corona de Aragón (Barcelona), fl. 82 v.º. (*Historia Social y Economica de España y América*, direcção de J. VICENS VIVES, Barcelona, Edição Teide, T. I, p. 393); — feudalismo eclesiástico: estandarte de S. Kilian, usado na batalha de Mühlberg (1266). Mainfränkisches Museum, Würzburg (Alemanha) (*Franconia Sacra*, München, Hirmer Verlag, est. 7). (*Foto Hirmer Verlag*) 178
- 14 Profetas discutindo, baixo relevo da catedral de Bamberg (Alemanha), 1237 (*Bildarchiv Foto Marburg*); — Universidade de Paris, Faculdade das Artes: selos das Quatro Nações, 1398; da esquerda para a direita: nação da Normandia, nação da Picardia, nação da França, nação da Inglaterra. Archives Nationales, Cabinet des Sceaux (Paris). (*Foto B. Auquier*) 179
- 15 Os Trabalhos dos Meses, fresco ornamental de uma arcada da igreja de Pritz (Mogúncia, Alemanha), século XIII. De baixo para cima e de cima para baixo: Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro. Musée des Monuments Français (Paris). (*Foto Archives Photographiques*) 194
- 16 A Lei: o mais antigo manuscrito das leis municipais de Pisa (*Constitutum Usus*), século XII. Col. Thomas E. Marston, Univ. de Yale (Estados Unidos); — à esquerda: dois capitéis da catedral de Módena: «O homem oprimido» pela injustiça, e o «Juiz íntegro» mostrando o texto de Digesto, século XII (*Foto U. Orlandini, Módena*) 195

- 17 *Da esquerda para a direita*: igreja de Santa Maria de Naranco em Oviedo (Espanha), antiga sala do palácio real das Astúrias, século X (*Foto Mas, Barcelona*); — casas românicas, em Tournai (Bélgica), século XII (*Copyright A. C. L., Bruxelas*); — Catedral de Famagusta (Chipre), mais tarde mesquita, século XIV (*Foto Roger-Viollet*); — igreja em madeira, Heddal (Noruega), século XIII. (*Foto Embaixada da Noruega*). 226
- 18 Martírio de S. Tomás Becket, mitra de bispo, do claustro de Seligenstadt. Bayrisches Nationalmuseum München (Alemanha). (*Foto do Museu*); — regresso de milaneses após a sua vitória em Legnano sobre Frederico Barbarroja. Museo del Castello Sforzesco, Milão, Itália (*Foto Fondazione Treccani per la Storia di Milano, Milão*) 227
- 19 Cristo a cavalo, fresco da cripta da catedral de Auxerre (Yonne, França), fim do século XI ou princípio do XII. (*Foto G. Franceschi*) . . . 242
- 20 Catedrais e torres na cidade medieval: Beauvais (Oise, França), dominada pela sua catedral, século XIII (*Foto Giraudon*); — Lucca (Itália), século XIV, torres de edifícios particulares, dominando a cidade. Archivio Capitolare di Lucca, incunábulo 157 243
- 21 Cidades do Sul e do Norte. Todi (Itália): a Piazza del Popolo; câmara municipal e casas dos séculos XII e XIII. (*Foto Anderson-Giraudon*); — Lübeck (Alemanha) cidade hanseática; armazéns do século XVII, no estilo tradicional da Idade Média. (*Bildarchiv Foto Marburg*) . . 274
- 22 Nova nobreza urbana e velha nobreza feudal: o magistrado municipal e capitão Guilherme Wenemaer, lápide tumular, Bijlok Museum, Gand, Bélgica, século XIV (*Copyright A. C. L., Bruxelas*). (Tirado de *L'Âge d'or des grandes cités*, prefácio de Hans van Werveke, Gand, 1958); — cavaleiro armado, proveniente da igreja abacial de Notre-Dame-de-la-Règle, em Limoges, século XII. Musée Municipal, Limoges, França, (*Foto E. Souges*). (Tirado de P. PRADEL, *Sculptures romanes des Musées de France*, Paris, Les Éditions Franciscaines, fig. 27) 275
- 23 Tapeçaria da igreja de Skog (Halsingland), Suécia: os fiéis reunidos numa igreja de madeira, tocando os sinos, cerca do ano de 1100. Statens Historiska Museet. Estocolmo, Suécia. (*Foto do Museu*) . . 290
- 24 O porto de Pisa no século XIII. Museo d'Architettura e di Scultura della Liguria, igreja de Santo Agostinho, Génova. (*Foto Società Ligure di Storia Patria, Ufficio delle Arte e Storia, Comune di Genova*) (R. CADDIO, *Storia Marittima dell'Italia*, t. I, Milão, Garzanti, 1942, p. 487); — o porto de La Rochelle (duas torres de entrada e baía do século XIV. Estampa do Museu d'Orbigny, La Rochelle (França); — selo de la Rochelle, 1308. Archives Nationales, Cabinet des Sceaux (*Foto B. Auquier*); — embarque de bagagens para uma cruzada, 1352. Paris, Bibliothèque Nationale, M. Fran. 4274, fl. 6 (DE LA RONCIÈRE, *Histoire de la Marine française*, t. I, Plon-Nourrit, 1909) 291
- 25 Um caravanseralho (viajantes e mercadorias), miniatura de Hariri Baghdat, 1237. Paris, Bibliothèque Nationale. Ms. Arabe 5847;

- o mercado de Saint-Pierre-sur-Dives (Calvados, França), século XIII (*Foto Archives Photographiques*); — selo e contra-selo da abadia de Saint-Pierre-sur-Dives, 1280, Archives Nationales, Cabinet des Sceaux. (*Foto B. Auquier*) 322
- 26 Serviços públicos urbanos: banhos árabes, em Palma de Maiorca (*Foto Mas, Barcelona*). (SANCHEZ ALBORNOZ, *La España Musulmana*, Buenos Aires, Ed. El Ateneo); — aqueduto de Salerno (Itália), século XIII (*Foto Roberto Lopez*); — ponte fortificada de Monmouth (Grã-Bretanha), século XIII (*Foto British Council*); — ponte fortificada de Orthez (Basses Pyrénées, França), século XIII (*Foto Archives Photographiques*). 323
- 27 Sé de Coimbra (Portugal), meados do século XIII (*Casa de Portugal, Paris, foto Mário Novais*); — arca das «Relíquias dos cinco Mártires de Marrocos», século XV, Museu Machado de Castro, Coimbra (*Arquivo Fotográfico da Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa*); — grade românica da Sé de Lisboa, século XIII (*Foto Mário Novais, Lisboa*) . . 338
- 28 Judeus rezando numa sinagoga em Espanha, século XIV. British Museum, (Londres) Ms. Or. 2884 (*Foto do Museu*); — Winchester (Grã-Bretanha): sala grande do Palácio Real; na parede de fundo, a chamada mesa «do Rei Artur, e dos seus cavaleiros» com 25 lugares (*Foto National Building Record, Londres*); — grade inglesa do século XIII. Victoria and Albert Museum, Londres. (Segundo Henri CLOUZOT, *Le fer forgé, du moyen âge au XVIII^e siècle*, Paris, Albert Morancé, 1953) . . . 339
- 29 Vitral da igreja de S. Jacob, em Flums (Suíça), século XII. Schweizerische Landesmuseum, Zürich (*Foto do Museu*) (GANTNER, *Kunstgeschichte der Schweiz*, Frauenfeld, Huber Verlag); — os pedreiros; pormenor do relicário de Saint-Calmin, em Mozac (Puy-de-Dôme — França). Esmalte de Limoges do século XII (*Foto Dr. Jacques Bauer*) . . . 386
- 30 A Medicina. *Da esquerda para a direita*: incisão de um tumor; medicamentos: as ervas; o pulso; a sangria; redução de uma fractura da espinha; análise; purga de uma mulher grávida; medicamentos: as pedras preciosas. *Codex Paneth*, manuscrito iluminado em Bolonha e vindo da Boémia. Biblioteca da Universidade de Medicina de Yale (Estados Unidos) 387
- 31 A Peste Negra (1346-1350) que despovoava a Europa Ocidental: os habitantes de Tournai sepultam os seus mortos. Bibliothèque Royale de Bruxelas. *Annales de Gilles le Muisis*, Ms. 13 076-77, fl. 24 v. (*Foto da Biblioteca*); — a batalha de Crécy, 1346. Crónicas de Froissart, Bibliothèque de l'Arsenal, Paris (*Foto Giraudon*) 402
- 32 «O Bobo», escultura em madeira de uma cadeira de coro da catedral de Colónia (Alemanha), século XIV (*Bildarchiv Foto Marburg*); — Galeria dos Anjos músicos (fragmento), da catedral de Exeter (Grã-Bretanha, século XIV) (*Foto National Buildings Record, copyright Crossley*) . . . 403

Gravuras no texto

1	Aço merovíngio: contraplaca com trabalho de damasquinaria, meados do século VII. Escavações da Basílica de Saint-Denis (França), 1953. (Segundo E. SALIN, «Un aspect de la civilisation mérovingienne», <i>Annales (Économies-Sociétés-Civilisations)</i> , n.º 2, 1955)	23
2	Arte frísia: agrafe (<i>Klamp</i>), de ouro, fim do século VII. Fries. Museum Leeuwarden (Holanda)	24
3	Arte bárbara: terra-cota de Grésin (Puy-de-Dôme, França). O Cristo, vestido de general romano, vencedor das serpentes — áspide e basilisco. Musée des Antiquités Nationales, Saint-Germain-en-Laye (França)	34
4	A escada da Salvação. Pintura mural da igreja de Chaldon (Surrey), Grã-Bretanha, cerca de 1200. (Tirado de G. G. COULTON, <i>The Medieval Scene</i> , Londres, Cambridge University Press, 1959, p. 16)	37
5	Arte merovíngia: espada real, com punho de ouro e granates, século VII, proveniente de Paley (Seine et Marne). Col. G. Lefèvre (França). Exposição «La Reine Mathilde et son temps», Seine et Marne, 1961	39
6	Cipo funerário franco, de calcário, século VI, proveniente de Niederdollendorf (Rheinland-Westfalen). Rheinische Landes-Museum, Bonn (Alemanha)	42
7	Persistência da <i>centuriatio</i> romana em Itália: divisão dos campos em quadriculado, perto de Pádua (segundo Meitzen). (Tirado da <i>Cambridge Economic History of Europe from the decline of the Roman Empire</i> , dirigida por J. H. CLAPHAM, Cambridge University Press, 1959)	50
8	Planta actual de Aosta (Itália), em xadrez	51
9	Parenzo (Iugoslávia): o bispo Eufrásios, fundador da basílica. Mosaico da ábside, século VI	67
10	Operários de construção erguendo uma coluna. Segundo uma miniatura bizantina, Bibliothèque Nationale, Paris, Ms. Grec. 20, fl. 4	69
11	Caricatura de Mahumeth (Mohammed), na margem de uma tradução latina do Corão. Manuscrito da Bibliothèque de l'Arsenal, 1162, Paris. Tirado de Marie-Thérèse D'ALVERNY, «Deux traductions latines du Coran», <i>Archives d'Histoire doctrinale et littéraire du moyen âge</i> , t. XVI, 1948	73
12	Carlos Magno. Pormenor do mosaico do Triclínio de Leão III em São João de Latrão, Roma. Note-se a ausência da «barba florida»	82
13	Escrita capital romana, século III. Tirado de J. MALLON, R. MARICHAL, Ch. PERROT, <i>L'Écriture latine, de la capitale romaine à la minuscule</i> , Paris, Arts et Métiers graphiques, 1939, pl. III (<i>Foto Anderson, Roma</i>)	100
14	Escrita merovíngia, século VII. Luxeuil, Lectionnaire. (<i>Op. cit.</i> , pl. XLV)	100
15	Escrita chamada semi-uncial insular (anglo-saxónia), século VIII. Evangelário de Saint Gatien. (<i>Op. cit.</i> , pl. XLVIII, fig. 71)	100
16	Escrita visigótica <i>Lex Visigothorum</i> , século IX. (<i>Op. cit.</i> , pl. XLVII, fig. 70)	100

NASCIMENTO DA EUROPA

17	Escrita lombarda, século X. (Tirado de Maurice PROU, <i>Manuel de Paléographie latine et française</i> , Paris, A. et J. Picard, 4. ^a ed., 1924, pl. II, fig. 2)	101
18	Escrita carolina minúscula, século IX, <i>Seconde Bible de Charles le Chauve</i> . (Tirado de J. MALLON, R. MARICHAL, Ch. PERRAT, <i>op. cit.</i> pl. LII, fig. 82)	101
19	Escrita humanista do século XV, derivada da precedente (carolíngia minúscula) e da capital romana (maiúscula). PROPERCE, <i>Elégies</i> , <i>op. cit.</i> , pl. LIV, fig. 84	101
20	Caracteres de imprensa (1470), derivados da escrita humanista supra. PARIS-GASPARINI PERGAMENSIS Epistolæ. (<i>Op. cit.</i> , pl. LIV, fig. 85)	101
21	Um carpinteiro. Segundo uma miniatura do Evangelário de Ebbon, século IX, Bibliothèque d'Espenay, n.º 1722 (França)	103
22	Cabeça humana esculpida em madeira, de Novgorod, século XII (segundo Georges VERNADSKY, <i>Essai sur les origines russes</i> , Paris, Adrien Maisonneuve, 1961, pl. XVI)	112
23	Taça para beber, com uma cabeça de bovídeo, arte proto-búlgara, século IX, proveniente do Tesouro de Nagyszentmiklós. Kunst-historisches Museum, Viena (Áustria)	113
24	Planta em xadrez de Mirande (Gers, França), cidade fundada em 1285 (P. LAVEDAN, <i>Histoire de l'Urbanisme</i> , t. I, Paris, Laurens, 1926)	126
25	Planta de Soldin (Marca de Brandenburg, Alemanha), cidade criada entre 1262 e 1280. Comparar com a de Mirande, supra. (P. LAVEDAN, <i>op. cit.</i>)	127
26	Expansão urbana a partir do século X: extensão de 13 cidades italianas e de 28 cidades do Norte, de 900 a 1550 (segundo HARRY MISKIMIN). <i>Treze cidades italianas</i> : Bolonha, Bréscia, Florença, Lucca, Mântua, Parma, Pavia, Placência, Pisa, Pistoia, Siena, Génova, Milão (segundo a <i>Enciclopedia Italiana</i>). — <i>Vinte e oito cidades do Norte</i> : Colónia, Namur, Liège, Tournai, Bruges, Gand, Douai, Ypres, Basileia, Trier, Utrecht, Metz, Strassburg, Aachen, Bruxelas, Lovaina, Antuérpia, Malines, Amiens, Paris, Rouen, Troyes, Étampes, Le Mans, Orléans, Middelburg, Nijmegen, Maastricht	132
27	Atrrelagem «antiga», século IX. Bibliothèque Nationale, Paris, Ms. lat. 8318 (segundo o Comandante LEFEBVRE DES NOËTTES, <i>L'Attelage. Le Cheval de Selle à travers les Âges</i> , Paris, A. Picard, 1931, vol. II, fig. 145)	134
28	Atrrelagem «moderna», primeira metade do século X. Bibliothèque Nationale, Paris. Ms. lat. 8085 (Comandante LEFEBVRE DES NOËTTES, <i>op. cit.</i> , fig. 140)	134
29	Arte viking: cabeça de animal fantástico, esculpido em madeira, ornamento de um trenó encontrado no barco de Oseberg, Noruega (ver fig. 30)	136
30	Barco viking, do século IX, encontrado em Oseberg (Noruega)	137
31	Galé mediterrânea do século XII, segundo uma miniatura de Pietro da Eboli, <i>Liber ad honorem Augusti</i> , Stadt- und Universitäts-Bibliothek, Bern, cód. 120, fl. 119 (segundo G. B. SIRACUSA, <i>Fonti per la Storia d'Italia</i> , Roma, pl. XXV)	138

32	Barco escandinavo do século XIV. Fresco da igreja de Skamstrun (Dinamarca), de cerca de 1375. National Historiske Museum Frederiksborg (Dinamarca). (Segundo G. LA ROERIE e J. VIVIELLE <i>Navires et Marins. De la rame à l'hélice</i> , t. I, Paris, Duchartre e Van Buggenhoudt, 1930, p. 191)	138
33	Galé veneziana do século XV, segundo um baixo-relevo do Túmulo Contarini, em Pádua (Itália). Segundo U. FORTI, <i>Storia della tecnica dal medioevo al rinascimento</i> , Florença, Sansoni, 1957, p. 304	139
34	Moinho fortificado de Barbaste (Lot-et-Garonne, França), século XIV. Segundo C. ENLART, <i>Manuel d'Archéologie française</i> , t. II, Paris, A. Picari, 1932, fig. 287	141
35	As garras do Diabo. Tímpano da catedral de Autun (Saône-et-Loire, França), século XII	155
36	A paisagem das Almas. Pormenor de um retábulo do Mestre de Sorigue-rola (época romântica). Museu de Arte da Catalunha (Barcelona, Espanha). Segundo <i>Cahiers de Civilisation médiévale</i> , Poitiers, n.º 13, Janeiro-Março de 1961, pl. VIII, fig. 15	157
37	Ruínas da fortificação de Foulques III de Anjou, em Langeais (Indre-et-Loire, França), 992. Segundo C. ENLART, <i>op. cit.</i> , fig. 252	165
38	Exploração típica do senhorio medieval: planta de uma aldeia rodeada de campos abertos (<i>open fields</i>). As letras <i>a</i> , <i>b</i> , <i>c</i> , <i>d</i> , etc., indicam os proprietários possuidores de uma courela em cada um dos campos (segundo GORDON EAST, <i>An Historical Geography of Europe</i> , Londres, Methuen, 2.ª edição, 1943, fig. 18). Comparar com a fig. 7, pág. 50. Tirado de PUTZGER, <i>Historischer Schulatlas</i>	180
39	A Justiça: capitel de Silzerno (Polónia), século XII	189
40	O rei Magno IV, legislador da Noruega. Escultura da catedral de Stavanger (Noruega)	193
41	Arquitectura pré-românica: basílica de Santa Inês extra-muros, em Roma (corte transversal), século VII (A. MICHEL, <i>Histoire de l'Art</i> , Armand Colin, 1926, t. I, fig. 57)	197
42	Arquitectura românica: corte de Saint-Austremoine d'Issoire (Puy-de-Dôme, França), princípios do século XII (A. MICHEL, <i>op. cit.</i> , fig. 218)	198
43	Arquitectura gótica: catedral de Beauvais (Oise, França, século XIII) (A. MICHEL, <i>op. cit.</i> , t. II, fig. 17)	200
44	Eva colhendo o fruto proibido. Baixo-relevo românico da catedral de St. Lazare de Autun (Saône-et-Loire, França), século XII. Musée Rolin, Autun (França)	204
45	Caricatura inglesa: raposa disfarçada de bispo prégando aos gansos (segundo G. M. TREVELYAN, <i>English Social History</i> , t. I, pl. 59)	206
46	Pias baptismais de Canossa (Itália), século XI. Museu de Canossa	220
47	O imperador Henrique IV e a condessa Matilde. Segundo um manuscrito da Biblioteca Vaticana, Lat. 4922. (Roma) <i>Donizone, Vita Mathildis</i> . (L. SALVATORELLI, <i>L'Italia Comunale</i> , Milão, Mondadori, 1940)	221

NASCIMENTO DA EUROPA

48	A expulsão do papa Gregório VII. À esquerda, o imperador Henrique IV e o antipapa Guiberto. Segundo uma miniatura de um manuscrito de Otto von Freising, conservado em Jena, Alemanha (pormenor). (L. SALVATORELLI, <i>op. cit.</i> , fig. 55).	223
49	Coroa dos séculos XI e XII, chamada de Santo Estêvão. Tesouro do Palácio Real de Budapeste (Hungria)	225
50	Frederico I Barbarruiva, imperador do Ocidente, baixo-relevo de um pórtico da catedral de Freising (Alemanha). (L. SALVATORELLI, <i>op. cit.</i> , fig. 132)	229
51	Planta de Florença, dos princípios do século XIV (muralha romana, muralha de 1172, muralha de 1299-1327)	262
52	Relógio. Segundo compilação de Villard de Honnecourt, século XIII, Bibliothèque Nationale, Paris, Ms. fr. 19 093	264
53	Génova: batalha em três níveis entre os ocupantes de duas torres, 1194 (segundo uma miniatura dos <i>Annales Genuenses de Caffaro</i> , Bibliothèque Nationale, Paris, Ms. lat. 10 136, fl. 111 v.)	275
54	O <i>podestà</i> de Génova manda demolir a luxuosa casa de um cidadão insubordinado. Segundo uma miniatura dos <i>Annales Genuenses</i> , <i>op. cit.</i> , Bibliothèque Nationale, Paris, Ms. Lat. 10 136, fl. 109, v.)	277
55	O farol de Aigues-Mortes (Gard, França), no cimo da Torre Constança, século XIII (segundo C. ENLART, <i>op. cit.</i> , t. I, 1929, fig. 144)	288
56	O mais antigo exemplo conhecido de leme axial de charneira. Barco alemão do século XIII. <i>Comentário do Apocalipse</i> , 1242 (comandante LEFEBVRE DES NOËTTES, <i>De la marine antique à la marine moderne. La revolution du gouvernail</i> , Paris, Masson, 1935, fig. 75). (Breslau in Fried Moll)	296
57	Mercado coberto (praça) de Evron (Mayenne, França), inteiramente de madeira, 1350 (segundo C. ENLART, <i>op. cit.</i> , t. I, fig. 180)	304
58	A Cruz do Mercado em Trier (958), o monumento mais antigo ainda existe no próprio local de um museu medieval (Alemanha)	305
59	Quatro justos boémios, na Cidade de Deus, cerca de 1200. Pormenor de uma iluminura. Praga, Biblioteca do Capítulo de S. Guy, Ms. A. 7, fl. 1, v. (Tchecoslováquia)	314
60	Przemysl, fundador do estado da Boémia, tirado ao seu arado para ir ocupar o trono. Fresco da rotunda de Santa Catarina, em Znojmo (Tchecoslováquia) princípios do século XII	315
61	Retrato de S. Luís, segundo uma miniatura executada cerca de 1320. <i>Registre des Ordonnances de l'hôtel du roi</i> . Archives Nationales, JJ 57 (AE II 327). Musée de l'Histoire de France, Paris	317
62	Frederico II, rei da Sicília e da Germânia, depois imperador do Ocidente, século XIII, segundo um busto do Instituto Arqueológico Alemão, Roma	317
63	Afonso X de Castela, «o Sábio», rei de Castela e Leão. Segundo uma miniatura do Cartulário A, 1255. Arquivo da catedral de Santiago	

	de Compostela (Espanha). (Tirado de F. SOLDEVILA, <i>Historia de España</i> , Barcelona, Ed. Ariel, 1952, t. I, p. 330)	323
64	Bésta de guerra, tipo usado nos séculos XIV e XV (segundo F. SOLDEVILA, <i>op. cit.</i> , p. 343)	333
65	Medida para cobrar os dizimos. Castelo de Dinan (Côtes-du-Nord, França)	336
66	A Granja dos Dizimos, em Provins (Seine-et-Marne, França), século XIII (segundo C. ENLART, <i>op. cit.</i> , t. I, pl. I)	337
67	Teatro de fantoches do século XIV: o <i>Jeu de Robin et Marion</i> , drama lírico do século XIII, de Adam de la Halle. Oxford, Biblioteca Bodleiana, Ms. 264 1333-1345 (segundo C. ENLART, <i>op. cit.</i> , t. I, fig. 197)	347
68	Dama adestrando um falcão. Brocado de Lucca, século XIV. Museum of Fine Arts, Boston	349
69	Caricatura inglesa respeitante aos Judeus. Segundo um <i>Tallage Roll</i> do ano de 1233, Londres, Public Record Office, E. 401/1565. (Inglaterra) British Crown Copyright. Autorização do Controller of H. M. Stationery Office. (Tirado de M. ADLER, <i>Jews of Medieval England</i> , Londres, 1939, pl. I)	352
70	A Igreja e a Sinagoga, arte mosana. Pormenor de um altar portátil (1155-1160), abadia de Stavelot (Bélgica), Bruxelas, Musées Royaux d'Art et d'Histoire (segundo <i>L'Art mosan</i> , sob a direcção de PIERRE FRANCASTEL, <i>École des Hautes Études</i> , Paris, S. E. V. P. E. N., 1953, pl. XXVI)	357
71	Retrato de Dante, por Giotto (antes de restaurado)	359
72	Castelnuovo di Magra, perto de La Spezia (Itália), onde Dante teria composto uma parte de <i>A Divina Comédia</i>	360
73	Raimundo Lúlio aprende árabe com o seu escravo mouro que blasfema e se zanga com ele. Segundo uma miniatura de <i>Vita Coetanea</i> de Raimundo Lúlio, século XIII. General Landesarchiv, Karlsruhe, Alemanha, <i>Codex</i> S. Peter 92. (Tirado de F. SOLDEVILA, <i>op. cit.</i> , p. 307)	362
74	Representação alegórica de Raimundo Lúlio, à cabeça do exército da Verdade, avançando contra o Erro e a Ignorância (no carro, brasões filosóficos: Sabedoria, Virtude, etc.) <i>Vita Coetanea</i> , <i>op. cit.</i> (Tirado de F. SOLDEVILA, <i>op. cit.</i> , p. 308)	363
75	Disco indicando os medicamentos e o momento em que devem ser ministrados. <i>Codex Paneth</i> , manuscrito escrito em Bolonha, século XIII. Biblioteca de Medicina da Universidade de Yale, Estados Unidos. (Cf. extra-texto 30)	372
76	Leprosaria de Périgueux (Dordogne, França, século XIII (segundo C. ENLART, <i>op. cit.</i> , t. I, fig. 19)	374
77	A enfermaria da abadia de Ourscamp (Oise, França), século XIII (segundo C. ENLART, <i>op. cit.</i> , t. I, pl. VI)	375
78	O rei Guilherme II da Sicília, tratado por um médico, depois por um astrólogo. Segundo uma miniatura de Pietro da Eboli, <i>Liber ad honorem Augusti</i> , Stadt- und Universitäts-Bibliothek, Bern (Suíça) Ms. 120, fl. 97	376

NASCIMENTO DA EUROPA

79	O imperador mongol Hulagu Khan (segundo uma miniatura do British Museum, Ms. add. 18 803), Londres, Inglaterra	384
80	Viterbo: a rosácea da Igreja de San Giovanni in Zoccoli, século XIII (Itália)	389
81	Estudo da figura humana, século XIII. Segundo o <i>Album</i> de Villard de Honnecourt, <i>op. cit.</i>	399
82	Eros deitado. Baixo-relevo da base da catedral de Auxerre (Yonne, França), século XIV. Inspirado no antigo	399
83	Vista de Florença no século XIV. Segundo um fresco da <i>Loggia del Bigallo: A Virgem da Misericórdia</i> (pormenor). Arte florentina do século XIV. (ARMANDO SAPORI, <i>Merchants and Companies in Ancient Florence</i> , Florença, 1955)	400

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO.....	XI
---------------	----

Livro 1 — Da dissolução à reencarnação do Império

I <i>Marcas da experiência Romana</i>	3
1 A Comunidade Mediterrânea: Limites e Vizinhanças ...	3
Regiões civilizadas e mundo bárbaro, 4. — O Império, dom do Mediterrâneo, 6. — Unidade e diversidade, 7.	
2 Forças tradicionais	8
O Império, uma república, 8. — O exército camponês, 9. — As células urbanas, células fundamentais, 10. — A crise das cidades, 11.	
3 Tensões Novas	12
Lei divina e lei humana, 12. — A responsabilidade dos imperadores, 14.	
4 O Império de pés de barro	15
Impostos sem piedade, 15. — Agricultura sem excedentes, 16. — Comércio sem prestígio, 17. — Artesanato sem equipamento, 18. — A mediocridade do ouro, 19.	
5 Epílogo	20

NASCIMENTO DA EUROPA

II	<i>Em direcção ao abismo</i>	21
1	Todo um hemisfério em crise	21
	De Roma à China, 22. — Exclui-se a morte violenta, 23. — Os argumentos de São Cipriano, 25. — Uma explicação cíclica?, 25.	
2	Os Estados bárbaros no Ocidente	26
	Difícil aproximação entre Bárbaros e Romanos, 27. — Na primeira linha: Godos e Francos, 28.	
3	Último regresso da Roma laica, primeiro sucesso da Roma eclesiástica.....	30
	Modelo huno, modelo bizantino, 31. — O novo rosto do Império, 31. — O papa, soberano contra vontade, 33.	
4	A pobreza do espírito	35
	Os mosteiros: um êxito, 35. — A Igreja: uma potên- cia, 36.	
5	Imaturidade Germânica	39
	O soberano, 39. — Fraqueza das instituições, 40. — Ruína da cultura, 41. — Pobreza do direito, 42.	
6	Decrepitude Romana	43
	Arte rígida, arte anónima, 44. — Arte envolta em símbolos, 45. — Isidoro e o princípio da nova Espanha, 47.	
7	As incógnitas	47
	Nível de vida miserável, 48. — População rarefeita, 49. — Presenças romanas na geografia agrária e ur- bana, 49. — Revolução sem abalos: chegada da servidão, 50. — Avanço dos escravos, recuo dos homens livres, 52. — Falência ou promessa?, 53.	
III	<i>O Oriente afasta-se do Ocidente</i>	55
1	«Imperator Romanorum, Vasilevs Romeon».....	55
	Preconceitos antigos e modernos, 56. — O problema da língua, 56. — O problema religioso, 57. — Eu- ropa cristã ou Europa católica?, 58.	

2	Os trunfos do Oriente	59
	Bizâncio sobrevive adaptando-se, 60. — Idade média, sim; idade bárbara, não, 62. — Bizâncio, cadinho de povos, 62.	
3	Civilização bizantina da Alta Idade Média	63
	O único Estado digno desse nome, 63. — Monges e iconoclastas, 64. — Províncias e autonomias locais, 65. — Marinheiros e agricultores, 65. — As letras e as artes, 67. — A política económica, 69.	
4	O aparecimento dos Árabes	70
	Originalidade da síntese árabe, 71. — A nova religião frente à antiga, 72. — A «guerra hemisférica» e o novo equilíbrio, 74.	
5	Os Árabes e a Europa	75
	Três níveis, três culturas, 76. — Os fossos e as pontes, 77. — As trocas comerciais, 78. — A crise demográfica continua, 79.	
IV	<i>O Império carolíngio, gigante frágil</i>	81
1	De prefeito do palácio a senhor da Europa	81
	A imagem de Carlos Magno, 82. — Os trunfos dos Francos, 83. — Ascensão dos Carolíngios, 83.	
2	Da Administração de Roma à tutela do Ocidente	85
	Os papas entre Romanos e Lombardos, 86. — A tragédia dos Lombardos, 88. — A coroação de Carlos Magno: encontro de vontades, 89.	
3	Esboço de Europa ou falsa partida?	90
	Regresso à universalidade, 90. — A república cristã da Europa, 92.	
4	Princípios do feudalismo, vislumbre de nacionalidades.	94
	Como governar?, 94. — Esboço do regime feudal, 95. — «Nação» vem de «nascimento», 96. — Do concílio de Tours à partilha de Verdun: a separação das línguas, 97.	

5	Balanço da civilização carolíngia	99
	Renascimento literário: seus limites, 100 — Renascimento artístico: sua complexidade, 102. — O comércio: pequeno volume, mas influência sensível, 102. — O verdadeiro alcance da recuperação carolíngia, 104.	

Livro 2—Reconstrução de baixo a cima

I	<i>A Alvorada europeia</i>	109
1	No século décimo: «As trevas iluminam-se»	109
	A Europa devastada, 110. — Organiza-se a resistência, 111. — Os invasores enraizam-se, 112. — A Europa engrandecida: encontro de duas juventudes, 113. — A Europa resguardada; triunfo do particularismo, 114.	
2	Reinos e impérios	115
	Papas enérgicos para uma idade de ferro, 115. — Sob o signo da imitação: a segunda «renovação» do Império, 116. — Através do Ocidente: grandeza decrescente, solidez crescente, 117. — A ideia imperial ronda sempre nos espíritos, 118. — Os excessivamente pesados encargos otomanos, 119.	
3	Surto demográfico e progresso da Europa	119
	Causas do surto, 120. — A oportunidade da Europa, 121. — As tendências de fundo, 122.	
4	As novas tendências da agricultura	122
	Feliz encontro de dois sistemas opostos, 123. — O caso extremo: a expansão dos Escandinavos, 124. — O transbordar para fora das fronteiras, 124. — A colonização interna e a saturação das regiões já ocupadas, 126.	
5	O Início da revolução comercial.....	127
	Aparecimento do mercador-fidalgo, 128. — Na Itália: recomeço do comércio marítimo, 129. — O surto conquista o interior, 131. — O surto nos outros países, 133.	

6	As novas técnicas	134
	Pobreza demográfica: fonte de investigações práticas, 134. — Técnicas agrícolas, 135. — Técnicas navais, 136. — Lento e obscuro caminhar das invenções, 140. — Um exemplo: o moinho de água, 141.	
7	Iniciativas e associações privadas	142
	Aspectos originais da iniciativa europeia, 142. — Os contratos comerciais, 143. — As associações profissionais, 144. — Escravidão e servidão, 146.	
II	<i>A sociedade trinitária</i>	148
1	Cristalização das ordens.....	148
	Flutuação das classes, das instituições, do direito, 149. — A elaboração de um direito consuetudinário, 151. — A caminho da nova organização, 151.	
2	A ubiquidade da Igreja	152
	Clérigos e leigos: um mundo impregnado de Deus, 153. — A descrença mostra-se impossível, 153. — — O Diabo espreita por toda a parte, 155. — Os intercessores, 156.	
3	Os problemas da ordem eclesiástica	158
	Santos e pecadores, 158. — Nicolaísmo e simonia, 159. — Os leigos reformadores, 160. — Os papas retomam as rédeas, 162.	
4	O feudalismo: sistema de governo e modo de vida ...	163
	Comparações, antecedentes, génese, 163. — Uma aristocracia de especialistas, 165. — Uma civilização, o feudalismo?, 166. — O laço de dependência: família ou contrato?, 166. — A caminho da cavalaria, 168.	
5	Os problemas da ordem feudal	169
	Da economia da terra à economia do dinheiro, 169. — Conflitos de obrigações, 170. — A frágil pirâmide feudal, 171.	

6	Liberdade e liberdades	173
	Recuo e fragmentação da liberdade absoluta, 173. — O ar da cidade, 175. — As peripécias da liberdade relativa, 176.	
7	Os problemas do mundo camponês	177
	A exploração senhorial «modelo», 178. — Norte e Sul: a solidariedade da aldeia, 179. — A força da tradição, 181. — Progresso para uma economia de troca, 182.	
III	<i>O erguer do pensamento</i>	183
1	A verdade provada pela razão.....	183
	Abelardo o presunçoso e o desenvolvimento da dialéctica, 184. — A difusão do saber e a formação de um público, 185. — A luta pelos espíritos: heréticos, escolares, tradicionalistas, 187.	
2	O amor da lei	188
	Do direito romano ao direito românico, 188. — A difusão do direito românico: atracção e resistências, 191. — As outras tradições jurídicas, 192.	
3	A paixão de construir	193
	O papel do simbolismo, 194. — O papel dos materiais, 196. — Difusão e evolução da arquitectura românica, 198. — Triunfo do gótico: racionalismo ou decoração?, 199.	
4	Prazer de escrever	201
	História e hagiografia, 201. — O herói épico, 202. — A heroína lírica, 203. — Romance e poesia pastoril, 205. — Realismo e «anti-epopeia», 206.	
5	A Torre de Babel	207
	Infiltrações germânicas e resistência do fundo latino, 208. — A vitalidade do latim literário, 209. — Simplicidade, flexibilidade: evolução paralela das línguas medievais, 210. — Do caos à pluralidade, 212. — Rumo a um nacionalismo linguístico, 212.	

IV	<i>As transformações dos reinos</i>	215
1	Majestade e fraquezas do Império Germânico	215
	À superfície, grandeza e calma, 216. — O reduto alemão e o avanço para Leste, 218. — Progressos da hegemonia imperial, 220. — Trava-se o grande duelo, 221. — O império em leilão, 223.	
2	Força e fraqueza do papado italiano	224
	Os trunfos do papado, 224. — Os papas dirigem a guerra santa, 226. — O papado, potência italiana, 227. — Frederico Barbarruiva e a liga lombarda, 229. — Após Legnano: o conflito entra num beco sem saída, 231.	
3	Regeneração espontânea da França	232
	O Sul — uma nação diferente, 232. — Os grandes feudos do norte, 235. — O que podem fazer os reis, 236. — Desenvolvimento da nação francesa, 237. — Filipe Augusto, 238.	
4	A Inglaterra, a mais antiga das monarquias nacionais..	239
	Anglo-saxões e dinamarqueses, 240. — A viragem de Hastings, 241. — A administração aperfeiçoa-se, 242. — A sorte bafeja a Inglaterra, 244. — Do apogeu à derrocada, da derrocada ao equilíbrio, 245.	
5	As potências secundárias	247
	O reino da Sicília, 247. — Os reinos escandinavos, 248. — «Espanha, enigma histórico?», 249. — Um bom começo, uma perda de impulso, 250. — A guerra nunca mais acaba, 251.	
6	O choque do Ocidente e do Oriente	252
	O ódio evitável, mas não evitado, 253. — A «cruzada popular» e a «Ilíada dos barões», 254. — Uma antecipação da América?, 255. — Malogro em Jerusalém, êxito em Chipre, 256. — A corrida para o «homem doente», 258.	

Livro 3—O apogeu da Europa Medieval no século XIII

I	<i>Os horizontes abertos</i>	261
1	O reinado da abundância	261
	Algumas ordens de grandeza, 262. — A vida trepidante das grandes cidades, 263. — A vida industrial dos centros menores, 265. — Economia e arquitectura: o exemplo de Beauvais, 265. — Burgueses contra senhores, 268.	
2	O Estado, considerado como um bom negócio	270
	Da associação temporária e privada à organização permanente e pública, 270. — Instituições comunais: democracias progressivas?, 272. — Instabilidade política, 274. — Novas experiências, novas decepções, 276. — Em toda a Europa, quem diz vida, diz luta, 278.	
3	Liberdade dos pobres	279
	Em Itália: mobilidade acrescida, subida do bem-estar, 280. — Cidades e camponeses no resto da Europa, 281. — Crescimento e problemas da indústria da lã, 281. — Exploração dos trabalhadores, 285. — Os que vegetam, os que sobem, 286.	
4	Nos quatro cantos do mundo	287
	Mercadorias «pesadas», mercadorias «finas», 288. — Odisseia dos mercadores, «Ilíada dos barões», 290. — O Ocidente bate às portas da Ásia e da África, 291. — De Pequim a Londres: apogeu do império comercial italiano, 292. — Nascimento do império comercial alemão, 295. — Civilização urbana no Báltico, 297.	
5	O comércio interno	299
	Maioria medíocre, minoria colossal, 299. — Alguns números, 300. — Nas estradas: mercadorias e ideias, 302. — A feira: oásis de paz e campo de experiências, 303.	

6	A carne e o espírito	306
	Uma obsessão: o problema do juro, 306. — Religião absoluta ou religião de compromisso, 307. — As artes, as ciências e o útil, 308. — Já o Renascimento?, 309.	
II	<i>As nações adolescentes</i>	311
1	Circuito pela Europa: reis, línguas, nações	311
	Em Portugal, 312. — Aragão e Catalunha, 313. — Na Boémia, 314. — Nos países célticos, 315. — Da Islândia à Finlândia, 316. — Dois grandes reis: o céptico e o seráfico, 317.	
2	O drama das monarquias universais	318
	O papa triunfante por toda a parte, excepto nos seus domínios, 319. — Declínio do Império numa Alemanha retalhada, 320. — A miragem do Império italiano, 321. — As brumas do império castelhano, 323.	
3	A França à frente da Europa	324
	Paris, «Atenas da Europa», 325. — Os reis de França à conquista de seu próprio reino, 326. — Do penacho à pena de pato, 330.	
4	A guerra e seu preço	331
	A cavalaria cristalizada nas suas tradições, 331. — A infantaria não convém aos reis, 332. — Orçamentos de paz e orçamentos da guerra, 334. — Os impostos, cimento da nação, 335.	
5	Comunidade do reino e instituições representativas	338
	Da assembleia feudal à assembleia representativa, 339. — Origens diversas, soluções diferentes, 340. — A experiência inglesa, 341. — No resto da Europa, 343.	
6	Elementos imponderáveis do nacionalismo e estratos «inertes» da sociedade	344
	Patriotismo dos vencidos: no País de Gales, 344. — Patriotismo no seio da universalidade: Itália e	

NASCIMENTO DA EUROPA

	Alemanha, 345. — Que pensam os camponeses?, 347. — Que pensam as mulheres?, 348.	
7	Os não conformistas: heréticos e judeus	350
	Tolerar ou reprimir? O problema religioso, 351. — Interesses económicos, solidariedades políticas, 353. — A perseguição sistemática, 355. — O ghetto: prisão e pedra de toque, 356.	
III	<i>Do microcosmo ao macrocosmo</i>	358
1	O Universo virado para o seu Deus	358
	Os grandes sistemas filosóficos do século XIII, 359. — Realismo e alegoria, 361. — O homem no centro da criação, 364. — O universo «moralizado», 365.	
2	Artes liberais e artes mecânicas	366
	Os filósofos da luz e a «ciência experimental», 366. — Ciência, Magia, Técnica: os alquimistas, 368. — A aristocracia dos estudos, 369.	
3	Médicos, astrólogos, taumaturgos	372
	De Salerno a Bolonha, 373. — A influência dos as- tros, 375. — A esperança do milagre, 377.	
4	O conhecimento da Terra	378
	A idade do aproximadamente e do sonho, 378. — A geografia nasce adulta, 380. — A paixão da China, 381. — Os viajantes taciturnos, 384.	
5	O outro caminho da Ciência	385
	A vida do Evangelho, 385. — A regra posta à prova, 387. — À espera do Espírito Santo e do Papa angé- lico, 389. — Haverá solução fora da Igreja?, 391.	
	CONCLUSÃO: <i>A caminho de um novo equilíbrio</i>	393
1	Saturação, contracção, crise	393
	Recuo demográfico, 393. — Todo um hemisfério em crise, 395. — O surto quebrado de uma economia insuficientemente desenvolvida, 396.	
2	A Europa supera a crise	398

Índice geral

QUADROS CRONOLÓGICOS	405
ORIENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA	440
GLOSSÁRIO	456
ÍNDICE ONOMÁSTICO	463
ÍNDICE GEOGRÁFICO	472
ÍNDICE DE ASSUNTOS	480
ÍNDICE DE MAPAS	487
ÍNDICE DE GRAVURAS E FONTES	488

RUMOS DO MUNDO

Colecção fundada, planeada e orientada por Lucien Febvre e, depois da sua morte, planeada de novo e dirigida por Fernand Braudel. Propõe-se traçar em treze volumes a história do mundo, não dividida em séculos mas sim segundo as grandes correntes das civilizações; é um esforço de compreensão do Homem e de todos os homens.

LUCIEN FEBVRE 1878-1956. Professor da Faculdade de Letras de Strasbourg de 1919 a 1933; depois Professor do Collège de France. Sócio do Institut de France. Com Marc Bloch, funda em 1929 os «Annales d'Histoire économique et sociale», alargados em 1946 em «Annales — Économies, Sociétés, Civilisations»: a revista que dominou e orientou a renovação de todas as Ciências sociais e humanas. Depois da Segunda Guerra Mundial, conseguiu realizar um velho sonho e criar, na École Pratique des Hautes Études, a 6.^a Secção, onde sob o nome de Ciências económicas e sociais ia congregar toda a investigação e ensino superior das Ciências sociais e humanas — Economia, História, Sociologia, Etnologia, Psicologia social, Geografia humana... *La Terre et l'évolution humaine*, 1922, foi, com os estudos de Vidal de La Blache, a base de todo o desenvolvimento posterior da Geografia humana. *Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle*, 1942, a obra que fez enveredar a história da cultura por rumos inteiramente novos e que, com as de Huizinga e Halbwachs, criou a psicologia histórica. Outras obras suas capitais: *Philippe II et la Franche-Comté*, 1912; *Un destin, Martin Luther*, 1928 (obra prima da biografia científica); *Le Rhin*, com o geógrafo A. Demangeon, 1934; *Combats pour l'histoire*, 1953 (com *Métier d'historien* de March Bloch deve constituir o breviário na formação do historiador autêntico); *Au cœur religieux du XVI^e siècle*, 1957; e uma colectânea póstuma, *Pour une histoire à part entière* (1962). Por uma história una, do homem na sua totalidade e não compartimentado, logo, sempre, por uma história dos homens em sociedade, dos grupos humanos (e não de um pseudo-Homem eterno), ao serviço de verdadeiros valores de humanismo, que são os voltados para o porvir e não justificações oportunistas de um passado serôdio; por uma história na confluência de todas as ciências humanas, e por seu turno inspirando-as e escorando-as, ousada em empregar e criar novos métodos, atenta à mudança, instalada na mudança, e não no conforto das posições assumidas — e por isso lançando-se

mesmo nas pesquisas de grupo: eis o combate de um dos espíritos soberanos do nosso século, daquele que com Marc Bloch, e ambos continuando Henri Pirenne, esculpiu o pensamento histórico do nosso tempo. L. F. foi ainda quem planeou e dirigiu a grande *Encyclopédie Française*.

FERNAND BRAUDEL, Professor das Universidades de Argel e de São Paulo; desde 1950 Professor do Collège de France, e desde a morte de L. Febvre presidente da 6.ª Secção da École des Hautes Études. A sua obra monumental *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, 1949, é a mais importante de toda a historiografia do após-guerra e marcou com o seu cunho todas as investigações ulteriores. Actual director dos «Annales». Dirige a «Nouvelle Bibliothèque Scientifique». Dirige o centro de estudos das Áreas Culturais. Profundamente interessado pela história portuguesa e brasileira. Foi um dos que deram impulso e orientaram o movimento historiográfico do Brasil.

Edição portuguesa sob a direcção de Vitorino Magalhães Godinho — Doutor em Letras pela Sorbonne; Diplomado em Ciências Económicas e Sociais pela École des Hautes Études. Sócio fundador da Association Marc Bloch pour l'étude des Civilisations. Principais obras: *Razão e História*, 1940; *Documentos sobre a expansão portuguesa*, 3 vols., 1943, 1945, 1956; *Sociedades e economias do Noroeste africano — Marrocos*, 1947; *Prix et monnaies au Portugal 1750-1850*, 1955; *O «Mediterrâneo» saariano e as caravanas do ouro*, 1956; *L'économie de l'empire portugais aux XVe-XVIe siècles*, 1958; *Les finances de l'Etat portugais des Indes Orientales 1517-1635*, 1958; *A economia dos descobrimentos Henriquinos*, 1962; *Os descobrimentos e a economia mundial*, 1963 — (em curso de publicação). Colabora na *New Cambridge Modern History* (vols. V e VI). De 1947 a 1960, encarregado de investigações do Centre National de la Recherche Scientifique (Paris), e de 1950 a 1954 encarregado de conferências na École des Hautes Études (Paris).

NASCIMENTO DA EUROPA

O AUTOR

Nasceu em 1910. Professor de História económica e de Literatura italiana na sua pátria de nascimento, a Itália, ROBERTO SABATINO LOPEZ, teve de se exilar devido à sabida incompatibilidade do fascismo com a independência intelectual. Reside desde 1939 nos Estados Unidos da América e naturalizou-se cidadão norte-americano; ensina História medieval na Universidade de Yale. O seu nome tornou-se conhecido graças aos seus estudos sobre o comércio mediterrâneo na Idade Média; em seguida ampliou as suas pesquisas às relações do mundo ocidental com Bizâncio e com o Islame, à expansão europeia para o Extremo-Oriente nos séculos XIII e XIV, à história urbana, aos problemas monetários, e por último às relações entre economia e cultura nos tempos

medievais e no Renascimento. Entre as suas obras, citemos: *Genova marinara nel Duecento*: Benedetto Zaccaria, Messina, 1933; *Studi sull'economia genovese nel medio evo*, Turim, 1936; *Storia delle colonie genovesi nel Mediterraneo*, Bolonha, 1938; *The Tenth Century: How Dark the Dark Ages?*, New York, 1959; uma colectânea de fontes, com I. W. Raymond: *Medieval Trade in the Mediterranean World*, New York, 1955. Colaborou na *Cambridge Economic History of Europe* (vol. II, 1952). Os seus estudos dispersam-se pelas grandes revistas internacionais: «Byzantion», «The Journal of Economic History», «Rivista Storica Italiana», «Cahiers d'Histoire mondiale», «The Economic History Review», «Annales — Économies, Sociétés, Civilisations». Sob a influência de Lucien Febvre e Marc Bloch, permanece muito ligado ao grupo parisiense dos «Annales».

Este incompleto enunciado sugere já por si a medida da sua vasta erudição, os amplos horizontes que o seu olhar abarca: por aqui se explica a profunda originalidade do livro que hoje apresentamos, no qual abundam os pontos de vista pessoais e novos. É verdadeiramente para a aventura de redescobrir a Idade Média que o leitor é assim convidado.

O TRADUTOR

A. H. DE OLIVEIRA MARQUES, nascido em 1933, licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras de Lisboa em 1956. De 1956 a 1958, bolseiro do Instituto para a Alta Cultura no estrangeiro, trabalha com o Prof. Hermann Kellenbenz na Alemanha, realiza pesquisas em França, Inglaterra, Bélgica e Holanda. De 1958 a 1962 é bolseiro do I. A. C. no país. Doutora-se na Faculdade de Letras de Lisboa, com a classificação de 18 valores, em 1960. De Outubro de 1957 a 1960 é 2.º assistente na Faculdade de Letras de Lisboa; neste ano passa a 1.º assistente, ocupando este cargo até Novembro de 1964. Entre os seus trabalhos, destaquemos: *História do selo postal português*, Porto e Lisboa, 2 vols., 1954-1958; *Hansa e Portugal na Idade Média*, dissertação para doutoramento, Lisboa, 1959; *Introdução à História da Agricultura em Portugal (a questão cerealífera durante a Idade Média)*, Lisboa, 1962 (dissertação de concurso para professor extraordinário); *A sociedade medieval portuguesa — Aspectos de vida quotidiana*, Lisboa 1964; *Guia do Estudante de História medieval portuguesa*, Lisboa, 1964. Colabora no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, e em *Focus — Enciclopédia Internacional*. Alinhou com numerosos especialistas de história económica e de história medieval nos *Studi in Onore di Amintore Fanfani*, Milão, 1962. É hoje o melhor medievista português, de formação mais actualizada.

ACABOU DE IMPRIMIR-SE NAS OFICINAS GRÁFICAS
DA COMPANHIA EDITORA DO MINHO,
EM BARCELOS, NO DIA 20 DE MAIO DE 1965;
NA FOTOGRAVURA NACIONAL, EM LISBOA,
FORAM FEITAS AS GRAVURAS DO TEXTO E IMPRESSAS
AS ESTAMPAS A 2 TONS ASSIM COMO AS QUADRICROMIAS
EM EXTRA-TEXTO

A EUROPA EM EXPANSÃO, DO SÉCULO X AO SÉCULO XIV

 A Europa Ocidental cristã nos princípios do século XI

 Limite das igrejas católica e ortodoxa

Os grandes feitos da Cristandade
(até aos começos do século XIV)

-  Cruzadas
-  Ordem Teutônica
-  Reconquista

Expansão da arte, das instituições e do comércio

-  Influência cluniacense
-  Influência cisterciense
-  Instituições urbanas alemãs, flamengas, neerlandesas
-  Grandes correntes comerciais marítimas
-  Possessões genovesas, venezianas e catalãs por volta de 1300.





Professor de história económica e de literatura italiana na sua pátria de nascimento, a Itália, Robert S. Lopez reside desde 1939 nos Estados Unidos, onde ensina a História medieval na Universidade de Yale. O seu nome tornou-se conhecido graças aos seus estudos sobre o comércio mediterrâneo na Idade Média; em seguida ampliou as suas pesquisas às relações do mundo ocidental com Bizâncio e com o Islame, à expansão europeia para o Extremo Oriente nos séculos XIII e XIV, à história urbana, aos problemas monetários, e por último às relações entre economia e cultura dos tempos medievais e no Renascimento. Entre as suas obras, citemos os *Studi sull'economia genovese nel Medio Evo*, 1936, a *Storia delle colonie genovesi nel mediterraneo*, 1938. Colaborou na *Cambridge Economic History of Europe*. Os seus estudos dispersam-se pelas grandes revistas internacionais — «The Journal of Economic History», «Rivista Storica Italiana», «Cahiers d'Histoire mondiale», «The Economic History Review», «Annales-Économies, Sociétés, Civilisations».

Este incompleto enunciado sugere já por si a medida da sua vasta erudição, os amplos horizontes que o seu olhar abarca: por aqui se explica a profunda originalidade do livro que hoje apresentamos, no qual abundam os pontos de vista pessoais e novos. É verdadeiramente para a aventura de redescobrir a Idade Média que o leitor é assim convidado.

RUMOS DO MUNDO

Colecção fundada por Lucien Febvre e dirigida, depois da sua morte, por Fernand Braudel, professor do Collège de France, presidente da 6.^a Secção da Escola de Altos Estudos de Paris. Propõe-se traçar em treze volumes a história do mundo, não dividida em séculos, mas sim segundo as grandes correntes das civilizações.

O *Homem antes da escrita*, sob a direcção de A. Varagnac, traçou a prodigiosa aventura que dos Hominídeos conduziu à plena Humanidade, e os 600.000 anos de Pré-história em que esta a si própria se forjou pelo trabalho. *Roma e o seu destino*, de R. Bloch e J. Cousin, não é apenas a história de uma cidade, mas a do Mediterrâneo e das civilizações que em seu torno se constelaram, vistas de insuspeitados ângulos. A *Origem da Europa* seguir-se-á *Os burgueses à conquista do mundo*, de Ch. Morazé, que num esquema original de cortes em vários momentos desse espantoso século XIX nos dá a instalação da burguesia ao leme dos rumos da humanidade e a marca da civilização burguesa sobre todo o globo. Posteriormente acompanharemos, com P. Levêque, *A aventura grega*, e com outros autores a história das Américas desde as Altas Culturas aos nossos dias, a génese e evolução dos impérios, religiões e artes da Ásia, o florescimento, o declínio e a ressurreição do Islame, a civilização dos Eslavos, desde a Idade Média até hoje, a Europa ocidental, o seu pensamento, as suas crenças, as suas riquezas e triunfos, e no final o mundo desta primeira metade do século XX que acaba de se encerrar. Em suma: é um esforço ambicioso mas sem dogmatismos para compreender o Homem e todos os homens, aquele que vos propomos.

RUMOS DO MUNDO

Direcção de

LUCIEN FEBVRE e FERNAND BRAUDEL

*Edição portuguesa sob a
direcção de*

V. MAGALHÃES GODINHO

VOLUMES PUBLICADOS:

O HOMEM ANTES DA ESCRITA Pré-história

Direcção de

ANDRÉ VARAGNAC

Com a colaboração de

CAMILLE ARAMBOURG

P. BOSCH-GIMPERA

HENRI BREUIL

PIERRE MONTET

JEAN NAUDOU

ANDRÉ PARROT

VADIME ELISSEEFF

Tradução de

E. VEIGA DE OLIVEIRA

ROMA E O SEU DESTINO

Direcção de

RAYMOND BLOCH e JEAN COUSIN

Tradução de

MARIA ANTONIETA MAGALHÃES GODINHO

O NASCIMENTO DA EUROPA

ROBERT LOPEZ

Tradução de

A. H. OLIVEIRA MARQUES

EDIÇÕES COSMOS